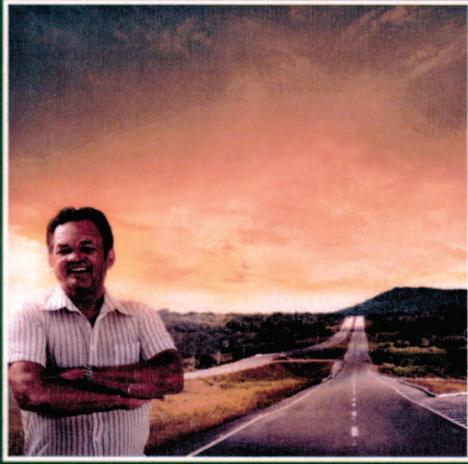
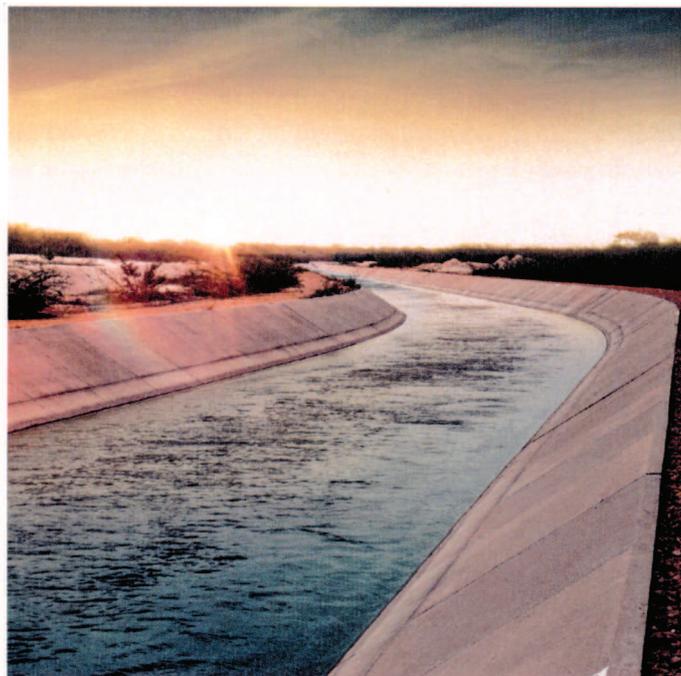
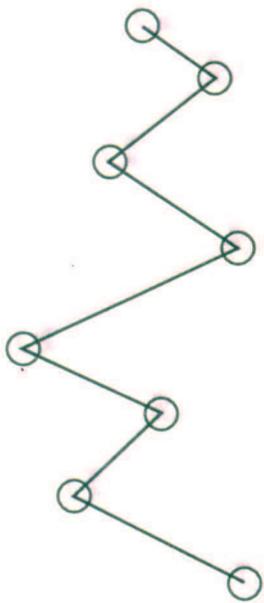


2015



BALANÇO GERAL - RELATÓRIO CONTÁBIL





BALANÇO GERAL 2015

RELATÓRIO CONTÁBIL



GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Carlos Mauro Benevides Filho

COORDENADORES DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Luiz Jarbas de Mesquita

CONTADORIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Maria Dolores Pereira

CONTADORIA DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Rosa Liduina Teixeira Diógenes Nogueira

ORIENTADORES DE CÉLULA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Cícero Alexandre de Aquino Braz

Fabrizio Gomes Santos

José Vinício Coelho Sampaio

Neuton Tavares de Oliveira

Paulo Sérgio Rocha

EQUIPE DE INFORMÁTICA

André Sales Alcântara

Antônio Gomes Lima

Árison Pontes Leal

Francisco Anderson Alencar de Lima

Francisco Flávio Souza

Iram Carvalho do Nascimento

Ivan Romero Teixeira

José Rodrigues Oliveira Targino

Marco Aurélio Soares de Oliveira

Paulo Benicio Melo de Sousa

Paulo Dehon Nunes Moreira

Rafael Meireles Caetano

Sávio Machado de Araújo

Tony Coelho Magalhaes

Wilson Gomes de Oliveira Júnior



COLABORADORES

CONTADORIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Angelo Garcia Bezerra
Fábio Silva Duarte
Franklin Alves Ferreira
Francisco das Chagas da Silva
Leonardo Batisti de Faria
Lilian Castelo Campos
Maria Aldenísia Rodrigues Gomes
Maria de Fátima Abreu Dantas
Maria Eliete Ferreira
Massilon Teixeira de Sousa
Raimunda Jorge de Medeiros
Saulo Moreira Braga
Soraya Nunes Nântua
Tereza Magna Lima Pereira
Waldir Meireles Conde

CONTADORIA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Carlos Augusto Carvalho de Figueiredo
Eumardônio Mendonça Barbosa
José Garrido Braga Neto
Maria Edilza de Assis Sousa
Maria Irinéa de Paiva Corrêa Picanço
Nágela Maria Fernandes Cavalcante
Sandra Valda Nogueira dos Santos
Talvani Rabelo Aguiar
Ubirajara Araújo Filho
Vânia Maria Campos da Silva
Vânia Maria da Silva



DÍVIDA PÚBLICA

Fernando Antônio Melo Fontenele
Márcio Cardeal Queiroz da Silva
Raimundo Nonato Vieira Portela

CONTROLE FINANCEIRO

Bertino Medeiros de Lucena Júnior
Lourival Anchieta Júnior
Luana Emídio da Silva
Maria Bernadete Almeida Sombra
Raimundo Mendes Soares Júnior
Roger da Fonseca Mendes
Roselena Moreira da Silva Melo
Vitória Eliza Martins do Amaral

CONTROLE OPERACIONAL

Francisco Ernane de Freitas
Guilherme França Moraes
Jane Mary Rocha
José Airton do Nascimento Sousa
Júlio César de Mendonça
Maria das Dores da Silva
Maria de Fátima Alves Maia
Mário César Lemos Queiroz
Rosildo Assis de Sousa
Tânia Maria da Silva Duarte
Valdomiro José da Silva

GESTÃO DE ATIVOS

Márcia de Azevedo Franco Dantas



CÉLULA DE PLANEJAMENTO

Antonio Carlos Nogueira de Oliveira Santana
Takeshi Cardoso Koshima
Uelsivanda Barbosa da Silva
Wilson Gomes de Oliveira Júnior

ÍNDICE GERAL

RELATÓRIO

Apresentação.....	13
Notas Explicativas.....	14

Capítulo I

1. Do Orçamento

1.1 Orçamento Geral.....	44
1.2 Orçamento da Administração Direta.....	52
1.3 Orçamento da Administração Indireta.....	55

Capítulo II

2. Da Execução Orçamentária

2.1. Da Administração Direta.....	56
2.2. Da Administração Indireta.....	116

Capítulo III

3. Da Consolidação Orçamentária

3.1. Consolidação Orçamentária da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.....	130
--	-----

Capítulo IV

4. Dos Balanços Gerais

4.1. Balanços da Administração Direta.....	138
4.2. Balanços das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.....	191
4.3. Balanços Consolidados - Administração Direta e Indireta.....	214
4.4. Balanços das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	255

Capítulo V

5. Da Gestão Fiscal

5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal	256
---	-----

Capítulo VI

Considerações Finais	270
----------------------------	-----

ANEXOS

- Relatório do Controle Interno	271
- Anexo 12 - Balanço Orçamentário - Administração Direta	417
- anexo 1 – demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados.....	420
- anexo 2 – demonstrativo de execução dos restos a pagar processados.....	420
- Anexo 13 - Balanço Financeiro - Administração Direta	421
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Administração Direta	422
- Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Administração Direta	424
- Demonstração dos fluxos de caixa - Administração Direta.....	427
- Anexos 1, 2, 10, 11, 15, 16 e 17 - Administração Direta.....	431
- Balanços e Demonstrativos Consolidados - Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos	493
- Demonstrações Financeiras - Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	533
- Anexo 12 - Balanço Orçamentário – Administração Direta e Indireta.....	541
- anexo 1 - demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados.....	544
- anexo 2 - demonstrativo de execução dos restos a pagar processados.....	544
- Anexo 13 - Balanço Financeiro - Administração Direta e Indireta	545
- Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Administração Direta e Indireta.....	546
- Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Administração Direta e Indireta	548
- Demonstração dos fluxos de caixa - Administração Direta e Indireta.....	551
- Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Empresas Estatais Dependentes.....	554
- Anexos 1, 2, 10, 11 e 17 - Administração Direta e Indireta	555
- Relação dos Órgãos integrantes da Administração Direta.....	591
- Relação dos Órgãos integrantes da Administração Indireta	593
- Relação das Fontes de Recursos.....	597



RELATÓRIO CONTÁBIL

Apresentação

O Balanço Geral do Estado, nos termos do art. 88, inciso XVI, da Constituição Estadual, diz respeito à prestação de contas que o Excelentíssimo Senhor Governador apresenta anualmente à Augusta Assembléia Legislativa, *in verbis*:

Art.88. Compete privativamente ao Governador do Estado:

XVI - prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior.

Integram o Balanço Geral as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

O Balanço Geral é composto de dois volumes e um relatório contábil. O primeiro volume contém os balanços e demonstrativos da Administração Direta. O segundo engloba os balanços e demonstrativos - consolidados e por entidade das autarquias, fundações e fundos e ainda as demonstrações financeiras das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Por seu turno, o relatório contém as explicações e a análise das execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, distribuídas em capítulos, tendo como objetivo facilitar o manuseio e dar uma melhor configuração aos dados e informações.

O Balanço Geral é um instrumento legal imprescindível à sociedade, porquanto lhe permite acesso às informações que identificam a origem e a destinação dos recursos públicos, que visam melhorar a qualidade de vida do povo cearense, bem como a avaliação do desempenho da gestão pública.

Em cumprimento à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, de nº 12.509, de 06.12.95, acompanha a Prestação de Contas o parecer do Controle Interno que evidencia o cumprimento da legislação vigente quanto à forma de apresentação das demonstrações contábil, financeira e fiscal.

Notas Explicativas

01. Contexto Operacional

O presente relatório tem por finalidade demonstrar os resultados alcançados pelo Governo do Estado do Ceará, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Camilo Sobreira de Santana, durante o exercício de 2015, em função das ações governamentais desenvolvidas, tomando por base as informações contábeis contidas no seu Balanço Geral.

Essas informações foram extraídas do Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR que, contempla os atos e fatos ocorridos no âmbito da Administração Pública Estadual, sempre em observância aos Princípios de Contabilidade e, de forma gradativa, às novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

O S2GPR é gerenciado pela Secretaria da Fazenda, através da Coordenadoria do Tesouro Estadual - COTES e da Coordenadoria de Gestão Financeira - COGEF que, por sua vez, vêm cumprindo as determinações das legislações financeira, orçamentária e fiscal, e demonstrando a transparência de seus atos através da divulgação periódica de relatórios das execuções da Receita e Despesa Orçamentárias.

O Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR foi implantado no exercício de 2012, sendo o Ceará o primeiro Estado a assumir as responsabilidades inerentes a este desafio das NBCASP.

O Governo do Ceará também implantou o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e colocou em prática, de forma parcial, as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, dando um passo importante no processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (IPSAS).

As Células de Contadoria da Administração Direta e Indireta, CECAD e CECAI, respectivamente, vinculadas à COTES, coordenam e acompanham as execuções orçamentária, financeira, contábil e patrimonial de 34 órgãos integrantes da Administração Direta e 8 descentralizadas, incluindo todos os Poderes e o Ministério Público, 13 Autarquias, 7 Fundações, 29 Fundos Especiais, 2 Empresas Públicas, 11 Sociedades de Economia Mista e mais 28 unidades descentralizadas da Administração Indireta.

Os Fundos não contemplados com dotações orçamentárias em 2015 foram: Fundo de Defesa Agropecuária – FUNDEAGRO, Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS e Fundo de Incentivo a Energia Solar do Estado do Ceará - FIES.

Os Fundos do Ministério Público, Fundo de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público do Estado do Ceará - FUNSIT e Fundo de Manutenção da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará - FESMP foram contemplados com dotação orçamentária, porém, não houve execução.

Dentre os órgãos da Administração Indireta, 04 empresas são consideradas dependentes e se enquadram na definição do inciso III, do art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quais sejam: Companhia de Habitação do Ceará - COHAB, Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará - EMATERCE, Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE e a Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE. Em atendimento à Portaria nº 589/STN, de 27/12/01, estas estatais operacionalizaram suas execuções orçamentárias no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, sem prejuízo da Lei 6.404/76.

02. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Balanço Geral do Estado foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com os princípios da Administração Pública, com as leis de finanças e orçamento público, com as normas e princípios contábeis, e com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”.

A execução orçamentária do Estado do Ceará apresenta a origem e a destinação dos recursos identificados por fonte, segundo o seu fato gerador e aplicação. As fontes são codificadas individualmente e, gerencialmente, por grupo de fontes como: do tesouro, de convênios, de operações de crédito etc.

Importante esclarecer que as transações das receitas e das despesas foram realizadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF Nº 688, de 14.10.2005. As despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, ainda, despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

Quando da apropriação da obrigação em vigor em um órgão ocorre uma despesa intra-orçamentária que, no momento do recebimento em outro órgão, registra-se uma receita intra-orçamentária.

Considerando este grande desafio e tendo como base os instrumentos legais de orientação para as regras e procedimentos contábeis do exercício de 2015, através da portaria STN nº 553 de 22.09.2014, e Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de dezembro de 2014, que aprovaram a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, respectivamente. O Estado do Ceará, apresenta suas demonstrações contábeis atendendo ao Volume V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do referido Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª edição, motivo pelo qual elenca-se as seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário, Balanço financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.

O S2GPR gera e emite os relatórios das demonstrações contábeis dos Anexos 12, 13, 14 e 15 da Lei 4.320/64, que correspondem aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais, respectivamente. As demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido são anexos estabelecidos pelo Manual da STN. Por força da Resolução TCE Nº 3.303/2006, os órgãos da Administração Direta apresentam suas prestações de contas anuais de forma individualizada.

03. Resumo das Principais Práticas Contábeis

03.01. Execução Orçamentária

Na contabilização da execução orçamentária foram utilizados os regimes de caixa e de competência para as receitas e despesas, respectivamente, em conformidade com o Art. 35, da Lei nº 4.320/64, e o inciso II do Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000. Os valores relativos ao reconhecimento e a mensuração dos créditos tributários a receber no exercício seguinte relativos a 2015 foram registrados no Subgrupo de “Créditos à Curto Prazo”.

03.02. Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas

A Padronização dos registros contábeis das entidades das esferas de governo, envolvendo a administração direta e indireta, inclusive fundos, autarquias, agências reguladoras e empresas estatais dependentes, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

03.03. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

As receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções: restituições, retificações e deduções para o FUNDEB (Portaria STN nº 328, de 27 de agosto de 2001). As repartições de receita entre os Entes da Federação continuam como despesas não sendo registradas como dedução.

03.04. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

A estrutura desta demonstração contempla os ingressos e dispêndios em destinação ordinária e vinculada, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias realizadas e executadas por destinação de recurso (destinação vinculada ou destinação ordinária). O detalhamento das vinculações foi feito de acordo com as características específicas do Estado. Seguem as seguintes definições:

- **Destinação Ordinária** - É o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
- **Destinação Vinculada** - É o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

03.05. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A estrutura desta demonstração contempla os termos que evidenciam a classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, além do grupo de contas do patrimônio líquido.

Os incentivos fiscais do Estado do Ceará são evidenciados, conforme programa do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, registrando os créditos a receber no grupo do Circulante de Curto Prazo e os de longo prazo não Circulante, com as devidas deduções dos prováveis valores de fundo perdido, conforme as normas legais e contratuais inerentes ao FDI.

No exercício 2015, não houve execução orçamentária na Unidade Gestora 480201 (Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI). As disponibilidades geradas pelo retorno do principal, dos benefícios concedidos pelo FDI em exercícios anteriores, foram contabilizadas como receita orçamentária do Tesouro Estadual, conforme dispõe o Decreto nº 29.183/2008.

Com relação ao Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos – PROADE foram contabilizados nos grupos do Ativo Circulante e Não Circulante da Unidade Gestora 190001 (Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará) os benefícios concedidos às sociedades empresariais enquadradas no Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos - PROADE.

O critério quanto aos valores da dívida ativa, cujo estoque total não apresenta a dedução da provisão para perda, em virtude da Procuradoria Geral do Estado - PGE não ter ainda definido parâmetro e pela inexistência de um Sistema com métodos eficientes que realizem levantamento dos dados.

Em 2015, o Estado ainda não apresenta seus investimentos, imobilizados, com a respectiva conta redutora ao seu valor recuperável e nem com as reduções relativas a depreciações, exaustão e amortização acumulada pela não conclusão do Sistema Patrimonial, bem como a integração com o S2GPR. Foram elaborados os decretos nº 31.340, de 05 de novembro de 2013 e o 31.400, de 14 de janeiro de 2014, o qual altera o Art. 38 do anterior estabelecendo o prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens adquiridos em exercícios anteriores ao ano de 2013 para novembro de 2014 para bens móveis e imóveis”.

Cabe ressaltar que o art.38 teve nova redação no Decreto nº 31.671/2015, alterando o prazo supramencionado para o mês de dezembro de 2016.

A Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação para a consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual. Esta Portaria estabeleceu novos prazos para implantação dos procedimentos supracitados.

A Secretaria da Fazenda elaborou a Portaria nº 297, de 19 de maio de 2014, revogando os dispositivos da Portaria nº 518/2013, relativos ao Cronograma de Ações a serem adotadas para implantação integral das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme a Portaria STN nº 406/2011, alterada pelas Portarias STN nº 828/2011, 231/2015 e 753/2012. Portanto, o Estado fica no aguardo da estipulação de prazos obrigatórios por conta da STN.

Vale ressaltar que o único órgão que implantou o sistema de procedimentos para reavaliação, depreciação e amortização dos bens foi o Tribunal de Contas do Estado. Portanto, foi registrada, contabilmente, a redução do valor original dos bens móveis, imóveis e intangíveis sob a sua responsabilidade, conforme estabelece NBCT 16.9 e NBCT 16.10, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

03.06. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo a Lei nº 4.320/64, art. 104, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A estrutura desta demonstração, contempla as alterações verificadas no patrimônio. São as variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido e estão divididas em Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. Em ambos os casos, a nova estrutura evidencia os novos grupos de contas.

03.07. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

03.08. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Conforme regras dispostas na Parte V do MCASP a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido será obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes e para os entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas.

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade e complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF) - Lei Complementar nº 101/2000 art. 4º §1º e § 2º - integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). É obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. No estado do Ceará existem duas empresas que reúnem essas características, COHAB e CODECE.

04. Publicação de Dispositivos Legais

Foram editados os seguintes dispositivos legais, na esfera estadual e na federal, no decorrer do exercício:

Lei nº 15.773, de 10 de março de 2015, altera a Lei nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, a qual dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo. Criou, na estrutura do Poder Executivo, a Secretaria de Relações Institucionais, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico, a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria Especial de

Políticas sobre Drogas e extinguiu o Conselho Estadual de Desenvolvimento – CONPAM e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE.

A Secretaria da Pesca e Aquicultura – SPA, criada pela Lei nº14.869, de 25 de janeiro de 2011, passa a ser denominada Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura.

- Lei nº 15.798, de 01.06.2015, altera as Leis nºs 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, nº 15.360, de 4 de junho de 2013 e nº 13.743, de 29 de março de 2006, a qual dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo.

- Lei nº 15.826, de 27 de julho de 2015, altera dispositivos da Lei nº 15.384, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre a Anistia de Créditos Tributários relacionados com o Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre as Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, com o imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, como Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, inscritos ou não em Dívida Ativa do Estado.

- Lei Complementar nº 150, de 27 de julho de 2015, altera o art. 1º da Lei Complementar nº 36, de 6 de agosto de 2003, alterada pela Lei Complementar nº 42, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude.

- Lei Complementar nº 151, de 27 de julho de 2015, altera dispositivos da Lei Complementar nº 139, de 12 de junho de 2014, que institui o Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas - FEPAD, e altera dispositivos da Lei nº 14.217, de 3 de outubro de 2008.

- Lei Complementar nº 152, de 27 de julho de 2015, altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP.

- Lei Complementar nº 153, de 04 de setembro de 2015, dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Idoso do Ceará - FEICE.

- Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

- Lei nº 15.878, de 29 de outubro de 2015, dispõe sobre o Sistema de Conta Única de Depósitos sob aviso à Disposição da Justiça.

- Lei nº 15.906, de 11 de dezembro de 2015, autoriza a transferência de recursos financeiros por meio de convênios para as pessoas jurídicas do setor privado que indica, nos termos da Lei Estadual nº 15.674, de 31 de julho de 2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015).

- Lei nº 15.912, de 11 de dezembro de 2015, institui o Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público do Estado do Ceará.

05. Outras Informações de Esclarecimentos

Tratando-se de controle do patrimônio do Estado, a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, órgão responsável pela gestão patrimonial do Estado, utiliza o Sistema de Gestão de Bens Imóveis - SGBI, que tem a finalidade de efetuar um controle corporativo de todos os bens imóveis de uso do Estado, de sua propriedade ou locados, e o Sistema de Gestão de Frota - SIGEF, que está sendo customizado com novas funcionalidades em um escopo mais amplo, abrangendo aspectos inerentes ao controle de uso e controle de custos de aquisição, operação e manutenção da frota.

Os demonstrativos que abrangem “**execução orçamentária**” serão apresentados de três formas: a) execução Orçamentária da Administração Direta; b) execução Orçamentária da Administração Indireta; e c) execução Orçamentária Consolidada das duas administrações.

O Capítulo IV demonstra a consolidação dos Balanços Gerais da Administração Direta com a Indireta sob os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial, abrangendo toda Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes. Estas últimas apresentam as demonstrações orçamentárias que foram executadas no S2GPR, obedecendo também à Lei nº 6.404/76.

06. Parceria Público-Privada - PPP

Atualmente o governo estadual mantém 5 (cinco) projetos em andamento sob a modalidade de Parceria Público-Privada (PPP). Destes, há dois em execução, PPP Castelão e PPP Vapt Vupt, e dois contratados não executando, PPP Hospital Regional Metropolitano e PPP Ponte Estaiada. O Hospital está aguardando a emissão da ordem de serviço e a Ponte está paralisada. Um dos projetos, a PPP Cogeração de Energia à Gás para o Centro de Eventos do Ceará, teve seu processo licitatório concluído, mas contrato ainda não celebrado.

Destacando cada um dos projetos PPP do Estado, temos que o primeiro contrato de PPP do Estado do Ceará na modalidade de concessão administrativa foi firmado em 26 de novembro de 2010 com a Sociedade de Propósito Específico (SPE) ARENA CASTELÃO OPERADORA DE ESTÁDIO S.A., composta pelas empresas Galvão Engenharia S/A, Serveng Civilsan S/A e BWA Tecnologia de Informação Ltda. O contrato tem como objeto a (i) construção do edifício central, (ii) construção, operação e manutenção do estacionamento, em cada uma de suas etapas, e (iii) construção e manutenção da Secretaria do Esporte, seu extrato foi publicado no DOE em 7 de dezembro de 2010.

Em 2011, foram concluídas a ETAPA 1, referente à operação da Secretaria do Esporte e Estacionamento Coberto 1; a ETAPA 2, referente à operação do Estacionamento Coberto 2, conforme estabelecido no contrato. Em

2012, foi entregue a ETAPA 3, contemplando Edifício Central e iniciada ETAPA 4 - Conclusão, disponibilização e início da operação da totalidade do Estádio, cuja finalização ocorreu em fevereiro de 2013, quando foi iniciada a operação total da arena. A Arena Castelão foi o primeiro estádio a ficar pronto no país para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. Em 2014 foi realizada a transferência do controle acionário da concessionária Arena Castelão Operadora de Estádio S.A. que passou da Galvão Engenharia S.A. para a BWA Tecnologia de Informação Ltda. Em 2015 o contrato seguiu sua execução normal.

O segundo contrato de PPP do Estado do Ceará, também na modalidade de concessão administrativa, foi firmado em 1º de novembro de 2013 com a SPE CEARÁ SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO S/A, composta pelas empresas Construtora Marquise S.A. e o Shopping do Cidadão Serviços e Informática S.A. O contrato, cujo extrato foi publicado no DOE em 13 de novembro de 2013, tem como objeto a concessão administrativa dos SERVIÇOS VAPT VUPT, destinados à construção, implantação, operação, manutenção e gestão de 5 (cinco) UNIDADES, sendo 3 (três) unidades localizadas no Município de Fortaleza - Unidades Centro, Messejana e Antônio Bezerra, 1 (uma) localizada no Município de Juazeiro do Norte e 1 (uma) localizada no Município de Sobral, do Programa VAPT VUPT de Atendimento Integrado ao Cidadão do Governo do Estado do Ceará. A ordem de serviço para o início da construção da primeira unidade, a de Juazeiro do Norte, foi dada em 27 de janeiro de 2014. Atualmente, estão em funcionamento as unidades de Juazeiro, a unidade de Messejana e a unidade de Sobral. A unidade de Antônio Bezerra está em vias de iniciar suas atividades, já a unidade Centro ainda não teve sua implantação iniciada.

Em 2011 e 2012 houve abertura de vários editais de Procedimento de Manifestação de Interesse para a contratação por meio da modalidade de PPP. Foram autorizados estudos para o Sistema de Co-geração de Energia à Gás Natural para o Centro de Eventos do Ceará (SEINFRA), Hospital Regional Metropolitano do Ceará (SESA), Arco Rodoviário Metropolitano (SEINFRA), Ponte Estaiada sobre o Rio Cocó (SEINFRA), Terminal Intermodal de Cargas do Porto do Pecém (SEINFRA), Trem do Cariri (Metrofor/SEINFRA), Metrô de Fortaleza: Linhas Leste, Oeste, Sul e VLT Parangaba -Mucuripe (Metrofor/SEINFRA), Complexo de Alta Segurança do Estado do Ceará (SEJUS), Unidades Socioeducativas para Adolescentes em Conflito com a Lei (STDS) e Centro de Entretenimento e Convenções do Ceará - Praia Mansa (SETUR). Destes projetos celebrou-se mais dois contratos de PPP.

O terceiro contrato de PPP do Estado, referente à Ponte Estaiada, assim como os demais, foi celebrado na modalidade de concessão administrativa com a SPE Ponte Estaiada OAS-Marquise Infraestrutura S.A que tem como objeto a manutenção e conservação estrutural e rodoviária do SISTEMA VIÁRIO DE INTERSEÇÃO e acessos de vias urbanas à CE-040, incluindo a construção da Ponte Estaiada sobre o Rio Cocó bem como os serviços de operação, manutenção, conservação e exploração do MIRANTE, a serem precedidas das obras de construção e implantação das melhorias do sistema viário de mobilidade urbana de Fortaleza e Mirante (Projeto de Melhoria do Sistema de Transporte Coletivo de Fortaleza), sob a fiscalização da Secretaria da Infraestrutura do Estado - SEINFRA. O contrato foi assinado em 21 de agosto de 2014 e seu extrato foi publicado no DOE em 29 de agosto de 2014. A ordem de serviço foi emitida, porém a execução da obra está paralisada.

O quarto contrato de PPP do Estado do Ceará, na modalidade de concessão administrativa, é referente ao Hospital Regional Metropolitano e foi celebrado com EMPRESA CEARÁ SAÚDE S.A., o qual foi assinado em 17 de setembro de 2014, tendo seu extrato sido publicado no DOE de 22 de setembro de 2014. O objeto do contrato é a concessão administrativa para a construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais no Hospital Regional Metropolitano do Ceará - HRM/CE. A ordem de serviço para o início da execução do contrato ainda não foi emitida.

O quinto projeto de PPP tem como objeto a implantação, construção, instalação, operação e manutenção geral da Central de Cogeração a Gás Natural, para o Centro de Eventos do Ceará, incluindo obras civis complementares e adequação de materiais e equipamentos já adquiridos. Ele teve seu processo licitatório concluído, mas contrato ainda não assinado devido à mudança de cenário no setor energético do país.

No que diz respeito ao arcabouço legal das PPP do Estado do Ceará, os projetos estão em conformidade com a Lei Federal nº 11.079/2004 e suas alterações realizadas pela Medida Provisória 575, de 07 de agosto de 2012, convertida, em 30 de dezembro de 2012, na Lei 12.766/12 e Portarias da STN aplicadas ao Setor Público, em consonância ainda com a Lei Estadual nº 14.391 de 7 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 9 de julho de 2009, alterada pela Lei Estadual nº 15.277 de 28 de dezembro de 2012, publicada no DOE em 31 de dezembro de 2012.

Os registros patrimoniais referentes a essa modalidade de concessão estão sendo efetuados durante o prazo de Reversão da Concessão, de acordo com a Portaria STN nº 614/2006 e com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

No esforço para recuperar os ativos oriundos de operações de créditos, referentes a mutuários diversos, contratadas com o extinto Banco do Estado do Ceará - BEC, a Lei nº 14.505 de 18/11/2009, a Lei nº 15.155 de 09/05/2012, a Lei nº 15.384 de 25/07/2013 e a Lei 15.715 de 03/12/2014 recuperaram, no exercício de 2015, o valor de R\$ 518.259,51.

Com o objetivo de otimizar a monetização desses ativos, a SEFAZ celebrou contrato com a FGV - Fundação Getúlio Vargas. A FGV atualmente está realizando um trabalho que consiste na precificação das carteiras e montagem do processo de oferta do portfólio ao mercado.

O Governo do Ceará, na busca pela eficiência na gestão e no equilíbrio fiscal das contas públicas, se posiciona dentro dos limites de gastos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros. Ademais, cumpriu com as determinações legais quanto aos limites mínimos a serem aplicados nos gastos com Saúde e Educação.

A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembléia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e os da Gestão Fiscal - RGF foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

07. Finanças Públicas - Estado do Ceará

No Balanço Geral estão demonstrados os resultados alcançados pelo Estado do Ceará no exercício de 2015 e se constitui na prestação de contas do 1º ano do mandato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Camilo Sobreira de Santana.

O Governo do Estado do Ceará, com muita firmeza e perseverança, procura consolidar avanços e lança novas bases para o desenvolvimento estadual. Em conjunto, preserva os princípios de gestão financeira e fiscal, que possibilitam as diversas realizações.

A atuação do governo vem sendo pautada pela continuidade do crescimento econômico aliada à distribuição de riqueza e inclusão social. O desafio está em superar as desigualdades sociais e econômicas do Estado. Para a superação desse desafio, o Governo vem atuando por meio da Gestão Pública por Resultados - GPR, com foco no efetivo alcance de objetivos e resultados no âmbito das políticas públicas, condicionando, para tanto toda, a estrutura de planejamento, orçamento e os processos decisórios.

08. Recomendações do TCE constantes do Parecer Prévio das Contas de Governo do Exercício de 2014

Esta parte do trabalho tem como objetivo apresentar o tratamento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE, por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2014.

As ações foram definidas no âmbito da *Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades - PASF*, ferramenta criada pelo Decreto nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a Auditoria Preventiva com Foco em Riscos. Para tanto, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE, na condição de Órgão Central de Controle Interno, com a competência de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional e nos termos do art.6º do mencionado decreto, instituiu a referida comissão, coordenada por representante desta CGE e formada por representantes da Procuradoria Geral do Estado - PGE, Secretaria da Fazenda - SEFAZ e Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG.

Nesse contexto, as recomendações emitidas pelo TCE foram analisadas em função da pertinência temática e discutidas pela Comissão, cujas ações de melhoria estão apresentadas a seguir, com a indicação das providências adotadas e considerações pertinentes sobre a matéria.

1) RECOMENDAÇÃO 03 do Relatório Técnico do TCE - À Secretaria da Fazenda que dê continuidade ao processo de implantação do sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial, em atendimento às exigências contidas no art. 50, VI, § 3º da LRF.

O Sistema de Informação de Custos Aplicado ao Setor Público é uma ferramenta gerencial cujo objetivo consiste em subsidiar as decisões governamentais e organizacionais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público, sendo essencial para a transformação de paradigmas que existem atualmente na visão estratégica do papel do Setor Público Brasileiro.

Nesse contexto, a implantação de uma ferramenta para identificação dos custos incorridos pelos serviços/produtos entregues à sociedade possibilita a verificação de espaços para a melhoria organizacional do Setor Público, bem como proporciona instrumentos de análise para a eficácia, a eficiência, a economicidade e a avaliação dos resultados do uso racional dos recursos públicos disponíveis.

Sua implantação atende a comando específico da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 50, § 3º), que determina à Administração Pública a necessidade de manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Portanto, a implantação do Sistema de Custos Aplicado ao Setor Público é uma política de governo, sendo responsabilidade do governo do Estado do Ceará seu desenvolvimento e aplicação.

Complementar a esse comando legal, consta edição da NBC T SP nº 16.11, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), estabelecendo a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público, apresentado, na referida Norma, como Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP), de observância obrigatória pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Mais recentemente, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) instituiu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que determina a implantação integral das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Dentre os assuntos abordados pelo MCASP, consta implantação do Sistema de Custos. A STN, através da Portaria nº 828/2011, tratou sobre o cronograma de ações a serem adotadas para implantação integral das NBCASP, estabelecendo prazo limite para a implantação de todos os procedimentos contábeis apresentados no MCASP, incluindo o Sistema de Custos, por todos os Estados, Distrito Federal e Municípios.

Entretanto, considerando o grande volume de ações desencadeadas para dar integral cumprimento às NBCASP, e no sentido de priorizar os procedimentos cuja necessidade de implantação era imediata, a STN determinou, através da Portaria nº 634/2013, a revogação dos prazos constantes no cronograma de ações para implantação integral das NBCASP, fixando prazo apenas para o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e para as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), até o final de 2014. No art. 13 da referida Portaria, determinou que os demais procedimentos contábeis, inclusive o Sistema de Custos, terão

prazos finais de implantação estabelecidos de forma gradual por meio de ato normativo da STN. Cabe destacar, inclusive, que nem mesmo a União ainda não conseguiu implantar seu Sistema de Custos até o presente momento.

Seguindo as decisões tomadas em nível nacional, esta SEFAZ, através da Portaria nº 297/2014, revogou os prazos estabelecidos pela Portaria SEFAZ nº 981/2012, que trata do cronograma de ações a serem adotadas para implantação integral das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) no âmbito do Estado do Ceará, exceto quanto à implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), ocorrida ao final de 2014.

Portanto, o Governo do Estado aguarda orientação em nível nacional para restabelecer os prazos de implantação do Sistema de Custos. Essa situação não impede o desenvolvimento de metodologia própria de gestão de custos por parte do Estado, mas exige maior atenção futura, já que os entes federados precisam seguir as orientações emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O sentido de aguardar a orientação é manter a contabilidade do Estado alinhada ao padrão nacional e, assim, não correr o risco de, posteriormente, ter de ajustar sensivelmente os procedimentos para atender a um eventual padrão diverso do implantado no âmbito do Estado, a ser instituído futuramente.

Nesse contexto, a Secretaria da Fazenda se organizou no sentido de instituir grupo de trabalho específico para desenvolvimento do modelo de custeamento aplicável a própria secretaria, e que seria replicado nos demais órgãos e entidades públicas do governo do Estado do Ceará. Posteriormente, SEFAZ, SEPLAG e CGE formaram um grupo de trabalho conjunto, denominado Grupo Técnico de Custos (GTCustos), com o propósito de idealizar modelo de custos que abrangesse não somente as necessidades contábeis, mas incorporasse também o atendimento às necessidades informacionais para tomadas de decisão tanto em nível de planejamento quanto de controle das ações governamentais.

O projeto ora iniciado conta com suporte financeiro de recursos do programa PforR, envolvendo a contratação de consultoria para desenvolvimento da metodologia e aplicação do modelo, cujo termo de referência foi finalizado e recebeu não objeção do Banco Mundial no início de 2016.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase inicial de contratação da consultoria para o desenvolvimento da metodologia de custos para o Governo do Estado do Ceará, visando subsidiar a tomada de decisão do governo estadual e contribuindo para a melhoria da alocação dos recursos públicos. A contratação tem como objetivo desenvolver Metodologia de Custos para o Estado em 2 etapas:

- a) Etapa 1: Desenvolvimento de metodologia geral de custos aplicável para todos os Órgãos/Entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará;
- b) Etapa 2: Desenvolvimento de metodologia específica de alocação de custos para um Projeto Piloto na Secretaria da Educação do Estado - SEDUC.

O desenvolvimento das ferramentas tecnológicas de suporte para o sistema de custos está a cargo do Governo do Estado do Ceará, fundamentadas no trabalho desenvolvido pela consultoria contratada, cujo acompanhamento e gerenciamento será feito pelo Grupo Técnico de Custos (CTCustos), formado por representantes da SEPLAG, CGE e SEFAZ.

A expectativa é que o sistema esteja desenvolvido, homologado e aplicado no Poder Executivo do Estado do Ceará ao longo do exercício de 2017, conforme já relatado ao Tribunal de Contas do Estado através da Nota Técnica SEFAZ nº 07/2015.

2) RECOMENDAÇÃO 04 do Relatório Técnico do TCE - À Secretaria da Fazenda que elabore demonstrativo de que trata o art. 13 da LRF, evidenciando a quantidade e os valores relativos a ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 13, estabelece que as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Nesse sentido, já foi publicado no Relatório do Balanço Geral do Estado, referente às contas de 2014, pág. 38, texto contendo a descrição das ações adotadas pelo governo para arrecadar os créditos inscritos em dívida ativa e medidas de combate à sonegação, bem como uma tabela apresentando a evolução da inscrição e arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa (tabela 1) e dos passíveis de cobrança administrativa dos quatro exercícios anteriores - 2009 a 2013 (tabela 2).

Para 2016, essas informações apresentadas no relatório do Balanço serão também divulgadas no ato de publicação da programação financeira para a execução orçamentária de 2016, cumprindo formalmente o que estabelece o art. 13 da LRF. Entretanto, considerando que o relatório do Balanço Geral de 2014 é um documento oficial do governo, que presta contas da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Estado do Ceará, entende-se atendida materialmente tal recomendação quando da publicação do aludido conteúdo no relatório.

É importante lembrar que, desde 2006, através da Lei Complementar nº 58 de 31 de março de 2006, a gestão da dívida ativa do Estado está sob responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado (PGE) com o fim de promover a cobrança extrajudicial e judicial de qualquer natureza, tributária ou não. Portanto, questões relativas à evolução da inscrição e arrecadação da dívida ativa, bem como das ações a serem executadas para a cobrança desses créditos são de responsabilidade da PGE, cabendo a esta SEFAZ o recebimento desses valores, assim como a correta classificação contábil associada a cada tipo de recebimento.

3) RECOMENDAÇÃO 06 do relatório técnico do TCE - Ao Poder Executivo que publique no prazo legal (30 dias, após a publicação da LOA) as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de desembolso, tudo em conformidade com a legislação de regência, com vistas a garantir o equilíbrio das contas públicas e a solvência do Estado - recomendação atendida em 2015,

A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015 foi publicada no DOE do dia 30.12.2014. Já o ato de publicação das metas bimestrais de arrecadação, bem como da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso, foi publicado no DOE de 29.01.2015, através da Resolução COGERF nº 01/2015. Portanto, dentro do limite de 30 dias imposto pelo art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo integralmente à recomendação do Tribunal de Contas do Estado.

4) RECOMENDAÇÃO 08 do relatório técnico do TCE - À Secretaria da Fazenda que ajuste em sua página eletrônica os valores correspondentes às transferências constitucionais repassadas aos municípios, em consonância com o sistema contábil, de forma a evidenciar os importes efetivamente repassados.

Existe diferença entre o valor empenhado e o efetivamente repassado para os municípios, em virtude do fechamento da arrecadação mensal no sistema de arrecadação da SEFAZ somente ocorrer no mês seguinte e o empenho da despesa para o repasse da arrecadação ocorrer por estimativa, por causa do fechamento do mês contábil.

A gestão da arrecadação de ICMS é feita através do sistema SATURNO – Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado de Repasse Normatizado da SEFAZ, que trabalha com o regime de competência da arrecadação. Um exemplo de como esse processo de gestão da arrecadação de ICMS acontece o seguinte: a arrecadação mensal de Junho/2015 fecha financeiramente em 30/06/2015, mas ocorre a arrecadação de ICMS da competência Junho/2015 ao longo dos primeiros dias de Julho/2015 (essa arrecadação é conhecida como ICMS complementar). O sistema SATURNO registra essa arrecadação que ingressou financeiramente nos primeiros dias de Julho/2015 na competência de Junho/2015. Entretanto, não é possível abrir o sistema contábil para retroagir empenhos para contabilizar em Junho/2015, uma vez que o mês fechou financeiramente na contabilidade.

Para atenuar a eventual distorção entre a arrecadação do ICMS e o repasse aos municípios, é feito um empenho por estimativa do que deve ser repassado de arrecadação registrada no sistema SATURNO na competência de Junho/2015, mas que ingressou financeiramente em Julho/2015. Os ajustes de repasse aos municípios em virtude da arrecadação complementar de Junho/2015 são feitos no início do mês de Julho/2015 através de empenhos suplementares, na competência de Julho/2015. Em virtude dessa questão conceitual da gestão da arrecadação do ICMS na SEFAZ, sempre haverá pequenas diferenças entre a arrecadação repassada (pelo financeiro) e o valor arrecadado (pela competência gerida pelo sistema SATURNO), porém esse valor não guarda relação de grande relevância entre o que deveria ser repassado para os municípios e o que ocorreu de fato.

Como os valores dos empenhos por competência não fecham com o financeiro dentro do mês de competência, o Estado poderia ter questionamentos com os municípios quando os mesmos calculassem as suas transferências mensais e legais pelo valor estimado no empenho.

Essa explicação já foi apresentada anteriormente, quando da elaboração da Nota Técnica COTES/CECAD nº 06/2015, de 22 de Julho de 2015, para prestar esclarecimentos sobre as diferenças identificadas entre os valores efetivamente repassados e o cálculo da dedução para formação do FUNDEB, referente ao exercício de 2014, cuja causa das diferenças é justamente a distinção entre arrecadação e recolhimento dos valores que servem de base para o cálculo dos repasses.

5) RECOMENDAÇÃO 09 do relatório técnico do TCE: à Secretaria da Fazenda que crie controles contábeis e elabore relatório específico para evidenciar as receitas por fontes de recursos.

A partir de 2015, o relatório “conta-corrente” das contas contábeis de registro da receita é composto pela natureza da receita e pela fonte de recursos (agora informação obrigatória para inclusão de qualquer registro contábil de receita orçamentária). Isso facilitará ainda mais a elaboração de relatórios contábeis específicos para conferência da receita arrecadada por natureza e por fonte de recursos extraindo-os diretamente dos registros contábeis, atendendo, portanto, à referida recomendação do Tribunal de Contas do Estado. Cabe ressaltar, entretanto, que já existiam diversos relatórios no módulo de contabilidade que possibilitam a conferência da receita orçamentária arrecadada por fonte de recurso. A alteração procedida para o exercício de 2015 possibilita a extração de relatórios.

6) RECOMENDAÇÃO 16 do relatório técnico do TCE: Ao Poder Executivo que envie esforços na orientação e capacitação dos usuários do sistema S2GPR, responsáveis pelo empenho da despesa, a fim de que efetuem a classificação adequada da modalidade de licitação.

Não obstante a baixa incidência dessa ocorrência no cômputo geral das despesas registradas pela execução orçamentária, situação comprovada ao analisar os números apresentados no relatório técnico do TCE, cabe destacar que, considerando o robusto processo de registro automatizado das informações produzidas pela execução orçamentária do governo do Estado do Ceará, é impossível garantir que a integralidade dos dados inseridos no S2GPR estejam 100% corretos. Cabe, portanto, ao governo do Estado, como política de gestão, investir permanentemente em orientação e treinamento para diminuir essa pequena incidência de erros quando do registro da execução orçamentária da despesa.

Nesse sentido, esta SEFAZ irá recomendar e/ou promover, conforme o caso, junto às Unidades Gestoras do sistema, capacitações na área para que os usuários selecionem adequadamente a modalidade de licitação quando da realização do empenho da despesa.

7) RECOMENDAÇÃO 17 do relatório técnico do TCE: Ao Poder Executivo que envie esforços na orientação e capacitação dos usuários do sistema S2GPR, responsáveis pelo empenho da despesa, a fim de que

efetuem a classificação no elemento e no item de despesa adequado ao tipo de Transferência a Entidade Pública e Privada.

Não obstante a baixa incidência dessa ocorrência no cômputo geral das despesas registradas pela execução orçamentária, situação comprovada ao analisar os números apresentados no relatório técnico do TCE, cabe destacar que, considerando o robusto processo de registro automatizado das informações produzidas pela execução orçamentária do governo do Estado do Ceará, é impossível garantir que a integralidade dos dados inseridos no S2GPR estejam 100% corretos. Cabe, portanto, ao Governo do Estado, como política de gestão, investir permanentemente em orientação e treinamento para diminuir essa pequena incidência de erros quando do registro da execução orçamentária da despesa.

Nesse sentido esta SEFAZ irá recomendar e/ou promover, conforme o caso, junto às Unidades Gestoras do sistema, capacitações na área para que os usuários estejam plenamente aptos a classificar adequadamente, nos elementos de despesa respectivos, as transferências de recursos para entidades públicas e privadas. Vale ressaltar que várias inconsistências que o TCE apontou na classificação da despesa e no item de despesa decorrem de erros formais de digitação quando da inserção do dado no sistema. Entretanto, ao analisar os processos físicos que embasaram esses registros, a documentação confirma a exatidão do fato ocorrido. Quando a situação envolve informações que dependem do usuário foge do controle do gestor. Basta o usuário digitar um número invertido na classificação da despesa, no item ou qualquer outro código para causar especificações erradas, porém, dados corretos.

8) RECOMENDAÇÃO 27 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda que elabore o Balanço Orçamentário da Lei 4.320/64, bem como os Demonstrativos da LRF (Anexo I e II do RREO), de modo que a precisão inicial da receita e a fixação da despesa estejam de acordo com os valores previstos na Lei Orçamentária Anual.

Não existe diferença de valores comparando a previsão da receita e fixação da despesa apresentados na LOA-2014 com os demonstrativos contábeis de prestação de contas do governo (RREO e Balanço Geral do Estado). O que existe é uma diferença conceitual da composição desses valores nos referidos documentos. No caso da Lei Orçamentária Anual, a SEPLAG não considera no total da receita prevista e despesa fixada as receitas e despesas intraorçamentárias. Além disso, a SEPLAG considera no bojo dessas receitas e despesas os valores das empresas controladas independentes.

Nos demonstrativos contábeis, não são considerados os valores de receitas e despesas das empresas controladas independentes, uma vez que a execução orçamentária dessas entidades não é controlada pelo sistema de contabilidade. Além disso, pela legislação de direito financeiro, não há obrigatoriedade de considerar os valores das empresas independentes, apenas os das dependentes, como consta nos demonstrativos contábeis.

As tabelas abaixo apresentadas detalham a composição da previsão da receita e fixação da despesa a fim de comprovar a inexistência de diferenças entre a LOA e demonstrativos Contábeis.



Previsão da receita apresentada nos demonstrativos contábeis

Previsão da Receita nos Balanços	Previsão Inicial da Receita	Previsão Atualizada da Receita
Balanço Orçamentário RREO 6º Bim. 2014	21.657.905.724	23.970.646.388
Balanço Orçamentário Balanço Geral 2014	21.657.905.724	23.970.646.388

Previsão da receita apresentada na LOA-2014

Previsão da Receita na Lei Orçamentária Anual de 2014	Previsão Inicial da Receita
Receitas da Adm. Direta do Tesouro (1)	18.932.559.064
Receitas Intraorçamentárias da Adm. Direta do Tesouro (2)	7.179.258
Receitas da Adm. Indireta – Aut., Fund., Fundos e Emp. Dep. (3)	1.932.917.131
Receitas Intraorçamentárias da Adm. Indireta – Aut., Fund., Fundos e Emp. Dep. (4)	785.250.270
Receitas da Adm. Indireta – Empresas Controladas (5)	438.829.167
Total da Previsão Inicial da Receita na LOA 2014 (Não inclui as receitas intraorçamentárias e inclui as receitas das empresas controladas) = (1) + (3) + (5)	21.304.305.362
Total da Previsão Inicial da Receita considerada nos relatórios fiscais de prestação de contas de 2014 - RREO e Balanço Geral (inclui as receitas intraorçamentárias e não inclui as receitas das empresas controladas) = (1) + (2) + (3) + (4)	21.657.905.724

Fixação da despesa apresentada nos demonstrativos contábeis

Fixação da Despesa nos Balanços	Fixação Inicial da Despesa	Fixação Atualizada da Despesa
Balanço Orçamentário RREO 6º Bim. 2014	21.657.905.724	25.335.034.719
Balanço Orçamentário Balanço Geral 2014	21.657.905.724	25.335.034.719

Fixação da despesa apresentada na LOA-2014

Fixação da Despesa na Lei Orçamentária Anual de 2014	Fixação Inicial da Despesa
Despesas da Adm. Direta do Tesouro (1)	15.501.133.035
Despesas Intraorçamentárias da Adm. Direta do Tesouro (2)	668.556.133
Despesas da Adm. Indireta - Aut., Fund., Fundos e Emp. Dep. (3)	5.364.343.160
Despesas Intraorçamentárias da Adm. Indireta - Aut., Fund., Fundos e Emp. Dep. (4)	123.873.394
Despesas da Adm. Indireta - Empresas Controladas (5)	438.829.167
Total da Fixação Inicial da Despesa na LOA 2014 (Não inclui as despesas intraorçamentárias e inclui as despesas das empresas controladas) = (1) + (3) + (5)	21.304.305.362
Total da Fixação Inicial da Despesa considerada nos relatórios fiscais de prestação de contas de 2014 - RREO e Balanço Geral (inclui as despesas intraorçamentárias e não inclui as despesas das empresas controladas) = (1) + (2) + (3) + (4)	21.657.905.722

9) RECOMENDAÇÃO 28 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda que sane as divergências verificadas entre os demonstrativos contábeis da Lei 4.320/64.

Antes de dar início à justificativa sobre a ocorrência aqui levantada, é necessário enfatizar que não há divergência identificada sobre qualquer demonstrativo elaborado conforme a exigência da Lei nº 4.320/64. Quanto ao questionamento específico, o Saldo dos Restos a Pagar Não Processados é apresentado, na prestação de contas de 2014, no Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo XVII), exigido pela Lei nº 4.320/64.

O Tribunal de Contas do Estado fez auditoria sobre uma demonstração contábil que não fez parte do Balanço Geral do Estado de 2014. Os anexos I e II ao Balanço Orçamentário são quadros exigidos pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, de autoria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e não pela Lei nº 4.320/64, mas que não foram entregues na prestação de contas de 2014, e, por isso, não tiveram seus valores homologados pela contabilidade. Todavia, como o acesso aos anexos via sistema estava disponível para o TCE consultar e emitir relatórios, a Corte de Contas procedeu à sua análise, mesmo não tendo ocorrido a entrega formal dos anexos pela SEFAZ. Esses demonstrativos serão entregues na prestação de contas de 2015.

O valor correto do saldo de Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores é R\$ 75.315.527,91, conforme consta apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante de 31/12/2014.

10) RECOMENDAÇÃO 29 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda que elabore os demonstrativos contábeis observando integralmente a metodologia contida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16).

Essa recomendação está subdividida em 06 ocorrências, descritas e comentadas abaixo:

D) Ocorrência 40: Não apresentação, nas notas explicativas, da metodologia de cálculo utilizada para estimar a provisão de perda dos “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” e dos “Outros Créditos a Receber de Curto Prazo”.

A metodologia para cálculo dos ajustes de perda contabilizados está apresentada no relatório do Balanço Geral do Estado - 2014, páginas 132 e 133, observando os parâmetros constantes no Decreto nº 29.183, de 08 de fevereiro de 2008, que trata da regulamentação da legislação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI).

O referido Decreto estabelece que a gestão financeira do fundo cabe ao órgão gestor do FDI, contratado para tal finalidade. No momento, o órgão gestor do FDI é o BRADESCO, responsável pela realização dos cálculos dos créditos a receber de curto e longo prazo, bem como das estimativas para perda, conforme os critérios

estabelecidos no Decreto nº 29.183/2008, art. 35. A Secretaria da Fazenda, ao receber as informações do BRADESCO, efetua os necessários registros contábeis. Os documentos de suporte dos lançamentos contábeis estão à disposição do Tribunal de Contas do Estado para verificações.

II) Ocorrência 41: a dívida com precatório não foi devidamente segregada em curto e longo prazo.

Não há separação entre curto e longo prazo no saldo dos precatórios a pagar por causa da sistemática atual adotada para pagamento dos precatórios. Além disso, há atualmente alguns entraves à contabilidade que impedem a separação em curto e longo prazo (por exemplo, não se sabe exatamente qual CPF/Credor será pago em curto ou longo prazo e os Tribunais de Justiça e do Trabalho não informam para esta SEFAZ quais são as dívidas que serão executadas em curto e longo prazo, a não ser quando é encaminhada a relação dos precatórios que foram pagos durante o exercício financeiro, ao final de cada exercício).

Cabe ressaltar que é possível controlar a execução dos precatórios dentro do sistema de contabilidade discriminando por CPF/Credor. Porém, a gestão do pagamento dos precatórios feita pelos Tribunais dificulta sua individualização, uma vez que é utilizado o método de “um cabeça para vários beneficiários” quando da realização do empenho da despesa. Esta SEFAZ toma conhecimento do precatório que foi efetivamente pago somente quando da prestação de contas feita pelo respectivo Tribunal. É preciso, portanto, propor uma alteração na sistemática de pagamento dos precatórios para que se possa definir o que será pago em curto ou longo prazo. Contudo, a mudança desses procedimentos depende da anuência de todas as partes relacionadas ao processo, fugindo, portanto, da alçada da SEFAZ eventual decisão no sentido de modificá-lo.

Entretanto, a Secretaria da Fazenda envidará todos os esforços para propor a adoção de uma sistemática a partir de 2016 que possibilitará uma segregação entre curto e longo prazo conforme o método apresentado a seguir:

Como é sabido, a sistemática de pagamento de precatórios decorrentes de sentenças judiciais deve observar o disposto no art. 100 da Constituição Federal de 88, alterado pela Emenda Constitucional (EC) nº 62/2009. A referida emenda estabeleceu duas modalidades de opção para pagamento dos precatórios (conforme art. 97, § 1º da CF/88, inserido pela EC 62/09): I) por depósito em conta especial para quitação paulatina dos precatórios a pagar, cujo valor é definido com base na Receita Corrente Líquida (RCL); ou II) pela adoção de regime especial de pagamento, pelo prazo de até 15 anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial corresponderá ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido de correção monetária. O Estado do Ceará, através da edição do Decreto nº 30.111/2010, optou por pagar seus **precatórios pelo prazo de 15 anos, via depósito mensal de 1/12 (um doze avos)** do valor devido anualmente.

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou parcialmente procedente as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarando inconstitucional parte da EC nº 62/2009. Com a inconstitucionalidade da sistemática proposta pela referida emenda constitucional, a Suprema Corte apresentou a modulação dos efeitos das ADIs, determinando o

prazo de 5 exercícios financeiros, a contar de 1º de janeiro de 2016, para que a dívida com precatórios seja integralmente quitada. Nesse sentido, a partir de 2016, pode ser adotada a seguinte sistemática para segregação das dívidas com precatórios em curto e longo prazo. O valor dos precatórios a pagar no ano de 2016 será alocado como dívida de curto prazo em 31/12/2015. O saldo restante ficará registrado no longo prazo. O procedimento será repetido até que o saldo remanescente seja integralmente transferido para curto prazo.

III) Ocorrência 42: Não foi apresentado o quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial.

Foi elaborada a Tabela nº 160, página 226 do Relatório Contábil do Balanço Geral do Estado de 2014, referente ao Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial já que o Relatório faz parte da prestação de contas conforme art.42, § 2º, da Lei Orgânica do TCE. Portanto, a referida recomendação já havia sido integralmente atendida no relatório.

IV) Ocorrência 43: No Balanço Financeiro, o total das “Transferências Concedidas” não correspondem ao total das “Transferências Recebidas”.

A informação apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado procede, porém, esse fato foi devidamente evidenciado no relatório do Balanço Geral do Estado – 2014, páginas 219 e 220. Em síntese, o caso se refere a uma regularização de devolução de saldo de convênio no valor de **R\$ 76.173,40** entre os órgãos FUNTELC e FEC. Constam em detalhes as referidas explicações sobre a diferença, não fazendo sentido, portanto, a recomendação, uma vez que o saldo foi explicado.

V) Ocorrência 44: não foram evidenciadas no Balanço Patrimonial as deduções para perda dos Créditos da Dívida Ativa.

A possibilidade de registro das referidas deduções será estudada e apresentada na prestação de contas de 2015.

VI) Ocorrência 45: Contas no Balanço Patrimonial com denominações genéricas contendo saldos expressivos.

Não é possível detalhar determinados tipos de agrupamentos de contas evidenciados no Balanço Patrimonial porque o Estado é obrigado a seguir a estrutura padrão do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essa estrutura padrão definida pela STN permite a harmonização e comparabilidade das demonstrações contábeis de todos os entes federados, facilitando a consolidação das contas nacionais. Justamente em virtude da impossibilidade de detalhamento a estrutura do próprio balanço é que foi apresentada nota explicativa decompondo o valor dos outros créditos a receber e valores de curto prazo, na página 171 do relatório do Balanço Geral do Estado - 2014. O Tribunal de Contas do Estado, inclusive, aceitou os argumentos apresentados e registrou isso em seu relatório, mas inadvertidamente constou esse ponto como recomendação.

11) RECOMENDAÇÃO 31 do relatório técnico do TCE: Ao Poder Executivo que promova a operacionalização do FCE com vistas ao cumprimento do art. 209 da Constituição Estadual.

Primeiramente, é importante mencionar o disposto no art. 209 da Constituição Estadual, bem como o art. 52 da Lei 13.875/2007, para melhor fundamentar a resposta a ser dada em decorrência do questionamento em tela:

CE, Art. 209. O Estado destinará recursos para constituição e manutenção do fundo destinado à aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo, administrado financeiramente pela Secretaria da Fazenda, de acordo com o plano de desenvolvimento estadual, ficando assegurada a utilização de, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) do Volume total de aportes em favor das micros, pequenas e médias empresas, assim definidas em Lei, sendo que 50%(cinquenta por cento) dos recursos deverão ser aplicados no interior do Estado (grifo nosso).

Pela leitura do artigo acima citado, percebe-se que a atribuição dada à Secretaria da Fazenda pela Constituição Estadual se limita à administração financeira do Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará – FCE. A gestão do Fundo, conforme estabelece a Lei nº 13.875/2007, art. 52, cabe à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), a quem compete a definição sobre as políticas públicas que devem ser executadas com recursos do FCE. Segue abaixo a transcrição do artigo:

Art. 52. O Fundo de Financiamento às Micros, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará - FCE, instituído pela Lei Complementar nº5, de 30 de dezembro de 1996, e alterado pelas Leis Complementares nºs 16, de 14 de dezembro de 1999, e 53 de 10 junho de 2005; o Fundo Estadual Especial do Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato - FUNDART, instituído pela Lei nº10.606, de 3 de dezembro de 1981 e alterado pelas Leis nºs 10.639, de 22 de abril de 1982, 10.727, de 21 de outubro de 1982, 12.523, de 15 de dezembro de 1995, 13.297, de 7 de março de 2003; o Fundo Estadual de Assistência - FEAS, instituído pela Lei nº12.531, de 21 de dezembro de 1995 e o Fundo Estadual para Criança e o Adolescente - FECA, instituído pela Lei nº12.183, de 12 de outubro de 1993, ficam vinculados à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Com relação à operacionalização do FCE, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS vem adotando providências no sentido de fortalecer a política de apoio ao empreendedorismo no Ceará, algumas voltadas especificamente para o assunto em pauta, a saber:

- Criação da Coordenadoria do Empreendedorismo, na sua estrutura organizacional (Decreto nº 30.556/2011) responsável pela coordenação na formulação e operacionalização da política do empreendedorismo no âmbito da STDS, inclusive com os recursos do FCE, aprovadas pelo Conselho Consultivo.

- Elaboração do ato de nomeação dos membros do Conselho Consultivo do Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará – FCE (Conselheiros Titulares e Suplentes). Com a mudança de governo será providenciado através do gabinete do governador e da Procuradoria Geral do Estado a nomeação do

referido conselho.

Diante do exposto, considera-se que tais ações darão o suporte necessário à implementação de ações voltadas para o fortalecimento da cultura empreendedora no Ceará, contribuindo para a ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda.

12) RECOMENDAÇÃO 32 do relatório técnico do TCE: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual de recursos direcionados à FUNCAP, conforme estabelece o art. 258 da Constituição Estadual.

Primeiramente, é importante mencionar o disposto no art. 259 da Constituição Estadual, bem como o art. 6º da Lei 13.875/2007, que trata da estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Estado do Ceará, para melhor fundamentar a resposta a ser dada em decorrência do questionamento em tela:

CE, Art. 258. O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima, correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada (grifo nosso).

Pela leitura do artigo acima citado, percebe-se que não há qualquer menção à Secretaria da Fazenda no que diz respeito à responsabilidade sob a gestão da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP. A gestão do Fundo, conforme estabelece a Lei nº 13.875/2007, art. 6º, cabe à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE), a quem compete a definição sobre as políticas públicas que devem ser executadas com recursos da FUNCAP. Portanto, questionamentos acerca do não atendimento de requisitos constitucionais relacionados à gestão da FUNCAP devem ser respondidos pela Secretaria competente.

Ainda apreciando o tema, vislumbra-se que o assunto se assemelha ao objeto apreciado no processo nº 03416/2005-2-TC, que trata do repasse de recursos decorrentes de receitas tributárias para o ensino superior, razão pela qual sugere-se que seja observado o mesmo entendimento pelas mesmas razões jurídicas naquele instante apresentadas.

13) RECOMENDAÇÃO 33 do relatório técnico do TCE: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual previsto no art. 205, § 2º, da Constituição Estadual, o qual estabelece que o Estado deve aplicar no mínimo 20% (vinte por cento) da sua arrecadação tributária com investimentos.

Primeiramente, é importante mencionar o disposto no art. 205 da Constituição Estadual, para melhor fundamentar a resposta a ser dada em decorrência do questionamento em tela:

Art. 205. São vedados:

§2º O Estado despenderá um mínimo de vinte por cento da sua arrecadação tributária com investimentos (grifo nosso).

Os Quadros (8 e 9), a seguir apresentados, demonstram que, em 2014, a Receita Tributária Líquida realizada foi de R\$ 6.733.518.202,54 e que o total da Despesa Empenhada com Investimentos, considerando apenas a fonte tesouro, foi de R\$ 702.408.599,06. Calculando o percentual da Despesa com Investimentos (fonte tesouro) em relação à Receita Tributária Líquida tem-se um percentual de 10,43%. Contudo, 47,33% do total geral investido pelo Governo do Estado em investimentos no ano de 2014 foi financiado com recursos oriundos de operações de crédito (internas e externas) e esses financiamentos serão pagos posteriormente com recursos provenientes do tesouro. Assim, somando os valores dos investimentos que consumiram recursos da fonte do tesouro (R\$ 702.408.599,06) e os provenientes das operações de crédito (R\$ 1.644.274.009,56) tem-se um montante de R\$ 2.346.682.608,62, representando um patamar de 34,85% de aplicação de recursos de natureza tributária em investimentos, estando assim atendido o percentual previsto na Constituição Estadual.

VALOR DA RECEITA LÍQUIDA REALIZADA, 2014

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES REALIZADOS
RECEITA TRIBUTÁRIA BRUTA	10.726.905.082,62
DEDUÇÕES	-3.993.386.880,08
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	-2.574.568.161,66
TRANSFERÊNCIA FUNDEB	-1.418.818.718,42
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	6.733.518.202,54

Fonte: S2GPR-SEFAZ

VALOR DOS INVESTIMENTOS EMPENHADOS EM 2014 POR FONTE DE RECURSOS

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA / FONTE	VALORES EMPENHADOS	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR FONTE
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.474.259.972,12	100,00%
TESOURO	702.408.599,06	20,22%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.644.274.009,56	47,33%
CONVÊNIOS	878.831.667,51	25,30%
OUTRAS FONTES	248.745.695,99	7,16%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

14) RECOMENDAÇÃO 34 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Cabe ressaltar que o processo de elaboração do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) segue rigorosamente a todos os requisitos apresentados pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN, 5ª Edição, válida para o exercício de 2014. O valor obtido da despesa aplicada em manutenção e desenvolvimento do ensino toma por base a execução orçamentária por função de governo (no caso em tela, a Função Educação - 12).

Como acontece em todo processo de registro descentralizado e automatizado de informações, existe a possibilidade de, eventualmente, algumas despesas executadas na Função Educação terem objetos não diretamente associados ao ensino, mas que contribuem para o desenvolvimento da educação no Estado. Em outros casos isolados, algumas despesas podem não possuir relação evidente, mas foram classificadas na Função Educação por terem sido executadas pela Secretaria de Educação (SEDUC). Para se chegar a esse nível de detalhe da informação, é preciso analisar as despesas até o item de despesa. Em outros casos, só é possível verificar a autenticidade da classificação efetuada analisando a descrição do empenho. Entretanto, como o demonstrativo é elaborado em nível de função, não é possível se antecipar a todas essas eventuais ocorrências, o que poderia até inviabilizar a elaboração do demonstrativo.

Mesmo assim, ao comparar os valores apresentados pelo TCE como gastos incompatíveis com a Função Educação com o total computado como gasto elegível pelo governo, é possível perceber a proporção irrelevante desses valores sobre o total do recurso aplicado em educação, o que corrobora a idéia de que o método de elaboração do demonstrativo segue às orientações apresentadas no MDF e que esses eventuais ajustes devem ser feitos, de fato, apenas quando identificados em verificação posterior. Não é razoável modificar substancialmente um processo de geração de um complexo demonstrativo porque foram identificadas algumas ocorrências. Mesmo que sejam procedentes, elas não alteram em nada a qualidade de informação produzida, nem muito menos comprometem a constatação do adequado cumprimento do limite constitucional de aplicação de recursos próprios do Estado em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Vale ressaltar que a despesa por item não é um relatório padrão estabelecido por órgãos oficiais. O item de despesa foi criado para facilitar às tomadas de decisão dos gestores do Estado do Ceará, não tem lei regulamentando. Portanto, ao computar a despesa total da Secretaria da Educação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o Governo está correto, pois os manuais não estipulam despesas miúdas tipo as que foram citadas no Quadro da página 205 do Relatório do TCE. Faz parte das atividades dos órgãos de

educação realizarem eventos artísticos e culturais, terem multas de trânsito de ônibus escolares, etc. O TCE analisar o gasto com educação em nível de item é aplicar um rigor exagerado que o custo não cobre o benefício.

Quanto à questão da não elaboração do quadro “restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino”, é importante destacar que a informação das disponibilidades de recursos comprometidas com restos a pagar vinculados a despesas com ensino sempre foi incluída no Quadro do MDE deduzindo do cômputo de acordo com que o manual estabelece. Portanto, essa Corte de Contas pode facilmente constatar que a SEFAZ elaborou tal Quadro.

15) RECOMENDAÇÃO 36 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASP) de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Cabe ressaltar que o processo de elaboração do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos da Saúde (ASPS) segue rigorosamente a todos os requisitos apresentados pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN, 5ª Edição, válida para o exercício de 2014. O valor obtido da despesa aplicada em ações e serviços de saúde toma por base a execução orçamentária por função de governo (no caso em tela, a Função Saúde – 10).

Como acontece em todo processo de registro descentralizado e automatizado de informações, existe a possibilidade de, eventualmente, algumas despesas executadas na Função Saúde terem objetos não diretamente associados à saúde, mas que contribuem para a gestão de saúde pública do Estado. Em outros casos isolados, algumas despesas podem não possuir relação evidente, mas foram classificadas na Função Saúde por terem sido executadas pela Secretaria de Saúde (SESA) e entidades vinculadas (Fundos, Hospitais etc). Para se chegar a esse nível de detalhe da informação, é preciso analisar as despesas até o item de despesa. Em outros casos, só é possível verificar a autenticidade da classificação efetuada analisando a descrição do empenho. Entretanto, como o demonstrativo é elaborado em nível de função, não é possível se antecipar a todas essas eventuais ocorrências, o que poderia até inviabilizar a elaboração do demonstrativo.

Mesmo assim, ao comparar os valores apresentados pelo TCE como gastos incompatíveis com a Função Saúde com o total computado como gasto elegível pelo governo, é possível perceber a proporção irrelevante desses valores sobre o total do recurso aplicado em saúde, o que corrobora a idéia de que o método de elaboração do demonstrativo segue às orientações apresentadas no MDF e que esses eventuais ajustes devem ser feitos, de fato, apenas quando identificados em verificação posterior. Não é razoável modificar substancialmente um processo de geração de um complexo demonstrativo porque foram identificadas algumas ocorrências. Mesmo que sejam procedentes, elas não alteram em nada a qualidade de informação produzida, nem muito menos comprometem a constatação do adequado cumprimento do limite constitucional de aplicação de recursos próprios do Estado em ações e serviços públicos de saúde.

Quanto à questão da não elaboração de demonstrativo destinado a evidenciar, destacada e separadamente, as informações da execução da despesa com ASPS nos consórcios públicos de que o Estado participa, constata-se sua não elaboração até 2014, conforme alerta emitido por esta Corte de Contas. A partir de 2015, o demonstrativo será elaborado e constará do Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPS, atendendo à referida recomendação.

16) RECOMENDAÇÃO 38 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda que atualize o SIOPS sempre que houver mudanças no cálculo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme a Lei Complementar 141/2012.

Em resposta à recomendação, seguem as considerações abaixo:

I) RECEITAS

Não há diferença quanto aos valores computados nas rubricas de receita.

II) DESPESAS

Na despesa há apenas duas diferenças, sendo que apenas uma impacta na despesa total para fins de apuração do limite.

a) O momento de dedução das despesas do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC.

No RREO, temos o quadro “Despesas com Saúde (Por grupo de Natureza da Despesa)” que inclui a despesa executada pelo ISSEC. Essa despesa é excluída posteriormente no quadro “Despesas com Saúde Não Computadas”. No SIOPS, a despesa do ISSEC não é considerada desde o início, pois não é executada através do FUNDES. Portanto a diferença aqui é somente o momento em que essa despesa é deduzida.

b) Os valores empenhados na modalidade 71 (Transferências a Consórcios Públicos)

No RREO publicado, foi incluída toda a despesa executada nessa modalidade. No SIOPS essa despesa é excluída do cálculo pelo próprio sistema, conforme determina o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, 5ª Edição, página 405: “Caso o ente da Federação consorciado não receba tempestivamente as informações para a consolidação no demonstrativo, nenhum valor transferido pelo ente da Federação consorciado para pagamento de despesa com saúde será considerado aplicado nessa função 298. No entanto, o ente poderá retificar o demonstrativo a qualquer tempo, desde que comprovada junto ao Tribunal de Contas a efetiva aplicação no período de referência”.

Diante do exposto, a diferença existente entre os demonstrativos em análise, no tocante à Despesa Total com Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS, está na despesa executada na modalidade 71 - Transferências a Consórcios Públicos, cujo valor foi de R\$ 89.842.182,04, conforme demonstrado abaixo.

Despesa Total - RREO	2.239.936.033,38
Despesa Total - SIOPS	2.150.093.851,34
DIFERENÇA	89.842.182,04
Transferências a Consórcios Públicos	104.755.042,04
(-) Dedução Fonte SUS	(14.912.860,00)
(=) Transferências a Consórcios Públicos Considerada	89.842.182,04

17) RECOMENDAÇÃO 39 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda que divulgue o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre, bem como o de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre, como os dados definitivos no período determinado pela LRF, ou seja, até 30 de janeiro do ano subsequente.

Só é possível entregar os demonstrativos da LRF com dados definitivos até 30 de janeiro do ano subsequente se o Governo tomar uma decisão de suspender até **18.01.2016**, todas as rotinas orçamentária, financeira e contábil, no s2gpr, e o SETOR Contábil da SEFAZ iniciar a consolidação dos dados corretos com a certeza de não ter mais nenhuma alteração até 30.01.2015. Acontece que muitas vezes tem a questão bancária e regularizações escriturais que impedem o andamento dos fatos contábeis. Porém, a partir de 2015 haverá um esforço das equipes envolvidas para se conseguir publicar os relatórios do RREO do 6º Bimestre e RGF do 3º Quadrimestre/15 da LRF já com dados definitivos.

A partir dessa constatação, deverá ser formado um grupo de trabalho com o objetivo de estudar o fluxo dos processos orçamentários e financeiros do Estado, em especial quanto aos procedimentos de final de ano, para possibilitar um encurtamento do prazo necessário para o encerramento do exercício financeiro na contabilidade e, assim, permitir que os relatórios da LRF e Balanço Geral do Estado possam ser emitidos na mesma data-base, com dados definitivos, considerando o prazo limite para publicação do RREO do 6º Bimestre e RGF do 3º Quadrimestre de cada exercício.

18) RECOMENDAÇÃO 40 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda que preencha o demonstrativo do Balanço Orçamentário, Anexo I do RREO, de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O Tribunal de Contas do Estado alegou em seu relatório que o cálculo do déficit orçamentário apresentado no Balanço Orçamentário do RREO do 5º bimestre de 2014 está inadequado, porque é utilizada como base de cálculo da despesa realizada a liquidação e não o empenho. Entretanto, o governo segue exatamente a orientação dada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apresentada no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), 5ª edição, página 153. A linha de superávit/déficit da execução orçamentária deve ser calculada pela diferença, até o

bimestre de referência, entre as receitas realizadas e as despesas **liquidadas**, atendendo integralmente ao disposto no MDF.

19) RECOMENDAÇÃO 45 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda que considere no cálculo das despesas com pessoal o valor das despesas de mesma natureza realizadas pelos consórcios públicos, de forma a atender à Portaria 72/2012 da STN.

A partir do exercício de 2015, está sendo providenciada a informação das despesas correntes executadas pelos consórcios públicos considerando a segregação entre pessoal e custeio, a fim de permitir a esta SEFAZ proceder ao cálculo do limite de gastos com pessoal considerando a despesa registrada pelos consórcios públicos dos quais o estado participa.

20) RECOMENDAÇÃO 41 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda crie controles contábeis específicos para evidenciar as disponibilidades de caixa por fonte / destinação de recurso.

No Relatório Contábil do Balanço Geral de 2015 existem demonstrativos com o saldo das disponibilidades de caixa por fonte / destinação de recurso.

21) RECOMENDAÇÃO 42 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda crie relatório específico no Sistema S2GPR para evidenciar o saldo dos restos a pagar do exercício, de exercícios anteriores, dos depósitos e de valores consignados, por fonte / destinação de recurso.

No Relatório Contábil do Balanço Geral de 2015 existem demonstrativos contendo o saldo dos restos a pagar de exercícios anteriores por fonte / destinação de recursos.

22) RECOMENDAÇÃO 43 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda que preencha os Demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar, do RGF, de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Recomendação atendida. No Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, a descrição das fontes estão individualizadas e somente do Poder Executivo.

23) RECOMENDAÇÃO 44 do relatório técnico do TCE: Ao Poder Executivo que adote as medidas necessárias com o objetivo de sanar as divergências entre os saldos das disponibilidades de caixa registrados na contabilidade e nos extratos bancários.

Importante informar que a parte mais complexa de se fechar um Balanço Contábil é a conciliação bancária. Os último dia do exercício de 31/12/X1 é um ano, e 01/01/X2 é outro. As inconsistências entre dados bancários e contábeis nesses dias são problemas para os órgãos estaduais e para o próprio banco devido envolver dois exercícios. Acontecem casos de troca de conta corrente pelos usuários do S2GPR que se faz necessária a correção no exercício seguinte porque os bancos não retroagem os fatos que ocorrem em 31 de dezembro. Sucede de se

fazer transferência de recursos no dia 30 de dezembro e o banco registrar em seus extratos no dia 02 de janeiro do ano subsequente. Portanto, os auditores do Tribunal há de entender esses casos pois pra todos os fatos bancários e contábeis que ocorreram no final do ano de 2014 que surgiram dúvidas tiveram explicações.

24) RECOMENDAÇÃO 47 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda que evidencie em notas explicativas o valor do aporte financeiro, distinguindo os valores aportados para o FUNAPREV e para o PREVMILITAR, em atendimento à Lei Complementar nº 123/2013.

Recomendação atendida no Balanço Geral de 2015.

25) RECOMENDAÇÃO 49 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda, que crie no Sistema S2GPR um Unidade Contábil para o FUNAPREV, em atendimento ao art. 19 da Lei Completar nº 123/2013.

Recomendação atendida no Balanço Geral de 2015.

26) RECOMENDAÇÃO 50 do relatório técnico do TCE: À Secretaria da Fazenda, que crie no plano de contas um subitem para contabilização dos recursos destinados ao regime de previdência do servidor estadual, em atendimento ao art. 19 da Lei Completar nº 123/2013.

Recomendação atendida no Balanço Geral de 2015.

Tendo em vista as recomendações do Tribunal de Contas do Estado – TCE para que a Secretaria da Fazenda - SEFAZ divulgue o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre, e o da Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre, com os dados definitivos de acordo com o período determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, ou seja, até 30 de janeiro do ano subsequente. A SEFAZ no intuito de atender esta recomendação empreendeu esforço extraordinário para que referidos demonstrativos e relatórios fossem apresentados de forma definitiva em janeiro de 2016 e assim o fez. Ocorre que na ocasião das conferências de informações para o fechamento do Balanço Geral do Estado, que também tem prazo constitucional, surgiram alguns fatos de pequena relevância que, obrigatoriamente, teriam que ser contabilizados e/ou estornados. Por conseguinte, houve alterações em alguns anexos da LRF que não prejudicaram o Estado com relação ao cumprimento de limites constitucionais e legais como: Pessoal, Dívida, Saúde e Educação, etc. Importante informar que esse fato foi um grande avanço para a área financeira da SEFAZ. No Capítulo V – “Da Gestão Fiscal” deste relatório serão apontadas às diferenças de cada demonstrativo.

CAPÍTULO I

1. DO ORÇAMENTO

1.1. Orçamento Geral

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2015, aprovado pela Lei nº 15.753 de 30/12/2014, foi elaborado em conformidade com o disposto no Artigo 203, § 3º, da Constituição Estadual, observados os objetivos e prioridades da Administração Públicas Estadual, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, de nº 15.674, de 31/07/2014.

Além da Legislação Estadual, o Orçamento foi elaborado obedecendo aos ditames da Legislação Federal, destacando-se a Portaria Interministerial nº 163, de 4/05/2001 e suas alterações, Portaria nº 42, de 14.04.1999, alterada pela Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007 todas da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e das funções e subfunções de Governo.

A Lei Orçamentária para o exercício de 2015 compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado e estima os seus valores, conforme segue abaixo:

- Orçamento Fiscal.....	R\$ 17.519.180.923,00
- Orçamento da Seguridade Social	R\$ 5.666.234.151,00
- Orçamento de Investimentos das Empresas	R\$ 420.110.327,00
TOTAL.....	R\$ 23.605.525.401,00

A despesa está discriminada por ordem de função, subfunção, programa de governo, projeto e atividade, região, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

Destarte, a Receita Total para o exercício de 2015 foi estimada no mesmo valor da Despesa Total, em R\$ 23.605.525.401,00, cabendo aos poderes estaduais os seguintes valores:



TABELA 01
DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO POR PODER

(R\$ 1,00)

PODERES	FONTE		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
Poder Executivo	15.910.664.777,00	5.956.275.964,00	21.866.940.741,00	92,84
Poder Legislativo	513.368.396,00	8.265.965,00	521.634.361,00	2,21
Poder Judiciário	787.074.432,00	96.859.417,00	883.933.849,00	3,75
Ministério Público	266.951.072,00	13.847.996,00	280.799.068,00	1,19
TOTAL	17.478.058.677,00	6.075.249.342,00	23.553.308.019,00	100,00

Fonte: SEPLAG

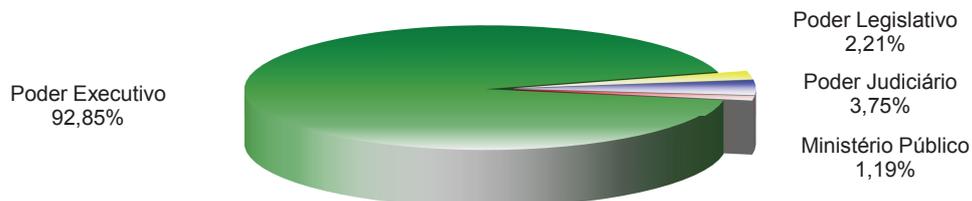
Nota 1: Exclui a modalidade 91;

Nota 2: Inclui Reserva de Contingência

Nota 3: Exclui as empresas independentes.

Os grupos de despesas utilizados estão estruturados conforme demonstrativo a seguir, sendo que o valor de R\$ 52.217.382,00, se refere à Reserva de Contingência.

GRÁFICO I
CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO POR PODER



Fonte: S2GPR/SEFAZ

As fontes previstas na Lei Orçamentária são constituídas com os seguintes recursos:

- **Do tesouro**, compreendendo os Recursos Ordinários (Fonte 00), Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE (Fonte 01), Recursos Provenientes da Contribuição Social do Servidor (Fonte 03), Recursos Provenientes da Contribuição Patronal (Fonte 04), Recursos Provenientes do FECOP (Fonte 10), Cota Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Fonte 11), Alienação de Bens (fonte 12), Medida Compensatória Ambiental (Fonte 16), Indenização pela Extração do Petróleo, Xisto e Gás (Fonte 44), Recursos Provenientes do FUNDEB (Fonte 50), Complementação da União dos Recursos do FUNDEB (Fonte 51) e Recursos Provenientes do FIT (Fonte 76);

- **De outras fontes**, compreendendo os Recursos Provenientes da Contribuição Parlamentar (Fonte 05), Recursos Provenientes da Contribuição Patronal Parlamentar (Fonte 06), Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação (Fonte 07), Depósitos Judiciais - PIMPJ (Fonte 15), Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade (Fonte 29), Operações de Crédito Internas - CPAC MCMV - CEF (Fonte 37), Operações de Crédito Internas - CPAC Maranguapinho (Fonte 38), Operações de Crédito Internas - CPAC MCMV - BB (Fonte 39), Operações de Crédito não Condicionada (Fonte 40), Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES (Fonte 45), Operações de Crédito Internas - BNDES/Estados (Fonte 47), Operações de Crédito Internas - Tesouro (Fonte 48), Operações de Crédito Internas - PROINVESTE (Fonte 53), Operações de Crédito Internas - Tesouro/CEF (Fonte 56), Operações de Crédito Externas - Tesouro/KFW (Fonte 57), Operações de Crédito Externas - Tesouro/BIRD (Fonte 58), Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID (Fonte 59), Operações de Crédito Externas - Tesouro/EX-IM (Fonte 63), Operações de Crédito Externas - Tesouro/FIDA (Fonte 64), Operações de Crédito Externas - Tesouro/CAF (Fonte 65), Operações de Crédito Externas - PforR (Fonte 69), Recursos Diretamente Arrecadados (Fonte 70), Operações de Crédito Internas - Outras Fontes (Fonte 71), Operações de Crédito Externas - Outras Fontes (Fonte 72), Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta (Fonte 80), Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta (Fonte 82), Convênios com Órgãos Federais - Administração Indireta (Fonte 83), Convênios com Órgãos Municipais - Administração Direta (Fonte 86), Convênios com Órgãos Privados - Administração Direta (Fonte 88), Recursos Provenientes do SUS (Fonte 91), Repasse Fundo a Fundo - FNAS (Fonte 92).



TABELA 02
DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO POR
GRUPO DE DESPESAS

(R\$ 1,00)

GRUPO	FONTE		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
Pessoal e Encargos Sociais	8.821.041.310,00	194.055.669,00	9.015.096.979,00	38,19
Juros e Encargos da Dívida	367.633.750,00	7.000,00	367.640.750,00	1,56
Outras Despesas Correntes	6.931.821.102,00	1.166.446.224,00	8.098.267.326,00	34,31
Investimentos	662.232.815,00	4.662.673.657,00	5.324.906.472,00	22,56
Inversões Financeiras	97.148.140,00	51.979.792,00	149.127.932,00	0,63
Amortização da Dívida	598.181.560,00	87.000,00	598.268.560,00	2,53
Reserva de Contingência	50.464.093,00	1.753.289,00	52.217.382,00	0,22
TOTAL	17.528.522.770,00	6.077.002.631,00	23.605.525.401,00	100,00

Fonte: SEPLAG

Nota 1: Exclui a modalidade 91;

Nota 2: Exclui as empresas independentes.

Das 28 funções de governo, de acordo com a Portaria nº 42, de 14.04.1999, alterada pela Portaria nº 37, de 16 de agosto de 2007, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Lei de Orçamento alocou recursos em 26, cabendo à Função Transporte a maior parte 12,73%, exceto a função Encargos Especiais. O Tesouro representa a parcela mais expressiva, 74,25%, conforme está demonstrado a seguir:

TABELA 03
DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO POR FUNÇÃO

(R\$ 1,00)

CÓDIGO	FUNÇÕES	FONTE		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
		TESOURO	OUTRAS FONTES		
01	Legislativa	513.378.396,00	4.165.965,00	517.544.361,00	2,19
02	Judiciária	786.701.550,00	96.859.417,00	883.560.967,00	3,74
03	Essencial à Justiça	327.800.264,00	17.932.856,00	345.733.120,00	1,46
04	Administração	1.117.338.996,00	173.781.292,00	1.291.120.288,00	5,47
06	Segurança Pública	1.608.851.443,00	148.508.500,00	1.757.359.943,00	7,44
08	Assistência Social	192.498.853,00	18.504.234,00	211.003.087,00	0,89
09	Previdência Social	2.570.579.589,00	4.100.000,00	2.574.679.589,00	10,91
10	Saúde	2.179.199.094,00	794.717.192,00	2.973.916.286,00	12,60
11	Trabalho	64.878.036,00	23.488.750,00	88.366.786,00	0,37
12	Educação	2.458.929.512,00	319.594.300,00	2.778.523.812,00	11,77
13	Cultura	48.264.910,00	23.495.000,00	71.759.910,00	0,30
14	Direitos da Cidadania	385.177.367,00	88.924.182,00	474.101.549,00	2,01
15	Urbanismo	78.670.723,00	134.349.891,00	213.020.614,00	0,90
16	Habitação	44.316.067,00	81.266.000,00	125.582.067,00	0,53
17	Saneamento	65.744.935,00	594.230.041,00	659.974.976,00	2,80
18	Gestão Ambiental	107.918.739,00	301.775.103,00	409.693.842,00	1,74
19	Ciência e Tecnologia	114.005.553,00	205.641.908,00	319.647.461,00	1,35
20	Agricultura	284.779.268,00	113.363.617,00	398.142.885,00	1,69
21	Organização Agrária	12.289.461,00	10.011.800,00	22.301.261,00	0,09
22	Indústria	82.619.132,00	9.762.400,00	92.381.532,00	0,39
23	Comércio e Serviços	27.881.963,00	102.605.000,00	130.486.963,00	0,55
24	Comunicações	11.787.517,00	7.451.736,00	19.239.253,00	0,08
25	Energia	4.056.000,00	34.595.945,00	38.651.945,00	0,16
26	Transporte	261.653.663,00	2.743.915.043,00	3.005.568.706,00	12,73
27	Desporto e Lazer	35.951.602,00	22.187.970,00	58.139.572,00	0,25
28	Encargos Especiais	4.092.786.044,00	21.200,00	4.092.807.244,00	17,34
29	Reserva de Contingência	50.464.093,00	1.753.289,00	52.217.382,00	0,22
TOTAL		17.528.522.770,00	6.077.002.631,00	23.605.525.401,00	100,00

Fonte: SEPLAG

Nota 1: Inclui Modalidade 91;

Nota 2: Exclui as empresas independentes.

O Orçamento inicial por fonte, categoria e tipo, para o exercício de 2015, foi aprovado com os valores demonstrados a seguir:

TABELA 04
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO POR CATEGORIA ECONÔMICA E TIPO DE
ADMINISTRAÇÃO

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	17.176.798.802,97	2.856.033.639,00	20.032.832.441,97
Receita Tributária	10.470.152.409,98	411.648.940,15	10.881.801.350,13
Receita de Contribuições	0,00	1.379.895.934,00	1.379.895.934,00
Receita Patrimonial	186.804.918,00	66.767.241,40	253.572.159,40
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	18.872.464,00	61.987.958,02	80.860.422,02
Transferências Correntes	6.217.304.071,00	770.626.919,00	6.987.930.990,00
Outras Receitas Correntes	283.664.939,99	165.106.646,43	448.771.586,42
RECEITAS DE CAPITAL	3.882.094.267,00	182.152.808,00	4.064.247.075,00
Operações de Crédito	2.756.660.479,00	0,00	2.756.660.479,00
Alienação de Bens	18.546,00	0,00	18.546,00
Transferências de Capital	1.122.070.122,00	182.152.808,00	1.304.222.930,00
Outras Receitas de Capital	3.345.120,00	0,00	3.345.120,00
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	21.058.893.069,97	3.038.186.447,00	24.097.079.516,97
DESPESAS CORRENTES	11.425.355.903,00	6.966.404.575,00	18.391.760.478,00
Pessoal e Encargos Sociais	5.856.779.786,00	4.047.330.078,00	9.904.109.864,00
Juros e Encargos da Dívida	340.958.473,00	26.682.277,00	367.640.750,00
Outras Despesas Correntes	5.227.617.644,00	2.892.392.220,00	8.120.009.864,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.167.504.237,00	1.485.597.420,00	5.653.101.657,00
Investimentos	3.464.354.111,00	1.441.351.054,00	4.905.705.165,00
Inversões	105.933.566,00	43.194.366,00	149.127.932,00
Amortização da Dívida	597.216.560,00	1.052.000,00	598.268.560,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	47.965.000,00	4.252.382,00	52.217.382,00
TOTAL	15.640.825.140,00	8.456.254.377,00	24.097.079.517,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota 1: Inclui Modalidade 91;

Nota 2: Exclui as empresas independentes.

O orçamento por tipo de Administração totalizou em 2015, no valor R\$ 24.097.079.517,00.

Na seqüência, demonstra-se o orçamento inicial da despesa de 2015, por órgão, com e sem a modalidade 91.



TABELA 05
DEMONSTRATIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)

ORGAO	ABREVIATURA	LOA (A)	MOD 91 (B)	VR LÍQUIDO (A-B)
010001	ASSEMBLÉIA	400.422.373,00	20.744.041,00	379.678.332,00
020001	T CONTAS	76.050.638,00	7.074.514,00	68.976.124,00
030001	TCM	78.898.762,00	10.018.857,00	68.879.905,00
040001	T JUSTICA	899.480.454,00	112.406.022,00	787.074.432,00
060001	DPGE	118.022.945,00	17.464.644,00	100.558.301,00
080001	SEINFRA	1.340.519.150,00	1.339.499,00	1.339.179.651,00
100001	SSPDS	104.175.160,00	1.144.872,00	103.030.288,00
101021	POL CIVIL	342.245.061,00	40.493.789,00	301.751.272,00
101031	P M CE	1.139.315.156,00	156.377.394,00	982.937.762,00
101041	BOMBEIRO	159.018.696,00	17.763.951,00	141.254.745,00
101071	P FORENSE	62.063.919,00	6.752.839,00	55.311.080,00
101081	AESSP	15.454.095,00	73.000,00	15.381.095,00
110001	GAB GOV	29.272.451,00	202.085,00	29.070.366,00
120001	VICE GOV	3.910.130,00	30.544,00	3.879.586,00
130001	PGE	69.004.147,00	8.395.095,00	60.609.052,00
140001	C MILITAR	10.386.537,00	29.435,00	10.357.102,00
150001	PGJ	316.054.233,00	47.973.161,00	268.081.072,00
170001	CONS EDUC	5.420.680,00	101.015,00	5.319.665,00
180001	SEJUS	364.011.894,00	19.784.757,00	344.227.137,00
190001	SEFAZ	780.124.855,00	103.613.705,00	676.511.150,00
191011	ENCARGOS	4.296.629.795,00	3.781.785,00	4.292.848.010,00
210001	SDR	262.170.839,00	3.426.836,00	258.744.003,00
220001	SEDUC	2.455.684.116,00	137.242.196,00	2.318.441.920,00
225001	CED	590.000,00	0,00	590.000,00
270001	CULTURA	55.676.419,00	906.509,00	54.769.910,00
290001	SRH	680.669.013,00	749.353,00	679.919.660,00
300001	CASA CIVIL	94.360.853,00	129.700,00	94.231.153,00
310001	SECITECE	242.833.465,00	373.099,00	242.460.366,00
360001	SETUR	271.459.399,00	455.635,00	271.003.764,00
410001	CGE	15.872.927,00	1.334.510,00	14.538.417,00
420001	SESPORTE	32.744.865,00	183.246,00	32.561.619,00
430001	CIDADES	453.837.247,00	1.569.867,00	452.267.380,00
460001	SEPLAG	148.458.027,00	7.870.996,00	140.587.031,00
461031	EGPCE	3.806.144,00	30.000,00	3.776.144,00
470001	STDS	176.495.549,00	9.221.478,00	167.274.071,00
480001	CEDE	43.899.789,00	20.500,00	43.879.289,00
490001	CONPAM	43.415.265,00	45.750,00	43.369.515,00
510001	SPA	25.431.770,00	8.720,00	25.423.050,00
520001	SECOPA	15.601.723,00	28.500,00	15.573.223,00
530001	CGD	7.336.599,00	61.000,00	7.275.599,00
540001	SRI	0,00	0,00	0,00
550001	SPD	0,00	0,00	0,00
560001	SDE	0,00	0,00	0,00
570001	SEMA	0,00	0,00	0,00
TOTAL		15.640.825.140,00	739.222.899,00	14.901.602.241,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 06
DEMONSTRATIVO ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)

ORÇAO	ABREVIATURA	LOA (A)	MOD 91 (B)	VR LÍQUIDO (A-B)
010101	FUNDO ASS	5.853.289,00	0,00	5.853.289,00
040101	FERMOJU	92.520.199,00	215.107,00	92.305.092,00
040301	FUNSEG	4.554.325,00	0,00	4.554.325,00
060101	FAADEF	16.380.000,00	175.000,00	16.205.000,00
080101	DER	1.112.814.798,00	5.938.524,00	1.106.876.274,00
080301	DETRAN	374.200.000,00	11.342.396,00	362.857.604,00
081201	DAE	25.621.814,00	1.306.915,00	24.314.899,00
100601	FDS	156.000,00	0,00	156.000,00
100607	FDS PC	936.000,00	0,00	936.000,00
100608	FDS PM	1.404.000,00	0,00	1.404.000,00
100609	FDS CB	1.404.000,00	0,00	1.404.000,00
100610	FDS C PM	1.482.000,00	0,00	1.482.000,00
100611	FDS C BOM	1.482.000,00	5.000,00	1.477.000,00
100612	FDS SEJUS	936.000,00	0,00	936.000,00
105001	FDC	13.232.000,00	0,00	13.232.000,00
130101	ARCE	21.193.653,00	1.944.330,00	19.249.323,00
130201	FUNPECEPGE	4.330.000,00	0,00	4.330.000,00
150201	FDID	11.712.996,00	0,00	11.712.996,00
150301	FUNSIT	405.000,00	0,00	405.000,00
150401	FESMO	600.000,00	0,00	600.000,00
190401	JUCEC	9.804.343,00	304.343,00	9.500.000,00
210101	EMATERCE	90.400.295,00	340.000,00	90.060.295,00
210301	IDACE	29.024.051,00	1.522.991,00	27.501.060,00
211101	ADAGRI	16.441.420,00	1.704.989,00	14.736.431,00
211301	FEDAF	2.900.007,00	0,00	2.900.007,00
240301	E S P	5.707.500,00	5.000,00	5.702.500,00
240344	R TEOFIL0	1.613.894,00	0,00	1.613.894,00
240401	FUNDES	2.067.053.062,00	07.422.250,00	1.999.630.812,00
240401	DESCENTRALIZADAS/FUNDES	887.772.985,00	600,00	887.772.385,00
270401	F E C	16.500.000,00	0,00	16.500.000,00
290101	SOHIDRA	28.491.877,00	492.747,00	27.999.130,00
300101	FUNTELC	9.507.078,00	672.588,00	8.834.490,00
310101	FUNECE	244.501.675,00	29.673.852,00	214.827.823,00
310201	UVA	71.384.952,00	9.233.018,00	62.151.934,00
310301	URCA	96.195.479,00	11.186.773,00	85.008.706,00
310401	FUNCEME	13.595.590,00	1.058.092,00	12.537.498,00
310501	FUNCAP	139.610.573,00	33.272,00	139.577.301,00
310601	NUTEC	14.560.583,00	1.377.580,00	13.183.003,00
420101	FDEJ	10.004.730,00	0,00	10.004.730,00
430401	IDECE	4.098.261,00	14.000,00	4.084.261,00
460101	ISSEC	113.972.057,00	2.213.686,00	111.758.371,00
460201	ETICE	40.978.076,00	803.000,00	40.175.076,00
460301	IPECE	12.668.964,00	559,00	12.668.405,00
460401	SUPSEC	2.061.087.631,00	0,00	2.061.087.631,00
460501	PREVMILITA	309.245.639,00	0,00	309.245.639,00
460601	COHAB	30.853.699,00	8.000,00	30.845.699,00
460701	PREVID	2.679.382,00	0,00	2.679.382,00
470101	FECA	870.000,00	0,00	870.000,00
470201	FEAS	129.742.977,00	0,00	129.742.977,00
470301	FUNDART	1.993.750,00	0,00	1.993.750,00
470401	FCE	10.000,00	0,00	10.000,00
480101	CODECE	5.200.885,00	13.750,00	5.187.135,00
480201	FDI	40.052.000,00	0,00	40.052.000,00
480401	FIES	100.000,00	0,00	100.000,00
490101	SEMACE	55.612.888,00	3.356.182,00	52.256.706,00
TOTAL		8.456.254.377,00	172.441.544,00	8.283.812.833,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A seguir vem a distribuição de receitas e despesas consignadas pela LOA às Administrações Direta e Indireta.

1.2. Orçamento da Administração Direta

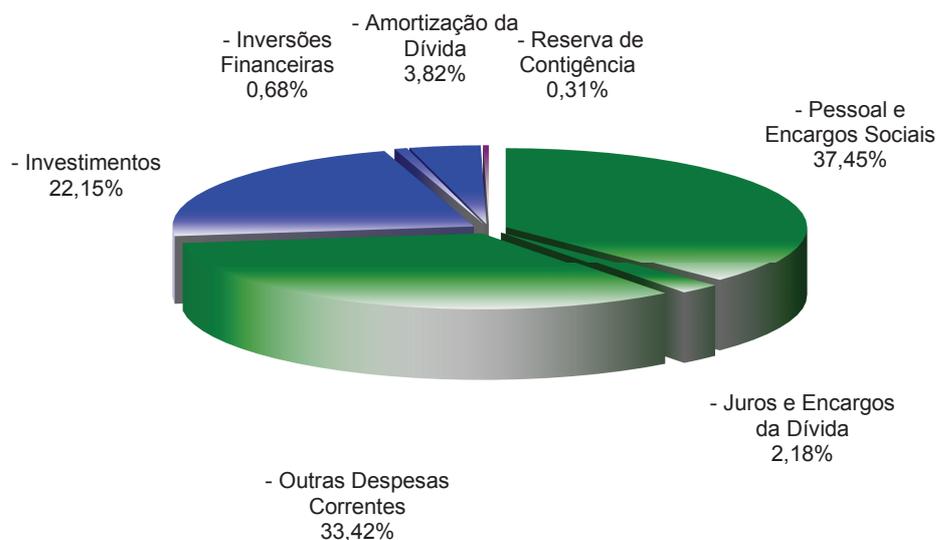
A Administração Direta incluindo a modalidade 91 e com a dedução para o FUNDEB teve sua Receita Orçamentária inicial estimada no valor de R\$ 21.058.893.069,97 e a Despesa Total em R\$ 15.640.825.140,00, sendo que este último corresponde a 64,91% do Orçamento Geral do Estado no total de R\$ 24.097.079.517,00. A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Categoria Econômica e Grupo, conforme os dados a seguir:

TABELA 07
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA POR CATEGORIA
ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESAS

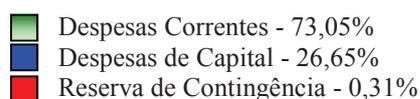
CATEGORIA/GRUPO	VALOR	(R\$ 1,00)
		PARTICIPAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	11.425.355.903,00	73,05
- Pessoal e Encargos Sociais	5.856.779.786,00	37,45
- Juros e Encargos da Dívida	340.958.473,00	2,18
- Outras Despesas Correntes	5.227.617.644,00	33,42
DESPESAS DE CAPITAL	4.167.504.237,00	26,65
- Investimentos	3.464.354.111,00	22,15
- Inversões Financeiras	105.933.566,00	0,68
- Amortização da Dívida	597.216.560,00	3,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	47.965.000,00	0,31
TOTAL	15.640.825.140,00	100,00

Fonte: SEPLAG

GRÁFICO II
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA POR CATEGORIA
ECONÔMICA E GRUPO DE ESPESAS



Fonte: S2GPR/SEFAZ



Na tabela acima estão incluídas somente as fontes de recursos de nºs 00, 01, 07, 10, 11, 12, 14, 16, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51,52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 80, 82, 86, 88 e 90, da Administração Direta que se encontram descritas no final do Relatório.

Os Encargos Gerais do Estado são representados por uma unidade orçamentária sob controle da Secretaria da Fazenda, porém, têm o seu orçamento desvinculado dessa. Para esta unidade foi fixado o valor de R\$ 4.292.848.010,00 (excluída modalidade 91), representando 27,44% do Orçamento da Administração Direta.



TABELA 08
DEMONSTRATIVO DOS ÓRGÃOS COM MAIOR PARCELA DE RECURSOS NO ORÇAMENTO
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
01 - SEFAZ - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	4.296.629.795,00	27,47
02 - SEDUC	2.455.684.116,00	15,70
03 - SEINFRA	1.340.519.150,00	8,57
04 - PMCE	1.139.315.156,00	7,28
05 - T JUSTICA	899.480.454,00	5,75
06 - SEFAZ	780.124.855,00	4,99
07 - SRH	680.669.013,00	4,35
08 - CIDADES	453.837.247,00	2,90
09 - ASSEMBLÉIA	400.422.373,00	2,56
10 - SEJUS	364.011.894,00	2,33
11 - POLÍCIA CIVIL	342.245.061,00	2,19
12 - PGJ	316.054.233,00	2,02
13 - SETUR	271.459.399,00	1,74
14 - SDA	262.170.839,00	1,68
15 - SECITECE	242.833.465,00	1,55
16 - STDS	176.495.549,00	1,13
17 - BOMBEIROS	159.018.696,00	1,02
18 - SEPLAG	148.458.027,00	0,95
19 - DPGE	118.022.945,00	0,75
20 - SSPDS	104.175.160,00	0,67
SUBTOTAL	14.951.627.427,00	95,59
OUTROS ÓRGÃOS	689.197.713,00	4,41
TOTAL	15.640.825.140,00	100,00

Fonte: SEPLAG

No decorrer do exercício de 2015, foram realizadas alterações no Orçamento inicial da Administração Direta, através da abertura de créditos adicionais, modificando o valor da Despesa, que finalizou com R\$.16.292.362.216,94.

1.3. Orçamento da Administração Indireta

A Lei Orçamentária Anual estimou a receita da Administração Indireta, para o exercício de 2015, em R\$ 3.358.501.657,00, sendo previsto para as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes o montante de R\$ 3.038.186.447,00; e para as Empresas Controladas o total de R\$ 320.315.210,00, enquanto as despesas das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Públicas Dependentes foram fixadas no montante de R\$ 8.456.254.377,00; e para as Empresas Controladas o total de R\$ 420.110.327,00. Na previsão da receita das Indiretas não está incluída a Receita Corrente Intraorçamentária no montante de R\$ 913.037.494,00.

As fontes previstas no orçamento inicial da Administração Indireta são formadas com recursos diretamente arrecadados, Operações de Crédito, Convênios Federais, Municipais, Privados e Internacionais, de acordo com a Tabela 01.

TABELA 09
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA POR CATEGORIA

		(R\$ 1,00)
CATEGORIA/GRUPO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	6.966.404.575,00	82,38
- Pessoal e Encargos Sociais	4.047.330.078,00	47,86
- Juros e Encargos da Dívida	26.682.277,00	0,32
- Outras Despesas Correntes	2.892.392.220,00	34,20
DESPESAS DE CAPITAL	1.485.597.420,00	17,57
- Investimentos	1.441.351.054,00	17,04
- Inversões Financeiras	43.194.366,00	0,51
- Amortizações da Dívida	1.052.000,00	0,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.252.382,00	0,05
- Reserva de Contingência	4.252.382,00	0,05
TOTAL	8.456.254.377,00	100,00

Fonte: SEPLAG

ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESAS

O orçamento da Administração Indireta, relativo ao quadro acima, se refere às despesas com recursos próprios e Transferências do Tesouro das Autarquias, Fundações, Fundos e das Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).

CAPITULO II

2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Da Administração Direta

2.1.1. Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária Estadual para o exercício de 2015 foi prevista em R\$ 15.640.825.140,00 e teve seu valor ajustado até o final do ano para R\$ 24.275.717.098,96. Sua realização atingiu a cifra de R\$ 21.119.322.039,43 resultando em uma arrecadação a menor de R\$ 3.156.395.059,50 em comparação com a previsão final. A receita realizada representa, portanto 86,99% da receita prevista.

A Receita Orçamentária tem como principal componente a categoria “Receitas Correntes” no total de R\$ 19.223.567.816,22, incluídas as receitas intraorçamentárias, por estarem inclusas nesta rubrica o ICMS e o FPE que são as duas principais fontes de receita do Estado e juntas somaram R\$ 15.350.102.459,47, representando 79,85% da sua categoria.

A Receita Tributária e as Transferências Correntes são responsáveis por 96,65% dos ingressos correntes de recursos para o Estado, juntas somaram R\$ 18.580.385.607,84.

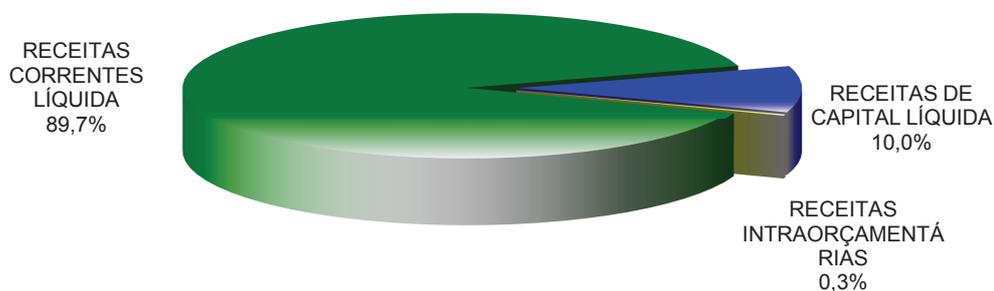
TABELA 10
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA COM A
REALIZADA, POR CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA		VARIÇÃO %	
	PREVISTA	REALIZADA	REALIZ.	PARTIC.
1. RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES	20.149.856.014,31	19.223.567.816,22	95,40	91,02
1.1. Tributária	12.085.023.482,63	11.314.809.802,14	93,63	53,58
1.2. Patrimonial	186.804.918,00	281.690.629,26	150,79	1,33
1.3. Receita de Serviços	18.872.464,00	10.041.304,42	0,00	0,05
1.4. Transf. Correntes	7.553.983.984,15	7.265.575.805,70	96,18	34,40
1.5. Outras Rec. Correntes	305.171.165,53	351.450.274,70	115,16	1,66
1.6. (-) Deduções	2.773.643.668,00	2.660.184.851,24	95,91	0,00
TOTAL RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA	17.376.212.346,31	16.563.382.964,98	95,32	89,73
2. RECEITAS DE CAPITAL SEM DEDUÇÕES	4.119.717.258,65	1.836.372.285,68	119,26	8,70
2.1. Operações de Crédito	2.872.691.255,30	1.539.756.896,97	53,60	7,29
2.2. Alienação de Bens	1.218.546,00	2.718.266,79	223,07	0,01
2.3. Transf. de Capital	1.242.462.337,35	282.650.536,86	22,75	1,34
2.4. Outras Rec. Capital	3.345.120,00	11.246.585,06	336,21	0,05
2.5. (-) Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL LÍQUIDA	4.119.717.258,65	1.836.372.285,68	44,58	9,95
3. REC. INTRAORÇAMENTÁRIA SEM DEDUÇÕES	6.143.826,00	59.381.937,53	966,53	0,28
3.1. (-) Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS LÍQUIDA	6.143.826,00	59.381.937,53	966,53	0,28
4. TOTAL RECEITAS SEM DEDUÇÕES (1 + 2 + 3)	24.275.717.098,96	21.119.322.039,43	87,00	100,00
5. TOTAL DAS DEDUÇÕES (1.6 + 2.5 + 3.1)	2.773.643.668,00	2.660.184.851,24	95,91	-
6. TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (4 - 5)	21.502.073.430,96	18.459.137.188,19	85,85	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO III
RECEITAS CORRENTES X RECEITAS DE CAPITAL X INTRAORÇAMENTÁRIAS



Fonte: S2GPR/SEFAZ

2.1.1.1. Receitas Correntes

Acham-se agrupadas nesta Categoria Econômica as Receitas Tributárias, Patrimonial, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, apresentando uma arrecadação de R\$.19.223.567.816,22, incluídas as receitas intraorçamentárias, e participa com um percentual de 91,02% da Receita Orçamentária, tendo sido inferior à previsão orçamentária em 4,60%. A apuração da Receita Corrente Líquida (Tabela 29) encontra-se na análise da Despesa com Pessoal.

Receita Tributária

A previsão da receita tributária do Estado do Ceará para o exercício de 2015 que consta na Lei Orçamentária Anual - LOA, levou em consideração um cenário, com base nas expectativas de crescimento dos indicadores macroeconômicos do PIB (nacional e estadual), da inflação e de tendências específicas de cada tributo analisado.

Em síntese, para a projeção da receita tributária do Estado do Ceará relativa ao exercício de 2015, foram consideradas as variáveis macroeconômicas que possibilitam identificar a influência do nível de atividade econômica na arrecadação tributária e a inflação, abaixo especificadas:

Variáveis macroeconômicas projetadas para 2015	(em %)
Taxas de Inflação esperada	5,8
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Nacional	3,0
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Estadual	3,5

Fonte: SEPLAG

A tabela abaixo apresenta o valor estimado pelo Governo do Estado do Ceará para a receita tributária, de R\$ 12,085 bilhões, contido no comparativo da Receita Orçada com a arrecadada, no exercício de 2015, estabelecido de acordo com as variáveis supracitadas.

TABELA 11
RECEITA TRIBUTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	VARIACÃO% (R\$ 1,00)	
			REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
IMPOSTOS	12.073.401	11.302.351	93,61	99,89
ICMS	10.553.619	9.746.023	92,35	86,14
IPVA	652.497	646.045	99,01	5,71
ITCMD	60.180	76.946	127,86	0,68
IRRF	807.106	833.337	103,25	7,37
TAXAS	11.622	12.458	107,20	0,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.085.023	11.314.810	93,63	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Findo o exercício de 2015 procedeu-se o confronto entre os valores estimados e os realizados com o foco de se avaliar a efetividade do esforço fazendário na consecução de suas finalidades. A receita tributária efetivamente arrecadada em 2015 atingiu R\$ 11,315 bilhões, inferior em 6,37% ao valor previsto.

Ressalte-se que a previsão referente a arrecadação do imposto de renda retido na fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos pagos pelo Estado, suas Autarquias e Fundações seguiu a previsão do Governo Federal. Para 2015 a previsão do IRRF foi de R\$ 807 milhões, tendo sido efetivamente arrecadado R\$ 833 milhões, apresentando crescimento de 7,37%.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua Receita Tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infra-estrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos no campo fiscal tributário.

DA EXECUÇÃO DA RECEITA

A arrecadação tributária do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2015, atingiu na sua realização o montante de R\$ 11,315 bilhões em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 86,14% da Receita Tributária. O IPVA contribuiu com 5,71%, o ITCD com 0,68% e as taxas 0,11. Ressalte-se que na consolidação dos impostos arrecadados pelo Estado do Ceará encontra-se a arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente na Fonte sobre Rendimentos pagos a qualquer título pelo Estado, suas Autarquias e pelas Fundações – IRRF, cuja participação foi de 7,37%. A receita tributária obteve um crescimento nominal de 5,50%, comparado ao exercício de 2014, quando se atingiu o valor de R\$ 10,727 bilhões, conforme demonstrado a seguir.

TABELA 12
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - 2014/2015

RECEITAS	VALOR R\$		VARIÇÃO % 2014/2015	(R\$ 1,00)
	2014	2015		Partic %
IMPOSTOS	10.715.371	11.302.351	5,48	99,89
ICMS	9.350.981	9.746.023	4,22	86,14
IPVA	575.958	646.045	12,17	5,71
ITCD	56.413	76.946	36,40	0,68
IRRF	732.019	833.337	13,84	7,37
TAXAS	9.926	12.458	25,52	0,11
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.725.297	11.314.810	5,50	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

DESEMPENHO DA RECEITA DE IMPOSTOS EM VALORES NOMINAIS

O conjunto dos impostos arrecadados no exercício de 2015 - receita tributária excluído o valor das taxas - representou 99,89% da receita tributária, alcançando o valor de R\$ 11,302 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 5,48%, comparado com 2014, conforme demonstrado na tabela acima.

IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

A arrecadação do IPVA em 2015 foi de R\$ 646 milhões, com crescimento nominal de 12,17%. Vale salientar que desde 2002, para efeito de cobrança do IPVA, o Estado vem utilizando como base de cálculo os preços definidos na tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, que em sua composição leva em consideração os valores e marcas dos veículos em seus diversos modelos e versões, levando também em consideração a depreciação do veículo ao longo dos anos. Dentre os fatores que influenciaram para o incremento de arrecadação apresentado destacam-se: redução da inadimplência devido ao maior esforço de cobrança e o aumento de licenciamento de novos veículos.

ITCD - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS

A arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD, em 2015, foi de R\$ 76,95 milhões, apresentando crescimento de 36,40%, quando comparado com 2014. Esse imposto corresponde a 0,68% da receita tributária. A arrecadação do ITCD resulta em grande parte de ações realizadas quanto aos processos de avaliação dos bens, da maior divulgação do ITCD nas operações de doações de bens e valores e do cruzamento de informações geradas pela Receita Federal do Brasil - RFB.

ICMS - IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO

O ICMS é o principal tributo estadual, sendo de importância vital para o equilíbrio das contas públicas. A arrecadação desse imposto em 2015, respondeu pelo ingresso R\$ 9,746 bilhões, correspondendo a 86,14% da receita tributária, apresentando um crescimento nominal de 4,22% quando comparado com o exercício de 2014.

Para o exercício de 2015, as evoluções das taxas do PIB nacional e local apresentaram trajetórias descendentes, segundo a previsão do Instituto de Pesquisa e IPECE a previsão do PIB nacional é de redução de 3,8% e do PIB estadual de redução de 3,48%. O crescimento do ICMS do Estado do Ceará alcançou um bom resultado, tendo o produto tributário ultrapassado desempenho da base econômica nacional e estadual.

Nos últimos exercícios a arrecadação do ICMS apresentada na tabela e no gráfico abaixo, obteve o seguinte desempenho:

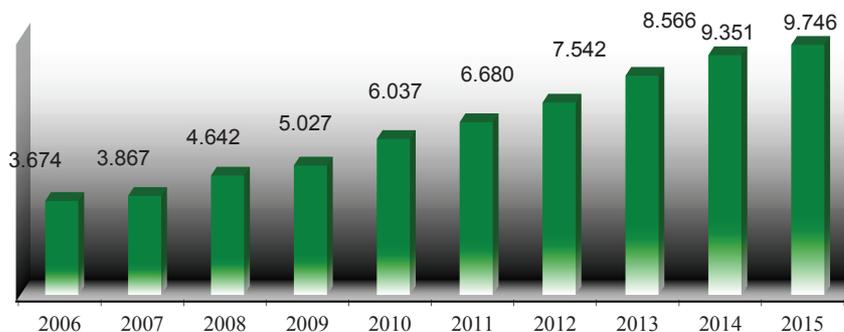


TABELA 13
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO ICMS - CEARÁ

DISCRIMINAÇÃO	VALORES CORRENTES EM R\$ MILHÕES	VARIAÇÃO% REALIZAÇÃO
2006	3.674	-
2007	3.867	5,25
2008	4.642	20,04
2009	5.027	8,29
2010	6.037	20,09
2011	6.680	10,65
2012	7.542	12,90
2013	8.566	13,57
2014	9.351	9,17
2015	9.746	4,22

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO IV
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS DO PERÍODO DE 2006 - 2015



Fonte: S2GPR/SEFAZ

A arrecadação do ICMS apresentou, em 2015, na comparação com 2014, um crescimento nominal de 4,22%. Se procedermos a um comparativo da evolução do ICMS anual, com base o ano de 2015, com a arrecadação de 2006, levando-se em consideração também o crescimento do Índice de Preço ao Consumidor Amplo IPCA, observa-se uma evolução de 67% do IPCA e de 165,3% do ICMS, o que evidencia um bom comportamento da arrecadação.

GRÁFICO V
COMPARATIVO DO ICMS COM O IPCA NO PERÍODO DE 2012 - 2015

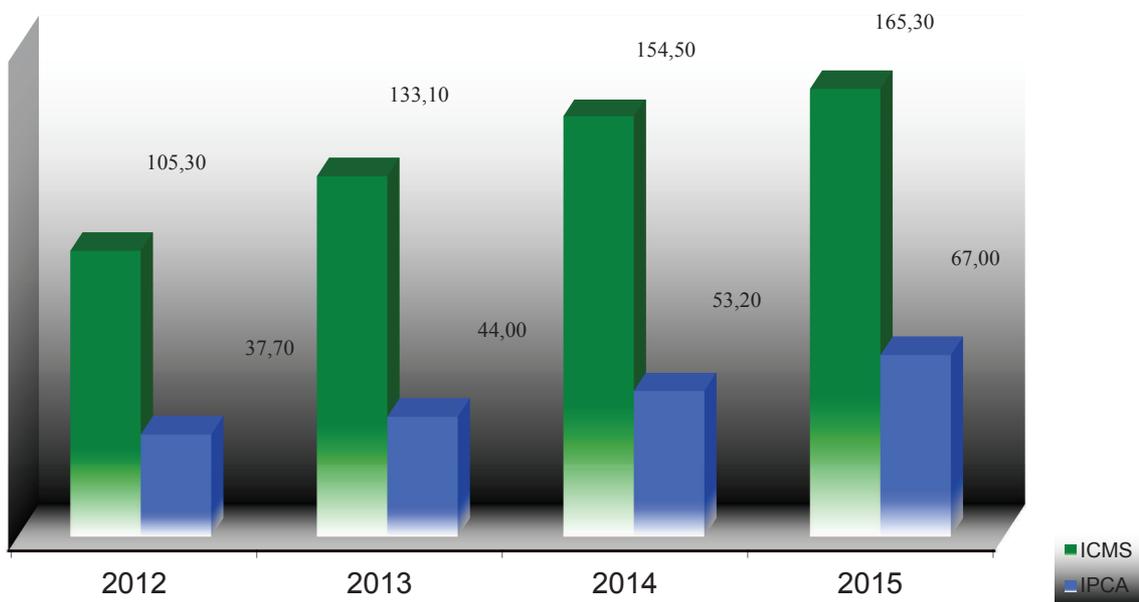


TABELA 14
DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SEGMENTO - 2014 - 2015

SEGMENTOS	VALOR		VARIAÇÃO	PART.
	2014	2015	2014/2015	TOTAL ICMS 2015
INDUSTRIAL	1.862.853	1.885.969	1,24	19,35
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	717.129	680.628	-5,09	6,98
COMERCIO ATACADISTA	1.951.745	1.865.758	-4,41	19,14
COMERCIO VAREJISTA	1.491.231	1.435.893	-3,71	14,73
ENERGIA ELÉTRICA	726.090	1.113.907	53,41	11,43
COMBUSTÍVEL	1.938.413	2.057.627	6,15	21,11
DEMAIS SEGMENTOS	283.542	277.711	-2,06	2,85
FECOP	379.977	428.530	12,78	4,40
TOTAL ICMS	9.350.981	9.746.023	4,22	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O ICMS por natureza é bastante sensível a flutuações da atividade econômica. A arrecadação do ICMS especificada pelos principais segmentos econômicos evidencia que no exercício de 2015, o segmento que congrega as empresas de combustíveis, responsável por 21,11% do total do ICMS, apresentou crescimento nominal de 6,15%, comparativamente ao exercício de 2014, resultante da majoração no valor de referência para a cobrança do ICMS por substituição tributária (PMPF) nas operações com combustíveis.

O segmento industrial com uma participação no ICMS total de 19,35% apresentou crescimento nominal do ICMS de 1,24%, totalizando um montante arrecadado em 2015 de R\$ 1,886 bilhão.

As atividades econômicas que agrupam os contribuintes que atuam no comércio atacadista e varejista apresentam participação de 19,14% e 14,73% respectivamente na arrecadação do ICMS global do Estado e obtiveram como resultado da arrecadação uma redução de -4,41% para o comércio atacadista e de -3,71% para o comércio varejista.

A arrecadação do segmento energia elétrica apresentou participação no ICMS total de 11,43% e variação positiva de 53,41% no exercício de 2015 quando comparado com o exercício anterior, resultante da majoração tarifária de 2015.

O segmento serviço de comunicação contribuiu com 6,98% da participação global, apresentando redução de 5,09% quando comparado com 2014. Esse segmento foi afetado pela queda de alguns indicadores macroeconômicos, como a venda de bens e serviços. Outro fator que merece destaque no segmento de comunicação é a corrosão da base, em razão do surgimento de novos aplicativos gratuito de envio de mensagens.

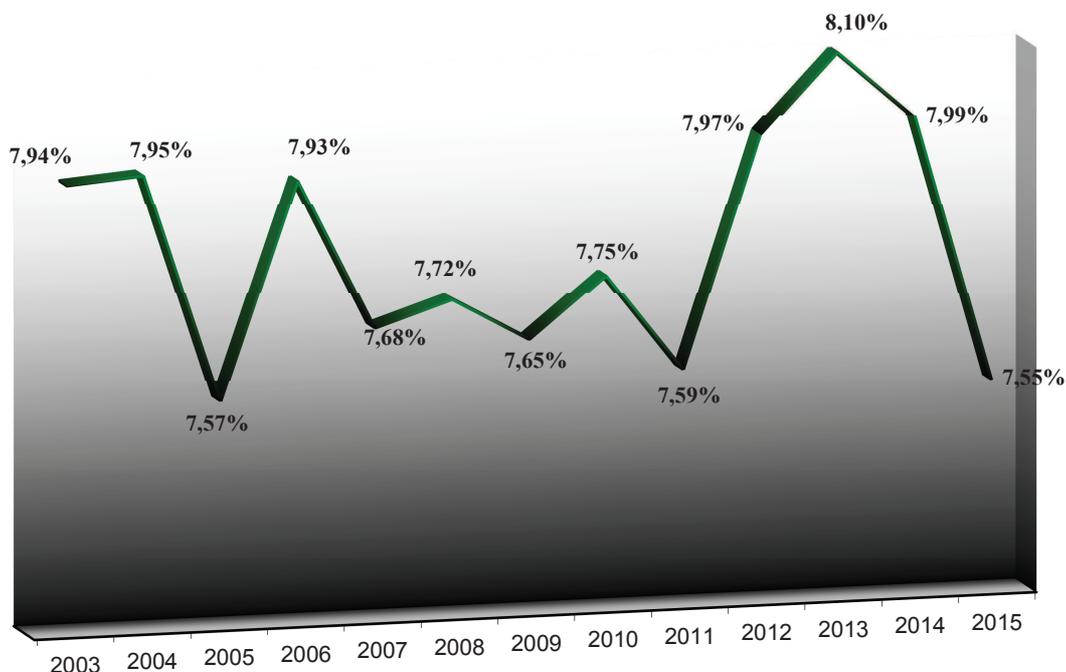
A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate a Pobreza – FECOP, instituído em 2003, através da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2015 quando comparado com 2014 de 12,78%. O FECOP é composto pelo adicional de dois pontos percentuais na alíquota do ICMS incidente sobre os seguintes produtos e serviços: bebidas alcoólicas; armas e munições; embarcações esportivas; fumo, cigarros e demais artigos de tabacaria; aviões ultraleves e asas-delta; energia elétrica e gasolina.

PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB ESTADUAL

Um ponto de destaque que pode ser feito é quando se compara a participação do ICMS do Estado do Ceará no conjunto global das riquezas produzidas em seu território - Produto Interno Bruto - PIB. No gráfico a seguir, em 2015 a participação do ICMS no PIB foi de 7,55%.

Um fator que está influenciando na performance do ICMS é a política de redução do ICMS sobre produtos selecionados que tem contribuído para a ampliação da base de incidência do imposto e por conseqüência aumento da arrecadação.

GRÁFICO VI
PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB DO CEARÁ DO PERÍODO DE 2003 À 2015



COMPARATIVO ICMS CEARÁ X ICMS BRASIL

Com o objetivo de oferecer uma visão comparativa da performance da arrecadação do ICMS do Estado do Ceará foi utilizado como fonte de pesquisa o Boletim do ICMS editado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS. Nele consta a arrecadação total do ICMS por Unidade da Federação, incluindo a dívida ativa, multas, juros e estornos contábeis, nos exercícios de 2014/2015. O total do ICMS Brasil atingiu o montante de R\$ 401.748 milhões, apresentando uma variação nominal positiva de 3,37%, quando comparada com o exercício de 2014 cuja arrecadação foi de R\$ 388.656 milhões. O crescimento nominal da região nordeste neste mesmo período foi de 4,76%.

O ICMS arrecadado no Estado do Ceará, no exercício de 2015, apresenta um crescimento nominal de 4,22% em relação a igual período de 2014, tendo apresentado o 6º lugar em termos de crescimento em relação aos Estados da Região Nordeste. Esse resultado (4,22%) também sobrepujou a variação obtida pelo ICMS Brasil (3,37%), oferecendo a conclusão de que o Estado do Ceará no período considerado obteve resultados mais satisfatórios do que a média nacional.



Como consequência desta performance, o Estado do Ceará alterou a participação do ICMS do Estado no total do Brasil apresentando um aumento nessa participação. No ano de 2014 esta participação era de 2,43%, passando para 2,45% no exercício de 2015. A posição do Estado do Ceará em termos de volume arrecadado, no contexto nacional posiciona-se na 10ª colocação dentre as unidades federadas de todo o Brasil e na região nordeste ocupa a 3ª posição.

TABELA 15
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FECOP

(R\$ 1,00)			
REC EITA			
ESPECIFIC AÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA %
ICMS ADICIONAL FECOP	411.250.985,63	428.529.617,18	104,20
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	14.955.122,00	20.394.177,34	136,37
DÍVIDA ATIVA - FECOP	0,00	2.257,19	0,02
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	1.786.728,95	644.350,67	30,83
MULTAS E JUROS DE MORA - DÍVIDA ATIVA	0,00	1.194,29	0,01
OUTRAS RECEITAS FECOP	0,00	373.266,51	0,00
RESTITUIÇÕES DE CONV CONCEDIDOS REC FECOP	0,00	1.110.081,34	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	344.402,40	0,00
TOTAL	427.992.836,58	451.399.346,92	105,47
DESPESA REALIZADA			
(R\$ 1,00)			
CÓDIGO	ÓRGÃOS	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
080001	SEINFRA	25.560.897,75	5,25
110001	GAB GOV	6.252.445,67	1,29
170001	CEC	400.000,00	0,08
210001	SDA	95.407.792,54	19,61
210101	EMATERCE	10.931.129,27	2,25
210301	IDACE	4.958.902,00	1,02
220001	SEDUC	124.274.295,40	25,55
240401	FUNDES	50.436.841,10	10,37
270001	SECULT	436.899,00	0,09
290001	SRH	17.250.798,35	3,55
290101	SOHIDRA	22.721.710,50	4,67
310001	SECITECE	1.609.351,52	0,33
310101	FUNECE	2.593.079,20	0,53
310201	UVA	6.436.687,91	1,32
310301	URCA	447.719,67	0,09
420001	SESPORTE	726.473,37	0,15
430001	CIDADES	26.970.371,53	5,54
460601	COHAB	463.320,42	0,10
470001	STDS	27.180.042,99	5,59
470201	FEAS	57.599.454,38	11,84
510001	SPA	1.982.882,97	0,41
550001	SPD	1.841.322,54	0,38
TOTAL		486.482.418,08	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Conforme Tabela anterior, a SEDUC foi a que mais se destacou com os recursos do FECOP (25,55%), seguido SDA (19,61%) e FUNDES (10,37 %).

De acordo com a tabela seguinte, as despesas com o FECOP teve uma redução em termos nominais de 11,76 % em relação ao exercício de anterior. Das despesas do FECOP, por função de governo, destaca-se no exercício de 2015 o gasto com a Função Educação, correspondente a 27,88% do total das despesas empenhadas.

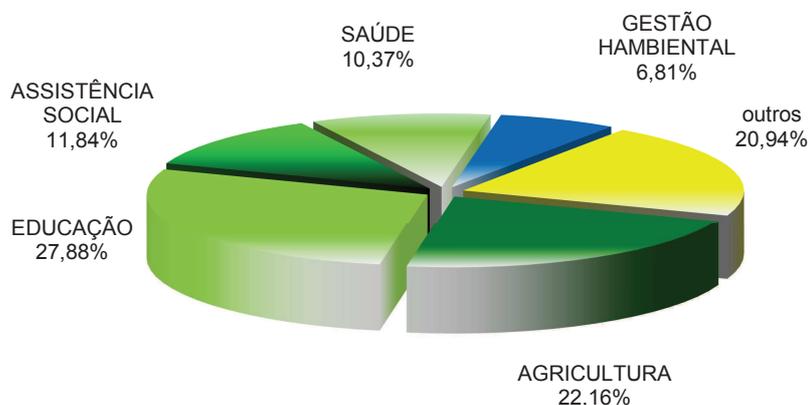
TABELA 16
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO FECOP POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2014 - 2015

(R\$ 100)

FUNÇÃO	2014	PART.%	2015	PART.%	VARIAÇÃO % 2014/2015
AGRICULTURA	128.907.381,86	23,38%	107.782.572,72	22,16%	-16,39%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	47.015.772,45	8,53%	57.599.454,38	11,84%	22,51%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	50.000,00	0,01%	1.609.351,52	0,33%	0,00%
CULTURA	847.361,64	0,15%	436.899,00	0,09%	-48,44%
DESPORTO E LAZER	3.088.079,08	0,56%	726.473,37	0,15%	-76,47%
DIREITOS DA CIDADANIA	6.984.809,87	1,27%	6.638.216,21	1,36%	-4,96%
EDUCAÇÃO	136.238.551,34	24,71%	135.607.334,18	27,88%	-0,46%
ENCARGOS GERAIS	112.546.447,45	20,41%	0,00	0,00%	-100,00%
GESTÃO AMBIENTAL	1.502.863,26	0,27%	33.108.913,06	6,81%	2103,06%
HABITAÇÃO	23.915.505,76	4,34%	10.543.942,44	2,17%	-55,91%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00%	4.958.902,00	1,02%	0,00%
SANEAMENTO	4.662.551,98	0,85%	8.375.986,03	1,72%	79,64%
SAÚDE	19.362.618,36	3,51%	50.436.841,10	10,37%	160,49%
TRABALHO	26.865.269,35	4,87%	27.180.042,99	5,59%	1,17%
ENERGIA	0,00	0,00%	539.232,06	0,11%	0,00%
TRANSPORTE	21.566.498,37	3,91%	25.560.897,75	5,25%	28,11%
URBANISMO	17.748.129,66	3,22%	15.377.359,27	3,16%	-13,36%
TOTAL	551.301.840,43	100,00%	486.482.418,08	100,00%	-11,76%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO VII
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO FECOP POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2015



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Ressalte-se que, no Estado do Ceará, a operacionalização do FECOP é, como fonte de recursos, o que facilita a sua aplicação pelas diversas secretarias e órgãos da administração direta e indireta que tenham em suas missões atividades que se relacionem com o combate à pobreza.

O legislador cearense esclareceu, de uma vez por todas, a operacionalização do FECOP como fonte de recursos, conforme se observa da leitura do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 37/2003, redação dada pela Lei Complementar nº 76, de 21 de maio de 2009, *in verbis*:

Art. 1º (...)

§ 3º Os programas, projetos e atividades financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, terão suas dotações orçamentárias consignadas nos órgãos e entidades executores, com fonte de recursos identificada por código próprio, denominado "Recursos Provenientes do FECOP".

Como se percebe, para o cumprimento da missão constitucional do FECOP, as dotações orçamentárias são consignadas nos diversos órgãos e entidades executoras e a operacionalização é feita como fonte de recursos.

- Lei Complementar nº 148, de 24 de dezembro de 2014, altera dispositivos da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 31, de 14 de dezembro de 2000, cria o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social.

Em cumprimento ao Art. 58, da Lei Complementar nº 101, de 04 de 2000, que discorre: "A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperações de créditos nas instâncias administrativas e judiciais, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições," procedem-se, a seguir, comentários sobre as ações desenvolvidas no exercício de 2015.

REALIZAÇÕES 2015

A política fiscal adotada pelo Estado fundamenta-se na busca do aumento da arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. As ações realizadas em 2015 segmentadas nos três programas temáticas setoriais foram:

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 009 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

O Programa tem como objetivo principal melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal, visando aumentar a receita própria do Estado, aumentar a eficiência e a eficácia e melhorar o controle do gasto público, além de prover melhores serviços ao cidadão.

Metas Prioritárias - 2015

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2015	Realizado 2015
00031 - Modernizar 80% das Unidades Fazendárias da capital e do interior	11,00	33
00059 - Realizar 90% das inscrições de cadastro de contribuintes em até 72 horas	90%	89,71%

Fonte: SEFAZ.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Início da operação do Equipamento de Raios-X de Carga, scanner fixo localizado no Posto Fiscal de Asa Branca, visando combater a sonegação fiscal e o contrabando no posto de fiscalização localizado na Cidade do Crato;
- Aquisição de Equipamento de Firewall/VPN/IPS;
- Aquisição de Chassi BladeCenter H;
- Execução dos serviços de auditoria independente no âmbito do PROFISCO, referente ao exercício de 2014;
- Implantação de sistema de pesagem dinâmica de cargas, composto por balança, cancela eletrônica, câmeras OCR e do tipo Dome no Posto Fiscal de Asa Branca, instrumentos com tecnologia avançada, tornando mais ágil e eficiente o processo de controle e fiscalização de tributos nas divisas do Estado;
- Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de subscrição de Banco de Dados Enterprise DB postgres Plus Advanced Server Premium;
- Aquisição de solução completa de hardware/software de backup e recuperação de dados;
- Contratação de empresa consultora para executar projeto de modernização administrativa e tecnológica de serviços, processos e atividades referentes a gestão de precatórios e requisições de pequenos valores para a Procuradoria-Geral do Estado do Ceará;
- Reforma das salas de aula da Célula de Desenvolvimento de Pessoas (Sefaz III);
- Mobiliários para as Unidades da SEFAZ;
- Aquisição de Storages e Switch;
- Aquisição de Circuito Fechado de Televisões – CFTvs para Postos Fiscais;
- Aquisição de equipamentos de No-break para Célula de Informações e Operações Fiscais-CIOF e para os Postos Fiscais de Divisas;
- Aquisição de Empilhadeiras para Postos Fiscais;
- Aquisição de elevador para sala de treinamento da SEFAZ;
- Continuidade da implantação do Módulo Fiscal Eletrônico, que consiste em um novo modelo de emissão de documentos das operações fiscais de venda ao consumidor, com emissão de Cupons Fiscais Eletrônicos através de Módulo Fiscal Eletrônico tem por objetivos: Adotar o modelo de emissão do Cupom Fiscal Eletrônico previsto no Ajuste SINIEF11/10; Simplificar e reduzir as obrigações acessórias dos contribuintes e suas operações comerciais, realizadas através de um documento fiscal moderno e seguro; ampliar o número de contribuintes do atual modelo com vistas à ampliação da capacidade de arrecadação do Estado; e integrar-se com o modelo de Educação Fiscal (PSNVD);
- Contratação de serviços de consultoria para implantação da gestão por processos na SEFAZ tendo como foco a implantação de governança corporativa a partir da construção, especificação e automação dos processos de negócios em ferramentas tecnológicas.

PROGRAMA 010 - GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

O Programa objetiva aprimorar os processos fiscais, aparelhar e instrumentalizar as Unidades da SEFAZ, de forma a aperfeiçoar a gestão dos recursos financeiros do Estado, garantindo o equilíbrio fiscal e a eficiência do sistema de arrecadação.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2015	Realizado 2015
00029 - Aparelhar 80% das Unidades da SEFAZ.	11	4

Fonte: SEFAZ

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

Nota Fiscal Eletrônica - NF-e.

Atualmente todos os contribuintes, exceto MEI, estão obrigados à emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, sendo que 10.059 contribuintes ingressaram no exercício de 2015. Destaca-se que no período de janeiro a 12 de novembro de 2015 foram autorizadas 49,89 milhões de NF-e pelo Fisco Cearense, sendo que deste total apenas 1,4% das NF-e emitidas foram canceladas. O volume das operações autorizadas no período representa o montante de R\$ 170 bilhões;

Com a implementação do Controle de Ocorrências vinculadas a NF-e, durante o período de janeiro a 12 de novembro de 2015 foram registrados 39,696 milhões de eventos, dos quais destacamos os relacionadas com a manifestação do destinatário da NF-e:

- ✓ 2,368 milhões de Ciência da Emissão - Recebimento pelo destinatário de existência de NF-e em que ele é destinatário, mas ainda não há elementos suficientes para apresentar uma manifestação conclusiva;
- ✓ 3,548 milhões de Confirmação da Operação - Manifestação do destinatário confirmando que a operação descrita na NF-e ocorreu efetivamente;
- ✓ 22.255 Desconhecimento da Operação - Manifestação do destinatário declarando que a operação descrita da NF-e não foi por ele solicitada;
- ✓ 33.324 Operação não Realizada: - Operação não realizada - Manifestação do destinatário declarando que a operação descrita na NF-e foi por ele solicitada, mas não foi efetivada.



Quanto aos demais eventos registros no mesmo período temos:

Demais Eventos da NFe	Quantidade de Eventos
Autorização CT-e	18.130.412
Registro Passagem NF-e	13.759.525
Cancelamento NF-e	811.058
Cancelamento CT-e	390.753
Carta de Correção	356.422
Vistoria SUFRAMA	88.873
Confirmação de Internalização da Mercadoria na SUFRAMA	84.754
Registro Passagem NF-e BRId	77.473
Evento Prévio de Emissão em Contingência - EPEC	23.878

Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e .

O Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e permite um controle maior das operações de trânsito de mercadorias, tendo em vista que as NF-e são relacionadas em cada CT-e emitido, o que facilita e agiliza o registro de passagem das mercadorias na entrada ou saída do Estado, reduzindo o tempo de permanência dos veículos das transportadoras nos Postos Fiscais de divisa, implicando na redução de custos operacionais. Atualmente todas empresas transportadoras de cargas estão obrigadas à emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e, sendo que 1.698 contribuintes estão devidamente credenciados como emissores de CT-e. Destaca-se que no período de janeiro a outubro de 2015 foram autorizadas 5.212.314 de CT-e pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 1,834 bilhão em valor total de serviços prestados.

Manifesto Eletrônicos de Documentos Fiscais - MDF-e.

O Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) foi criado para vincular os documentos fiscais utilizados na operação e/ou prestação, à unidade de carga utilizada no transporte. Deve ser emitido pelas transportadoras nas entregas com mais de um conhecimento de transporte; pelas empresas que transportam carga em veículos próprios arrendados ou por meio de transportador subcontratado, nas entregas com mais de uma nota fiscal. A finalidade do MDFe é agilizar o registro em lote de documentos fiscais e identificar a unidade de carga utilizada e demais características do transporte, facilitando o controle automático do registro de passagem através do conjunto de antenas do projeto Brasil-id, integradas ao sistema ONE - Operador Nacional dos Estados. Salienta-se que a autorização de uso do MDFe implica em posterior registro dos eventos, nos documentos fiscais eletrônicos nele

relacionados. Em média, cerca de 249 empresas, no período de Janeiro a Outubro de 2015, emitiram 377.211 MDF-e autorizados.

Projeto Brasil-ID.

Os documentos fiscais eletrônicos modificaram sensivelmente as relações entre o Fisco e a sociedade. Com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) pode ser observado um novo paradigma nos processos fiscais e logísticos no Brasil, com reflexo direto na modernização das empresas e dos seus sistemas de controle e faturamento. Visando atender essas necessidades do Fisco e contribuir com a redução do chamado “Custo Brasil”, foi concebido o projeto Brasil ID, um sistema baseado na tecnologia de identificação por radiofrequência (RFID – Radio-Frequency IDentification) que visa estabelecer um padrão único de identificação e monitoramento de produtos e documentos fiscais em circulação pelo país. O projeto conta com o apoio de diversas entidades, dentre elas a FINEP, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Governo Federal, ENCAT e empresas parceiras. Uma vez identificado o veículo de carga, é possível fazer o link com o documento fiscal eletrônico responsável pela logística (MDF-e) e com base nessas informações munir a fiscalização de trânsito com instrumentos capazes de orientar as ações nos postos fiscais e rodovias do país. No projeto piloto, foram apontados 24.748 registros de passagens realizados automaticamente na plataforma do Brasil-ID.

AÇÕES DE MONITORAMENTO

A atividade de Monitoramento Fiscal consiste na verificação do cumprimento das obrigações tributárias e confere ao contribuinte a espontaneidade no recolhimento dos tributos. Os contribuintes monitorados pela Sefaz, no período de janeiro a outubro de 2015, corresponde a 8.293. No período supracitado foram arrecadados espontaneamente, incluindo principal, multa e juros, os valores conforme discriminação a seguir:

PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
134.705.518,70	7.734.719,03	6.033.420,25	148.473.657,98

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Autos de Infração Lavrados em 2015

- Fiscalização do Trânsito de Mercadorias com a lavratura de 11.086 Autos de Infração no período de janeiro a outubro de 2015, na Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, no valor principal total corrigido de R\$ 10,40 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 37,25 milhões.

- Fiscalização de Empresas que resultou no lançamento do crédito tributário de ICMS, por meio de Auto de Infração, no valor principal corrigido de R\$ 283,69 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 987,74 milhões.

Autos de Infração Pagos em 2015

No período de janeiro a outubro de 2015, os Autos de Infração pagos totalizaram R\$ 97,99 milhões, incluindo principal, multa e juros, representando uma efetiva cobrança, bem como, demonstrando uma excelente recuperação do crédito tributário, conforme quadro a seguir:

TIPO	QTDE AI	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
AUDITORIA	23.053	50.038.379,66	22.719.690,23	5.022.093,08	77.780.162,97
CEXAT	6.332	4.536.016,09	1.508.735,90	309.102,45	6.353.854,44
TRÂNSITO DE MERCADORIAS	9.142	6.446.214,86	7.224.767,90	190.746,72	13.861.729,48
TOTAL	38.527	61.020.610,61	31.453.194,03	5.521.942,25	97.995.746,89

* Ressalta-se que nos valores recolhidos de Auto de Infração estão incluídos os inscritos em Dívida Ativa.

ACÇÕES DECORRENTES DA GESTÃO FISCAL DOS MACROSEGMENTOS ECONÔMICOS

Em 2015, foram desenvolvidas ações para recuperar crédito tributário relativo devido ao enquadramento de unidades consumidoras indevido na classe de Produtor Rural, cuja tributação é da não-incidência. A referida ação proporcionou a recuperação de crédito tributário até outubro/15 no valor de R\$ 0,4 milhão com previsão de recuperação futuras até 2016 no valor de R\$ 8,5 milhões.

Setorial	Período Recolhimento	ICMS	Acréscimo Moratório	Total (1)	ICMS Repasso SCANC (2)	Total Geral (1+2)
Energia e Comunicação	1º Trimestre	3.152,6	440,6	3.593,1	-	3.593,1
	2º Trimestre	4.485,2	530,3	5.015,6	-	5.015,6
	3º Trimestre	6.744,7	347,2	7.091,9	-	7.091,9
	4º Trimestre	4.752,0	-	-	-	4.752,0
	Total	19.134,50	1.318,10	15.700,60	-	20.452,60
Combustíveis	1º Trimestre	1,0	0,3	1,3	-	1,3
	2º Trimestre	9.208,8	511,3	9.720,1	3.104,9	12.825,0
	3º Trimestre	219,0	7.091,9	338,9	1.587,9	1.926,9
	4º Trimestre	-	-	-	-	-
	Total	9.428,8	631,5	10.060,3	4.692,8	14.753,1
Total Geral		28.563,3	1.949,6	25.760,9	4.692,8	35.205,7

Fonte: Receita/SCANC

ACÇÕES DA GESTÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR E SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

ACÇÕES DA GESTÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Sistema de Controle do Comércio Exterior - SISCOEX.

Aplicativo desenvolvido para o controle das operações relativas à Importação, facilitando a operacionalização do cálculo do ICMS, a emissão da Guia de Liberação de Mercadoria Estrangeira - GLME, a emissão do Documento de Arrecadação Estadual-DAE/Guia Nacional de Recolhimento Estadual - GNRE,

fornecendo relatórios gerenciais, consultas diversas, dados estatísticos, levantamento do montante do ICMS exonerado e do pago, e o controle sobre os benefícios fiscais. Em 2015 foi entregue o módulo da calculadora do ICMS importação, com toda a rotina de cálculo considerando os diversos tratamentos tributários. O desenvolvimento das demais funcionalidades estão sendo trabalhadas para que o sistema possa entrar em produção.

O Módulo SISCOEX - Exportação Indireta Entrada já teve seu escopo concluído pela área de negócios, deverá entrar em produção logo após a conclusão do Módulo Importação. Este módulo possibilitará o controle das operações de entrada com fins de exportação e consequentemente o do ICMS antecipado ou substituição tributária que deixou de ser cobrado no momento da entrada no Estado do Ceará.

Acompanhamento

As ações de monitoramento fiscal, proporcionaram o montante recuperado, no período de janeiro a outubro/2015, o recolhimento aos cofres estaduais R\$ 0,81 milhão. Relativamente as ações fiscais realizadas, no mesmo período, foi constituído o crédito tributário, por meio de auto de infração no montante de R\$ 4,27 milhões.

Admissão Temporária

Modalidade	Quant. Processos	Valor do ICMS Importação
Cadastro	30	-
Prorrogação	80	666.441,07
Nacionalização	15	183.612,80
Reexportação	45	-
Total	170	850.053,87

*Janeiro a outubro/2015

Termos de Responsabilidade - Importação Desembaraçada em Outra Unidade Federada

Modalidade	Quant. Processos
Diferimento FDI	288
Drawback	32
Total	320

ACÇÕES DA GESTÃO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Monitoramento e Fiscalização

Foram realizadas ações de monitoramento fiscal e ações fiscais restritas no período de janeiro a outubro de 2015. Como resultado dessas ações, foram recolhidos aos cofres estaduais os montantes de R\$ 11,21 milhões, de forma espontânea por meio de notificações, e R\$ 1,85 milhão dos R\$ 8,21 milhões lançados por meio de Autos de Infração.

Termo de Notificação	
Status	Valor
Pago	11.208.925,78

Auto de Infração	
Status	Valor
Lançado	8.208.620,19
Pago à vista ou parcelado	1.850.303,79
Total	10.058.923,98

Margem de Agregação Porta a Porta

Em 2014, foi proposta elevação da Margem de Valor Agregado - MVA de 30% para 55% para os contribuintes que praticam preço de venda sugerido a consumidor final no segmento porta a porta, cuja expectativa de receita era gerar um crescimento de 28%, conforme mensagem enviada referente ao citado ano.

Com a medida implementada em Fevereiro de 2015, foram obtidos os seguintes resultados:

Mês	Arrecadação 2014	Arrecadação 2015
Fevereiro	387.450,45	857.212,43
Março	465.804,30	778.001,07
Abril	485.294,91	858.562,04
Maior	433.880,57	909.965,14
Junho	572.044,44	1.220.100,98
Julho	456.540,48	857.588,86
Agosto	578.100,98	1.118.367,83
Setembro	871.716,29	939.098,38
Outubro	525.510,55	1.253.909,71
Total	4.776.342,97	8.792.806,44

Os valores apresentados resultam no incremento de 84,09% de recolhimento de ICMS-ST ao Estado do Ceará.

Atualização do Ato COTEPE

Foi realizada a atualização do preço de referência para os produtos derivados da farinha de trigo, Ato COTEPE/ICMS nº 28, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre substituição tributária nas operações interestaduais com massas alimentícias, biscoitos, bolachas, bolos, pães, e outros derivados de farinha de trigo. Essa iniciativa garante ao Estado que os valores utilizados como base de cálculo do ICMS-ST dos produtos acima referidos não sejam inferiores a média dos preços praticados no comércio regional.

Cadastro Eletrônico de Contribuintes Substitutos

Com a intenção de facilitar e dar transparência ao processo de solicitação do cadastro de contribuinte substituto neste Estado, foi instituído, por meio da Instrução Normativa nº 42/2015, o Cadastro Eletrônico de Contribuintes Substitutos. Essa melhoria visa atender uma nova demanda provocada pela Emenda Constitucional nº 87/2015, regulamentada pelo Convênio ICMS nº 93/2015, mais especificamente por sua Cláusula Quinta, a qual facultou exigir ou conceder ao contribuinte localizado na unidade federada de origem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS. Espera-se com isso uma grande demanda de novos contribuintes para o interstício de 2016.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ORIGINÁRIAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Resultando na arrecadação dos Órgãos da Administração Indireta, via DAE, R\$ 16,54 milhões em 2015 e na habilitada a emissão de DAE para 8 (oito) Órgãos da Administração Indireta.

PROGRAMA DE INCENTIVO A CONCILIAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS

A Lei nº 15.826 de 27 de julho 2015, publicada no D.O.E, em 28/07/2015, que instituiu o Programa de Incentivo a Conciliação de Débitos Fiscais, estabelecendo condições especiais aos contribuintes do ICM/ICMS, IPVA e ITCD para efetuarem a regularização dos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/12/2014, inscritos ou não em Dívida Ativa. O prazo de adesão foi até 30/10/2015. O objetivo desta Lei foi de proporcionar ao contribuinte inadimplente com o Erário Estadual, condições favoráveis à regularização dos débitos, de forma que ele possa readquirir à condição de normalidade no cumprimento das suas obrigações tributárias.

A arrecadação alcançada com os recolhimentos efetivos foi de R\$ R\$ 93,373 milhões, conforme quadro abaixo.

Receita	Valor
ICMS	63.275.773,14
IPVA	2.482.404,55
ITCD	13.937.390,93
OUTROS	13.678.119,73
Total	93.373.688,35

AÇÕES DA COORDENADORIA DE PESQUISA E ANÁLISE FISCAL

Realização de ações fiscais da revisão fiscal: Concluídas, até outubro de 2015, 47 ações fiscais tendo os seguintes resultados: Ações Fiscais de Auditoria Fiscal e SEFISC com a lavratura de 199 Autos de Infração com o lançamento de R\$ 34,78 milhões (ICMS e Multa).

PROGRAMA 011 - CIDADANIA FISCAL

O Programa tem por objetivo a conscientização dos cidadãos sobre a função social dos tributos e de sua responsabilidade no controle da aplicação desses recursos por meio de exercício da cidadania, buscando, assim, a constituição de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

Metas Prioritárias

Metas Prioritárias 2012-2015	Programado 2015	Realizado 2015
00039 - Sensibilizar, anualmente, 3.500 pessoas através das ações de Educação Fiscal	3.500,00	7.530
00040 - Capacitar, anualmente, 1.500 servidores públicos	1.500,00	895

Fonte: SEFAZ.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Sensibilização, Atividade realizada por meio de Palestras ministradas para professores e alunos do ensino médio, fundamental e profissionalizante na capital e no interior do Estado (Iguatu, Milagres, Horizonte, General Sampaio, Sobral) e para Universidades (Unifor, Universidade do Vale do Acaraú - Sobral, Centro Universitário Estácio de Sá) e com a Faculdade da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza no Projeto CDL Móvel, nos bairros de Fortaleza perfazendo um total de 13 palestras com 974 participantes. Tais eventos visam difundir e compartilhar os conceitos que o Programa de Educação Fiscal dissemina (Ética, Cidadania Fiscal, Gasto Público, Sistema Tributário Nacional, Controle Social, Gestão Fiscal e Ajuste Fiscal).
- Capacitação realizada por meio de quatro cursos básicos: Disseminadores de Educação Fiscal (DEF) e de “Atualização de Conteúdo - DEF II”, em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF) do Ministério da Fazenda, destinado preferencialmente para professores da rede pública de ensino e universitários; Cidadania Fiscal para Universitários; Cidadania Fiscal para Agentes do Fisco (servidores da SEFAZ) e Educação Fiscal e Cidadania, em parceria com Centresaf-CE, Receita Federal 3ª Região Fiscal, Secretaria de Finanças e da Educação de Fortaleza e SEFAZ, destinadores a professores da rede municipal de Fortaleza para disseminar os conteúdos de Educação Fiscal nas escolas de tempo integral. Foram ministrados 10 cursos com 895 participantes.
- Projetos Educação Fiscal nas Escolas, na Coordenadoria Regional de Desenvolvimento de Educação em Acaraú, abrangendo os seguintes municípios Cruz, Bela Cruz, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Morrinhos de forma transversal nas diversas disciplinas, e em 02 escolas municipais de Fortaleza.
- Projeto de Cidadania Ativa, em parceria com a Universidade de Fortaleza, em 02 escolas de Fortaleza.

- Instalação do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal no Centro Universitário Estácio de Sá, Unidade Moreira Campos, em Fortaleza em parceria com a Receita Federal 3ª Região Fiscal, Secretaria de Finanças do Município de Fortaleza e Conselho Regional de Contabilidade, com objetivo de atuar como Centro de Aprendizagem dos alunos de contabilidade, com objetivo de atuar como Centro de Aprendizagem dos alunos de contabilidade, visando instruir sobre funcionamento e a finalidade dos fiscos para produção de estudos e aproximar a Academia aos Fiscos, bem como transmitir conhecimento aos universitários a respeito dos serviços disponibilizados pelos órgãos da administração fiscal.
- Educação Fiscal Itinerante destinado aos servidores fazendários em sua unidade de trabalho, promovendo diálogos de modo a inserir os conteúdos da Educação Fiscal de forma crítica e reflexiva, promovendo, uma nova cultura tributária.
- Universidade no Fisco, onde promovemos visitas de universitários à instituição SEFAZ, para apresentarmos à comunidade acadêmica a visão do setor público, principalmente em relação às finanças do Estado. Participantes desses projetos: 5.517 pessoas.
- Realização de 04 Seminários, sendo 02 direcionados aos servidores da atividade de Fiscalização de Trânsito de Mercadorias da SEFAZ, sobre Cidadania Fiscal, 01 Seminário sobre a nova Lei das Taxas e Cidadania Fiscal destinado a todos os gestores financeiros dos órgãos públicos do Governo do Estado, e um Seminário “Cidadania Fiscal como alternativa para a Crise Financeira”, em Sobral para estudantes da Universidade do Vale do Acaraú. Participaram desses seminários 588 pessoas.
- Realização do 1º Fórum de Educação Fiscal e Cidadania, onde promovemos o lançamento da nova coleção de livros de Educação Fiscal e Cidadania, destinados a professores e alunos do Ensino Fundamental II e Médio e para o público universitário com 130 participantes.
- Realização de um concurso de Redação sobre Educação Fiscal na Escola Estadual de Educação Profissional Júlio França, na cidade de Bela Cruz com 321 participantes.

Taxas

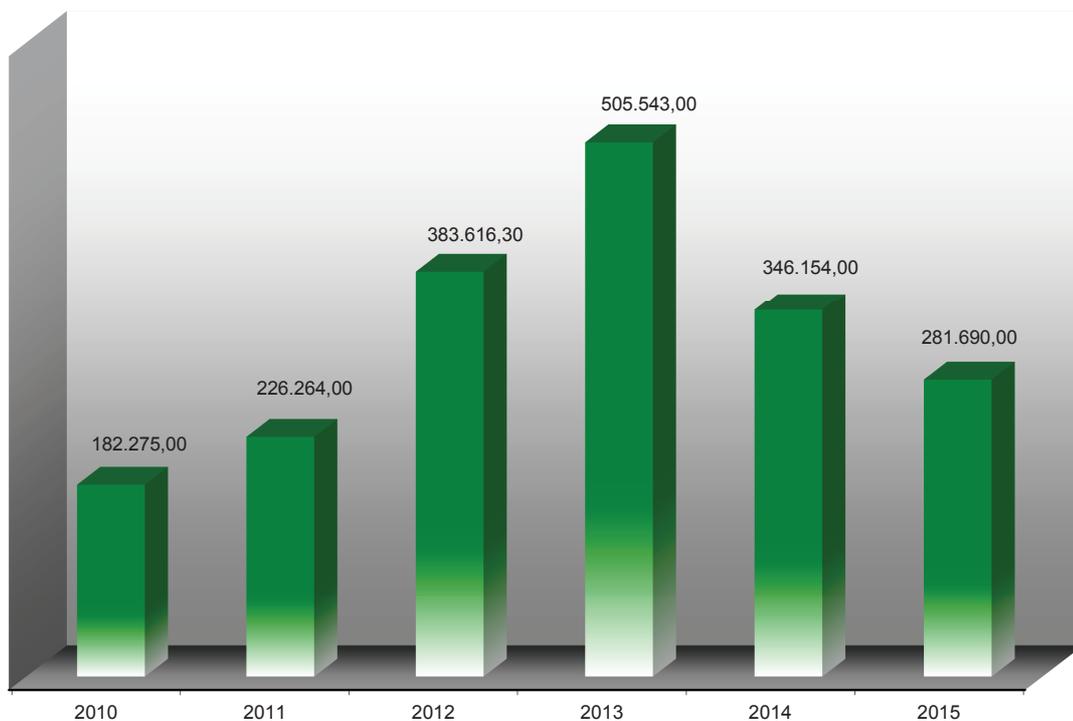
As receitas provenientes das Taxas, orçadas em R\$.11.621.992,00 totalizaram na sua realização, R\$.12.458.457,08, representando apenas 0,11% da Receita Tributária.

Nesta Fonte de Receita, as Taxas Pela Prestação de Serviços, em 2015, somaram R\$ 11.368.021,52, e cresceram 16,54%, se comparado com o exercício de 2014.

Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial, prevista em R\$186.804.918,00 alcançou no exercício de 2015 a quantia de R\$.281.690.629,26, correspondendo a 14,65% das Receitas Correntes. Esta fonte de receita é formada basicamente pelas Receitas de Valores Mobiliários que representa 98,81%.

GRÁFICO VIII
EVOLUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL - 2010 A 2015
R\$ 1.000,00



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Receitas de Serviços

As Receitas de Serviços, no ano de 2015 tiveram uma previsão orçamentária, no valor de R\$ 18.872.464,00 chegando à cifra de R\$ 10.041.304,42 inferior a sua previsão em 53,21% .Em comparação com o exercício de 2014 esta receita decresceu 5,85 %

Transferências Correntes

As Transferências Correntes, com previsão final de R\$ 7.553.983.984,15, chegaram à cifra de R\$ 7.265.575.805,70, inferior à sua previsão em 3,82%. Tal receita representa 37,80% das Receitas Correntes.

No que diz respeito às transferências constitucionais da União feitas ao Tesouro Estadual, no exercício de 2015, estas somaram R\$ 5.807.959.940,77, com um acréscimo nominal de 5,29% comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado na tabela seguinte. No que se refere a estas transferências, a de maior representatividade foi a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que totalizou R\$ 5.604.079.930,87, com um acréscimo nominal de 5,20%,

comparado com 2014. Esta transferência participou com 77,13% das Transferências Correntes e 29,15% das Receitas Correntes. Vale ressaltar a transferência da CIDE que atingiu a cifra de R\$ 16.461.391,44 com um acréscimo nominal de 289,47 % se comparado ao valor transferido em 2014.

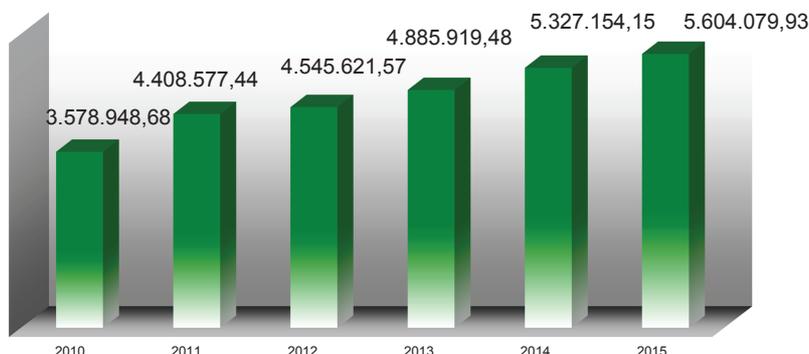
As Transferências de Recursos do FUNDEB referentes ao retorno, contidas em Outras Transferências Multigovernamentais, em 2015, somaram R\$ 993.076.090,07 (172401) e participaram com 13,67% das Transferências Correntes. Em comparação com o exercício anterior essa receita decresceu 0,13%.

TABELA 17
DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO
VALORES NOMINAIS

RECEITAS	2014	2015	(R\$ 100)	
			VAR. % 2014 / 2015	PARTIC. %
FPE - COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	5.327.154.148,96	5.604.079.930,87	5,20	96,49
CIDE - CONTRIB. DE INTERV. NO DOMÍNIO ECONÔMICO	4.226.597,08	16.461.391,44	289,47	0,28
FEP- FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO	21.882.358,29	16.554.037,76	-24,35	0,29
ROYALTIES	17.435.526,27	11.529.301,82	-33,87	0,20
IPI - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	30.733.303,06	46.923.221,89	52,68	0,81
LEI KANDIR TRANSF. FIN. DO ICMS - L.C. Nº 87/96	23.821.346,28	23.821.346,27	-0,00	0,41
FUNDO DE EXPORTAÇÃO	4.576.893,75	125.043,76	-97,27	0,00
CFEM - COMPENSAÇÃO FIN. DE REC. MINERAIS	1.271.680,10	1.287.039,51	1,21	0,02
FNDE - FUNDO NAC.DO DESENVOLV. DA EDUCAÇÃO	85.010.823,42	87.178.610,03	2,55	1,50
ISO - IMP.S/OP. DE CRÉD., CÂMBIO E SEGURO	293,72	17,42	-94,07	0,00
TOTAL	5.516.112.970,93	5.807.959.940,77	5,29	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO IX
EVOLUÇÃO DA RECEITA DO FPE - 2010 - 2015



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Com relação ao FUNDEB, as receitas que compõem a sua base de cálculo foram registradas pelos seus valores brutos. Contudo, os percentuais deduzidos da arrecadação das receitas e aqueles retidos automaticamente das transferências, ambos destinados à formação do FUNDEB; foram registrados em conta contábil de dedução da Receita Orçamentária Arrecadada, conforme Portaria STN nº 328, de 27 de agosto de 2001.

As Tabelas seguintes demonstram a composição dos recursos que formam o FUNDEB, bem como os que o Estado do Ceará transfere para o Fundo.

A composição das origens do FUNDEB está discriminada na tabela a seguir.

TABELA 18
DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS DOS RECURSOS DO FUNDEB ESTADO DO CEARÁ - 2015

(R\$ 1,00)		
ORIGEM DO RECURSO	VALOR	PART. %
ICMS ESTADUAL	472.170.781,74	34,15
FPE	280.401.875,13	20,28
FPM	198.339.149,83	14,35
IPI EXP	2.347.817,64	0,17
ITR	100.349,47	0,01
ITCMD	4.305.837,56	0,31
IPVA	33.821.069,25	2,45
ICMS LEI 87/96	1.589.209,45	0,11
RETORNO	993.076.090,07	71,83
COMPL. UNIÃO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	132.869.870,91	9,61
COMPL. DA UNIÃO DO EXERCÍCIO	256.633.101,99	18,56
TOTAL DO COMPL. DA UNIÃO	389.502.972,90	28,17
TOTAL	1.382.579.062,97	100,00

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A

Nota: A Complementação da União de Exercícios Anteriores refere-se ao valor de R\$ 61.547.834,55, conforme Portaria Interministerial nº 15, de 25 de novembro de 2014 e ao valor de R\$ 71.322.036,36, conforme Portaria nº 317, de 27 de março de 2015.

Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação, Lei Complementar 87/96, foram registrados como dedução da respectiva receita orçamentária, conforme discriminado a seguir:

TABELA 19

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS AO FUNDEB PELO ESTADO DO CEARÁ – 2015

(R\$ 1,00)

FONTES	VALOR	PART. %
ICMS ESTADUAL	1.408.009.697,10	53,43
FPE	1.120.815.985,90	42,54
IPI EXP	7.038.483,12	0,27
ITCMD	17.101.239,91	0,65
IPVA	67.562.340,95	2,56
ICMS LEI 87/96	4.764.269,19	0,18
Multas e Juros s/ Penalidades - DEA	9.743.598,18	0,37
TOTAL	2.635.035.614,35	100,00

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A e do Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado e repasse da SEFAZ/CE

Nota 1: Valores computados pelo regime de caixa;

Nota 2: Nos repasses realizados em 2015, constam repasses complementares de 2014: ICMS - 28.079.238,77,

IPVA - 645.671,88, ITCD - 2.165.361,34;

Nota 3: Parcela da receita arrecadada em 2015 foi repassada ao FUNDEB em 2016: ICMS - 31.249.407,82,

IPVA - 568.732,56, ITCD - 2.045.106,56;

Nota 4: Os recursos transferidos ao FUNDEB, em 2015, foram contabilizados como dedução da receita orçamentária, salvo o valor de R\$ 9.743.598,18, que foi empenhado na natureza de despesa 337092-Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado (UG 191011), referente regularização do parcelamento dos valores de multas e juros punitivos arrecadados no período de 2007 a 2013 e que estão vinculados ao FUNDEB.

Nota 5: Os repasses de multas e juros punitivos do ICMS, IPVA e ITCD realizaram-se em atendimento à Resolução nº 1571/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE-CE, reiterada pelas Resoluções nº 906/2013 e 69/2014, as quais tratam dos ajustes nos repasses ao FUNDEB do exercício 2007 e posteriores, conforme Nota Explicativa nº 02/2014, a qual esclarece a base de cálculo dos recursos destinados ao FUNDEB.

O resultado negativo do FUNDEB representa a participação que os Municípios auferiram nos recursos transferidos pelo Estado ao Fundo, conforme composição distributiva estabelecida pela Lei 11.494/2007.

TABELA 20

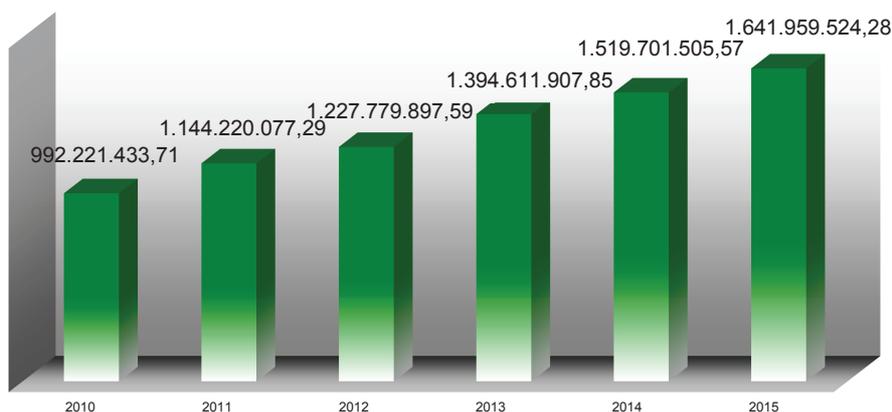
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO FUNDEB NO ESTADO DO CEARÁ - 2015

(R\$ 1,00)

DESCRIÇÃO	VALOR
Transferência Realizada pelo Estado	(2.635.035.614,35)
Retornou para o Estado	993.076.090,07
Perda do Estado	(1.641.959.524,28)

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO X
EVOLUÇÃO DAS PERDAS DO FUNDEB - 2010 - 2015



Outras Receitas Correntes

Esse grupo de receitas em 2015, teve uma previsão no valor de R\$ 305.171.165,53 alcançou a cifra de R\$ 351.450.274,70, superior ao previsto em 15,16%. Esse grupo decresceu 13,66% em termos nominais em relação ao exercício anterior. O item Multas e Juros de Mora participou com R\$ 120.525.867,82, equivalente a 34,29% do total do grupo. Os demais itens: Indenizações e Restituições, Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas atingiram um montante de R\$ 230.924.406,88 representando 65,71% da rubrica Outras Receitas Correntes.

2.1.1.2. Receitas de Capital

A Categoria Receitas de Capital, no ano de 2015, atingiu o montante de R\$ 1.836.372.285,68, correspondendo a uma participação de 8,70% do total da Receita Orçamentária. As receitas com maior participação nessa categoria foram as Operações de Crédito com valor de R\$ 1.539.756.896,97 e Transferências de Capital com R\$ 282.650.536,86, representando 83,85% e 15,39%, respectivamente.

Em 2015 as Receitas de Operações de Crédito apresentaram um decréscimo nominal de 5,75%. As receitas de Operações de Crédito Internas foram as responsáveis por essa redução, pois apresentaram uma variação negativa de 50,65% em termos nominais se comparado ao exercício de 2014.

Outra receita dessa categoria que em 2015 apresentou um decréscimo nominal de 61,83%, se comparado ao exercício de 2014, foram as Transferências de Capital. Vale ressaltar que 100% dessa receita são Transferências de Convênios.

TABELA 21

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO
DA RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO

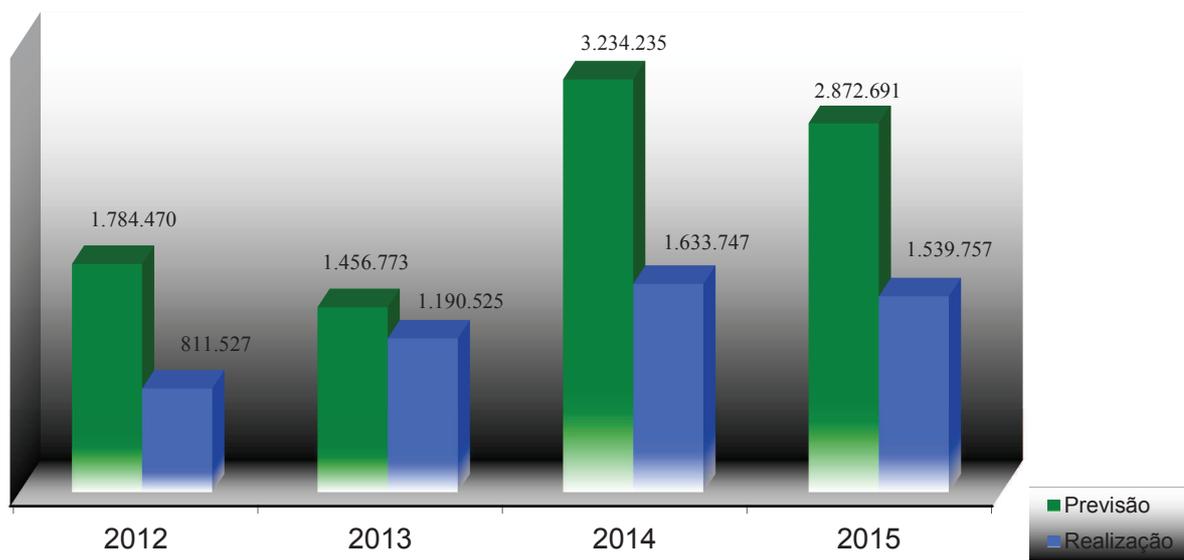
(R\$ MIL)

ANO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% NÃO REALIZADO	VARIAÇÃO %
2012	1.784.470	811.527	-54,52	-11,12
2013	1.456.773	1.190.525	-18,28	46,70
2014	3.234.235	1.633.747	-49,49	37,23
2015	2.872.691	1.539.757	-46,40	-5,75

Fonte: S2GPR/SEFAZ

GRÁFICO XI

COMPARATIVO DA PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO DA RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO
2012 - 2015



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Nota: Valores em R\$ 1.000,00

A participação das Operações de Crédito em relação à receita total (sem deduções), nos últimos quatro anos, encontra-se demonstrada a seguir:

TABELA 22

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL:
2012 A 2015

Valores Correntes (R\$ 1,00)

ANO	VALOR LIBERADO	RECEITA TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
2012	811.527.194	16.238.573.150	5,00
2013	1.190.525.229	18.844.349.204	6,32
2014	1.633.746.799	20.995.912.114	7,78
2015	1.539.756.897	21.119.322.039	7,29

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Do montante total das receitas de operações de crédito realizadas em 2015, pode-se destacar a operação referente ao Programa Viário de Integração Logística do Ceará - CEARÁ IV - 1ª Fase, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que se destina à continuação da execução do programa rodoviário do Estado, cujo desembolso superou R\$ 484 milhões, representando cerca 31% do total das receitas de operação de crédito do Estado.

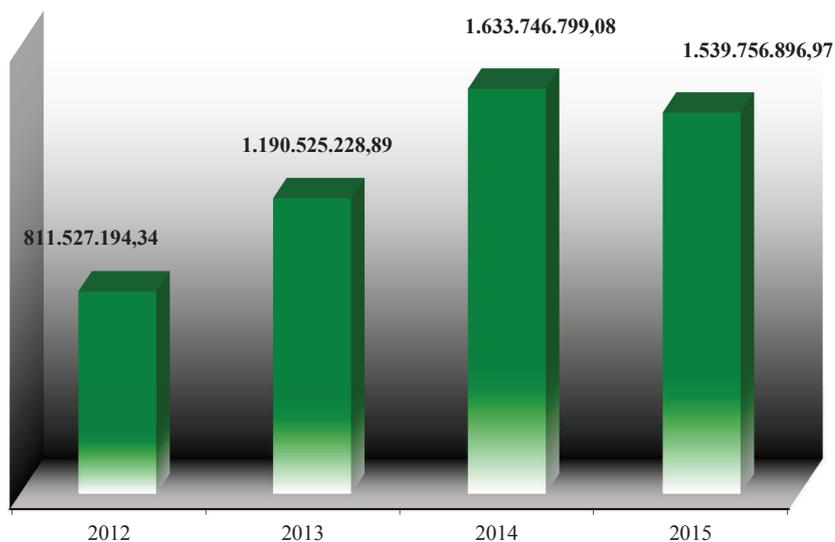
Outros projetos que continuam a receber recursos com somas relevantes são os concernentes ao Porto do Pecém, localizado em São Gonçalo do Amarante. As operações Ampliação do Porto do Pecém - TMUT - 2ª Etapa, com recursos de R\$ 176 milhões, e a Correia Transportadora do TSID - 2ª Etapa, com R\$ 163 milhões, ambos financiados pelo BNDES, representaram 22% da receita total. Ainda referente ao BNDES, a operação BNDES Estados, destinado a projetos do Plano de Investimento do Estado, constante no Plano Plurianual - PPA, obteve recursos de R\$ 93 milhões, 6% do total.

Quanto ao setor de turismo, as operações PRODETUR Nacional, com o BID, e o Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste do Ceará, com a Corporação Andina de Fomento, receberam R\$ 53 milhões e R\$ 86 milhões, respectivamente, totalizando 9% do arrecadado.

Nas operações financiadas através do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, evidencia-se o Programa de Desenvolvimento Rural do Ceará - São José III, com recursos de R\$ 141 milhões, e o Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico - PforR, com o objetivo de promover avanços sociais e modernizar as instituições no Estado, que desembolsou o total de R\$ 77 milhões, tendo essas duas operações respondido por 14% do total.

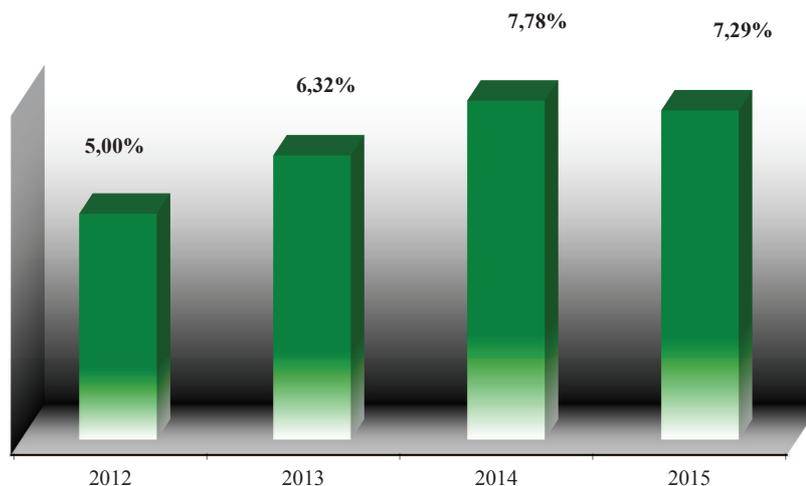
As operações acima citadas representam R\$ 1.274 milhões, aproximadamente 83% do total de R\$ 1.540 milhões da receita de operação de crédito do Estado para o ano de 2015.

GRÁFICO XII
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - 2012 A 2015



Fonte: S2GPR/SEFAZ

GRÁFICO XIII
PARTICIPAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL - 2012 A 2015



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Alienação de Bens

A alienação de Bens, no ano de 2015, somou o montante de R\$ 2.718.266,79, com uma participação de 0,15% no total da Receita de Capital. O valor arrecadado refere-se a receita de Alienação de Bens Móveis. Essa receita apresentou em 2015 um decréscimo de 6,56% em comparação com o exercício anterior.

Transferência de Capital

Assim como ocorreu em 2014, esse grupo foi o segundo mais relevante da categoria Receita de Capital com o montante de R\$ 282.650.536,86 participando com 15,39% no total da sua categoria.

Outras Receitas de Capital

O grupo Outras Receitas de Capital, no ano de 2015, teve arrecadação no montante, de R\$11.246.585,06 superior a sua previsão em 236,21%. Se comparado com o exercício anterior registrou um decréscimo em termos nominais de 83,67%.

2.1.2. Despesa Orçamentária

A Despesa Realizada pela Administração Direta e Indireta, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2014 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R\$ 21.508.134.927,54 correspondendo a 85,51%, da despesa final fixada, que foi R\$ 25.150.745.017,99, inclui a Despesa Intraorçamentária.

2.1.2.1. Despesa orçamentária por tipo de crédito

TABELA 23
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA X REALIZADA,
POR TIPO DE CRÉDITO

CRÉDITOS	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZ. %	PART. %
Ordinários e Suplementares	16.283.980.968,77	13.655.632.128,49	83,86	99,96
Créditos Especiais	8.381.248,17	5.915.969,39	70,59	0,04
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
	16.292.362.216,94	13.661.548.097,88	83,85	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

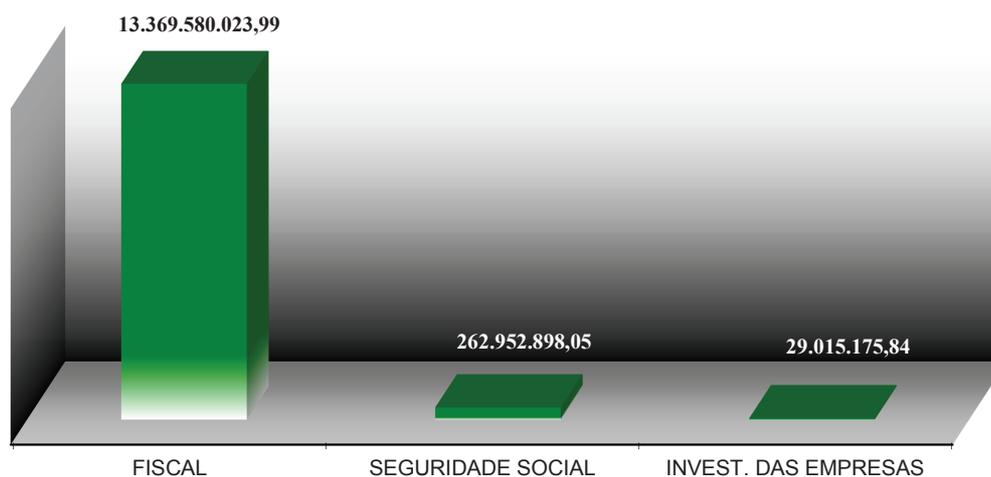
De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, a despesa autorizada e a realizada por tipo de orçamento e segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

TABELA 24
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR TIPO DE ORÇAMENTO E CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZ.%	(R\$ 1,00)
				PARTIC. %
FISCAL	15.969.850.132,60	13.369.580.023,99	83,72	97,86
Corrente	11.597.068.666,05	11.024.346.918,38	95,06	80,70
Capital	4.357.565.657,90	2.345.233.105,61	53,82	17,17
Reserva	15.215.808,65	0,00	0,00	0,00
SEGURIDADE SOCIAL	288.153.082,37	262.952.898,05	91,25	1,92
Corrente	275.438.733,46	256.742.711,41	93,21	1,88
Capital	12.714.348,91	6.210.186,64	48,84	0,05
INVEST. DAS EMPRESAS	34.359.001,97	29.015.175,84	84,45	0,21
Capital	34.359.001,97	29.015.175,84	84,45	0,21
	16.292.362.216,94	13.661.548.097,88	83,85	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XIV
DESPESA REALIZADA POR TIPO DE ORÇAMENTO



Fonte: S2GPR/SEFAZ

A participação dos poderes do Estado, com seus respectivos órgãos, e do Ministério Público, no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada na tabela seguinte.



TABELA 25
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR
PODER E ÓRGÃO

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO	(R\$ 1,00)	
				REALIZ.%	PART.%
PODER LEGISLATIVO	599.669.662,56	582.488.716,05	17.180.946,51	97,13	4,26
Assembleia Legislativa	415.896.483,70	403.914.370,22	11.982.113,48	97,12	2,96
Tribunal de Contas do Estado	83.246.437,00	79.934.349,93	3.312.087,07	96,02	0,59
Tribunal de Contas dos Municípios	100.526.741,86	98.639.995,90	1.886.745,96	98,12	0,72
PODER JUDICIÁRIO	1.002.027.336,00	998.280.880,25	3.746.455,75	99,63	7,31
Tribunal de Justiça	1.002.027.336,00	998.280.880,25	3.746.455,75	99,63	7,31
MINISTÉRIO PÚBLICO	385.384.233,00	369.317.463,62	16.066.769,38	95,83	2,70
Procuradoria Geral do Ceará	385.384.233,00	369.317.463,62	16.066.769,38	95,83	2,70
PODER EXECUTIVO	14.290.065.176,73	11.711.461.037,96	2.578.604.138,77	81,96	85,74
Defensoria Pública Geral do Estado	119.789.491,00	109.382.942,53	10.406.548,47	91,31	0,80
Secretaria da Infraestrutura	1.281.579.852,30	559.823.668,73	721.756.183,57	43,68	4,10
Sec. da Seg. Pub. e Def. Social	86.547.045,01	76.487.900,87	10.059.144,14	88,38	0,56
SSPDC - Polícia Civil	335.949.596,13	324.809.394,74	11.140.201,39	96,68	2,38
Polícia Militar do Ceará	1.224.337.701,36	1.216.408.102,48	7.929.598,88	99,35	8,90
Corpo de Bombeiros Militar do Ceará	166.345.902,45	156.051.488,78	10.294.413,67	93,81	1,14
Perícia Forense do Estado do Ceará	72.245.590,74	66.861.523,31	5.384.067,43	92,55	0,49
Academia Estadual de Seg. Pública do Ceará	15.454.095,00	12.974.613,16	2.479.481,84	83,96	0,09
Gabinete do Governador	39.710.556,70	33.680.869,60	6.029.687,10	84,82	0,25
Gabinete do Vice-Governador	5.403.861,36	3.031.690,79	2.372.170,57	56,10	0,02
Procuradoria-Geral do Estado	66.204.147,00	62.209.088,37	3.995.058,63	93,97	0,46
Casa Militar	10.386.537,00	10.004.948,89	381.588,11	96,33	0,07
Conselho Estadual de Educação	5.820.680,00	4.956.121,17	864.558,83	85,15	0,04
Secretaria da Justiça e Cidadania	400.065.672,16	333.449.478,16	66.616.194,00	83,35	2,44
Secretaria da Fazenda	750.124.855,00	676.425.207,80	73.699.647,20	90,18	4,95
- Encargos Gerais do Estado	4.220.909.212,40	4.022.576.599,13	198.332.613,27	95,30	29,44
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	437.277.757,07	359.688.376,88	77.589.380,19	82,26	2,63
Secretaria da Educação	2.578.982.603,24	2.335.087.854,05	243.894.749,19	90,54	17,09
- Centro de Educ à Dist. do Estado do Ceará	2.884.793,20	566.081,41	2.318.711,79	19,62	0,02
Secretaria da Cultura	68.573.404,54	54.462.046,19	14.111.358,35	79,42	0,40
Secretaria dos Recursos Hídricos	708.507.541,82	277.642.976,26	430.864.565,56	39,19	2,03
Casa Civil	145.854.255,74	135.115.515,36	10.738.740,38	92,64	0,99
Secretaria da Ciência, Tec. Educação Superior	248.123.020,03	36.681.422,41	211.441.597,62	14,78	0,27
Secretaria do Turismo	274.074.576,73	98.930.717,92	175.143.858,81	36,10	0,72
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	21.385.649,26	17.919.612,85	3.466.036,41	83,79	0,13
Secretaria do Esporte	102.615.183,43	70.756.183,41	31.859.000,02	68,95	0,52
Secretaria das Cidades	533.454.745,80	396.785.750,99	136.668.994,81	74,38	2,90
Secretaria de Planejamento e Gestão	100.723.677,45	81.523.470,39	19.200.207,06	80,94	0,60
Escola de Gestão Púb. do Estado do Ceará	2.154.521,68	2.107.404,55	47.117,13	97,81	0,02
Secretaria do Trabalho e Des. Social	178.428.554,03	134.119.915,44	44.308.638,59	75,17	0,98
Conselho Estadual de Desenv. Econômico	436.529,05	436.529,05	0,00	100,00	0,00
Conselho de Políticas e Gestão M. Ambiente	1.811.046,92	1.811.046,92	0,00	100,00	0,01
Secretaria da agricultura, Pesca e Aquicultura	19.613.198,20	8.013.633,82	11.599.564,38	40,86	0,06
Secretaria Especial de Grandes Eventos Esportivos	170.471,42	133.806,59	36.664,83	78,49	0,00
Controladoria-Geral da Disc. dos Órg. De Seg. Púb. E Sistema Peniten	8.386.599,00	7.542.752,27	843.846,73	89,94	0,06
Secretaria de Relações Institucionais	1.735.955,50	921.421,94	814.533,56	53,08	0,01
Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas	7.985.574,88	5.896.525,79	2.089.049,09	73,84	0,04
Secretaria do desenvolvimento Econômico	2.589.743,21	2.069.209,27	520.533,94	79,90	0,02
Secretaria do meio Ambiente	43.420.978,92	14.115.145,69	29.305.833,23	32,51	0,10
TOTAL	16.277.146.408,29	13.661.548.097,88	2.615.598.310,41	83,93	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota: Exclui Reserva de Contingência (R\$15.215.808,65)

Vale lembrar que os “Encargos Gerais do Estado”, demonstrado na tabela anterior, representa uma unidade orçamentária ligada à Secretaria da Fazenda, em que são realizadas as despesas que abrangem todo o Estado, como: o Serviço e Amortização da Dívida Pública, as Transferências Constitucionais aos Municípios, Sentenças Judiciais, PASEP e outras.

TABELA 26
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR
PODER E CATEGORIA ECONÔMICA

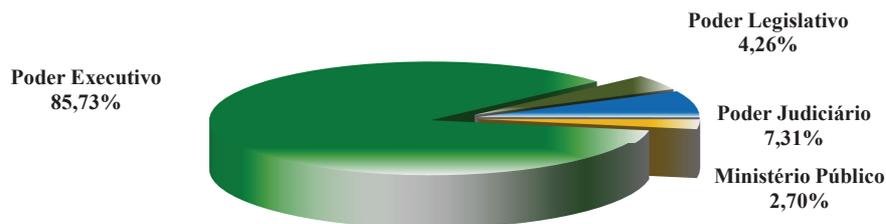
(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
Poder Legislativo	599.669.662,56	582.488.716,05	97,13	4,26
Despesas Correntes	567.147.930,54	557.820.059,07	98,36	4,08
Despesas de Capital	32.521.732,02	24.668.656,98	75,85	0,18
Poder Judiciário	1.002.027.336,00	998.280.880,25	99,63	7,31
Despesas Correntes	1.001.508.936,00	997.854.069,35	99,64	7,30
Despesas de Capital	518.400,00	426.810,90	82,33	0,00
Ministério Público	385.384.233,00	369.317.463,62	95,83	2,70
Despesas Correntes	379.262.288,93	363.728.084,76	95,90	2,66
Despesas de Capital	6.121.944,07	5.589.378,86	91,30	0,04
Poder Executivo	14.290.065.176,73	11.711.461.037,96	81,96	85,73
Despesas Correntes	9.924.588.244,04	9.361.687.416,61	94,33	68,53
Despesas de Capital	4.365.476.932,69	2.349.773.621,35	53,83	17,20
TO TAL	16.277.146.408,29	13.661.548.097,88	83,93	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota: Exclui Reserva de Contingência (R\$ 15.215.808,65)

GRÁFICO XV
DESPESA REALIZADA POR PODER



Fonte: S2GPR/SEFAZ

2.1.2.2. Despesa por Categoria Econômica e Grupo

A comparação da despesa autorizada com a executada, por categoria e grupo, da Administração Direta, está demonstrada da seguinte forma:

TABELA 27
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO	REALIZ. %	PARTIC. %
DESPESAS CORRENTES	11.872.507.399,51	11.281.089.629,79	591.417.769,72	95,02	82,58
Pessoal e Encargos Sociais	6.017.780.155,93	5.891.296.285,09	126.483.870,84	97,90	43,12
Juros e Enc. da Dívida	386.018.892,56	381.607.776,45	4.411.116,11	98,86	2,79
Outras Despesas Correntes	5.468.708.351,02	5.008.185.568,25	460.522.782,77	91,58	36,66
DESPESAS DE CAPITAL	4.404.639.008,78	2.380.458.468,09	2.024.180.540,69	54,04	17,42
Investimentos	3.588.664.103,35	1.594.804.311,88	1.993.859.791,47	44,44	11,67
Inversões Financeiras	143.934.421,11	118.362.901,87	25.571.519,24	82,23	0,87
Amortizações	672.040.484,32	667.291.254,34	4.749.229,98	99,29	4,88
TOTAL	16.277.146.408,29	13.661.548.097,88	2.615.598.310,41	83,93	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota: Exclui reserva de contingência (R\$ 15.215.808,65)

2.1.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes, realizadas pela Administração Direta para a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa, alcançaram o montante de R\$ 11.281.089.629,79, correspondendo a 82,58% da Despesa Orçamentária.

Pessoal e Encargos Sociais

A Despesa com Pessoal e Encargos, no valor de R\$ 5.891.296.285,09, é o grupo mais representativo dentro das Despesas Correntes, representando 52,22%.

Destaque-se que existe uma diferença no total do grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, da tabela seguinte, com o total da Despesa de Pessoal da tabela 43. A razão disto é que nesta última estão incluídos os valores empenhados na rubrica Pessoal e Encargos das Administrações Direta e Indireta e calculada nos moldes do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.



TABELA 28

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE
LÍQUIDA - RCL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04.05.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS				
	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL (Últimos 12 meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.858.795.449,44	463.926.811,68	1.034.459.604,95	334.818.624,73	9.692.000.490,80
PESSOAL ATIVO	5.703.661.250,99	369.015.400,98	900.844.364,97	295.673.772,60	7.269.194.789,54
PESSOAL INATIVO	1.755.843.763,10	85.444.803,31	133.615.239,98	38.565.982,70	2.013.469.789,09
- Tesouro	965.327.080,50	0,00	13.701,87	0,00	965.340.782,37
- Servidor	293.854.208,83	44.426.253,23	64.980.370,54	14.675.689,32	413.876.522,92
- Patronal	496.662.473,67	41.018.550,08	68.621.167,57	23.950.293,38	630.252.484,70
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF)	399.290.435,35	9.466.607,39	0,00	578.869,43	409.335.912,17
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	887.930.417,77	86.900.783,51	170.533.468,41	47.043.639,10	1.192.408.308,79
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.091.019,78	0,00	0,00	0,00	1.091.019,78
Decorrentes de Decisão Judicial	66.381.178,16	0,00	0,00	0,00	66.381.178,16
Despesas de Exercícios Anteriores	29.941.537,23	1.455.980,20	36.931.930,30	8.477.656,40	76.807.104,13
Inativos com Recursos Vinculados	790.516.682,60	85.444.803,31	133.601.538,11	38.565.982,70	1.048.129.006,72
DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP (III) = (I - II)	6.970.865.031,67	377.026.028,17	863.926.136,54	287.774.985,63	8.499.592.182,01
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.176.440.113,00	15.176.440.113,00	15.176.440.113,00	15.176.440.113,00	15.176.440.113,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP sobre a RCL (III / IV * 100)	45,93	2,49	5,69	1,89	56,01
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	48,60	3,40	6,00	2,00	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF: 95% do Limite Máximo)	46,17	3,23	5,70	1,90	57,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF: 90% do Limite Máximo)	43,74	3,06	5,40	1,80	54,00

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 28/03/2016 18:31

- Notas:
- 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 6º da Lei 4.320/04;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício;
 - 2: No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;
 - 3: Exclui "Pensionistas" conforme Resolução nº 2230/10-TCE;
 - 4: O Regime Previdenciário está composto pelo Regime Próprio dos Servidores denominado SUPSEC (composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e pelo Sistema de Previdência Parlamentar (FPP);
 - 5: Do total da Despesa Bruta com Pessoal Ativo, R\$ 271.227.949,07 se referem as despesas de Pessoal dos Consórcios de Saúde Pública;
 - 6: As deduções com Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária no valor de R\$ 1.091.019,78 são referentes aos Consórcios de Saúde Pública;
 - 7: Das deduções decorrentes de Decisão Judicial, R\$ 658,45 são referentes aos Consórcios de Saúde Pública;
 - 8: Das deduções com Despesas de Exercícios Anteriores, R\$ 14.360,53 são referentes aos Consórcios de Saúde Pública.
 - 9: Foi excluído do Pessoal Ativo do Tribunal de Justiça a Ajuda de custo (280) - Indenização de transportes oficiais de justiça de R\$ 7.398.330,00;

Como demonstra a tabela anterior, o Estado cumpriu o que estabelece o inciso II, do Art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, de não exceder 60% da Receita Corrente Líquida com Despesa de Pessoal e Encargos, tendo comprometido, em 2015, 56,01%.

No Demonstrativo da despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida - RCL, Tabela 28, estão apropriadas as despesas com inativos em cada Poder e no Ministério Público.

Os repasses previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social estão apropriados no Pessoal Ativo de cada poder e no Ministério Público.

Constam na Despesa de Pessoal as despesas relativas a mão-de-obra, constantes de contratos de terceirização e inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do quadro de pessoal da Instituição, classificadas no elemento 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.

Essa despesa está regulamentada pelo Poder Executivo através da Instrução Normativa Conjunta SEFAZ/SEAD/SECON nº 01, de 21 de junho de 2006.

Na despesa com pessoal não estão computadas as despesas com pensionistas por força da Resolução nº 2230/10/TCE.

Comparando-se, o valor da Despesa com Pessoal do exercício de 2015, com a do exercício de 2014 houve um acréscimo de 10,51%.

De acordo com os termos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Poder Executivo esclarece que, em 2015, realizou 1.583 nomeações de novos servidores para integrarem os seguintes órgãos: CGE (9), SEJUS (26), SESA (3), POLÍCIA CIVIL (13), PEFOCE (6), POLÍCIA MILITAR (1.010), CBMC (244), SEDUC (208), UVA (2), URCA (19), CIDADES (10), DAE (29), SEMACE (1) e SEFAZ (3). A despesa com esses novos servidores representou para o Estado, em 2015, um custo adicional de R\$ 72.162.118,07. Vale ressaltar que o impacto orçamentário-financeiro para os exercícios de 2015-2016 é de R\$ 33.302.702,63 e para 2016-2017 é de R\$ 5.800.565,14.



TABELA 29

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE
04.05.00

RREO - ANEXO 3 (LRF, art.53, Inciso I)

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	JAN/15	FEV/15	MAR/15	ABR/15	MAI/15	JUN/15	JUL/15	AGO/15	SET/15	OUT/15	NOV/15	DEZ/15		
I - RECEITAS CORRENTES	1.860.172.198	1.886.538.400	1.636.162.165	1.855.465.885	1.762.634.058	1.737.484.462	1.554.588.634	1.697.034.653	1.584.496.654	1.708.734.453	1.710.586.716	2.069.653.810	21.063.552.087	22.333.339.730
Receita Tributária	1.054.219.251	997.257.433	955.088.405	988.086.306	938.518.423	933.347.815	934.546.990	960.671.532	965.971.636	977.312.646	958.721.269	1.032.735.781	11.696.477.485	12.507.102.978
ICMS	827.340.852	753.954.768	741.419.462	801.459.058	758.564.862	796.501.274	803.013.493	835.321.431	842.919.195	855.746.536	848.244.875	851.404.765	9.715.890.373	10.553.618.685
IPVA	193.255.398	103.994.884	92.916.826	84.291.041	72.339.816	23.195.812	20.297.086	15.441.285	12.944.008	10.169.836	8.143.800	8.643.190	645.632.761	652.496.591
ITCD	3.731.623	2.932.733	5.512.134	4.415.538	8.135.205	8.702.477	5.161.546	5.830.782	8.473.312	8.696.908	5.690.349	9.506.135	76.788.742	60.179.904
IRRF	111.834	109.323.762	79.953.388	62.908.070	63.377.947	67.775.675	64.553.051	65.879.403	65.635.588	66.248.572	62.013.060	124.470.623	832.260.954	807.106.311
Outras Receitas Tributárias	29.779.544	27.051.307	35.286.795	35.012.598	36.100.792	37.172.577	41.521.812	38.198.630	35.999.553	36.450.794	34.629.185	38.711.068	425.914.655	433.701.487
Receita de Contribuições	10.683.095	39.902.139	48.116.497	43.278.260	42.435.052	42.315.893	43.807.843	42.648.944	43.301.964	43.036.968	38.504.309	92.955.370	530.986.334	510.890.701
Receita Patrimonial	21.296.728	22.451.310	23.721.373	46.842.641	33.479.680	34.455.179	32.661.361	37.870.643	29.645.979	30.643.291	28.454.160	35.975.323	377.497.667	255.379.051
Receita Agropecuária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Serviços	3.029.951	3.396.073	3.994.159	3.955.107	6.039.214	5.044.389	4.942.330	4.241.713	5.009.168	9.705.740	5.917.802	6.060.602	60.336.845	72.698.066
Transferências Correntes	747.439.471	798.338.920	572.397.429	742.148.800	711.593.520	679.735.596	507.833.030	620.430.535	497.169.935	598.183.214	643.039.801	691.574.948	7.809.885.197	8.396.093.075
Cota-Parte do FPE	570.119.496	581.981.551	423.888.077	457.487.559	562.582.083	489.503.446	362.461.955	423.924.601	353.428.576	402.260.293	454.183.447	522.258.847	5.604.079.931	5.726.173.256
Transferências da L.C. 87/1996	0	0	0	7.940.449	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	23.821.346	30.648.158
Transferências da L.C. 61/1989	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências do FUNDEF	111.809.018	160.642.724	100.011.082	196.445.870	89.172.258	126.007.405	70.514.721	119.193.473	74.102.202	117.513.818	104.588.088	112.598.406	1.382.579.063	1.442.354.834
Outras Transferências Correntes	65.510.957	55.714.645	48.498.270	80.274.922	57.854.067	62.239.632	72.871.242	75.327.348	67.654.045	76.423.991	82.303.154	54.732.584	799.404.857	1.196.916.827
Outras Receitas Correntes	23.503.702	25.191.926	32.844.303	31.154.772	31.568.170	42.585.592	30.797.081	31.171.287	43.397.973	49.852.594	35.949.374	210.351.786	588.368.559	591.175.238
II - DEDUÇÕES	669.801.528	525.512.373	479.612.881	491.744.380	503.145.719	471.103.440	447.879.705	453.529.628	480.883.700	461.286.134	475.035.821	627.576.705	5.887.111.975	6.211.806.079
Transferências Constitucionais e Legais	317.514.927	234.485.642	220.742.587	230.024.572	227.913.480	203.855.131	211.647.620	204.588.897	234.226.035	211.851.083	215.430.152	191.682.023	2.703.962.150	2.880.936.010
Contrib. para o Plano de previd. do Servidor	10.683.095	39.902.139	48.116.497	43.278.260	42.435.052	42.315.893	43.807.843	42.648.944	43.301.964	43.036.968	38.504.309	92.955.370	530.986.334	510.890.701
Contrib. pro Custeio das Pensões Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compens. Financ. entre Reg. Previdência	2.512.760	2.274.065	2.655.981	0	1.348.144	1.974.371	2.493.029	63.561	2.039.933	3.830.557	3.032.515	4.646.558	26.871.475	46.395.700
Diad. da Rec. para a formação do FUNDEF	239.090.746	248.850.527	208.097.817	218.441.548	231.449.042	222.958.044	189.931.273	206.228.126	201.315.768	202.567.526	218.068.845	238.292.753	2.625.292.016	2.773.643.668
III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	1.290.370.669	1.361.026.027	1.156.549.283	1.363.721.505	1.259.488.340	1.266.381.022	1.106.708.869	1.243.505.125	1.103.612.954	1.247.448.319	1.235.550.895	1.542.077.105	15.176.440.113	16.121.473.650

FONTE: SZGPR; COTES/CECAD; 21/03/2016 13:37

A Receita Corrente Líquida - RCL, no valor de R\$ 15.176.440.113,00 foi apurada somando-se as receitas arrecadadas, com as devidas deduções, no mês de referência (Dezembro) e nos 11 meses anteriores.

A RCL é referência para a fixação dos limites das despesas com pessoal, das despesas previdenciárias, das garantias, da dívida consolidada e das operações de crédito. Isto significa que quanto mais aumentar a RCL, mais poderão se expandir os valores das despesas que estão a ela referenciadas.



TABELA 30

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

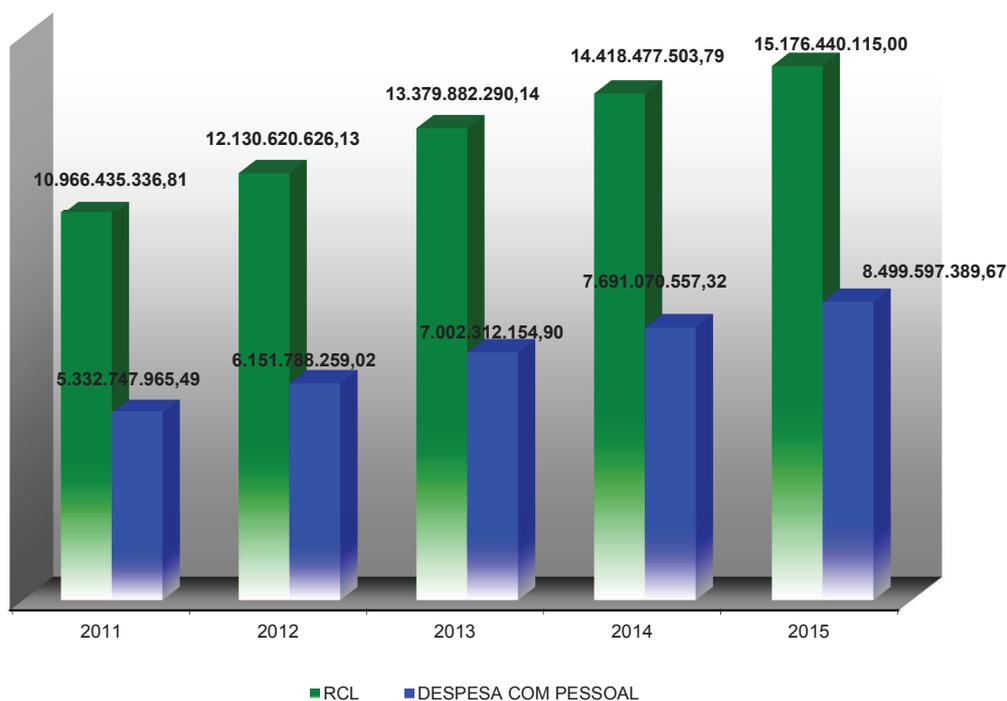
(R\$ 1,00)

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DESPESA COM PESSOAL	REALIZAÇÃO %
2011	10.966.435.336,81	5.332.747.965,49	48,63
2012	12.130.620.626,13	6.151.788.259,02	50,71
2013	13.379.882.290,14	7.002.312.154,90	52,33
2014	14.418.477.503,79	7.691.070.557,32	53,34
2015	15.176.440.113,00	8.499.597.389,67	56,01

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XVI

DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2011 A 2015



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Juros e Encargos da Dívida

TABELA 31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

(R\$ 1,00)			
JUROS DA DÍVIDA INTERNA	2014	2015	VARIACÃO 2014/2015
JUROS SOBRE A DÍV. P/ CONTRATO-LEI 7976/89-8727/93	6.076.789,93	57.052.912,38	838,87
JUROS SOBRE A DÍV. P/ CONTRATO	158.042.243,64	253.607.286,76	60,47
JUROS SOBRE A DÍV. P/ CONTRATO-LEI 9496	56.386.346,46	0,00	-100,00
TOTAL	220.505.380,03	310.660.199,14	40,89
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA			
OUT. ENC. SOBRE A DÍV. P/ CONTRATO-LEI 7976/89-8727/93	1.575.889,42	619.671,40	-60,68
OUT. ENC. SOBRE A DÍV. P/ CONTRATO	7.026.684,53	8.306.521,12	18,21
OUT. ENC. SOBRE A DÍV. P/ CONTRATO-LEI 9496	600.633,92	0,00	-100,00
TOTAL	9.203.207,87	8.926.192,52	-3,01
TOTAL JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	229.708.587,90	319.586.391,66	39,13
JUROS DA DÍVIDA EXTERNA			
JUROS DA DÍVIDA EXTERNA	2014	2015	VARIACÃO 2014/2015
JUROS SOBRE A DÍV. P/ CONTRATO-P/EDUCAÇÃO-EMP.BR 4591	1.335.120,02	670.195,53	-49,80
JUROS SOBRE A DÍV. P/ CONTRATO	36.941.900,18	55.857.193,90	51,20
TOTAL	38.277.020,20	56.527.389,43	47,68
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA			
OUT. ENC. SOBRE A DÍV. P/ CONTRATO-P/EDUCAÇÃO-EMP.BR 4591	2.902,98	2.811,83	-3,14
OUT. ENC. SOBRE A DÍV. P/ CONTRATO	4.580.119,89	5.491.183,53	19,89
TOTAL	4.583.022,87	5.493.995,36	19,88
TOTAL JUROS E ENCARGOS DA DÍV. EXTERNA	42.860.043,07	62.021.384,79	44,71
TOTAL GERAL	272.568.630,97	381.607.776,45	40,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Conforme tabela acima, os Juros e Encargos da Dívida Interna, no ano de 2015, somaram R\$ 319.586.391,66 representando 2,83% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 39,13%.

Os Juros e Encargos da Dívida Externa, no ano de 2015, atingiram a cifra de R\$ 62.021.384,79, representando 0,55% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 44,71%.

Outras Despesas Correntes

O grupo de despesas “Outras Despesas Correntes”, executadas em 2015 somaram R\$ 5.008.185.568,25.

As transferências constitucionais e legais repassadas aos municípios, no exercício de 2015, conforme Art.158 da Constituição Federal, somaram R\$ 2.703.962.149,52, participando com 53,99 % na composição do grupo.

TABELA 32
DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS

(R\$ 1,00)

TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	TOTAL
DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS	
Transferências a Municípios - ICMS	2.343.668.095,17
Transferências a Municípios - IPVA	337.427.066,13
Transferências a Municípios - IPI	11.730.805,46
Transferências a Municípios - Royalties	7.020.834,90
Transferências a Municípios - CIDE	4.115.347,86
TO TAL	2.703.962.149,52

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A cota parte do ICMS pertencente aos municípios é calculada, no percentual de 25% sobre a receita bruta do ICMS, e somente depois é calculado o aporte ao FUNDEB devido pelos municípios, no percentual de 20% sobre a sua cota parte, já líquida das restituições:

TABELA 33
BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS AOS MUNICÍPIOS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
ICMS	9.317.492.911,42
MULTAS E JUROS DE MORA-ICMS	28.097.860,61
DÍVIDA ATIVA DO ICMS	54.289.273,19
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	4.851.562,15
TO TAL	9.434.863.762,79
RESTITUIÇÃO DO ICMS	30.132.155,42
TO TAL	30.132.155,42
BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS DEVIDA AOS MUNICÍPIOS	9.404.731.607,37

A Tabela a seguir demonstra os principais componentes do grupo de Outras Receitas Correntes.

TABELA 34
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DO GRUPO
“OUTRAS DESPESAS CORRENTES”

ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO	PARTIC.%	(R\$ 1,00)		
			REALIZ.%	PARTIC.%	REALIZ.%
Transf. a Municípios	2.938.799.278,94	53,74	2.759.412.823,96	55,10	93,90
Transf. a Inst. Priv. s/fins lucrativos	288.610.725,00	5,28	259.641.189,79	5,18	89,96
Transf. a Inst. Priv. c/fins lucrativos	8.479.985,16	0,16	8.344.001,91	0,17	98,40
Aplic. Diretas entre Orçamentos	25.224.059,86	0,46	15.250.622,59	0,30	60,46
Depósitos Compulsórios	4.971.553,51	0,09	2.690.237,58	0,05	54,11
Transf. Inst.Multigovernamentais	9.745.000,00	0,18	9.743.598,18	0,19	99,99
Aplicações Diretas	2.192.877.748,55	40,10	1.953.103.094,24	39,00	89,07
- Indenizações e Restituições	192.549.855,73	3,52	167.770.878,74	3,35	87,13
- Material de Consumo	169.348.549,08	3,10	134.451.097,07	2,68	79,39
- Out. Ser. Terc. P. Física	137.204.495,02	2,51	131.251.584,78	2,62	95,66
- Out. Ser. Terc. P. Jurídica	701.604.422,60	12,83	596.768.256,61	11,92	85,06
- Locação de Mão-de-Obra	480.965.764,98	8,79	446.197.391,48	8,91	92,77
- Passagens e Desp. c/Locomoção	14.927.232,07	0,27	12.058.607,48	0,24	80,78
- Outras Desp. Pessoal - Cont. Terceirização	83.960.963,01	1,54	81.030.014,49	1,62	96,51
- Serviços de Consultoria	3.563.017,37	0,07	2.746.823,67	0,05	77,09
- Material,Bem,ou Serviço para Dist.Gratuita	28.293.795,79	0,52	21.840.155,14	0,44	77,19
- Obrigações Trib. Contributivas	138.735.282,44	2,54	137.488.275,83	2,75	99,10
- Auxílio Alimentação	141.901.648,05	2,59	132.279.103,14	2,64	93,22
- Auxílio Finan. a Estudandes	706.778,07	0,01	485.262,48	0,01	68,66
- Auxílio Finan. a Pessoa Física	7.630.801,00	0,14	7.060.444,00	0,14	92,53
- Premiações Cult. Artis. e Cient. Desp e Outros	4.279.964,81	0,08	3.846.915,60	0,08	89,88
- Subvenções Econômicas	2.534.500,00	0,05	2.447.871,30	0,05	96,58
- Outros	84.670.678,53	1,55	75.380.412,43	1,51	89,03
TO TAL	5.468.708.351,02	100,00	5.008.185.568,25	100,00	91,58

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota: "Outros" compõem-se de: aux. Financ. a pesquisadores, auxílio transporte, contratação por tempo determinado, contribuições, despesas de exercícios anteriores, diária civil e militar, out. benefícios assistenciais, pensões (exclusive do RGPS) e sentenças judiciais.

TABELA 35

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DO ENSINO - MDE (ART.212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)**

RECEITAS DO ENSINO			
DESCRIÇÃO	RECEITAS PREVISTAS (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	% REALIZADA / PREVISTA (B/A)
(I) RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS			
IMPOSTOS (ICMS + IPVA + ITCD + IRRF)	12.075.188.219,58	11.302.999.147,21	93,61
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (FPE + IPI + LC 87/96 + IOF-OURO)	5.796.683.836,00	5.674.824.516,45	97,90
DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS	46.211.815,00	63.603.230,52	137,63
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DOS IMPOSTOS	106.583.284,04	75.435.417,70	70,78
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS	18.206.695,00	10.809.533,78	59,37
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	31.739.151,20	-
(II) TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (25% DO ICMS + 50% DO IPVA + 25% DO IPI)	2.866.250.639,92	2.692.825.966,76	93,95
(III) TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS	15.176.623.209,70	14.403.056.727,70	94,90
VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO (25% DE III)			3.600.764.181,93
FUNDEB			
RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS PREVISTAS (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	% REALIZADA / PREVISTA (B/A)
(IV) RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB			
20% (ICMS + IPVA + IPI DEDUZIDAS AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS)	2.791.295.828,02	2.628.325.667,37	94,16
20% (ITCD + FPE + LC 87/96)	1.627.079.188,02	1.485.764.426,41	91,31
20% (ITCD + FPE + LC 87/96)	1.164.216.640,00	1.142.561.240,96	98,14
(V) RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.447.590.716,77	1.400.149.221,00	96,72
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	1.045.975.559,00	993.076.090,07	94,94
COMPLEMENTO DA UNIÃO AO FUNDEB	396.379.274,77	389.592.972,90	98,27
RECEITA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB	0.000.000,00	17.370.158,03	330,21
(VI) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	(1.745.320.269,02)	(1.635.249.577,30)	93,69
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (B)	% DOT. ATUALIZ. / DESP. EMPE. (B/A)
(VII) PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	931.531.209,73	885.242.999,23	95,03
OUTRAS (Adm. Geral e EJA)	238.237.661,83	236.108.017,24	99,11
(VIII) OUTRAS DESPESAS	280.722.709,94	270.168.182,82	96,24
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	254.599.416,97	245.358.768,10	96,37
OUTRAS (Adm. Geral, EJA, Educ. Especial e Ensino Profissional)	26.123.292,97	24.809.414,72	94,97
(IX) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (VII + VIII)	1.450.491.581,50	1.391.519.199,29	95,93
DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-	903.069,20	303,009,20
(X) TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB			903.069,20
(XI) MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ((VII-X) / V * 100)%			80,02
CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS EMPENHADAS (B)	% DOT. ATUALIZ. / DESP. EMPE. (B/A)
EDUCAÇÃO INFANTIL			
CRÉCHE	2.518.649,20	2.389.478,54	94,87
PRÉ-ESCOLA	919.783,46	872.611,73	94,87
ENSINO FUNDAMENTAL			
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	158.115.828,17	147.176.154,51	93,08
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	12.245.628,17	10.727.778,05	87,60
ENSINO MÉDIO			
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	1.633.223.890,63	1.562.907.365,07	95,69
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	1.040.260.626,70	994.153.390,87	95,57
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	592.963.263,93	568.753.974,20	95,92
ENSINO SUPERIOR			
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	309.013.999,07	307.620.326,78	99,39
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	105.125.893,00	99.090.248,95	94,26
ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR			
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	23.000.000,00	23.000.000,00	100,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	82.125.893,00	76.090.248,95	92,65
OUTRAS (Adm. Geral, EJA, Ed. Especial, TI, Des. Científ. Dif. Con. C. Tec. e Form RH)	491.692.334,57	480.015.588,64	97,63
(VII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE	2.760.489.459,44	2.629.309.474,50	95,26
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE			
RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	-	(1.635.249.577,30)	-
DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-	383.659.994,63	-
RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	-	47.629.168,83	-
DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-	903.069,20	-
DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-	-	-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*	-	5.027.118,79	-
CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RP INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (51 g)	-	(1.440.059.230,00)	-
TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL		3.857.488.411,15	
(XIII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			3.857.488.411,15
(XIV) MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((XIII) / (III) x 100) %			26,78
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO			
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR		
SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	31.442.098,94		
(-) INÍCIO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.003.000.010,14		
(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.397.684.378,26		
ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO	1.368.224.725,09		
RESTOS A PAGAR	29.459.653,19		
(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	17.570.158,03		
50- (F) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2015	34.663.797,83		

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

** No item "Outras" correspondem as Subfunções: ADMINISTRAÇÃO GERAL, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DO FINANCIAMENTO DO POEB.

Conforme demonstrado na tabela do gasto com educação em 2015, o Estado aplicou 26,50% da Receita Líquida de Impostos - RLIT na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, conforme estabelece o art. 212 da Constituição Federal, que prevê o mínimo de 25,00%. Portanto, foi aplicado 1,50 % da RLIT acima do índice definido. Em valores nominais representa R\$ 256.724.229,22.

De acordo com a emenda nº 53, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica - FUNDEB, o Estado, no ano de 2015, aplicou no ensino fundamental, médio, educação especial e educação de jovens e adultos o seguinte: 20% do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação e Lei Complementar nº 87/96 (deduzidas as transferências constitucionais).

Em 2015, os ingressos de recursos do FUNDEB são referentes as transferências de recursos do FUNDEB e as restituições do FUNDEB no montante de R\$ 1.382.579.062,97 e R\$ 756.856,17, respectivamente.

TABELA 36
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM EDUCAÇÃO X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

(R\$ 1,00)

ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM EDUCAÇÃO	REALIZAÇÃO %
2011	10.306.732.952,51	2.766.203.462,71	26,84
2012	11.242.657.588,47	3.090.731.577,58	27,49
2013	12.527.321.259,65	3.479.087.841,15	27,77
2014	13.638.612.594,61	3.765.223.630,53	27,61
2015	14.403.056.727,70	3.816.720.750,02	26,50

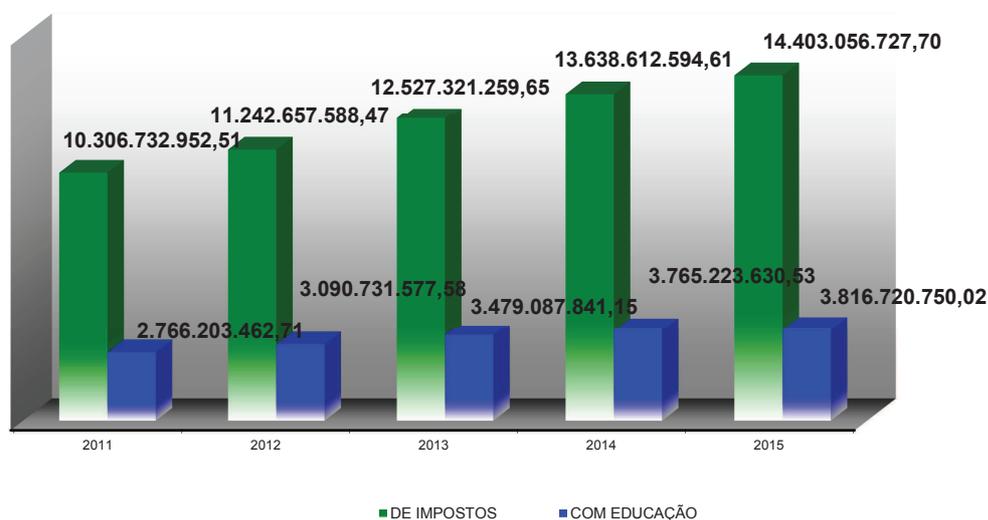
Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No Saldo Financeiro do gasto com educação em 2015 no valor de R\$ 34.663.797,83, existe a diferença a maior de R\$ 7.666.001,63 com referência a disponibilidade de caixa bruta do FUNDEB fontes 50 e 51 (R\$ 26.997.796,20) do “Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar do Poder Executivo“ - RGF do 3º quadrimestre/2015.

Com relação ao Saldo Financeiro do FUNDEB de 2015 do Gasto com Educação está incluso o valor de R\$ 7.663.037,12, referente a recursos bloqueados através de mandado judicial, em 2015, bem como o valor de R\$ 2.964,51, relativo a débito sem regularização contábil, enquanto, que a disponibilidade de caixa bruta do FUNDEB do demonstrativo do RGF é formada exclusivamente pelo saldo em conta corrente e aplicações em 31/12/2015.

GRÁFICO XVII

DESPESA COM EDUCAÇÃO X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - 2011 A 2015



Fonte: S2GPR/SEFAZ

TABELA 37

DEMONSTRATIVO DO GASTO COM SAÚDE, CONFORME EC Nº 29, DE 13/09/2000

(R\$ 1,00)

1. RECEITAS	VALOR ORÇADO	VALOR ARRECADADO
Receita de Impostos Líquida (I)	15.176.623.168,70	14.403.056.710,28
Receita de Impostos	12.246.190.016,62	11.421.058.178,01
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	60.179.904,00	76.788.741,93
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços - ICMS	10.553.618.684,63	9.715.890.373,18
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	652.496.591,00	645.632.760,60
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	807.106.311,00	832.250.954,12
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	108.370.012,99	76.079.132,40
Dívida Ativa dos Impostos	46.211.818,00	63.605.487,71
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	18.206.695,00	10.810.728,07
Receita de Transferências constitucionais e legais	5.796.683.792,00	5.674.824.499,03
Cota-Parte FPE	5.726.173.256,00	5.604.079.930,87
Cota-Parte IPI-Exportação	39.862.378,00	46.923.221,89
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.648.158,00	23.821.346,27
Deduções	2.866.250.639,92	2.692.825.966,76
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	2.512.611.900,92	2.343.668.095,17
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	341.775.194,00	337.427.066,13
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Rep. aos Municípios	11.863.545,00	11.730.805,46
2. DESPESAS	DO TAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA REALIZADA
Escola de Saúde Pública	78.905,50	78.511,50
Fundo Estadual de Saúde	2.130.193.029,92	2.052.939.077,54
TOTAL DAS DESPESAS(II)	2.130.271.935,42	2.053.017.589,04
Valor legal de aplicação em ações e serviços de Saúde-12,00 %		1.728.366.805,22
PERCENTUAL APLICADO (Despesas/Receitas)		14,25

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota 1: Não inclui as despesas com inativos e pensionistas;

Nota 2: No valor das Transferências a Municípios não estão incluídas as de "Royalties" e da CIDE;

Nota 3: Exclui as despesas executadas na modalidade de aplicação referente a transferências a consórcios públicos.

Como está demonstrado na tabela acima, em 2015, o Ceará aplicou 14,25%, nas ações e serviços públicos de saúde acima em 2,25%, do limite estabelecido pela Constituição Federal. A Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, estabelece que os Estados, devem aplicar no mínimo 12% da Receita resultante de Impostos e Transferências. Portanto, o Estado aplicou acima do percentual estabelecido a quantia de R\$ 324.650.783,82.

É importante mencionar, que não entrou no cômputo do gasto com saúde a importância de R\$ 100.895.215,72, da fonte de recurso 01, referente as transferências feitas pelo FUNDES na modalidade “transferências a consórcios públicos” aos Consórcios Públicos de Saúde, bem como o montante executado pelos mesmos.

Vale ressaltar, que a diferença no valor de R\$ 17,42 entre a RELIT do Gasto com Educação e a do Gasto com Saúde, refere-se a receita da cota parte do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativos os valores mobiliários – comercialização do ouro que não entra na RELIT do Gasto com Saúde.

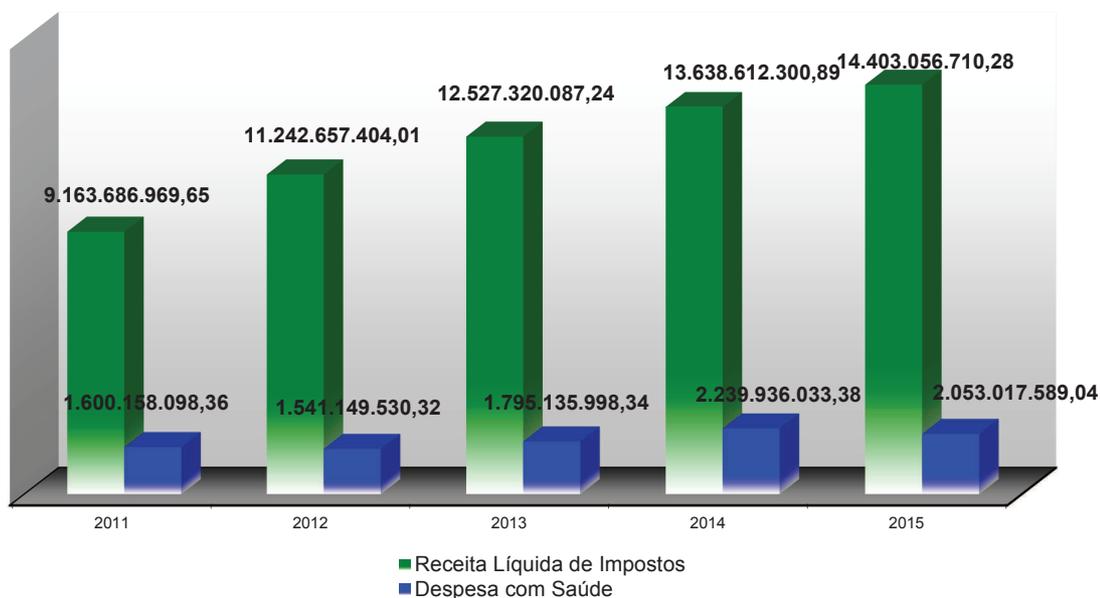
TABELA 38
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM SAÚDE X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

(R\$ 1,00)

ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM SAÚDE	REALIZAÇÃO %
2011	9.163.686.969,65	1.600.158.098,36	17,46
2012	11.242.657.404,01	1.541.149.530,32	13,71
2013	12.527.320.087,24	1.795.135.998,34	14,33
2014	13.638.612.300,89	2.239.936.033,38	16,42
2015	14.403.056.710,28	2.053.017.589,04	14,25

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XVIII
DESPESA COM SAÚDE X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - 2011 A 2015



Fonte: S2GPR/SEFAZ

2.1.2.2.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital são gastos realizados pela administração pública cuja finalidade é criar ou adquirir bens de capital. No exercício de 2015, estas despesas somaram R\$ 2.380.458.468,09, representando 17,42% da Despesa Orçamentária. Comparando-se com o exercício anterior essa categoria apresentou uma variação negativa de 28,88% em termos nominais.



TABELA 39

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
DA CATEGORIA “DESPESAS DE CAPITAL”

(R\$ 1,00)

ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO	PART. %	REALIZAÇÃO	PART. %	REALIZ. %
INVESTIMENTOS	3.588.664.103,35	81,47	1.594.804.311,88	67,00	44,44
Transf. Interg. a Municípios	75.768.686,09	1,72	63.266.338,07	2,66	83,50
Transf. a Inst. Privadas s/fins lucrativos	53.491.607,81	1,21	37.069.976,45	1,56	69,30
Aplicações Diretas	3.457.755.100,78	78,50	1.494.077.227,79	62,76	43,21
- Aquisição de Imóveis	43.413.177,55	0,99	43.190.647,75	1,81	99,49
- Const. ou Aum. de capital de Empresas	40.060.877,76	0,91	35.574.285,61	1,49	88,80
- Contribuições	10.000.000,00	0,23	2.601.885,83	0,11	26,02
- Equipamentos e Material Permanente	610.168.457,19	13,85	266.414.196,18	11,19	43,66
- Indenizações e Restituições	39.790.917,86	0,90	22.008.876,67	0,92	55,31
- Material de Consumo	2.506.543,80	0,06	276.258,77	0,01	11,02
- Obras e Instalações	2.170.633.470,81	49,28	829.402.089,16	34,84	38,21
- Serv. de Terc. P. Jurídica	222.190.147,04	5,04	107.845.371,23	4,53	48,54
- Serviços de Consultoria	74.324.956,31	1,69	15.648.324,24	0,66	21,05
- Subvenções Econômicas	47.947.680,07	1,09	47.947.674,37	2,01	100,00
- Outros	196.718.872,39	4,47	123.167.617,98	5,17	62,61
Aplicações Diretas da Lei Comp. 141/2012-Art. 25	550.406,26	0,01	0,00	0,00	0,00
- Obras e Instalações	550.406,26	0,01	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas Dec. de Op. entre Órgãos, Fundos e Entidades	1.020.302,41	0,02	390.769,57	0,02	38,30
- Obrigações Tributárias e Contributivas	955.100,41	0,02	344.168,26	0,01	36,03
- Outros Serv. de Terc. P. Jurídica	65.202,00	0,00	46.601,31	0,00	71,47
Transf. à União	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuições	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Obras e Instalações	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	143.934.421,11	3,27	118.362.901,87	4,97	82,23
Aplicações Diretas	143.934.421,11	3,27	118.362.901,87	4,97	82,23
- Aquisição de Imóveis	649.000,00	0,01	638.000,00	0,03	98,31
- Const. ou Aum. de capital de Empresas	143.275.421,11	3,25	117.724.901,87	4,95	82,17
- Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	672.040.484,32	15,26	667.291.254,34	28,03	99,29
Aplicações Diretas	672.040.484,32	15,26	667.291.254,34	28,03	99,29
- Principal da Dívida Contratada Resgatada	672.040.484,32	15,26	667.291.254,34	28,03	99,29
TOTAL	4.404.639.008,78	100,00	2.380.458.468,09	100,00	54,04

Fonte: Sistema de gestão Governamental por Resultados-S2GPR

Nota: "Outros" compõem-se: outros serviços de terceiros pessoa física, locação de mão-de-obra, passagens e despesas com locomoção, obrigações tributárias e contributivas, despesas de exercícios anteriores, Sentenças Judiciais e diárias civil.

- **Investimentos**

Nas Despesas de Capital, o grupo de Investimentos somou R\$ 1.594.804.311,88 participando com 67,00% de sua categoria. Os elementos Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, respondem pelo montante de R.1.095.816.285,34, correspondente a 68,71% do grupo. No Grupo de Investimento estão incluídos os valores de programas de grande porte, concluídos ou a concluir pelo Governo do Estado. A tabela a seguir evidencia os principais:

TABELA 40
DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DE MAIOR
RELEVÂNCIA

PROGRAMAS DE GOVERNO	VALOR	PART. %
	(R\$ 1,00)	
TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ	538.639.124,25	33,77
TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	225.814.980,86	14,16
ENFRENTAMENTO DA POBREZA RURAL	151.362.301,00	9,49
DESENVOLVIMENTO URBANO	113.120.926,01	7,09
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	69.449.188,10	4,35
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	65.664.001,41	4,12
CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO "CEARÁ"	63.975.837,85	4,01
HABITACIONAL	58.024.108,08	3,64
INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER	53.076.989,20	3,33
ENSINO MÉDIO ARTICULADO EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	32.977.413,97	2,07
INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA	26.087.280,04	1,64
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	26.351.690,92	1,65
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	21.962.947,53	1,38
SANEAMENTO AMBIENTAL	20.905.242,04	1,31
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	17.275.282,02	1,08
INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DAS REGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ	15.193.529,45	0,95
ACUMULAÇÃO HÍDRICA	10.444.906,81	0,65
APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	7.860.680,41	0,49
SUBTOTAL	1.518.186.429,95	95,20
OUTROS	76.617.881,93	4,80
TOTAL	1.594.804.311,88	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em 2015, o Estado realizou, apenas, 44,44% do valor autorizado no montante de R\$ 3.588.664.103,35 para as ações de investimento, face à sua dependência de recursos externos, porém, o valor realizado representa 67,00% do total das despesas de capital. Se comparado com o valor dos Investimentos de 2014, que foi de R\$ 2.580.307.881,20, esse grupo de despesas, em 2015, apresentou um decréscimo de 38,19% em termos nominais. O montante realizado com recursos do grupo fonte tesouro representa (18,31%). O Ceará ainda possui necessidades além de sua capacidade de geração de recursos próprios. Tendo em vista essa condição adversa, o Estado tem se credenciado à captação financeira através da contratação de operações de crédito, por ser uma referência no atendimento das exigências requeridas pelos credores. Vale enfatizar, que no exercício de 2015 o Estado investiu com recursos de operações de crédito a quantia de R\$ 903.779.421,34, enquanto que em 2014 investiu R\$ 1.233.902.620,56, apresentando uma redução em termos nominais de 36,53%.

- Inversões Financeiras

No grupo de Inversões Financeiras, as despesas realizadas alcançaram o montante de R\$ 118.362.901,87. A execução da despesa nesse grupo, em 2015, foi exclusivamente, no item Constituição ou Aumento de Capital de Empresa no montante de R\$ 117.724.901,87, representando 99,46 % do grupo. Em relação ao exercício de 2014 teve uma redução nominal de 31,21%.

Destaca-se, que os valores repassados para aumento de capital, no exercício de 2015, foram realizados para as empresas: METROFOR (R\$ 88.441.212,72) e COGERH (29.283.689,15). Vale enfatizar, que os repasses ao METROFOR foram realizados pela SEINFRA E CIDADES e para a COGERH pela SRH.

- Amortização da Dívida

De acordo com a tabela seguinte a Amortização da Dívida Interna somou R\$ 361.210.732,34, representando 15,17% das Despesas de Capital. Confrontando-se essa despesa com o exercício de 2014, verifica-se um decréscimo nominal de 4,81%.

Quanto a Amortização da Dívida Externa, esta somou R\$ 306.082.537,00, representando 12,86% das Despesas de Capital. Conforme tabela abaixo, esta despesa cresceu 12,20 % em termos nominais em comparação com 2014.

TABELA 41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

(R\$ 1,00)

DÍVIDA INTERNA	2014	2015	VARIÇÃO 2014/2015
PRINCIPAL DA DÍV. CONT. RESGATADO-LEIS:7976/89-8727/93	63.277.093,28	0,00	-100,00
PRINCIPAL DA DÍV. CONT. RESGATADO-LEI:9496	45.795.575,21	51.831.878,20	13,18
PRINCIPAL DA DÍV. CONT. RESGATADO	270.402.066,73	309.376.839,14	14,41
TOTAL	379.474.735,22	361.210.732,34	-4,81

DÍVIDA EXTERNA	2014	2015	
PRINC. DA DÍV. CONT. RESGATADO- P/ EDUCAÇÃOEMP.BR 4591/BIRD	22.534.517,59	28.184.144,65	25,07
PRINCIPAL DA DÍV. CONT. RESGATADO	192.705.734,58	277.898.392,35	44,21
TOTAL	215.240.252,17	306.082.537,00	42,21
TOTAL GERAL	594.714.987,39	667.293.269,34	12,20

2.1.2.3. Despesa Orçamentária por Grupo

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 10, § 6º da Lei nº 15.674, de 31 de julho de 2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO) publicada no Diário Oficial do Estado em 14 de agosto de 2014.

TABELA 42
DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

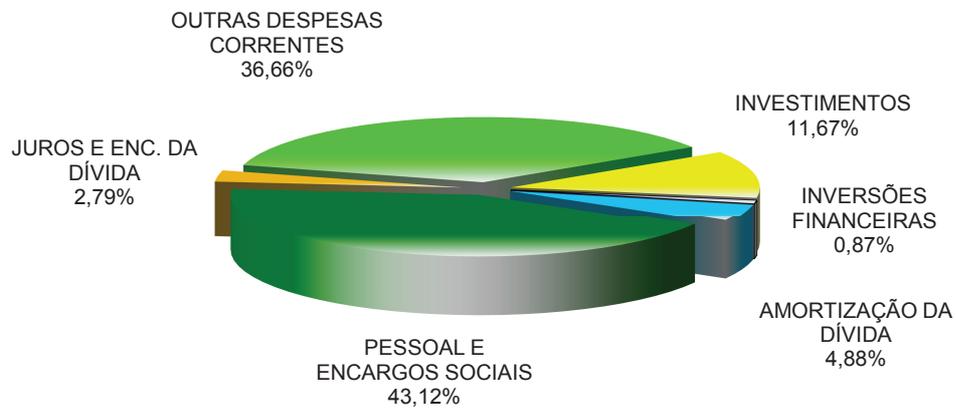
(R\$ 100)

GRUPO DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA ORÇAMENTÁRIA				VARIÇÃO %
		2014	PART. %	2015	PART. %	
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.362.407.868,05	38,27	5.891.296.285,09	43,12	9,86
2	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	272.568.630,97	1,95	381.607.776,45	2,79	40,00
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.029.204.073,68	35,89	5.008.185.568,25	36,66	-0,42
4	INVESTIMENTOS	2.580.307.881,20	18,42	1.594.804.311,88	11,67	-38,19
5	INVERSÕES FINANCEIRAS	172.071.116,65	1,23	118.362.901,87	0,87	-31,21
6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	594.714.987,39	4,24	667.291.254,34	4,88	12,20
TOTAL		14.011.274.557,94	100,00	13.661.548.097,88	100,00	-2,50

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XIX

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO - 2015



Fonte: S2GPR/SEFAZ

O grupo de despesa mais representativo foi Pessoal e Encargos Sociais com 39,81% do total da Despesa Orçamentária.

TABELA 43
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIAS,
POR FONTE DE RECURSOS

(R\$ 1,00)

FONTE	Nº FR	RECEITA	PARTIC.%	DESPESA	PARTIC.%
TESOURO		14.891.643.284,67	80,67	10.709.847.348,05	78,39
RECURSOS ORDINÁRIOS	00	9.956.979.992,78	53,94	8.855.868.843,17	64,82
C. PARTE DO FUNDO DE PART. DOS ESTADOS	01	4.483.263.944,97	24,29	1.524.084.931,25	11,16
RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	10	451.399.346,92	2,45	329.893.573,63	2,41
COTA PARTE DA CONT. DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	07	59.801.252,95	0,32	60.474.911,29	0,44
COTA PARTE DA CONT. INTERV. NO DOM. ECON.	11	16.555.494,97	0,09	4.115.347,86	0,03
ALIENACAO DE BENS	12	2.718.266,79	0,01	0,00	0,00
RECURSOS PROVENIENTE DE DEP. JUDICIAIS	14	45.939.091,64	0,25	0,00	0,00
MEDIDA COMPENSATORIA AMBIENTAL	16	11.631.235,60	0,06	9.507.652,96	0,07
IND. P/ EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO,XISTO E GÁS	44	28.546.672,64	0,15	7.020.834,90	0,05
RECURSOS PROVENIENTE DO FUNDEB	50	1.011.403.104,27	5,48	1.007.859.204,66	7,38
COMPL. DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	51	389.502.972,90	2,11	383.659.994,63	2,81
RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	76	23.061.895,28	0,12	8.942.860,57	0,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.541.003.482,03	8,35	933.063.110,49	6,83
OP DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF	37	28.593.836,45	0,15	28.593.836,45	0,21
OP DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MARANGUAPINHO	38	9.330.472,15	0,05	10.203.899,82	0,07
OP DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - BB	39	19.353.837,92	0,10	19.353.837,92	0,14
OP DE CREDITO CONDICIONADA	40	1.399,29	0,00	8.718.185,07	0,06
OP DE CREDITO INTERNAS -TES./ BNDES	45	345.654.035,04	1,87	406.724.394,53	2,98
OP DE CREDITO INTERNAS BNDES/ESTADOS	47	93.404.855,32	0,51	78.328.195,69	0,57
OP CREDITO EXTERNAS	48	0,00	0,00	990.698,08	0,01
OP DE CRED INTERNAS BNDES/PROINVEST	53	53.471.021,96	0,29	70.317.578,01	0,51
OP CREDITO INTERNAS CEF	56	45.888.655,92	0,25	50.888.645,91	0,37
OP CREDITO EXTERNAS- TESOURO/ KFW	57	624.276,12	0,00	4.152.620,03	0,03
OP CREDITO EXTERNAS- TESOURO/ BIRD	58	176.950.272,69	0,96	87.766.217,79	0,64
OP CREDITO EXTERNAS- TESOURO/ BID	59	604.721.162,16	3,28	80.205.970,26	0,59
OP CREDITO EXTERNAS TESOURO/FIDA	64	0,00	0,00	3.008.753,62	0,02
OP CREDITO EXTERNAS TESOURO/CAF	65	86.262.400,00	0,47	29.246.423,75	0,21
OP DE CREDITO EXTERNAS - PforR	69	76.747.257,01	0,42	54.563.853,56	0,40
CONVÊNIOS		437.330.434,45	2,37	537.056.832,47	3,93
CONV. ÓRGÃOS FEDERAIS	82	437.252.145,37	2,37	536.606.153,70	3,93
CONV. ÓRGÃOS MUNICIPAIS	86	50,00	0,00	190.040,28	0,00
CONV. ÓRGÃOS PRIVADOS	88	78.239,08	0,00	260.638,49	0,00
TOTAL		18.459.137.188,19	100,00	13.661.548.097,88	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Pela análise na tabela acima, constata-se que os maiores dispêndios do Estado em 2015, originaram-se das fontes do Tesouro e de Recursos provenientes do FUNDEB que somaram R\$ 12.101.366.547,34, e representaram 88,58% da Despesa Orçamentária.

TABELA 44

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA PREVISÃO DE METAS FISCAIS COM A REALIZAÇÃO,
DE ACORDO COM OS ARTs. 4º, § 1º e 5º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

(R\$ MIL)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %
1. RECEITA TO TAL	24.097.080	23.932.921	99
1.1. RECEITAS CORRENTES (I)	20.032.833	22.003.719	110
1.1.1. Receita Tributária	10.881.801	11.696.784	107,49
1.1.2. Receita de Contribuição	1.379.896	1.395.437	101,13
1.1.3. Receita Patrimonial	253.573	377.498	148,87
1.1.3.1. Aplicações Financeiras (II)	228.429	352.254	154,21
1.1.3.2. Outras Receitas Patrimoniais	25.144	25.244	100,40
1.1.4. Transferências Correntes	6.987.931	7.809.885	111,76
1.1.5. Receita de Serviços	80.860	73.315	90,67
1.1.6. Demais Receitas Correntes	448.772	650.801	145,02
1.1.7. Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (III)	0	-2.625.292	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	19.804.404	19.026.173	96,07
1.2. RECEITAS DE CAPITAL (V)	4.064.247	1.929.202	47,47
1.2.1. Operações de Crédito (VI)	2.756.660	1.539.757	55,86
1.2.2. Amortização de Empréstimos (VII)	0	0	0,00
1.2.3. Alienação de Ativos (VIII)	19	4.337	22.826,05
1.2.4. Transferência de Capital	1.304.223	373.862	28,67
1.2.5. Outras Receitas de Capital	3.345	11.247	336,22
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (IX) = (V-VI-VII-VIII)	1.307.568	385.108	29,45
RECEITAS NÃO-FINANÇEIRAS (X) = (IV+IX)	21.111.972	19.411.281	91,94
2. DESPESA TO TAL	24.044.863	20.054.379	83,40
2.1. DESPESAS CORRENTES (XI)	18.391.761	18.287.950	99,44
2.1.1. Pessoal e Encargos Sociais	9.904.110	9.997.649	100,94
2.1.2. Juros e Encargos da Dívida (XII)	367.641	414.556	112,76
2.1.3. Outras Despesas Correntes	8.120.010	7.875.745	96,99
DESPESAS FISCAIS CORRENTES ⁽²⁾(XII)=(XI-XII)	18.024.120	17.873.394	99,16
2.2. DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	5.653.102	1.766.429	31,25
2.2.1. Investimentos	4.905.705	2.411.487	49,16
2.2.2. Inversões Financeiras	149.128	119.346	80,03
2.2.2.1. Concessão de Empréstimos (XV)	41.195	0	0,00
2.2.3. Amortização da Dívida (XVI)	598.269	689.352	115,22
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL ⁽²⁾(XVII)=(XIV-XV-XVI-XIX)	2.582.894	1.077.076	41,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	52.217	0	0,00
(-) Programas de Infra-estrutura (XIX)	0	-1.453.756	0,00
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS/NÃO-PRIMÁRIAS-RP2 (XX)	2.430.744	0	0,00
DESPESAS NÃO-FINANÇEIRAS (XXI)=(XIII+XVII+XVIII)	20.659.231	18.950.471	91,73
RESULTADO PRIMÁRIO XXII = (X-XXI)	452.741	460.811	101,78
RESULTADO NOMINAL	556.710	3.284.829	590

Fonte: S2GPR/SEFAZ/SEPLAG

Notas: 1) Excluídas as estatais: ADECE, CAGECE, COGERH, CEGÁS, CEARÁ PORTOS, METROFOR, CEASA;

2) Deduzidas as despesas discricionárias;

3) Excluídas as concessões de empréstimos do grupo "Inversões Financeiras";

4) Resultado Nominal = Dívida Fiscal Líquida (2015) (R\$ 3.284.829.210,00) - Dívida Fiscal Líquida (2014) (R\$ 6.084.983.357,00);

5) Despesa pelo valor empenhado;

6) A "Previsão" foi extraída do Demonstrativo da LOA 2015.

O cálculo do Resultado Primário está de acordo com a LOA nº 15.753 de 30/12/2014.

De conformidade com o inciso I do artigo 4º da IN - 01/2000 - TCE, a tabela anterior demonstra o resultado das Metas Fiscais de Resultado Primário e Nominal projetadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015.

A meta de Resultado Primário fixada através da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015 foi de R\$.452.740 mil, considerando a despesa empenhada, o tesouro obteve um superávit primário de R\$ 460.811 mil, superior ao estabelecido em Lei, chegando a 1,02% da meta fixada.

Com referência ao resultado nominal, obteve-se um valor de R\$ 3.284.829 mil, correspondente à diferença entre a Dívida Fiscal Líquida do exercício de referência (2015) e a Dívida Fiscal Líquida do exercício anterior (2014). Importante informar que o Resultado Nominal no conceito da LRF indica em quanto à dívida de um ente público aumentou ou reduziu num determinado exercício. Se o resultado for positivo, revela o quanto à dívida aumentou, se for negativo, o quanto a dívida diminuiu. Por conseguinte, no Estado do Ceará registrou-se um aumento no estoque da dívida, sendo que, parte expressiva desta ampliação se deu em função da variação cambial, da ordem de 45%, elevando em aproximadamente R\$ 1,6 bilhão este déficit nominal.

O Resultado Nominal evidencia o quanto o estado tem contraído empréstimo para os investimentos do Estado. O fato de o Estado ter apresentado uma variação positiva entre a Dívida Fiscal Líquida de 2015 e Dívida Fiscal Líquida de 2014, não significa, que houve em 2015, um desequilíbrio no endividamento do Estado, haja vista que a relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida foi de 0,62%, situação bastante confortável em relação a LRF e a Resolução nº 43 do Senado Federal que estabelece que o nível de endividamento dos Estados pode ser de até 2 vezes a RCL.

TABELA 45
DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DO RESULTADO NOMINAL EM RELAÇÃO
À META - PERÍODO 2011 A 2015

	(R\$ milhões)				
RESULTADO NOMINAL VALORES CORRENTES	2011	2012	2013	2014	2015
META FIXADA NO ANEXO DE METAS					
FISCAIS DA LOA	-152	-152	1.082	347	557
RESULTADO NOMINAL	542	139	581	2.144	3285
% EM RELAÇÃO À META	-355,19%	-91,45%	53,70%	618,00%	5,90%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A busca do equilíbrio fiscal está no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal que deriva dos contratos assinados pelos Estados que no fim da década de 90 renegociaram a dívida com a União. De acordo com o contrato, a cada ano é avaliado pela STN o cumprimento das metas e compromissos do exercício anterior.

2.1.2.4. Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91

De acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF Nº 688, de 14.10.2005, as despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

No momento da apropriação da obrigação ocorre uma despesa intra-orçamentária e no momento do recebimento ocorre uma receita intra-orçamentária. Portanto, ocorrendo uma despesa intra-orçamentária, obrigatoriamente ocorrerá uma receita intra-orçamentária.

São exemplos de operações que devem ser identificadas com essa modalidade de aplicação, as transações ocorridas com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com o Fundo de Previdência do Estado - SUPSEC, SEMACE etc.

Para atender ao Artigo 4º, incisos II e III, da Instrução Normativa nº 01/2000 - TCE, acompanham esta prestação de contas os documentos abaixo relacionados:

- Cópias das atas das audiências realizadas nos meses de maio e setembro de 2015 e fevereiro de 2016, conforme determina o § 4º, do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e

- Relatório dos projetos concluídos e em conclusão do Estado, nos termos do disposto no Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



TABELA 46

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA COM APLICAÇÃO NA MODALIDADE 91,
CONFORME , PORTARIA INTERMINISTERIAL STN/SOF Nº 688, DE 14 DE OUTUBRO DE 2005

ÓRGÃO	(R\$ 1,00)	
	DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA
ASSEMBLÉIA	20.634.206,77	0,00
FPP	0,00	2.441.367,06
T CONTAS	7.455.042,39	0,00
TCM	11.499.525,86	0,00
T JUSTICA	128.522.818,36	0,00
FERMOJU	739.084,20	0,00
DPGE	18.412.644,00	0,00
FAADEF	178.055,27	0,00
SEINFRA	727.244,92	0,00
DER	5.278.377,75	12.946,08
DETRAN	64.643.474,44	218.804,81
DAE	1.618.529,28	0,00
SSPDS	1.568.132,51	0,00
FDS C BOM	233,18	0,00
POL CIVIL	39.970.689,52	0,00
P M CE	159.444.140,73	0,00
BOMBEIRO	18.233.373,65	0,00
P FORENSE	6.331.286,67	0,00
AESSP	284.915,32	0,00
GAB GOV	46.602,38	0,00
VICE GOV	48.034,39	0,00
PGE	8.182.332,98	0,00
ARCE	1.986.513,36	0,00
FUNPECEPGE	0,00	2.921.143,10
C MILITAR	87.324,33	0,00
PGJ	46.692.545,39	0,00
CONS EDUC	126.398,81	0,00
JUSTICA	25.991.907,04	0,00
SEFAZ	93.181.397,34	59.381.937,53
JUCEC	475.073,09	0,00
ENCARGOS	6.171.115,27	0,00
SDA	3.128.728,92	0,00
EMATERCE	228.897,56	0,00
IDACE	1.373.144,85	0,00
ADAGRI	1.519.259,08	0,00
SEDUC	152.374.718,50	0,00
FUNDES	77.884.235,14	0,00
CULTURA	872.518,80	0,00
SRH	890.091,47	0,00
SOHIDRA	468.455,59	0,00
CASA CIVIL	102.640,55	0,00
FUNTELC	561.215,02	0,00
SECITECE	353.875,28	0,00
FUNECE	27.749.659,12	2.499.800,00
UVA	8.865.163,06	0,00
URCA	11.557.722,74	0,00
FUNCEME	877.073,92	0,00
FUNCAP	7.294,63	0,00
NUTEC	1.194.738,87	77.474,16
SETUR	172.817,68	0,00
CGE	1.930.981,70	0,00
ESPORTE	127.078,16	0,00
CIDADES	896.017,18	0
IDECE	9.959,08	0,00
SEPLAG	8.353.485,09	0,00
SUPSEC	0,00	650.889.487,63
ISSEC	1.799.909,27	0,00
PREVMILITA	0,00	162.036.435,57
PREVID	0,00	49.083.423,37
ETICE	1.066.445,65	10.475.400,92
IPECE	1.459,03	0,00
COHAB	4.252,13	0,00
EGPCE	19.846,74	0,00
STDS	7.666.356,86	0,00
FEAS	4.300,68	0,00
FUNDART	260,40	0,00
CEDE	1.620,22	0,00
CED	25.000,00	0,00
CODECE	22.882,67	0,00
COMPAM	253,72	0,00
SEMACE	4.041.670,02	130.100,52
SPA	17.111,72	0,00
CGD	58.824,93	0,00
SRI	25.809,77	0,00
SPD	16.015,89	0,00
SDE	14.451,31	0,00
SEMACE	32.837,77	0,00
TOTAL	984.770.099,27	940.168.320,55

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

2.2. Da Administração Indireta

Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes.

A análise da execução orçamentária da Administração Indireta envolve as Autarquias, Fundações e Fundos, regidos pela Lei nº 4.320/64, e Empresas Estatais Dependentes (CODECE, COHAB, EMATERCE e ETICE) enquadradas na Lei 6.404/76 e alterações posteriores, e consolidadas nas contas públicas por determinação da Portaria Ministerial/STN nº 589 de 27/12/01.

2.2.1 Receita Orçamentária

No exercício de 2015 a arrecadação da Receita Orçamentária alcançou a cifra de R\$2.848.492.080,15, inferior 13,27 % ao valor previsto de R\$ 3.284.070.608,32

O montante da Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes é proveniente do somatório das origens discriminadas na tabela abaixo:

TABELA 47
DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR AGRUPAMENTO DE FONTES

GRUPO	(R\$ 1,00)	
	VALOR	PARTIC.%
- Transferências do Tesouro	-	-
- Transferências de Convênios	80.682.719,20	2,83
- Outras Transferências	573.768.659,21	20,14
- Receitas Próprias	2.083.027.145,89	73,13
- Outras Fontes	111.013.555,85	3,90
TOTAL	2.848.492.080,15	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Os recursos provenientes das Fontes do Tesouro Estadual que foram transferidos para os Órgãos e Entidades da Administração Indireta como Receita de Transferências Intragovernamentais, neste exercício foram centralizados como Transferências Financeiras Intraorçamentárias, não compoem a Receita Orçamentária do órgão dependente do tesouro. A fonte 15 corresponde a recursos de Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 14.415/2009, bem como a fonte 14 Depósitos Judiciais Lei 14.415/2009 que compõem o total dos recursos de Outras Fontes.

Compõem ainda o total de Outras Transferências, recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS R\$ 2.428.731,24, do Fundo de Defesa Civil - FDCC R\$ 36.699.434,11 e de recursos provenientes do SUS R\$ 534.640.493,86.

Os saldos do FUNDEB gestora 220801 foram transferidos para a SEDUC gestora 220001, em virtude do FUNDEB tornar-se fonte 50 da SEDUC.

No exercício de 2015 a Receita Orçamentária apresentou o seguinte desempenho:

TABELA 48
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA
COM A REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	(R\$ 1,00)	
			REAL%	PARTIC.%
1. RECEITAS CORRENTES	3.096.521.209,38	2.755.662306,82	88,99	96,74
Receita Tributária	429.873.143,28	413.762.294,60	96,25	14,53
Receita de Contribuição	1.405.195.934,00	1.395.437.047,54	99,31	48,99
Receita Patrimonial	68.574.133,49	96.156.611,86	140,19	3,37
Receita de Serviços	63.764.835,10	63.273.207,24	99,23	2,22
Transferências Correntes	842.109.090,60	544.309.390,51	64,64	19,11
Outras Receitas Correntes	287.004.072,91	242.723.755,07	84,57	8,52
2. RECEITAS DE CAPITAL	187.549.398,94	92.829.773,33	49,50	3,26
Alienação de Bens	0,00	1.618.681,83	0,00	0,06
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	187.549.398,94	91.211.091,50	48,63	3,20
TOTAL	3.284.070.608,32	2.848.492.080,15	86,74	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

As Receitas de Contribuições no montante de R\$ 1.395.437.047,54 correspondem a 48,99 % da Receita Orçamentária arrecadada, firmando-se como a maior fonte de receita da Administração Indireta. Sendo responsáveis por esta arrecadação o FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP.

As receitas formadas pelas contribuições dos servidores e pela contribuição patronal dos Fundos de Previdência (FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e FPP, bem como os recursos diretamente arrecadados por meio das fontes 16 e 70, somaram R\$ 1.999.452.712,73, representando 70,19% do total da Receita Orçamentária arrecadada. Deste montante, as Receitas de Contribuições tiveram uma participação expressiva no valor de R\$1.395.437.047,54, ou seja, 69,79%, cabendo aos Fundos: FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID a maior parte. Evidenciamos suas receitas nas tabelas a seguir:

TABELA 49
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CONSOLIDADA FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID,
CONFORME A ORIGEM DOS RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REAL %	PARTIC %	RS\$1,00
1. RECEITAS CORRENTES	1.454.983.397,00	1.432.408.292,31	98,45		93,02
1.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.399.352.645,00	1.388.836.032,38	99,25		90,19
1.1.1. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR PARA O RPPS	508.136.941,00	525.621.655,69	103,44		34,13
1.1.1.1. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	424.399.488,00	435.015.658,41	102,50		28,25
1.1.1.2. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	55.438.953,00	66.055.777,98	0,00		4,29
1.1.1.3. CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL	28.298.500,00	24.550.219,30	0,00		1,59
1.1.2. CONTRIBUICAO PATRONAL - FONTE 04	891.041.397,00	862.392.639,24	96,78		56,00
1.1.2.1. CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR ATIVO CIVIL	891.041.397,00	862.392.639,24	96,78		56,00
1.1.3. COMPENS. PREV. ENTRE REGIME GERAL/PREVIDENCIÁRIO	46.395.700,00	26.494.491,21	0,00		1,72
1.2. RECEITA PATRIMONIAL	9.235.052,00	17.077.768,72	0,00		1,11
1.2.1. JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	9.235.052,00	17.077.768,72	0,00		0,00
1.4. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	174.307,00	821.737,45	0,00		0,05
1.4.1. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS AO RPPS	174.307,00	821.737,45	0,00		0,00
1.5. RECEITAS DIVERSAS	120.000.000,00	107.549.960,64	0,00		0,00
1.5.1. DEPÓSITOS JUDICIAIS - FONTE 14	120.000.000,00	107.549.960,64	0,00		6,98
TOTAL	1.574.983.397,00	1.539.958.252,95	97,78		100,00

Fonte: S2GPR/SEFAZ

TABELA 50
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO FUNDO FINANCEIRO FUNAPREV CONFORME A ORIGEM DOS
RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	REAL %	PARTIC %
1. RECEITAS CORRENTES	1.176.258.438,00	1.098.008.580,16	93,35	92,23
1.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.120.627.686,00	1.062.687.529,26	94,83	89,27
1.1.1. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR PARA O RPPS	408.690.766,00	410.976.304,18	34,33	34,52
1.1.1.1. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	342.748.532,00	329.064.647,99	96,01	27,64
1.1.1.2. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	46.560.279,00	59.400.711,26	127,58	4,99
1.1.1.3. CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL	19.381.955,00	22.510.944,93	116,14	1,89
1.1.2. CONTRIBUICAO PATRONAL - FONTE 04	711.762.613,00	650.889.487,63	91,45	54,67
1.1.2.1. CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR ATIVO CIVIL	711.762.613,00	650.889.487,63		
1.1.3. COMPENS. PREV. ENTRE REGIME GERAL/PREVIDENCIÁRIO	46.395.700,00	26.494.491,21	57,11	2,23
1.2. RECEITA PATRIMONIAL	9.235.052,00	8.826.559,69	95,58	0,74
1.2.1. JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	9.235.052,00	8.826.559,69		
1.4. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	174.307,00	821.737,45	471,43	0,07
1.4.1. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS AO RPPS	174.307,00	821.737,45		
1.5. RECEITAS DIVERSAS	104.912.893,66	92.462.854,30	88,13	0,00
1.5.1. DEPÓSITOS JUDICIAIS - FONTE 14	104.912.893,66	92.462.854,30		7,77
TOTAL	1.281.171.331,66	1.190.471.434,46	92,92	100,00

Fonte: S2GPR/SEFAZ

TABELA 51

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO FUNDO FINANCEIRO PREVMILITAR CONFORME A ORIGEM DOS RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	RS1,00	
			REAL %	PARTIC %
1. RECEITAS CORRENTES	276.045.577,00	254.075.994,75	92,04	94,39
1.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	276.045.577,00	251.951.501,43	91,27	93,61
1.1.1. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR PARA O RPPS	98.492.567,00	89.915.066,11	36,59	33,41
1.1.1.1. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	80.697.348,00	81.220.725,02	100,65	30,18
1.1.1.2. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	8.878.674,00	6.655.066,72	74,96	2,47
1.1.1.3. CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL	8.916.545,00	2.039.274,37	22,87	0,76
1.1.2. CONTRIBUICAO PATRONAL - FONTE 04	177.553.010,00	162.036.435,32	91,26	60,20
1.1.2.1. CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR ATIVO CIVIL	177.553.010,00	162.036.435,32	91,26	60,20
1.1.3. COMPENS. PREV. ENTRE REGIME GERAL/PREVIDENCIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2. RECEITA PATRIMONIAL	0,00	2.124.493,32	0,00	0,79
1.2.1. JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	0,00	2.124.493,32	0,00	0,00
1.4. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS AO RPPS	0,00	0,00	0,00	8,00
1.5. RECEITAS DIVERSAS	15.087.106,34	15.087.106,34	100,00	0,00
1.5.1. DEPÓSITOS JUDICIAIS - FONTE 14	15.087.106,34	15.087.106,34	0,00	5,61
TOTAL	291.132.683,34	269.163.101,09	92,45	100,00

Fonte: S2GPR/SEFAZ

TABELA 52

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO FUNDO FINANCEIRO PREVID CONFORME A ORÍGEM DOS RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	PREV.	REALIZ.	RS1,00	
			REALIZ. %	PARTICIP. %
1. RECEITAS CORRENTES	2.679.382,00	80.323.717,40	2.997,84	100,00
1.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.679.382,00	74.197.001,69	2.769,18	92,37
1.1.1. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR PARA O RPPS	953.608,00	24.730.285,40	2.593,34	30,79
1.1.1.1. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	953.608,00	24.730.285,40	2.593,34	30,79
1.1.1.2. CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3. CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2. CONTRIBUICAO PATRONAL - FONTE 04	1.725.774,00	49.466.716,29	2.866,35	61,58
1.1.2.1. CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR ATIVO CIVIL	1.725.774,00	49.466.716,29	2.866,35	
1.1.3. COMPENS. PREV. ENTRE REGIME GERAL/PREVIDENCIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2. RECEITA PATRIMONIAL	0,00	6.126.715,71	0,00	7,63
1.2.1. JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	0,00	6.126.715,71	0,00	0,00
1.4. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS AO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5. RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1. DEPÓSITOS JUDICIAIS - FONTE 14	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.679.382,00	80.323.717,40	2.997,84	100,00

Fonte: S2GPR/SEFAZ

TABELA 53
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR - FPP
CONFORME A ORIGEM DOS RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	R\$1,00			
	PREVISÃO	REALIZ.	REALIZ. %	PARTIC %
I. RECEITAS CORRENTES	5.853.289,00	16.614.623,29	283,85	100,00
1.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.843.289,00	6.601.015,16	112,97	39,73
1.1.1. CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	2.579.453,00	2.888.673,05	111,99	17,39
1.1.1.1. DOS DEPUTADOS - OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS	2.579.453,00	2.695.139,15	104,48	16,22
1.1.1.1. PENSIONISTA DO FPP	0,00	193.533,90	0,00	1,16
1.1.2. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARLAMENTAR - FONTE 06	3.263.836,00	3.712.342,11	113,74	22,34
1.1.2.1. PATRONAL PARA O FPP	3.263.836,00	2.698.250,89	82,67	16,24
1.1.2.1. PARA O FPP DE EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	1.014.091,22	0,00	6,10
1.2. RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	9.888.499,05	98.884,99	59,52
1.2.1. JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	10.000,00	9.888.499,05	98.884,99	59,52
1.2.2. MULTAS E JUROS DE MORA - CONT DOS DEPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	125.109,08	0,00	0,75
1.3.1. MULTAS DE JUROS DE MORA	0,00	22.580,19	0,00	0,14
1.3.2. RESTITUIÇÕES DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	
1.3.3. TAXA REMUNETÓRIO DOS SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	0,00	102.528,89	0,00	0,62
TOTAL	5.853.289,00	16.614.623,29	283,85	100,00

Fonte: S2GPR/SEFAZ

Excluindo-se as contribuições arrecadadas pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP, as entidades com o maior volume de receita própria foram o DETRAN e FERMOJU, com 63,92 % e 12,31%, respectivamente, do total da receita própria.

No ano de 2015, a Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes teve um acréscimo de 8 %, em relação ao exercício de 2014.

As Transferências de Convênios apresentaram um decréscimo de 17 % em relação a 2014, pelas reduções das Fontes 83, Convênios com Órgãos Federais e 81 convênios com Órgãos Internacionais Administração Indireta.

2.2.2 Despesa Orçamentária

No exercício de 2015, a despesa realizada por Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes atingiu o montante de R\$ 7.846.586.829,66, correspondente a 88,58 % da despesa autorizada, que importou em R\$ 8.858.382.801,05.

As fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas estão resumidas, conforme a tabela abaixo.

TABELA 54
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR
FONTE DE RECURSOS

	(R\$ 1,00)				
FONTE	AUTORIZADA	REALIZADA	REALIZ%	PARTIC.%	
00. Recursos Ordinários	1.462.431.405,45	1.326.531.162,62	90,71	16,91	
01. Cota-Parte FPE	2.992.791.990,74	2.916.657.247,02	97,46	37,17	
03. Contribuição do SUPSEC	563.942.000,00	553.659.895,71	98,18	7,06	
04. Contribuição Patronal do SUPSEC	891.041.397,00	827.061.926,56	92,82	10,54	
05. Contribuição Parlamentar	3.704.453,00	3.189.450,97	86,10	0,04	
06. Contribuição Parlamentar Patronal	3.263.836,00	609.001,84	18,66	0,01	
10. Recursos Provenientes do FECOP	163.196.367,67	156.588.844,45	95,95	2,00	
11. Cota-Parte CIDE	13.814.668,20	9.758.183,96	70,64	0,12	
14 Depósitos Judiciais Lei 15.838	120.000.000,00	107.549.960,64	89,62	1,37	
15. Depósitos Judiciais - PIMPJ	2.276.400,00	1.324.906,09	58,20	0,02	
16. Medidas Compensatórias	9.755.932,00	347.200,00	3,56	0,00	
29. Venda de Selos de Autenticidade	37.217.624,00	35.295.434,57	94,84	0,45	
40. Operações de Crédito Não Condicionadas	578.000,00	0,00	0,00	0,00	
44. Indeniz pela Extra de Petróleo, Xisto e Gás	30.813.529,00	19.889.097,95	64,55	0,25	
47. Operações de Crédito Internas - BNDES/ESTADOS	73.075.000,00	30.170.734,76	41,29	0,38	
48. Operações de Crédito Internas - Externas	9.606.130,00	364.758,00	3,80	0,00	
53. Operações de Crédito Internas - Externas BNDES/PROINVEST	15.270.000,00	525.293,47	3,44	0,01	
59. Operações de Crédito Internas - Externas BID	697.205.141,00	506.336.437,25	72,62	6,45	
69. Operações de Crédito Internas - Externas PFORR	46.203.771,62	9.425.485,93	20,40	0,12	
70. Recursos Diretamente Arrecadados	647.571.148,54	573.697.939,09	88,59	7,31	
76. Recursos Provenientes do FIT	19.499.495,96	13.858.457,09	71,07	0,18	
79. Transferência ao Fundo de Defesa Civil - FDCC	74.801.729,65	58.008.248,70	77,55	0,74	
81. Convênios com Órgãos Internacionais - Adm. Indireta	20.000,00	0,00	0,00	0,00	
83. Convênios com Órgãos Federais - Adm. Indireta	230.688.209,02	53.652.760,52	23,26	0,68	
87. Convênios com Órgãos Municipais - Adm. Indireta	459.642,48	202.435,44	44,04	0,00	
89. Convênios com Órgãos Privados - Adm. Indireta	3.358.783,64	1.469.288,02	43,74	0,02	
91. Recursos Provenientes do SUS	740.597.691,68	636.769.571,34	85,98	8,12	
92. Repasses Fundo a Fundo - FNAS	519.845,40	3.643.107,67	70,08	0,05	
TOTAL	8.858.382.801,05	7.846.586.829,66	88,58	100,00	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A maior parcela de recursos para a realização das despesas teve origem no Tesouro Estadual, fontes 00 e 01, que somaram R\$ 4.243.188.409,64 correspondente a 54,08 % da despesa total.

As fontes 81, 83, 87 e 89, relativas a Convênios, somaram R\$ 55.324.483,98 com participação de 0,71% na despesa total. A fonte 91 - Recursos Provenientes do SUS - destinadas ao FUNDES totalizou o montante de R\$.636.769.571,34, correspondendo a 8,12 % do total da despesa.

As despesas realizadas com recursos diretamente arrecadados, fonte 70, concentraram-se no DETRAN, FERMOJU, FAADEP, SEMACE, ETICE e ARCE que responderam por 87,53 % das despesas com essa fonte de recursos.

O DETRAN, FAADEP, FDEJ, FDID, FDS, FEC, FECA, FERMOJU, FUNSEG, FUNDART, JUCEC E FEDAF têm independência financeira do Tesouro, uma vez que executam seus orçamentos com recursos diretamente arrecadados.

Os tipos de créditos utilizados na execução da Despesa Orçamentária estão discriminados na tabela abaixo.

TABELA 55

COMPARATIVO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA POR TIPO DE CRÉDITO

CRÉDITOS	FIXAÇÃO	REALIZAÇÃO	(R\$ 1,00)	
			REALIZ. %	PARTIC. %
Ordinários e Suplementares	8.858.182.801,05	7.846.586.829,66	88,58	100,00
Especiais	200.000,00	0,00	0,00	
TOTAL	8.858.382.801,05	7.846.586.829,66	88,58	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A execução da despesa, por categoria econômica, está demonstrada a seguir, tendo sido discriminada segundo os grupos de despesas constantes da Lei Orçamentária de 2015, relativa aos exercícios 2014 e 2015.

TABELA 56

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA E GRUPO

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA REALIZADA				VARIÇÃO %
	2014	PARTIC. %	2015	PARTIC. %	
1. DESPESAS CORRENTES	6.613.652.646,82	85,09	7.006.860.623,14	89,30	5,95
- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.764.161.981,69	48,43	4.106.352.651,09	52,33	9,09
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.094.659,97	0,32	32.948.317,73	0,42	31,30
- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.824.396.005,16	36,34	2.867.559.654,32	36,55	1,53
2. DESPESAS DE CAPITAL	1.158.587.949,62	14,91	839.726.206,52	10,70	-27,52
- INVESTIMENTOS	895.457.204,65	11,52	816.682.628,22	10,41	-8,80
- INVERSÕES FINANCEIRAS	262.029.751,82	3,37	982.714,56	0,01	-99,62
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.100.993,15	0,02	22.060.863,74	0,28	1.903,72
TOTAL	7.772.240.596,44	100,00	7.846.586.829,66	100,00	0,96

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O grupo Pessoal e Encargos Sociais, assim como verificado em 2014, constituiu a maior parcela de gastos das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos. Em 2015, dentre as entidades da Administração Indireta, regidas pela Lei nº 4.320/64, destacam-se, nessa ordem o FUNAPREV, FUNDES, PREVMILITAR e FUNECE que somaram R\$3.672.686.517,26, ou seja, 89,44 % do total gasto no grupo em análise.

O valor registrado no grupo Juros e Encargos da Dívida se refere às despesas relacionadas aos empréstimos contraídos pela COHAB junto ao Banco do Brasil S.A. - BB, no total de R\$ 32.948.317,73

O gasto do FUNAPREV, PREVMILITAR e FPP com Pessoal e Encargos Sociais, incluindo todas as fontes, totalizou, em 2015, o montante de R\$ 2.708.512.153,90 conforme demonstram as tabelas seguintes:

TABELA 57
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA EMPENHADA DE PESSOAL DO FUNAPREV E
PREVMILITAR POR CATEGORIA E GRUPO.

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA EXERCÍCIOS	
	2014	2015
1. DESPESAS CORRENTES	2.414.205.403,61	2.706.063.331,38
- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.414.205.403,61	2.706.063.331,38
- JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
2. DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
- INVESTIMENTOS	0,00	0,00
- INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
- OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL	2.414.205.403,61	2.706.063.331,38

Fonte: S2GPR/SEFAZ

TABELA 58
DEMONSTRATIVO DA DESPESA EMPENHADA DE PESSOAL DO FPP POR FONTE DE RECURSOS

DESPESA	(R\$1,00)
	VALOR
- Fonte Própria	2.448.822,12
Fonte 05 - Contribuição Parlamentar	1.839.820,68
Fonte 06 - Contribuição Patronal Parlamentar	609.001,44
Fonte 70 - Recursos Diretamente Arrecadados	0,00

Fonte: S2GPR/SEFAZ

No grupo Outras Despesas Correntes, os maiores gastos foram realizados nos seguintes elementos:

TABELA 59

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA DO GRUPO “OUTRAS DESPESAS CORRENTES”

(R\$ 1,00)	
ELEMENTOS DE DESPESA	VALOR
- Material de Consumo	235.124.833,01
- Material de Distribuição Gratuita	184.759.018,16
- Locação de Mão-de-Obra	242.091.503,30
- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	996.404.948,10
- Contribuições	397.560.251,66
- Despesas de Exercícios Anteriores	113.412.327,27
- Despesas com Terceirização	328.305.897,68
- Rateio p/Participação em Consórcio Público	106.766.957,77
SUBTOTAL	2.604.425.736,95
- Outros Elementos	263.133.917,37
TOTAL	2.867.559.654,32

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Do valor verificado no elemento Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, o FUNDES foi responsável pela aplicação da maior parcela de recursos com 63,99%, seguido pelo DETRAN, com 19,78 %, ISSEC com 5,26 % e FERMOJU com 4,28 %.

No grupo Investimentos, as maiores despesas ficaram por conta dos elementos a seguir:

TABELA 60

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA DO GRUPO “INVESTIMENTOS”

(R\$ 1,00)	
ELEMENTOS DE DESPESAS	VALOR
- Auxílios	25.042.369,79
- Obras e Instalações	636.924.175,65
- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	41.107.497,50
SUBTOTAL	703.074.042,94
- Outros Elementos	113.608.585,28
TOTAL	816.682.628,22

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O DER respondeu pela maioria das despesas com investimentos, participando com R\$ 647.442.443,15, o que corresponde a 79,28 % do total do grupo. As aplicações do DER nesse grupo tiveram a seguinte distribuição: 87,25 % em Obras e Instalações, 4,86 % em Serviço de Consultoria, 4,52% em Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, 3,03 % em Auxílios e 0,34 % em outros elementos.

Os investimentos do DER originaram-se de recursos de Operações de Crédito Internas BNDES/PROINVEST, fonte 53, com 0,08 %, de recursos do Tesouro Estadual, fonte 00 e 01, com 7,73 %, de Operações de Crédito Externas BID, fonte 59, com 77,81 %, de Empréstimos com o BNDS, com 4,45 %, de Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás, fonte 44, com 2,64 % e outras fontes com 7,29 % deste 4,34 % são oriundos de Convênios com Órgãos Federais, fonte 83.

Das aplicações no grupo Investimentos do FUNDES, 23,00% originaram-se do Tesouro Estadual e o restante teve como origem convênios com órgãos federais.

No grupo Inversões Financeiras, o elemento Concessão de Empréstimos representa a quase totalidade dos gastos, cuja execução deve-se ao FUNDART, no valor de R\$ 982.714,56 Tal despesa corresponde a incentivos fiscais concedidos aos artesãos.

Os valores a receber resultantes dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Ceará, através do Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI, Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN e Programa de Atração de Empreendimentos Estratégicos - PROADE do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, assim como as deduções dos prováveis valores a fundo perdido, estão demonstrados na tabela a seguir:

TABELA 61
DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS DO FDI

ESPECIFICAÇÃO	(R\$ 1,00)	
	VALORES CURTO PRAZO	VALORES LONGO PRAZO
Empréstimos Concedidos - PROAPI	109.446.461,22	355.278.536,47
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-83.725.254,61	-315.868.641,97
Saldo	25.721.206,61	39.409.894,50
Créditos a Receber - PROVIN	972.867.431,37	2.245.168.262,70
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-810.128.227,74	-2.033.225.362,95
Saldo	162.739.203,63	211.942.899,75
Créditos a Receber - PROADE	30.135.098,72	248.498.550,42
Ajustes de Perdas de Créditos a Receber	-29.793.608,74	-245.883.520,03
Saldo	341.489,98	2.615.030,39

Fonte: S2GPR/SEFAZ/BRADESCO

A perda do FDI no programa PROVIN corresponde à diferença entre o valor do benefício concedido, o qual corresponde ao limite máximo de 75 % do ICMS devido (art. 17 do Decreto nº 29.183/2008) e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 23, § 1º do Decreto nº 29.183/2008 e Anexo I), conforme abaixo:

PERDA = BENEFÍCIO CONCEDIDO - RETORNO

Os valores do benefício e do retorno serão obtidos a partir de pontuação obtida pela empresa beneficiária que levará em consideração suas características de geração de emprego, custo de transação, localização, responsabilidades social, cultural e ambiental, pesquisa e desenvolvimento e adequabilidade a base de produção regional, conforme Anexo I do Decreto nº 29.183/2008.

No caso do FDI/PROAPI, a perda corresponde à diferença entre o valor do empréstimo concedido e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 23, § 1º do Decreto nº 29.183/2008 e Anexo I), demonstrado abaixo:

$$\text{PERDA} = \text{EMPRÉSTIMO CONCEDIDO} - \text{RETORNO}$$

A perda do FDI/PROADE corresponde à diferença entre o benefício concedido, o qual poderá ser de até 99% do ICMS gerado em função da produção da sociedade empresária, e o valor que retornará ao Tesouro Estadual (art. 2º do Decreto nº 30.012/2009), conforme abaixo:

$$\text{PERDA} = \text{BENEFÍCIO CONCEDIDO} - \text{RETORNO}$$

O percentual do benefício a ser concedido às sociedades empresárias enquadradas no PROADE será fixado em Resolução do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial.

O valor do retorno será um percentual que incidirá sobre o valor do benefício concedido ou valor do empréstimo.

A Administração Indireta aplicou seus recursos em 26 das 28 funções de Governo, conforme demonstrado na tabela abaixo, sendo 54,00 % desses recursos de origem do Tesouro do Estado. As funções de maior representatividade são: Saúde 36,88 %, Previdência Social 34,54 %, Transportes 11,38 %, Educação 5,27 %.

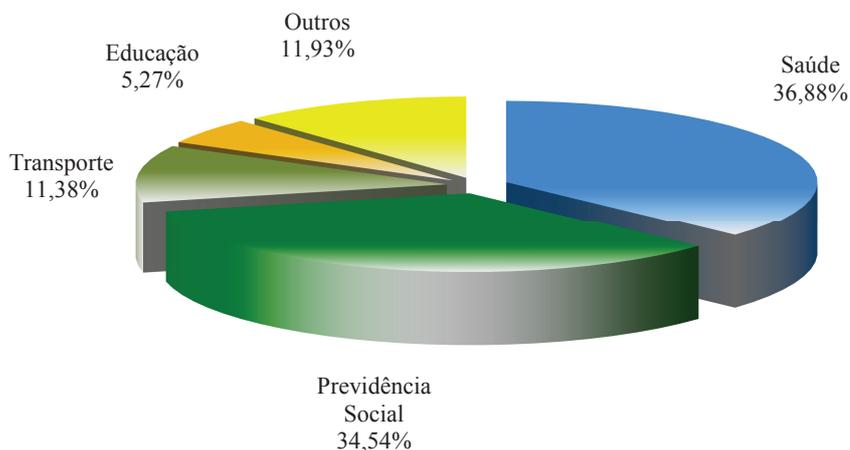
TABELA 62
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO

(R\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	REALIZ. %	PARTIC. %
JUDICIÁRIA	119.074.524,00	111.076.228,63	93,28	1,42
ESSENCIAL À JUSTIÇA	17.955.422,48	6.497.280,48	36,19	0,08
ADMINISTRAÇÃO	121.309.682,15	102.657.381,54	84,62	1,31
SEGURANÇA PÚBLICA	191.558.791,86	167.069.224,13	87,22	2,13
ASSISTÊNCIA SOCIAL	147.040.119,56	124.147.277,54	84,43	1,58
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.810.971.755,05	2.709.863.437,88	96,40	34,54
SAÚDE	3.132.143.711,88	2.893.429.352,82	92,38	36,88
TRABALHO	2.003.750,00	990.966,96	49,46	0,01
EDUCAÇÃO	454.233.484,97	413.750.019,39	91,09	5,27
CULTURA	16.500.000,00	10.147.019,96	61,50	0,13
DIREITOS DA CIDADANIA	19.358.851,26	17.832.846,15	92,12	0,23
URBANISMO	4.601.460,13	3.672.761,05	79,82	0,05
HABITAÇÃO	5.280.594,73	3.914.297,48	74,13	0,05
SANEAMENTO	360.971,00	350.434,84	97,08	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	105.001.356,34	80.787.091,74	76,94	1,03
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	66.516.011,34	29.981.322,87	45,07	0,38
AGRICULTURA	126.523.103,81	114.779.061,47	90,72	1,46
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	21.860.752,44	9.257.963,70	42,35	0,12
INDÚSTRIA	10.013.290,00	9.396.270,53	93,84	0,12
COMÉRCIO E SERVIÇOS	9.964.343,00	9.176.049,60	92,09	0,12
COMUNICAÇÕES	19.403.322,63	18.940.068,36	97,61	0,24
ENERGIA	470.945,00	399.551,83	84,84	0,01
TRANSPORTE	1.331.751.593,30	892.585.209,85	67,02	11,38
DESPORTO E LAZER	11.363.492,92	6.830.715,03	60,11	0,09
ENCARGOS ESPECIAIS	109.193.089,20	109.054.995,83	99,87	1,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.928.382,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.858.382.801,05	7.846.586.829,66	88,58	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XX
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO (ADM. INDIRETA) - 2015.



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Foi aplicado o maior volume de recursos na função Saúde, executada na ESP, no ISSEC e no FUNDES, cabendo a este a responsabilidade pela aplicação de 96,71 % dessa função.

Sequencialmente vem a função Previdência Social, com 34,54 % administrados pelos Fundos FUNAPREV, PREVMILITAR e FPP para apagamento das aposentadorias e pensões do Estado.

A função Transporte, com 11,38 % foi executada pelo DER 78,35 %, DETRAN 21,55 % e ARCE 0,10 %.

A função Educação apresentou um percentual de 5,27 % distribuído entre: FUNECE, URCA, UVA e FUNCAP.

Concluindo a análise sobre a execução orçamentária das entidades da Administração Indireta, compreendidas aqui somente as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos, constatou-se que 83,74% de suas despesas foram alocadas em apenas cinco entidades, entre elas, duas Autarquias e três Fundos, conforme o quadro seguinte:

TABELA 63
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA DAS PRINCIPAIS ENTIDADES
POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	REALIZAÇÃO		TOTAL	PARTIC.%
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
FUNDES	2.103.397.452,16	694.911.235,55	2.798.308.687,71	35,66
Despesas Correntes	2.095.960.141,67	670.132.268,78	2.766.092.410,45	35,25
Despesas de Capital	7.437.310,49	24.778.966,77	32.216.277,26	0,41
FUNAPREV	1.006.848.602,88	1.196.865.352,22	2.203.713.955,10	28,09
Despesas Correntes	1.006.848.602,88	1.196.865.352,22	2.203.713.955,10	28,09
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
DER	93.494.231,04	605.863.329,57	699.357.560,61	8,91
Despesas Correntes	43.423.939,40	8.491.178,06	51.915.117,46	0,66
Despesas de Capital	50.070.291,64	597.372.151,51	647.442.443,15	8,25
PREVIMILITAR	210.942.945,59	291.406.430,69	502.349.376,28	6,40
Despesas Correntes	210.942.945,59	291.406.430,69	502.349.376,28	6,40
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
DETRAN	0,00	367.240.960,90	367.240.960,90	4,68
Despesas Correntes	0,00	355.436.450,15	355.436.450,15	4,53
Despesas de Capital	0,00	11.804.510,75	11.804.510,75	0,15
SUBTOTAL	3.414.683.231,67	3.156.287.308,93	6.570.970.540,60	83,74
Despesas Correntes	3.357.175.629,54	2.522.331.679,90	5.879.507.309,44	74,93
Despesas de Capital	57.507.602,13	633.955.629,03	691.463.231,16	8,81
OUTRAS ENTIDADES	828.505.177,97	447.111.111,09	1.275.616.289,06	16,26
Despesas Correntes	792.554.803,52	334.798.510,18	1.127.353.313,70	14,37
Despesas de Capital	35.950.374,45	112.312.600,91	148.262.975,36	1,89
TOTAL GERAL	4.243.188.409,64	3.603.398.420,02	7.846.586.829,66	100,00
Despesas Correntes	4.149.730.433,06	2.857.130.190,08	7.006.860.623,14	89,30
Despesas de Capital	93.457.976,58	746.268.229,94	839.726.206,52	10,70

Constata-se, no demonstrativo acima, que o maior dispêndio do Estado em 2015 refere-se às Despesas com Saúde executada pelo FUNDES. De seu valor total, 75,17 % foram gastos com recursos do Tesouro Estadual e 24,83 % com recursos do convênio com o SUS.

Dos gastos executados pelos Fundos FUNAPREV e PREVMILITAR 55,00% foram realizados com recursos das contribuições patronais e de servidores e 45,00 % com Recursos do Tesouro Estadual.

O DER aplicou seus recursos, na sua maioria, em Obras e Instalações. Já o SUPSEC empregou 100% em Despesas com Pessoal.

No cômputo geral das entidades da Administração Indireta, as despesas correntes superaram as de capital em R\$ 6.167.134.416,62, traduzindo-se dessa forma, a utilização expressiva dos recursos do Estado e de outras fontes em gastos de natureza operacional, realizados para a manutenção e o funcionamento das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

CAPÍTULO III

3. DA CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Consolidação Orçamentária da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE).

3.1.1. Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE), alcançou o montante de R\$ 23.979.202.621,12. Em comparação com o exercício anterior, houve um acréscimo nominal de 1,37%. Encontram-se excluídas das receitas das entidades da Administração Indireta os recursos do Tesouro, que constam na receita da Administração Direta.

TABELA 64

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA PREVISTA COM A REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA	PARTIC. %	REALIZADA	PARTIC. %	REALIZ. %
1.RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES	22.333.339.729,61	81,04	21.109.686.262,67	88,03	94,52
1.1 Administração Direta	20.149.856.014,31	73,11	19.223.567.816,22	80,17	95,40
1.2 Administração Indireta	2.183.483.715,30	7,92	1.886.118.446,45	7,87	86,38
1.3 (-) Deduções	2.773.643.668,00	0,00	2.671.573.352,78	0,00	96,32
2.RECEITAS DE CAPITAL SEM DEDUÇÕES	4.307.266.657,59	15,63	1.929.202.059,01	8,05	44,79
2.1 Administração Direta	4.119.717.258,65	14,95	1.836.372.285,68	7,66	44,58
2.2 Administração Indireta	187.549.398,94	0,68	92.829.773,33	0,39	49,50
2.3 (-) Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.RECEITA CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA SEM DEDUÇÕES	919.181.320,08	3,34	940.314.299,44	3,92	102,30
3.1 Administração Direta	6.143.826,00	0,02	59.381.937,53	0,25	966,53
3.2 Administração Indireta	913.037.494,08	3,31	880.932.361,91	3,67	96,48
3.3 (-) Deduções	0,00	0,00	145.978,94	0,00	0,00
4.TOTAL DAS RECEITAS SEM DEDUÇÕES(1+2+3)	27.559.787.707,28	100,00	23.979.202.621,12	100,00	87,01
5.TOTAL (-) DEDUÇÕES(1.3+2.3+3.3)	2.773.643.668,00	0,00	2.671.719.331,72	0,00	96,32
6.TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS(4-5)	24.786.144.039,28	100,00	21.307.483.289,40	100,00	85,97

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota 1: Inclui Empresas Estatais Dependentes;

Nota 2: Composição das deduções: deduções das receitas correntes para formação do FUNDEB R\$ 2.625.292.016,17, restituições de receitas correntes R\$ 46.281.336,61 e restituições das receitas correntes intraorçamentárias R\$ 145.978,94;

Nota 3: A receita intraorçamentária da Administração Direta é exclusivamente da Secretaria da Fazenda e as receitas da Administração Indireta encontra-se nos órgãos: FPP, DETRAN, ETICE, FUNCEME, NUTEC, FUNPECEPGE, SEMACE, PREVMILITAR e SUPSEC.

A tabela anterior evidencia que 88,07% das receitas estão concentradas na Administração Direta.

Da consolidação da Receita Prevista no valor de R\$ 27.559.787.707,28 foi realizada R\$ 23.979.202.621,12 equivalente a 87,01%.

3.1.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes em 2015, incluindo as intraorçamentárias, alcançaram a importância de R\$ 22.050.000.562,11.

TABELA 65
DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES

RECEITA	(R\$ 1,00)	
	REALIZAÇÃO 2015	PARTICIPAÇÃO %
I-RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES	21.109.686.262,67	95,74
TRIBUTÁRIA	11.730.312.190,10	53,20
CONTRIBUIÇÃO	531.553.409,81	2,41
PATRIMONIAL	378.402.225,10	1,72
SERVIÇOS	60.362.941,53	0,27
TRANSF. CORRENTES	7.817.248.415,92	35,45
OUT. REC. CORRENTES	591.807.080,21	2,68
(-) DEDUÇÕES	2.671.573.352,78	0,00
II-RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	940.314.299,44	4,26
(-) DEDUÇÕES	145.978,94	0,00
III-TOTAL RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES (I+II)	22.050.000.562,11	100,00
IV-TOTAL DEDUÇÕES	2.671.719.331,72	100,00
V-TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (III-IV)	19.378.281.230,39	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

As fontes de receitas com valores mais expressivos, em 2015, são as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, representando 53,20% e 35,45%, respectivamente, das Receitas Correntes, juntas somaram R\$ 19.547.560.606,02 e representam 88,65% desta categoria, incluídas as receitas Intraorçamentárias, e 81,52% da Receita Orçamentária.

3.1.1.2. Receitas de Capital

No exercício de 2015, as Receitas de Capital somaram R\$ 1.929.202.059,01, representando 8,05 % da receita orçamentária. Em comparação com o exercício anterior, houve uma redução de 24,05 % em termos nominais. As receitas que contribuíram para esse decréscimo foram as Operações de Créditos em 37,23% e as Transferências de Capital com 24,13%.

TABELA 66
DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL

RECEITA	REALIZAÇÃO 2015	(R\$ 1,00)
		PARTICIPAÇÃO %
I-RECEITAS DE CAPITAL SEM DEDUÇÕES	1.929.202.059,01	100,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.539.756.896,97	79,81
ALIENAÇÃO DE BENS	4.336.948,62	0,22
AMORT. DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSF. DE CAPITAL	373.861.628,36	19,38
OUT. RECEITAS DE CAPITAL	11.246.585,06	0,58
(-) DEDUÇÕES	0,00	0,00
II-TOTAL RECEITAS CAPITAL SEM DEDUÇÕES	1.929.202.059,01	100,00
III-TOTAL DEDUÇÕES	0,00	0,00
IV-TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (II-III)	1.929.202.059,01	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Como está demonstrado na tabela acima, Operações de Crédito, em 2015, é o valor mais representativo, com 79,81% da sua categoria econômica.

3.1.2. Despesa Orçamentária

A Despesa Realizada pela Administração Direta e Indireta, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2014 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R\$ 21.508.134.927,54 correspondendo a 85,51%, da despesa final fixada, que foi R\$ 25.150.745.017,99, inclui a Despesa Intraorçamentária.

As Empresas Públicas dependentes: ETICE e EMATERCE e as Sociedades de Economia Mista: COHAB e CODECE executam suas despesas diretamente no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, portanto não recebem seus recursos através da modalidade de transferências.

TABELA 67

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DA DESPESA FIXADA COM A
REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA	PARTIC. %	(R\$ 1,00)	
			REALIZADA	PARTIC. %
DESPESAS CORRENTES	19.347.763.693,91	76,93	18.287.950.252,93	85,03
Administração Direta	11.872.507.399,51	47,21	11.281.089.629,79	52,45
Administração Indireta	7.475.256.294,40	29,72	7.006.860.623,14	32,58
DESPESAS DE CAPITAL	5.783.837.133,43	23,00	3.220.184.674,61	14,97
Administração Direta	4.404.639.008,78	17,51	2.380.458.468,09	11,07
Administração Indireta	1.379.198.124,65	5,48	839.726.206,52	3,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.144.190,65	0,08	0,00	0,00
Administração Direta	15.215.808,65	0,06	0,00	0,00
Administração Indireta	3.928.382,00	0,02	0,00	0,00
TOTAL	25.150.745.017,99	100,00	21.508.134.927,54	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Da consolidação da despesa fixada no valor de R\$ 25.150.745.017,99 foi realizada R\$ 21.508.134.927,54 equivalente a 85,52%.

Do total da Despesa, a Administração Direta participou com o valor de R\$ 13.661.548.097,88 representando 63,52% na realização, e as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, com o valor de R\$ 7.846.586.829,66 representando 36,48 %.

3.1.2.1. Despesas Correntes

As despesas correntes são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e sim, a maior parte para a manutenção da máquina administrativa.

Do valor total das Despesas Correntes, a Administração Direta realizou R\$ 11.281.089.629,79, participando com 61,69%, e as Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos realizaram R\$ 7.006.860.623,14, participando com 38,31%.

3.1.2.2. Despesas de Capital

Do valor das Despesas de Capital, a Administração Direta participou com R\$ 2.380.458.468,09 representando 73,92%. Já as Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes participaram com R\$ 839.726.206,52 representando 26,08% em termos nominais.

3.1.2.3. Despesa Orçamentária Consolidada por Função

TABELA 68
DEMONSTRATIVO DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	FIXADA	PARTIC.%	RS 1,00)	
			REALIZADA	PARTIC.%
LEGISLATIVA	597.203.128,16	2,37	580.714.281,40	2,70
JUDICIÁRIA	1.120.990.830,00	4,46	1.109.247.568,61	5,16
ESSENCIAL À JUSTIÇA	469.538.802,48	1,87	438.023.832,47	2,04
ADMINISTRAÇÃO	1.175.773.760,53	4,67	1.044.716.072,45	4,86
SEG. PÚBLICA	2.111.211.858,55	8,39	2.038.209.948,63	9,48
ASSISTÊNCIA SOCIAL	239.401.512,12	0,95	200.273.828,69	0,93
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.813.550.319,45	11,19	2.711.747.412,80	12,61
SAÚDE	3.132.143.711,88	12,45	2.893.429.352,82	13,45
TRABALHO	88.070.911,47	0,35	58.984.331,25	0,27
EDUCAÇÃO	3.088.682.937,67	12,28	2.783.480.128,92	12,94
CULTURA	85.572.404,54	0,34	64.609.066,15	0,30
DIREITOS DA CIDADANIA	566.532.173,90	2,25	480.615.143,06	2,23
URBANISMO	302.355.929,63	1,20	215.270.481,13	1,00
HABITAÇÃO	92.408.085,74	0,37	69.676.472,71	0,32
SANEAMENTO	618.123.650,14	2,46	266.823.726,97	1,24
GESTÃO AMBIENTAL	346.985.332,04	1,38	150.244.396,04	0,70
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	274.439.618,08	1,09	44.104.655,35	0,21
AGRICULTURA	581.848.139,09	2,31	481.919.399,59	2,24
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	22.860.752,44	0,09	9.257.963,70	0,04
INDÚSTRIA	10.245.690,00	0,04	9.402.814,48	0,04
COMÉRCIO E SERVIÇOS	151.749.696,56	0,60	62.855.389,92	0,29
COMUNICAÇÕES	19.403.642,63	0,08	18.940.068,36	0,09
ENERGIA	5.190.255,99	0,02	5.113.813,98	0,02
TRANSPORTE	2.773.066.234,88	11,03	1.561.122.478,07	7,26
DESPORTO E LAZER	114.149.147,77	0,45	77.720.705,03	0,36
ENCARGOS ESPECIAIS	4.330.102.301,60	17,22	4.131.631.594,96	19,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.144.190,65	0,08	0,00	-
TOTAL	25.150.745.017,99	100,00	21.508.134.927,54	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Excluindo-se a função “Encargos Especiais” quatro funções de governo tiveram realizações expressivas: Educação (12,94%), Previdência Social (12,61%), Segurança Pública (9,48%) e Transporte (7,26%). O gasto nas quatro funções alcançou a cifra de R\$ 9.094.559.968,42, representando 42,28% da despesa consolidada.

3.1.2.4. Despesa Orçamentária por Modalidade de Licitação

A Constituição Federal Dispõe em seu Art. 22, inciso XXVII que: Compete privativamente à União legislar sobre: normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III.

A Lei federal nº 8.666/93, que, regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal, institui “normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para licitações e contratos da Administração Pública”.



TABELA 69

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO ESTADO POR ÓRGÃO E MODALIDADE DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO/ ENTIDADE	MODALIDADE/QUANTIDADE									TOTAL
	CONVITE	T.PREÇO	CONCORRÊNCIA	DISPENSA	INEXIGIBILIDADE	INTERNACIONAL	CONCURSO	LEILÃO	PREGÃO	
ASSEMBLEIA	3	2	16	7584	644	0	0	0	2073	79.646.398,94
FUNDO ASS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
T CONTAB	0	1	4	22	0	0	0	0	0	156
TCM	10	0	0	135	202	0	1	0	551	13.878.667,06
T JUSTICA	0	16	75	211	392	0	0	0	419	28.434.806,83
FERMOJU	0	0	128	245	299	0	0	0	1130	81.459.752,44
FUNSEG	0	0	0	2	0	0	0	0	0	778,00
DPGE	0	0	9	0	0	0	0	0	6	1.987.693,12
FADEP	0	0	54	760	107	0	0	0	484	10.065.754,07
SEINFRA	0	0	274	47	40	0	0	0	242	498.698.258,28
DER	0	51	583	127	203	302	0	0	927	641.247.900,11
DETRAN	0	9	444	292	414	0	0	0	862	247.638.573,98
DAE	0	0	69	20	18	0	0	0	466	5.260.707,78
SSPDC	0	3	81	167	137	0	0	0	515	59.458.784,09
FDS PC	0	0	0	0	0	0	0	0	1	53.899,00
FDS PM	0	0	0	3	0	0	0	0	2	70.800,12
FDS CB	0	0	0	0	10	0	0	0	1	223.920,00
FDS C PM	0	0	13	15	2	0	0	0	48	920.657,41
FDS C BOM	0	1	19	0	0	0	0	0	51	772.556,11
FDS SEJUS	0	0	0	0	1	0	0	0	7	566.263,21
POL CIVIL	0	22	113	1893	1189	0	0	0	4127	50.186.082,73
P.M.CE	0	0	58	90	139	0	0	0	484	72.910.798,08
BOMBEIRO	0	0	28	43	66	0	0	0	235	8.556.230,67
P FORENSE	0	12	104	193	110	0	0	0	618	18.793.706,04
AESSP	0	2	27	49	54	0	0	0	241	4.891.465,12
FDC	0	0	0	8	192	0	0	0	10	57.613.311,91
GAB GOV	0	3	46	170	27	0	0	0	218	29.027.979,11
VAG GOV	0	0	2	2	0	0	0	0	139	1.026.820,97
PGE	0	0	27	42	52	0	0	0	557	14.049.775,24
ARCE	0	8	131	113	50	0	0	0	256	6.945.963,60
C MILITAR	0	0	22	31	56	0	0	0	298	2.347.347,62
PGJ	0	5	14	464	215	0	0	0	744	27.206.071,97
FDID	0	0	0	0	0	0	0	0	21	1.243.281,25
CONS EDUC	0	1	22	91	27	0	0	0	106	2.521.294,21
JUSTICA	0	4	703	424	325	0	0	0	2136	173.384.358,38
SEFAZ	0	2	158	694	290	115	0	0	2530	116.446.559,52
JUCEC	0	0	24	163	27	0	0	0	67	5.320.252,95
ENCARGOS	0	0	0	10	0	0	0	0	2	6.051.657,11
SDR	0	10	441	465	636	51	0	0	533	275.347.279,21
EMATER/CE	0	10	51	275	180	4	0	0	273	7.817.168,10
IDACE	0	0	25	144	29	0	0	0	100	2.612.121,25
ADAGRI	0	0	35	239	56	0	0	0	156	4.419.634,14
SEFUC	8196	0	713	9897	2211	8	0	0	7131	480.197.260,21
CEJ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E SP	0	0	0	1	3	0	0	0	28	128.495,48
R TEOFILO	0	0	13	7	24	0	0	0	156	262.648,96
FUNDES	1	13	986	2760	663	5	0	0	7135	377.845.654,77
HEMOCE	0	0	71	384	259	0	0	0	1496	38.035.522,97
HPM	0	0	15	200	93	0	0	0	805	25.887.981,13
MICRO	0	0	16	81	0	0	0	0	107	593.970,52
D.PRIMEIRA	0	0	36	76	25	0	0	0	122	2.015.745,19
D.OITAVA	0	0	12	26	12	0	0	0	129	869.195,06
PRIM.DERES	0	0	12	74	12	0	0	0	119	856.657,66
HGF	0	0	30	701	181	0	0	0	3552	212.952.122,25
H.MESSEJ	0	2	27	378	228	0	0	0	3650	152.433.499,78
HGCCO	0	0	22	235	184	0	0	0	1877	68.981.369,62
A.SABIN	0	0	35	322	176	0	0	0	2611	93.866.990,78
HSMM	0	0	13	111	47	0	0	0	814	11.016.359,61
HSJ	0	4	23	301	82	0	0	0	1145	19.724.907,44
CEO	0	0	12	123	47	0	0	0	439	4.211.772,72
IFCC	0	0	12	132	75	0	0	0	391	3.160.312,98
LACEN	0	0	53	319	69	0	0	0	736	14.083.258,15
CIDH	0	0	15	96	45	0	0	0	220	1.907.707,09
D.LIBANIA	0	0	12	91	33	0	0	0	204	2.026.074,87
D.HERELDO	0	0	12	73	25	0	0	0	210	1.092.042,51
C.BENFICA	0	0	14	71	24	0	0	0	172	950.417,47
CULTURA	0	2	74	108	65	0	0	0	321	22.621.548,29
FEC	0	0	0	0	14	0	0	0	0	35.133,00
SRH	0	20	336	88	25	33	0	0	260	220.029.407,69
SOHIDRA	0	4	86	385	10	0	0	0	255	29.579.490,05
SEGOV	0	7	293	166	188	0	5	0	698	113.026.126,23
FUNTELC	0	1	25	44	64	0	0	0	161	3.199.678,76
SECITECE	0	1	36	70	46	0	0	0	376	6.472.721,88
FUNECE	0	9	37	106	122	0	0	0	972	32.218.751,77
UVA	0	0	32	89	13	0	0	0	216	11.517.649,76
URCA	0	0	32	199	45	0	0	0	203	9.663.228,40
FUNCEMEF	0	0	47	86	41	0	0	0	377	4.045.078,78
FUNCAJ	0	7	34	80	16	0	0	0	158	5.308.600,16
NUTEC	0	0	30	90	65	0	0	0	230	4.225.953,61
SETUR	0	6	299	111	102	18	0	0	521	85.683.704,20
SECON	0	0	58	80	27	5	0	0	275	5.516.155,47
SEJUV	0	0	26	18	40	0	0	0	164	57.818.165,48
FDEJ	0	0	6	25	17	0	0	0	160	3.473.216,90
SDLR	0	3	265	42	2	131	0	0	307	139.734.291,58
IDECE	0	0	26	0	0	0	0	0	112	1.476.183,57
SEPLAG	0	10	49	102	60	0	0	0	382	26.968.047,22
ISSEC	0	12	39	33	18674	0	0	0	191	87.543.365,50
ETICE	0	12	52	127	27	0	0	0	599	16.758.417,88
IPECE	0	0	21	6	0	39	0	0	97	2.142.705,29
COHAB	0	0	13	25	39	0	0	0	96	2.743.207,87
EGPCE	0	0	18	33	6	0	0	0	116	1.364.528,17
STDS	0	0	180	369	604	54	0	0	1054	16.952.647,02
FEAS	1	0	194	5	563	0	0	0	2018	35.287.395,39
FUNDART	0	0	0	1	488	0	0	0	0	990.706,56
CEDE	0	0	4	6	0	0	0	0	11	356.750,44
LABELE	0	0	45	110	14	0	0	0	0	2.327.120,42
CONPAM	0	0	31	34	4	0	0	0	112	1.631.591,88
SEMACE	0	0	38	41	39	0	0	0	210	12.330.129,26
SPA	0	3	24	35	0	0	0	0	159	3.947.407,54
SECOPA	0	0	3	3	0	0	0	0	4	107.204,32
CGD	0	0	35	48	31	0	0	0	191	2.200.560,06
SRJ	0	0	0	4	0	0	0	0	11	107.750,16
SPD	0	0	0	54	0	0	0	0	141	1.780.731,92
SDE	0	0	24	41	6	0	0	0	101	1.043.536,17
SEMA	0	2	152	182	34	1	0	0	766	12.129.873,47
TOTAL	8.217	286	12.322	34.464	32.298	769	55	0	67.202	5.079.299.727,09

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

3.1.2.5. Despesa Orçamentária por Grupo

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 10, §6º da Lei nº 15.674, de 31 de julho de 2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias -LDO) publicada no Diário Oficial do Estado em 14 de agosto de 2014.

TABELA 70
DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO CONSOLIDADA

(R\$ 1,00)

CATEGORIA ECONÔMICA/ GRUPO	AUTORIZAÇÃO (A)	REALIZAÇÃO		TOTAL (D) = (B + C)	DIFERENÇA (E) (A-D)
		ADM DIRETA (B)	ADM INDIRETA (C)		
DESPESAS CORRENTES	19.347.763.693,91	11.281.089.629,79	7.006.860.623,14	18.287.950.252,93	1.059.813.440,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.280.571.385,84	5.891.296.285,09	4.106.352.651,09	9.997.648.936,18	282.922.449,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	419.047.602,41	381.607.776,45	32.948.317,73	414.556.094,18	4.491.508,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.648.144.705,66	5.008.185.568,25	2.867.559.654,32	7.875.745.222,57	772.399.483,09
DESPESAS DE CAPITAL	5.783.837.133,43	2.380.458.468,09	839.726.206,52	3.220.184.674,61	2.563.652.458,82
INVESTIMENTOS	4.942.609.325,09	1594804312	816.682.628,22	2.411.486.940,10	2.531.122.384,99
INVERSÕES FINANCEIRAS	146.853.787,11	118.362.901,87	982.714,56	119.345.616,43	27.508.170,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	694.374.021,23	667291254,3	22.060.863,74	689.352.118,08	5.021.903,15
RESERVA DE CONTIGENCIA	19.144.190,65	0,00	0,00	0,00	19.144.190,65
TOTAL GERAL	25.150.745.017,99	13.661.548.097,88	7.846.586.829,66	21.508.134.927,54	3.642.610.090,45

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

CAPITULO IV

4. DOS BALANÇOS GERAIS

4.1. Balanços da Administração Direta

4.1.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário consiste na comparação entre as receitas previstas com as realizadas e entre as despesas fixadas com as executadas, devendo ser apresentado conforme anexo 12, da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



TABELA 71

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Conforme MCASP, 6ª edição)

(R\$ 1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)		
RECEITAS CORRENTES	17.176.798.802,97	17.382.356.172,31	16.622.764.902,51	-759.591.269,80		
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.470.152.409,98	10.486.351.987,63	9.811.720.068,52	-674.631.919,11		
RECEITA PATRIMONIAL	186.804.918,00	186.804.918,00	281.341.033,21	94.536.137,21		
RECEITA DE SERVIÇOS	18.872.464,00	18.872.464,00	10.041.304,42	-8.831.159,58		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.217.304.071,00	6.398.076.923,15	6.132.957.067,49	-265.119.855,66		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	283.664.939,99	292.249.879,53	386.705.406,87	94.455.527,34		
RECEITAS DE CAPITAL	3.882.094.267,00	4.119.717.258,65	1.836.372.285,68	-2.283.344.972,97		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.756.660.479,00	2.872.691.255,30	1.539.756.896,97	-1.332.934.358,33		
ALIENAÇÃO DE BENS	18.546,00	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.122.070.122,00	1.242.462.337,35	282.650.536,86	-959.811.800,49		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.345.120,00	3.345.120,00	11.246.585,06	-7.901.465,06		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	21.058.893.069,97	21.502.073.430,96	18.459.137.188,19	-3.042.936.242,77		
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO =(III)						
(I-II)	21.058.893.069,97	21.502.073.430,96	18.459.137.188,19	-3.042.936.242,77		
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (V)=(III +IV)	21.058.893.069,97	21.502.073.430,96	18.459.137.188,19	-3.042.936.242,77		
SALDO DE EXER. ANTERIORES (UTILIZ. PARA CREDITOS ADICIONAIS)	-	1.075.860.952,41	594.926.267,21	-480.934.685,20		
Superávit Financeiro	-	1.075.860.952,41	594.926.267,21	-		
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO i=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	11.425.355.903,00	11.872.507.399,51	11.281.089.629,79	11.188.399.596,19	11.033.599.548,53	591.417.769,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.856.779.786,00	6.017.780.155,93	5.891.296.285,09	5.889.411.971,97	5.803.331.153,59	126.483.870,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	340.958.473,00	386.018.892,56	381.607.776,45	381.607.776,45	381.607.776,45	4.411.116,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.227.617.644,00	5.468.708.351,02	5.008.185.568,25	4.917.379.847,77	4.848.660.618,49	460.522.782,77
DESPESAS DE CAPITAL	4.167.504.237,00	4.404.639.008,78	2.380.458.468,09	2.275.759.324,87	2.232.465.887,41	2.024.180.540,69
INVESTIMENTOS	3.464.354.111,00	3.588.664.103,35	1.594.804.311,88	1.490.105.168,66	1.446.811.731,20	1.993.859.791,47
INVERSÕES FINANCEIRAS	105.933.566,00	143.934.421,11	118.362.901,87	118.362.901,87	118.362.901,87	25.571.519,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	597.216.560,00	672.040.484,32	667.291.254,34	667.291.254,34	667.291.254,34	4.749.229,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	47.965.000,00	15.215.808,65	0,00	0,00	0,00	15.215.808,65
RESERVA DO RPPS	47.965.000,00	15.215.808,65	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	15.640.825.140,00	16.292.362.216,94	13.661.548.097,88	13.464.158.921,06	13.266.065.435,94	2.630.814.119,06
AMORT. DA DÍV./REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna						0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C. REFINANCIAMENTO (VII)=(VI-VII)	15.640.825.140,00	16.292.362.216,94	13.661.548.097,88	13.464.158.921,06	13.266.065.435,94	2.630.814.119,06
SUPERÁVIT (IX)	5.418.067.929,97	5.209.711.214,02	4.797.589.090,31	0,00	0,00	412.122.123,71
TOTAL (X)=(VIII +IX)	21.058.893.069,97	21.502.073.430,96	18.459.137.188,19	13.464.158.921,06	13.266.065.435,94	3.042.936.242,77

FONTE: S2GPR/SEFAZ

TABELA 72

Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados (Conforme MCASP, 6ª edição)

(R\$ 1,00)

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)				
Despesas Correntes	22.442.699,58	89.550.971,44	39.195,64	64.746.481,85	23.333.995,75	23.913.193,42
Pessoal e Encargos Sociais	1.591.754,46	1.589.716,08	0,00	563.099,64	1.286.612,78	1.331.758,12
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.850.945,12	87.961.255,36	39.195,64	64.183.382,21	22.047.382,97	22.581.435,30
Despesas de Capital	40.854.923,74	188.048.908,35	171.305,27	146.352.795,07	40.471.954,29	42.079.082,73
Investimentos	40.854.923,74	183.053.408,35	171.305,27	141.357.295,07	40.471.954,29	42.079.082,73
Inversões Financeiras	0,00	4.995.500,00	0,00	4.995.500,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	63.297.623,32	277.599.879,79	210.500,91	211.099.276,92	63.805.950,04	65.992.276,15

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 73

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

(Conforme MCASP, 6ª edição)

(R\$ 1,00)

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)			
Despesas Correntes	669.995,68	102.852.697,55	99.799.193,03	2.278.508,50	1.444.991,70
Pessoal e Encargos Sociais	144.429,80	38.117.590,25	37.585.737,55	313.582,03	362.700,47
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	525.565,88	64.735.107,30	62.213.455,48	1.964.926,47	1.082.291,23
Despesas de Capital	2.274.934,21	16.913.173,84	13.513.910,19	920.174,82	4.754.023,04
Investimentos	2.274.934,21	16.913.173,84	13.513.910,19	920.174,82	4.754.023,04
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.944.929,89	119.765.871,39	113.313.103,22	3.198.683,32	6.199.014,74

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 74

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (Conforme Lei nº 4.320/64)

RECEITA			
(R\$ 1,00)			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	17.382.356.172,31	16.622.764.902,51	-759.591.269,80
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.486.351.987,63	9.811.720.068,52	-674.631.919,11
RECEITA PATRIMONIAL	186.804.918,00	281.341.055,21	94.536.137,21
RECEITA DE SERVIÇOS	18.872.464,00	10.041.304,42	-8.831.159,58
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.398.076.923,15	6.132.957.067,49	-265.119.855,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	292.249.879,53	386.705.406,87	94.455.527,34
RECEITAS DE CAPITAL	4.119.717.258,65	1.836.372.285,68	-2.283.344.972,97
SOMA	21.502.073.430,96	18.459.137.188,19	-3.042.936.242,77
DEFÍCIT	0,00	0,00	0,00
TOTAL	21.502.073.430,96	18.459.137.188,19	-3.042.936.242,77

DESPESA			
-1,00			
TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
CRÉDITOS ORDINÁRIOS E SUPLEMENTARES	16.283.980.968,77	13.655.632.128,49	-2.628.348.840,28
CRÉDITOS ESPECIAIS	8.381.248,17	5.915.969,39	-2.465.278,78
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SOMA	16.292.362.216,94	13.661.548.097,88	-2.630.814.119,06
SUPERÁVIT	5.209.711.214,02	4.797.589.090,31	-412.122.123,71
TOTAL	21.502.073.430,96	18.459.137.188,19	-3.042.936.242,77

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

- A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 da Administração Direta e a tabela resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

A tabela abaixo demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias da Administração Direta, evidenciando-as por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realização.



TABELA 75
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

(1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	6.143.826,00	13.937.474,00	67.175.585,53	53.238.111,53
Receita Tributária	0,00	7.793.648,00	7.793.648,00	0,00
- Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
- Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
- Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
- Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	6.143.826,00	6.143.826,00	59.381.937,53	53.238.111,53
- Indenizações	0,00	0,00	0,00	0,00
- Receitas Diversas	6.143.826,00	6.143.826,00	55.442.974,44	49.299.148,44
- Restituições	0,00	0,00	3.938.963,09	3.938.963,09
TOTAL GLOBAL	6.143.826,00	13.937.474,00	67.175.585,53	53.238.111,53
DÉFICIT FINANCEIRO			849.795.164,33	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO i=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	897.413.232,00	949.462.740,20	916.579.980,29	916.001.881,98	856.582.840,20	32.882.759,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	882.581.481,00	921.165.149,81	900.173.802,27	900.173.802,25	840.831.278,30	20.991.347,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.831.751,00	28.297.590,39	16.406.178,02	15.828.079,73	15.751.561,90	11.891.412,37
DESPESAS DE CAPITAL	909.020,00	1.100.302,41	390.769,57	390.769,57	390.769,57	709.532,84
INVESTIMENTOS	909.020,00	1.100.302,41	390.769,57	390.769,57	390.769,57	709.532,84
TOTAL GLOBAL	898.322.252,00	950.563.042,61	916.970.749,86	916.392.651,55	856.973.609,77	33.592.292,75

FONTE: S2GPR/SEFAZ (2015)

Observa-se que a realização da receita ultrapassou a previsão atualizada em R\$ 53.238.111,53. Da mesma forma, verifica-se que a dotação atualizada foi superior a despesa empenhada no valor de 33.592.292,75. Em relação ao confronto entre a receita realizada e despesa empenhada, observa-se ainda um déficit orçamentário de R\$ 849.795.164,33. Esse déficit ocorre devido ao fato de que a maior parte das receitas intraorçamentárias é realizada nos órgãos da Administração Indireta.



TABELA 76

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA COM DEDUÇÕES E RESTITUIÇÕES

(R\$ 1,00)

Valores Brutos	Prevista	Realizada
Receita Corrente	20.149.856.014,31	19.223.567.816,22
Receita de Capital	4.119.717.258,65	1.836.372.285,68
Receita Intraorçamentária	6.143.826,00	59.381.937,53
Total da Receita	24.275.717.098,96	21.119.322.039,43

Dedução para a Formação do FUNDEB	Prevista	Realizada
Dedução da Receita Corrente	2.773.643.668,00	2.625.292.016,17
Dedução da Receita de Capital	0,00	0,00
Total das Deduções	2.773.643.668,00	2.625.292.016,17

Restituições de Receita	Prevista	Realizada
Restituição da Receita Corrente	0,00	34.892.835,07
Restituição da Receita de Capital	0,00	0,00
Restituições da Receita Corrente Intraorçamentária	0,00	0,00
Total das Deduções	0,00	34.892.835,07

Total das Deduções da Receita	Prevista	Realizada
Corrente	2.773.643.668,00	2.660.184.851,24
Capital	0,00	0,00
Corrente Intraorçamentária	0,00	0,00
Total	2.773.643.668,00	2.660.184.851,24

Valores Líquidos	Prevista	Realizada
Receita Corrente	17.376.212.346,31	16.563.382.964,98
Receita de Capital	4.119.717.258,65	1.836.372.285,68
Receita Intraorçamentária	6.143.826,00	59.381.937,53
Total	21.502.073.430,96	18.459.137.188,19

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias.

Da confrontação entre a Receita Arrecada e a Despesa Realizada, no exercício de 2015, verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 4.797.589.090,31. As despesas executadas foram inferiores às receitas realizadas.

A seguir, demonstra-se o Quociente da Execução Orçamentária da Administração Direta, comparando-se o exercício de 2015 com o de 2014.

(R\$ 1,00)

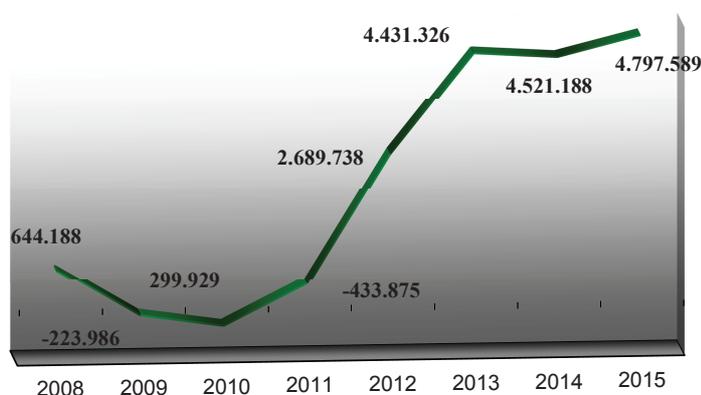
ESPECIFICAÇÃO	2014	2015
Receita Orçamentária	18.442.600.897,59 = 1,32	18.459.137.188,19 = 1,35
Despesa Orçamentária	14.011.274.557,94	13.661.548.097,88

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O índice acima (2015) significa que o total da Receita arrecadada corresponde a 1,35% da despesa realizada.

O resultado orçamentário positivo do exercício de 2015 resultou do Orçamento Corrente, no qual as receitas foram superiores às despesas em 32,14%.

GRÁFICO XXI
TRAJETÓRIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - 2008 A 2015



Fonte: SEFAZ/S2GPR/COTES

Nota: Dos valores referentes a 2012, foram excluídas as transferências de recursos da Administração Direta para a Indireta, em virtude da mudança de critério contábil relacionado às transferências financeiras concedidas (grupo 3.5.1.0.2) e recebidas (grupo 4.5.1.0.2) para o pagamento das despesas das Entidades da Administração Indireta.

Um conjunto de informações macroeconômicas abrangendo o ambiente interno e externo da economia, cujos reflexos interferem diretamente no contexto das finanças públicas do Estado do Ceará, torna-se necessário para que se possa entender e avaliar as ações desenvolvidas na área financeira do Estado no ano de 2015.

Grandes avanços foram conquistados em prol de melhoria das condições de vida da população cearense. Forma firmadas parcerias, estabelecidos alvos e metas, vencidos obstáculos, de forma a consolidar uma estrutura institucional e aperfeiçoar o ambiente de boa governança, necessário ao pleno desenvolvimento do Estado. É necessário uma vigilância fiscal e financeira constante para que a atual conjuntura não permita uma queda nas melhorias conseguidas nos últimos anos.

A crise econômica mundial, que ainda mostra claros sinais de força, e a piora dos principais índices macroeconômicos brasileiros continuam interferindo nos índices econômicos no ano de 2015. A economia americana continua sem dar sinais concretos de melhora, ainda percebe-se uma recuperação lenta, frágil e desigual da economia mundial, isto é comprovado pelos fracos números de desempenho dos países. A economia da Índia destaca-se com uma exceção positiva numa perspectiva nebulosa, segundo o FMI. Apesar da sinalização de melhora dos Estados Unidos, um crescimento de 2,4% em 2015, muitos ajustes ainda se fazem necessário para que o ano de 2016 possa

trazer algum sinal de mudança de rumo para a economia brasileira. No Brasil, a política monetária do Federal Reserve (FED), acompanhada das pressões inflacionárias e as instabilidades políticas persistentes desestabilizaram o câmbio, reduzindo o nível de confiança da economia, prejudicando o consumo das famílias. Neste cenário o país decresceu 3,8%, próximo da Rússia, que decresceu 3,7 %, no que diz respeito aos seus aliados no BRICS. A China, apesar da desaceleração, deve crescer entre 6,5% e 7,0%, Índia, que ainda é destaque do bloco, 7,3% e por fim, África do Sul aumentou sua economia em 1,3%. Na zona do Euro, temos 1,7% da Alemanha, 1,1% da França e 1,0% da Itália.

As expectativas dos agentes ainda aguardam uma melhora na conjuntura política, deixando o mercado parado a espera de movimentos econômicos mais fortes e definitivos que sinalizem uma pequena recuperação. No que diz respeito a impulsionar a economia, o governo federal vem buscando apoio para um ajuste fiscal que reestabeleça a sustentabilidade da trajetória da dívida. Ainda existem incertezas quanto às pressões inflacionárias e quanto ao estabilidade cambial o que não permite ao governo adotar uma política mais eficaz. A retirada do grau de investimento da economia brasileira pelas principais agências internacionais sinaliza uma piora de cenário para 2016. Apesar disto alguns indicadores sinalizam uma possível mudança de rumo em 2016, melhora na Balança Comercial, pequenos sinais de crescimento da indústria, possível desaceleração nas pressões inflacionárias que poderão permitir uma redução na taxa básica de juros.

Os resultados de 2015 estão afetados pelo fraco desempenho da economia mundial, pela crise política e econômica que está inserido o país, que ainda sofre os reflexos desta crise financeira, que impactou de forma mais contundente a economia brasileira neste ano. Nesse ambiente, os principais bancos centrais mantêm uma postura flexível da política monetária iniciada no âmago da crise com o intuito de aumentar a liquidez, motivar a atividade econômica e garantir a solvência dos sistemas financeiros. Contudo, dados o aprofundamento da crise e o papel limitado dos estímulos monetários, os governos também têm mantido programas fiscais voltados para a estabilização financeira e para o estímulo ao crescimento, com o objetivo de se contrapor aos efeitos contracionistas ainda presentes. Porém o alto grau de endividamento, a inflação alta tem afetado estas política expansionistas.

Esta queda no PIB vem prejudicando muitos fundamentos econômicos, como a taxa de desemprego, que com uma taxa SELIC alta e a desaceleração da atividade econômica tem se elevado bastante, principalmente entre a população mais jovem. Alguns países europeus começam a reverter o quadro econômico, realizando pequenos crescimentos na sua economia, resultado também dos estímulos dado pelo Banco Central Europeu, como é o caso da França que terá um acréscimo de seu PIB em 1,1%. O Brasil, que até então mostrava-se mais resistente, tem sucumbido diante de diversas instabilidade econômicas e políticas internas. O fortalecimento observado nos principais fundamentos da economia brasileira nos últimos anos, quanto da adequação das medidas da política econômica destinadas ao combate dos impactos da crise mundial, implementadas ao final de 2008 e início de 2009, precisa de ajuste para que se possa voltar a uma trajetória de crescimento sustentável. Nesse cenário, começa a existir uma redução do desempenho do consumo das famílias, prejudicado pela queda da renda real e pela piora nas condições do mercado de crédito. Estas medidas que aumentaram a liquidez e criaram algumas pressões inflacionárias em 2012, 2013 e 2014, estão sendo combatidas com medidas de austeridade fiscal e também pelo desenrolar da crise mundial que tem viés recessivo.

O desempenho da economia cearense, logicamente, está atrelado ao da economia nacional e internacional. O cenário econômico para 2015 era pessimista, com a queda dos investimentos privados e públicos nem as políticas econômicas expansionistas possibilitou a economia cearense manter numa trajetória de crescimento sustentável, e manter o crescimento de sua renda superior a média nacional. Neste sentido, é importante ressaltar a capacidade do Governo Estadual de praticar uma política fiscal anticíclica. Ou seja, adotou um viés expansionista focado em investimentos estratégicos e estruturantes, uma política tributária baseada na desoneração e alargamento de base, tendo em vista o momento da demanda interna em que o consumo e o investimento privado se retraíram. É importante destacar que o Estado do Ceará implementou essa estratégia de forma responsável, sem comprometer estruturalmente suas finanças públicas, em função de uma gestão fiscal coerente implementada em anos anteriores quando o Estado experimentou formidável fortalecimento da capacidade de geração de poupança pública, garantindo, assim, as bases para o enfrentamento da crise. O fundamental é que os gastos foram prioritariamente direcionados para investimentos em infra-estrutura e melhoria de gestão, considerados como estratégicos e fundamentais para população cearense. Desse modo, mesmo com o esforço feito pelo Ceará demanda interna deixa de ser a principal fonte de crescimento, impactando também no nível de investimento, bens de consumo e setor de serviços.

Com a lenta recuperação dos países desenvolvidos e os reflexos na economia brasileira e cearense, em 2015, a economia cearense não conseguiu manter sua trajetória de aumento no PIB, a frente da economia brasileira, o que demonstrava uma sustentabilidade no crescimento. As perspectivas para 2016 também não são favoráveis devido à piora do cenário externo e a um cenário interno que tem criado imensas incertezas no cenário político e econômico. O Estado do Ceará já iniciou seus ajustes fiscais buscando uma retomada na trajetória de crescimento econômico sustentável. Segundo o IPECE, espera-se que a economia cresça de 2,0%. Por conta deste cenário, estimativas preliminares mostram que a economia cearense recuou, seguindo a economia nacional, registrando uma taxa de negativa de 3,48%, sobre o ano de 2014.

TABELA 77

DEMONSTRATIVO DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO - CEARÁ -
E BRASIL 2007 - 2015 (*)

Anos	Ceará		Brasil	
	PIB pm(R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)	PIB pm(R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)
2007	50.331	3,34%	2.661.345	6,09%
2008	60.099	8,49%	3.032.203	5,16%
2009	65.704	0,04%	3.239.404	-0,33%
2010	76.705	7,90%	3.770.085	7,50%
2011	85.604	4,30%	4.143.013	2,70%
2012	94.600	3,65%	4.403.000	0,90%
2013	105.700	3,44%	4.840.000	2,30%
2014	109.275	4,36%	5.521.300	0,10%
2015	129.056	-3,48%	5.904.300	-3,80%
Taxa de crescimento acumulado (%) 2007-2015		156,41%	121,85%	

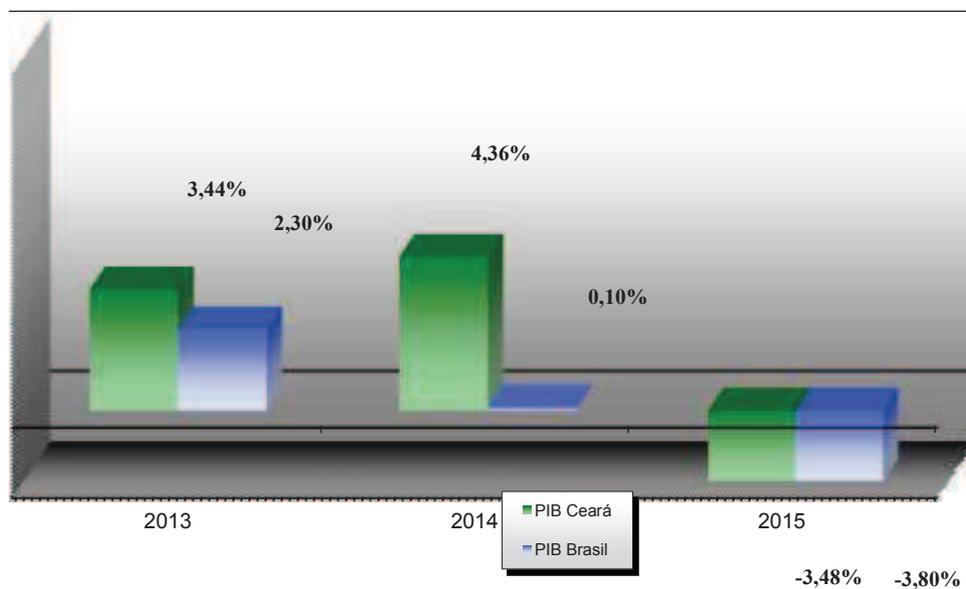
Fonte: IPECE e IBGE

(*) Os dados a partir de 2012 estão sujeitos a revisão. Os valores estão em moeda corrente

A queda no desempenho da economia cearense é resultado da forte desaceleração da economia nacional. Espera-se que esse resultado não prejudique as condições favoráveis encontradas nos últimos anos com melhorias significativas nos indicadores sociais, o que só pode ser alcançado caso este crescimento se mantenha acompanhado de redução da desigualdade, beneficiando desta forma, as camadas da população de baixa renda. O Ceará responde pela 12ª economia do país e a 3ª do nordeste.

É importante destacar que no contexto dos efeitos de grandes crises como a grande depressão, na década de 1930, surgiram as contribuições de John Maynard Keynes que, em oposição aos fundamentos da teoria econômica clássica, defende a idéia de que o Estado, em períodos de crise econômica, devia operar sob **déficit orçamentário**. Assim o **déficit orçamentário** passou a ser aceito como instrumento de política econômica.

GRÁFICO XXII
EVOLUÇÃO DO PIB BRASIL X PIB CEARÁ - 2013 A 2015



Fonte: IBGE/IPECE

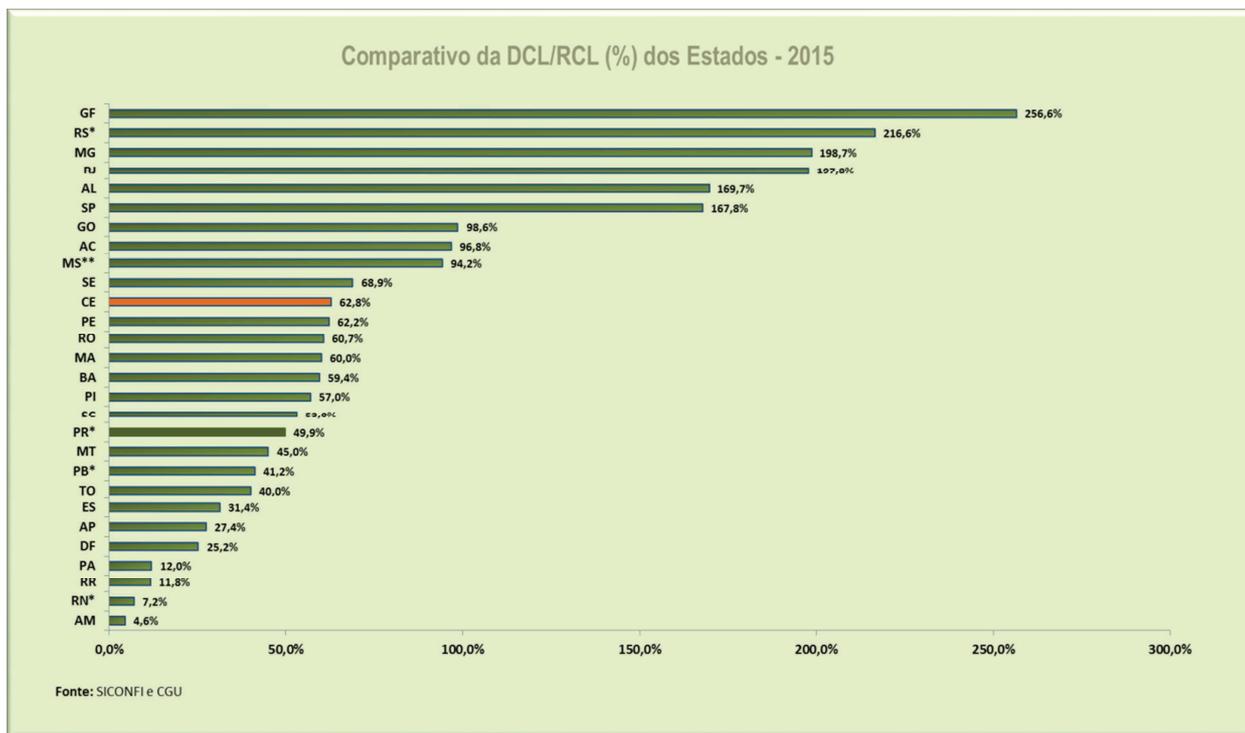
Acompanhando o cenário nacional, a economia cearense desacelerou diante de um cenário macroeconômico instável, isso, também, devido à uma base de comparação elevada em 2014, sobretudo pelo comércio interno, que tem incentivado a expansão de emprego e também pelos investimentos públicos feitos ao longo dos últimos anos, que tiveram reduções em função do recuo da economia brasileira.

No âmbito da receita, buscou-se aumentar a arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária e a ampliação da sistemática da substituição tributária. Isto, ao lado de uma política de controle gerencial dos gastos correntes, do fortalecimento da poupança pública já produzida em exercícios anteriores, e do baixo nível de endividamento, fez com que o Governo Estadual se capacitasse para manter seu programa vigoroso de investimentos públicos e consolidasse o Estado no exercício efetivo do papel do setor público no que se refere a eliminar as chamadas distorções alocativas, distributivas e estabilizadoras e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade.

Em relação ao endividamento, demonstrado abaixo, o Estado do Ceará ocupa uma posição confortável dentre os outros entes federados. O trinômio fiscal experimentado pelo Estado nos últimos anos, elevação dos investimentos

públicos, controle dos gastos correntes e baixo endividamento, tem conferido ao Ceará um posicionamento importante no contexto nacional.

GRÁFICO XXIII
COMPARATIVO DA DCL/RCL (%) DOS ESTADOS - 2015



Ante o contexto macroeconômico, o Estado do Ceará apresentou indicadores fiscais favoráveis como mostra a tabela a seguir.

TABELA 78
ANÁLISE DOS INDICADORES FISCAIS

R\$ 1.000				
Análise Geral dos Indicadores				
Indicador	Definição da meta	Meta / Limite	Realização	%
Educação	Mínimo de 25% da RLIT	3.600.764	3.857.545	26,78%
Saúde	Mínimo de 12% da RLIT	1.728.367	2.053.018	14,25%
Resultado Primário - LRF	Estabelecida na LOA	452.740	460.812	101,78%
Pessoal	Máximo de 57% da RCL	8.650.558	8.499.592	56,01%
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	30.352.835	9.535.432	62,83%
Dívida Consolidada - PAF	Máximo de 100% da RLR	13.650.796	11.172.768	81,85%
Garantias	Máximo de 22% da RCL	3.338.812	940.560	6,20%
Op. Crédito	Máximo de 16% da RCL	2.428.227	1.539.757	10,15%
Serv. da Dív. Pública	Máximo de 11,5% da RCL	1.745.288	1.102.117	7,26%
Valores de Referência				
RCL - Receita Corrente Líquida 2015			15.176.417	
RLR - Receita Líquida Real 2015			13.650.796	
RLIT EDUCAÇÃO - Receita Líquida de Impostos e Transferências			14.403.057	
RLIT SAÚDE - Receita Líquida de Impostos e Transferências			14.403.057	
PIB Ceará 2015 em valor e taxa de crescimento			129.055.930	-3,48%

(*) Os dados a partir de 2012 estão sujeitos a revisão. Os valores estão em moeda corrente.

GRÁFICO XXIV
DÍVIDA X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

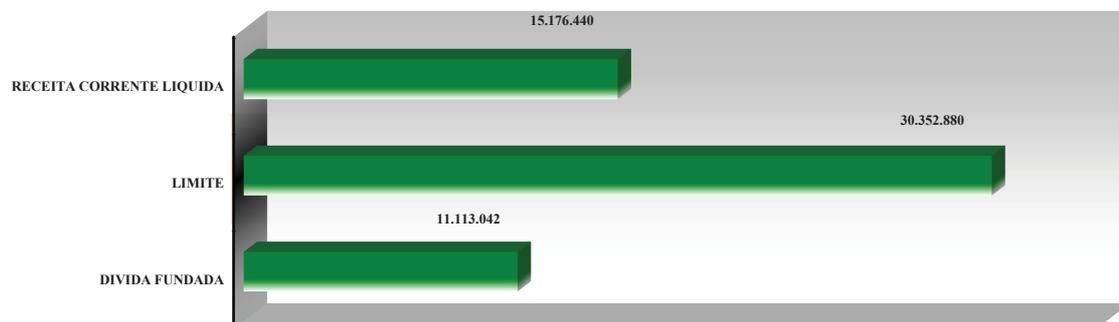


GRÁFICO XXV
GARANTIAS DE VALORES X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

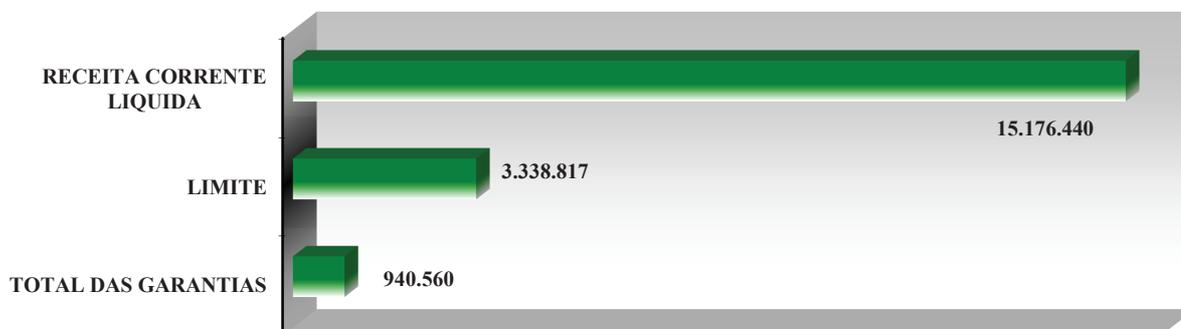
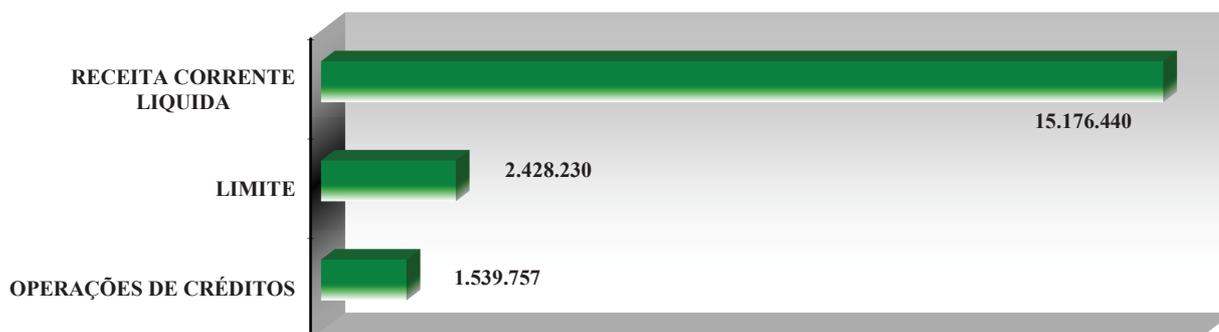


GRÁFICO XXVI
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS X RCL



Resultado do Tesouro Estadual

A política fiscal do Estado do Ceará continua sendo conduzida de forma responsável, garantindo a sustentabilidade das contas públicas.

Resultados Primário e Nominal no Conceito da LRF

Respeitado o art. 5º, Inciso I da Lei Complementar no 101/2000, o § 2, art.19, da Lei Orçamentária nº 14.824/2010, para o exercício de 2015, foi estabelecido no Anexo de Metas Fiscais um resultado primário superavitário do Tesouro Estadual da ordem de 452,7 milhões. No 3º quadrimestre de 2015, pela metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF foi apurado o resultado positivo acumulado de 460,8 milhões, considerando a despesa empenhada e incluindo a execução da administração Direta e Indireta.

Bom destacar que o Estado ao longo dos anos não só tem gerado resultados fiscais suficientes para pagar os juros da sua dívida, mas vem amortizando o principal de suas dívidas na medida requerida. Desta forma, o Estado vem mantendo estável sua capacidade de pagamento, já que tem a relação Dívida/RCL em 0,73. Este indicador que tem como limite duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida - RCL. A capacidade de pagamento do Estado do Ceará também segue uma trajetória de melhora, o Estado cumpriu com 7,3 % da meta de 11,5 % da RCL, estabelecida pelo Senado Federal.

Para um Estado que já possui um nível baixo de endividamento e que ainda é muito dependente do investimento público como propulsor do crescimento econômico, não é razoável demandar redução da dívida. A trajetória da dívida, em sendo contínua e sustentável, implica uma política fiscal crível.

A estratégia principal para alcançar o referido objetivo de manutenção do endividamento público saudável é a geração de resultados primários superavitários que possibilitem a estabilização da trajetória da dívida. Nesse caso, a proposta do Estado é assegurar a geração destes resultados de forma compatível com os juros e encargos da dívida. Entretanto, conforme já visto, no ano de 2015, foi dada continuidade às políticas fiscais expansionistas. Desta forma, o Estado do Ceará optou pelo redirecionamento de suas políticas tributária e orçamentária, o que resultou num crescimento de sua arrecadação própria e na manutenção do volume de investimentos que impactou as despesas primárias não financeiras.

4.1.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

BODIR-01 – Composição da Receita e Despesa Orçamentária

A Previsão Inicial da Receita da Administração Direta está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita), adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita).

TABELA 79

COMPOSIÇÃO DA PREVISÃO ATUALIZADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)

5.2.1.1 - Previsão Inicial	21.058.893.069,97
(+) 5.2.1.2.1 - Previsão Adicional da Receita	454.535.352,75
(-) 5.2.1.2.9 - Anulação da Previsão da Receita	(11.354.991,76)
(=) Previsão Atualizada	21.502.073.430,96

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

O valor das receitas realizadas da Administração Direta também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária).

TABELA 80

COMPOSIÇÃO DA RECEITA REALIZADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)

6.2.1.2 – Receita Realizada	21.119.322.039,43
6.2.1.3 – Deduções da Receita Orçamentária	(2.660.184.851,24)
(=) Receita Líquida Realizada (apresentada no Balanço Orçamentário)	18.459.137.188,19

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

A Dotação Inicial da Administração Direta é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação).

TABELA 81

COMPOSIÇÃO DA DOTAÇÃO ATUALIZADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)

5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	15.640.825.140,00
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	2.989.846.681,29
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	(2.338.309.604,35)
(=) Dotação Atualizada	16.292.362.216,94

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BODIR-03 - Tratamento dado aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Demonstrativo da Administração Direta

Em virtude da sistemática adotada de tratamento dos restos a pagar não processados que foram liquidados em exercícios anteriores, onde não houve a transferência desses valores para a conta de restos a pagar processados, estes compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados, conforme cálculo é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 82

CÁLCULO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)

6.3.1.1.0.02 - RP Não Processados a Liquidar - 2º Exercício	63.005.639,24
(+) 6.3.1.3.0.02 - RP Não Processados Liquidados a Pagar - 2º Exercício	291.984,08
(=) TOTAL	63.297.623,32

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015)

4.1.2. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/1964, O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.

O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
 - (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
 - (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
 - (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
 - (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.
- A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 da Administração Direta e tabela resumo, abaixo listada, traz uma síntese desses valores:

TABELA 83
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO FINANCEIRO

(R\$ 1,00)

INGRESSOS ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	18.459.137.188,19	18.442.600.897,59
Ordinária	14.440.245.337,04	13.934.543.918,10
Vinculada	4.018.891.851,15	4.508.056.979,49
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	13.355.727.471,93	13.382.491.533,03
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	7.775.655.403,90	7.231.937.880,55
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72
TO TAL	41.593.374.612,19	41.569.660.509,89

DISPÊNDIOS ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Atual
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	13.661.548.097,88	14.011.274.557,94
Ordinária	10.388.671.959,49	9.934.086.728,62
Vinculada	3.272.876.138,39	4.077.187.829,32
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	18.313.867.244,53	18.467.847.104,48
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	7.651.382.444,57	7.087.684.299,30
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.966.576.825,21	2.002.854.548,17
TO TAL	41.593.374.612,19	41.569.660.509,89

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

- Foram classificadas como ordinárias as fontes do Tesouro (00 e 01), além da fonte 29 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), fonte 40 (Operações de Crédito Não Condicionadas) e fonte 70 (Recursos Diretamente Arrecadados).
- No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;
- Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extra-orçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extra-orçamentárias;
- O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Tesouro Estadual, Recursos Vinculados, Recursos à Disposição de Convênios e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

A Receita e a Despesa Orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro são aquelas que foram consignadas na Lei Orçamentária. A Receita e a Despesa Extra-Orçamentárias são aquelas que se realizam independentemente do orçamento. A Receita Extra-Orçamentária representa os valores que o Estado é obrigado a arrecadar, e em princípio, não lhe pertencem. A Despesa Extra-Orçamentária corresponde ao repasse dessas receitas para quem de direito.

Comparando-se a Receita e a Despesa Orçamentárias, no Balanço Financeiro, a Administração Direta apresentou um superávit no valor de R\$ 4.797.589.090,31.

As Receitas e as Despesas Extra-Orçamentárias, no Balanço Financeiro, compreendem a movimentação de débito e crédito das contas do ativo e passivo financeiro do ano de referência.

A seguir, demonstra-se o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros, comparando-se o exercício de 2015 com o de 2014.

(1,00)

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015
Saldo Exercício Seguinte	<u>2.002.854.548,17</u> = -0,80	<u>1.966.576.825,21</u> = -0,98
Saldo do Exercício Anterior	2.512.630.198,72	2.002.854.548,17

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No exercício de 2015, há R\$ 1.966.576.825,21 de disponibilidade que se transfere para o exercício seguinte, contra R\$ 2.002.854.548,17 de disponibilidade do exercício anterior, havendo um decréscimo de R\$ 36.277.722,96 em valores nominais.

O Comportamento da despesa realizada, distribuída por funções de governo, exigida pela Lei 4.320/64, no Balanço Financeiro, está apresentada na tabela seguinte:

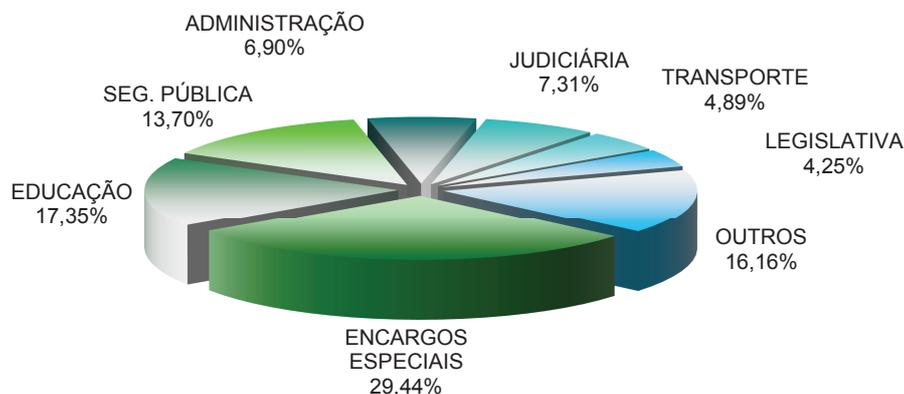
TABELA 84
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

(R\$ 1,00)

FUNÇÕES	REALIZAÇÃO			
	2014	2015	VARIAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
LEGISLATIVA	520.935.528,44	580.714.281,40	11,48	4,25
JUDICIÁRIA	857.633.009,06	998.171.339,98	16,39	7,31
ESSENCIAL À JUSTIÇA	362.574.485,54	431.526.551,99	19,02	3,16
ADMINISTRAÇÃO	985.139.293,41	942.058.690,91	-4,37	6,90
SEG. PÚBLICA	1.784.684.476,62	1.871.140.724,50	4,84	13,70
ASSISTÊNCIA SOCIAL	86.046.455,21	76.126.551,15	-11,53	0,56
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.293.444,17	1.883.974,92	-17,85	0,01
TRABALHO	73.469.642,41	57.993.364,29	-21,06	0,42
EDUCAÇÃO	2.447.869.591,28	2.369.730.109,53	-3,19	17,35
CULTURA	68.584.677,14	54.462.046,19	-20,59	0,40
DIREITOS DA CIDADANIA	411.073.991,14	462.782.296,91	12,58	3,39
URBANISMO	255.937.464,86	211.597.720,08	-17,32	1,55
HABITAÇÃO	152.799.798,47	65.762.175,23	-56,96	0,48
SANEAMENTO	515.929.334,20	266.473.292,13	-48,35	1,95
GESTÃO AMBIENTAL	35.598.179,41	69.457.304,30	95,11	0,51
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	90.040.774,77	14.123.332,48	-84,31	0,10
AGRICULTURA	433.994.835,68	367.140.338,12	-15,40	2,69
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.116.523,57	-	-100,00	0,00
INDÚSTRIA	52.613.049,69	6.543,95	-99,99	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	95.392.679,57	53.679.340,32	-43,73	0,39
ENERGIA	20.190.131,66	4.714.262,15	-76,65	0,03
TRANSPORTE	728.882.028,97	668.537.268,22	-8,28	4,89
DESPORTO E LAZER	233.370.433,14	70.889.990,00	-69,62	0,52
ENCARGOS ESPECIAIS	3.795.104.729,53	4.022.576.599,13	5,99	29,44
TOTAL	14.011.274.557,94	13.661.548.097,88	-2,50	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XXVII
DESPESA POR FUNÇÃO - 2015



Excetuando-se a função “Encargos Especiais”, as funções de governo que tiveram participações mais expressivas em 2015 foram: Educação (17,35%), Segurança Pública (13,70%), Administração (6,90%), Judiciária (7,31%) e Transporte (4,89%). Desde o exercício de 2013, as despesas realizadas na função Saúde estão sendo executadas dentro da administração indireta.

A Função “Encargos Especiais” engloba todas despesas às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, indenizações e outras, representando, portanto, uma agregação neutra.

4.1.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro

BFDIR-01 – Pagamentos de Restos a Pagar Processados

Devido a sistemática de liquidação da despesa adotada pelo S2GPR desde 2012, as consignações de exercícios anteriores pagas (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) constam inseridas nos saldos dos Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Pagos ao final do exercício compreende, também, a diferença entre débitos e créditos das consignações dos exercícios anteriores.

TABELA 85

CÁLCULO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)	
Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2015	Valor
Saldo da conta 6.3.2.2 - RP Processados Pagos	113.313.103,22
(-) Diferença entre Débitos e Créditos da conta 2.1.8.8.1.01.02 – Consignações dos Exercícios Anteriores	19.905.257,15
(=) Pagamentos de Restos a Pagar Processados	93.407.846,07

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Como as consignações de exercícios anteriores pagas já estão evidenciadas na linha de Pagamentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor de Restos a Pagar Processados Pagos, é preciso subtrair a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anterior, conforme é evidenciado na tabela acima.

BFDIR-02 – Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis

A Tabela 86 evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 86
CÁLCULO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)		
Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	49.140.094,06
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.425.725.940,89
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	8.764.374,56
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	133.350,58
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	1.000.000,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	84.949.976,16
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	1.218.711,95
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados	361,18
Total		5.570.932.809,38

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Destaca-se a inclusão da conta contábil 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar, 2.1.8.9.2.12 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar e 2.1.8.9.2.42 - Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados, tanto nos recebimentos como nos pagamentos de outros valores restituíveis. Essas contas registram a obrigação da Secretaria da Fazenda em repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta e Direta arrecadada via DAE pela Sefaz.

TABELA 87

CÁLCULO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	48.297.450,10
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.406.421.031,72
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	5.412.850,83
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	123.847,85
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	78.043.323,20
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	504.424,42
Total		5.538.802.928,12

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BFDIR-03 – Valores Pendentes a Curto Prazo

Os valores pendentes a curto prazo se referem a entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária.

No lado dos dispêndios temos as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta.

TABELA 88

VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO (DISPÊNDIOS)

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	29.538.621,43
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	16.016.703,60
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	670.329,33
Total		46.225.654,36

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Esta linha é representada pelo saldo das seguintes contas contábeis: 1.1.9.9.1.04 + 1.1.9.9.1.05 + 1.1.9.9.1.98. Na tabela 88 evidencia-se a composição dos dispêndios referentes aos Valores Pendentes a Curto Prazo.

BFDIR-04 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

O valor de R\$ 1.714.287,53 na linha “depósitos restituíveis e valores vinculados” com a coluna de dispêndios, refere-se ao saldo das contas de ativo financeiro: 1.1.2.2.2.05 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber e 1.1.3.8.2.35 - Movimentações Financeiras a Recuperar.

TABELA 89
CÁLCULO DOS DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

(R\$ 1,00)		
Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.2.2.05	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	714.287,53
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	1.000.000,00
Total		1.714.287,53

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

A conta 1.1.2.2.05 registra os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A conta 1.1.3.8.2.35 evidencia créditos a receber provenientes de movimentação financeira realizada indevidamente. A tabela evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro.

4.1.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

- a) **Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b) **Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- c) **Patrimônio Líquido** - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- d) **Contas de Compensação** - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e



b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.



TABELA 90
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO PATRIMONIAL

(1,00)

ATIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	2.786.446.629,73	2.698.121.687,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.964.862.537,68	2.002.854.548,17
Créditos a Curto Prazo	349.733.827,64	293.534.979,62
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	249.057.614,53	233.341.275,33
Estoques	176.566.995,52	168.390.884,32
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	46.225.654,36	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	24.745.122.978,30	22.736.177.541,52
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.636.750.238,55	6.662.575.973,11
Investimentos	3.590.259.375,79	4.061.334.532,95
Imobilizado	13.456.967.175,84	12.011.773.367,44
Intangível	61.146.188,12	493.668,02
TOTAL	27.531.569.608,03	25.434.299.228,96
PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	767.611.665,87	586.756.093,78
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	89.611.768,03	19.658.404,45
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.676.090,07	9.884.409,97
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.281.550,97	8.001.793,89
Obrigações de Repartição a Outros Entes	52.780.468,12	49.964.091,07
Demais Obrigações a Curto Prazo	612.261.788,68	499.247.394,40
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.107.968.245,92	8.493.269.410,16
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	85.327.182,57	81.115.129,53
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	10.422.241.899,09	7.764.620.906,38
Demais Obrigações a Longo Prazo	600.399.164,26	647.533.374,25
TOTAL DO PASSIVO	11.875.579.911,79	9.080.025.503,94
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávits ou Déficits Acumulados	15.655.989.696,24	16.354.273.725,02
Lucros e Prejuízos Acumulados	0	0
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.655.989.696,24	16.354.273.725,02
TOTAL	27.531.569.608,03	25.434.299.228,96
ATIVO FINANCEIRO	1.966.576.825,21	2.002.854.548,17
ATIVO PERMANENTE	25.564.992.782,82	23.431.444.680,79
PASSIVO FINANCEIRO	1.030.782.617,93	927.361.086,31
PASSIVO PERMANENTE	11.107.968.245,92	8.493.269.410,16
SALDO PATRIMONIAL	15.392.818.744,18	16.013.668.732,49

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR (2015)

O Ativo Circulante compreende os ativos que atendam a qualquer um dos critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam realizáveis até o término do exercício seguinte.

No Ativo Financeiro do Balanço do Estado, estão contidos os créditos realizáveis em curto prazo, como saldos de bancos, órgãos arrecadadores e aplicações financeiras.

O Ativo Não-Circulante compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Os componentes do patrimônio da Administração Direta são registrados pelos valores originais de aquisição, produção ou construção e na moeda do País.

Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período. Porém, neste exercício ainda não foi possível a realização desses procedimentos devido à complexidade de cadastramento dos bens estaduais, bem como a dificuldade de integração entre o sistema Patrimonial (SEPLAG) e o S2GPR (SEFAZ).

Os Saldos consolidados dos bens móveis e imóveis do Estado do Ceará estão demonstrados na Tabela seguinte:

TABELA 91
DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO

	(R\$ 1,00)	
TÍTULOS	VALOR	PARTIC.%
Bens Móveis	3.400.030.643,12	25,27%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.077.263.325,28	8,01%
Bens de Informática	412.566.743,61	3,07%
Móveis e Utensílios	405.880.300,89	3,02%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	82.730.892,20	0,61%
Veículos	1.277.424.222,69	9,49%
Bens Móveis em Andamento	3.732.814,90	0,03%
Bens Móveis em Almoarifado	171.182,40	0,00%
Armamentos	17.696.520,85	0,13%
Demais Bens Móveis	122.564.640,30	0,91%
Bens Imóveis	10.056.936.532,72	74,73%
Bens de Uso Especial	8.336.136.152,45	61,95%
Bens Dominicais	3.376.227,83	0,03%
Bens de Uso Comum do Povo	734.521.653,14	5,46%
Bens Imóveis em Andamento	709.120.952,66	5,27%
Instalações	73.587.550,97	0,55%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	135.355.818,49	1,01%
Demais Bens Imóveis	64.838.177,18	0,48%
TOTAL	13.456.967.175,84	100,00%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015)

Vale ressaltar que os bens adquiridos e incorporados automaticamente no ato da contabilização pelos fundos especiais do Estado foram desincorporados dos mesmos e transferidos para os órgãos da Administração Direta onde os mesmos estão vinculados, como mostra a Tabela a Seguir.

TABELA 92
DEMONSTRATIVO DOS BENS ADQUIRIDOS PELOS FUNDOS

(R\$ 1,00)

ÓRGÃOS DE ORIGEM DAS DESINCORPORAÇÕES DE BENS	UG	VALOR	ÓRGÃOS DE DESTINO DAS INCORPORAÇÕES DE BENS	UG	VALOR
FERMOJU	040101	8.508.875,84	TJ	040001	8.527.887,04
FUNSEG	040301	19.011,20			
FUNDO DE DEFESA SOCIAL	100601	0,00			
FDS UNIDADE DE COORDENAÇÃO GERAL	100606	0,00			
FDS POLÍCIA CIVIL	100607	86.800,00			
FDS POLÍCIA MILITAR	100608	13.665,24	SSPDS	100001	338.824,14
FDS CORPO DE BOMBEIROS	100609	94.970,47			
FDS COLÉGIO POLÍCIA MILITAR	100610	0,00			
FDS COLÉGIO CORPO DE BOMBEIROS	100611	143.388,43			
FDS SEC. DE JUSTIÇA E CIDADANIA	100612	179.189,12	SEJUS	180001	179.189,12
FDCC	105001	25.576.997,64	BOMBEIROS	101041	25.576.997,64
FEAS	470201	16.130.801,92			
FUNDART	470301	5.400,00	STDS	470001	16.136.201,92
FUNDART	470301	9.992,36	SEFAZ	190001	9.992,36
FAADEP	060101	507.045,73	DEFENSORIA	060001	507.045,73
FDID	150201	262.161,64	PGJ	150001	262.161,64
FUNDES	240401	16.979.478,48			
CEO RODOLFO TEOFILO	240344	3.152,40			
CENTRO DE HEMAT. E HEMOTERAPIA - CE	240424	1.072.966,32			
HOSPITAL GERAL MILITAR	240479	4.437.586,07			
HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA	241281	2.187.013,80			
HOSPITAL DE MESSEJANA	241291	4.417.964,63			
HOSPITAL GERAL CESAR CALS DE OLIVEIRA	241301	2.587.308,96			
HOSPITAL INFANTIL DR ALBERTO SABIN	241311	229.457,87			
HOSPITAL DE SAUDE MENTAL DE MESSEJANA	241321	287.777,75	SESA	240001	33.920.807,18
HOSPITAL SAO JOSE	241331	1.254.026,12			
CENTRO ESPECIALIZADO DE ODONTOLOGIA	241501	15.199,96			
INSTIT. DE PREVENCAO DO CANCER - CE	241521	214.155,05			
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA	241531	123.563,80			
CENTRO INT. DE DIABETES E HIPERTENCAO	241561	0,00			
CENTRO DE SAUDE DONA LIBANIA	241581	0,00			
POSTO DE ASSIST. MEDICA DO MEIRELES	241591	50.047,24			
CENTRO ODONT. TIPO II CEO JOAQ. TAVORA	241621	61.108,73			
FUNDO EST. DE DESENV. DA AGRIC. FAMILIAR	211301	0,00	SDA	210001	0,00
FUNDO DO DESENV. DO ESP. E JUVENTUDE	420101	1.060.570,79	SESPORTE	420101	1.060.570,79
TOTAL		86.519.677,56	TOTAL		86.519.677,56

TABELA 93
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

	R\$ 1,00)
ATIVO FINANCEIRO	VALOR
FONTES DIVERSAS	1.273.730.051,68
FR 00 E 01 RECURSOS ORDINARIOS E FPE	1.031.078.462,93
FR 07 CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	23.422.162,57
FR 10 RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	125.501.073,92
FR 11 COTA-PARTE DA CIDE	372.139,77
FR 14 RECURSOS PROVENIENTES DE DEPOSITOS JUDIC	45.000.000,00
FR 16 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	7.617.815,04
FR 44 IND P/ EXT DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS	79.069,77
FR 50 E 51 FUNDEB E COMPL DA UNIÃO	26.997.796,20
FR 76 RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	13.661.531,48
OPERAÇÕES DE CREDITO	365.301.739,09
FR 37 OP DE CREDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF	19.770.523,69
FR 39 OP DE CREDITO INTERNAS - CPAC MCMV - B	19.353.837,92
FR 40 OP DE CREDITO NÃO CONDICIONADA	15.748.254,22
FR 45 OP DE CREDITO INTERNAS - TESOIRO/BNDES	3.696.831,21
FR 47 OP DE CREDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS	799.115,11
FR 48 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOIRO	15.062.647,57
FR 53 OP DE CREDITO INTERNAS - PROINVESTE	114.407,66
FR 56 OP DE CREDITO INTERNAS - PROINVESTE	12.903.339,35
FR 57 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOIRO/KFW	270.699,05
FR 58 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOIRO/BIRD	102.232.311,13
FR 59 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOIRO/BID	72.334.421,51
FR 64 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOIRO/FIDA	10.815.586,28
FR 65 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOIRO/CAF	67.093.029,40
FR 69 OP DE CREDITO EXTERNAS - PforR	25.106.734,99
CONVÊNIO	327.545.034,44
FR 82 CONV COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADM DIRETA	327.502.840,53
FR 86 CONV COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADM DIRETA	-
FR 88 CONV COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADM DIRETA	42.193,91
TOTAL	1.966.576.825,21

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A disponibilidade de caixa é composta por recursos do tesouro e por recursos vinculados. Ao final do exercício de 2015, os ativos financeiros totalizaram R\$ 1.966.576.825,21 sendo, R\$ 1.031.078.462,93 de recursos ordinários incluindo o FPE e 935.498.362,28 considerados vinculados.

O Passivo circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade até o termino do exercício seguinte.

O Passivo Financeiro que compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos, etc.

O Passivo não - circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

A diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Administração Direta de 2015, resultou num superávit financeiro de R\$ 935.794.207,28, nos termos do art. 43 § 2º, da Lei 4.320/64, conforme tabela a seguir:

TABELA 94
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

		(R\$ 1,00)		
ATIVO FINANCEIRO	VALOR	PASSIVO FINANCEIRO	VALOR	SUPERÁVIT FINANCEIRO
FONTS DIVERSAS	1.273.730.051,68	FONTS DIVERSAS	848.566.448,95	425.163.602,73
FR 00 E 01 RECURSOS ORDINÁRIOS E FPE	1.031.078.462,93	FR 00 E 01 RECURSOS ORDINÁRIOS E FPE	765.530.371,77	265.548.091,16
FR 07 CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	23.422.162,57	FR 07 CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	10.113.717,15	13.308.445,42
FR 10 RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	125.501.073,92	FR 10 RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	47.269.263,63	78.231.810,29
FR 11 COTA-PARTE DA CIDE	372.139,77	FR 11 COTA-PARTE DA CIDE	0,00	372.139,77
FR 14 RECURSOS PROVENIENTES DE DEPOSITOS JUDIC	45.000.000,00	FR 14 RECURSOS PROVENIENTES DE DEPOSITOS JUDIC	0,00	45.000.000,00
FR 16 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	7.617.815,04	FR 16 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	350.022,60	7.267.792,44
FR 44 IND P/ EXT DO PETROLEO, XISTO E GAS	79.069,77	FR 44 IND P/ EXT DO PETROLEO, XISTO E GAS	0,00	79.069,77
FR 50 E 51 FUNDEB E COMPL DA UNIÃO	26.997.796,20	FR 50 E 51 FUNDEB E COMPL DA UNIÃO	24.663.036,70	2.334.759,50
FR 76 RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	13.661.531,48	FR 76 RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	640.037,10	13.021.494,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	365.301.739,09	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	82.630.578,80	282.671.160,29
FR 37 OP DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF	19.770.523,69	FR 37 OP DE CRÉD INTERNAS - CPAC MCMV - CEF	19.770.523,69	0,00
FR 39 OP DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - B	19.353.837,92	FR 39 OP DE CRÉD INTERNAS - CPAC MCMV - B	19.353.837,92	0,00
FR 40 OP DE CRÉDITO NÃO CONDICIONADA	15.748.254,22	FR 40 OP DE CRÉD NÃO CONDICIONADA	8.530.266,49	7.217.987,73
FR 45 OP DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES	3.696.831,21	FR 45 OP DE CRÉD INTERNAS - TESOURO/BNDES	3.920.558,31	-223.727,10
FR 47 OP DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS	799.115,11	FR 47 OP DE CRÉD INTERNAS - BNDES/ESTADOS	679.282,23	119.832,88
FR 48 OP DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	15.062.647,57	FR 48 OP DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	369.814,06	14.692.833,51
FR 53 OP DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE	114.407,66	FR 53 OP DE CRÉD INTERNAS - PROINVESTE	144.244,44	-29.836,78
FR 56 OP DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE	12.903.339,35	FR 56 OP DE CRÉD INTERNAS - PROINVESTE	2.993.803,20	9.909.536,15
FR 57 OP DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW	270.699,05	FR 57 OP DE CRÉD EXTERNAS - TESOURO/KFW	878.140,21	-607.441,16
FR 58 OP DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD	102.232.311,13	FR 58 OP DE CRÉD EXTERNAS - TESOURO/BIRD	6.450.212,53	95.782.098,60
FR 59 OP DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BID	72.334.421,51	FR 59 OP DE CRÉD EXTERNAS - TESOURO/BID	10.371.280,58	61.963.140,93
FR 64 OP DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/FIDA	10.815.586,28	FR 64 OP DE CRÉD EXTERNAS - TESOURO/FIDA	152.515,22	10.663.071,06
FR 65 OP DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF	67.093.029,40	FR 65 OP DE CRÉD EXTERNAS - TESOURO/CAF	3.771.442,72	63.321.586,68
FR 69 OP DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	25.106.734,99	FR 69 OP DE CRÉD EXTERNAS - PforR	5.244.657,20	19.862.077,79
CONVÊNIO	327.546.034,44	CONVÊNIO	99.585.590,18	227.960.444,26
FR 82 CONV COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADM DIRETA	327.502.840,53	FR 82 CONV COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADM DIRETA	97.701.549,90	229.801.290,63
FR 86 CONV COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADM DIRETA	-	FR 86 CONV COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADM DIRETA	190.040,28	-190.040,28
FR 88 CONV COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADM DIRETA	42.193,91	FR 88 CONV COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADM DIRETA	1.694.000,00	-1.651.806,09
TOTAL	1.966.576.825,21	TOTAL	1.030.782.617,93	935.794.207,28

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Vale ressaltar que do montante de R\$ 935.794.207,28 está contida a quantia de R\$ 96.066.068,76, comprometida com as obrigações dos órgãos da Administração Indireta que dependem total ou parcial das fontes de tesouro e de operações de crédito.

A seguir demonstra-se o Quociente da situação financeira, comparando-se o exercício de 2015 com o de 2014.

(1,00)

Especificação	2014	2015
<u>Ativo financeiro</u>	<u>2.002.854.548,17</u> = 2,15	<u>1.966.576.825,21</u> = 1,90
Passivo Financeiro	927.361.086,31	1.030.782.617,93

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em 2015, para cada R\$ 1,00 de compromissos e obrigações em curto prazo, existem 1,90 de disponibilidade financeira para sua liquidação.

A Dívida Ativa são créditos a favor da Fazenda Pública que se encontram vencidos e não pagos e devem ser contabilmente discriminados dos demais. É parte integrante do Ativo Circulante e não-circulante e o seu registro contábil é realizado através dos dados do Demonstrativo “Dívida Ativa Estadual”, fornecido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, em que se evidenciam as inscrições, as baixas, as atualizações, os cancelamentos e o saldo final em favor da Fazenda Pública, apresentando neste exercício um estoque de R\$ 6.475.296.855,63, sendo: R\$ 82.133.449,02 e R\$ 6.393.163.406,61 a longo prazo.

Os créditos da Dívida Ativa são objeto de atualização monetária, juros e multas, previstos em contratos ou em normativos legais, que são incorporados ao valor original inscrito. A atualização monetária deve ser lançada de acordo com índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, várias medidas foram implementadas no ano de 2015 na busca pela eficiência e celeridade na cobrança dos créditos tributários inscritos na Dívida Ativa.

A Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria da Dívida Ativa PRODAT/CEDAT, conjuntamente com a Secretaria da Fazenda - SEFAZ, adotou várias medidas visando incrementar a arrecadação dos débitos inscritos em Dívida Ativa.

Com referência à atuação de combate à sonegação e evasão fiscal, registre-se que com a criação da Procuradoria da Dívida Ativa - PRODAT efetivou-se uma eficiente cooperação entre os outros órgãos estaduais com o intuito de combater estas práticas, destacando-se a prorrogação do convênio nº 05/2008 até a data de 31/12/2018, convênio este que trata da cooperação técnica e operacional entre a PGE, SEFAZ, PGJ e SSPDS. Foram ainda efetivadas ações com o escopo de aumentar a arrecadação estadual, a saber: inscrição de débitos não-tributários de diversas origens, como multas penais, custas processuais, indenizações, multas do DECON, multas dos Tribunais de Contas, etc. A PRODAT efetuou a inclusão de muitos devedores na SERASA, e procedeu o PROTESTO cartorário de dívidas tributárias inscritas; ajuizou-se eletronicamente execuções fiscais e efetivou-se a NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL de devedores de ICMS e, principalmente, de devedores de IPVA.

A seguir demonstra-se a posição das ações ajuizadas para cobrança da Dívida Ativa.

TABELA 95
DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES AJUIZADAS PARA A COBRANÇA DA
DÍVIDA ATIVA EM 2015

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AJUIZAMENTOS	VALORES
1. Tributários	2.990	640.087.759,17
2. Não Tributários	505	18.850.572,35
TOTAL	3.495	658.938.331,52

Fonte: Procuradoria Geral do Estado - PGE

Evolução do montante de créditos tributários passíveis de cobrança administrativa R\$ 971.779.120,39 (não ajuizados).

TABELA 96
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA

(R\$ 1,00)

EXERCÍCIO	QUANTIDADE	VALORES (R\$ 1,00)
2009	21.865	549.164.184,33
2010	35.958	872.935.752,65
2011	97.579	980.323.263,69
2012	141.487	482.881.280,61
2013	129.612	592.115.342,57
2014	129.074	856.658.040,76
2015	186.254	971.779.120,39

Fonte: Procuradoria Geral do Estado

4.1.3.1. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

BPDIR-01 - Detalhamento da Conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”

A Tabela evidencia os subgrupos que compõem a conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”.

TABELA 97
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	1.087.977.148,06	986.595.856,17
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	1.086.977.148,06	986.595.856,17
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	83.974.158,00	82.347.960,70
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	972.867.431,37	904.247.435,50
1.1.3.8.1.34.01	Creditos a Receber - PROVIN (P)	972.867.431,37	904.247.435,50
1.1.3.8.1.36	Créditos a Receber - PROADE	30.135.098,72	0,00
1.1.3.8.1.36.01	Créditos a Receber - PROADE(P)	30.135.098,72	0,00
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber	459,97	459,97

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BPDIR-02 – Detalhamento da Conta “Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”

A Tabela evidencia a composição da conta “Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”.

TABELA 98
AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-839.921.836,48	-754.243.921,40
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-839.921.836,48	-754.243.921,40
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	-810.128.227,74	-754.243.921,40
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-810.128.227,74	-754.243.921,40
1.1.3.9.1.05	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROADE	-29.793.608,74	0,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BPDIR-03 - Detalhamento da Conta “Créditos a Longo Prazo”

A Tabela demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

TABELA 99
CRÉDITOS A LONGO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	7.422.123.669,90	6.441.259.529,94
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	7.422.123.669,90	6.441.259.529,94
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	7.281.570.596,67	6.325.632.932,55
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	93.760.464,95	72.512.994,29
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos (P)	40.604.925,76	29.896.827,35
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	6.163.089.459,70	5.499.600.495,71
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	984.115.746,26	723.622.615,20
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa não Tributária - Clientes	101.143.178,73	67.530.474,06
1.2.1.1.1.04.04	Dívida Ativa - Não Tributária	101.143.178,73	67.530.474,06
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	355.278.536,47	447.690.019,91
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI (P)	355.278.536,47	447.690.019,91
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-315.868.641,97	-399.593.896,58
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-315.868.641,97	-399.593.896,58

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BPDIR-04 - Movimentação na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2015 foram registrados ajustes no Patrimônio Líquido no valor negativo de R\$.733.757.286,55. A Tabela evidencia a composição dos ajustes efetuados.

TABELA 100
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

(R\$ 1,00)

Tipo de Ajuste no Patrimônio Líquido	Valor
Liquidação de Despesa e Restos a Pagar do Elemento 92	-119.907.717,33
Ajuste em Estoques	-25.973,66
Ajustes em Investimentos Permanentes	-643.489.601,57
Ajuste em Bens Móveis	-16.150.766,59
Ajuste em Bens Imóveis	106.477.831,48
Ajustes em Intangível	2.173.361,96
Ajustes de Despesas de Capital a Incorporar	-62.991.568,18
Correção de Erro Ou Mudança de critério Contábil	157.147,34
Total	-733.757.286,55

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

As liquidações de despesas efetivas do elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores são contabilizadas utilizando-se como contrapartida a conta de ajustes de exercícios anteriores dado que não são despesas do exercício.

Os ajustes em investimentos permanentes referem-se às transferências para aumento de capital dos exercícios de 2012 a 2014 já incorporados e não baixados da conta de adiantamento para aumentos de capital no exercício de competência. Bem como ajustes na conta de participações em empresas contabilizadas em duplicidade.

O valor de ajustes de despesas de capital a incorporar referem-se a liquidações do exercício de 2012 a 2014, não baixadas no exercício de competência, cuja incorporação não foi possível dado que não ocorreu a geração de um bem de capital.

BPDIR-05 - Composição do Passivo Financeiro

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

“§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela a seguir:

TABELA 101
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

	(R\$ 1,00)
Passivo (Atributo F)	767.611.665,87
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	197.389.176,82
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	65.781.775,24
(=) Passivo Financeiro	1.030.782.617,93

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL

Dívida pública é um tema muitas vezes mal compreendido. No entanto, em virtude de sua relevância para a sociedade, merece ser bem explorado. Neste sentido, este capítulo do Balanço Geral do Estado, busca desmistificar este assunto e trazer informações transparentes com riquezas de detalhes em diversos gráficos e tabelas. Além disso, o quadro do Anexo 16, parte integrante desse relatório, traz um resumo de cada contrato com as suas principais características, como saldo devedor, movimentações durante o ano, taxa de juros, prazos, moeda, etc.

De acordo com a LRF, conceitua-se dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Observa-se, aqui, que o conceito da LRF é mais abrangente que o do art. 98 da Lei nº 4.320/64, inclusive considerando sinônimas as expressões dívida pública consolidada ou fundada.

A Dívida Pública também pode ser definida como o somatório das operações de crédito realizadas pelo setor público com o objetivo de antecipar receita orçamentária ou atender a desequilíbrios orçamentários e a financiamentos de obras e serviços públicos. Num conceito mais restrito, pode ser definida como somatório das dívidas interna e externa de um Estado (*lato sensu*).

A principal diferenciação conceitual a respeito de déficit e dívida pública diz respeito a como estas variáveis se apresentam e como podem ser feitas temporalmente. Nesse sentido, o déficit público, dado como a diferença entre as despesas e as receitas orçamentárias do setor público, em determinado período de tempo, é uma variável de fluxo, enquanto a dívida pública, entendida como o montante dos débitos contraídos pelo setor público junto a outras entidades, públicas ou privadas, internas ou externas, é uma variável de estoque.

A Dívida Pública é um dos principais fundamentos de uma economia. Se usada adequadamente, pode significar uma alavanca para o desenvolvimento, um instrumento para o governo financiar seus gastos e investimentos. Quando descontrolada, acaba funcionando como um freio ao desenvolvimento, pela necessidade de geração contínua de grandes superávits primários, que comprometem a capacidade de gastos e de investimento do governo em obras públicas e nas políticas sociais. Além disso, os juros elevados significam a drenagem de recursos de um setor da sociedade (empresas e indivíduos que pagam impostos) para outro setor (os credores da dívida), agravando o problema da concentração de renda no país. É importante que se destaque que a dívida pública permite ao governo financiar investimentos que geram externalidades positivas para a economia, uma vez que é possível

transferir para gerações seguintes dispêndios com obras e programas que irão beneficiá-las, evitando-se que todo o custo recaia sobre a geração presente.

Níveis de endividamento elevados e insustentáveis, porém, podem ter influência deletéria, exigindo esforço fiscal significativo do governo, provocando efeitos contraproducentes sobre o nível de atividade.

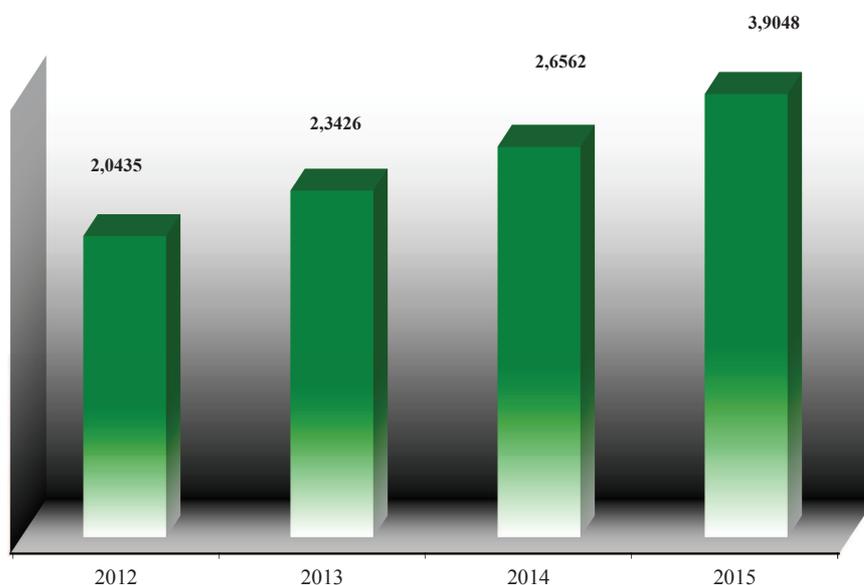
Neste tocante, o Estado do Ceará apresenta uma situação destacada dentre os entes da federação em relação ao seu endividamento público, medido pela relação DCL/RCL.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) encerrou o ano de 2015, em R\$ 9.370 milhões, um montante 54,0% maior que em 2014. Isto aconteceu em parte porque as receitas de operação de crédito atingiram um volume expressivo de R\$ 1.540 milhões, dado que influencia diretamente no estoque da dívida. Como outro fator relevante, destaca-se a variação positiva do dólar. Considerando a evolução do câmbio, conforme gráfico a seguir, a cotação de 31/12/2014, R\$ 2,6562/US\$, e a apresentada em 31/12/2015, R\$ 3,9048/US\$, datas de apuração do estoque da dívida, verifica-se um aumento do dólar de 47% no período. Isto representou uma variação monetária positiva de aproximadamente R\$ 1.607 milhões, em virtude de 50% do estoque da dívida estar atrelado a essa moeda. Além do mais, o Tesouro Estadual fechou 2015 com um montante de R\$ 1,74 bilhões em Disponibilidade de Caixa Líquido, inferior ao apresentado em 2014 de R\$ 2,42 bilhões.

Outro fator relevante foi a alteração, em 2015, do cálculo da Dívida Consolidada Líquida. A disponibilidade de caixa bruta e os restos a pagar processados, a partir deste exercício, são somente do Poder Executivo, enquanto que no ano de 2014 inclui os valores dos demais Poderes.

O Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na manutenção dos controles de seu endividamento, baseado em dois pilares: 1) no efetivo pagamento de juros e amortizações, sendo esta última superior aos juros; 2) no volume de liberações de operações de crédito abaixo do limite legal de 16% da RCL. Esses fatores contribuíram para uma manutenção da relação Dívida Consolidada Líquida/RCL ainda em patamares reduzidos, atingindo a relação de 0,63 em 2015, bem abaixo do limite de endividamento, exigido pela LRF que é de 2,00 vezes a Receita Corrente Líquida, considerado o conceito de dívida consolidada líquida, da qual excluem os haveres financeiros conforme determina a Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal.

GRÁFICO XXVIII
EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO DÓLAR FIM DE PERÍODO - 2012 A 2015



EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ

A tabela a seguir mostra a evolução do endividamento do Estado do Ceará a partir do ano de 2006 até 2015. Ao analisar o referido período, observa-se uma tendência de redução do estoque da Dívida Total até o ano de 2009, partindo do saldo de R\$ 3,90 bilhões em 2006, reduzindo seus estoques até 2009 com um saldo de R\$ 3,45 bilhões. A partir do ano de 2010 até 2015, observa-se uma elevação do estoque da dívida consolidada do Estado. Vários fatores contribuíram para esse aumento do estoque. Primeiramente, cabe ressaltar, que o Estado do Ceará passou a ser uma das unidades da federação que apresenta um dos maiores montantes gastos, em valores absolutos, com despesas de investimentos, em todo o Brasil, chegando a apresentar a maior relação, de todos os estados, quando dividimos o valor do investimento com a receita corrente líquida. E esses investimentos, além de demandar recursos próprios, provenientes do tesouro estadual, requer, também, recursos de terceiros, onde estão contemplados os recursos de operação de crédito, que inevitavelmente afetam o estoque da dívida. Outro aspecto que deva ser evidenciado, refere-se à escalada das moedas estrangeiras neste período, especificamente o dólar. A cotação do dólar no fim de 2010 era de R\$ 1,6662. Em 2015, agravado com toda a crise fiscal pela qual o país atravessa, o dólar fechou o ano cotado a R\$ 3,9048, uma elevação de 135,34% neste período analisado. Investimentos voltados a programas de inclusão social, de combate à pobreza, de construções ou reformas de rodovias e investimentos nas áreas do turismo, necessitam, em quase sua totalidade, de operações com credores externos, tendo como consequência a exposição do risco a moedas estrangeiras. Mesmo o Estado não possuindo o total de sua dívida lastreada em moedas do exterior, 50% do estoque está relacionado diretamente com o dólar, conforme explicitado

anteriormente. A variação da dívida fundada de 2004 para 2015 foi de um aumento de 30,72%, passando de R\$ 8,5 bilhões para R\$ 11,1 bilhões, influenciada justamente pelas receitas de operações de crédito e a variação cambial. Em um cenário de crise fiscal, com a economia estagnada, com queda real nas receitas de arrecadação própria do Estado e com a diminuição dos repasses constitucionais do governo federal, o Estado dispõe das operações de crédito para continuar avançando com seus investimentos.

Assim, o Governo do Estado do Ceará tem adotado uma estratégia adequada e consistente na busca de equilíbrio de suas contas públicas, adotando uma postura fiscal responsável, apresentando à sociedade o retorno dessa política fiscal em forma de investimentos e melhorias dos serviços públicos.

O ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA E A SUA RELAÇÃO COM O PIB E A RCL

Uma das formas de análise para medir o volume de endividamento do setor público é a relação Dívida Bruta/PIB, que demonstra solvência fiscal, a qual no Governo do Estado do Ceará mostrou trajetória decrescente até o ano de 2010, passando a apresentar uma trajetória crescente, embora confortável, até o ano de 2015, em virtude do grande volume de investimentos que o Estado tem realizado nos últimos anos. Na tabela e gráfico a seguir percebe-se que em 2006 esta relação era de 8,4%, enquanto no exercício de 2015, após nove anos, o mesmo registrou 8,6%. Enquanto que a relação Dívida Bruta/RCL passa do patamar de 64,7% em 2006 para 73,2% em 2015, evidenciando um aumento de 8,5 pontos percentuais, no período, do endividamento público cearense.

TABELA 102
DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ESTADUAL FUNDADA

DEMONSTRATIVO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA								R\$	1.000
ANO	DÍVIDA INTERNA	DÍVIDA EXTERNA	DÍVIDA FUNDADA TOTAL	PIB	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	RELAÇÃO DÍV.TOTAL/PIB	RELAÇÃO DÍV.TOTAL/RCL		
	A	B	C=A+B	D	E	G=C/D	H=C/E		
2006	2.440.739	1.465.191	3.905.930	46.309.884	6.032.606	0,084	0,647		
2007	2.321.964	1.198.368	3.520.332	50.331.000	6.560.099	0,070	0,537		
2008	2.346.464	1.463.148	3.809.612	60.099.000	7.886.593	0,063	0,483		
2009	2.293.788	1.153.029	3.446.817	65.704.000	8.400.940	0,052	0,410		
2010	2.927.363	1.332.596	4.259.959	76.705.000	9.664.273	0,056	0,441		
2011	3.446.662	1.857.798	5.304.461	85.604.000	10.966.435	0,062	0,484		
2012	3.627.729	2.117.353	5.745.082	94.600.000	12.130.621	0,061	0,474		
2013	4.232.912	2.747.943	6.980.855	105.740.332	13.379.882	0,066	0,522		
2014	5.183.907	3.317.221	8.501.128	109.275.000	14.418.478	0,078	0,590		
2015	5.586.067	5.526.975	11.113.042	129.055.930	15.176.440	0,086	0,732		

Fonte: SEFAZ-S2GPR/SMART
 Nota 1: Os valores do PIB a partir de 2012 ainda não são definitivos. Fonte: IPECE
 Nota 2: As informações da dívida fundada total se baseiam nos conceitos da LRF.
 Nota 3: O valor da dívida fundada total não inclui garantias, inclui precatórios e contempla a partir de 2006 o parcelamento com INSS e PASEP.



GRÁFICO XXIX

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA EM RELAÇÃO AO PIB E RCL - 2006 - 2015

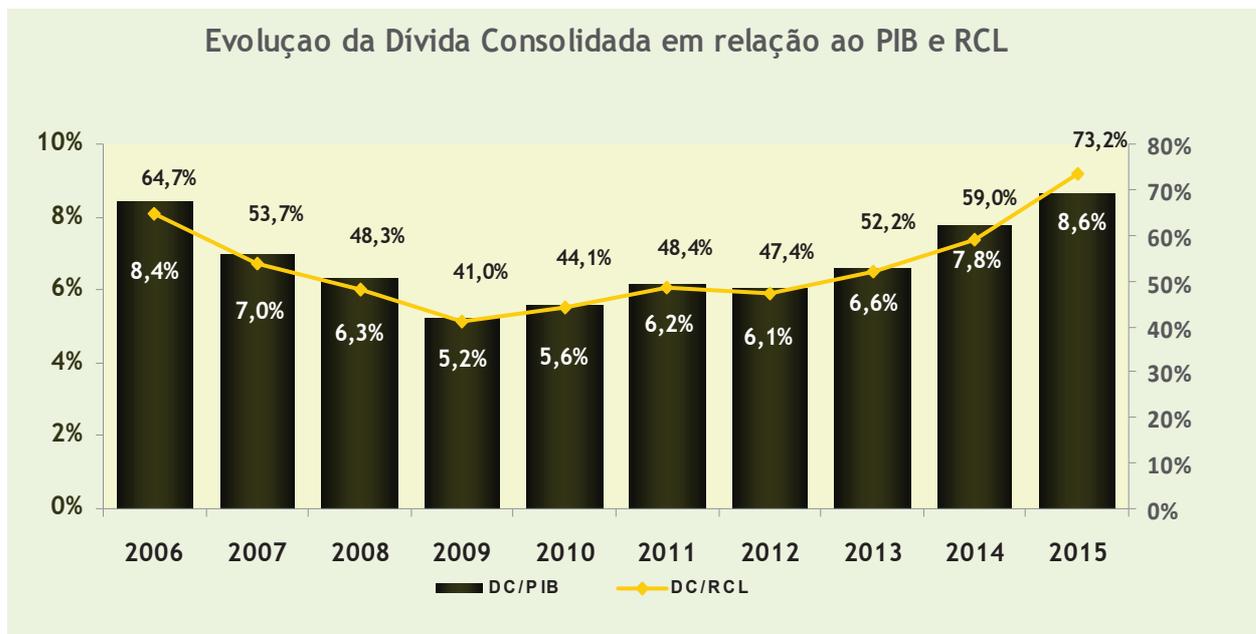


GRÁFICO XXX

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ESTADUAL - 2012 A 2015

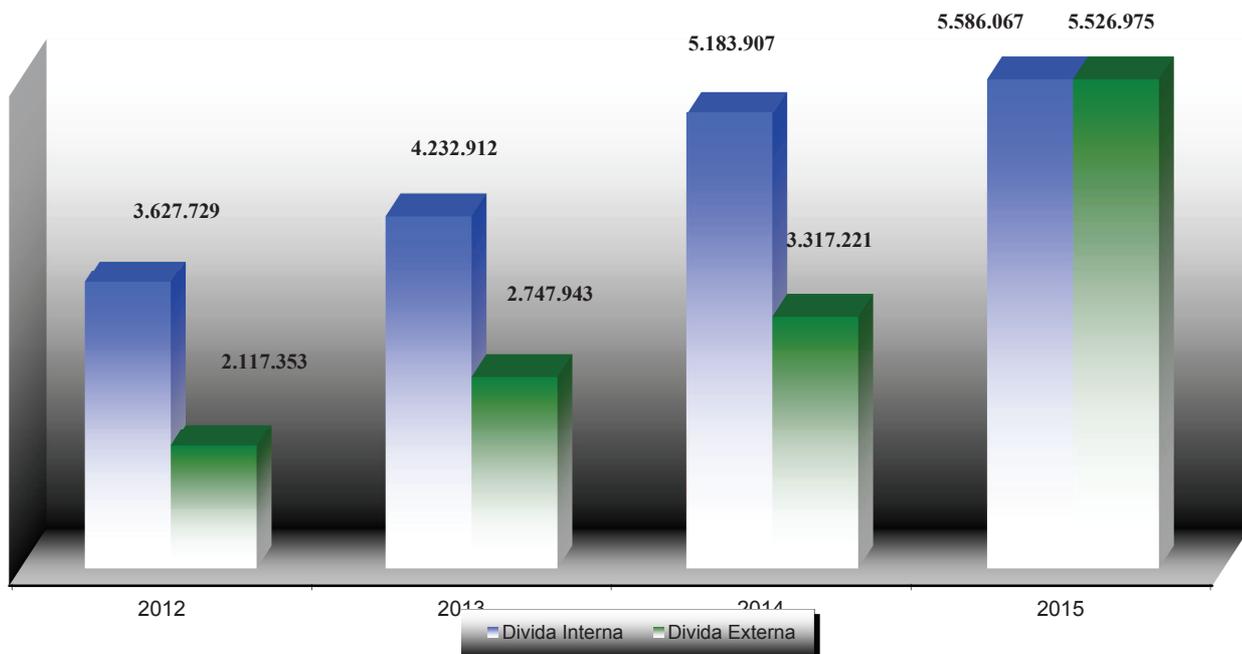


TABELA 103

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR CREDOR EM 2015

CREDOR	PARTIC.%	EM R\$ MILHÕES
BIRD	23,19%	2.578
BID	22,67%	2.519
BNDES	22,59%	2.510
TES.NAC.	8,69%	966
BB	7,82%	870
PRECATÓRIOS	5,40%	600
CEF	2,82%	313
CAF	2,33%	259
BNB	2,12%	236
MLW	1,30%	144
RFB	0,81%	90
OUTROS	0,24%	27
TOTAL	100,00%	11.113

GRÁFICO XXXI

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR CREDOR EM 2015

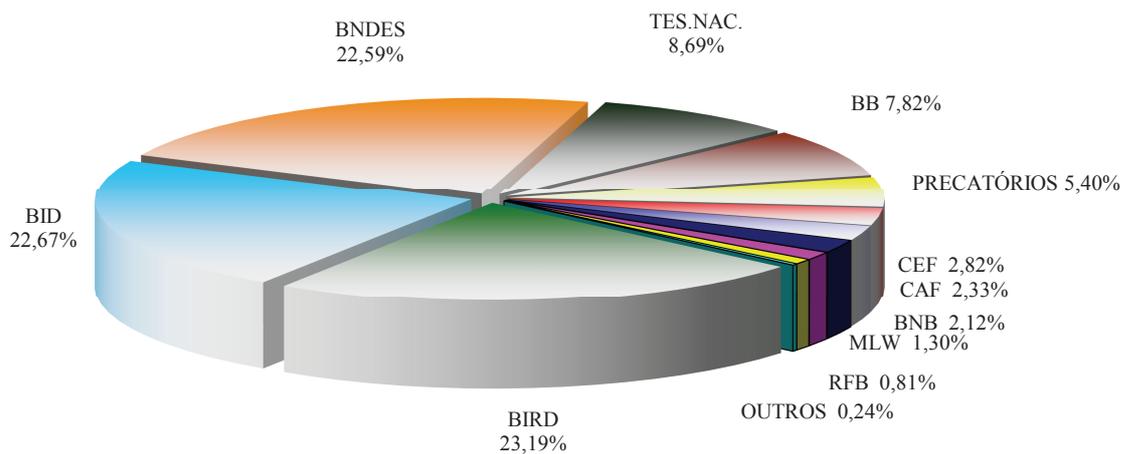


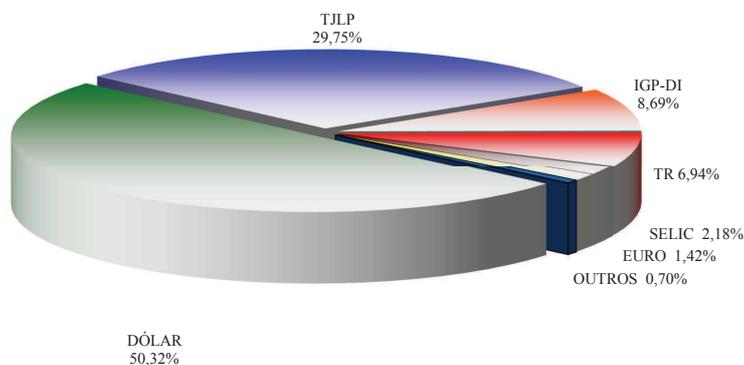
TABELA 104

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR MOEDA EM 2015

MOEDA	R\$ Milhões	
	VALOR	% TOTAL
DÓLAR	5.592	50,32%
TJLP	3.306	29,75%
IGP-DI	966	8,69%
TR	772	6,94%
SELIC	242	2,18%
EURO	158	1,42%
OUTROS	78	0,70%
TOTAL GERAL	11.113	100%

GRÁFICO XXXII

DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ - SALDO DEVEDOR POR MOEDA EM 2015



De acordo com o § 7º, do Artigo 30, da LC 101, de 04/05/2000, Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

Em 2015, o saldo devedor dos precatórios é de 600.399.164,26, que em comparação com o exercício anterior houve um decréscimo de 7,28%. Essa diminuição deve-se ao efetivo pagamento, por parte dos tribunais, do referido estoque, e, ainda, às inscrições e baixas ocorridas no período.

O SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA

A tabela a seguir mostra a trajetória do serviço da dívida. Os números evidenciam que os Juros e os Outros Encargos da Dívida, no ano de 2015, somaram 382 milhões, representando 34,62% do serviço da dívida. Este valor comparado ao ano anterior demonstra um acréscimo de 40% em termos nominais, em virtude do volume de novas operações de crédito contratadas a partir de 2010, e conseqüentemente pelo volume de liberações ocorridas neste período até 2015 que geraram juros e encargos e a influência da variação do câmbio.

As amortizações em 2015 alcançaram 721 milhões, representando 65,38% do serviço da dívida, ficando superior ao ano de 2014 em 17,43%, em termos nominais. Este aumento das amortizações em relação a 2014 foi em virtude, principalmente, do fim do prazo de carência de operações de crédito, ocorrendo o primeiro pagamento de amortização justamente no ano de 2015, como pode-se relacionar, nas operações internas, o PROINVESTE BNDES – Refinanciamento do PEF I, com o BNDES, e o PROINVESTE BB, com o Banco do Brasil; e nas operações externas o PROGERIRH/BIRD, Saúde do Ceará I/BID, Programa Rodoviário do Ceará II/BID e o PROARES II/BID, sendo esses contratos externos influenciados diretamente pela alta do dólar.

TABELA 105
EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL
PERÍODO 2012 A 2015

R\$ 1.000				
DEMONSTRATIVO DE GASTO COM DÍVIDA PÚBLICA				
Discriminação	2012	2013	2014	2015
1. ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA	195.415	211.880	229.709	319.586
2. ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA	31.987	34.600	42.860	62.021
3. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA INTERNA	546.393	370.531	398.802	414.426
4. AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA	153.797	157.142	215.240	306.083
5. TOTAL SERVIÇO DA DÍVIDA(1+2+3+4)	927.592	774.154	886.611	1.102.117

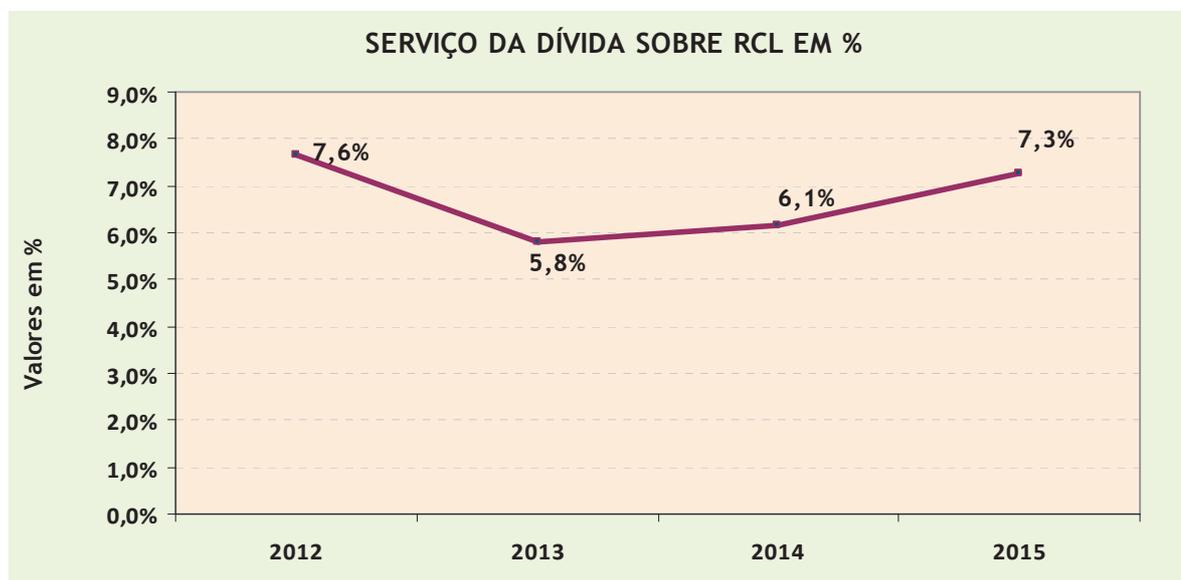
Nota 1: O valor das amortizações de 2012 contempla a amortização extraordinária no valor de R\$ 217.050 mil relativo ao PEF I, com recursos do PROINVESTE.

Nota 2: O valor das amortizações de 2014 contempla a amortização extraordinária no valor de R\$ 65.195 mil relativo às DMLP's, PNAFE e Contratos da CEF, com recursos do Tesouro Estadual.

Nota 3: O serviço da dívida fundada total não inclui garantias, inclui precatórios (a partir de 2012) e o parcelamento com o INSS e PASEP.

Em relação à capacidade de pagamento anual limitada a 11,5% da RCL, conforme Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, o Estado do Ceará cumpriu o limite para 2015, com 7,3% de comprometimento. Em 2014, o comprometimento foi de 6,1%, inferior a 2015, em virtude, principalmente, das amortizações de contratos que terminaram o período de carência, mencionados no parágrafo anterior, observando-se também que a RCL subiu pouco mais que 5%.

GRÁFICO XXXIII
CAPACIDADE DE PAGAMENTO ANUAL DA DÍVIDA PÚBLICA - LIMITADA 11,5% DA RCL
PERÍODO: 2012 - 2015



Esses dados reforçam ainda mais o compromisso do Estado com o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, uma política fiscal que imponha um ritmo forte de redução da relação Dívida/PIB para um Estado carente e que é muito demandado pela sociedade como o Ceará, é fator limitante para um governo que tem como eixo estratégico à consecução de metas econômicas e sociais que levem à inclusão socioeconômica dos mais necessitados.

Com relação aos parcelamentos de dívidas do Estado de contribuições referentes ao INSS e ao PASEP, foram registrados os saldos de 32.623.688,61 e 52.703.493,96, respectivamente. Convém lembrar que os referidos parcelamentos foram incluídos na dívida a partir do exercício de 2006 e amparados pelos seguintes instrumentos legais: Medida provisória nº 2043-20/2000, Medida provisória nº 38/2002 e Lei nº 11.941/2009. Foram também reconhecidos como dívida consolidada, a partir do ano de 2014, os parcelamentos dos órgãos da administração indireta, conforme Leis Federais 12.810/2013 e 12.973/2014, cujos saldos em 31/12/2015, são: ISSEC/PASEP = 707.014,45; ISSEC/INSS = 2.973.050,89; ARCE/PASEP = 156.318,07; ADAGRI/PASEP = 573.227,36 e ESP/PASEP = 664.086,32.

4.1.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

TABELA 106

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	35.841.981.489,12	33.567.775.311,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.273.675.645,78	11.119.937.695,91
Contribuições	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	51.060.018,31	127.551.568,61
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	843.416.567,08	685.661.519,62
Transferências e Delegações Recebidas	20.906.565.325,97	19.988.985.244,82
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	767.263.931,98	1.645.639.282,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	35.806.508.231,35	31.677.373.818,80
Pessoal e Encargos	5.893.593.914,27	5.351.422.236,59
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16.664.008,68	15.485.392,58
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.452.166.755,17	1.524.211.438,84
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.741.838.860,76	1.109.818.422,94
Transferências e Delegações Concedidas	24.063.300.807,26	21.632.296.852,98
Desvalorização e Perda de Ativos	1.109.541.820,29	1.467.031.662,22
Tributárias	138.464.513,15	134.660.298,53
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	390.937.551,77	442.447.514,12
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	35.473.257,77	1.890.401.492,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativo	1.507.384.337,37	2.238.200.543,75
Desincorporação de Passivo	667.291.254,34	594.714.987,39
Incorporação de Passivo	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
Desincorporação de Ativo	91.638.130,07	93.133.228,68

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015)

Como demonstra a tabela anterior, o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. No exercício de 2015, foi positivo, no valor de R\$ 35.473.257,77.

4.1.4.1. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Qualitativas

Incorporação do Ativo

DVPDIR-01 - Aquisição de Bens Móveis provenientes de Outras Fontes

As fontes que foram utilizadas para aquisição de bens móveis, estão discriminadas abaixo:

TABELA 107

OUTRAS FONTES UTILIZADAS NA COMPRA DE BENS MÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

		(R\$ 1,00)
Fonte de Recursos		Valor
Fonte 00	Recursos Ordinários	41.883.446,42
Fonte 01	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	415.938,96
Fonte 07	Cota-parte da Contribuição do Salário-Família	2.180.350,42
Fonte 10	Recursos provenientes do FECOP	3.101.806,09
Fonte 15	Depósitos Judiciais - PIMPJ	0
Fonte 16	Medida Compensatória Ambiental	342.433,34
Fonte 40	Operações de Crédito Não Condicionada	167.915,00
Fonte 45	Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	152.404.540,50
Fonte 47	Operações de Crédito Internas - BNDES/Estados	376.155,77
Fonte 53	Operações de Crédito Internas - PROINVESTE	0
Fonte 58	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BIRD	16.949,70
Fonte 59	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	6.665.457,60
Fonte 67	Operações de Crédito Externas - Tesouro/MLW	0
Fonte 69	Operações de Crédito Externas - PFORR	27.834.956,63
Fonte 70	Recursos diretamente arrecadados	0,00
Fonte 76	Recursos Provenientes do FIT	363.631,83
Fonte 79	Transferência ao Fundo de Defesa Civil	0,00
Fonte 80	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta	0
Fonte 82	Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	8.300.689,14
Fonte 83	Convênios com Órgãos Federais - Administração Indireta	0,00
Fonte 89	Convênios com Órgãos Privados - Administração Indireta	0,00
Fonte 91	Recursos provenientes do SUS	0,00
Fonte 92	Repasse Fundo a Fundo - FNAS	0,00
TOTAL		244.054.271,40

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Desincorporação do Ativo

DVPDIR-02 - Empréstimos e Financiamentos

Ressalta-se que o valor recebido de R\$ 5.701.941,41 de Empréstimos e Financiamentos pela Administração Direta foi referente ao Programa FDI.

4.1.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida fluante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela 111, evidencia-se o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.

TABELA 108
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

(R\$ 1,00)

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	277.599.879,79	0,00	211.607.603,64	65.992.276,15
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	63.297.623,32	00,0	63.297.623,32	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	197.389.176,82	0,00	197.389.176,82
SUBTOTAL	340.897.503,11	197.389.176,82	274.905.226,96	263.381.452,97
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	99.453.074,33	0,00	93.661.599,50	5.791.474,83
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	2.944.929,89	0,00	2.944.929,89	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	198.093.485,12	0	198.093.485,12
SUBTOTAL	102.398.004,22	198.093.485,12	96.606.529,39	203.884.959,95
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	483.993.130,27	7.380.172.741,96	7.300.649.667,22	563.516.205,01
SUBTOTAL	483.993.130,27	7.380.172.741,96	7.300.649.667,22	563.516.205,01
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL	927.288.637,60	7.775.655.403,90	7.672.161.423,57	1.030.782.617,93
--------------	-----------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

4.1.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DFDIR01 - Ajustes efetuados na grade de elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF) da Administração Direta, a fim de adequar o saldo evidenciado no referido demonstrativo com o Passivo Financeiro constante em anexo ao Balanço Patrimonial:

Foram feitos ajustes na grade de elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta de 2015, em comparação com a grade do Balanço/2014, a fim de conciliar esse demonstrativo com o saldo do Passivo Financeiro apresentado em anexo ao Balanço Patrimonial. As linhas que sofreram alterações na composição dos saldos:

(I) Linha de Restos a Pagar Processados – 1º Exercício Anterior (2014):

A Tabela abaixo evidenciada, apresenta a composição do valor dos Restos a Pagar Processados, 1º Exercício, apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta de 2015:

TABELA 109

COMPOSIÇÃO DO SALDO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – 1º EXERCÍCIO, APRESENTADO NO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

Descrição	Saldo Anterior	Inscrição	Baixa	Saldo Seguinte (R\$ 1,00)
Restos a Pagar Processados – 1º Exercício (6.3.2.1.0.01).	119.765.871,39	-	113.566.856,65	6.199.014,74
(-) Consignações de Exercícios Anteriores (2.1.8.8.1.01.02).	(20.312.797,06)	-	(19.905.257,15)	(407.539,91)
Saldos Restos a Pagar Processados – 1º Exercício, apresentado na Dívida Flutuante.	99.453.074,33	-	93.661.599,50	5.791.474,83

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

(II) Linha Depósitos de Diversas Origens: faz-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo das contas 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F); 2.1.8.9.2.12 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar (F); 2.1.8.9.2.42 - Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados (F); e 2.1.8.8.2.04.07 - Depósitos para Quem de Direito (F). Essas contas, apesar de não estarem relacionadas no grupo 2.1.8.8.1 – Valores Restituíveis – Consolidação, possuem funcionamento contábil semelhante. Ou seja, representam depósitos recebidos, não decorrentes da execução orçamentária, que serão devolvidos em momento posterior. Desta forma, é preciso que os saldos dessas contas sejam adicionados ao grupo 2.1.8.8.1 – Valores Restituíveis – Consolidação para que se chegue ao valor de Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante.

A Tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2015, das contas listadas acima e que foram incluídas no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Direta:

TABELA 110
OBRIGAÇÕES DIVERSAS A SEREM ADICIONADAS AOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS DA
DÍVIDA FLUTUANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

		(R\$ 1,00)
Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2015
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F)	7.107.349,73
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar (F)	714.287,53
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados (F)	361,18
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito (F)	1.000.000,00
Ajuste 2: Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens Adm. Dir.		8.821.998,44

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Considerando os ajustes citados nos itens II e III, a composição dos Depósitos de Diversas Origens, é apresentada na Tabela IX abaixo:

TABELA 111
COMPOSIÇÃO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA
FLUTUANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

		(R\$ 1,00)
Descrição		Saldo em 31/12/2015
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis		554.694.206,57
(+) Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens		8.821.998,44
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (Dívida Flutuante Administração Direta)		563.516.205,01

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

DFDIR02 – Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante da Administração Direta:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como Baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. As Tabelas X e XI abaixo apresentam o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar da Administração Direta ocorridas em 2015:

TABELA 112

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EVIDENCIADOS NA DF DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

	(R\$ 1,00)
Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2015
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.4)	211.099.276,92
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.9)	63.805.950,04
Somatório das Baixas de RPNP	274.905.226,96

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015)

TABELA 113

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EVIDENCIADOS NA DF DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

	(R\$ 1,00)
Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2015
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	113.313.103,22
(-) Pagamento de Consignações de Exercícios Anteriores (Débitos - Créditos do Subgrupo de Contas 2.1.8.8.1.01.02) (*)	19.905.257,15
(=) Pagamento de RPP líquido das Consignações Pagas de Exercícios Anteriores	93.407.846,07
(+) Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	3.198.683,32
Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP)	96.606.529,39

(*) Com base nas explicações apresentadas em notas anteriores, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR, desde 2012 até o exercício de 2014, o pagamento dos Restos a Pagar Processados também precisa ser ajustado das Consignações de Exercícios Anteriores Pagas, que constam registrados na conta contábil de Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2), mas são evidenciados em separado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). Logo, o valor de pagamentos de Restos a Pagar Processados é evidenciado líquido das Consignações de Exercícios Anteriores pagas em 2015 e o pagamento das referidas Consignações está incluso nos saldos apresentados na linha Depósitos de Diversas Origens. É mister destacar que, a partir do exercício de 2015, esses ajustes não mais serão necessários, em virtude da mudança do controle e contabilização das consignações a pagar do exercício.

4.1.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa

De acordo com a 6ª. Edição do MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

TABELA 114
RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DA ADM. DIRETA

	(R\$ 1,00)	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	29.809.027.459,77	29.066.728.275,69
RECEITAS DERIVADAS	9.921.458.411,97	9.366.476.309,56
RECEITAS ORIGINÁRIAS	568.349.423,05	764.112.330,13
TRANSFERÊNCIAS	19.319.219.624,75	18.936.139.636,00
INTERGOVERNAMENTAIS	4.675.341.202,56	4.441.307.876,97
MULTIGOVERNAMENTAIS	1.382.579.062,97	1.316.397.776,73
CONVÊNIOS	75.036.801,96	108.255.160,82
INTRAGOVERNAMENTAIS	13.186.262.557,26	13.070.178.821,48
DESEMBOLSOS	29.443.563.928,02	29.075.383.928,90
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	7.785.448.868,36	7.475.884.270,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	381.607.776,45	272.568.630,97
TRANSFERÊNCIAS	21.276.507.283,21	21.326.931.027,16
INTERGOVERNAMENTAIS	2.826.672.354,93	2.787.016.421,06
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	292.354.834,15	376.921.055,12
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	8.344.001,91	7.181.578,00
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.743.598,18	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	730.000,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	18.139.392.494,04	18.155.081.972,98
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	365.463.531,75	-8.655.653,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	296.615.388,71	812.304.644,30
DESEMBOLSOS	1.619.015.127,76	2.555.663.277,83
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.322.399.739,05	-1.743.358.633,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
DESEMBOLSOS	667.291.254,34	594.714.987,39
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	872.465.642,63	1.039.031.811,69
FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO		
INGRESSOS	5.729.149.508,44	5.514.300.629,61
DESEMBOLSOS	5.682.670.954,26	5.311.093.805,11
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA	46.478.554,18	203.206.824,50
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-37.992.010,49	-509.775.650,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.964.862.537,68	2.002.854.548,17
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	-37.992.010,49	-509.775.650,55

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

4.1.6.1 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFCDIR-01 – Valores Pendentes a Curto Prazo

Os valores pendentes a curto prazo se referem a entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária.

No lado dos dispêndios temos as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta.

TABELA 115
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO (DESEMBOLSOS)

		(R\$ 1,00)
Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	29.538.621,43
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	16.016.703,60
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	670.329,33
Total		46.225.654,36

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Esta linha é representada pelo saldo das seguintes contas contábeis: 1.1.9.9.1.04 + 1.1.9.9.1.05 + 1.1.9.9.1.98. Na tabela evidencia-se a composição dos dispêndios referentes aos Valores Pendentes a Curto Prazo.

DFCDIR-02 - Arrecadação a Repassar e a Receber

A “arrecadação a repassar” constitui-se na obrigação da Secretaria da Fazenda em repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta e Direta arrecadada via DAE pela Secretaria da Fazenda e a obrigação de repassar valores relativos à movimentações financeiras realizadas de forma inadequada.

Dessa forma evidencia-se nessa linha os movimentos (créditos menos débitos) das contas: 2.1.8.8.2.04 - Depósitos Não Judiciais, 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar, 2.1.8.9.2.12 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar e 2.1.8.9.2.42 - Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados. A Tabela evidencia os movimentos de cada uma das contas que compõem esse grupo.

TABELA 116
ARRECADAÇÃO A REPASSAR

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	1.000.000,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	6.906.652,96
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	714.287,53
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados	361,18
Total		8.621.301,67

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Na linha “arrecadação a receber” evidencia-se os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda, bem como os créditos a receber provenientes de movimentações financeiras realizadas indevidamente.

TABELA 117
ARRECADAÇÃO A RECEBER

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.2.2.2.05	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	714.287,53
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	1.000.000,00
Total		1.714.287,53

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Assim, evidencia-se neste grupo os movimentos (débitos – créditos) das seguintes contas: 1.1.2.2.2.05 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber e 1.1.3.8.2.35 - Movimentações Financeiras a Recuperar. A Tabela evidencia os movimentos de cada uma das contas que compõem esta linha.

4.2. Balanços das Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) e Fundos.

No exercício de 2015, a Administração Indireta apresentou seus resultados gerais por meio de balanços, demonstrativos e anexos de treze Autarquias, sete Fundações, quatro Empresas Estatais Dependentes e vinte e sete Fundos.

No balanço estão evidenciadas as seguintes demonstrações:

- Orçamentárias, que esclarecem a execução do orçamento;
- Financeiras, que indicam os recebimentos e os pagamentos, bem como a posição das disponibilidades inicial e final do exercício;
- Patrimoniais, que evidenciam a composição do patrimônio da entidade sob o ponto de vista dos bens, direitos e compromissos com terceiros.

4.2.1. Balanço Orçamentário

No Balanço Orçamentário estão demonstradas as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas. Do comparativo entre as Receitas Arrecadadas e as Despesas Realizadas resulta o superávit ou déficit orçamentário.

No exercício de 2015, a receita arrecadada, no valor de R\$ 2.848.492.080,15 foi inferior à despesa executada, de R\$ 7.846.586.829,66, gerando um déficit orçamentário no valor de 4.998.094.749,51

A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10 - Demonstração dos Ingressos e Dispêndios segundo as Categorias Econômicas da Administração Indireta e a tabela resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

TABELA 118

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇADA E REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)

VALORES BRUTOS	ORÇ.	REAL.	REST. DE RECEITA	ORÇ.	REAL.	VAL.LÍQ.	ORÇADO	REALIZADO
RECEITA CORRENTE	3.096.521.209,38	2.767.050.808,36	REST. REC. CORRENTE	-	11.388.501,54	REC. CORRENTE	3.096.521.209,38	2.755.662.306,82
RECEITA DE CAPITAL	187.549.398,94	92.829.773,33	REST. REC. CAPITAL	-	-	REC. CAPITAL	187.549.398,94	92.829.773,33
TOTAL DA RECEITA	3.284.070.608,32	2.859.880.581,69	TOTAL DEDUÇÃO	-	11.388.501,54	TOTAL	3.284.070.608,32	2.848.492.080,15

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Ressalta-se que no total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias. Da mesma forma, o balanço apresenta as receitas segundo as categorias econômicas e as despesas por tipo de crédito.

Os resultados da execução orçamentária do exercício estão resumidos na Tabela 19.

TABELA 119

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS					
	2014		2015		DIFERENÇA	VARIACÃO %
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO		
Receitas Correntes	2.756.057.788,89	2.528.845.365,01	3.096.521.209,38	2.755.640.832,43	-340.880.376,95	8,97
Receitas de Capital	318.882.744,28	94.163.219,82	187.549.398,94	92.829.773,33	-94.719.625,61	-1,42
SOMA	3.074.940.533,17	2.623.008.584,83	3.284.070.608,32	2.848.470.605,76	-435.600.002,56	8,60
Déficit	5.902.058.123,19	5.149.232.011,61	5.574.312.192,73	4.998.116.223,90		
TOTAL	8.976.998.656,36	7.772.240.596,44	8.858.382.801,05	7.846.586.829,66	-1.011.795.971,39	0,96

ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS					
	2014		2015		DIFERENÇA	VARIACÃO %
	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO		
Créd. Ord. E Suplementares	8.959.748.620,06	7.762.211.133,24	8.858.182.801,05	7.846.586.829,66	-1.011.595.971,39	1,09
Créditos Especiais	17.250.036,30	10.029.463,20	200.000,00	-	-200.000,00	-
SOMA	8.976.998.656,35	7.772.240.596,44	8.858.382.801,05	7.846.586.829,66	-1.011.795.971,39	1,09
Superávit	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.976.998.656,36	7.772.240.596,44	8.858.382.801,05	7.846.586.829,66	-1.011.795.971,39	1,09

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR.

Comparando a Previsão da Receita com a Fixação da Despesa, evidencia-se um déficit de R\$ 5.574.312.192,73, devido às transferências do Tesouro, que não são mais consideradas receitas orçamentárias. Observa-se então a dependência das transferências do Tesouro pelos órgãos da Administração Indireta.

Como foi demonstrado no capítulo que trata da execução orçamentária, a Administração Indireta apresentou um *déficit* orçamentário de R\$ 4.998.094.749,51.

Quando analisada a situação das entidades, separadamente, constata-se que o *déficit* orçamentário verificado na Administração Indireta, como um todo, foi consequência da situação *deficitária* registrada, principalmente no FUNDES, FUNAPREV, DER, PREVMILITAR e FUNECE.

Na tabela a seguir está evidenciada, de forma resumida, a situação das entidades com maiores *superávits* e *déficits*.

TABELA 120
DEMONSTRATIVO DO *SUPERAVIT/DEFICIT* ORÇAMENTÁRIO
DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)

ENTIDADE	SUPERÁVIT	PARTIC. %	ENTIDADE	DÉFICIT	PARTIC. %
PREVID	80.323.717,40	66,24	FUNDES	2.258.773.905,24	44,12
FPP	12.814.516,79	10,57	FUNAPREV	1.013.242.520,64	19,79
DETRAN	12.187.934,14	10,05	DER	635.712.882,66	12,42
FUNSEG	9.214.970,74	7,60	PREVMILITAR	233.186.275,19	4,55
FDID	1.973.436,28	1,63	FUNECE	216.253.395,96	4,22
SUBTOTAL	116.514.575,35	96,09	SUBTOTAL	4.357.168.979,69	85,11
OUTRAS ENTIDADES	4.739.462,98	3,91	OUTRAS ENTIDADES	762.179.808,15	14,89
TOTAL	121.254.038,33	100,00	TOTAL	5.119.348.787,84	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR.

4.2.1.1. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

BOIND-01 – Composição da Receita e Despesa Orçamentária:

A Previsão Inicial da Receita da Administração Indireta está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita), adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita). A Tabela abaixo apresenta a composição da Previsão Atualizada da Receita Orçamentária da Administração Indireta para o Exercício de 2015:

TABELA 121
COMPOSIÇÃO DA PREVISÃO ATUALIZADA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)

5.2.1.1 - Previsão Inicial	3.038.186.447,00
(+) 5.2.1.2.1 - Previsão Adicional da Receita	253.773.722,60
(-) 5.2.1.2.9 - Anulação da Previsão da Receita	(7.889.561,28)
(=) Previsão Atualizada	3.284.070.608,32

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

O valor das receitas realizadas da Administração Indireta também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da

Receita Orçamentária). A Tabela abaixo apresenta a composição da Receita Orçamentária Realizada da Administração Indireta no Exercício de 2015:

TABELA 122
COMPOSIÇÃO DA RECEITA REALIZADA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)	
6.2.1.2 – Receita Realizada	2.859.880.581,69
6.2.1.3 – Deduções da Receita Orçamentária	(11.388.501,54)
(=) Receita Líquida Realizada (apresentada no Balanço Orçamentário)	2.848.492.080,15

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

A Dotação Inicial da Administração Indireta é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A Tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada da Administração Indireta para o Exercício de 2015:

TABELA 123
COMPOSIÇÃO DA DOTAÇÃO ATUALIZADA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)	
5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	8.456.254.377,00
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	2.290.544.706,46
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	(1.888.416.282,41)
(=) Dotação Atualizada	8.858.382.801,05

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BOIND-02 - Previsão e execução da despesa por tipo de crédito - Administração Indireta

A tabela que segue demonstra a previsão e execução da despesa por tipo de crédito, na Administração Indireta.

TABELA 124
PREVISÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR TIPO DE CRÉDITO

(R\$ 1,00)					
Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	8.456.254.377,00	8.858.182.801,05	7.846.586.829,66	7.675.102.194,57	7.642.207.486,57
Especial	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Extraordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	8.456.254.377,00	8.858.382.801,05	7.846.586.829,66	7.675.102.194,57	7.642.207.486,57

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BOIND-03 - Tratamento dado aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Demonstrativo da Administração Indireta

Em virtude da sistemática adotada de tratamento dos restos a pagar não processados que foram liquidados em exercícios anteriores, onde não houve a transferência desses valores para a conta de restos a pagar processados, estes compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados, conforme cálculo é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 125
CÁLCULO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM EXERCÍCIOS
ANTERIORES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

	(R\$ 1,00)
6.3.1.1.0.02 - RP Não Processados a Liquidar - 2º Exercício	11.999.103,98
(+) 6.3.1.3.0.02 - RP Não Processados Liquidados a Pagar - 2º Exercício	18.800,61
(=) TOTAL	12.017.904,59

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015)

4.2.2. Balanço Financeiro

É objetivo primordial do Balanço Financeiro demonstrar toda a movimentação financeira, orçamentária e extra-orçamentária do exercício em análise, bem como o saldo em espécie que se transfere para o exercício seguinte.

Está dividido em quatro partes, compreendendo:

- as receitas e despesas resultantes da execução orçamentária;
- as transferências financeiras recebidas e concedidas para execução orçamentária;
- os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária;
- o saldo do exercício anterior e o saldo que se transfere para o exercício seguinte.

Ressalta-se que as receitas e despesas orçamentárias foram agrupadas em ordinárias e vinculadas. As Receitas Ordinárias incluem as receitas orçamentárias de Fonte 00 (Recursos Ordinários), Fonte 01 (Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados), Fonte 29 (Recursos Arrecadados da Venda de Selos de Autenticidade), Fonte 40 (Operações de Crédito Não Condicionadas) e Fonte 70 (Recursos Diretamente Arrecadados). As demais fontes constam no balanço como vinculadas.

Os resultados do Balanço Financeiro estão apresentados a seguir, de forma resumida, tendo-se omitido a despesa orçamentária por função, por haver sido demonstrada na tabela 17.

TABELA 126
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO FINANCEIRO

	(R\$ 1,00)	
INGRESSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ORÇAMENTÁRIA	2.848.492.080,15	2.623.008.584,83
-Ordinária	623.692.325,45	557.799.467,42
-Vinculada	2.224.799.754,70	2.065.209.117,41
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	5.505.983.627,65	5.310.241.023,74
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.490.613.517,66	1.298.718.972,93
Restos a Pagar	204.379.343,09	166.164.525,21
Valores Restituíveis	1.285.197.707,71	1.132.554.447,72
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	718.703.691,94	862.988.174,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	718.502.995,17	862.988.174,97
Depósitos restituíveis e valores vinculados	200.696,77	0,00
TOTAL	10.563.792.917,40	10.094.956.756,47
DISPÊNDIOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ORÇAMENTÁRIA	7.846.586.829,66	7.772.240.596,44
-Ordinária	4.852.181.783,30	5.189.592.129,33
-Vinculada	2.994.405.046,36	2.582.648.467,11
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	548.046.303,92	224.961.625,69
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	1.383.094.744,84	1.379.050.842,40
Restos a Pagar	139.630.384,20	260.995.684,08
Valores Restituíveis	1.232.484.153,99	1.118.055.158,32
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	786.065.038,98	718.703.691,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	778.957.328,07	718.502.995,17
Depósitos restituíveis e valores vinculados	7.107.710,91	200.696,77
TOTAL	10.563.792.917,40	10.094.956.756,47

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nos grupos de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, encontra-se a movimentação relacionada a todas as transferências financeiras intra-orçamentárias realizadas pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual para a execução de pagamentos de natureza orçamentária ou extra-orçamentária. Em ambos os grupos, consta a discriminação dos valores repassados e recebidos para pagamento de despesas orçamentárias e extraorçamentárias.

Os restos a pagar registrados como Receita Extraorçamentária são os inscritos neste exercício e são assim contabilizados para compensar sua inclusão na Despesa Orçamentária, uma vez que são considerados despesas executadas.

Os Restos a Pagar constantes na coluna Despesa correspondem àqueles pagos neste exercício, mas que pertencem a exercícios anteriores.

Na receita de Depósitos de Diversas Origens, merecem destaque as consignações da folha de pagamento, cauções e garantias diversas e os depósitos para quem de direito.

As entidades que mais contribuíram para a composição da receita e da despesa dessa conta estão demonstradas na tabela seguinte:

TABELA 127

DEMONSTRATIVO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS POR ÓRGÃO

ENTIDADE	RECEITA	PARTIC.%	(R\$ 1,00)	
			DESPESA	PARTIC.%
FUNAPREV	544.111.984,25	42,30	524.111.984,25	42,52
FUNDES	221.465.396,03	17,22	213.238.793,24	17,30
DETRAN	153.471.562,79	11,93	147.462.450,42	11,96
PREVMILITAR	122.084.798,46	9,49	113.692.095,78	9,22
OUTRAS ENTIDADES	244.345.442,42	19,06	234.082.601,95	19,00
TOTAL	1.286.337.946,22	100,00	1.232.587.925,64	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa constante tanto no saldo em espécie do exercício anterior quanto no saldo em espécie para o exercício seguinte corresponde ao agrupamento de contas 1.1.1.1, cujos principais grupos são: Tesouro Estadual, Recursos Vinculados, Recursos à Disposição de Convênios e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.

No grupo Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte, a conta Caixa e Equivalentes de Caixa registrou saldo de R\$ 778.957.328,07 e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados R\$ 7.107.710,91. A Tabela 26 apresenta as entidades responsáveis pelos maiores saldos neste grupo.

TABELA 128

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

ENTIDADE	(R\$ 1,00)	
	VALOR	PARTIC. %
FUNDES	109.719.625,11	13,96
PREVID	93.372.258,20	11,88
FPP	88.120.806,50	11,21
FUNAPREV	76.659.442,37	9,75
DETRAN	61.706.971,35	7,85
OUTRAS ENTIDADES	356.485.935,45	45,35
TOTAL	786.065.038,98	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

4.2.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro

BFIND-01 - Pagamentos de Restos a Pagar Processados

Devido a sistemática de liquidação da despesa adotada pelo S2GPR desde 2012, as consignações de exercícios anteriores pagas (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) constam inseridas nos saldos dos Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Pagos ao final do exercício compreende, também, a diferença entre débitos e créditos das consignações dos exercícios anteriores.

TABELA 129

CÁLCULO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)

Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2015	Valor
Saldo da conta 6.3.2.2 - RP Processados Pagos	10.255.001,97
(-) Diferença entre Débitos e Créditos da conta 2.1.8.8.1.01.02 – Consignações dos Exercícios Anteriores	2.203.210,60
(=) Pagamentos de Restos a Pagar Processados	8.051.791,37

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Como as consignações de exercícios anteriores pagas já estão evidenciadas na linha de Pagamentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor de Restos a Pagar Processados Pagos, é preciso subtrair a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anterior, conforme é evidenciado na tabela acima.

BFIND-02 – Recebimentos e pagamentos extraorçamentários – Outros Valores Restituíveis

A Tabela abaixo evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 130

CÁLCULO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	5.709.511,11
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	118.357.657,97
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	1.181,56
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	82.709,80
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	47.140,48
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	2.640.085,02
Total		126.838.285,94

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Destaca-se a inclusão da conta contábil 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar, tanto nos recebimentos como nos pagamentos de outros valores restituíveis. Essa conta registra a obrigação em repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta arrecadada via DAE pela Sefaz. A tabela abaixo evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 131

CÁLCULO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	232.121,29
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	112.511.191,17
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	1.181,56
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	76.791,52
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	35.912,48
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	2.640.085,02
Total		115.497.283,04

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BFIND-03 - Valores Pendentes a Curto Prazo

Os valores pendentes a curto prazo se referem a entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. No lado dos ingressos, evidenciam-se as entradas de valores nos extratos bancários que não foram identificados em conciliação bancária. Portanto, para que a contabilidade esteja compatível com a conciliação bancária, esses valores foram lançados como receita a classificar. Tais entradas são representadas pelo saldo da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar e apresentam, no Estado, o montante de R\$ 1.036.466,86.

No lado dos dispêndios, temos as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta. Esta linha é representada pelo saldo das seguintes contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05, 1.1.9.9.1.98. Na tabela abaixo, evidencia-se a composição dos dispêndios referentes aos Valores Pendentes a Curto Prazo.

TABELA 132

VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO (DISPÊNDIOS)

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	187.335,24
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	4.895.661,84
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	492.525,25
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	5.404.684,32
Total		10.980.206,65

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BFIND-04 - Depósitos restituíveis e valores vinculados

O valor de R\$ 7.107.710,91 na linha “depósitos restituíveis e valores vinculados” com a coluna de dispêndios, refere-se ao saldo das contas de ativo financeiro: 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber, 1.1.2.2.2.06 - Arrecadação a Receber – DAES Rejeitados.

TABELA 133
CÁLCULO DOS DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.2.2.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	7.107.349,73
1.1.2.2.2.06	Arrecadação a Receber – DAES Rejeitados	361,18
Total		7.107.710,91

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

As contas 1.1.2.2.2.04 e 1.1.2.2.2.06 registram os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A Tabela acima evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro.

4.2.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial demonstra, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Em virtude da adoção dos novos critérios contábeis adotados, os grupos do Ativo e do Passivo foram classificados em Circulante e em Não Circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, conforme se observa na tabela a seguir:

TABELA 134
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DO BALANÇO PATRIMONIAL

	(R\$ 1,00)	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.097.337.967,18	1.485.715.493,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	778.957.328,07	718.502.995,17
Créditos a Curto Prazo	7.433.296,15	201.896,77
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	931.416,87	909.779,43
Estoques	299.223.054,68	766.100.821,77
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas	10.792.871,41	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.889.720.012,68	1.689.492.856,18
Ativo Realizável a Longo Prazo	13.198.371,74	14.027.394,74
Investimentos	36.199,76	36.199,76
Imobilizado	1.865.408.646,77	1.675.429.261,68
Intangível	11.076.794,41	0,00
TOTAL	2.987.057.979,86	3.175.208.349,32

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	182.815.739,04	100.462.575,61
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	14.192.064,19	1.879.516,04
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	854.114,05	30.644,57
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.815.475,08	4.873.481,02
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	48.864,66	130.996,57
Demais Obrigações a Curto Prazo	164.905.221,06	93.547.937,41
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.219.583,04	7.827.898,85
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.800.022.657,78	3.066.917.874,86
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	2.800.022.657,78	3.066.917.874,86
TOTAL	2.987.057.979,86	3.175.208.349,32

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 135
DEMONSTRATIVO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIRO, PERMANENTE E
SALDO PATRIMONIAL E CONTAS DE COMPENSAÇÃO

(R\$ 1,00)			
(1) Ativo Financeiro	786.065.038,98	(3) Passivo Financeiro	312.250.469,38
(2) Ativo Permanente	2.200.992.940,88	(4) Passivo Permanente	73.758.670,44
Saldo Patrimonial	2.601.048.840,04		
Compensações			
Atos Potenciais Ativos	447.180.654,53	Atos Potenciais Passivos	68.271.482,35

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A Tabela acima destaca o Ativo e o Passivo (Financeiro e Permanente), além do Saldo Patrimonial e das contas de Compensação, constantes no Balanço Patrimonial, conforme determina o art. 15 da Lei nº 4.320/64:

As entidades integrantes da Administração Indireta encerraram o exercício com o Saldo Patrimonial de R\$2.601.048.840,04 e *superávit* financeiro de R\$ 473.814.569,60 resultado da diferença entre Ativo Financeiro e Passivo Financeiro A conta Caixa e Equivalentes de Caixa, pertencente ao grupo Ativo Circulante, teve uma contribuição expressiva nesse resultado.

Quando analisadas separadamente, observa-se que 31 entidades apresentaram *superávit* financeiro, no valor total de R\$ 522.281.914,16, destacando-se as seguintes:

TABELA 136
DEMONSTRATIVO DO *SUPERAVIT* FINANCEIRO POR ENTIDADE

ENTIDADE	SUPERÁVIT	(R\$ 1,00)	
		PARTICIPAÇÃO %	
PREVID	93.372.258,20	17,88	
FPP	88.108.006,10	16,87	
SEMACE	56.704.533,48	10,86	
FUNAPREV	55.456.675,55	10,62	
SUBTOTAL	293.641.473,33	56,22	
OUTRAS ENTIDADES	228.640.440,83	43,78	
TOTAL	522.281.914,16	100,00	

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Foi registrado *déficit* financeiro em doze Entidades, cujo montante chegou a R\$ 48.467.344,56. O FUNDES foi responsável pelo maior valor, com um percentual de 43,22 % correspondente a R\$ 20.946.138,36.

No Ativo Imobilizado, integram o grupo Bens Móveis, no valor de R\$ 309.705.119,52 e Bens Imóveis, no total de R\$ 1.555.703.527,25.

As contas de compensação representam os atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo as compensações do ativo e do passivo, ou seja, são contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle.

A tabela abaixo evidencia o cálculo do Patrimônio Líquido:

TABELA 137
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(R\$ 1,00)

CÁLCULO - CONFERÊNCIA PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA)	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2014	3.066.917.874,86
(+) RESULTADO PATRIMONIAL 2015	-154.376.986,42
(+) VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-112.518.230,66
(+) VARIAÇÃO DA CONTA DE RESERVAS MATEMÁTICAS DO SEGURO SOCIAL	0,00
(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2015	2.800.022.657,78

CÁLCULO DA VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2015	-272.840.855,77
(-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 2014	-160.322.625,11
(=)VARIAÇÃO DA CONTA DE AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-112.518.230,66

4.2.3.1. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

BPIND-01 - Movimentações na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2015 foram registrados ajustes no Patrimônio Líquido no valor de (R\$ 112.518.230,66). O quadro abaixo evidencia a composição dos ajustes efetuados.

TABELA 138
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

(R\$ 1,00)

Tipo de Ajuste no PL	Valor
Liquidação de Despesa e Restos a Pagar do Elemento 92	-102.136.129,23
Ajuste em Estoques	-439.155,02
Ajustes de Créditos a Receber	-829.023,00
Ajuste em Bens Móveis	33.375,20
Ajustes de Despesas de Capital a Incorporar	-8.565.254,39
Ajustes em Obras em Andamento	-884.803,77
Ajustes em Inscrição de Dívida Ativa	6.957,83
Correção de Erro ou Mudança de critério Contábil	295.801,72
Total	-112.518.230,66

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

As liquidações de despesas efetivas do elemento 92 - Despesas de Exercícios Anteriores são contabilizadas utilizando-se como contrapartida a conta de ajustes de exercícios anteriores dado que não são despesas do exercício.

O valor de ajustes de despesas de capital a incorporar referem-se a liquidações do exercício de 2012 a 2014, não baixadas no exercício de competência, cuja incorporação não foi possível dado que não ocorreu a geração de um bem de capital.

BPIND-02 - Composição do Passivo Financeiro

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

“§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela abaixo:

TABELA 139
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

	(R\$ 1,00)
Passivo (Atributo F)	113.276.651,64
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	171.484.635,09
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	27.489.182,65
(=) Passivo Financeiro	312.250.469,38

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

4.2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

Este demonstrativo constitui parte integrante do balanço e evidencia as alterações verificadas no patrimônio, durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.

Essas alterações no patrimônio consistem em variações qualitativas e quantitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, enquanto que as variações qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais, mas não afetam o patrimônio líquido. Dessa forma, é calculado o resultado patrimonial do período, que é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. A Tabela 87 evidencia a síntese das variações patrimoniais.

TABELA 140
DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

(R\$ 1,00)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8.354.530.777,86	7.933.483.009,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	413.762.294,60	385.516.722,37
Contribuições	1.395.437.047,54	1.361.596.574,52
Exploração e venda de Bens, Serviços e Direitos	70.064.367,97	48.392.130,29
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	98.502.164,64	69.492.504,48
Transferências e Delegações Recebidas	6.141.504.109,66	5.930.014.506,94
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	235.260.793,45	138.470.571,13
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.508.907.764,28	7.149.112.859,14
Pessoal e Encargos	1.407.205.944,08	1.349.621.650,65
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.709.776.125,76	2.415.262.983,88
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.488.969.430,90	1.363.737.433,21
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	54.732.798,85	25.787.342,70
Transferências e Delegações Concedidas	1.547.890.745,03	1.211.234.613,41
Desvalorização e Perda de Ativos	1.200,00	0,00
Tributárias	42.654.014,25	57.521.830,95
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	257.677.505,41	725.947.004,34
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	-154.376.986,42	784.370.150,59
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES QUALITATIVAS		
Incorporação do Ativo	1.105.110.071,06	1.417.655.674,45
Desincorporação do Passivo	22.060.863,74	1.100.993,15
Desincorporação de Ativo	2.748.985,36	3.309.079,50
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	1.129.919.920,16	1.422.065.747,10

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

No exercício de 2015, foi apurado um déficit de R\$ 154.376.986,42, que representa o Resultado Patrimonial do exercício.

Quando analisadas separadamente, observa-se que 35 entidades apresentaram superávit, no valor total de R\$ 419.942.534,45. Dentre as Entidades que se destacaram, estão o DER, com 47,63% do total do superávit e o PREVID com 19,13 %.

Em contrapartida, dez Entidades apresentaram déficit, totalizando R\$574.319.520,87.O FUNDES foi responsável por 88,62 % desse valor, enquanto o REVMILITAR, 3,86 %.

4.2.4.1. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Qualitativas - Incorporação do Ativo

DVPIND-01 - Aquisição de Bens Móveis provenientes de Outras Fontes da Administração Indireta

TABELA 141

OUTRAS FONTES UTILIZADAS NA COMPRA DE BENS MÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)

Fonte de Recursos		Valor
Fonte 00	Recursos Ordinários	5.893.191,86
Fonte 01	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	10.752,90
Fonte 07	Cota-parte da Contribuição do Salário-educação	0,00
Fonte 10	Recursos provenientes do FECOP	60.032,63
Fonte 15	Depósitos Judiciais - PIMPJ	0
Fonte 16	Medida Compensatória Ambiental	347.200,00
Fonte 40	Operações de Crédito Não Condicionada	0,00
Fonte 45	Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	0,00
Fonte 47	Operações de Crédito Internas - BNDES/Estados	368.498,56
Fonte 53	Operações de Crédito Internas - PROINVESTE	0
Fonte 58	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BIRD	0,00
Fonte 59	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	173.600,00
Fonte 67	Operações de Crédito Externas - Tesouro/MLW	0,00
Fonte 69	Operações de Crédito Externas - PFORR	0,00
Fonte 70	Recursos diretamente arrecadados	2.058.173,62
Fonte 76	Recursos Provenientes do FIT	0,00
Fonte 79	Transferência ao Fundo de Defesa Civil	15.464.296,44
Fonte 80	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta	0
Fonte 82	Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	0,00
Fonte 83	Convênios com Órgãos Federais - Administração Indireta	1.217.016,51
Fonte 89	Convênios com Órgãos Privados - Administração Indireta	135.960,90
Fonte 91	Recursos provenientes do SUS	10.665.240,40
Fonte 92	Repasse Fundo a Fundo - FNAS	28.620,44
TOTAL		36.422.584,26

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Variações Patrimoniais Qualitativas - Desincorporação do Ativo

DVPIND-04 - Empréstimos e Financiamentos da Administração Indireta

Ressalta-se que o valor recebido de R\$ 1.123.345,70 de Empréstimos e Financiamentos pela Administração Indireta foi referente ao Programa de Sementes.

4.2.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiado à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Segue o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.

TABELA 142
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

(R\$ 1,00)

TÍTULO (R\$ 1,00)	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO INSCRIÇÃO	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	157.695.664,60	0	130.183.601,95	27.512.062,65
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	12.017.904,59	0	12.017.904,59	0
DESTE EXERCÍCIO	0	171.484.635,09	0	171.484.635,09
SUBTOTAL	169.713.569,19	171.484.635,09	142.201.506,54	198.996.697,74
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	8.483.809,07	0	8.053.817,44	429.991,63
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	100.717,87	0	100.717,87	0
DESTE EXERCÍCIO	0	32.894.708,00	0	32.894.708,00
SUBTOTAL	8.584.526,94	32.894.708,00	8.154.535,31	33.324.699,63
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0	0	0	0
SUBTOTAL	0	0	0	0
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	26.179.051,43	1.286.337.946,22	1.232.587.925,64	79.929.072,01
SUBTOTAL	26.179.051,43	1.286.337.946,22	1.232.587.925,64	79.929.072,01
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0	0	0	0
SUBTOTAL	0	0	0	0
TOTAL	204.477.147,56	1.490.717.289,31	1.382.943.967,49	312.250.469,38

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

4.2.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DFIND01 – Ajustes efetuados na grade de elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF) da Administração Indireta, a fim de adequar o saldo evidenciado no referido demonstrativo com o Passivo Financeiro constante em anexo ao Balanço Patrimonial:

Foram feitos ajustes na grade de elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta de 2015, em comparação com a grade do Balanço/2014, a fim de conciliar esse demonstrativo com o saldo do Passivo Financeiro apresentado em anexo ao Balanço Patrimonial. As linhas que sofreram alterações na composição dos saldos e as devidas justificativas para a alteração constam a seguir:

(I) Linha de Restos a Pagar Processados - 1º Exercício Anterior (2014):

A Tabela abaixo evidenciada, apresenta a composição do valor dos Restos a Pagar Processados, 1º Exercício, apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta de 2015:

TABELA 143

COMPOSIÇÃO DO SALDO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – 1º EXERCÍCIO, APRESENTADO NO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.

(R\$ 1,00)

Descrição	Saldo Anterior	Inscrição	Baixa	Saldo Seguinte
Restos a Pagar Processados – 1º Exercício (6.3.2.1.0.01).	10.723.858,03	-	10.257.028,04	466.829,99
(-) Consignações de Exercícios Anteriores (2.1.8.8.1.01.02).	2.240.048,96	-	2.203.210,6	36.838,36
Saldos Restos a Pagar Processados – 1º Exercício, apresentado na Dívida Flutuante.	8.483.809,07	-	8.053.817,44	429.991,63

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

(II) Linha Depósitos de Diversas Origens - Ajuste 1: faz-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para exclusão das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis - Consolidação que possuem atributo P (Permanente). Essas contas de Passivo Circulante não pertencem ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual estão marcadas na contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não devem constar no mapeamento das contas contábeis para serem incluídas na Dívida Flutuante da Administração Indireta. A tabela a seguir apresenta os saldos, em 31/12/2015, das contas incluídas no subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P e que foram excluídos do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta:

TABELA 144

CONTAS COM ATRIBUTO “P” A SEREM EXCLUÍDAS DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS DA
DÍVIDA FLUTUANTE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2015
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	76.875,20
2.1.8.8.1.51.01	Depósitos Judiciais Transferidos (P)	68.607.941,67
Ajuste 1: Valores Restituíveis – Consolidação marcados com atributo “P”		68.684.816,87

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

(III) Linha Depósitos de Diversas Origens – Ajuste 2: faz-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo da conta 2.1.8.9.1.36 - Valores em Trânsito Exigíveis (F), no valor de R\$ 1.036.466,86. Essas contas, apesar de não estarem relacionadas no grupo 2.1.8.8.1 – Valores Restituíveis – Consolidação, possuem funcionamento contábil semelhante. Ou seja, representam depósitos recebidos, não decorrentes da execução orçamentária, que serão devolvidos em momento posterior. Desta forma, é preciso que os saldos dessas contas sejam adicionados ao grupo 2.1.8.8.1 – Valores Restituíveis – Consolidação para que se chegue ao valor de Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante da Administração Indireta.

Considerando os ajustes citados nos itens II e III, a composição dos Depósitos de Diversas Origens, é apresentada na Tabela XIV abaixo:

TABELA 145

COMPOSIÇÃO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA
FLUTUANTE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)

Descrição	Saldo em 31/12/2015
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	147.577.422,02
(-) Ajuste 1 - Saldos com atributo P a serem excluídos no grupo 2.1.8.8.1	(68.684.816,87)
(+) Ajuste 2 - Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	1.036.466,86
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)	79.929.072,01

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

DFIND02 - Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como Baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar da Administração Indireta ocorridas em 2015:

TABELA 146

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EVIDENCIADOS NA DF DA
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2015
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.4)	131.578.592,83
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.9)	10.622.913,71
Somatório das Baixas de RPNP	142.201.506,54

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

TABELA 147

BAIXAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EVIDENCIADOS NA DF DA
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2015
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	10.255.001,97
(-) Pagamento de Consignações de Exercícios Anteriores (Débitos - Créditos do Subgrupo de Contas 2.1.8.8.1.01.02) (*)	2.203.210,60
(=) Pagamento de RPP líquido das Consignações Pagas de Exercícios Anteriores	8.051.791,37
(+) Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	102.743,94
Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP)	8.154.535,31

(*) Com base nas explicações apresentadas em notas anteriores, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR, desde 2012 até o exercício de 2014, o pagamento dos Restos a Pagar Processados também precisa ser ajustado das Consignações de Exercícios Anteriores Pagas, que constam registrados na conta contábil de Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2), mas são evidenciados em separado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). Logo, o valor de pagamentos de Restos a Pagar Processados é evidenciado líquido das Consignações de Exercícios Anteriores pagas em 2015 e o pagamento das referidas Consignações está incluso nos saldos apresentados na linha Depósitos de Diversas Origens. É mister destacar que, a partir do exercício de 2015, esses ajustes não mais serão necessários, em virtude da mudança do controle e contabilização das consignações a pagar do exercício.

4.2.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa

De acordo com a 6ª. Edição do MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

TABELA 148

RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DA ADM. INDIRETA

	(R\$1,00)	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	8.253.863.121,09	7.836.220.448,77
RECEITAS DERIVADAS	1.923.671.086,80	1.865.910.952,69
RECEITAS ORIGINÁRIAS	287.681.829,51	134.277.032,82
TRANSFERÊNCIAS	6.042.510.204,78	5.836.032.463,26
INTERGOVERNAMENTAIS	526.300.818,05	490.874.801,19
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	8.175.643,62	6.666.704,58
PESSOAS	465.247,09	1.167.370,35
CONVÊNIOS	9.367.681,75	29.948.503,38
INTRAGOVERNAMENTAIS	5.498.200.814,27	5.307.375.083,76
DESEMBOLSOS	7.528.061.919,62	6.950.047.187,56
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	5.939.178.822,20	5.711.042.185,67
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	32.948.317,73	25.094.659,97
TRANSFERÊNCIAS	1.555.934.779,69	1.213.910.341,92
INTERGOVERNAMENTAIS	288.260.457,79	331.608.933,30
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	598.575.658,64	546.844.978,49
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	4.871.579,17	4.721.338,69
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	119.156.355,72	106.895.721,81
INTRAGOVERNAMENTAIS	545.070.728,37	223.839.369,63
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	725.801.201,47	886.173.261,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	92.829.773,33	94.163.219,82
DESEMBOLSOS	778.989.026,38	1.143.503.107,10
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-686.159.253,05	-1.049.339.887,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	22.060.863,74	1.100.993,15
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-22.060.863,74	-1.100.993,15
FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO		
INGRESSOS	176.598.622,28	100.426.853,87
DESEMBOLSOS	133.725.374,06	80.644.414,45
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA	42.873.248,22	19.782.439,42
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	60.454.332,90	-144.485.179,80
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	718.502.995,17	862.988.174,97
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	778.957.328,07	718.502.995,17
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	60.454.332,90	-144.485.179,80

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

4.2.6.1 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFCIND-01 – Valores Pendentes a Curto Prazo

Os valores pendentes a curto prazo se referem a entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. No lado dos ingressos, evidenciam-se as entradas de valores nos extratos bancários que não foram identificados em conciliação bancária. Portanto, para que a contabilidade esteja compatível com a conciliação bancária, esses valores foram lançados como receita a classificar. Tais entradas são representadas pelo saldo da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar e apresentam, no Estado, o montante de R\$ 1.036.466,86.

No lado dos dispêndios, temos as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta. Esta linha é representada pelo saldo das seguintes contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05, 1.1.9.9.1.98. Na tabela evidencia-se a composição dos dispêndios referentes aos Valores Pendentes a Curto Prazo.

TABELA 149
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO (DESEMBOLSOS)

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	187.335,24
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	4.895.661,84
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	492.525,25
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	5.404.684,32
Total		10.980.206,65

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

DFCIND-02 - Arrecadação a Receber

Na linha “arrecadação a receber” evidencia-se os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda.

TABELA 150
ARRECADAÇÃO A RECEBER

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.2.2.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	6.906.652,96
1.1.2.2.2.06	Arrecadação a Receber – DAES Rejeitados	361,18
Total		6.907.014,14

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Assim, evidencia-se neste grupo os movimentos (débitos - créditos) das seguintes contas: 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber e 1.1.2.2.2.06 - Arrecadação a Receber – DAES Rejeitados. A tabela acima evidencia os movimentos de cada uma das contas que compõem esta linha.

4.3. BALANÇOS CONSOLIDADOS

4.3.1. Balanço Orçamentário Consolidado

O Balanço Orçamentário da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (EMATERCE, ETICE, COHAB e CODECE) demonstra as receitas previstas em confronto com as realizadas, bem como as despesas fixadas com as executadas evidenciadas as diferenças globais entre elas e devem ser apresentados conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



TABELA 151

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

(R\$ 100)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	20.032.832.441,97	20.478.877.381,69	19.378.427.209,33	-1.100.450.172,36
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.881.801.350,13	10.916.225.130,91	10.225.482.363,12	-690.742.767,79
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.379.895.934,00	1.405.195.934,00	1.395.437.047,54	-9.758.886,46
RECEITA PATRIMONIAL	255.572.159,40	255.579.051,49	577.497.667,07	122.118.615,58
RECEITA DE SERVIÇOS	80.860.422,02	82.637.299,10	73.314.511,66	-9.322.787,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.987.930.990,00	7.240.186.013,75	6.677.266.458,00	-562.919.555,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	448.771.586,42	579.253.952,44	629.429.161,94	50.175.209,50
RECEITAS DE CAPITAL	4.064.247.075,00	4.307.266.657,59	1.929.202.059,01	-2.378.064.598,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.756.660.479,00	2.872.691.255,30	1.539.756.896,97	-1.332.934.358,33
ALIENAÇÃO DE BENS	18.546,00	1.218.546,00	4.336.948,62	3.118.402,62
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.304.222.930,00	1.430.011.736,29	373.861.628,36	-1.056.150.107,93
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.345.120,00	3.345.120,00	11.246.585,06	7.901.465,06
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	24.097.079.516,97	24.786.144.039,28	21.307.629.268,34	-3.478.514.770,94
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO =(III) (I-II)	24.097.079.516,97	24.786.144.039,28	21.307.629.268,34	-3.478.514.770,94
DÉFICIT (IV)	0,03	364.600.978,71	200.505.659,20	-164.095.319,51
TOTAL (V)=(III +IV)	24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	-3.642.610.090,45
SALDO DE EXER. ANTERIORES (UTILIZ. PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.589.792.454,95	594.926.267,21	-994.866.187,74
Superávit Financeiro	-	1.589.792.454,95	594.926.267,21	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO i=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	18.391.760.478,00	19.347.763.693,91	18.287.950.252,93	18.075.991.272,69	17.888.733.416,86	1.059.813.440,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.904.109.864,00	10.280.571.385,84	9.997.648.936,18	9.995.401.464,65	9.895.413.932,64	282.922.449,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	367.640.750,00	419.047.602,41	414.556.094,18	414.556.094,18	414.556.094,18	4.491.508,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.120.009.864,00	8.648.144.705,66	7.875.745.222,57	7.666.033.713,86	7.578.763.390,04	772.399.483,09
DESPESAS DE CAPITAL	5.653.101.657,00	5.783.837.133,43	3.220.184.674,61	3.063.269.842,94	3.019.539.505,65	2.563.652.458,82
INVESTIMENTOS	4.905.705.165,00	4.942.609.325,09	2.411.486.940,10	2.254.572.108,43	2.210.841.771,14	2.531.122.384,99
INVERSÕES FINANCEIRAS	149.127.932,00	146.853.787,11	119.345.616,43	119.345.616,43	119.345.616,43	27.308.170,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	598.268.560,00	694.374.021,23	689.352.118,08	689.352.118,08	689.352.118,08	5.021.903,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	52.217.382,00	19.144.190,65	0,00	0,00	0,00	19.144.190,65
RESERVA DO RPPS	52.217.382,00	19.144.190,65	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	21.139.261.115,63	20.908.272.922,51	3.642.610.090,45
AMORT. DA DIV./REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C. REFINANCIAMENTO) (VII)=(VI-VII)	24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	21.139.261.115,63	20.908.272.922,51	3.642.610.090,45
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X)=(VIII +IX)	24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	21.139.261.115,63	20.908.272.922,51	3.642.610.090,45

FONTE: S2GPR/SEFAZ

TABELA 152

Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados

(R\$ 1,00)

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)				
Despesas Correntes	31.169.438,78	197.664.759,84	46.783,87	156.301.425,45	30.908.063,84	41.624.709,33
Pessoal e Encargos Sociais	1.592.477,47	1.589.716,08	0,00	563.099,64	1.287.335,79	1.331.758,12
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	29.576.961,31	196.075.043,76	46.783,87	155.738.325,81	29.620.728,05	40.292.951,21
Despesas de Capital	44.146.089,13	237.630.784,55	186.597,04	186.376.444,30	43.520.799,91	51.879.629,47
Investimentos	44.146.089,13	232.618.584,55	186.597,04	181.364.244,30	43.520.799,91	51.879.629,47
Inversões Financeiras	0,00	5.012.200,00	0,00	5.012.200,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TO TAL	75.315.527,91	435.295.544,39	233.380,91	342.677.869,75	74.428.863,75	93.504.338,80

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

TABELA 153

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados

(R\$ 1,00)

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)			
Despesas Correntes	754.047,56	111.942.814,54	108.474.146,94	2.364.586,45	1.858.128,71
Pessoal e Encargos Sociais	145.152,81	41.072.435,35	40.539.106,78	313.582,03	364.899,35
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	608.894,75	70.870.379,19	67.935.040,16	2.051.004,42	1.493.229,36
Despesas de Capital	2.291.600,20	18.546.914,88	15.093.958,25	936.840,81	4.807.716,02
Investimentos	2.290.759,20	18.546.914,88	15.093.958,25	935.999,81	4.807.716,02
Inversões Financeiras	841,00	0,00	0,00	841,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TO TAL	3.045.647,76	130.489.729,42	123.568.105,19	3.301.427,26	6.665.844,73

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

No Balanço Orçamentário Consolidado, da confrontação entre a Receita Arrecadada e a Despesa Realizada, no exercício de 2015, do Balanço Orçamentário da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes verifica-se um déficit orçamentário de R\$ 200.505.659,20.

- A Receita Orçamentária consta com seus valores líquidos, excluindo os valores referentes às Deduções para a Formação do FUNDEB e Restituições de Receitas Orçamentárias. A Discriminação das Deduções de Receitas consta no Anexo 10, Consolidado do Estado e a tabela resumo, abaixo listado, traz uma síntese desses valores:

No total da Receita e Despesa Orçamentária, constam as Receitas e Despesas Intra-orçamentárias;



- Com a adoção do novo modelo de Balanço Orçamentário para a Administração Pública, conforme dispõe o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 4ª edição, válido a partir de 2012, as receitas e despesas de capital devem ser evidenciadas segregando as operações relacionadas ao refinanciamento da dívida pública. Dessa maneira, a evidenciação das Receitas de Capital com Operações de Crédito e das Despesas de Capital com Amortização da Dívida dão destaque a essas operações, não constando totalizadas no Balanço Orçamentário. Destaca-se que não houve operações de refinanciamento da dívida pública em 2015.

A tabela abaixo demonstra o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, evidenciando-as por categoria econômica e confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a sua realização.

TABELA 154
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA

(1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	911.664.443,00	919.181.320,08	940.168.320,50	20.987.000,42
Receita Tributária	7.793.648,00	7.793.648,00	307.278,39	-7.486.369,61
- Taxas pela Prestação de Serviços	5.659.290,00	5.659.290,00	296.278,97	-5.363.011,03
- Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.134.358,00	2.134.358,00	10.999,42	-2.123.358,58
Receita de Contribuições	888.305.233,00	894.305.233,00	864.450.713,38	-29.854.519,62
- Contribuições Sociais	888.305.233,00	894.305.233,00	864.450.713,38	-29.854.519,62
Receita de Serviços	8.421.736,00	9.938.613,08	12.977.666,45	3.039.053,37
- Receita de Serviços	8.421.736,00	9.938.613,08	12.977.666,45	3.039.053,37
Outras Receitas Correntes	7.143.826,00	7.143.826,00	62.432.662,28	55.288.836,28
- Indenizações	-	894.305.233,00	864.450.713,38	-29.854.519,62
- Receitas Diversas	7.143.826,00	7.793.648,00	307.278,39	-7.486.369,61
- Restituições	-	9.938.613,08	12.977.666,45	3.039.053,37
TOTAL GLOBAL	911.664.443,00	919.181.320,08	940.168.320,50	20.987.000,42
DÉFICIT FINANCEIRO			44.601.778,77	

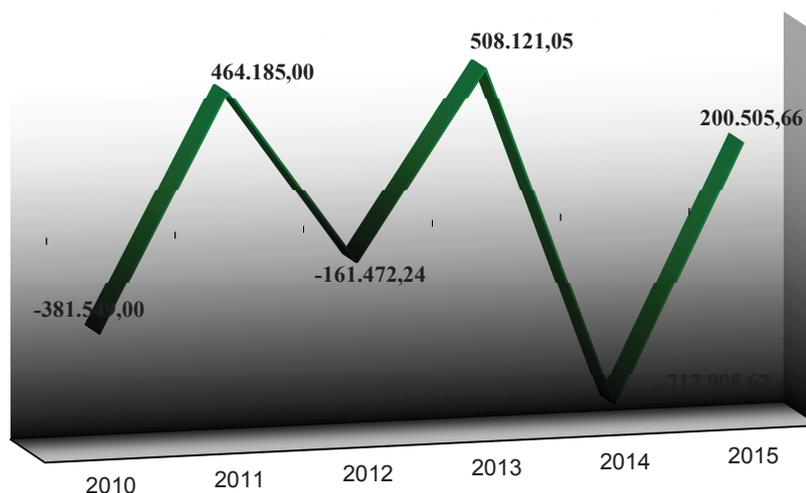
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DO TAÇÃO INICIAL (d)	DO TAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DO TAÇÃO i=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	910.755.423,00	1.019.539.264,73	984.379.329,70	983.505.703,43	924.052.196,52	35.159.935,03
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	889.012.885,00	927.622.553,81	905.872.209,67	905.872.209,65	846.516.308,18	21.750.344,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.742.538,00	91.916.710,92	78.507.120,03	77.633.493,78	77.535.888,34	13.409.590,89
DESPESAS DE CAPITAL	909.020,00	1.100.302,41	390.769,57	390.769,57	390.769,57	709.532,84
INVESTIMENTOS	909.020,00	1.100.302,41	390.769,57	390.769,57	390.769,57	709.532,84
TOTAL GLOBAL	911.664.443,00	1.020.639.567,14	984.770.099,27	983.896.473,00	924.442.966,09	35.869.467,87

Fonte: S2GPR/SEFAZ (2015)

Observa-se que a realização da receita intraorçamentária ultrapassou a previsão atualizada em R\$ 20.987.000,42. Da mesma forma, verifica-se que a dotação atualizada foi superior a despesa empenhada no valor de R\$ 35.869.467,87. Em relação ao confronto entre a receita realizada e despesa empenhada, observa-se ainda um déficit de R\$ 44.601.778,77.

A diferença entre as receitas intraorçamentárias realizadas e as despesas intraorçamentárias pagas está evidenciada na nota explicativa BOCON-04.

GRÁFICO XXXIV
TRAJETÓRIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - 2009 A 2015
(R\$ 1.000,00)



Fonte: S2GPR/SEFAZ

4.3.1.1 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário Consolidado

BOCON-01 – Critérios utilizados na elaboração do Balanço Orçamentário e Composição da Receita e Despesa Orçamentária:

Para o preenchimento deste balanço, utilizam-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento Aprovado: Previsão da Receita e Fixação da Despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do Orçamento: Realização da Receita e Execução da Despesa) do plano de contas.

A Previsão Inicial da Receita está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita), adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita). A Tabela abaixo apresenta a composição da Previsão Atualizada da Receita Orçamentária para o Exercício de 2015:

TABELA 155
COMPOSIÇÃO DA PREVISÃO ATUALIZADA

(R\$ 1,00)

5.2.1.1 - Previsão Inicial	24.097.079.516,97
(+) 5.2.1.2.1 - Previsão Adicional da Receita	708.309.075,35
(-) 5.2.1.2.9 - Anulação da Previsão da Receita	(19.244.553,04)
(=) Previsão Atualizada	24.786.144.039,28

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

O valor das receitas realizadas também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária). A Tabela abaixo apresenta a composição da Receita Orçamentária Realizada no Exercício de 2015:

TABELA 156
COMPOSIÇÃO DA RECEITA REALIZADA

(R\$ 1,00)

6.2.1.2 – Receita Realizada	23.979.202.621,12
6.2.1.3 – Deduções da Receita Orçamentária	2.671.573.352,78
(=) Receita Líquida Realizada (apresentada no Balanço Orçamentário)	21.307.629.268,34

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A Tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada para o Exercício de 2015:

TABELA 157
COMPOSIÇÃO DA DOTAÇÃO ATUALIZADA

(R\$ 1,00)

5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	24.097.079.517,00
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	5.280.391.387,75
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	(4.226.725.886,76)
(=) Dotação Atualizada	25.150.745.017,99

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

A Despesa Empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago).

Na tabela que segue, evidencia-se a previsão e execução da despesa por tipo de crédito.

TABELA 158
PREVISÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA POR TIPO DE CRÉDITO

(R\$ 1,00)

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
Ordinário e Suplementar	24.097.079.517,00	25.141.049.487,61	21.502.218.958,15	21.134.352.348,42	20.903.413.515,59
Especial	-	9.695.530,38	5.915.969,39	4.908.767,21	4.859.406,92
Extraordinário	-	-	-	-	-
Total	24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	21.139.261.115,63	20.908.272.922,51

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BOCON-02 – Processo de Liquidação da Despesa e Consignações a Pagar:

A partir do exercício de 2015, a Secretaria da Fazenda promoveu modificação no controle e na contabilização das consignações retidas no exercício, com o objetivo de alinhar as informações evidenciadas nos demonstrativos contábeis, em especial quanto ao valor da despesa orçamentária paga do exercício, bem como das inscrições de restos a pagar processados a partir de 31/12/2015.

Como é sabido, desde 2012, com o advento do S2GPR e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o saldo das Consignações do Exercício a Pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) constava inserido nos saldos de Créditos Empenhados Liquidados a Pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) no final do exercício. Logo, o valor de restos a pagar processados inscritos compreendia, também, o saldo das consignações do exercício não pagas.

Quando da execução das rotinas de encerramento de cada exercício financeiro, em alguns casos, inscreviam-se em restos a pagar processados empenhos liquidados que possuíam saldo em aberto apenas quanto às retenções efetuadas, mas não pagas. Não havia mais obrigação referente a esses empenhos com os respectivos credores, apenas uma consignação a pagar a terceiro. Em outros casos, o valor da liquidação não paga compreendia uma parcela devida ao credor e outra parte retida a pagar. Logo, o saldo do empenho não representava uma obrigação a pagar integralmente relacionada com o respectivo credor. Os resíduos de consignações a pagar atrelados aos empenhos inscritos em restos a pagar processados ao final de cada exercício sempre trouxeram dificuldades para análise das demonstrações contábeis que evidenciavam as duas informações (restos a pagar processados e consignações a pagar) em sua estrutura.

Nos demonstrativos contábeis dos exercícios de 2012 a 2014 que evidenciam os valores de restos a pagar processados inscritos no exercício e de consignações do exercício a pagar, era necessário efetuar ajustes de *layout* para separar os dois valores, já que a conta contábil de controle dos empenhos liquidados em aberto ao final do exercício – crédito empenhado liquidado a pagar (6.2.2.1.3.03) – agregava os dois valores, valor líquido a pagar e consignação retida. É mister salientar que a opção de adotar tal procedimento de controle das consignações a pagar é

pacificamente aceito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que, inclusive, permite aos entes federados optarem por essa proposta de contabilização no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

A partir de 2015, com a modificação procedida no registro das consignações a pagar do exercício, a liquidação da despesa orçamentária com retenção acarreta em registro de despesa orçamentária paga (6.2.2.1.3.04) no valor referente à consignação retida a pagar. Em outras palavras, a retenção informada gera um registro de pagamento no controle contábil do orçamento, ao mesmo tempo em que se registra um ingresso extraorçamentário decorrente da retenção. Para tornar mais transparente o fluxo das retenções na contabilidade, foi implantado um controle do movimento extra-orçamentário gerado pela consignação a pagar, utilizando-se as contas 5.2.2.8.1 (Consignações do Exercício) e 6.2.2.8.1.01 (Consignações do Exercício a Pagar).

O objetivo dessa sistemática é evidenciar na contabilidade a discriminação das consignações não pagas e assim, facilitar a elaboração e conferência dos Demonstrativos Contábeis em que se evidenciam fluxos de consignações. Cabe destacar que essa alternativa de contabilização também é plenamente aceita pela STN, constando diversas citações sobre essa opção de registro ao longo do MCASP. Inclusive, a mudança desse critério contábil segue a determinação emanada pelo próprio TCE em atendimento à recomendação nº 22 constante nas contas de governo de 2012.

Com a mudança do referido critério contábil, foi possível elaborar as Demonstrações Contábeis sem efetuar ajustes de *layout* e, assim, compatibilizar as informações de despesa orçamentária paga, inscrição de restos a pagar processados e consignações a pagar sem precisar recorrer a notas explicativas para compor eventuais diferenças. No caso do Balanço Orçamentário, o valor da inscrição de restos a pagar processados do exercício de 2015, correspondente à diferença entre a despesa liquidada e paga, é igual ao valor de restos a pagar processados do exercício apresentado nos demais demonstrativos que divulgam tal informação: Balanço Financeiro e Dívida Flutuante.

BOCON-03 – Utilização do Superávit Financeiro de 2014 para cobertura do déficit orçamentário de 2015

O déficit verificado no Balanço Orçamentário Consolidado do Estado, tanto na previsão como na realização, no valor de R\$ 364.600.978,71 e R\$ 200.505.659,20, respectivamente, foi coberto com parte do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014.

Verifica-se o valor do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014 (R\$ 1.589.792.454,95) na linha “Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)/Superávit Financeiro” com a coluna “Previsão Atualizada”. Desse valor, R\$ 594.926.267,21 foi utilizado em 2015 e está evidenciado na linha “Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)/Superávit Financeiro” com coluna “Receitas Realizada”.

BOCON-04 - Receitas e Despesas decorrentes de Operações Intraorçamentárias

Em 2015, foi verificada diferença entre o total das Receitas e Despesas Intraorçamentárias de R\$ 15.504.193,43, conforme demonstra a Tabela a seguir:

TABELA 159
RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE 2015

(R\$ 1,00)

Valores Intraorçamentários em 31/12/2015	R\$
Receitas Intraorçamentários - Valores Líquidos Arrecadados no Exercício	940.168.320,50
Despesas Intraorçamentárias - Valores Pagos no Exercício	924.442.966,09
Diferença entre Receitas e Despesas Intraorçamentárias	15.725.354,41

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

A metodologia estabelecida pela legislação de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o registro das Receitas e Despesas Intraorçamentárias não permite a compatibilização de seus valores dentro do exercício financeiro, devido a diversas concepções e diferenças operacionais para registro dessas receitas e despesas. Esse contexto enseja a necessidade de edição de nota explicativa em cada exercício financeiro de referência para composição das diferenças.

É mister mencionar que a legislação de direito financeiro estabelece, para o setor público, que os regimes contábeis da receita e despesa orçamentária são distintos (Lei 4.320/64, art. 35). Conforme a norma, o reconhecimento da despesa intraorçamentária se dá pelo empenho, enquanto que a arrecadação e o recebimento efetivo desses valores ocorrem em outro momento, posterior ao empenhamento das despesas. Se a compatibilização das receitas e despesas intraorçamentárias ocorresse com base nas despesas empenhadas, a diferença seria ainda maior. A título de informação, o Estado do Ceará empenhou despesas intraorçamentárias, em 2015, no montante de R\$ 984.770.099,27. Comparando a despesa empenhada e paga, já partiríamos com uma diferença de R\$ 60.327.133,18. Isso justifica a decisão de compatibilizar a receita intraorçamentária arrecadada com a despesa paga, já que o momento de ocorrência desses fatos tende a ser mais aproximado.

Entretanto, mesmo comparando receitas e despesas intraorçamentárias quando da ocorrência dos fluxos financeiros (arrecadação e pagamento), não há como compatibilizar totalmente os valores dentro do exercício, uma vez que as operações que registram a receita e despesa intraorçamentária ocorrem envolvendo Unidades Gestoras e momentos distintos. A seguir, apresentam-se a receita e despesa intraorçamentária ajustada, considerando as situações que ensejaram tal diferença:

TABELA 160

COMPOSIÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE A RECEITA E DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA

(R\$ 1,00)

Receita Intraorçamentária Ajustada	
Receitas Intraorçamentárias - Valores Líquidos Arrecadados no Exercício	940.168.320,50
1) Total de pagamentos de Restos a Pagar que foram contabilizados como receita intraorçamentária, mas não constam no total da despesa intraorçamentária do exercício de 2015 porque foram registradas no exercício anterior.	(11.504.193,43)
Total da Receita Intraorçamentária Ajustada	928.664.127,07
Despesa Intraorçamentária Ajustada	
Despesas Intraorçamentárias - Valores Pagos no Exercício	924.442.966,09
1) Total de pagamentos de despesas intraorçamentárias que não foram contabilizados como receita intraorçamentária pelo recebedor do recurso	4.221.218,08
2) Despesa empenhada como intraorçamentária indevidamente.	(57,10)
Total da Despesa Intraorçamentária Ajustada	928.664.127,07

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BOCON-05 - Tratamento dado aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Demonstrativo Consolidado

Em virtude da sistemática adotada de tratamento dos restos a pagar não processados que foram liquidados em exercícios anteriores, onde não houve a transferência desses valores para a conta de restos a pagar processados, estes compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados, conforme cálculo é evidenciado na tabela abaixo:

TABELA 161

CÁLCULO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES CONSOLIDADO

(R\$ 1,00)	
6.3.1.1.0.02 - RP Não Processados a Liquidar - 2º Exercício	75.004.743,22
(+) 6.3.1.3.0.02 - RP Não Processados Liquidados a Pagar - 2º Exercício	310.784,69
(=) TOTAL	75.315.527,91

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

4.3.2. Balanço Financeiro Consolidado

O Balanço Financeiro da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes demonstra a Receita e a Despesa Orçamentárias, as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, como também os recebimentos e pagamentos extra-orçamentários, juntamente com os saldos financeiros disponíveis oriundos do exercício anterior e os transferidos para o exercício seguinte e deve ser apresentado conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011.

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior. O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

O Balanço Financeiro de 2015 evidenciou que os ingressos orçamentários totalizaram R\$ 21.307.629.268,34. Os dispêndios orçamentários de 2015 somaram a quantia de R\$ 21.508.134.927,54.

As transferências financeiras recebidas totalizaram o montante de R\$ 18.861.711.099,58, enquanto as transferências financeiras concedidas somaram R\$ 18.861.913.548,45.

Os ingressos extra-orçamentários aumentaram, no exercício de 2015, totalizando a quantia de R\$ 9.266.268.921,56. No mesmo período, dispêndios extra-orçamentários totalizaram a quantia de R\$ 9.034.477.189,41.

O saldo de disponibilidade evidenciado para o exercício seguinte é de R\$ 2.752.641.864,19, o que representa um valor de R\$ 31.083.601,08 superior ao saldo final de disponibilidade do exercício de 2014 de R\$ 2.721.558.240,11.

TABELA 162
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

(R\$ 1,00)

INGRESSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	21.307.629.268,34	21.065.609.482,42
Ordinária	15.063.937.662,49	14.492.343.385,52
Vinculada	6.243.691.605,85	6.573.266.096,90
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	18.861.711.099,58	18.692.732.556,77
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	9.266.268.921,56	8.530.656.853,48
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.721.558.240,11	3.375.618.373,69
TOTAL	52.157.167.529,59	51.664.617.266,36

(R\$ 1,00)

DISPÊNDIOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ESPECIFICAÇÃO		
DEPESA ORÇAMENTÁRIA	21.508.134.927,54	21.783.515.154,38
Ordinária	15.240.853.742,79	15.123.678.857,95
Vinculada	6.267.281.184,75	6.659.836.296,43
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	18.861.913.548,45	18.692.808.730,17
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	9.034.477.189,41	8.466.735.141,70
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.752.641.864,19	2.721.558.263,11
TOTAL	52.157.167.529,59	51.664.617.289,36

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

4.3.2.1. Notas Explicativas do Balanço Financeiro Consolidado

BFCON-01 – Critérios utilizados na elaboração do Balanço Financeiro

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada – 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária).

Já as despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, em obediência ao parágrafo único do art. 103 da Lei 4.320/1964 e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado).

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas (4.5.1) e Concedidas (3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará.

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está incluída, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

Já o grupo de Pagamentos Extraorçamentários são evidenciados os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, representam o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa (1.1.1) e de ativo financeiro (1.1.2.2.2.04, 1.1.2.2.2.05, 1.1.2.2.2.06, 1.1.3.8.2.35).

BFCO-02 – Diferença de R\$ 202.448,87 entre as Transferências Financeiras Recebidas e as Transferências Financeiras Concedidas.

As transferências financeiras concedidas superam as transferências financeiras recebidas em 202.448,87. Abaixo segue a composição desses valores por gestora:

TABELA 163
DIFERENÇA ENTRE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS E RECEBIDAS
(R\$ 1,00)

UG	Transferências Financeiras Recebidas	Transferências Financeiras Concedidas	Diferença
470201	0	188.773,93	-188.773,93
310501	0	13.824,06	-13.824,06
190001	0	-149,12	149,12
Total	0	202.448,87	-202.448,87

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

- Diferença de 188.773,93 no Fundo Estadual de Assistência (470201)

Este valor foi transferido da conta bancária 58063-5 na 470201 para a conta bancária 60706198-1 (Tesouro Estadual) através da Nota de Movimentação Financeira nº 533/2013. No entanto este documento não foi contabilizado.

Para regularização contábil do saldo de banco e disponibilidade no FEAS, foram feitos os lançamentos (NLCs 96459, 96460) abaixo no exercício de 2015:

D_ 3.5.1.0.2.02.02 – Repasse Concedido - Independente de Execução Orçamentária

C_ 1.1.1.1.1.08.02 - Recursos a Disposição de Convênios – Fonte Convênio

D_ 8.2.1.1.1.02 - Disponibilidade por Destinação de Recursos - Outras Fontes

C_ 7.2.1.1.1 - Disponibilidade de Recursos

Porém o recebimento não foi contabilizado na Sefaz (190001) ocasionando a diferença entre as transferências recebidas e concedidas no Estado. Tal pendência será corrigida em 2016.

- Diferença de 13.824,06 no Fundo Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (310501).

O valor se refere à regularização contábil de devolução de saldo de convênio da Fonte 83 (Convênios com Órgãos Federais da Administração Indireta) entre a FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

O referido valor (R\$ 13.824,06) foi devolvido financeiramente em 04/07/2012 pela FUNCAP ao Tesouro Estadual pela Nota de Movimentação Financeira nº 149, documento não contabilizado. Para a regularização contábil do saldo de banco e disponibilidade, foram feitos os lançamentos abaixo (NLCs 4887 e 4888) no exercício de 2015, o que ocasionou a diferença entre as transferências recebidas e concedidas.

D_ 3.5.1.0.2.02.02 – Repasse Concedido - Independente de Execução Orçamentária

C_ 1.1.1.1.1.08.02 - Recursos a Disposição de Convênios – Fonte Convênio

D_ 8.2.1.1.1.02 - Disponibilidade por Destinação de Recursos - Outras Fontes

C_ 7.2.1.1.1 - Disponibilidade de Recursos

Este valor não poderia ter sido devolvido por empenho, pois o recurso foi aportado na conta específica pelo pesquisador após a prestação de contas junto ao CNPq e o encerramento do Convênio.

Na Sefaz o recebimento foi contabilizado em 2012 pelas NLC's 885097, 885098 e 885099.

- Diferença de 149,12 na Secretaria da Fazenda (190001)

Refere-se à duas NLCs de estorno lançadas indevidamente (NLCs nº 1142231 e 1142232).

BFCON-03 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

Ressalta-se que em 2015, foi procedida uma modificação no processo de registro das consignações a pagar, baixando-as como despesa orçamentária paga, no momento da liquidação da despesa orçamentária. Ao mesmo tempo, foi criado um movimento extra-orçamentário utilizando-se o grupo 6 do Plano de Contas, para controlar as consignações não pagas.

Dessa forma, em virtude dos novos critérios contábeis adotados, o saldo das consignações do exercício a pagar (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.01) não consta mais inserido nos saldos de créditos empenhados liquidados a pagar (grupo de contas 6.2.2.1.3.03) no final do exercício. Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Inscritos ao final do exercício compreende no Balanço Financeiro, somente o saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3.03.

BFCON-04 – Pagamentos de Restos a Pagar Processados

Devido a sistemática de liquidação da despesa adotada pelo S2GPR desde 2012 até o final de 2014, as consignações de exercícios anteriores pagas (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02) constam inseridas nos saldos dos Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2). Logo, o valor de Restos a Pagar Processados Pagos ao final do exercício compreende, também, a diferença entre débitos e créditos das consignações dos exercícios anteriores.

TABELA 164

CÁLCULO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DO ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)

Saldos de Contas do Balancete em 31/12/2015	Valor
Saldo da conta 6.3.2.2 - RP Processados Pagos	123.568.105,19
(-) Diferença entre Débitos e Créditos da conta 2.1.8.8.1.01.02 – Consignações dos Exercícios Anteriores	22.108.467,75
(=) Pagamentos de Restos a Pagar Processados	101.459.637,44

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Como as consignações de exercícios anteriores pagas já estão evidenciadas na linha de Pagamentos Extraorçamentários no Balanço Financeiro, para se conhecer o valor de Restos a Pagar Processados Pagos, é preciso subtrair a diferença entre débitos e créditos das consignações do exercício anterior, conforme é evidenciado na tabela acima.

BFCON-05 - Recebimentos e pagamentos extraorçamentários - Outros Valores Restituíveis

A tabela evidencia a composição dos recebimentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

TABELA 165

CÁLCULO DOS RECEBIMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	5.709.511,11
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	167.497.752,03
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.425.725.940,89
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	8.765.556,12
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	82.709,80
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	180.491,06
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	1.000.000,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	87.590.061,18
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	1.218.711,95
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados	361,18
Total		5.697.771.095,32

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Destaca-se a inclusão da conta contábil 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar, 2.1.8.9.2.12 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar e 2.1.8.9.2.42 - Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados, tanto nos recebimentos como nos pagamentos de outros valores restituíveis. Essas contas registram a obrigação da Secretaria da Fazenda em repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta e Direta arrecadada via DAE pela Sefaz.

A tabela a seguir evidencia a composição dos pagamentos de Outros Valores Restituíveis, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

TABELA 166

CÁLCULO DOS PAGAMENTOS DE OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.03	Depósitos Judiciais	232.121,29
2.1.8.8.1.04	Depósitos Não Judiciais	160.808.641,27
2.1.8.8.1.06	Cheque-Salário em Trânsito	5.406.421.031,72
2.1.8.8.1.08	Arrecadação de Terceiros	5.414.032,39
2.1.8.8.1.09	Mercadorias Recebidas em Consignação	76.791,52
2.1.8.8.1.99	Outros Valores Restituíveis	159.760,33
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	80.683.408,22
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	504.424,42
Total		5.654.300.211,16

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BFCON-06 - Valores Pendentes a Curto Prazo

Os valores pendentes a curto prazo se referem a entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. No lado dos ingressos, evidenciam-se as entradas de valores nos extratos bancários que não foram identificados em conciliação bancária. Portanto, para que a contabilidade esteja compatível com a conciliação bancária, esses valores foram lançados como receita a classificar. Tais entradas são representadas pelo saldo da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar e apresentam, no Estado, o montante de R\$ 1.036.466,86.

No lado dos dispêndios, temos as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta. Esta linha é representada pelo saldo das seguintes contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05, 1.1.9.9.1.98. Na tabela a seguir evidencia-se a composição dos dispêndios referentes aos Valores Pendentes a Curto Prazo.

TABELA 167
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO (DISPÊNDIOS)

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	187.335,24
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	34.434.283,27
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	16.509.228,85
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	6.075.013,65
Total		57.205.861,01

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BFCON-07 – Depósitos restituíveis e valores vinculados

O valor de R\$ 8.821.998,44 na linha “depósitos restituíveis e valores vinculados” com a coluna de dispêndios, refere-se ao saldo das contas de ativo financeiro: 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber, 1.1.2.2.2.05 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber, 1.1.2.2.2.06 - Arrecadação a Receber - DAES Rejeitados e 1.1.3.8.2.35 - Movimentações Financeiras a Recuperar.

TABELA 168
CÁLCULO DOS DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.2.2.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	7.107.349,73
1.1.2.2.2.05	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	714.287,53
1.1.2.2.2.06	Arrecadação a Receber – DAES Rejeitados	361,18
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	1.000.000,00
Total		8.821.998,44

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

As contas 1.1.2.2.2.04, 1.1.2.2.2.05 e 1.1.2.2.2.06 registram os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta e Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A conta 1.1.3.8.2.35 evidencia créditos a receber provenientes de movimentação financeira realizada indevidamente. A tabela acima, evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro.

4.3.3. Balanço Patrimonial Consolidado

O Balanço Patrimonial da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes demonstra, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, conforme orientações da Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011. O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

- a) **Ativo** - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- b) **Passivo** - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- c) **Patrimônio Líquido** - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- d) **Contas de Compensação** - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes. As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade. Em conformidade com a Lei nº 4.320/1.964, artigo 105, que confere o viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, já que separa o Ativo e Passivo em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem, apresentamos o seguinte:



TABELA 169
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(R\$ 1,00)		
ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	3.883.784.596,91	4.183.837.180,58
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.743.819.865,75	2.721.357.543,34
Créditos a Curto Prazo	357.167.123,79	293.736.876,39
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	249.989.031,40	234.251.054,76
Estoques	475.790.050,20	934.491.706,09
Variações Patrimoniais Diminutivas Pags	57.018.525,77	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	26.634.842.990,98	24.425.670.397,70
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.649.948.610,29	6.676.603.367,85
Investimentos	3.590.295.575,55	4.061.370.732,71
Imobilizado	15.322.375.822,61	13.687.202.629,12
Intangível	72.222.982,53	493.668,02
TOTAL	30.518.627.587,89	28.609.507.578,28
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	950.427.404,91	687.218.669,39
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	103.803.832,22	21.537.920,49
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	854.114,05	30.644,57
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7.491.565,15	14.757.890,99
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.330.415,63	8.132.790,46
Obrigações de Repartição a Outros Entes	52.780.468,12	49.964.091,07
Demais Obrigações a Curto Prazo	777.167.009,74	592.795.331,81
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.112.187.828,96	8.501.097.309,01
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	89.546.765,61	88.943.028,38
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	10.422.241.899,09	7.764.620.906,38
Demais Obrigações a Longo Prazo	600.399.164,26	647.533.374,25
TOTAL DO PASSIVO	12.062.615.233,87	9.188.315.978,40
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	18.456.012.354,02	19.421.191.599,88
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.456.012.354,02	19.421.191.599,88
TOTAL	30.518.627.587,89	28.609.507.578,28
ATIVO FINANCEIRO	2.752.641.864,19	2.721.558.240,11
ATIVO PERMANENTE	27.765.985.723,70	25.887.949.338,17
PASSIVO FINANCEIRO	1.343.033.087,31	1.132.133.275,71
PASSIVO PERMANENTE	11.181.726.916,36	8.566.481.703,92
SALDO PATRIMONIAL	17.993.867.584,22	18.910.892.598,65

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015)

O Balanço Patrimonial Consolidado do exercício de 2015 apresentou em seu ativo financeiro o montante de R\$ 2.752.641.864,19, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R\$ 1.343.033.087,31. Assim, o Estado apresentou um superávit financeiro de R\$ 1.409.608.776,88. O Ativo Permanente totalizou um montante de R\$ 27.765.985.723,70, enquanto o Passivo Permanente totalizou R\$ 11.181.726.916,36. A Situação Patrimonial, evidenciada no Balanço Patrimonial Consolidado de 2015, foi positiva em R\$ 17.993.867.584,22.

De acordo com a Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público o Balanço Patrimonial destacou os seguintes pontos: Em virtude da adoção dos novos critérios contábeis adotados, os grupos do Ativo e do Passivo foram classificados em Circulante e em Não Circulante, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. As contas do ativo foram dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade e as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

O Ativo, recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, totalizaram o montante de R\$ 30.518.627.587,89.

Os ativos foram classificados como circulantes satisfazendo os seguintes critérios: ativos disponíveis para realização imediata e ativos com expectativa de realização até o término do exercício seguinte. Os demais ativos foram classificados como não circulantes. O Passivo, obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, somaram em R\$ 12.062.615.233,87.

Os passivos foram classificados como circulantes satisfazendo os seguintes critérios: valores exigíveis até o final do exercício seguinte e valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade. Os demais passivos foram classificados como não circulantes.

Na tabela 170 evidencia-se a composição do ativo e passivo financeiro, bem como o cálculo do superávit financeiro com base nas contas contábeis do Plano de Contas.

TABELA 170
CÁLCULO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

ATIVO	VALORES	PASSIVO	VALORES
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	2.743.819.865,75	Passivo (Atributo F)	880.888.317,51
1.1.2.2.2 Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	7.821.998,44	6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	368.873.811,91
1.1.3.8.2.35 Movimentações Financeiras a Recuperar	1.000.000,00	6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	93.270.957,89
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	2.752.641.864,19	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	1.343.033.087,31
SUPERÁVIT FINANCEIRO	1.409.608.776,88		

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).



Na tabela seguinte evidencia-se do Demonstrativo do Superávit Financeiro detalhado por fonte.

TABELA 171
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO
(ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA)

		(R\$ 1,00)		
ATIVO FINANCEIRO	VALOR	PASSIVO FINANCEIRO	VALOR	SUPERAVIT FINANCEIRO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.966.576.825,21		1.030.782.617,93	935.794.207,28
FONTES DIVERSAS	1.273.730.051,68	FONTES DIVERSAS	848.566.448,95	425.163.602,73
FR 00 E 01 RECURSOS ORDINARIOS E FPE	1.031.078.462,93	FR 00 E 01 RECURSOS ORDINARIOS E FPE	765.530.371,77	265.548.091,16
FR 07 CONTRIBUIÇÃO DO SALARIO-EDUCAÇÃO	23.422.162,37	FR 07 CONTRIBUIÇÃO DO SALARIO-EDUCAÇÃO	10.115.717,13	13.306.445,24
FR 10 RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	125.501.073,92	FR 10 RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	47.269.263,63	78.231.810,29
FR 11 COTA-PARTE DA CIDE	372.139,77	FR 11 COTA-PARTE DA CIDE	0,00	372.139,77
FR 14 RECURSOS PROVENIENTES DE DEPOSITOS JUD	45.000.000,00	FR 14 RECURSOS PROVENIENTES DE DEPOSITOS JUD	0,00	45.000.000,00
FR 16 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	7.617.815,04	FR 16 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	350.022,60	7.267.792,44
FR 44 IND P/ EXT DO PETROLEO, XISTO E GAS	79.069,77	FR 44 IND P/ EXT DO PETROLEO, XISTO E GAS	0,00	79.069,77
FR 50 E 51 FUNDEB E COMPL DA UNIÃO	26.997.796,20	FR 50 E 51 FUNDEB E COMPL DA UNIÃO	24.663.036,70	2.334.759,50
FR 76 RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	13.661.531,48	FR 76 RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	640.037,10	13.021.494,38
OPERAÇÕES DE CREDITO	366.301.739,09	OPERAÇÕES DE CREDITO	82.630.578,80	282.671.160,29
FR 37 OP DE CREDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CE	19.770.523,69	FR 37 OP DE CRED INTERNAS - CPAC MCMV - CEF	19.770.523,69	0,00
FR 39 OP DE CREDITO INTERNAS - CPAC MCMV - B	19.353.837,92	FR 39 OP DE CRED INTERNAS - CPAC MCMV - B	19.353.837,92	0,00
FR 40 OP DE CREDITO NÃO CONDICIONADA	15.748.254,22	FR 40 OP DE CRED NÃO CONDICIONADA	8.530.266,49	7.217.987,73
FR 43 OP DE CREDITO INTERNAS - TESOURO/BNDES	3.698.831,21	FR 43 OP DE CRED INTERNAS - TESOURO/BNDES	3.920.358,31	-223.727,10
FR 47 OP DE CREDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS	799.115,11	FR 47 OP DE CRED INTERNAS - BNDES/ESTADOS	679.282,23	119.832,88
FR 48 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOURO	-	FR 48 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOURO	369.814,06	-369.814,06
FR 53 OP DE CREDITO INTERNAS - PRONINVESTE	114.407,66	FR 53 OP DE CRED INTERNAS - PRONINVESTE	144.244,44	-29.836,78
FR 56 OP DE CREDITO INTERNAS - PRONINVESTE	12.903.339,35	FR 56 OP DE CRED INTERNAS - PRONINVESTE	2.993.803,20	9.909.536,15
FR 57 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW	270.699,05	FR 57 OP DE CRED EXTERNAS - TESOURO/KFW	878.140,21	-607.441,16
FR 58 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD	102.232.311,13	FR 58 OP DE CRED EXTERNAS - TESOURO/BIRD	6.450.212,53	95.782.098,60
FR 59 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOURO/BID	72.334.421,51	FR 59 OP DE CRED EXTERNAS - TESOURO/BID	10.371.280,58	61.963.140,93
FR 64 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOURO/FIDA	10.815.586,28	FR 64 OP DE CRED EXTERNAS - TESOURO/FIDA	152.515,22	10.663.071,06
FR 65 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF	67.093.029,40	FR 65 OP DE CRED EXTERNAS - TESOURO/CAF	3.711.442,72	63.321.286,68
FR 69 OP DE CREDITO EXTERNAS - PforR	40.169.382,56	FR 69 OP DE CRED EXTERNAS - PforR	5.244.657,20	34.924.725,36
CONVÊNIOS	327.546.034,44	CONVÊNIOS	99.585.590,18	227.959.444,26
FR 82 CONV COM ORGAOS FEDERAIS - ADM DIRETA	327.502.840,53	FR 82 CONV COM ORGAOS FEDERAIS - ADM DIRETA	97.701.549,90	229.801.290,63
FR 86 CONV COM ORGAOS MUNICIPAIS - ADM DIRETA	-	FR 86 CONV COM ORGAOS MUNICIPAIS - ADM DIRETA	190.040,28	-190.040,28
FR 88 CONV COM ORGAOS PRIVADOS - ADM DIRETA	42.193,91	FR 88 CONV COM ORGAOS PRIVADOS - ADM DIRETA	1.694.000,00	-1.651.806,09
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	786.065.038,98		312.250.469,38	473.814.569,60
FONTES DIVERSAS	661.032.329,06	FONTES DIVERSAS	303.308.634,25	(36.277.389,06)
FR 03 RECURSOS PROVENIENTES DA CONT. SOCIAL	60.166.192,36	FR 03 RECURSOS PROVENIENTES DA CONT. SOCIAL	1.521.487,99	58.644.704,37
FR 04 RECURSOS PROVENIENTES DA CONT. PATRONAL	100.735.946,36	FR 04 RECURSOS PROVENIENTES DA CONT. PATRONAL	11.226.386,44	89.509.559,92
FR 05 RECURSOS PROVENIENTES DA CONT. PARLAMENTAR	26.791.403,36	FR 05 RECURSOS PROVENIENTES DA CONT. PARLAMENTAR	12.800,00	26.778.603,36
FR 06 REC. PROVENIENTES DA CONT. PATRONAL P.	22.910.392,27	FR 06 REC. PROVENIENTES DA CONT. PATRONAL P.	0,40	22.910.391,87
FR 00 E 01 RECURSOS ORDINARIOS E FPE	7.317.744,95	FR 00 E 01 RECURSOS ORDINARIOS E FPE	73.801.279,37	-66.483.534,42
FR 07 CONTRIBUIÇÃO DO SALARIO-EDUCAÇÃO	-	FR 07 CONTRIBUIÇÃO DO SALARIO-EDUCAÇÃO	-	0,00
FR 10 RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	1.256.079,80	FR 10 RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	18.857.739,28	-17.601.659,48
FR 11 COTA-PARTE DA CIDE	-	FR 11 COTA-PARTE DA CIDE	20.626,30	-20.626,30
FR 14 RECURSOS PROVENIENTES DE DEP. JUDICIAIS	16.847.595,07	FR 14 RECURSOS PROVENIENTES DE DEP. JUDICIAIS	16.847.595,07	0,00
FR 15 DEPOSITOS JUDICIAIS-PIMPJ	2.717.090,25	FR 15 DEPOSITOS JUDICIAIS-PIMPJ	1.261.745,25	1.455.345,00
FR 16 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	48.431.652,97	FR 16 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	113.642,44	48.318.010,53
FR 29 REC. ARREC. NA VENDA DE SELOS DE AUTENT	9.967.846,37	FR 29 REC. ARREC. NA VENDA DE SELOS DE AUTENT	1.599.423,61	8.368.422,76
FR 44 IND P/ EXT DO PETROLEO, XISTO E GAS	-	FR 44 IND P/ EXT DO PETROLEO, XISTO E GAS	190.196,68	-190.196,68
FR 50 E 51 FUNDEB E COMPL DA UNIÃO	-	FR 50 E 51 FUNDEB E COMPL DA UNIÃO	-	0,00
FR 70 RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	256.777.831,35	FR 70 RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	72.488.096,49	184.289.734,86
FR 76 RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	1.300.000,00	FR 76 RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	1.879.382,71	-579.382,71
FR 79 TRANSF. AO FUNDO DE DEFESA CIVIL-FDCC	20.747.615,74	FR 79 TRANSF. AO FUNDO DE DEFESA CIVIL-FDCC	36.410.686,83	-15.663.071,09
FR 91 RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	83.193.665,62	FR 91 RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	66.992.791,34	16.200.874,28
FR 92 REPASSE FUNDO A FUNDO-FNAS	1.874.272,59	FR 92 REPASSE FUNDO A FUNDO-FNAS	84.754,05	1.789.518,54
OPERAÇÕES DE CREDITO	-	OPERAÇÕES DE CREDITO	1.316.844,42	-1.316.844,42
FR 48 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOURO	-	FR 48 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOURO	10.032,00	-10.032,00
FR 59 OP DE CREDITO EXTERNAS - TESOURO/BID	-	FR 59 OP DE CRED EXTERNAS - TESOURO/BID	754.897,29	-754.897,29
FR 69 OP DE CREDITO EXTERNAS - PforR	-	FR 69 OP DE CRED EXTERNAS - PforR	551.915,13	-551.915,13
CONVÊNIOS	125.029.709,92	CONVÊNIOS	7.624.990,71	117.404.719,21
FR 81 CONV COM ORGAOS INTERNACIONAIS - ADM DIRETA	716,97	FR 81 CONV COM ORGAOS FEDERAIS - ADM INDIRETA	3.066,89	-2.349,92
FR 83 CONV COM ORGAOS FEDERAIS - ADM INDIRETA	121.508.097,71	FR 83 CONV COM ORGAOS FEDERAIS - ADM INDIRETA	7.172.186,34	114.335.911,37
FR 85 CONV COM ORGAOS MUNICIPAIS - ADM INDIRETA	4.108,39	FR 85 CONV COM ORGAOS MUNICIPAIS - ADM INDIRETA	8.934,99	-4.826,60
FR 87 CONV COM ORGAOS PRIVADOS - ADM DIRETA	43.985,42	FR 87 CONV COM ORGAOS PRIVADOS - ADM DIRETA	27.131,68	16.853,74
FR 89 CONV COM ORGAOS PRIVADOS - ADM INDIRETA	3.472.801,43	FR 89 CONV COM ORGAOS PRIVADOS - ADM INDIRETA	413.670,81	3.059.130,62
TOTAL	2.752.641.864,19	TOTAL	1.343.033.087,31	1.409.608.776,88

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

4.3.3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial Consolidado

BPCON-01 – Critérios utilizados na elaboração do Balanço Patrimonial

Para o preenchimento deste Balanço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará para o exercício de 2015, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensações. Em observância ao art. 105 da lei 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balanço Patrimonial que evidencia a total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

O ativo financeiro é obtido pelo somatório do saldo final das contas do ativo (Grupo 1) que possuem o atributo F. Já o ativo permanente compreende a soma dos saldos das contas do ativo que possuem o atributo P. Obtêm-se o valor do passivo financeiro através do somatório dos saldos finais das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo F, e o saldo das contas de crédito empenhado a liquidar e restos a pagar não processados a liquidar. E, por fim o passivo permanente compreende a soma dos saldos das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo P.

BPCON-02 – Detalhamento da Conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”

A tabela abaixo evidencia os subgrupos que compõem a conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”.

TABELA 172
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.8	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	1.087.977.235,69	986.595.943,80
1.1.3.8.1	Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Consolidação	1.086.977.235,69	986.595.943,80
1.1.3.8.1.05	Adiantamentos de Precatórios (P)	83.974.158,00	82.347.960,70
1.1.3.8.1.34	Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	972.867.431,37	904.247.435,50
1.1.3.8.1.34.01	Créditos a Receber - PROVIN (P)	972.867.431,37	904.247.435,50
1.1.3.8.1.36	Créditos a Receber - PROADE	30.135.098,72	0,00
1.1.3.8.1.36.01	Créditos a Receber - PROADE(P)	30.135.098,72	0,00
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber	547,60	547,60

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BPCON-03 - Detalhamento da Conta “Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”

A tabela abaixo demonstra a composição da conta “Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”.

TABELA 173
AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.3.9	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-839.921.836,48	-754.243.921,40
1.1.3.9.1	(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Consolidação	-839.921.836,48	-754.243.921,40
1.1.3.9.1.04	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN/PDCI	-810.128.227,74	-754.243.921,40
1.1.3.9.1.04.01	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROVIN (P)	-810.128.227,74	-754.243.921,40
1.1.3.9.1.05	(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber - PROADE	-29.793.608,74	0,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BPCON-04 – Detalhamento da Conta “Créditos a Longo Prazo”

A Tabela demonstra os subgrupos que compõem os créditos a longo prazo, permitindo que seja evidenciado o valor da Dívida Ativa e as demais contas analíticas desse grupo.

TABELA 174
CRÉDITOS A LONGO PRAZO

(R\$ 1,00)

Código	Título	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.2.1.1	Créditos a Longo Prazo	7.435.322.041,64	6.455.282.064,68
1.2.1.1.1	Créditos a Longo Prazo - Consolidação	7.435.322.041,64	6.455.282.064,68
1.2.1.1.1.03	Dívida Ativa Tributária	7.281.570.596,67	6.325.632.932,55
1.2.1.1.1.03.01	Dívida Ativa - Créditos de IPVA Inscritos (P)	93.760.464,95	72.512.994,29
1.2.1.1.1.03.02	Dívida Ativa - Créditos de ITCD Inscritos (P)	40.604.925,76	29.896.827,35
1.2.1.1.1.03.03	Dívida Ativa - Créditos de ICMS Inscritos (P)	6.163.089.459,70	5.499.600.495,71
1.2.1.1.1.03.06	Dívida Ativa - Créditos de Multas e Obrigações Acessórias (P)	984.115.746,26	723.622.615,20
1.2.1.1.1.04	Dívida Ativa não Tributária - Clientes	101.143.178,73	67.530.474,06
1.2.1.1.1.04.04	Dívida Ativa - Não Tributária	101.143.178,73	67.530.474,06
1.2.1.1.1.05	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	368.418.999,24	461.654.645,68
1.2.1.1.1.05.01	Empréstimos Concedidos (P)	13.140.462,77	13.140.462,77
1.2.1.1.1.05.02	Financiamentos Concedidos (P)	0,00	824.163,00
1.2.1.1.1.05.11	Empréstimos e Financiamentos - PROAPI (P)	355.278.536,47	447.690.019,91
1.2.1.1.1.06	Dívida Ativa a Classificar	57.908,97	57.908,97
1.2.1.1.1.99	(-) Ajustes de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-315.868.641,97	-399.593.896,58
1.2.1.1.1.99.05	(-) Ajuste para Perdas Créditos do PROAPI	-315.868.641,97	-399.593.896,58

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

BPCON-05 - Movimentação na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2015 foram registrados ajustes no Patrimônio Líquido no valor negativo de R\$.846.275.517,21. A tabela abaixo evidencia a composição dos ajustes efetuados.

TABELA 175
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Tipo de Ajuste no PL	Valor
Liquidação de Despesa e Restos a Pagar do Elemento 92	-222.043.846,56
Ajustes em Inscrição de Dívida Ativa	6.957,83
Ajuste em Estoques	-465.128,68
Ajustes em Investimentos Permanentes	-643.489.601,57
Ajustes de Créditos a Receber	-829.023,00
Ajuste em Bens Móveis	-16.117.391,39
Ajuste em Bens Imóveis	106.477.831,48
Ajustes de Despesas de Capital a Incorporar	-71.556.822,57
Ajustes em Obras em Andamento	-884.803,77
Ajustes em Intangível	2.173.361,96
Correção de Erro Ou Mudança de critério Contábil	452.949,06
Total	-846.275.517,21

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

As liquidações de despesas efetivas do elemento 92 – Despesas de Exercícios Anteriores são contabilizadas utilizando-se como contrapartida a conta de ajustes de exercícios anteriores dado que não são despesas do exercício.

Os ajustes em investimentos permanentes referem-se às transferências para aumento de capital dos exercícios de 2012 a 2014 já incorporados e não baixados da conta de adiantamento para aumentos de capital no exercício de competência. Bem como ajustes na conta de participações em empresas contabilizadas em duplicidade.

O valor de ajustes de despesas de capital a incorporar referem-se a liquidações do exercício de 2012 a 2014, não baixadas no exercício de competência, cuja incorporação não foi possível dado que não ocorreu a geração de um bem de capital.

BPCON-06 - Composição do Passivo Financeiro

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (STN, 2012), passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105:

“§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.”

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela a seguir:

TABELA 176
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

	(R\$ 1,00)
Passivo (Atributo F)	880.888.317,51
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	368.873.811,91
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	93.270.957,89
(=) Passivo Financeiro	1.343.033.087,31

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.

4.3.4. Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas

As variações patrimoniais da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes evidencia os efeitos ocorridos no Patrimônio do Estado, resultantes ou não da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial do exercício. Esta demonstração é apresentada conforme a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011. Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos



patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

TABELA 177
DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS

(R\$ 1,00)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	44.196.512.266,98	41.501.258.320,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.687.437.940,38	11.505.454.418,28
Contribuições	1.395.437.047,54	1.361.596.574,52
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	121.124.386,28	175.943.698,90
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	941.918.731,72	755.154.024,10
Transferências e Delegações Recebidas	27.048.069.435,63	25.918.999.751,76
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.002.524.725,43	1.784.109.853,41
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	44.315.415.995,63	38.826.486.677,94
Pessoal e Encargos	7.300.799.858,35	6.701.043.887,24
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.726.440.134,44	2.430.748.376,46
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.941.136.186,07	2.887.948.872,05
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.796.571.659,61	1.135.605.765,64
Transferências e Delegações Concedidas	25.611.191.552,29	22.843.531.466,39
Desvalorização e Perda de Ativos	1.109.543.020,29	1.467.031.662,22
Tributárias	181.118.527,40	192.182.129,48
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	648.615.057,18	1.168.394.518,46
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-118.903.728,65	2.674.771.643,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativo	2.612.494.408,43	3.655.856.218,20
Desincorporação de Passivo	689.352.118,08	595.815.980,54
Incorporação de Passivo	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
Desincorporação de Ativo	94.387.115,43	96.442.308,18

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais, do exercício de 2015, demonstra um total de variações patrimoniais aumentativas de R\$ 44.196.512.266,98 e um total de variações patrimoniais diminutivas, contabilizadas em R\$ 44.315.415.995,63. Portanto, os efeitos patrimoniais ocorridos no exercício de 2015 contribuíram em R\$ 118.903.728,65 para o déficit apurado no período.

4.3.4.1 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

DVPCON-01 - Critérios utilizados na elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais

As Variações Patrimoniais Quantitativas do Balanço do Estado do Ceará são elaboradas utilizando-se as classes 3 e 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Na classe 3 estão as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e na classe 4 estão as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA). Já as Variações Patrimoniais Qualitativas, que correspondem às variações decorrentes da execução orçamentária que não afetam o patrimônio líquido, são elaboradas utilizando-se a classe 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Para os grupos de Incorporação do Ativo e

Desincorporação do Passivo são utilizadas as contas de despesas liquidadas. Já os grupos de Incorporação do Passivo e Desincorporação do Ativo são elaborados utilizando-se a conta de receita realizada.

Variações Patrimoniais Quantitativas

DVPCON-02 - Diferença de R\$ 202.448,87 entre as Transferências Financeiras Recebidas e as Transferências Financeiras Concedidas.

As transferências financeiras concedidas superam as transferências financeiras recebidas em 202.448,87. Abaixo segue a composição desses valores por gestora:

TABELA 178
DIFERENÇA ENTRE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS E RECEBIDAS

(R\$ 1,00)

UG	Transferências Financeiras Recebidas	Transferências Financeiras Concedidas	Diferença
470201	0	188.773,93	-188.773,93
310501	0	13.824,06	-13.824,06
190001	0	-149,12	149,12
Total	0	202.448,87	-202.448,87

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

- Diferença de 188.773,93 no Fundo Estadual de Assistência (470201)

Este valor foi transferido da conta bancária 58063-5 na 470201 para a conta bancária 60706198-1 (Tesouro Estadual) através da Nota de Movimentação Financeira nº 533/2013. No entanto este documento não foi contabilizado.

Para regularização contábil do saldo de banco e disponibilidade no FEAS, foram feitos os lançamentos (NLCs 96459, 96460) abaixo no exercício de 2015:

D_ 3.5.1.0.2.02.02 – Repasse Concedido - Independente de Execução Orçamentária

C_ 1.1.1.1.1.08.02 - Recursos a Disposição de Convênios – Fonte Convênio

D_ 8.2.1.1.1.02 - Disponibilidade por Destinação de Recursos - Outras Fontes

C_ 7.2.1.1.1 - Disponibilidade de Recursos

Porém o recebimento não foi contabilizado na Sefaz (190001) ocasionando a diferença entre as transferências recebidas e concedidas no Estado. Tal pendência será corrigida em 2016.

- Diferença de 13.824,06 no Fundo Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (310501).

O valor se refere à regularização contábil de devolução de saldo de convênio da Fonte 83 (Convênios com Órgãos Federais da Administração Indireta) entre a FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

O referido valor (R\$ 13.824,06) foi devolvido financeiramente em 04/07/2012 pela FUNCAP ao Tesouro Estadual pela Nota de Movimentação Financeira nº 149, documento não contabilizado. Para a regularização contábil do saldo de banco e disponibilidade, foram feitos os lançamentos abaixo (NLCs 4887 e 4888) no exercício de 2015, o que ocasionou a diferença entre as transferências recebidas e concedidas.

D_ 3.5.1.0.2.02.02 – Repasse Concedido - Independente de Execução Orçamentária

C_ 1.1.1.1.1.08.02 - Recursos a Disposição de Convênios – Fonte Convênio

D_ 8.2.1.1.1.02 - Disponibilidade por Destinação de Recursos - Outras Fontes

C_ 7.2.1.1.1 - Disponibilidade de Recursos

Este valor não poderia ter sido devolvido por empenho, pois o recurso foi aportado na conta específica pelo pesquisador após a prestação de contas junto ao CNPq e o encerramento do Convênio.

Na Sefaz o recebimento foi contabilizado em 2012 pelas NLC's 885097, 885098 e 885099.

- Diferença de 149,12 na Secretaria da Fazenda (190001)

Refere-se à duas NLCs de estorno lançadas indevidamente (NLCs nº 1142231 e 1142232).



Variações Patrimoniais Qualitativas

Incorporação do Ativo

DVPCON-03 - Aquisição de Bens Móveis provenientes de Outras Fontes

As fontes que foram utilizadas para aquisição de bens móveis, estão discriminadas na tabela abaixo:

TABELA 179

OUTRAS FONTES UTILIZADAS NA COMPRA DE BENS MÓVEIS DO ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)

Fonte de Recursos		Valor
Fonte 00	Recursos Ordinários	47.776.638,28
Fonte 01	Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	426.691,86
Fonte 07	Cota-parte da Contribuição do Salário-Família	2.180.350,42
Fonte 10	Recursos provenientes do FECOP	3.161.838,72
Fonte 15	Depósitos Judiciais - PIMPJ	0,00
Fonte 16	Medida Compensatória Ambiental	689.633,34
Fonte 40	Operações de Crédito Não Condicionada	167.915,00
Fonte 45	Operações de Crédito Internas - Tesouro/BNDES	152.404.540,50
Fonte 47	Operações de Crédito Internas - BNDES/Estados	744.654,33
Fonte 53	Operações de Crédito Internas - PROINVESTE	0,00
Fonte 58	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BIRD	16.949,70
Fonte 59	Operações de Crédito Externas - Tesouro/BID	6.839.057,60
Fonte 67	Operações de Crédito Externas - Tesouro/MLW	0,00
Fonte 69	Operações de Crédito Externas - PFORR	27.834.956,63
Fonte 70	Recursos diretamente arrecadados	2.058.173,62
Fonte 76	Recursos Provenientes do FIT	363.631,83
Fonte 79	Transferência ao Fundo de Defesa Civil	15.464.296,44
Fonte 80	Convênios com Órgãos Internacionais - Administração Direta	0,00
Fonte 82	Convênios com Órgãos Federais - Administração Direta	8.300.689,14
Fonte 83	Convênios com Órgãos Federais - Administração Indireta	1.217.016,51
Fonte 89	Convênios com Órgãos Privados - Administração Indireta	135.960,90
Fonte 91	Recursos provenientes do SUS	10.665.240,40
Fonte 92	Repasse Fundo a Fundo - FNAS	28.620,44
TOTAL		280.476.855,66

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

DVPCON-04 - Outras Incorporações do Ativo

As Outras Incorporações do Ativo estão detalhadas na tabela que segue, por modalidade e elemento de despesa:

TABELA 180
COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO DO ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)

Modalidade e Elemento		Valor
339030	Material de Consumo	318.353.749,25
339032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	176.802.291,48
449014	Diária-Civil	46.148,74
449020	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	21.546,12
449030	Material de Consumo	2.929.909,19
449033	Passagens e Despesas de Locomoção	27.082,70
449035	Serviço de Consultoria	47.039.950,13
449036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	238.158,00
449037	Locação de mão de obra	634.448,10
449039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	118.121.361,67
449041	Contribuições	2.601.885,83
449047	Obrigações Tributárias e Contributivas	216.753,81
449091	Sentenças Judiciais	144.691,78
449139	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	46.601,31
449147	Obrigações Tributárias e Contributivas	344.168,26
459062	Aquisição de Bens para Revenda	982.714,56
449092	Despesas de Exercícios Anteriores (parcial do DEA)	63.633.942,10
TOTAL		732.185.403,03

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Desincorporação do Ativo

DVPCON-05 - Empréstimos e Financiamentos

Os recebimentos referentes aos empréstimos e financiamentos concedidos estão detalhados a seguir:

TABELA 181
COMPOSIÇÃO DOS RECEBIMENTOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS NO
ESTADO DO CEARÁ

(R\$ 1,00)

Empréstimos e Financiamentos Recebidos	Valor
--	-------



Programa FDI	5.701.941,41
Programa de Sementes	1.123.345,70
TOTAL	6.825.287,11

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

4.3.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante Pública consiste na dívida contraída pelo Estado, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa.

Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida fluante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Na tabela 169, o demonstrativo que detalha a composição da Dívida Flutuante.

TABELA 182
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

(R\$ 1,00)

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	435.295.544,39	0,00	341.791.205,59	93.504.338,80
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	75.315.527,91	0,00	75.315.527,91	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	368.873.811,91	0,00	368.873.811,91
SUBTOTAL	510.611.072,30	368.873.811,91	417.106.733,50	462.378.150,71
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	107.936.883,40	0,00	101.715.416,94	6.221.466,46
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	3.045.647,76	0,00	3.045.647,76	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	230.988.193,12	0,00	230.988.193,12
SUBTOTAL	110.982.531,16	230.988.193,12	104.761.064,70	237.209.659,58
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	510.172.181,70	8.666.510.688,18	8.533.237.592,86	643.445.277,02
SUBTOTAL	510.172.181,70	8.666.510.688,18	8.533.237.592,86	643.445.277,02
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.131.765.785,16	9.266.372.693,21	9.055.105.391,06	1.343.033.087,31

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

4.3.5.1. Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

DFCON01 – Ajustes efetuados na grade de elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF), a fim de adequar o saldo evidenciado no referido demonstrativo com o Passivo Financeiro constante em anexo ao Balanço Patrimonial:

Foram feitos ajustes na grade de elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2015, em comparação com a grade do Balanço/2014, a fim de conciliar esse demonstrativo com o saldo do Passivo Financeiro apresentado em anexo ao Balanço Patrimonial. As linhas que sofreram alterações na composição dos saldos e as devidas justificativas para a alteração constam a seguir:

(I) Linha de Restos a Pagar Processados - 1º Exercício Anterior (2014):

Fez-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha, para subtrair dos totais apresentados os saldos das Consignações a Pagar de Exercícios Anteriores (grupo de contas 2.1.8.8.1.01.02), uma vez que devem ser apresentados na Linha de Depósitos de Diversas Origens. Cabe esclarecer que, em virtude dos critérios contábeis adotados após a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e do S2GPR, a partir de 2012, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores a Pagar constava inserido nos saldos de Restos a Pagar Processados de anos anteriores (grupos de contas 5.3.2.1, 5.3.2.2 e 6.3.2.1).

Logo, na contabilidade, o valor de Restos a Pagar Processados de anos anteriores ao final do exercício compreende, também, o saldo das Consignações de Exercícios Anteriores não Pagas. Como o Demonstrativo da Dívida Flutuante exige que se divulguem em separado os saldos de Restos a Pagar Processados e Depósitos de Diversas Origens (que inclui as consignações de exercícios anteriores a pagar), a subtração e o ajuste dos saldos se fizeram necessários. Esse critério foi adotado até o final de 2014, uma vez que, a partir de 2015, a Secretaria da Fazenda promoveu modificação no controle e na contabilização das consignações retidas no exercício, com o objetivo de alinhar as informações evidenciadas nos demonstrativos contábeis, em especial quanto ao valor da despesa orçamentária paga do exercício, bem como das inscrições de restos a pagar processados a partir de 31/12/2015.

Com a modificação procedida no registro das consignações a pagar do exercício, a liquidação da despesa orçamentária com retenção acarreta em registro de despesa orçamentária paga (6.2.2.1.3.04) no valor referente à consignação retida a pagar. Em outras palavras, a retenção informada gera um registro de pagamento no controle contábil do orçamento, ao mesmo tempo em que se registra um ingresso extraorçamentário decorrente da retenção. Para tornar mais transparente o fluxo das retenções na contabilidade, foi implantado um controle do movimento extra-orçamentário gerado pela consignação a pagar, utilizando-se as contas 5.2.2.8.1 (Consignações do Exercício) e 6.2.2.8.1.01 (Consignações do Exercício a Pagar).

O objetivo dessa sistemática é evidenciar na contabilidade a discriminação das consignações não pagas e assim, facilitar a elaboração e conferência dos Demonstrativos Contábeis em que se evidenciam fluxos de consignações. Cabe destacar que essa alternativa de contabilização é plenamente aceita pela STN, constando diversas citações sobre essa opção de registro ao longo do MCASP. Inclusive, a mudança desse critério contábil segue a determinação emanada pelo próprio TCE em atendimento à recomendação nº 22 constante nas contas de governo de 2012.

Com a mudança do referido critério contábil, foi possível elaborar as Demonstrações Contábeis sem efetuar ajustes de *layout* e, assim, compatibilizar as informações de despesa orçamentária paga, inscrição de restos a pagar processados e consignações a pagar sem precisar recorrer a notas explicativas para compor eventuais diferenças. No caso do Balanço Orçamentário, o valor da inscrição de restos a pagar processados do exercício de 2015, correspondente à diferença entre a despesa liquidada e paga, é igual ao valor de restos a pagar processados do exercício apresentado nos demais demonstrativos que divulgam tal informação: Balanço Financeiro e Dívida Flutuante.

Entretanto, como o Demonstrativo da Dívida Flutuante ainda apresenta resíduos passivos de exercícios anteriores a 2015 (no caso, os Restos a Pagar Processados de 2014), ainda se faz necessária a subtração do valor das consignações de exercícios anteriores porque elas constam no saldo da conta contábil de restos a pagar processados de exercícios anteriores, e, por conseguinte, na linha Restos a Pagar Processados – 1º Exercício, do Demonstrativo da Dívida Flutuante.

A Tabela abaixo evidenciada, apresenta a composição do valor dos Restos a Pagar Processados, 1º Exercício, apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2015:

TABELA 183
COMPOSIÇÃO DO SALDO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – 1º EXERCÍCIO, APRESENTADO NO
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Descrição	Saldo Anterior	Inscrição	Baixa	Saldo Seguinte
Restos a Pagar Processados – 1º Exercício (6.3.2.1).	130.489.729,42	-	123.823.884,69	6.665.844,73
(-) Consignações de Exercícios Anteriores (2.1.8.8.1.01.02).	(22.552.846,02)	-	(22.108.467,75)	(444.378,27)
Saldos Restos a Pagar Processados – 1º Exercício, apresentado na Dívida Flutuante.	107.936.883,4	-	101.715.416,94	6.221.466,46

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

(II) Linha Depósitos de Diversas Origens – Ajuste 1: faz-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para exclusão das contas do subgrupo 2.1.8.8.1 – Valores Restituíveis – Consolidação que possuem atributo P (Permanente). Essas contas de Passivo Circulante não pertencem ao Passivo Financeiro, motivo pelo qual estão marcadas na contabilidade com o atributo P. Sendo assim, não devem constar no mapeamento das contas contábeis para serem incluídas na Dívida Flutuante. A Tabela II a seguir apresenta os saldos, em 31/12/2015, das contas incluídas no subgrupo 2.1.8.8.1 que possuem atributo P e que foram excluídos do saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante:

TABELA 184
CONTAS COM ATRIBUTO “P” A SEREM EXCLUÍDAS DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS DA
DÍVIDA FLUTUANTE

(R\$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2015
2.1.8.8.1.10	Mercadorias Recebidas em Consignação (P)	76.875,20
2.1.8.8.1.51.01	Depósitos Judiciais Transferidos (P)	68.607.941,67
Ajuste 1: Valores Restituíveis – Consolidação marcados com atributo “P”		68.684.816,87

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

(III) Linha Depósitos de Diversas Origens - Ajuste 2: faz-se necessário efetuar ajuste nos saldos apresentados em todas as colunas dessa linha para inclusão de saldo das contas 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F); 2.1.8.9.2.12 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar (F); 2.1.8.9.2.42 - Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados (F); 2.1.8.9.1.36 - Valores em Trânsito Exigíveis (F); e 2.1.8.8.2.04.07 - Depósitos para Quem de Direito (F). Essas contas, apesar de não estarem relacionadas no grupo 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis - Consolidação, possuem funcionamento contábil semelhante. Ou seja, representam depósitos recebidos, não decorrentes da execução orçamentária, que serão devolvidos em momento posterior. Desta forma, é preciso que os saldos dessas contas sejam adicionados ao grupo 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis - Consolidação para que se chegue ao valor de Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante.

A tabela a seguir apresenta o saldo, em 31/12/2015, das contas listadas acima e que foram incluídas no saldo dos Depósitos de Diversas Origens apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante:

TABELA 185
OBRIGAÇÕES DIVERSAS A SEREM ADICIONADAS AOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS DA
DÍVIDA FLUTUANTE

(R\$ 1,00)

Conta	Descrição	Saldo em 31/12/2015
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar (F)	7.107.349,73
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar (F)	714.287,53
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados (F); 2.1.8.9.1.36 - Valores em Trânsito Exigíveis (F)	361,18
2.1.8.9.1.36	Valores em Trânsito Exigíveis (F)	1.036.466,86
2.1.8.8.2.04.07	Depósitos para Quem de Direito (F)	1.000.000,00
Ajuste 2: Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens		9.858.465,30

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Considerando os ajustes citados nos itens II e III, a composição dos Depósitos de Diversas Origens, é apresentada na tabela abaixo:

TABELA 186
COMPOSIÇÃO DOS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA
FLUTUANTE

(R\$ 1,00)

Descrição	Saldo em 31/12/2015
Saldo do grupo de contas 2.1.8.8.1 - Valores Restituíveis	702.271.628,59
(-) Ajuste 1 - Saldos com atributo P a serem excluídos no grupo 2.1.8.8.1	(68.684.816,87)
(+) Ajuste 2 - Obrigações diversas a serem adicionadas aos Depósitos de Diversas Origens	9.858.465,30
(=) Total dos Depósitos de Diversas Origens (DF)	643.445.277,02

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

DFCON02 – Composição das Baixas de Restos a Pagar Processados e Não Processados:

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados como Baixa representam o somatório dos pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar. A tabela abaixo apresenta o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas em 2015:

TABELA 187
BAIXAS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2015
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.4)	342.677.869,75
Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.1.9)	74.428.863,75
Somatório das Baixas de RPNP	417.106.733,5

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

TABELA 188
BAIXAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2015
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	123.568.105,19
(-) Pagamento de Consignações de Exercícios Anteriores (Débitos - Créditos do Subgrupo de Contas 2.1.8.8.1.01.02) (*)	(22.108.467,75)
(=) Pagamento de RPP líquido das Consignações Pagas de Exercícios Anteriores	101.459.637,44
(+) Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	3.301.427,26
Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP)	104.761.064,70

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

(*) Com base nas explicações apresentadas em notas anteriores, em virtude dos novos critérios contábeis adotados pelo S2GPR, desde 2012 até o exercício de 2014, o pagamento dos Restos a Pagar Processados também precisa ser ajustado das Consignações de Exercícios Anteriores Pagas, que constam registrados na conta contábil de Restos a Pagar Processados Pagos (grupo de contas 6.3.2.2), mas são evidenciados em separado no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DF). Logo, o valor de pagamentos de Restos a Pagar Processados é evidenciado líquido das Consignações de Exercícios Anteriores pagas em 2015 e o pagamento das referidas Consignações está incluso nos saldos apresentados na linha Depósitos de Diversas Origens. É mister destacar que, a partir do exercício de 2015, esses ajustes não mais serão necessários, em virtude da mudança do controle e contabilização das consignações a pagar do exercício.

4.3.6. Demonstração dos Fluxos de Caixa

De acordo com a 6ª. Edição do MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa do exercício de 2015 evidenciou uma geração líquida de caixa e equivalente de caixa de R\$ 22.462.322,41.

Desse total, R\$ 1.091.264.733,22 corresponde a geração líquida de caixa das atividades das operações. Entretanto, as atividades de investimentos geraram um fluxo negativo de R\$ 2.008.558.992,10.

O fluxo líquido de caixa decorrente das atividades de financiamento foi positivo em R\$ 850.404.778,89. Já as atividades independentes das atividades orçamentárias geraram um fluxo líquido de caixa positivo em R\$ 89.351.802,40.

TABELA 189
RESUMO DAS DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

	(R\$ 1,00)	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	38.062.890.580,86	36.902.948.724,46
RECEITAS DERIVADAS	11.845.129.498,77	11.232.387.262,25
RECEITAS ORIGINÁRIAS	856.031.252,56	898.389.362,95
TRANSFERÊNCIAS	25.361.729.829,53	24.772.172.099,26
INTERGOVERNAMENTAIS	5.201.642.020,61	4.932.182.678,16
MULTIGOVERNAMENTAIS	1.382.579.062,97	1.316.397.776,73
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	8.175.643,62	6.666.704,58
PESSOAS	465.247,09	1.167.370,35
CONVÊNIOS	84.404.483,71	138.203.664,20
INTRAGOVERNAMENTAIS	18.684.463.371,53	18.377.553.905,24
DESEMBOLSOS	36.971.625.847,64	36.025.431.116,46
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	13.724.627.690,56	13.186.926.456,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	414.556.094,18	297.663.290,94
TRANSFERÊNCIAS	22.832.442.062,90	22.540.841.369,08
INTERGOVERNAMENTAIS	3.114.932.812,72	3.118.625.354,36
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	890.930.492,79	923.766.033,61
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	13.215.581,08	11.902.916,69
TRANSFERÊNCIAS A INTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.743.598,18	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	119.156.355,72	106.895.721,81
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	730.000,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	18.684.463.222,41	18.378.921.342,61
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.091.264.733,22	877.517.608,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	389.445.162,04	906.467.864,12
DESEMBOLSOS	2.398.004.154,14	3.699.166.384,93
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.008.558.992,10	-2.792.698.520,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
DESEMBOLSOS	689.352.118,08	595.815.980,54
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	850.404.778,89	1.037.930.818,54
FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO		
INGRESSOS	5.905.748.130,72	5.614.727.483,48
DESEMBOLSOS	5.816.396.328,32	5.391.738.219,56
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA	89.351.802,40	222.989.263,92
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	22.462.322,41	-654.260.830,35
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.721.357.543,34	3.375.618.373,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.743.819.865,75	2.721.357.543,34
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	22.462.322,41	-654.260.830,35

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR (2015)

4.3.6.1. Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFCCON-01 - Critérios utilizados na elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos, de financiamento e independente da execução.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada - 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária) relativas às atividades operacionais e as transferências recebidas com execução orçamentária e execução de restos a pagar. Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas (6.2.2.1.3.04 + 6.3.1.4 + 6.3.2.2.0.01 + 6.3.2.2.0.02) relativas às atividades operacionais, e às transferências concedidas com execução orçamentária e de restos a pagar.

Os ingressos dos fluxos das atividades de investimento compreendem as receitas arrecadadas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos de investimento referem-se às despesas pagas com aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Por sua vez, nos ingressos das atividades de financiamento são evidenciadas as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Nos desembolsos evidencia-se as despesas pagas com amortização e refinanciamento da dívida.

Ademais, nos ingressos dos fluxos de caixa independentes da execução evidenciam-se as transferências recebidas independentes da execução orçamentária, os ingressos de valores restituíveis, os valores pendentes a curto prazo, a arrecadação a repassar e as consignações a pagar. Os desembolsos correspondem aos valores concedidos independentes da execução orçamentária, a devolução de valores restituíveis, os valores pendentes a curto prazo e a arrecadação a receber.

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa representa a soma dos fluxos, que corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa (1.1.1) do exercício de referência.

DFCCON-02 – Valores Pendentes a Curto Prazo

Os valores pendentes a curto prazo se referem a entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. No lado dos ingressos, evidenciam-se as entradas de valores nos extratos bancários que não foram identificados em conciliação bancária. Portanto, para que a Contabilidade esteja compatível com a conciliação

bancária, esses valores foram lançados como receita a classificar. Tais entradas são representadas pelo saldo da conta contábil 2.1.8.9.1.36.02 - Receitas a Classificar e apresentam, no Estado, o montante de R\$ 1.036.466,86.

No lado dos dispêndios, temos as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta. Esta linha é representada pelo saldo das seguintes contas contábeis: 1.1.3.2.1.07, 1.1.9.9.1.04, 1.1.9.9.1.05, 1.1.9.9.1.98. Na tabela abaixo evidencia-se a composição dos dispêndios referentes aos Valores Pendentes a Curto Prazo.

TABELA 190
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO (DESEMBOLSOS)

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.3.2.1.07	IR e CSLL a Recuperar	187.335,24
1.1.9.9.1.04	Sequestros Judiciais a Regularizar	34.434.283,27
1.1.9.9.1.05	Devolução de Saldo de Convênio a Apropriar	16.509.228,85
1.1.9.9.1.98	Outras VPD a Apropriar	6.075.013,65
Total		57.205.861,01

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

DFCCON-03 – Arrecadação a Repassar e a Receber

A “arrecadação a repassar” constitui-se na obrigação da Secretaria da Fazenda em repassar os valores referentes à receita dos órgãos da Administração Indireta e Direta arrecadada via DAE pela Secretaria da Fazenda e a obrigação de repassar valores relativos à movimentações financeiras realizadas de forma inadequada.

Dessa forma evidencia-se nessa linha os movimentos (créditos menos débitos) das contas: 2.1.8.8.2.04 - Depósitos Não Judiciais, 2.1.8.9.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar, 2.1.8.9.2.12 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar e 2.1.8.9.2.42 - Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados. A tabela abaixo evidencia os movimentos de cada uma das contas que compõem esse grupo.

TABELA 191
ARRECADAÇÃO A REPASSAR

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.2.04	Depósitos Não Judiciais	1.000.000,00
2.1.8.9.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Repassar	6.906.652,96
2.1.8.9.2.12	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Repassar	714.287,53
2.1.8.9.2.42	Arrecadação de Terceiros - DAE's Rejeitados	361,18
Total		8.621.301,67

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Na linha “arrecadação a receber” evidencia-se os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração Direta e Indireta via DAE, arrecadados pela Secretaria da Fazenda, bem como os créditos a receber provenientes de movimentações financeiras realizadas indevidamente.

TABELA 192
ARRECADAÇÃO A RECEBER

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
1.1.2.2.2.04	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	6.906.652,96
1.1.2.2.2.05	Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber	714.287,53
1.1.2.2.2.06	Arrecadação a Receber – DAES Rejeitados	361,18
1.1.3.8.2.35	Movimentações Financeiras a Recuperar	1.000.000,00
Total		8.621.301,67

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2015).

Assim, evidencia-se neste grupo os movimentos (débitos - créditos) das seguintes contas: 1.1.2.2.2.04 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber, 1.1.2.2.2.05 - Arrecadação das Entidades da Administração Direta a Receber, 1.1.2.2.2.06 - Arrecadação a Receber - DAES Rejeitados e 1.1.3.8.2.35 - Movimentações Financeiras a Recuperar. A tabela acima evidencia os movimentos de cada uma das contas que compõem esta linha.

DFCCON-04 - Consignações a Pagar

Acrescenta-se que em 2015, foi procedida uma modificação no processo de registro das consignações a pagar, baixando-as como despesa orçamentária paga no momento da liquidação da despesa.

Esta mudança gerou diferença entre a soma dos fluxos das atividades e a variação de caixa e equivalente de caixa no período. Isso ocorreu visto que, nos casos em que as consignações foram retidas e não pagas no exercício, houve a contabilização da despesa orçamentária paga, mas não houve a saída no caixa e equivalente de caixa.

Conforme alerta o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (STN, 2014), a forma como as retenções são contabilizadas pode afetar os saldos de caixa e equivalente de caixa, gerando uma diferença apenas sob o aspecto temporal. Se o ente considerar a retenção como paga no momento da liquidação, deverá promover um ajuste no demonstrativo.

Dessa forma, com vistas a equilibrar os desembolsos dos fluxos das atividades com as saídas no caixa, foi realizada uma mudança no *layout*, incluindo o saldo de consignações a pagar na demonstração. Ressalta-se porém, que um novo ajuste no *layout* da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC será realizado em 2016, apresentando as consignações a pagar como ajuste no saldo da conta caixa e equivalente de caixa, conforme orienta o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Ressalta-se ainda que, para o exercício de 2014, evidenciado como exercício anterior na demonstração de 2015, o valor da consignação a pagar na DFC será zero, uma vez que a mudança de critério contábil que motivou a inclusão das consignações a pagar só ocorreu no exercício de 2015.

4.4. Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista são entidades com personalidade jurídica de direito privado submetidas às regras da Lei no 6.404/76, com alterações das Leis 11.638/07 e 11.941/09.

A estrutura administrativa do Estado do Ceará possui 2 (duas) Empresas Públicas, que são entidades administradas exclusivamente pelo Poder Público com a finalidade prevista em lei e de propriedade única do Estado; e 10(dez) Sociedades de Economia Mista, onde há colaboração entre o Estado e particulares, ambos reunindo recursos para a realização de uma finalidade, sempre de objetivo econômico.

O Balanço Geral do Estado contém as Demonstrações Financeiras exigidas pelas leis aplicáveis às Empresas e Sociedades de Economia Mista. São elas: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração dos Resultados do Exercício (DRE); Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) - para as sociedades com Patrimônio Líquido superior a R\$ 2.000.000,00 e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - para as sociedades de capital aberto.

Destacamos que algumas dessas entidades são classificadas como Empresas Estatais Dependentes de acordo com ao art. 2º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, apresentaram execução orçamentária, financeira e patrimonial.



CAPITULO V

5. DA GESTÃO FISCAL

5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão do Relatório de Gestão Fiscal - RGF ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos poderes e órgãos, o qual contém informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias, operações de crédito, demonstrativos das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro do exercício de referência, às inscrições em restos a pagar e o demonstrativo simplificado do referido relatório, conforme demonstram os anexos a seguir:

5.1.1 Demonstrativo da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo das Despesas com Pessoal, Anexo I do RGF, visa transparecer a despesa com pessoal de cada um dos Poderes e a verificar o cumprimento dos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. A LRF determina que no máximo 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado pode ser aplicada em Gastos com Pessoal, estabelecendo limites segregados de gastos por Poder e Órgão.

TABELA 193

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (b)
PODER EXECUTIVO		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.854.485.539,82	4.309.909,62
Pessoal Ativo	5.703.076.573,47	584.677,52
Pessoal Inativo	1.755.843.763,10	-
Outras Despesas de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	395.565.203,25	3.725.232,10
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	887.930.417,77	5.150,28
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.091.019,78	-
Decorrentes de Decisão Judicial	66.381.178,16	5.100,00
Despesas de Exercícios Anteriores	29.941.537,23	50,28
Inativos com Recursos Vinculados	790.516.682,60	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.966.555.122,05	4.304.759,34
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.970.859.881,39	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	15.176.440.113,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,93	
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%	7.375.749.894,92	
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF) - 46,17% (95% do Limite Máximo)	7.006.962.400,17	
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74% (90% do Limite Máximo)	6.638.174.905,43	

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 21/03/2016 16:50

BGE 2015

Notas: 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício,
2: No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;
3: Excluídas as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;
4: O Regime Previdenciário está composto pelo Regime Próprio dos Servidores denominado SUPSEC (composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e pelo Sistema de Previdência Parlamentar (FPP);
5: Do total da Despesa Bruta com Pessoal Ativo, R\$ 57.227.949,67 se referem às despesas de Pessoal dos Consórcios de Saúde Pública.
6: As deduções com Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária no valor de R\$ 1.091.019,78 são referentes aos Consórcios de Saúde Pública;
7: Das deduções decorrentes de Decisão Judicial, R\$ 658,45 são referentes aos Consórcios de Saúde Pública;
8: Das deduções com Despesas de Exercícios Anteriores, R\$ 14.360,53 são referentes aos Consórcios de Saúde Pública.

A referida Lei fixa para o Poder Executivo o limite de 48,60% da Receita Corrente Líquida. As Despesas com Pessoal do Poder Executivo representam 45,93% da Receita Corrente Líquida, valor dentro dos limites estabelecidos.

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal apresentado nesse Balanço Geral do Estado teve três alterações em relação ao que foi publicado em 31 de janeiro de 2016. A primeira alteração é que a Receita Corrente Líquida foi acrescentada em R\$ 22.656,00, passando de R\$ 15.176.417.457,00 para R\$ 15.176.440.113,00. A Segunda alteração é referente ao valor da Inscrição de Restos a Pagar de R\$ 5.100,00, referente a Despesa Não Computada Decorrente de Decisão Judicial; conseqüentemente, seu valor publicado como Despesa Liquidada de R\$ 66.386.278,16 passou a ser de R\$ 66.381.178,16. A terceira alteração ocorreu nas Despesas Não Computadas Decorrente de Despesas de Exercícios Anteriores, que aumento de R\$ 29.936.329,57 para R\$ 29.941.537,23, uma diferença de R\$ 5.207,66.

Ressalta-se que em 2015 foram incluídos os valores referentes aos gastos com recursos do tesouro estadual destinados aos Consórcios de Saúde Pública. Destes, destacam-se os valores de R\$ 57.227.949,67 no total da Despesa Bruta com Pessoal Ativo; das Despesas Não Computadas, R\$ 1.091.019,78 são pertinentes às Indenizações por Demissões e Incentivos à Devolução Voluntária; R\$ 658,45 é referente às Deduções Decorrentes de Decisão Judicial, e a quantia de R\$ 14.360,53 se refere à Dedução com Despesas de Exercício Anteriores, conforme demonstração a Tabela 177:

TABELA 194
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSÓRCIOS DE SAÚDE PÚBLICA

LRF Art. 55, Inciso I alínea "a" - Anexo 1

DESPESA COM PESSOAL PODER EXECUTIVO	LIQUIDADOS	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) INSCRITOS EM RPP	
		INSCRITOS EM RPP	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	57.238.999,67	0,00	57.238.999,67
PESSOAL ATIVO	57.227.949,67	0,00	57.227.949,67
PESSOAL INATIVO	0,00	0,00	0,00
- Tesouro	0,00	0,00	0,00
- Servidor	0,00	0,00	0,00
- Patronal	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF)	11.050,00	0,00	11.050,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	1.106.050,76	0,00	1.106.050,76
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.091.019,78		1.091.019,78
Decorrentes de Decisão Judicial	658,45	0,00	658,45
Despesas de Exercícios Anteriores	14.360,53	0,00	14.360,53
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE AFURAÇÃO DO LIMITE - DTP (III) = (I - II)	56.132.960,91		56.132.960,91

FONTE: Sistema: S2GPR; Unidade Responsável: COTES/CECAD; Data e hora de emissão: 28/03/2016 16:41

¹ Valores referentes à movimentação financeira concedida a RPPS relativas à contribuição Patronal.



TABELA 195

REPASSE DO ESTADO E GASTO COM PESSOAL - CONSÓRCIOS DE SAÚDE PÚBLICA

(R\$ 1,00)

ORD.	CONSÓRCIO	REPASSE DO ESTADO	GASTO COM PESSOAL
1	TIANGUA / IBIAPABA	5.948.189,97	4.199.704,14
2	TAUÁ	9.591.105,68	1.872.129,50
3	SOBRAL	4.381.321,69	3.064.586,34
4	RUSSAS	4.570.558,18	3.413.122,65
5	QUIXADÁ	4.835.040,64	3.190.765,38
6	MARACANAÚ	825.648,89	825.648,89
7	LIMOEIRO	6.426.007,90	3.637.834,17
8	JUAZEIRO	4.856.201,86	2.892.179,85
9	ITAPIOCA	5.711.259,54	3.015.982,60
10	IGUATU	5.098.739,26	3.009.226,08
11	ICÓ	6.852.750,39	1.944.301,09
12	CRATO	3.769.788,36	2.333.972,51
13	CRATEUS	6.072.007,23	1.943.659,34
14	CAUCAIA	3.320.406,69	3.320.406,69
15	CASCADEL:	2.313.911,30	2.313.911,30
16	CANINDÉ	1.352.308,62	903.052,79
17	CAMOCIM	5.712.978,21	3.401.682,92
18	BREJO SANTO	4.775.377,24	4.701.712,12
19	BATURITÉ	3.002.115,37	3.002.115,37
20	ARACATI	2.192.004,61	2.192.006,61
21	ACARAÚ	2.049.949,33	2.049.949,33
TOTAL		93.657.670,96	57.227.949,67

FONTE: SEFAZ / COTES / CECAD (2015)

TABELA 196

EVOLUÇÃO DO GASTO COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EMPENHADAS (Últimos 12 MESES)				
	2014	PART.%	2015	PART.%	VAR.%
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.217.787.703,42	100,00%	7.858.795.449,44	100,00%	8,88%
Pessoal Ativo	5.287.293.465,91	73,25%	5.703.661.250,99	72,58%	7,87%
Pessoal Inativo	1.559.411.926,19	21,61%	1.755.843.763,10	22,34%	12,60%
Outras Despesas de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 10	371.002.311,32	5,14%	399.290.435,35	5,08%	7,00%
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	860.171.903,78	11,92%	887.930.360,39	11,30%	3,23%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	1.091.019,78	0,12%	-
Decorrentes de Decisão Judicial	69.632.067,76	8,10%	66.386.278,16	7,48%	-4,66%
Despesas de Exercícios Anteriores	37.645.011,31	6,70%	29.941.537,23	3,37%	-46,06%
Inativos com Recursos Vinculados	732.894.824,71	85,20%	790.516.682,60	89,03%	7,86%
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.357.615.799,64		6.970.865.089,05		9,65%
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	6.357.615.799,64		6.970.865.089,05		9,65%
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.418.477.503,79		15.176.440.113,00		5,26%
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	44,09		45,93		4,18%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%	7.007.380.066,84		7.375.749.894,92		5,26%
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF) - 46,17% (95% do Limite Máximo)	6.657.011.063,50		7.006.962.400,17		5,26%
LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74% (90% do Limite Máximo)	6.306.642.060,16		6.638.174.905,43		5,26%

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 21/03/2016 16:58

Em relação a participação do tipo de despesa com pessoal em 2015, destaca-se o Pessoal Ativo, que corresponde a 72,58% do total da despesa bruta com pessoal. As despesas com inativos, excluído os pensionistas, corresponde a 22,34%. As despesas com pessoal decorrentes de terceirização representa 5,08%. Do total das despesas não computadas, o gasto com inativos com recursos vinculado representa 89,03%, maior parcela do grupo.

Comparando os Demonstrativos das Despesas com Pessoal dos exercícios de 2014 e 2015, verifica-se que houve uma elevação de 8,88% do total da Despesa Bruta com Pessoal, enquanto que as Despesas Não Computadas cresceram 3,37%. No entanto, a Despesa Líquida com Pessoal, utilizada para o cálculo do cumprimento do limite legal, aumentou 9,65%. Já a Receita Corrente Líquida teve um incremento de 5,26%. Diante do exposto, percebe-se que a Despesa Líquida com Pessoal aumentou mais que a Receita Corrente Líquida, acrescentando o comprometimento do Poder Executivo em 4,18%.

5.1.2 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

O Demonstrativo a Dívida Consolidada Líquida - DCL, Anexo II do RGF, demonstra a dívida pública composta pelas obrigações financeiras do Estado, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, acrescida dos restos a pagar processados do exercício, e de exercícios anteriores menos às disponibilidades e os haveres financeiros. Vale destacar que não estão computadas na dívida consolidada as dívidas contraídas pelas empresas estatais.

Quanto aos limites impostos, a Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, define para os Estados que a Dívida Consolidada Líquida não pode ser superior a duas vezes (200%) a Receita Corrente Líquida. No exercício de 2015 a Dívida Consolidada Líquida alcançou o montante de R\$ 9.369.812.566,00, o que representa um aumento nominal de R\$ 3.284.829.209,00, se comparado ao mesmo período do exercício de 2014. Vale ressaltar, que embora tenha ocorrido uma elevação sensível da DCL, o Governo do Estado do Ceará se mantém com um nível baixo de endividamento, pois o índice de endividamento representa apenas 61,74% da Receita Corrente Líquida.



TABELA 197

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERC. ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	8.501.127.953	8.918.752.015	10.089.924.626	11.113.041.943
Dívida Mobiliária	0	0	0	0
Dívida Contratual	7.853.594.579	8.271.218.641	9.442.391.252	10.512.642.779
Interna	4.536.374.045	4.534.523.324	4.742.318.086	4.985.668.062
Externa	3.317.220.534	3.736.695.317	4.700.073.166	5.526.974.717
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)-Venc. e não pagos	647.533.374	647.533.374	647.533.374	600.399.164
Demais Dívidas	0	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	2.416.144.596	3.062.432.194	2.507.774.444	1.743.229.377
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.549.452.952	3.080.725.965	2.519.897.181	1.971.445.662
Demais Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	133.308.356	18.293.771	12.122.737	228.216.286
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA -DCL (III) = (I - II)	6.084.983.357	5.856.319.821	7.582.150.181	9.369.812.566
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.418.477.504	14.825.244.507	15.063.988.391	15.176.440.113
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	58,96	60,16	66,98	73,23
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	42,20	39,50	50,33	61,74
FEDERAL - <=>	200,00	200,00	200,00	200,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	180,00	180,00	180,00	180,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)	7.853.594.579	8.271.218.640	9.442.391.252	10.512.642.777
DÍVIDA DE PPP (V)	0	0	0	0
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	88.973.673	89.957.361	91.135.865	90.400.880
De Tributos	0	0	0	0
De Contribuições Sociais Previdenciárias	88.973.673	89.957.361	91.135.865	90.400.880
Demais Contribuições Sociais	36.970.826	37.195.017	37.485.845	35.596.740
Do FGTS	52.002.847	52.762.344	53.650.020	54.804.140
Com Instituição não financeira	0	0	0	0
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	6.707.339.690	7.120.025.979	8.260.879.438	9.311.894.930
Interna	3.524.691.654	3.512.456.988	3.712.058.552	3.929.108.954
externa	3.182.648.036	3.607.568.991	4.548.820.885	5.382.785.976
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.057.281.216	1.061.235.300	1.090.375.949	1.110.346.967
União	922.708.718	932.108.974	939.123.668	966.158.227
Outras Dívidas	134.572.498	129.126.326	151.252.280	144.188.740
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0	0	0	0
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0	0	0	0
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0	0	0	0
DEPÓSITOS	0	0	0	0
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	75.315.528	60.418.937	50.504.576	91.238.437
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA-ARO	0	0	0	0

REGIME PREVIDENCIÁRIO-FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERC. ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	152.418.119.338	152.418.119.338	152.418.119.338	151.123.343.977
Passivo Atuarial	152.418.119.338	152.418.119.338	152.418.119.338	151.123.343.977
Demais Dívidas	0	0	0	0
DEDUÇÕES (X)¹	171.878.267	51.558.188	78.785.867	177.749.734
Disponibilidade de Caixa Bruta	172.105.288	51.558.188	78.785.867	177.749.734
Investimentos	0	0	0	0
Haveres Financeiros	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados	227.021	0	0	0
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0	0	0	0
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX- X)	152.246.241.071	152.366.561.150	152.339.333.471	150.945.594.243

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 30/03/2016 15:56

Publicado no D.O.E.: 29/01/2016

Nota 1: Na Coluna "Saldo do Exercício Anterior" a Disponibilidade de Caixa e os Restos a Pagar pertencem aos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Dependentes, Dependentes e excluídos os órgãos de Previdência (FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID e FPP);

Nota 2: Na coluna "Saldo do Exercício Anterior" do Regime Previdenciário, na disponibilidade de caixa inclui a do FPP;

Nota 3: O Valor do Passivo Atuarial apresentado no Quadro da "Dívida Consolidada Previdenciária" foi extraído da última avaliação atuarial do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA 2015. Valores Projetados em 31/12/2015.

Nota 4: No exercício de 2015 os valores deste Anexo referem-se aos Órgãos do Poder Executivo, enquanto que no ano de 2014 os valores incluem os demais Poderes.

Ressalta-se que a Receita Corrente Líquida foi acrescentada em R\$ 22.656,00, passando de R\$ 15.176.417.457,00 para R\$ 15.176.440.113,00 em relação a publicação do DOE de 31/01/2016. Entretanto, em virtude da irrelevância da alteração não houve mudanças nos índices indicados no referido demonstrativo.

5.1.3 Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

O Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, Anexo III do RGF, evidencia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida pelo Governo do Estado do Ceará. A Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, define o limite de comprometimento em 22% da Receita Corrente Líquida. No exercício de 2015, as garantias concedidas pelo Estado totalizaram R\$ 940.560.197,00, representando 6,20% da RCL. Vale destacar, que no mesmo período do exercício anterior, o total das garantias concedidas era de R\$ 870.955.093,00, equivalente a 6,04% da RCL.

TABELA 198

ANEXO III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

(R\$ 1,00)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
EXTERNAS (I)	204.388.628	222.672.441	271.251.867	280.434.556
Aval ou fiança em operações de crédito	204.388.628	222.672.441	271.251.867	280.434.556
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
INTERNAS (II)	666.566.465	667.393.329	669.912.249	660.125.641
Aval ou fiança em operações de crédito	666.566.465	667.393.329	669.912.249	660.125.641
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	870.955.093	890.065.770	941.164.117	940.560.197
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	14.418.477.504	14.825.244.507	15.063.988.391	15.176.440.113
% DO TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	6,04	6,00	6,25	6,20
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 43/01, DO SENADO FEDERAL: 22%	22,00	22,00	22,00	22,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art.59 da LRF)	19,80	19,80	19,80	19,80
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
EXTERNAS (V)	0	0	0	0
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0	0	0	0
Outras Garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
INTERNAS (VI)	0	0	0	0
Aval ou fiança em operações de crédito	0	0	0	0
Outras garantias nos termos da LRF	0	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII) = (V+VI)	0	0	0	0

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 30/03/2016 16:07

Publicado no D.O.E.: 29/01/2016

Nota: O Estado do Ceará não possui Contragarantias.



5.1.4 Demonstrativo das Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Créditos, Anexo IV do RGF, nos permite um acompanhamento dos recursos oriundos de empréstimos realizados pelo Estado. Cabe destacar que o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes do projeto de lei orçamentária. As Operações de Crédito correspondem ao compromisso financeiro assumido em razão de empréstimos realizados, ou operações assemelhadas.

As Operações de Crédito totalizaram, no exercício de 2015, o montante de R\$ 1.539.756.897,00, o que representa 10,15% da RCL.

TABELA 199
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	882.583.175	1.539.756.897
Mobiliária	0	0
Interna	0	0
Externa	0	0
Contratual	882.583.175	1.539.756.897
Interna	290.918.088	594.840.240
Abertura de Crédito	290.918.088	594.840.240
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0	0
Derivadas de PPP	0	0
Demais Aquisições Financiadas	0	0
Antecipação de Receita	0	0
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0	0
Demais Antecipações de Receita	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Operações de Crédito	0	0
Externa	591.665.087	944.916.657
Abertura de Crédito	591.665.087	944.916.657
Outras Operações de Crédito	0	0
NAO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0	0
Parcelamentos de Dívidas	0	0
De Tributos	0	0
De Contribuições Sociais	0	0
Previdenciárias	0	0
Demais Contribuições Sociais	0	0
Do FGTS	0	0
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0	0
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0	0
Amparadas pelo art.9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0	0
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.176.440.113	-
OPERAÇÕES VEDADAS	0	0
Do Período de Referência (III)	0	0
De Períodos anteriores ao de Referência	0	0
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)= (Ia+III)	1.539.756.897	10,15
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.428.230.418	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 14,40%	2.185.407.376	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0	0
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.062.350.808	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV+IIa)	1.539.756.897	10,15

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 30/03/2016 16:10

Publicado no D.O.E.: 29/01/2016

¹ Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedada



5.1.5 Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar visa dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa. O demonstrativo apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como dos não vinculados. São apresentadas informações sobre os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Além disso, evidencia a inscrição em Restos a Pagar das despesas: liquidadas e não pagas; empenhadas e não liquidadas; e não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.

O art. 42 da LRF limita que o ente contraia despesa cujo montante seja superior à suficiente disponibilidade de caixa para seu pagamento no exercício seguinte.

TABELA 200

ANEXO V - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)=(a)-(b)+(c)+(d)+(e)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPEINHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)								
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	264.664.677,77	1.082.007,11	20.524.977,26	12.478.069,26	329.616,22	210.227.109,63	26.973.703,66	0,00
- Op de Créd Internas CPAC MCMV - CEF - FR 37	19.770.523,69	0,00	19.770.523,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Op de Créd Internas CPAC MCMV - BB - FR 39	19.353.837,92	0,00	19.353.837,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- SWAP - FR 40	15.748.254,22	0,00	0,00	5.533.156,98	0,00	10.215.097,24	2.997.109,51	0,00
- BNDES - FR 45	3.696.831,21	0,00	0,00	90.303,55	0,00	3.606.527,66	3.830.254,76	0,00
- BNDES/ESTADO - FR 17	700.116,11	0,00	0,00	111.122,21	0,00	589.016,00	227.016,00	0,00
- Op de Créd Externas - FR 48	14.935.391,03	0,00	0,00	0,00	0,00	14.935.391,03	252.589,52	0,00
- BNDES/PROINVEST - FR 53	114.407,66	0,00	0,00	35.000,05	73.648,33	5.759,28	35.596,06	0,00
- Op de Créd Interna CEF - FR 56	12.903.339,35	0,00	0,00	0,00	0,00	12.903.339,35	2.993.803,20	0,00
- Op de Créd Externas/KFW - FR 57	270.699,05	0,00	0,00	0,00	0,00	270.699,05	878.140,21	0,00
- Op de Créd Externas/BID - FR 58	104.600.196,20	0,00	1.010,00	1.010.220,21	20.710,97	106.621.137,47	1.781.016,67	0,00
- Op de Créd Externas/BID - FR 59	723.334.421,51	723.091,40	409.497,65	2.859.260,25	95.756,50	68.246.815,71	7.038.572,07	0,00
- Op de Créd Externas/TESOURO/FIDA - FR 64	10.815.586,28	0,00	0,00	0,00	0,00	10.815.586,28	152.515,22	0,00
- Op de Créd Externas/TESOURO/CAF - FR 65	67.093.029,40	0,00	0,00	539.472,59	29.370,53	66.524.186,28	3.202.599,60	0,00
- Op de Créd Externas/PforR - FR 69	25.106.734,99	359.915,71	0,00	2.967.103,41	0,00	21.779.715,87	2.469.553,21	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONTÁBILIDADE	463.600.000,00	100.000,00	2.200.000,00	33.470.000,00	316.704,70	126.720.700,70	60.600.420,47	0,00
- Transf de Conv Adm Indireta - FR 81	716,97	0,00	0,00	0,00	3.066,89	2.349,92	0,00	0,00
- Transf de Conv Adm Direta - FR 82	327.168.949,26	478.721,41	1.863.920,84	21.765.415,96	110.053,37	302.950.837,68	73.333.168,05	0,00
- Transf de Conv Adm Indireta - FR 83	121.508.097,71	9.960,15	386.885,40	163.560,21	123.706,51	120.823.985,44	6.488.074,07	0,00
- Transf de Conv Adm Indireta - FR 85	4.108,39	0,00	0,00	0,00	8.934,99	-4.826,60	0,00	0,00
- Transf de Conv Adm Direta - FR 86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.040,29	0,00
- Transf de Conv Adm Indireta - FR 87	43.985,42	0,00	0,00	0,00	0,00	43.985,42	27.131,68	0,00
- Transf de Conv Adm Direta - FR 88	0,00	0,00	0,00	1.544.000,00	0,00	-1.544.000,00	150.000,00	0,00
- Transf de Conv Adm Indireta - FR 89	3.472.801,43	0,00	0,00	3.652,72	0,00	3.469.148,71	410.018,09	0,00
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS	399.454.875,47	377.709,39	33.565.618,12	27.580.562,60	6.184.093,69	331.746.891,67	139.877.913,01	0,00
- Rec. da C. Cont. de Ed. Espec. Adm. Direta - FR 07	23.120.102,67	0.067,20	130.900,06	807.226,67	870.063,00	21.612.016,76	8.283.670,33	0,00
- Rec. do Fundo de Combate à Pobreza - FECOP - FR 10	126.757.153,72	154.470,03	1.307.860,24	16.517.383,95	115.028,63	108.662.410,87	48.032.260,06	0,00
- Rec. da Cont. de Int do Dom. Econômico - CIDE - FR 11	372.139,77	0,00	0,00	20.626,30	0,00	351.513,47	0,00	0,00
- Rec. de depósitos judiciais - FR 14	45.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000.000,00	0,00	0,00
- Medida Compensatória Ambiental - FR 16	56.049.468,01	0,00	0,00	144.556,69	0,00	55.904.911,32	319.108,35	0,00
- Royalties - FR 44	70.000,77	0,00	0,00	62.720,24	0,00	16.280,53	127.164,24	0,00
- Transferência do FUNDEB-FR 50 e 51	26.997.796,20	210.783,63	16.309.557,59	157.778,87	5.157.715,66	5.161.960,45	2.827.200,95	0,00
- Recurso Proveniente do FIT - FR 76	14.961.531,48	0,00	0,00	4,30	0,00	14.961.527,18	2.519.415,51	0,00
- Repasse Fundo a Fundo - Defesa Civil - FR 79	20.747.615,74	0,00	0,00	2.060.903,89	0,00	18.686.711,85	34.349.782,94	0,00
- Transferências do SUS - FR 91	83.193.665,62	3.498,43	15.815.210,24	7.719.340,69	40.385,50	59.615.230,76	43.414.356,48	0,00
- Repasse Fundo a Fundo - FNAS - FR 02	1.074.272,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.074.272,00	24.764,06	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.216.205.112,42	1.949.398,06	75.351.301,62	64.535.259,84	6.658.371,68	1.067.710.781,22	249.349.138,13	0,00
- Rec. Ord A59 e Demais Rec. Não Vinculados Adm. Direta - FR 00 e 01	1.010.858.385,51	4.453.366,15	146.113.921,10	19.995.247,86	566.213.565,49	274.082.284,91	73.177.132,58	0,00
- Recursos Próprios - Adm. Indireta - FR 70	150.871.764,46	152.702,25	195.596,45	6.707.929,14	17.213.801,85	126.601.734,77	23.598.977,19	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.161.730.149,97	4.606.068,40	146.309.517,55	26.703.177,00	583.427.367,34	400.684.019,68	96.776.109,77	0,00
TOTAL (III) = (I)+(II)	2.377.935.262,39	6.555.466,46	221.660.819,17	91.238.436,84	12.846.743,36	1.468.394.800,90	346.125.247,90	0,00
- Recursos Provenientes da Contribuição Social - FR 03	60.166.192,36	0,00	0,00	0,00	1.521.487,99	58.644.704,37	0,00	0,00
- Recursos Provenientes da Contribuição Patronal - FR 04	100.735.946,36	0,00	0,00	0,00	11.226.386,44	89.509.559,92	0,00	0,00
- Recursos de Depósitos Judiciais - FR 14	16.847.595,07	0,00	0,00	0,00	16.847.595,07	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SERVIDORES	177.749.733,79	0,00	0,00	0,00	20.595.469,50	148.154.264,29	0,00	0,00

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 01/04/2016 11:47

Publicado no D.O.E.: 29/01/2016

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial;

Nota 2: Na "linha Rec. Ordinários e Demais Rec. Não Vinculados Adm. Direta - FR 00 e 01" estão incluídos: Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta", R\$ 406.489.599,69 referentes à disponibilidade da Conta Corrente da Folha de Pagamento; Na coluna "Demais Obrigações Financeiras", está contida a obrigação correspondente;

Nota 3: No saldo dos restos a pagar - processados de exercícios anteriores ()

No exercício de 2015, a disponibilidade de caixa bruta foi de R\$ 2.377.935.262,39, excluído a disponibilidade do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de R\$ 177.749.733,79. Descontadas as obrigações financeiras, a disponibilidade líquida de caixa antes da inscrição de Restos a Pagar ficou em R\$ 1.468.394.800,90, quantia superior ao montante de R\$ 346.125.247,90, referente ao total de Restos a Pagar inscritos no exercício.

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, da Lei de Responsabilidade Fiscal do Poder Executivo, foi realizada transferência de disponibilidade de caixa do Poder Executivo para outros Poderes que registraram obrigações financeiras nas respectivas fontes de recurso. Para que o demonstrativo da disponibilidade de caixa dos Poderes não apresentasse apenas as obrigações financeiras, a disponibilidade relativa a essas obrigações foi subtraída do Poder Executivo e transferida para o Poder.

5.1.6 Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

O Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa a facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações. A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos: da Despesa com Pessoal; da Dívida Consolidada Líquida; das Garantias e Contragarantias de Valores; das Operações de Crédito; e dos Restos a Pagar.

TABELA 201

ANEXO VII - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

LRF, art. 48 - Anexo 6 (R\$ 1,00)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	15.176.440.113	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - TDP	6.970.865.089	45,93
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60 %	7.375.749.895	48,60
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,17 % (95 % do Limite Máximo)	7.006.962.400	46,17
Limite de alerta (Insiso II do § 1º do art. 59 da LRF) -43,74 (90 % do Limite Máximo)	6.638.174.905	43,74
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	9.369.368.720	61,74
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	30.352.880.226	200,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	940.560.197	6,20
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.338.816.825	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	1.539.756.897	10,15
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	2.428.230.418	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita	1.062.350.808	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor apurado nos Demonstrativos respectivos	346.125.248	1.468.394.801

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 30/03/2016 16:17

Publicado no D.O.E.: 29/01/2016

Com o objetivo de assegurar a transparência dos gastos públicos e a consecução das metas fiscais, sempre com a observância dos limites fixados pela Lei, o Governo do Estado se posiciona dentro dos gastos estipulados para Pessoal, Dívida, Operações de Crédito, Garantias e outros.

A cada quadrimestre, foi demonstrado, em audiências públicas junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembléia Legislativa do Ceará, o cumprimento das metas fiscais do Estado, conforme estabelece o § 4º, do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os Anexos da Gestão Fiscal - RGF foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos pela LRF, demonstrando, portanto, o compromisso com a transparência na Gestão Pública Estadual.

5.1.7 Evidenciação das Alterações dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e de Gestão Fiscal (RGF) Publicados no Diário Oficial do Estado em 29 de Janeiro de 2016

Os Relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foram publicados e entregues aos órgãos de controle externo dentro dos prazos estabelecidos. No entanto, entre a publicação dos referidos relatórios e o fechamento do Balanço Geral do Estado do exercício de 2015 foi verificado que houve alterações de pouca relevância, que se demonstra a seguir:

5.1.7.1 Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO)

(R\$ 1,00)

DEMONSTRATIVO DAS DIFERENÇAS ENTRE A PUBLICAÇÃO DO RREO EM 29.01.16 E 31.03.2016 (BGE)			
ANEXO 1 -BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			
			(R\$ 1,00)
RECEITAS	LRF	BALANÇO	DIFERENÇA
	(A)	(B)	C=(B-A)
RECEITAS REALIZADAS NO BIMESTRE	3.977.036.495,57	3.977.057.969,96	21.474,39
RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE	21.307.607.793,95	21.307.629.268,34	21.474,39
SALDO A REALIZAR	3.478.536.245,33	3.478.514.770,94	-21.474,39
DESPESAS	LRF	BALANÇO	DIFERENÇA
DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE	21.139.260.894,65	21.139.261.115,63	220,98
SUPERÁVIT	168.346.899,30	168.368.152,71	21.253,41



ANEXO 2 -DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

(R\$ 1,00)

DESPESAS	LRF (A)	BALANÇO (B)	DIFERENÇA C=(B-A)
DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE	21.139.260.894,65	21.139.261.115,63	220,98

ANEXO 3 -DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

(R\$ 1,00)

RECEITA/PREVISÃO	LRF (A)	BALANÇO (B)	DIFERENÇA C=(B-A)
RECEITA DE JANEIRO A DEZEMBRO/2015	15.176.417.457,00	15.176.440.113,00	22.656,00

NOTA : A alteração na Receita Corrente líquida ocorreu na receita Patrimonial.

ANEXO 5 -DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

(R\$ 1,00)

3º QUADRIMESTRE/2015	LRF (A)	BALANÇO (B)	DIFERENÇA C=(B-A)
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	9.535.432.117,00	9.369.812.567,00	-165.619.550,00
RESULTADO NOMINAL	3.450.448.760,00	3.284.829.210,00	-165.619.550,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO - FUNAPREV, PREVMILITAR E PREVID

(R\$ 1,00)

3º QUADRIMESTRE/2015	LRF (A)	BALANÇO (B)	DIFERENÇA C=(B-A)
Dívida Consolidada Previdenciária	152.418.119.338,00	151.123.343.977,00	-1.294.775.361,00
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária	152.240.369.604,00	150.945.594.243,00	-1.294.775.361,00
Dívida fiscal Líquida Previdenciária	152.240.369.604,00	150.945.594.243,00	-1.294.775.361,00

NOTA: Nos demonstrativos publicados da disponibilidade de caixa bruta do regime previdenciário e da Dívida Consolidada as alterações ocorreram devido a erro de fórmula.

ANEXO 6 -DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

(R\$ 1,00)

RECEITAS/DESPESAS	LRF (A)	BALANÇO (B)	DIFERENÇA C=(B-A)
RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE/2015	19.411.282.556,70	19.411.281.375,14	-1.181,56
DESPESAS EMPENHAS ATÉ O BIMESTRE /2014	18.651.839.385,80	18.651.839.385,00	-0,80
DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE/2015	18.626.430.257,03	18.626.430.478,01	220,98
INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADO/2015	368.874.032,89	368.873.811,91	-220,98
RESULTADO PRIMÁRIO	460.812.008,22	460.810.826,66	-1.181,56

ANEXO 7 -DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

(R\$ 1,00)

RECEITAS	LRF (A)	BALANÇO (B)	DIFERENÇA C=(B-A)
RP PROCESSADOS NÃO PROCESSADOS			
LIQUIDADOS	342.711.577,13	342.600.465,97	-111.111,16
PAGOS	342.811.218,80	342.811.822,40	603,60
CANCELADOS	74.426.072,34	74.428.863,75	2.791,41
SALDO	93.373.781,16	93.504.338,80	130.557,64
SALDO TOTAL	100.039.625,89	100.036.230,88	-3.395,01

ANEXO 8 -DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS C/MANUTENÇÃO E DESENV. DO ENSINO

(R\$ 1,00)

RECEITAS/DESPESAS	LRF (A)	BALANÇO (B)	DIFERENÇA C=(B-A)
REC. LÍQUIDA DE IMPOSTOS-RELIT E DESPESAS COM MDE			
RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRES5	14.403.056.862,10	14.403.056.727,70	-134,40
TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE	3.857.544.962,97	3.857.488.411,15	-56.551,82
% APLICADO	26,78	26,78	-



ANEXO 09-DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

RECEITAS/DESPESAS	LRF (A)	BALANÇO (B)	(R\$ 1,00)
			DIFERENÇA C=(B-A)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			
APLICAÇÃO DOS REC. DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESA DE CAPITAL			
RES.P/ APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I+II)			
DESPESAS EMPENHADAS	206.822.539	-1.680.427.778	-1.887.250.317

NOTA: Alterada a linha "Resultado p/apuração da REGRA DE OURO" da coluna "DESPESAS EMPENHAS (b-c) para (b-e).

ANEXO11 -DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

RECEITAS/DESPESAS	LRF (A)	BALANÇO (B)	(R\$ 1,00)
			DIFERENÇA C=(B-A)
DOTAÇÃO ATUALIZADA	0	18.546	18.546
PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	886	886	0
SALDO FINANCEIRO A APLICAR			
EXERCÍCIO ANTERIOR 2014	21.003.644	21.003.644	0
EXERCÍCIO 2015	4.336.949	4.336.063	-886
SALDO ATUAL	25.340.593	25.339.707	-886
SALDO A PAGAR	460.812.008	460.810.827	-1.182

NOTA 1: Na coluna "DESPESAS INCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" esta numerada como sendo (f), enquanto, o correto é "PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR";

NOTA 2: A fórmula da coluna "SALDO A PAGAR" foi a existente no Manual de Demonstrativos Fiscais, da 6ª edição.

ANEXO 12 -DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

RECEITAS/DESPESAS	LRF (A)	BALANÇO (B)	(R\$ 1,00)
			DIFERENÇA C=(B-A)
REC. LÍQ. DE IMPOSTOS-RELIT E DESP. C/ AÇÕES E SERV. PUB. DE SAÚDE			
RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRES	14.403.056.844,68	14.403.056.710,28	-134,40
TOTAL DAS DESP. EMP. C/ AÇÕES E SERV. PÚBLICOS DE SAÚDE	2.053.017.589,04	2.053.017.589,04	-
% APLICADO	14,25	14,25	-

ANEXO 13 -DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

DESPESAS/RCL EXERCÍCIO CORRENTE/2015	LRF (A)	BALANÇO (B)	(R\$ 1,00)
			DIFERENÇA C=(B-A)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	15.176.417.457,00	15.176.440.113,00	22.656,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,17	0,17	-

NOTA: Alteração da RCL de 2015.

5.1.7.2 Relatórios de Gestão Fiscal (RGF)

DEMONSTRATIVO DAS DIFERENÇAS ENTRE A PUBLICAÇÃO DO RGF EM 29.01.16 E 31.03.2016 (BGE)

ANEXO 2 -DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

DÍVIDA CONSOLIDADA 3º QUADRIMESTRE/2015	LRF (A)	BALANÇO (B)	(R\$ 1,00)
			DIFERENÇA C=(B-A)
DEDUÇÕES			
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	1.807.454.081,00	1.971.445.662,00	163.991.581,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (EXCETO PRECATÓRIOS)	229.844.255,00	228.216.286,00	-1.627.969,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	9.535.432.117,00	9.369.812.566,00	-165.619.551,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA-RCL	15.176.417.457,00	15.176.440.113,00	22.656,00
% DA DCL SOBRE A RCL	62,83	61,74	-1,09
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL			
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	9.314.894.930,00	9.311.894.930,00	-3.000.000,00
INTERNA	3.932.108.954,00	3.929.108.954,00	-3.000.000,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC			
RP NÃO- PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	91.208.449,00	91.238.437,00	-29.988,00

NOTA 1: Na disponibilidade de caixa bruta na coluna "3º QUADRIMESTRE" foi deduzido o valor de R\$ 177.749.734 em duplicidade por erro de fórmula referente a disponibilidade do regime previdenciário;

NOTA 2: A diferença da Dívida com Instituição Financeira foi devido a erro de digitação

NOTA 3: Foi incluída a uma linha de Precatórios posteriores a 05/05/2000 em "Outros valores não integrantes da DC"



ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

(R\$ 1,00)			
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS 3º QUADRIMESTRE/2015	LRF (A)	BALANÇO (B)	DIFERENÇA C=(B-A)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA-RCL	15.176.417.457,00	15.176.440.113,00	22.656,00

ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(R\$ 1,00)			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	LRF (A)	BALANÇO (B)	DIFERENÇA C=(B-A)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA-RCL	15.176.417.457,00	15.176.440.113,00	22.656,00

ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

(R\$ 1,00)			
DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR 3º QUADRIMESTRE/2015	LRF (A)	BALANÇO (B)	DIFERENÇA C=(B-A)
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	2.391.593.415,73	2.377.935.262,39	-13.658.153,34
RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS E NÃO PAGOS DO EXERCÍCIO	223.288.788,51	221.660.819,17	-1.627.969,34
R P EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	91.208.449,23	91.238.436,84	29.987,61
DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	672.787.410,67	590.085.739,02	-82.701.671,65
DISPONIBILIDADE DE CAIXA ANTES DA INSC. EM RP NÃO PROCESSADOS	1.397.853.300,86	1.468.394.800,00	70.541.499,14
R P EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	346.825.631,72	346.125.247,90	-700.383,82

NOTA 1: Não houve nenhuma alteração nas informações do Regime Próprio de Previdência dos servidores;

NOTA 2: A maior diferença da disponibilidade de caixa foi em virtude de inversão entre a do Poder Executivo e outros poderes.

NOTA 3: A diferença em "Demais Obrigações" foi erro na fórmula.

Ao final deste relatório, entendemos que o objetivo pretendido foi alcançado tendo em vista que, procuramos abordar os aspectos mais relevantes das Contas do Governo relativas ao Exercício de 2015, inseridos nos Anexos do Balanço Geral do Estado, levantados em consonância com as normas legais e pertinentes.

Merece destaque o fato de que a realização dessa peça contábil revelou intensa participação de todos os servidores das Contadorias Direta e Indireta - CECAD e CECAL, aos quais externamos os nossos agradecimentos pela dedicação, competência e comprometimento no desempenho de suas atividades.

Fortaleza, 31 de Março de 2016.


MARIA DOLORES PEREIRA
Orientadora da CECAD
CRC-CE 5.806/0-5


ROSA LIDUINA TEIXEIRA DIÓGENES NOGUEIRA
Orientadora da CECAL
CRC-CE 7.569/0-8

CAPITULO VI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Coordenadorias do Tesouro Estadual e de Gestão Financeira, COTES e COGEF, respectivamente, no cumprimento de suas missões, elaboraram o relatório do Balanço Geral do Estado, referente ao exercício de 2015, incluindo as análises orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das finanças estaduais.

O Governo do Estado do Ceará, no exercício de 2015, reduziu significativamente o *deficit* orçamentário, no valor de R\$ 517,4 milhões, o que permitiu o alcance de *superavit* financeiro no ano. Ademais, o Ceará obteve Resultado Primário superavitário, bem como manteve seus indicadores de endividamento totalmente de acordo com os limites impostos pela legislação vigente. Isto evidencia uma gestão fiscal responsável voltada para criar condições de manter organizada a máquina administrativa e atender às necessidades da população cearense.

Uma análise da Gestão Fiscal do Governo Estadual, nos últimos exercícios, mostra um considerável desempenho nas diversas ações governamentais, além de cumprimento dos limites estipulados pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destaque-se, ainda, o fortalecimento da estrutura econômica local onde foram tomadas medidas objetivas que possibilitaram maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos e solidez do ajuste fiscal, que mantiveram a capacidade de investimentos do Estado do Ceará como uma das maiores do país.

No conteúdo do Relatório desta prestação de contas procuramos mostrar o atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE nas análises alusivas às Contas do Governo dos exercícios anteriores.

Cabe salientar que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público à disposição do Governo, visa a atingir a consciência necessária para o exercício do controle social das contas públicas, de forma que o governo e a sociedade possam caminhar na direção de melhores resultados pela correta destinação de recursos, imprescindíveis ao desenvolvimento e à crescente melhoria da qualidade de vida da sociedade cearense.

Não podemos deixar de enfatizar o advento do novo mundo da Contabilidade Pública com a aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP que, a par da retomada do Patrimônio Público como o centro das atenções da ciência contábil, apresenta inovações que reforçam o cumprimento das determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e na Lei Federal nº 4320/64.

É importante observar a mobilização de toda a equipe técnica e de gestores para possibilitar a exposição das informações inerentes à situação econômico-financeira do Estado, de forma clara e objetiva, em conformidade com



os princípios legais que regem a Contabilidade Pública, a fim de que Sociedade e Governo sejam parceiros na busca de melhores resultados.

Registramos aqui nossos agradecimentos aos gestores e à equipe técnica da SEFAZ, bem como aos diretores financeiros dos órgãos estaduais que com êxito, força e grandeza, concluíram este trabalho com sucesso, a fim de dar publicidade às informações nele contidas.

No âmbito da gestão financeira, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para obter um bom desempenho de sua Receita Tributária, buscando aproveitar seu potencial de arrecadação. Essas ações vêm sendo desenvolvidas de forma consistente e contínua por intermédio da melhor capacitação dos recursos humanos, da melhoria da infra-estrutura, da tecnologia da informação e dos processos e procedimentos nos campos fiscal e tributário.

Por fim, gostaríamos de externar a nossa imensa gratidão aos nossos digníssimos Secretários **CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO**, **JOÃO MARCOS MAIA** e **MARCUS AUGUSTO V. COELHO** que nesta gestão deram total apoio e contribuição no cumprimento de nossos deveres ao concluir o Balanço Geral do Estado.


LUIZ JARBAS DE MESQUITA

Coordenador do Tesouro Estadual



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO

Exercício de 2015

Fortaleza, março de 2016



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

GOVERNADOR
Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL
José Flávio Barbosa Jucá de Araújo

SECRETÁRIO ADJUNTO DA CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL
Antônio Marconi Lemos da Silva

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Paulo Roberto de Carvalho Nunes

COORDENADORA DA ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Denise Andrade Araújo

COORDENADOR DA ASSESSORIA JURÍDICA
Fábio Marcelo Matos de Lima

COORDENADORA DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Flávia Salcedo Coutinho

COORDENADOR DE AÇÕES ESTRATÉGICAS
Marcelo de Sousa Monteiro

COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO PREVENTIVO
Kelly Cristina de Oliveira Barbosa

COORDENADOR DE AUDITORIA INTERNA
George Dantas Nunes

COORDENADOR DE FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL
Ítalo José Brígido Coelho

COORDENADOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Agláio Soares Gomes

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Carlos Jorge Freitas

Missão Institucional

Assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão ética e transparente e para oferta dos serviços públicos com qualidade.



EQUIPE TÉCNICA

Marcelo de Sousa Monteiro
Coordenador de Ações Estratégicas

Kelly Darlane Nepomuceno Ramos
Orientadora da Célula de Acompanhamento da Gestão

Adriana Oliveira Nogueira
Auditora do Controle Interno - Assessora Técnica

Vitor Hugo Gaspar Pinto
Auditor do Controle Interno



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	275
1. DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO	279
1.1. Das Ações Estratégicas	279
1.1.1. Da Inovação do Controle Interno	279
1.1.2. Das Orientações Técnicas e Normativas	279
1.1.3. Das Informações Gerenciais de Controle	280
1.2. Do Controle Interno Preventivo	280
1.2.1. Do Gerenciamento de Riscos	280
1.2.2. Do Monitoramento dos Controles Internos	281
1.2.3. Do Acompanhamento da Gestão	282
1.3. Do Fomento ao Controle Social	282
1.3.1. Célula de Transparência e Ética	283
1.3.2. Célula de Ouvidoria	283
1.3.3. Célula de Acesso à Informação	284
1.4. Da Auditoria Interna	285
2. DO TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2014	287
2.1. Desempenho da Economia Cearense	287
2.2. Instrumentos de Planejamento e Execução Orçamentária	288
2.3. Gastos realizados mediante Licitação, Dispensa e Inexigibilidade	301
2.4. Transferências Financeiras a Entidades Públicas e Privadas	302
2.5. Programas Governamentais	303
2.6. Demonstrações Contábeis	311
2.7. Limites Constitucionais	318
2.8. Gestão Fiscal	333
3. DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS	342
3.1. Da Alocação de Recursos do PPA 2012-2015	342
3.2. Da Execução dos Principais Programas de Governo	344
3.2.1. Dos Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no PPA 2012-2015	345
3.2.2. Dos Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no Orçamento de 2015	351
4. DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	369
4.1. Do Resultado Orçamentário	369
4.1.1. Da Análise dos Indicadores da Execução Orçamentária	370
4.2. Das Receitas	371
4.2.1. Das Variações do Orçamento da Receita	371
4.2.2. Da Categoria e Origem das Receitas Orçamentárias	374
4.3. Das Despesas	376
4.3.1. Das Variações do Orçamento de Despesa	376



4.3.2. Da Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas	378
4.3.3. Da Despesa por Função.....	381
5. DA GESTÃO FISCAL	383
5.1. Do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.....	383
5.2. Dos Gastos com Saúde	383
5.3. Das Despesas com Educação.....	386
5.3.1. Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	386
5.3.2. Do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	388
5.4. Da Receita Corrente Líquida	391
5.5. Das Despesas com Pessoal	393
5.6. Da Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias	396
5.6.1. Da Dívida Consolidada Líquida	397
5.6.2. Das Operações de Crédito	398
5.6.3. Dos Serviços da Dívida.....	399
5.6.4. Das Garantias e Contragarantias.....	400
5.7. Das Receitas de Operações de Crédito em relação às Despesas de Capital.....	401
5.8. Da Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos.....	402
5.9. Das Disponibilidades de Caixa.....	403
5.10. Dos Resultados Primário e Nominal	406
5.10.1. Do Resultado Primário	406
5.10.2. Do Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida).....	408
5.11. Dos Investimentos Destinados ao Interior do Estado	409
CONCLUSÃO.....	411

APRESENTAÇÃO

A Constituição Estadual no seu art. 68 determina que “*a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante o controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder*”.

O artigo 88 da Constituição Estadual prevê ainda como competência privativa do Governador do Estado do Ceará “*prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior*”.

Já a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), n.º 12.509, de 06.12.95, no seu artigo 42, estabelece que as Contas do Governo consistirão nos Balanços Gerais do Estado e no **Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo**, sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 3º do Art. 203 da Constituição do Estado, contendo informações relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas.

A elaboração do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo está a cargo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), criada pela Lei Estadual nº 14.306, de 02 de março de 2009. A estrutura e o regulamento da CGE foram aprovados por meio dos Decretos nº29.730, de 07 de maio de 2009, e nº30.047, de 30 de dezembro de 2009. A Lei nº15.360/2013, de 04 de junho de 2013, alterou os dispositivos da Lei nº. 13.875/2007, incorporando as funções necessárias à implantação do Controle Interno Preventivo.

Assim, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado elaborou o presente Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo referente ao exercício de 2015, com análises e considerações norteadas pelos mandamentos constitucionais, bem como pelas orientações e regras estabelecidas na Lei Complementar nº101/00, na Lei Federal nº4.320/64 e legislação correlata.

O Relatório está estruturado em cinco capítulos, compreendendo:

- A apresentação da atuação do órgão central de controle interno, abrangendo os órgãos de execução programática responsáveis pelas atividades relativas às Ações Estratégicas, ao Controle Interno Preventivo, ao Fomento ao Controle Social e à Auditoria Interna;



- O tratamento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado - TCE, por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2014;
- A análise da Execução dos Programas de Governo, buscando observar os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, Programas e suas Metas Prioritárias;
- A execução orçamentária consolidada do Estado, envolvendo os órgãos da administração direta e indireta que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social; e
- Os aspectos relativos à Gestão Fiscal, notadamente quanto ao cumprimento dos limites constitucionais e legais por parte do Estado.

O Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo é resultado do trabalho técnico da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e contou com a colaboração imprescindível dos gestores e profissionais que atuam nos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, que disponibilizaram as informações necessárias à conclusão deste produto.

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA
CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL

1. DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as atividades realizadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE durante o exercício de 2015 com vistas ao cumprimento da sua missão institucional. Nesse sentido, a CGE atuou de acordo com sua competência institucional e regulamentar, executando atividades de ações estratégicas, ampliação do controle interno preventivo, fomento ao controle social e de auditoria interna de programas de governo e áreas especializadas.

1.1. Das Ações Estratégicas

A Coordenadoria de Ações Estratégicas (CAEST) da CGE desenvolve atividades de orientações técnicas e normativas, de estudos com foco em inovação, sistematização e padronização do controle interno e de produção de informações gerenciais de controle. Em 2015 foram realizadas atividades estabelecidas nas metas institucionais, conforme apresentado na sequência.

1.1.1. Da Inovação do Controle Interno

- Modelo de aplicação da política de consequências de natureza administrativa, não disciplinares, prevista no §3º do art. 15-A da Lei nº13.875/2007, alterada pela Lei nº15.360/2013;
- Padrões de treinamento e certificação dos profissionais de controle interno para apresentação ao CONACI;
- Possibilidade de implantação do modelo de gestão de riscos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

1.1.2. Das Orientações Técnicas e Normativas

- Foram elaboradas 23 orientações técnicas aos gestores dos órgãos e entidades do Poder Executivo em resposta a consultas realizadas à CGE, abordando casos concretos e matérias afetas à área de controle interno, relativos à gestão de contratos, convênios, patrimônio, retenção de tributos, reconhecimento de dívida e pagamento de pessoal.
- Publicação consolidando das principais orientações da CGE emitidas, denominada Enunciados CGE.

1.1.3. Das Informações Gerenciais de Controle

- Coordenação da implementação do projeto "Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais Estratégicas de Controle", no âmbito da operação PforR com o Banco Mundial - em desenvolvimento;
- Definição das regras de negócio para o desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento do CAUC;
- Elaboração do documento com a especificação das alterações necessárias ao sistema e-PASF.

1.2. Do Controle Interno Preventivo

As atividades desempenhadas no âmbito da coordenadoria do Controle Interno Preventivo (COINP) visam proporcionar maior segurança administrativa na tomada de decisão pelos gestores estaduais, na medida em que a área atua antecipando-se aos fatos visando a redução de ocorrência de desvios que possam comprometer a eficiência no uso de recursos, a eficácia na disponibilização de bens e serviços e a conformidade legal dos atos administrativos.

Nesse sentido, essas atividades foram estruturadas em vertentes que albergam ações relacionadas ao Gerenciamento de Riscos, ao Monitoramento dos Controles Internos e ao Acompanhamento da Gestão, com foco nas Contas de Governo.

1.2.1. Do Gerenciamento de Riscos

- Consolidação da implantação do novo processo de transferência voluntária de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres;
- Disponibilização, no Sistema de Convênios e Congêneres do Ceará (SICONV-CE), módulos relativos às etapas de Acompanhamento/Fiscalização e Prestação de Contas;
- Elaboração da Portaria N°. 011/2015, de 19/01/2015, e da Portaria CGE N°. 130, de 03/09/2015, dispondo sobre a operacionalização do referido processo;
- Parceria entre a CGE e a Caixa Econômica Federal (CAIXA) com o objetivo de facilitar a operacionalização das liberações de recursos financeiros por meio do SICONV-CE



- Participação no Grupo de Trabalho instituído com o objetivo de desenvolver estudos de Redesenho do Processo de Gestão da Folha de Pagamento, composto por membros da CGE, SEPLAG e SEFAZ;
- Participação no Grupo de Trabalho instituído com o objetivo de desenvolver estudos de Redesenho do Processo de Gestão de Terceirização, composto por membros da CGE, SEPLAG e PGE;
- Participação no Grupo de Trabalho instituído com o objetivo de estabelecer práticas e procedimentos voltados para a eficiência e a racionalização da gestão e fiscalização da parceria público privada, celebrada entre a Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJUS e a empresa Ceará Serviços de Atendimento ao Cidadão S/A para prestação dos serviços de Vapt Vupt;
- Elaboração do documento de especificação dos requisitos do módulo de relatórios do SICONV-CE;
- Elaboração e disponibilização no sítio institucional da CGE de 14 (catorze) tutoriais de utilização do SICONV-CE relativos às etapas de cadastro de parceiros; seleção e aprovação de plano de trabalho; execução da parceria; acompanhamento e fiscalização da parceria; e prestação de contas;
- Elaboração de proposta de revisão e consolidação da legislação aplicável ao processo de transferência de recursos financeiros por meio de convênios e congêneres.

1.2.2. Do Monitoramento dos Controles Internos

- Atuação de Articuladores de Controle Interno Preventivo de forma centralizada na CGE e descentralizada em 09 (nove) órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- Capacitação de concedentes e convenientes no SICONV-CE, totalizando 10 turmas;
- Monitoramento das etapas do Processo de Transferências de Recursos Financeiros por meio de Convênios e Instrumentos Congêneres através do SICONV/CE e de processos físicos
- Verificação de 195 Convênios e Instrumentos Congêneres sem publicação no Diário Oficial.;
- Verificação do cadastro das contas bancárias dos Convênios e Instrumentos Congêneres firmados e da veracidade dos comprovantes de abertura anexados ao Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios – SACC;

- Elaboração do Procedimento das Atividades de Monitoramento do Controle Interno Preventivo no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade.;
- Ações com vistas a garantir a integridade das informações disponibilizadas através do Portal da Transparência do Estado, pelo monitoramento e verificação dos arquivos de 8.878 contratos, convênios e instrumentos congêneres celebrados disponíveis para consulta pública.

1.2.3. Do Acompanhamento da Gestão

- Monitoramento das ações da Comissão do PASF Intersetorial, a partir das recomendações emitidas pelo TCE, no âmbito da análise das Contas Anuais de Governo;
- Elaboração do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo de 2014;
- Elaboração de Relatórios de Acompanhamento dos Indicadores da Gestão Fiscal num total de 7 relatórios, sendo dois referentes aos indicadores do primeiro e do segundo quadrimestres e 5 relatórios mensais de acompanhamento da despesa com pessoal do poder executivo;
- Monitoramento do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, com o seguinte resultado: foram 80 relatórios emitidos sem inscrição no CAUC, de um total de 239 relatórios, gerando um percentual de 33,47% de relatórios sem inscrição no CAUC;
- Análise de 361 processos, sob a coordenação do Grupo Técnico de Gestão de Contas (GTC), sendo: 295 relacionados a solicitações de aumento de limite financeiro, 35 a Contratos de Gestão, 18 MAPPs Gestão e 13 referentes a outros assuntos.

1.3. Do Fomento ao Controle Social

A Coordenadoria de Fomento ao Controle Social (CFOCS) é responsável pelos sistemas de ouvidoria, transparência e ética e de acesso à informação, devendo buscar assegurar a disponibilização de instrumentos para participação do cidadão e da sociedade civil organizada, por meio de ações de educação social, contribuindo para que as políticas públicas reflitam os anseios da sociedade.

1.3.1. Célula de Transparência e Ética

- Gerenciamento do Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual. Em 2015, o Portal atingiu a marca de 236.653 acessos, superando em 35% a quantidade do ano anterior;
- Realização de 4 turmas de capacitação em Gestão da Ética Pública, destinada aos servidores indicados para composição dos Comitês Setoriais de Ética Pública nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

1.3.2. Célula de Ouvidoria

- Gerenciamento do Sistema de Ouvidoria – SOU, disponível na internet e que contempla o recebimento, apuração e resposta das manifestações. Em 2015, foram registradas 43.298 manifestações de ouvidoria, representando um crescimento de 8% em relação ao número de registros no ano anterior;
- Central de Atendimento 155, localizada em Canindé, que recebe demandas de ouvidoria e de acesso à informação de cidadãos de todo o Estado, por meio de ligações gratuitas para o cidadão, seja ligação originada de telefone fixo ou móvel. Em 2015, a Central 155 recebeu mais de 140 mil ligações entre novos registros, acompanhamento de manifestações de ouvidoria e solicitações de informação e oferecimento de respostas ao cidadão;
- Participação nas edições do Governo Itinerante realizadas nos municípios de Crateús e Camocim, fornecendo atendimento descentralizado de ouvidoria e acesso à informação;
- Elaboração de Termos de Referência de Projetos de aperfeiçoamento de ferramentas informatizadas de ouvidoria e transparência (ativa e passiva), em processo de contratação e que utilizará recursos do financiamento do Banco Mundial ao Ceará (PforR);
- Realização de 6 Reuniões Técnicas com a Rede de Fomento ao Controle Social, a qual possui 66 Ouvidorias Setoriais (Órgãos e Entidades) e 55 unidades de ouvidoria ligadas à Secretaria de Saúde (Sub-Rede da Sesa);
- Realização de visitas técnicas aos órgãos e entidades, no intuito de verificar as condições de funcionamento e oferecimento de orientações técnicas;
- Realização de 3 turmas de capacitação para a Rede de Ouvidorias, do Curso Básico

para Formação de Ouvidores;

- Monitoramento das manifestações de ouvidoria e de solicitações de informação registradas no Sistema de Ouvidoria – SOU, verificando classificação e prazo de resposta;
- Avaliação da qualidade das respostas às manifestações de ouvidoria e solicitações de informação registradas no Sistema de Ouvidoria – SOU;
- Realização de avaliação das ouvidorias setoriais da Rede com base em critérios de resolutividade, participação em ações da Rede, elaboração e entrega de relatório setorial e ações inovadoras buscando o aperfeiçoamento das políticas e serviços públicos oferecidos;
- Elaboração de Relatórios de Gestão e encaminhamento dos Sumários Executivos ao Gabgov, Casa Civil e Seplag, nos quais são propostas recomendações visando contribuir que as políticas públicas reflitam os anseios da sociedade;
- Proposição de atualização da regulamentação sobre a correta utilização de veículos oficiais, considerando a quantidade de demandas registrada na Ouvidoria e o tempo decorrido da edição do Decreto sobre o assunto, que vigora há mais de 20 anos.

1.3.3. Célula de Acesso à Informação

- Gerenciamento do Sistema de Acesso à Informação – SIC/SOU, disponível na internet e que contempla o recebimento, tratamento e resposta das solicitações de informação com base na LAI. Em 2015, foram registradas 59.144 solicitações de informação, superando em mais de 130% o número de solicitações do ano anterior;
- Acompanhamento das manifestações de ouvidoria e solicitações de informação registradas em sistemas informatizados gerenciados por outros órgãos e entidade e que ainda não foram integrados ao Sistema de Ouvidoria – SOU, quais sejam: Sistema Ouvidor SUS (Sesa), Sistema de Gestão de Ouvidoria – SGO (Cagece) e Sistema de Ouvidoria da Arce - SOA, os quais possuíram 19.893, 3.237 e 315 registros em 2015;
- Apoio ao Comitê Gestor de Acesso à Informação – CGAI na realização de estudos, pesquisas e sugestões de regulamentos relacionados a recursos e solicitação de classificação e desclassificação de informações sigilosas apresentadas ao CGAI;
- Emissão de 48 pareceres técnicos pelo Grupo Técnico de Apoio ao Comitê Gestor de Acesso à Informação – GTA/CGAI quanto a recursos e solicitação de classificação e

desclassificação de informações sigilosas apresentadas ao CGAI;

- Padronização do conteúdo de transparência ativa a ser disponibilizado pelos órgãos e entidades nos diversos canais institucionais na internet;
- Realização de 04 palestras sobre Controle Social em órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- Elaboração de Termos de Referência de Projetos de Educação Social, na modalidade à distância, a ser encartado em jornal de grande circulação e disponível em plataforma web, o qual deverá contemplar 40 mil inscritos em todo o Estado.

1.4. Da Auditoria Interna

A Coordenadoria de Auditoria Interna (CAINT) realiza as atividades de auditorias especializadas, de processos, de apuração de denúncias e nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial; encaminha ao Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral proposta de comunicação à autoridade administrativa competente dos órgãos e entidades estaduais para que instaure tomada de contas especial; emiti certificados de auditoria sobre as prestações de contas anuais e tomadas de contas especiais; retroalimenta as atividades de controle interno preventivo e de fomento ao controle social com informações referentes à fragilidades identificadas nas atividades de auditoria.

Para cumprir suas competências institucionais, a CAINT conta com uma estrutura orgânica composta por quatro células:

- a) Célula Auditoria Orçamentária, Financeira e Patrimonial (CEPAT), responsável por realizar atividades de auditoria nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial e nas Tomadas de Contas Especiais;
- b) Célula de Auditoria de Processos (CELAP), à qual compete a realização de auditorias em processos com foco na identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos; a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos controles internos e do gerenciamento de riscos; e avaliar os controles implantados no âmbito de atuação do controle interno preventivo;
- c) Célula de Auditorias Especializadas (CEAES), responsável pela realização de atividades de auditoria de obras e serviços de engenharia; de tecnologia da



informação e comunicação (TIC); de desempenho dos programas de governo; bem como nos projetos financiados por recursos originários de empréstimos externos, de doações e de acordos de cooperação técnica;

d) Célula de Auditoria de Apuração de Denúncias (CELAD), que tem a competência de realizar auditorias de apuração de denúncias.

A Tabela 1 a seguir apresenta a atuação da CAINT em 2015 com base nessa estrutura e distribuídas da seguinte forma: 91 auditorias relativas a contas de gestão; 98 de instrução de processos de Tomada de Contas Especial; 13 auditorias especializadas, sendo duas (02) de processos, três (03) de obras e serviços de engenharia, duas (02) de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); uma (01) atividade de auditoria de apuração de denúncia; quatro (04) atividades relacionadas ao desenvolvimento de Termos de Referência no âmbito do Programa para Resultados - PforR, celebrado entre o Banco Mundial e o Governo do estado do Ceará; elaboração um (01) de normativo referente aos trâmites dos processos de Tomadas de Contas Especiais Simplificadas; e uma (01) de revisão de procedimento da Gestão da Qualidade da CGE.

TABELA 1 – SÍNTESE DAS ATIVIDADES DA CAINT EM 2015

ATIVIDADES REALIZADAS	REALIZAÇÕES EM 2015
Auditoria de Contas de Gestão	91
Auditoria de Tomada de Contas Especial	98
Auditoria de Apuração de Denúncia	1
Auditoria Especializada em Processos	2
Auditoria Especializada de Obras e Serviços de Engenharia	3
Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	2
Termos de Referência no âmbito do PforR	4
Elaboração Minuta de Portaria de TCE Simplificada	1
Revisão de Procedimento de Auditoria	1
TOTAL	203

Fonte: CGE/Caint

2. DO TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2014

O objetivo deste capítulo é apresentar o tratamento dado às recomendações do Tribunal de Contas do Estado – TCE por ocasião da análise das Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2015.

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado- CGE, na condição de Órgão Central de Controle Interno, no exercício de sua missão institucional e nos termos do art.6º do Decreto nº 29.388, de 27 de agosto de 2008, que instituiu a Auditoria Preventiva com Foco em Riscos, instituiu a *Comissão Gestora Intersetorial para Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF Contas de Governo*, coordenada por representante da CGE e composta por representantes da Procuradoria Geral do Estado - PGE, da Secretaria da Fazenda – SEFAZ e da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG.

A Comissão do PASF Contas de Governo realiza o processo de consolidação das informações apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela definição de ações a serem adotadas em função das recomendações do TCE em relação às Contas Anuais de Governo relativas ao exercício de 2015.

Nesse contexto, as recomendações emitidas pelo TCE foram analisadas em função da pertinência temática e discutidas pela Comissão, cujas ações de melhoria estão apresentadas a seguir com a indicação das providências adotadas.

2.1. Desempenho da Economia Cearense

Recomendação nº 01: Às Secretarias beneficiadas do FECOP que, diante da existência de saldo bancário líquido na conta do FECOP, efetuem ações suplementares de nutrição, habilitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida das populações carentes.

No ano de 2015, a execução financeira do FECOP manteve a tendência dos últimos 2 (dois) anos anteriores de incremento na aplicação de recursos em patamares superiores aos das receitas arrecadadas, o que demonstra o aumento da capacidade de trabalho no Estado com a utilização de saldos acumulados para o incremento de ações de combate a pobreza, conforme demonstrado na Tabela 2 e Gráfico 1 a seguir:



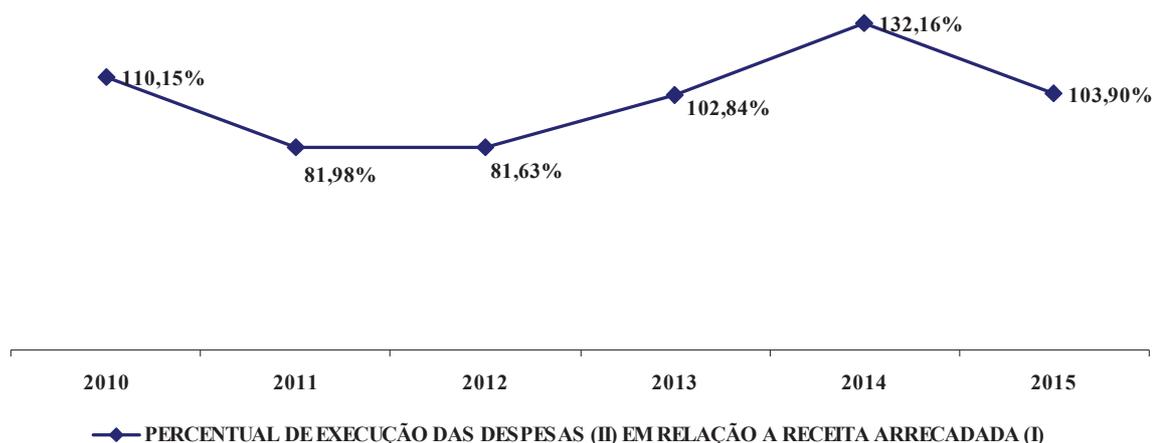
TABELA 2 - DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FECOP

RS 1,00

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
I. RECEITAS ARRECADADAS	283.034.062,34	308.501.392,13	339.787.991,32	359.181.977,62	414.942.065,29	456.950.743,56
II. DESPESAS (PAGAS + RESTOS A PAGAR)	311.758.291,01	252.907.752,52	277.355.380,71	369.396.407,52	548.390.589,13	474.759.180,74
SUPERÁVIT/DÉFICIT	- 28.724.228,67	55.593.639,61	62.432.610,61	- 10.214.429,90	- 133.448.523,84	- 17.808.437,18
SALDO ANTERIOR	223.412.485,13	194.688.256,46	250.281.896,07	312.714.506,68	302.500.076,78	169.051.552,94
SALDO DO FINAL	194.688.256,46	250.281.896,07	312.714.506,68	302.500.076,78	169.051.552,94	151.243.115,76
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS (II) EM RELAÇÃO A RECEITA ARRECADADA (I)	110,15%	81,98%	81,63%	102,84%	132,16%	103,90%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 1 - DO PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS EM RELAÇÃO A RECEITA ARRECADADA



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Registre-se, por oportuno, que o Conselho Consultivo de Políticas de Combate à Pobreza – CCPIS, instância máxima de decisão acerca do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, vem envidando todos os esforços possíveis, no sentido de que os recursos oriundos do Fundo sejam, na sua totalidade, rigorosamente aplicados em ações voltadas ao combate estratégico da pobreza no Estado do Ceará.

2.2. Instrumentos de Planejamento e Execução Orçamentária

Recomendação nº 02: À Secretaria de Planejamento e Gestão que aprimore o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de forma descrever as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, conforme

prevê o art. 4o., I, e, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Estado do Ceará continua adotando procedimentos relacionados ao controle das suas despesas por meio do seu Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF), criado pelo Decreto nº 27.524, de 09 de agosto de 2004 e posteriormente disciplinado pelo Decreto nº 30.457, de 02 de março de 2011.

A LDO de 2016, Lei n. 15.839. de 27 de Julho de 2015, continua trazendo orientações para classificação das ações orçamentárias durante a elaboração e execução, visando facilitar o controle de custos. Além disso, permanece evidenciando também o papel do COGERF, assessorado pelo Grupo Técnico de Gestão de Contas – GTC e Grupo Técnico de Gestão Fiscal – GTF, responsáveis por analisar e compatibilizar, respectivamente, a programação financeira dos órgãos e entidades, e a gestão fiscal, destacando a expansão dos custos de manutenção das áreas administrativas e finalísticas.

Durante o exercício de 2015 foram editadas Resoluções do COGERF como a de número 08, de 26 de setembro de 2015, que estabelece medidas restritivas de gasto, como forma de controle de custos.

No que se refere a contabilidade de custos isso só será possível após consolidação da Metodologia de Custos do Estado do Ceará que consta em fase de desenvolvimento pelo Grupo Técnico de Custos, composto por representantes da SEPLAG, SEFAZ, CGE e SEDUC, com previsão de assistência técnica do Banco Mundial

Para o ano de 2016 está prevista a avaliação dos resultados dos principais programas governamentais finalísticos, realizada bianualmente a partir do cumprimento de metas e iniciativas que contribuiram para o alcance dos objetivos, conforme estabelece o art. 12 da Lei Estadual nº 15.109, de 02 de janeiro de 2012 (PPA 2012-2015).

Recomendação nº 03: À Secretaria da Fazenda que dê continuidade ao processo de implantação do sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em atendimento as exigências contidas no art. 50, VI, § 3º da LRF.

O Sistema de Informação de Custos Aplicado ao Setor Público é uma ferramenta gerencial cujo objetivo consiste em subsidiar as decisões governamentais e organizacionais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público, sendo essencial para a transformação de paradigmas que existem atualmente na visão estratégica do papel do Setor Público Brasileiro.

Nesse contexto, a implantação de uma ferramenta para identificação dos custos incorridos pelos serviços/produtos entregues à sociedade possibilita a verificação de espaços para a melhoria organizacional do Setor Público, bem como proporciona instrumentos de análise para a eficácia, a eficiência, a economicidade e a avaliação dos resultados do uso racional dos recursos públicos disponíveis.

Sua implantação atende a comando específico da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 50, § 3º), que determina à Administração Pública a necessidade de manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Portanto, a implantação do Sistema de Custos Aplicado ao Setor Público é uma política de governo, sendo responsabilidade do governo do Estado do Ceará seu desenvolvimento e aplicação.

Complementar a esse comando legal, consta edição da NBC T SP nº 16.11, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), estabelecendo a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público, apresentado, na referida Norma, como Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP), de observância obrigatória pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Mais recentemente, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) instituiu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que determina a implantação integral das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Dentre os assuntos abordados pelo MCASP, consta implantação do Sistema de Custos. A STN, através da Portaria nº 828/2011, tratou sobre o cronograma de ações a serem adotadas para implantação integral das NBCASP, estabelecendo prazo limite para a implantação de todos os procedimentos contábeis apresentados no MCASP, incluindo o Sistema de Custos, por todos os Estados, Distrito Federal e Municípios.

Entretanto, considerando o grande volume de ações desencadeadas para dar integral cumprimento às NBCASP, e no sentido de priorizar os procedimentos cuja necessidade de implantação era imediata, a STN determinou, através da Portaria nº 634/2013, a revogação dos prazos constantes no cronograma de ações para implantação integral as NBCASP, fixando prazo apenas para o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e para as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), até o final de 2014. No art. 13 da referida Portaria, determinou que os demais procedimentos contábeis, inclusive o Sistema de Custos, terão prazos finais de implantação estabelecidos de forma gradual por

meio de ato normativo da STN. Cabe destacar, inclusive, que nem mesmo a União conseguiu implantar seu Sistema de Custos até o presente momento.

Seguindo as decisões tomadas em nível nacional, a SEFAZ, através da Portaria nº 297/2014, revogou os prazos estabelecidos pela Portaria SEFAZ nº 981/2012, que trata do cronograma de ações a serem adotadas para implantação integral das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) no âmbito do Estado do Ceará, exceto quanto à implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), ocorrida ao final de 2014.

Portanto, o Governo do Estado aguarda orientação em nível nacional para restabelecer os prazos de implantação do Sistema de Custos. Essa situação não impede o desenvolvimento de metodologia própria de gestão de custos por parte do Estado, mas exige maior atenção futura, já que os entes federados precisam seguir as orientações emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O sentido de aguardar a orientação é manter a contabilidade do Estado alinhada ao padrão nacional e, assim, não correr o risco de, posteriormente, ter de ajustar sensivelmente os procedimentos para atender a um eventual padrão diverso do implantado no âmbito do Estado, a ser instituído futuramente.

Nesse contexto, a Secretaria da Fazenda se organizou no sentido de instituir grupo de trabalho específico para desenvolvimento do modelo de custeamento aplicável a própria secretaria, e que seria replicado nos demais órgãos e entidades públicas do governo do Estado do Ceará. Posteriormente, SEFAZ, SEPLAG e CGE formaram um grupo de trabalho conjunto, denominado Grupo Técnico de Custos (GTCustos) com o propósito de idealizar modelo de custos que abrangesse não somente as necessidades contábeis, mas incorporasse também o atendimento às necessidades informacionais para tomadas de decisão tanto em nível de planejamento quanto de controle das ações governamentais. O projeto ora iniciado conta com suporte financeiro de recursos do programa PforR, envolvendo a contratação de consultoria para desenvolvimento da metodologia e aplicação do modelo, cujo termo de referência foi finalizado e recebeu a não objeção do Banco Mundial no início de 2016.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase inicial de contratação da consultoria para o desenvolvimento da metodologia de custos para o Governo do Estado do Ceará, visando subsidiar a tomada de decisão do governo estadual e contribuindo para a melhoria da alocação dos recursos públicos. A contratação tem como objetivo desenvolver Metodologia de Custos para o Estado em 2 etapas:



- a) Etapa 1: Desenvolvimento de metodologia geral de custos aplicável para todos os Órgãos/Entidades do Poder Executivo do Estado do Ceará;
- b) Etapa 2: Desenvolvimento de metodologia específica de alocação de custos para um Projeto Piloto na Secretaria da Educação do Estado – SEDUC.

Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos para o projeto:

- a) definir os conceitos de custos que serão adotados para a construção do modelo geral aplicável para todos os Órgãos/Entidades do Poder Executivo do Estado;
- b) dispor de uma metodologia geral de custos capaz de ser aplicada em todos os Órgãos/Entidades, do Poder Executivo do Estado do Ceará, com garantia do atributo da comparabilidade;
- c) desenvolver metodologia específica (“prova de conceitos”) de alocação de custos para o projeto piloto, a ser implantado na Secretaria da Educação, garantindo a particularidade operacional desse Órgão;
- d) fornecer informações para suporte à elaboração dos instrumentos de planejamento, propiciando maior eficiência do processo alocativo;
- e) fornecer dados informações de suporte para a avaliação dos resultados dos programas governamentais;
- f) servir como base para as medidas de redução e melhoria na qualidade dos gastos públicos;
- g) integrar e apoiar o sistema de contabilidade.

O desenvolvimento das ferramentas tecnológicas de suporte para o sistema de custos estão a cargo do Governo do Estado do Ceará, fundamentadas no trabalho desenvolvido pela consultoria contratada, cujo acompanhamento e gerenciamento será feito pelo Grupo Técnico de Custos (CTCustos), formado por representantes da SEPLAG, CGE e SEFAZ.

A expectativa é que o sistema esteja desenvolvido, homologado e aplicado no Poder Executivo do Estado do Ceará ao longo do exercício de 2017, conforme já relatado ao Tribunal de Contas do Estado através da Nota Técnica SEFAZ nº 07/2015.

Recomendação nº 04: À Secretaria da Fazenda que elabore demonstrativo de que trata o art. 13 da LRF, evidenciando a quantidade e os valores relativos a ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como a evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 13, estabelece que as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Nesse sentido, já foi publicado no Relatório do Balanço Geral do Estado, referente às contas de 2014, pág. 38, texto contendo a descrição das ações adotadas pelo governo para arrecadar os créditos inscritos em dívida ativa e medidas de combate à sonegação, bem como uma tabela apresentando a evolução da inscrição e arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa (tabela 1) e dos passíveis de cobrança administrativa dos quatro exercícios anteriores – 2009 a 2013 (tabela 2).

Para 2016, essas informações apresentadas no relatório do Balanço serão também divulgadas no ato de publicação da programação financeira para a execução orçamentária de 2016, cumprindo formalmente o que estabelece o art. 13 da LRF. Entretanto, considerando que o relatório do Balanço Geral de 2014 é um documento oficial do governo, que presta contas da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Estado do Ceará, entende-se atendida materialmente tal recomendação quando da publicação do aludido conteúdo no relatório.

É importante lembrar que, desde 2006, através da Lei Complementar nº 58 de 31 de março de 2006, a gestão da dívida ativa do Estado está sob responsabilidade da Procuradoria Geral do Estado (PGE) com o fim de promover a cobrança extrajudicial e judicial de qualquer natureza, tributária ou não. Portanto, questões relativas à evolução da inscrição e arrecadação da dívida ativa, bem como das ações a serem executadas para a cobrança desses créditos são de responsabilidade da PGE, cabendo a esta SEFAZ o recebimento desses valores, assim como a correta classificação contábil associada a cada tipo de recebimento.

Recomendação nº 05: À Secretaria do Planejamento e Gestão que aprimore os Instrumentos de Planejamento (LDO a LOA), de forma a atender satisfatoriamente às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo constar no Demonstrativo de Renúncia de Receitas os valores relativos à estimativa de compensação em face dos incentivos fiscais concedidos.

A recomendação pela ausência de valor no Demonstrativo de Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita diz respeito ao **Anexo II – Metas Fiscais** da Lei 15.406 de

25/07/2013 - LDO – 2014.

A partir da elaboração da LOA de 2014, Lei 15.495, de 27 de dezembro de 2013, essa recomendação passou a ser atendida, evidenciando, em seu **Volume I**, o valor da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, conforme apresentamos na Tabela 3 abaixo.

TABELA 3 - DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
ORÇAMENTO ANUAL 2014
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

RS 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DA RECEITA	Compensação
			2014	
ICMS	Incentivo Fiscal	Indústria	703.463.967,3	Expansão na base econômica (crescimento do PIB), modernização da administração fazendária e controle nas operações interestaduais.
ICMS	Incentivo Fiscal	Comércio	175.865.991,8	
TOTAL			879.329.959,1	

FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

O demonstrativo de Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita também consta na LDO 2015, Lei n. 15.674, de 31 de julho de 2014 e LOA 2015, Lei n. 15.753, de 30 de dezembro de 2014.

Recomendação nº 06: Ao Poder Executivo que publique no prazo legal (30 dias, após a publicação da LOA) as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de desembolso, tudo em conformidade com a legislação de regência, com vistas a garantir o equilíbrio das contas públicas e a solvência do Estado.

A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015 foi publicada no DOE do dia 30.12.2014. Já o ato de publicação das metas bimestrais de arrecadação, bem como da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso, foi publicado no DOE de 29.01.2015, através da Resolução COGERF nº 01/2015. Portanto, dentro do limite de 30 dias imposto pelo art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo integralmente à recomendação do Tribunal de Contas do Estado.

Recomendação nº 07: Ao Poder Executivo que elabore o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de

Diretrizes Orçamentárias considerando os passivos contingentes do Estado.

O Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Ceará é elaborado considerando passivos fiscais, especialmente o risco de Frustração da Arrecadação.

O Manual da Secretaria do Tesouro Nacional estabelece o objetivo do Anexo de Riscos Fiscais, qual seja “*dar transparência sobre os possíveis eventos com potencial para afetar o equilíbrio fiscal do ente da Federação, descrevendo as providências a serem tomadas, caso se concretizem.*”

Nada obstante, a partir da LDO para o ano de 2016, Lei nº 15.839, de 27 de julho de 2015, a Secretaria do Planejamento e Gestão, em parceria com a Procuradoria Geral do Estado, passaram a evidenciar outros passivos contingentes no sentido de verificar se apesar de constar previsões orçamentárias, ainda haja riscos eventuais cujo montante possa realmente afetar o equilíbrio das contas públicas, caso sejam efetivadas. A Tabela 4 apresenta o demonstrativo dos Passivos Contingentes apresentado na LDO de 2016.

TABELA 4 - DOS PASSIVOS CONTINGENTES

ESTADO DO CEARÁ LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2016

ARF (LRF, art.4º, §3º)		R\$ milhares	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Demandas Judiciais	48.000	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência/redução das despesas discricionárias.	48.000
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação Arrecadação R\$413,3 milhões menor que o valor previsto de FPE	413.319	Redução das despesas de natureza discricionária	413.319
SUBTOTAL	413.319	SUBTOTAL	413.319
TOTAL	461.319	TOTAL	461.319

FONTE: SEPLAG, 24/04/2015, 10h:30min

Recomendação nº 08: À Secretaria da Fazenda - SEFAZ que ajuste em sua página eletrônica, os valores correspondentes às transferências constitucionais repassadas aos municípios, em consonância com o sistema contábil, de forma a evidenciar os importes efetivamente repassados.

Existe diferença entre o valor empenhado e o efetivamente repassado para os municípios,

em virtude do fechamento da arrecadação mensal no sistema de arrecadação da SEFAZ somente ocorrer no mês seguinte e o empenho da despesa para o repasse da arrecadação ocorrer por estimativa, por causa do fechamento do mês contábil.

A gestão da arrecadação de ICMS é feita através do sistema SATURNO – Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado de Repasse Normatizado da SEFAZ, que trabalha com o regime de competência da arrecadação. Um exemplo de como esse processo de gestão da arrecadação de ICMS acontece o seguinte: a arrecadação mensal de Junho/2015 fecha financeiramente em 30/06/2015, mas ocorre a arrecadação de ICMS da competência Junho/2015 ao longo dos primeiros dias de Julho/2015 (essa arrecadação é conhecida como ICMS complementar). O sistema SATURNO registra essa arrecadação que ingressou financeiramente nos primeiros dias de Julho/2015 na competência de Junho/2015. Entretanto, não é possível abrir o sistema contábil para retroagir empenhos para contabilizar em Junho/2015, uma vez que o mês fechou financeiramente na contabilidade.

Para atenuar a eventual distorção entre a arrecadação do ICMS e o repasse aos municípios, é feito um empenho por estimativa do que deve ser repassado de arrecadação registrada no sistema SATURNO na competência de Junho/2015, mas que ingressou financeiramente em Julho/2015. Os ajustes de repasse aos municípios em virtude da arrecadação complementar de Junho/2015 são feitos no início do mês de Julho/2015 através de empenhos suplementares, na competência de Julho/2015. Em virtude dessa questão conceitual da gestão da arrecadação do ICMS na SEFAZ, sempre haverá pequenas diferenças entre a arrecadação repassada (pelo financeiro) e o valor arrecadado (pela competência gerida pelo sistema SATURNO), porém esse valor não guarda relação de grande relevância entre o que deveria ser repassado para os municípios e o que ocorreu de fato.

Como os valores dos empenhos por competência não fecham com o financeiro dentro do mês de competência, o Estado poderia ter questionamentos com os municípios quando os mesmos calculassem as suas transferências mensais e legais pelo valor estimado no empenho.

Essa explicação já foi apresentada anteriormente, quando da elaboração da Nota Técnica COTES/CECAD nº 06/2015, de 22 de Julho de 2015, para prestar esclarecimentos sobre as diferenças identificadas entre os valores efetivamente repassados e o cálculo da dedução para formação do FUNDEB, referente ao exercício de 2014, cuja causa das diferenças é justamente a distinção entre arrecadação e recolhimento dos valores que servem de base para o cálculo dos repasses.

Recomendação nº 09: À Secretaria da Fazenda que crie controles contábeis e elabore relatório específico para evidenciar as receitas por Fontes de Recursos.

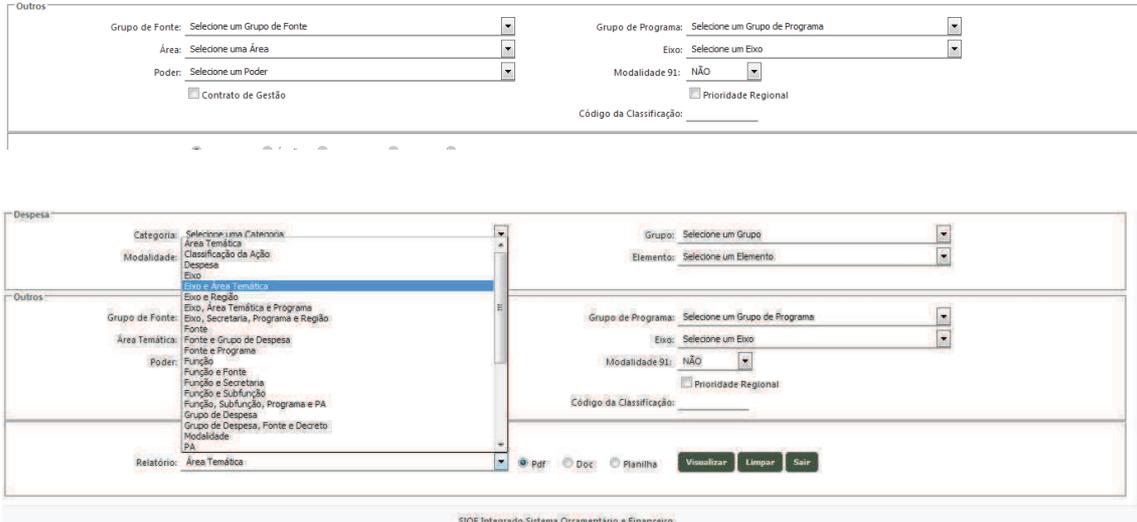
A partir de 2015, o relatório “conta-corrente” das contas contábeis de registro da receita é composto pela natureza da receita e pela fonte de recursos (agora informação obrigatória para inclusão de qualquer registro contábil de receita orçamentária). Isso facilitará ainda mais a elaboração de relatórios contábeis específicos para conferência da receita arrecadada por natureza e por fonte de recursos extraindo-os diretamente dos registros contábeis, atendendo, portanto, à referida recomendação do Tribunal de Contas do Estado. Cabe ressaltar, entretanto, que já existiam diversos relatórios no módulo de contabilidade que possibilitam a conferência da receita orçamentária arrecadada por fonte de recurso. A alteração procedida para o exercício de 2015 possibilita a extração de relatórios.

Recomendação nº 10: À Secretaria do Planejamento e Gestão que detalhe a execução orçamentária por Eixo e Área Temática, de forma a facilitar a sua comparação com o estabelecido no PPA.

Na consulta da execução orçamentária (SIOF) disponível no site da SEPLAG, “http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx” constam, na opção “Relatório” os seguintes relatórios para análise de integração com o PPA 2012-2015, conforme a Figura 01:

- Eixo
- Eixo e Área de Atuação;
- Eixo e Região;
- Eixo, Área de Atuação e Programa.

FIGURA 01 - CONSULTA AO SIOF/SEPLAG



The screenshot displays the SIOF/SEPLAG system interface. It is divided into two main sections: 'Outros' (Others) and 'Despesa' (Expense). The 'Outros' section includes filters for 'Grupo de Fonte' (Source Group), 'Área' (Area), 'Poder' (Power), 'Grupo de Programa' (Program Group), 'Eixo' (Axis), 'Modalidade 91' (Modality 91), and 'Código da Classificação' (Classification Code). The 'Despesa' section includes filters for 'Categoria' (Category), 'Modalidade' (Modality), 'Grupo' (Group), 'Elemento' (Element), 'Grupo de Programa' (Program Group), 'Eixo' (Axis), 'Modalidade 91' (Modality 91), and 'Código da Classificação' (Classification Code). A central pane shows a tree view of categories and sub-categories, with 'Eixo e Área Temática' selected. At the bottom, there are buttons for 'Visualizar' (View), 'Limpar' (Clear), and 'Sair' (Exit), along with radio buttons for 'Pdf', 'Doc', and 'Planilha' (Spreadsheet).

Recomendação nº 11: À Secretaria de Planejamento e Gestão que adote as medidas necessárias para que o layout do relatório que contém as metas bimestrais de arrecadação seja similar ao do Balanço Orçamentário, contido no RREO, com o objetivo de possibilitar a comparação entre os referidos demonstrativos.

As metas bimestrais de arrecadação são apresentadas com o cronograma de desembolso mensal por meio da Resolução do COGERF. Estes relatórios são elaborados conjuntamente pela SEFAZ e SEPLAG, sendo as metas bimestrais apresentadas num formato mais gerencial. A partir do exercício de 2016, estas secretarias envidarão esforços para elaborar o demonstrativo no mesmo formato definido para o Balanço Orçamentário.

Recomendação nº 12: À Secretaria de Planejamento e Gestão que, nos futuros Projetos da LDO, não contenha dispositivo permitindo a reversão da reserva de contingência para utilização em finalidades diversas da estabelecida no art. 5º da LRF.

A partir do exercício de 2016, durante a elaboração do PLDO 2017, a SEPLAG excluirá o dispositivo que trata da reversão da reserva que corresponde ao atual artigo 73, parágrafo único da LDO 2016, Lei n. 15.839, de 27 Julho de 2015.

“Parágrafo único. Na hipótese de não utilização da Reserva de Contingência nos fins previstos neste artigo até 30 de novembro de 2016, o Poder Executivo poderá dispor sobre a destinação da dotação para financiamento da abertura de créditos adicionais.”

Recomendação nº 13: Ao Poder Executivo que utilize a Reserva de Contingência em

conformidade com as regras definidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Especificamente no ano de 2014, o Estado do Ceará foi patrocinador da Copa do Mundo de 2014, sendo uma das cidades-sede oficiais dos jogos. Isso exigiu a realização de pesados investimentos na arena esportiva e em obras de mobilidade urbana ainda no início do ano, o que motivou suplementações de dotações orçamentárias para autorizar licitações necessárias com vistas a cumprir o prazo de entrega dos equipamentos, cujo período máximo definido pela FIFA – Federação Internacional de Futebol - era maio de 2014.

Face o exposto, a suplementação orçamentária deveria ocorrer por meio de uma das hipóteses previstas na Lei 4.320, de 17 de Março de 1964:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior
- II - os provenientes de excesso de arrecadação
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Com relação ao inciso I, suplementação a partir do ***superávit financeiro do exercício anterior***, não poderia ser utilizada como fonte de abertura dos créditos orçamentários desejados, dado que, em Fevereiro de 2014 ainda não havia sido publicado o Balanço Geral do Estado.

Quanto ao inciso II, utilização do ***excesso de arrecadação***, requer uma análise de tendência do comportamento da receita num tempo maior, e isto não era possível face à execução somente ter decorrido dois meses do exercício fiscal.

Desse modo, a forma mais adequada para suplementar as dotações seria por meio de ***anulações de dotações orçamentárias*** e, visando evitar anular dotações de outras Secretarias que pudessem comprometer licitações já em andamento, a SEPLAG, encontrou em dotações da dívida opção de anulação temporária, considerando que esta despesa não ocorre de forma linear, tendo desembolsos periódicos definidos e que não afetaria seu pagamento naquele momento, sendo recomposta posteriormente.

Durante o exercício, dotações do Serviço da Dívida dos Encargos Gerais do Estado seriam recompostas ao valor original da LOA de 2014 (R\$ 769,8 milhões) - Lei Orçamentária n. 15.495, de 27 de dezembro de 2013, com recursos provenientes do Superávit Financeiro de 2013, excesso de arrecadação da Receita Tributária, caso se concretizasse e/ou com anulação de dotações orçamentárias de projetos, que por razões diversas, não estavam com o desempenho desejado.

Assim, em Julho de 2014, após encerrado o 1º semestre e com a verificação do aumento da taxa do câmbio, já se podia constatar que o serviço da dívida precisaria ser reforçada além do valor inicial da LOA de 2014. Nesse sentido, a SEPLAG decidiu antecipar o uso de dotações da Reserva de Contingência para suplementação orçamentária.

Ao final do exercício de 2014 percebe-se que foram suplementados diversos passivos, em valor superior ao disponibilizado na Reserva de Contingência (R\$ 44.336.250,00).

TABELA 5 - DA MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

			R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	LEI (a)	LEI + CRED (b)	DIFERENÇA (b) - (a)
SERVIÇO DA DÍVIDA	769.787.710,00	879.307.531,16	109.519.821,16
PRECATÓRIOS	43.200.000,00	67.470.720,63	24.270.720,63
TOTAL			133.790.541,79

Fonte: S2GPR - SEFAZ

Desse modo, fica explícita toda a movimentação orçamentária realizada pela Secretaria do Planejamento e Gestão para garantir as obras necessárias no tempo exigido, sem qualquer prejuízo ao erário e sem deixar de garantir orçamento a todas as obrigações, inclusive os passivos contingentes.

Recomendação nº 14: À Secretaria de Planejamento e Gestão que implante para as despesas com publicidade estruturas de classificação orçamentárias que segregue os gastos conforme o objetivo da política pública envolvida.

O Poder Executivo do Estado do Ceará, ao longo dos anos vem apresentando no orçamento, a exemplo da forma adotada no Estado de Minas Gerais, as despesas com publicidade de forma consolidada.

A mudança proposta envolve uma análise mais profunda para segregar os gastos com publicidade nas várias áreas de atuação do Estado, que são inúmeras, tais como: Educação, Saúde, Segurança Pública, Turismo, Recursos Hídricos, Cultura, Assistência, Agricultura, Transportes, dentre outros.

Assim, o Estado do Ceará, em 2016, fará análise de como a União e outros estados estão trabalhando, para aprimorar a aplicação e o controle destes gastos.

2.3. Gastos realizados mediante Licitação, Dispensa e Inexigibilidade

Recomendação nº 15: À Administração Pública Estadual que envide esforços no sentido de dar fiel cumprimento às diretrizes do art. 3º da Lei de Licitações no que toca às chamadas “licitações sustentáveis”, de modo a elaborar marco regulatório estadual visando à sua implantação e utilização.

O governo do Estado visando garantir a todos os direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como preconiza o art. 224 da Constituição Federal está trabalhando para regulamentar o art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93. Assim, está preparando um projeto de lei a ser encaminhado à Assembleia Legislativa, estabelecendo práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela administração pública estadual. Está em análise no âmbito do referido projeto a possibilidade e razoabilidade de criação de uma Comissão Estadual de Sustentabilidade da Administração Pública - CSAPE, que será responsável pelo estabelecimento de critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública estadual direta, autárquica, fundacional e pelas empresas estatais dependentes.

Recomendação nº 16: Ao Poder Executivo que envide esforços na orientação e capacitação dos usuários do sistema S2GPR, responsáveis pelo empenho da despesa, a fim de que efetuem a classificação adequada da modalidade de licitação.

Não obstante a baixa incidência dessa ocorrência no cômputo geral das despesas registradas pela execução orçamentária, situação comprovada ao analisar os números apresentados no relatório técnico do TCE, cabe destacar que, considerando o robusto processo de registro automatizado das informações produzidas pela execução orçamentária do governo do Estado do Ceará, é impossível garantir que a integralidade dos dados inseridos no S2GPR

estejam 100% corretos. Cabe, portanto, ao governo do Estado, como política de gestão, investir permanentemente em orientação e treinamento para diminuir essa pequena incidência de erros quando do registro da execução orçamentária da despesa.

Nesse sentido, esta SEFAZ irá recomendar e/ou promover, conforme o caso, junto às Unidades Gestoras do sistema, capacitações na área para que os usuários selecionem adequadamente a modalidade de licitação quando da realização do empenho da despesa.

2.4. Transferências Financeiras a Entidades Públicas e Privadas

Recomendação nº 17: Ao Poder Executivo que envide esforços na orientação e capacitação dos usuários do sistema S2GPR, responsáveis pelo empenho da despesa, a fim de que efetuem a classificação no elemento e no item de despesa adequado ao tipo de Transferência a Entidade Pública e Privada.

Não obstante a baixa incidência dessa ocorrência no cômputo geral das despesas registradas pela execução orçamentária, situação comprovada ao analisar os números apresentados no relatório técnico do TCE, cabe destacar que, considerando o robusto processo de registro automatizado das informações produzidas pela execução orçamentária do governo do Estado do Ceará, é impossível garantir que a integralidade dos dados inseridos no S2GPR estejam 100% corretos. Cabe, portanto, ao Governo do Estado, como política de gestão, investir permanentemente em orientação e treinamento para diminuir essa pequena incidência de erros quando do registro da execução orçamentária da despesa.

Nesse sentido esta SEFAZ irá recomendar e/ou promover, conforme o caso, junto às Unidades Gestoras do sistema, capacitações na área para que os usuários estejam plenamente aptos a classificar adequadamente, nos elementos de despesa respectivos, as transferências de recursos para entidades públicas e privadas. Vale ressaltar que várias inconsistências que o TCE apontou na classificação da despesa e no item de despesa decorrem de erros formais de digitação quando da inserção do dado no sistema. Entretanto, ao analisar os processos físicos que embasaram esses registros, a documentação confirma a exatidão do fato ocorrido. Quando a situação envolve informações que dependem do usuário foge do controle do gestor. Basta o usuário digitar um número invertido na classificação da despesa, no item ou qualquer outro código para causar especificações erradas, porém, dados corretos.

2.5. Programas Governamentais



Recomendação nº 18: Ao Poder Executivo que eleve o nível de execução orçamentária de Programas que atuem diretamente no enfrentamento à seca.

Recomendação nº 24: Ao Poder Executivo que execute os Programas de Governo da Área Temática 'Recursos Hídricos' de forma a demonstrar efetividade no aumento do número de pessoas capacitadas em gestão dos recursos hídricos e meio ambiente, variável essa eleita no PPA como relevante para mensurar os resultados desta área.

Em resposta à Ocorrência 1, a Secretaria dos Recursos Hídricos informou os fatores que causaram o desempenho desfavorável do indicador “Número de pessoas capacitadas em Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente:

- a) Os anos de 2011 e 2012, onde foram capacitados o maior número de pessoas, contaram com recursos do PROGERIRH (BIRD);
- b) Nos anos de 2013 e 2014 houve o agravamento da seca que fez com que as ações, recursos e esforços junto aos comitês focassem nessa questão, reduzindo, por consequência, o referido indicador.
- c) Em resposta a Ocorrência 2: Baixo índice de execução do Programa 040: Acumulação Hídrica, temos a informar:
- d) O orçamento é elaborado a cada exercício e entregue à Assembleia Legislativa até 15 outubro do ano em curso, para o ano seguinte;
- e) Por ocasião da elaboração são levantados todos os recursos provenientes de Termos de Compromisso assinados com Órgãos Federais, ou Contratos com Instituições Internacionais;
- f) Foram negociados com o Ministério da Integração – MI recursos para execução das obras da Barragem Lontras, os quais não foram liberados, consequentemente a referida obra não pode ser iniciada;
- g) Foram previstos na LOA 2014 os convênios celebrados com Ministério da Integração – MI, com interveniência da Caixa Econômica Federal – CEF, responsável pela análise do projeto. Essas intervenções não tiveram suas execuções iniciadas em 2014, conforme situações descritas abaixo:

Construção da Barragem Jucás: atraso no processo licitatório, iniciado em fevereiro de 2014 e concluído em maio de 2015. Obra contratada em maio de 2015, aguardando aprovação da CEF para emissão da Ordem de Serviço. Em 2014 foram pagas desapropriações com recursos do tesouro;

Construção da Barragem Melancia: atraso no processo licitatório, iniciado em fevereiro de 2014 e concluído em janeiro de 2015. Obra contratada em abril de 2015, aguardando aprovação da CEF para emissão da Ordem de Serviço. Em 2014 foram pagas desapropriações com recursos do tesouro;

Construção da Barragem Germinal: processo licitatório iniciado em maio de 2014 e concluído em dezembro do mesmo ano. Contrato celebrado em fevereiro de 2015 e Ordem de Serviço emitida apenas em maio de 2015, após aprovação do projeto pela CEF;

Construção da Barragem Amarelas: Obra iniciada em maio de 2014, paralisada em janeiro de 2015 por questões de financiamento junto à CEF. Em 2014 foram pagas desapropriações com recursos do tesouro;

Construção da Barragem Frecheirinha – A licitar.

Os recursos previstos da Fonte Tesouro foram executados em 94,08%(empenhado/lei+crédito). Os recursos previstos da fonte 70 - Recursos Próprios da COGERH, economia mista, não têm sua execução demonstrada no orçamento do Estado, impactando no resultado final. Esclareceram ainda que Orçamento é uma previsão de aplicação de recursos, que só acontece, se o financeiro for efetivamente liberado.

Demonstra-se na Tabela 6, que segue, a execução orçamentária dos exercícios de 2014 e 2015 da área temática de Recursos Hídricos, onde pode-se verificar a baixa execução orçamentária em 2015. Essa baixa execução orçamentária ocorreu devido a frustração nos recebimentos de recursos provenientes de convênios, onde se estimava uma execução de R\$ 547.342.050,56 e foi empenhado apenas R\$ 151.415.993,95, ou seja, 27,66% do previsto, devido o não recebimento desses recursos. E ainda, as operações de créditos que não foram concretizadas, onde se tinha uma previsão de R\$ 164.410.443,95 e só foram empenhados R\$ 64.339.681,96, ou seja, 39,13% do previsto.



TABELA 6 - DAS FONTES DE RECURSOS APLICADOS NA ÁREA TEMÁTICA DE RECURSOS HÍDRICOS

RS 1,00

FONTE	ÁREA TEMÁTICA - RECURSOS HÍDRICOS					
	ANO 2014			ANO 2015		
	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	(%) EMPENHADO	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	(%) EMPENHADO
TESOURO	63.992.429,89	62.688.726,18	97,96%	40.208.036,83	30.172.742,51	75,04%
FECOP	5.083.213,38	2.513.135,28	49,44%	40.777.028,83	39.808.826,90	97,63%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	156.711.657,05	124.803.209,65	79,64%	164.410.443,95	64.339.681,96	39,13%
CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	355.002.645,78	233.307.543,20	65,72%	547.342.050,56	151.415.993,95	27,66%
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	67.508.819,73	6.518,74	0,01%	555.000,00	23.393,70	4,22%
TOTAL GERAL	648.298.765,83	423.319.133,05	65,30%	793.292.560,17	285.760.639,02	36,02%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Conclui-se que a execução dos recursos com o tesouro ficou no patamar de 75,04% e o que prejudicou a execução foram os recursos provenientes de convênios com o governo federal, que não foram recebidos. Assim se excluíssemos da previsão os recursos de convênios e operações de crédito que não foram executados, teríamos Lei + Crédito no montante de R\$ 297.295.741,57 e como o valor empenhado foi de R\$ 285.760.639,02, o percentual empenhado passaria para 96,12%.

Para um melhor entendimento de quais programas relacionados com a área temática de Recursos Hídricos, na Tabela 7 está demonstrada os programas e suas fontes de recursos, nos anos 2014 e 2015.



TABELA 7 - DOS RECURSOS APLICADOS EM PROGRAMAS RELACIONADOS A ÁREA TEMÁTICA DE RECURSOS HÍDRICOS

RS 1,00

PROGRAMA \ FONTE	ÁREA TEMÁTICA - RECURSOS HÍDRICOS					
	ANO 2014			ANO 2015		
	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	(%) EMPENHADO	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	(%) EMPENHADO
TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	581.556.984,73	397.050.554,06	68,27%	596.240.316,17	256.826.425,52	43,07%
TESOURO	41.283.572,48	40.997.086,22	99,31%	15.245.526,50	8.838.801,13	57,98%
FECOP	4.112.287,42	2.061.205,88	50,12%	34.935.958,52	34.339.482,48	98,29%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	148.915.051,05	121.261.054,22	81,43%	111.827.637,59	63.690.924,61	56,95%
CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	333.043.418,78	232.730.267,24	69,88%	434.231.193,56	149.957.217,30	34,53%
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	54.202.655,00	940,50	0,00%	-	-	0,00%
ACUMULAÇÃO HÍDRICA	41.542.733,70	12.353.061,23	29,74%	125.266.872,05	11.395.769,77	9,10%
TESOURO	8.884.694,74	8.358.976,40	94,08%	5.000.199,36	3.962.804,15	79,25%
FECOP	970.925,96	451.929,40	46,55%	5.841.070,31	5.469.344,42	93,64%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.538.121,00	3.542.155,43	78,05%	2.114.745,38	586.966,95	27,76%
CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	21.209.227,00	-	0,00%	112.310.857,00	1.376.654,25	1,23%
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	5.939.765,00	-	0,00%	-	-	0,00%
GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	4.277.423,00	469.500,00	10,98%	49.279.714,98	61.790,40	0,13%
TESOURO	469.500,00	469.500,00	100,00%	2.000,00	-	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.258.485,00	-	0,00%	48.727.714,98	61.790,40	0,13%
CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	-	-	0,00%	50.000,00	-	0,00%
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	549.438,00	-	0,00%	500.000,00	-	0,00%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SRH E VINCULADAS	20.921.624,40	13.446.017,76	64,27%	22.505.656,97	17.476.653,33	77,65%
TESOURO	13.354.662,67	12.863.163,56	96,32%	19.960.310,97	17.371.137,23	87,03%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	0,00%	1.740.346,00	-	0,00%
CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	750.000,00	577.275,96	76,97%	750.000,00	82.122,40	10,95%
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	6.816.961,73	5.578,24	0,08%	55.000,00	23.393,70	42,53%
TOTAL GERAL	648.298.765,83	423.319.133,05	65,30%	793.292.560,17	285.760.639,02	36,02%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Recomendação nº 19: À Secretaria do Planejamento e Gestão que elabore o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias com transparência, clareza, fidedignidade e representatividade, possibilitando, assim, o acompanhamento e a apresentação dos resultados físicos estabelecidos como prioritários para a gestão.

O Anexo de Metas e Prioridades é elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual. Dessa forma, os descritores das metas são extraídos deste instrumento de planejamento estratégico, ficando a cargo da Lei de Diretrizes Orçamentárias destacar as prioridades para o exercício seguinte e informar as quantidades, de forma regionalizada. As setoriais são responsáveis por selecionar as prioridades e informar as quantidades, sendo a SEPLAG responsável pela consolidação do Anexo.

Para os exercícios seguintes ao de 2016, o Estado aprofundará a revisão do Anexo de Metas e Prioridades com observância das ocorrências estabelecidas por esta corte de Contas, inclusive aperfeiçoando o sistema a fim de aprimorar o demonstrativo.

Recomendação nº 20: À Secretaria do Planejamento e Gestão que dê continuidade ao processo de implantação do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA), que permitirá, dentre outras funções, o acompanhamento das metas físicas dos Programas do PPA.

O Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA) – Módulo PPA, na base do PPA 2012-2015, está finalizado, permitindo o monitoramento dos resultados e indicadores estratégicos das áreas temáticas dos eixos de articulação política, assim como das metas e iniciativas dos objetivos dos programas de governo.

A equipe da Seplag está promovendo melhorias na metodologia e consequentes ajustes no sistema para promover o monitoramento dos programas do PPA 2016-2019, com previsão para iniciar entre os meses de março e abril de 2016.

Recomendação nº 21: À Secretaria do Planejamento e Gestão que elabore o PPA 2016-2019 atendendo ao conceito de Programa estabelecido pela Portaria MOG nº 42/1999 no que tange à criação de indicadores válidos para mensurar a efetividade dos Programas de Governo.

O Modelo de Gestão Pública por Resultados adotado pelo Governo do Estado fundamenta-se na busca da efetividade das políticas públicas, requerendo, a definição de indicadores de aferição de alcance dos resultados estabelecidos.

Desta forma, constituem-se a base estratégica do PPA as diretrizes de políticas que orientam a formulação dos resultados em dois níveis: Resultados Estratégicos e Resultados Temáticos, com respectivos indicadores. A partir dos resultados definidos são formulados os Programas de Governo: os que traduzem a oferta governamental para atendimento às necessidades e expectativas da população ou aproveitamento de potencialidades estaduais (programas finalísticos); e os programas de serviço ao próprio Estado (programas administrativos).

Os Programas finalísticos expressam as entregas, as ofertas de Governo por meio de seus produtos, que se constituem indicadores de eficácia da ação governamental, possuindo metas regionalizadas.

De conformidade, portanto, com o modelo de GPR, a efetividade das políticas públicas é avaliada pelos indicadores de resultados, enquanto os indicadores de produto dos Programas aferem a eficácia da ação governamental.

O Governo reconhece a importância desse modelo de gestão para a integração do processo de planejamento, monitoramento e avaliação, coerente com o objetivo de conferir maior transparência para o controle social.

O PPA 2016-2019 se orienta pelos indicadores estratégicos, os quais medem a efetividade das políticas no âmbito dos sete Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial (os 7 Cearás), e pelos indicadores temáticos, que medem o alcance dos trinta Temas Estratégicos, havendo o compromisso de monitorar e avaliar seu comportamento de acordo com o que estabelece a lei.

Cabe ressaltar, ainda, que muitos destes indicadores, considerados de resultado final, avaliadores da efetividade das políticas públicas, não se caracterizam como indicadores de Programa, como por exemplo, mortalidade infantil, Ideb, crescimento do PIB, o que exige um tratamento em nível estratégico, e não tático, dos mesmos.

Recomendação nº 22: À Secretaria do Planejamento e Gestão que estabeleça, para os indicadores do PPA 2016-2019, índices parciais e quadrienais, visando retratar as mudanças esperadas no público-alvo e tendo relação direta com os objetivos dos Programas.

Os indicadores temáticos são apresentados no PPA com valores de referência relativos ao ano da última informação disponível, com o objetivo de se acompanhar o seu desempenho. A definição de metas dos indicadores de resultados exige fundamentação técnica; para alguns indicadores são necessários estudos de tendência, bem como, a governabilidade sobre os fatores que o influenciam. Considerando essas questões, definir metas pode levar o Governo estadual a conceder tratamento inadequado aos indicadores, em especial aos mais relevantes.

Cumprir esclarecer que o modelo de GPR adota como um dos seus instrumentos a elaboração de matrizes que relacionam resultados/indicadores com o objetivo/produtos dos programas, de forma a permitir uma análise da contribuição da execução das metas de produtos para o desempenho do indicador e consequente alcance do resultado.

Paralelamente, a Seplag solicitou às secretarias setoriais metas anuais dos indicadores temáticos para atender ao processo de monitoramento geral do PPA. Para o monitoramento intensivo de temas selecionados, as metas serão discutidas com base em critérios técnicos e acompanhadas sistematicamente, conforme previsto no SIMA.

Recomendação nº 23: Ao Poder Executivo que execute os Programas de Governo da Área Temática 'Segurança Pública' de forma a demonstrar efetividade na redução da taxa de

homicídios de jovens de 12 a 24 anos, na redução do tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências e no aumento do número de solicitações atendidas pelo CIOPS, variáveis essas eleitas no PPA como relevantes para mensurar os resultados desta área.

Das Ocorrências da SSPDS: relata o Certificado em apreço “que houve em 2014, desempenho desfavorável dos indicadores setoriais: Taxa de homicídios de jovens de 12 a 24 anos, Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências e N° de solicitações atendidas/N° de solicitações CIOPS”.

Esclarecimento: para um melhor esclarecimento necessário se faz tratarmos os indicadores citados em dois blocos, o que passaremos a fazer:

a) Taxa de homicídios de jovens de 12 a 24 anos

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Evolução	55,15	50,7	70,35	85,56	87,98

Fonte: AAESC/SSPDS (unidade: por 100 mil jovens)

Em 2014, apesar das constantes prisões, armas apreendidas e drogas, o principal fator motivador da elevação destes índices foi o tráfico de drogas, nos quais a “cobrança de drogas com a própria morte por parte de usuários inadimplentes” por parte de traficantes, disputa por poder no meio citado, a disputa por territórios do tráfico, as vinganças ocasionadas pelas mortes de usuários ou traficantes, e outros fatores, como aumento populacional, levaram a um aumento do número de jovens que se envolvem constantemente no submundo do crime, tendo como consequência o aumento das taxas de mortes.

Verifica-se no entanto, que com a implementação do Programa Em Defesa da Vida no início de 2014 e os investimentos realizados na Segurança Pública, a tendência de alta que vinha crescente nos últimos anos foi quebrada, pois de 2013 para 2014 o crescimento do número de vítimas dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), que era, em média de 13,5% ao ano, foi de apenas 1%. Confirmando os bons resultados obtidos a partir de junho de 2014, o ano de 2015 já acumula uma redução de 10,1% no CVLI quando comparados os dez primeiros meses deste ano com o mesmo período do ano passado, incluindo aí os resultados de homicídio doloso de jovens, pois o CVLI engloba os crimes de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e latrocínio. Ressalte-se também que os indicadores de Segurança Pública não resultam somente das ações provenientes desta Pasta, visto que denotam também o envolvimento de uma série de ações e atores de outras áreas como Educação, Cultura, Esportes e Lazer, as quais podem com suas iniciativas manter os jovens

engajados em atividades que proporcionem o desenvolvimento cultural e profissional, como também um lazer direcionado as atividades psicossomáticas, mantendo os jovens assim, sadios tanto no corpo, quanto na mente. Essas atividades além de serem importantíssimas para as comunidades são fatores imprescindíveis para diminuição dos índices de criminalidade e consequentemente para a redução dos homicídios entre os jovens de 12 a 24 anos. Sensível a isto, a nova gestão governamental, lançou em 07 de agosto de 2015 o “Pacto por um Ceará Pacífico” em que entidades dos poderes executivo, legislativo e judiciário passaram a integrar um comitê permanente de acompanhamento, monitoramento e orientação das políticas públicas voltadas para segurança. A expectativa é que com a implementação do Pacto, haja a consolidação desses resultados positivos, pois, esse pacto elaborado pelo Governo do Estado, congrega todos os atores que podem, efetivamente, contribuir para a Segurança Pública do Estado.

Finalizando os esclarecimentos desta Secretaria, referentes a este item, não poderia deixar de citar a necessidade de termos um poder judiciário cada vez mais efetivo, pois suas implícitas ações no combate direto à criminalidade, à formação de quadrilha, à corrupção ativa e passiva e ao tráfico de drogas, entre outras mais, contribuem sobremaneira para a diminuição da sensação de impunidade daqueles que comentem crimes na falsa certeza de se safarem de suas ações delituosas.

b) Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências e N° de Ocorrências Atendidas/N° de Ocorrências CIOPS

Ano	Unidade	2011	2012	2013	2014
Tempo Médio	Min.	14,49	13,56	12,49	16,31
N° de Ocorr.	%	97,75	94,61	95,73	92,23

Fonte: AAESC/SSPDS

Antes de expor os motivos que levaram ao desempenho desfavorável dos indicadores acima, importante esclarecer que a área considerada neste caso, é constituída pela Região Metropolitana de Fortaleza.

No ano de 2014, o município de Fortaleza ficou marcado como o ano da realização das grandes obras de mobilidade urbana, tendo em vista a realização da Copa do Mundo. Apesar da realização de outro grande evento no ano anterior, Copa das Confederações, onde houve uma diminuição no tempo resposta, é notório que as intervenções que resultaram em desvios de trânsito, congestionamentos e dificuldades de mobilidade em nossa capital, foram

intensificadas em 2014, impactando no aumento do tempo médio de atendimento às ocorrências. Várias foram as mídias veiculadas constatando os fatos relatados, dentre elas destacamos algumas que encaminhamos anexo a esta manifestação.

Ressalte-se também que com a implantação do Programa Em Defesa da Vida no ano de 2014, foram implantadas as Áreas Integradas de Segurança - AIS, o que ocasionou especificamente na área utilizada para mensuração dos indicadores, uma diminuição no número de áreas que passaram de **onze** (nº de áreas existentes no período de 2011 à 2013) para **nove** áreas integradas, exigindo dos operadores da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança – CIOPS uma maior atenção tendo em vista o aumento territorial de suas áreas. Por esta razão os operadores de despacho de viaturas receberam um maior número de viaturas para coordenarem nos serviços operacionais diurnos deste órgão, tornando menos eficiente a fiscalização do atendimento às ocorrências, tendo como consequência a diminuição do percentual de atendimento de ocorrências em relação ao número de ocorrências registradas.

É importante informar que um estudo já está em andamento, a partir dos dados coletados de tempo resposta nas diversas AIS que compõe a Grande Fortaleza, com o objetivo de melhorar o monitoramento e fiscalização da CIOPS quando do despacho das viaturas para atendimento às ocorrências o que terá um impacto na diminuição do tempo resposta ocasionando também um aumento no percentual de atendimento à ocorrências.

2.6. Demonstrações Contábeis

Recomendação nº 25: À Secretaria do Planejamento e Gestão que dê prosseguimento aos trabalhos de reavaliação dos bens móveis e imóveis do Estado e aperfeiçoe os sistemas de controle desses bens de forma a atender aos novos padrões da contabilidade aplicada ao setor público, a fim de evidenciar o valor real do patrimônio do Estado.

No que concerne à Reavaliação de Bens Móveis, foi desenvolvido o Sistema de Gestão de Almoxarifado e Bens Móveis - SIGA/SGBM, que a partir de sua implantação, por intermédio de um inventário físico feito pelo órgão/entidade, recebe os valores históricos dos bens móveis e efetua automaticamente o cálculo da depreciação até a data da implantação, para os itens adquiridos após Janeiro de 2013.

Para aqueles bens móveis adquiridos anteriores a Janeiro de 2013 o sistema gera um Relatório para que seja efetuada a reavaliação pela comissão inventariante formada em cada

órgão/entidade. O novo Valor desses bens serão, novamente registrados no sistema, juntamente com nova a Vida Útil e o novo percentual de Valor Residual. Feito isso a cada "Fechamento Mensal" o sistema SIGA/SGBM efetuará o cálculo da Depreciação do Bens Móveis.

O trabalho de implantação do SIGA/SGBM está em processo de execução. Nos dias 3, 4 e 5 de novembro; 9, 10 e 11 de novembro; 23, 24 e 25 de novembro e 07, 8 e 9 de Dezembro de 2015 foram treinados por intermédio da Escola de Gestão Pública - EGP, 129 cursistas de 40 órgãos do Governo Estadual sendo estes: ADAGRI, AESP, ARCE, CASA CIVIL, CEARÁ PORTOS, CEC, CGD, CGE, CIDADES, CASA MILITAR, DAE, DER, EGP, EMATERCE, ESP, ETICE, FUNCEME, FUNTELC, GABGOV, GABVICE, HEMOCE, IDACE, IDECI, IPECE, NUTEC, PCCE, PEFOCE, PGE, SDE, SECITECE, SEFAZ, SEPLAG, SETUR, SOHIDRA, SRH, SSPDS, STDS E UVA. Cada um desses órgãos está apto a realizar a implantação do SIGA/SGBM. Os trabalhos de treinamento incluindo os demais órgãos continuará a partir de março de 2016.

Com relação à Reavaliação de Bens Imóveis, foi desenvolvido o Sistema de Gestão de Bens Imóveis - SGBI em sua 3ª versão e por intermédio de inventário de Bens Imóveis coordenado pela COPAT/SEPLAG ocorrido nos anos de 2013 e 2014, foram reavaliados **6.340** imóveis no valor de R\$ 16.104.717.522,78. O SGBI já está apto a efetuar periodicamente o cálculo da depreciação dos respectivos imóveis. A solicitação de acesso à 3ª versão do SGBI, poderá ser feita através do seguinte endereço eletrônico: copat@seplag.ce.gov.br.

Informamos, ainda, que a rotina de depreciação dos bens móveis e imóveis constante nos referidos sistemas está em consonância com o que disciplina os Decretos n.ºs. 31.340/2013 e 31.671/2015.

Recomendação n.º 26: À Secretaria do Planejamento e Gestão que inclua no Orçamento Fiscal do Estado, em observância o disposto na Portaria STN n.º 589/2001, as empresas Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A – ADECE e Companhia Cearense de Transp. Metropolitanos – METROFOR, por caracterizarem-se como Empresas Estatais Dependentes, nos termos do art. 2º, Inciso III da LRF e Resolução n.º 43 do Senado Federal.

De acordo com entendimento mantido após discussões técnicas/jurídicas no âmbito do Poder Executivo Estadual, o disposto no art. 2º, Inciso III da LRF, Resolução n.º 43 do Senado

Federal e na Portaria STN nº 589/2011 que tratam sobre a caracterização de empresa dependente, vem sendo diligentemente observado pelo Estado.

Face à singularidade da matéria que envolve dissensão de opiniões institucionais, bem como as consequências advindas de eventual alteração de conceito implicando em alterações operacionais na administração orçamentária e financeira e ainda mudanças estruturais nos sistemas corporativos com impactos na elaboração das demonstrações contábeis destas entidades e do Estado, sugerimos que o assunto possa ser tratado em reuniões específicas entre membros do Poder Executivo e desta Egrégia Corte de Contas com vistas a melhor discutir a matéria e se chegar a um almejado deslinde da causa.

Recomendação nº 27: À Secretaria da Fazenda que elabore o Balanço Orçamentário da Lei nº 4.320/64, bem como os Demonstrativos da LRF (Anexo I e Anexo II do RREO), de modo que a previsão inicial da receita e a fixação da despesa estejam de acordo os valores previstos na Lei Orçamentária Anual.

Não existe diferença de valores comparando a previsão da receita e fixação da despesa apresentados na LOA-2014 com os demonstrativos contábeis de prestação de contas do governo (RREO e Balanço Geral do Estado). O que existe é uma diferença conceitual da composição desses valores nos referidos documentos. No caso da Lei Orçamentária Anual, a SEPLAG não considera no total da receita prevista e despesa fixada as receitas e despesas intraorçamentárias. Além disso, a SEPLAG considera no bojo dessas receitas e despesas os valores das empresas controladas independentes.

Nos demonstrativos contábeis, não são considerados os valores de receitas e despesas das empresas controladas independentes, uma vez que a execução orçamentária dessas entidades não é controlada pelo sistema de contabilidade. Além disso, pela legislação de direito financeiro, não há obrigatoriedade de considerar os valores das empresas independentes, apenas os das dependentes, como consta nos demonstrativos contábeis.

As tabelas 8 a 11 abaixo apresentadas detalham a composição da previsão da receita e fixação da despesa a fim de comprovar a inexistência de diferenças entre a LOA e demonstrativos Contábeis.

TABELA 8 – DA PREVISÃO DA RECEITA APRESENTADA NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

PREVISÃO DA RECEITA NOS BALANÇOS	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA DA RECEITA
Balanço Orçamentário RREO 6º Bim. 2014	R\$ 21.657.905.724	R\$ 23.970.646.388
Balanço Orçamentário Balanço Geral 2014	R\$ 21.657.905.724	R\$ 23.970.646.388

Fonte: S2GPR-SEFAZ

TABELA 9 – DA PREVISÃO DA RECEITA APRESENTADA NA LOA-2014

PREVISÃO DA RECEITA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA
Receitas da Adm. Direta do Tesouro (1)	R\$ 18.932.559.064
Receitas Intraorçamentárias da Adm. Direta do Tesouro (2)	R\$ 7.179.258
Receitas da Adm. Indireta – Aut., Fund., Fundos e Emp. Dep. (3)	R\$ 1.932.917.131
Receitas Intraorçamentárias da Adm. Indireta – Aut., Fund., Fundos e Emp. Dep. (4)	R\$ 785.250.270
Receitas da Adm. Indireta – Empresas Controladas (5)	R\$ 438.829.167
Total da Previsão Inicial da Receita na LOA 2014 (Não inclui as receitas intraorçamentárias e inclui as receitas das empresas controladas) = (1) + (3) + (5)	R\$ 21.304.305.362
Total da Previsão Inicial da Receita considerada nos relatórios fiscais de prestação de contas de 2014 - RREO e Balanço Geral (inclui as receitas intraorçamentárias e não inclui as receitas das empresas controladas) = (1) + (2) + (3) + (4)	R\$ 21.657.905.724

Fonte: S2GPR-SEFAZ

TABELA 10 – DA FIXAÇÃO DA DESPESA APRESENTADA NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

FIXAÇÃO DA DESPESA NOS BALANÇOS	FIXAÇÃO INICIAL DA DESPESA	FIXAÇÃO ATUALIZADA DA DESPESA
Balanço Orçamentário RREO 6º Bim. 2014	R\$ 21.657.905.724	R\$ 25.335.034.719
Balanço Orçamentário Balanço Geral 2014	R\$ 21.657.905.724	R\$ 25.335.034.719

Fonte: S2GPR-SEFAZ

TABELA 11 – DA FIXAÇÃO DA DESPESA APRESENTADA NA LOA-2014

FIXAÇÃO DA DESPESA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014	FIXAÇÃO INICIAL DA DESPESA
Despesas da Adm. Direta do Tesouro (1)	R\$ 15.501.133.035
Despesas Intraorçamentárias da Adm. Direta do Tesouro (2)	R\$ 668.556.133
Despesas da Adm. Indireta – Aut., Fund., Fundos e Emp. Dep. (3)	R\$ 5.364.343.160
Despesas Intraorçamentárias da Adm. Indireta – Aut., Fund., Fundos e Emp. Dep. (4)	R\$ 123.873.394
Despesas da Adm. Indireta – Empresas Controladas (5)	R\$ 438.829.167
Total da Fixação Inicial da Despesa na LOA 2014 (Não inclui as despesas intraorçamentárias e inclui as despesas das empresas controladas) = (1) + (3) + (5)	R\$ 21.304.305.362
Total da Fixação Inicial da Despesa considerada nos relatórios fiscais de prestação de contas de 2014 - RREO e Balanço Geral (inclui as despesas intraorçamentárias e não inclui as despesas das empresas controladas) = (1) + (2) + (3) + (4)	R\$ 21.657.905.722

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Recomendação nº 28: À Secretaria da Fazenda que sane as divergências verificadas entre os demonstrativos contábeis da Lei nº 4.320/64.

Antes de dar início à justificativa sobre a ocorrência aqui levantada, é necessário enfatizar que não há divergência identificada sobre qualquer demonstrativo elaborado conforme a exigência da Lei nº 4.320/64. Quanto ao questionamento específico, o Saldo dos Restos a Pagar Não Processados é apresentado, na prestação de contas de 2014, no Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo XVII), exigido pela Lei nº 4.320/64.

O Tribunal de Contas do Estado fez auditoria sobre uma demonstração contábil que não fez parte do Balanço Geral do Estado de 2014. Os anexos I e II ao Balanço Orçamentário são quadros exigidos pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, de autoria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e não pela Lei nº 4.320/64, mas que não foram entregues na prestação de contas de 2014, e, por isso, não tiveram seus valores homologados pela contabilidade. Todavia, como o acesso aos anexos via sistema estava disponível para o TCE consultar e emitir relatórios, a Corte de Contas procedeu à sua análise, mesmo não tendo ocorrido a entrega formal dos anexos pela SEFAZ. Esses demonstrativos serão entregues na prestação de contas de 2015.

Nesse sentido, o valor correto do saldo de Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores é R\$ 75.315.527,91, conforme consta apresentado no Demonstrativo da Dívida Flutuante de 31/12/2014.

Recomendação nº 29: À Secretaria da Fazenda que elabore os Demonstrativos Contábeis observando integralmente a metodologia contida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16).

Essa recomendação está subdividida em 06 ocorrências, descritas e comentadas abaixo:

I) Ocorrência 40: Não apresentação, nas notas explicativas, da metodologia de cálculo utilizada para estimar a provisão de perda dos “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” e dos “Outros Créditos a Receber de Curto Prazo”.

A metodologia para cálculo dos ajustes de perda contabilizados está apresentada no relatório do Balanço Geral do Estado – 2014, páginas 132 e 133, observando os parâmetros constantes no Decreto nº 29.183, de 08 de fevereiro de 2008, que trata da regulamentação da legislação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI).

O referido Decreto estabelece que a gestão financeira do fundo cabe ao órgão gestor do FDI, contratado para tal finalidade. No momento, o órgão gestor do FDI é o BRADESCO, responsável pela realização dos cálculos dos créditos a receber de curto e longo prazo, bem como das estimativas para perda, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 29.183/2008, art. 35. A Secretaria da Fazenda, ao receber as informações do BRADESCO, efetua os necessários registros contábeis. Os documentos de suporte dos lançamentos contábeis estão à disposição do Tribunal de Contas do Estado para verificações.

II) Ocorrência 41: a dívida com precatório não foi devidamente segregada em curto e longo prazo.

Não há separação entre curto e longo prazo no saldo dos precatórios a pagar por causa da sistemática atual adotada para pagamento dos precatórios. Além disso, há atualmente alguns entraves à contabilidade que impedem a separação em curto e longo prazo (por exemplo, não se sabe exatamente qual CPF/Credor será pago em curto ou longo prazo e os Tribunais de Justiça e do Trabalho não informam para esta SEFAZ quais são as dívidas que serão executadas em curto e longo prazo, a não ser quando é encaminhada a relação dos precatórios que foram pagos durante o exercício financeiro, ao final de cada exercício).

Cabe ressaltar que é possível controlar a execução dos precatórios dentro do sistema de contabilidade discriminando por CPF/Credor. Porém, a gestão do pagamento dos precatórios feita pelos Tribunais dificulta sua individualização, uma vez que é utilizado o método de “um cabeça para vários beneficiários” quando da realização do empenho da despesa. Esta SEFAZ toma conhecimento do precatório que foi efetivamente pago somente quando da prestação de contas feita pelo respectivo Tribunal. É preciso, portanto, propor uma alteração na sistemática de pagamento dos precatórios para que se possa definir o que será pago em curto ou longo prazo. Contudo, a mudança desses procedimentos depende da anuência de todas as partes relacionadas ao processo, fugindo, portanto, da alçada da SEFAZ eventual decisão no sentido de modificá-lo.

Entretanto, a Secretaria da Fazenda envidará todos os esforços para propor a adoção de uma sistemática a partir de 2016 que possibilitará uma segregação entre curto e longo prazo conforme o método apresentado a seguir:

Como é sabido, a sistemática de pagamento de precatórios decorrentes de sentenças judiciais deve observar o disposto no art. 100 da Constituição Federal de 88, alterado pela Emenda Constitucional (EC) nº 62/2009. A referida emenda estabeleceu duas modalidades de

opção para pagamento dos precatórios (conforme art. 97, § 1º da CF/88, inserido pela EC 62/09): I) por depósito em conta especial para quitação paulatina dos precatórios a pagar, cujo valor é definido com base na Receita Corrente Líquida (RCL); ou II) pela adoção de regime especial de pagamento, pelo prazo de até 15 anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial corresponderá ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido de correção monetária. O Estado do Ceará, através da edição do Decreto nº 30.111/2010, optou por pagar seus precatórios pelo prazo de 15 anos, via depósito mensal de 1/12 (um doze avos) do valor devido anualmente.

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou parcialmente procedente as ADIs nº 4.357 e 4.425, declarando inconstitucional parte da EC nº 62/2009. Com a inconstitucionalidade da sistemática proposta pela referida emenda constitucional, a Suprema Corte apresentou a modulação dos efeitos das ADIs, determinando o prazo de 5 exercícios financeiros, a contar de 1º de janeiro de 2016, para que a dívida com precatórios seja integralmente quitada. Nesse sentido, a partir de 2016, pode ser adotada a seguinte sistemática para segregação das dívidas com precatórios em curto e longo prazo. O valor dos precatórios a pagar no ano de 2016 será alocado como dívida de curto prazo em 31/12/2015. O saldo restante ficará registrado no longo prazo. O procedimento será repetido até que o saldo remanescente seja integralmente transferido para curto prazo.

III) Ocorrência 42: Não foi apresentado o quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial.

Foi elaborada a Tabela nº 160, página 226 do Relatório Contábil do Balanço Geral do Estado de 2014, referente ao Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial já que o Relatório faz parte da prestação de contas conforme art.42, § 2º, da Lei Orgânica do TCE. Portanto, a referida recomendação já havia sido integralmente atendida no relatório.

IV) Ocorrência 43: No Balanço Financeiro, o total das “Transferências Concedidas” não correspondem ao total das “Transferências Recebidas”.

A informação apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado procede, porém, esse fato foi devidamente evidenciado no relatório do Balanço Geral do Estado – 2014, páginas 219 e 220. Em síntese, o caso se refere a uma regularização de devolução de saldo de convênio no valor de R\$ 76.173,40 entre os órgãos FUNTELC e FEC. Constam em detalhes as referidas explicações sobre a diferença, não fazendo sentido, portanto, a recomendação, uma vez que o

saldo foi explicado.

V) Ocorrência 44: não foram evidenciadas no Balanço Patrimonial as deduções para perda dos Créditos da Dívida Ativa.

A possibilidade de registro das referidas deduções será estudada e apresentada na prestação de contas de 2015.

VI) Ocorrência 45: Contas no Balanço Patrimonial com denominações genéricas contendo saldos expressivos.

Não é possível detalhar determinados tipos de agrupamentos de contas evidenciados no Balanço Patrimonial porque o Estado é obrigado a seguir a estrutura padrão do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essa estrutura padrão definida pela STN permite a harmonização e comparabilidade das demonstrações contábeis de todos os entes federados, facilitando a consolidação das contas nacionais. Justamente em virtude da impossibilidade de detalhamento a estrutura do próprio balanço é que foi apresentada nota explicativa decompondo o valor dos outros créditos a receber e valores de curto prazo, na página 171 do relatório do Balanço Geral do Estado - 2014. O Tribunal de Contas do Estado, inclusive, aceitou os argumentos apresentados e registrou isso em seu relatório, mas inadvertidamente constou esse ponto como recomendação.

2.7. Limites Constitucionais

Recomendação nº 30: Ao Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC que contabilize o valor das provisões matemáticas previdenciárias dos Regimes de Previdência, conforme estabelece a Lei Complementar Estadual nº 123/2013.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a Lei Complementar nº 123/2013, em seu o Art. 19, abaixo transcrito, refere-se à contabilidade dos fundos PREVID, FUNAPREV e PREVMILITAR, no âmbito das demonstrações do Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará - SUPSEC, Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, administrado pela Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG, não se confundindo com a contabilidade a ser registrada pelo ente federado, o Estado do Ceará.

"Art. 19. O PREVID, o FUNAPREV e o PREVMILITAR terão contabilidade própria, cujo plano de contas discriminará as receitas realizadas, as despesas incorridas e as respectivas provisões

matemáticas previdenciárias, conforme o caso, de forma a possibilitar o acompanhamento da sua situação financeira e atuarial."

Registre-se que os Demonstrativos Contábeis do PREVID, FUNAPREV e PREVMILITAR, apresentados na Prestação de Contas de 2014, foram também enviados à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS, órgão regulador e fiscalizador do Ministério da Previdência Social - MPS, para fins de renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP do Governo do Estado, documento esse que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Legislação Federal, pelo RPPS, assim como pelo ente federado, emitido semestralmente pela SPPS.

Desse modo, a contabilidade do SUPSEC encontra-se devidamente registrada, de acordo com as disposições previstas na Lei Complementar nº 123/2013 e na Legislação Federal Previdenciária.

Vale lembrar que, em obediência aos ditames da Lei Complementar nº 123/2013, em 01/Jan/2014 o Estado do Ceará, visando a equacionar o déficit atuarial existente, implementou a "segregação de massa" no SUPSEC, ocasionando a criação de três fundos contábeis-financeiros: a) Fundo Financeiro FUNAPREV, abrigando segurados civis ingressos no Estado até 31/Dez/2013; b) Fundo Financeiro PREVMILITAR, abrigando segurados militares ingressos no Estado em qualquer época; e c) Fundo Previdenciário PREVID, para abrigar segurados civis que ingressarem no Estado a partir de 01/Jan/2014.

Destaque-se que déficit atuarial do RPPS, apurado até 31/12/2013, foi equacionado contabilmente, mediante a "segregação de massa" instituída pela Lei Complementar nº 123/2013, sob efeito do Estado assumir o compromisso legal de aportar as insuficiências financeiras dos fundos FUNAPREV e PREVMILITAR, a fim de honrar os pagamentos dos benefícios previdenciários.

Em decorrência do equacionamento do déficit atuarial do SUPSEC, por meio da "segregação de massa", e em conformidade com as instruções emitidas pelo MPS, apenas o Fundo Previdenciário PREVID, estruturado sob o regime de capitalização de recursos, está sujeito à apuração de resultados sob os conceitos de déficit ou superávit atuarial. Quanto aos Fundos Financeiros, FUNAPREV e PREVMILITAR, estruturados em regime de "repartição simples", sem capitalização de recursos, seus resultados não devem ser considerados como déficit e sim como **"insuficiência financeira"**.

Considerando que os apontamentos do Tribunal de Contas do Estado, direciona suas “Ocorrências” e “Recomendações” para o Balanço Patrimonial Consolidado do Estado, atribuição da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, cremos não ser de competência desta CPREV providenciar quaisquer ajustes nos procedimentos, exceto em eventuais disciplinamentos oriundos do Ministério da Previdência Social, no que concerne às Demonstrações Financeiras que encaminhamos semestralmente aquele Ministério, principalmente, porque com a segregação de massa, efetivada em 01/Jan/2014, considera-se como equacionado contabilmente o déficit atuarial preexistente, mediante o registro desse valor em contas redutoras e anuladoras dos efeitos do registro desse déficit atuarial.

Recomendação nº 31: Ao Poder Executivo que promova a operacionalização do FCE com vistas ao cumprimento do Art. 209 da Constituição Estadual.

Primeiramente, é importante mencionar o disposto no art. 209 da Constituição Estadual, bem como o art. 52 da Lei 13.875/2007, para melhor fundamentar a resposta a ser dada em decorrência do questionamento em tela:

CE, Art. 209. O Estado destinará recursos para constituição e manutenção do fundo destinado à aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo, administrado financeiramente pela Secretaria da Fazenda, de acordo com o plano de desenvolvimento estadual, ficando assegurada a utilização de, no mínimo, 50 % (cinquenta por cento) do Volume total de aportes em favor das micros, pequenas e médias empresas, assim definidas em Lei, sendo que 50%(cinquenta por cento) dos recurso deverão ser aplicados no interior do Estado (grifo nosso).

Pela leitura do artigo acima citado, percebe-se que a atribuição dada à Secretaria da Fazenda pela Constituição Estadual se limita à administração financeira do Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará – FCE. A gestão do Fundo, conforme estabelece a Lei nº 13.875/2007, art. 52, cabe à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), a quem compete a definição sobre as políticas públicas que devem ser executadas com recursos do FCE. Segue abaixo a transcrição do artigo:

Art. 52. O Fundo de Financiamento às Micros, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará - FCE, instituído pela Lei Complementar nº5, de 30 de dezembro de 1996, e alterado pelas Leis Complementares nºs 16, de 14 de dezembro de 1999, e 53 de 10 junho de 2005; o Fundo Estadual Especial do Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato -

*FUNDART, instituído pela Lei nº10.606, de 3 de dezembro de 1981 e alterado pelas Leis nºs 10.639, de 22 de abril de 1982, 10.727, de 21 de outubro de 1982, 12.523, de 15 de dezembro de 1995, 13.297, de 7 de março de 2003; o Fundo Estadual de Assistência - FEAS, instituído pela Lei nº12.531, de 21 de dezembro de 1995 e o Fundo Estadual para Criança e o Adolescente - FECA, instituído pela Lei nº12.183, de 12 de outubro de 1993, **ficam vinculados à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.***

Com relação à operacionalização do FCE, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS vem adotando providências no sentido de fortalecer a política de apoio ao empreendedorismo no Ceará, algumas voltadas especificamente para o assunto em pauta, a saber:

- Criação da Coordenadoria do Empreendedorismo, na sua estrutura organizacional (Decreto nº 30.556/2011) responsável pela coordenação na formulação e operacionalização da política do empreendedorismo no âmbito da STDS, inclusive com os recursos do FCE, aprovadas pelo Conselho Consultivo.

- Elaboração do ato de nomeação dos membros do Conselho Consultivo do Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Estado do Ceará – FCE (Conselheiros Titulares e Suplentes). Com a mudança de governo será providenciado através do gabinete do governador e da Procuradoria Geral do Estado a nomeação do referido conselho.

Diante do exposto, considera-se que tais ações darão o suporte necessário à implementação de ações voltadas para o fortalecimento da cultura empreendedora no Ceará, contribuindo para a ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda.

Recomendação nº 32: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual de recursos direcionados à FUNCAP, conforme estabelece o art. 258 da Constituição Estadual.

Primeiramente, é importante mencionar o disposto no art. 259 da Constituição Estadual, bem como o art. 6º da Lei 13.875/2007, que trata da estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Estado do Ceará, para melhor fundamentar a resposta a ser dada em decorrência do questionamento em tela:

CE, Art. 258. O Estado manterá uma fundação de amparo à pesquisa, para o fomento das atividades de pesquisa científica e tecnológica, atribuindo-lhe dotação mínima,

correspondente a dois por cento da receita tributária como renda de sua administração privada (grifo nosso).

Pela leitura do artigo acima citado, percebe-se que não há qualquer menção à Secretaria da Fazenda no que diz respeito à responsabilidade sob a gestão da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP. A gestão do Fundo, conforme estabelece a Lei nº 13.875/2007, art. 6º, cabe à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE), a quem compete a definição sobre as políticas públicas que devem ser executadas com recursos da FUNCAP. Portanto, questionamentos acerca do não atendimento de requisitos constitucionais relacionados à gestão da FUNCAP devem ser respondidos pela Secretaria competente.

Ainda apreciando o tema, vislumbra-se que o assunto se assemelha ao objeto apreciado no processo nº 03416/2005-2-TC, que trata do repasse de recursos decorrentes de receitas tributárias para o ensino superior, razão pela qual sugere-se que seja observado o mesmo entendimento pelas mesmas razões jurídicas naquele instante apresentadas.

Recomendação nº 33: Ao Poder Executivo que cumpra o percentual previsto no art. 205, § 2º, da Constituição Estadual, o qual estabelece que o Estado deve aplicar no mínimo 20% (vinte por cento) da sua arrecadação tributária com investimentos.

Primeiramente, é importante mencionar o disposto no art. 205 da Constituição Estadual, para melhor fundamentar a resposta a ser dada em decorrência do questionamento em tela:

Art. 205. São vedados:

*§2º O Estado despenderá **um mínimo de vinte por cento** da sua arrecadação tributária com **investimentos** (grifo nosso).*

As Tabelas 12 a 14, demonstram que, em 2015, a Receita Tributária Líquida realizada foi de R\$ 6.609.845.635,94 e que o total da Despesa Empenhada com Investimentos, considerando apenas a fonte tesouro, foi de R\$ 424.841.137,20. Calculando o percentual da Despesa com Investimentos (fonte tesouro) em relação à Receita Tributária Líquida tem-se um percentual de 6,43%. Contudo, 36,48% do total geral investido pelo Governo do Estado em investimentos no ano de 2015 foi financiado com recursos oriundos de operações de crédito (internas e externas) e esses financiamentos serão pagos posteriormente com recursos provenientes do tesouro. Assim, somando os valores dos investimentos que consumiram recursos da fonte do tesouro (R\$ 424.841.137,20) e os provenientes das operações de crédito

(R\$ 1.450.509.059,91) tem-se um montante de R\$1.875.350.197,11, representando um patamar de 28,37% de aplicação de recursos de natureza tributária em investimentos, estando assim atendido o percentual previsto na Constituição Estadual.

TABELA 12 - DO VALOR DA RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ARRECADADA	
	ANO 2014	ANO 2015
RECEITA TRIBUTÁRIA BRUTA	10.726.907.388,33	10.885.780.473,52
DEDUÇÕES	-4.082.996.076,06	-4.275.934.837,58
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	-2.631.456.836,38	-2.772.845.103,96
TRANSFERÊNCIA FUNDEB	-1.418.818.718,42	-1.471.301.218,39
RESTITUIÇÕES	-32.720.521,26	-31.788.515,23
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	6.643.911.312,27	6.609.845.635,94

Fonte: S2GPR-SEFAZ

TABELA 13 - DOS INVESTIMENTOS POR FONTE DE RECURSOS

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA / FONTE	ANO 2014		ANO 2015	
	VALORES EMPENHADOS	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR FONTE	VALORES EMPENHADOS	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR FONTE
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.474.259.972,12	100,00%	2.411.096.170,53	100,00%
TESOURO	866.506.532,95	24,94%	424.841.137,20	17,62%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.585.179.274,08	45,63%	1.450.509.059,91	60,16%
CONVÊNIOS	878.831.667,51	25,30%	428.430.695,48	17,77%
OUTRAS FONTES	143.742.497,58	4,14%	107.315.277,94	4,45%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

TABELA 14 - DOS INVESTIMENTOS POR FONTE TESOURO

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA / FONTE	ANO 2014		ANO 2015	
	VALORES EMPENHADOS	PERCENTUAL DE RECURSOS APLICADOS COM BASE NA RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	VALORES EMPENHADOS	PERCENTUAL DE RECURSOS APLICADOS COM BASE NA RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.474.259.972,12	52,29%	2.411.096.170,53	36,48%
INVESTIMENTOS COM FONTE TESOURO	866.506.532,95	13,04%	424.841.137,20	6,43%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Recomendação nº 34: À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Cabe ressaltar que o processo de elaboração do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) segue rigorosamente a todos os requisitos apresentados pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN, 5ª Edição, válida para o exercício de 2014. O valor obtido da despesa aplicada em manutenção e desenvolvimento do ensino toma por base a execução orçamentária por função de governo (no caso em tela, a Função Educação – 12).

Como acontece em todo processo de registro descentralizado e automatizado de informações, existe a possibilidade de, eventualmente, algumas despesas executadas na Função Educação terem objetos não diretamente associados ao ensino, mas que contribuem para o desenvolvimento da educação no Estado. Em outros casos isolados, algumas despesas podem não possuir relação evidente, mas foram classificadas na Função Educação por terem sido executadas pela Secretaria de Educação (SEDUC). Para se chegar a esse nível de detalhe da informação, é preciso analisar as despesas até o item de despesa. Em outros casos, só é possível verificar a autenticidade da classificação efetuada analisando a descrição do empenho. Entretanto, como o demonstrativo é elaborado em nível de função, não é possível se antecipar a todas essas eventuais ocorrências, o que poderia até inviabilizar a elaboração do demonstrativo.

Mesmo assim, ao comparar os valores apresentados pelo TCE como gastos incompatíveis com a Função Educação com o total computado como gasto elegível pelo governo, é possível perceber a proporção irrelevante desses valores sobre o total do recurso aplicado em educação, o que corrobora a idéia de que o método de elaboração do demonstrativo segue às orientações apresentadas no MDF e que esses eventuais ajustes devem ser feitos, de fato, apenas quando identificados em verificação posterior. Não é razoável modificar substancialmente um processo de geração de um complexo demonstrativo porque foram identificadas algumas ocorrências. Mesmo que sejam procedentes, elas não alteram em nada a qualidade de informação produzida, nem muito menos comprometem a constatação do adequado cumprimento do limite constitucional de aplicação de recursos próprios do Estado em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Vale ressaltar que a despesa por item não é um relatório padrão estabelecido por órgãos oficiais. O item de despesa foi criado para facilitar às tomadas de decisão dos gestores do Estado do Ceará, não tem lei regulamentando. Portanto, ao computar a despesa total da Secretaria da Educação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o Governo está correto, pois os manuais não estipulam despesas miúdas tipo as que foram citadas no Quadro da página 205 do Relatório do TCE. Faz parte das atividades dos órgãos de educação realizarem eventos artísticos e culturais, terem multas de trânsito de ônibus escolares, etc. O TCE analisar o gasto com educação em nível de item é aplicar um rigor exagerado que o custo não cobre o benefício.

Quanto à questão da não elaboração do quadro “restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino”, é importante destacar que a informação das disponibilidades de recursos comprometidas com restos a pagar vinculados a despesas com ensino sempre foi incluída no Quadro do MDE deduzindo do cômputo de acordo com que o manual estabelece. Portanto, essa Corte de Contas pode facilmente constatar que a SEFAZ elaborou tal Quadro.

Recomendação nº 35: À Secretaria do Planejamento e Gestão que providencie a criação de fontes de recursos específicas para evidenciar as despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, de recursos de impostos vinculados ao ensino.

Durante o exercício de 2015, foi definido em reunião prévia entre a Secretaria da Fazenda – SEFAZ e a Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG que a estrutura das fontes de recursos da classificação orçamentária utilizada pelo Estado constará de 05(cinco) dígitos e não mais 02(dois), conforme estrutura atual. Assim, o Manual Técnico que subsidia a elaboração da Lei Orçamentária para 2016 passa a constar seguintes orientações:

“A partir de 2016 o código para a “Fonte de Recursos” será constituído de 5 (cinco) dígitos (XYYZZ), observando-se as especificações e tabela a seguir:

- 1º dígito (x) - para identificar se é Tesouro do exercício Corrente (1) ou de exercício anterior (3); Outras Fontes do exercício corrente (2) ou de exercício anterior (6);
- 2º e 3º dígitos (yy) - representado praticamente os códigos existentes atualmente 00,10,50,70... com exceção das operações de créditos e convênios;
- 4º e 5º dígitos (zz) - espécie de subfonte para detalhamento.

Em princípio, utilizado mais para operação de crédito (para detalhar o organismo financiador) e para convênios (para detalhar o tipo da administração)”.

Dessa forma, será possível identificar mediante a observação do 1º(dígito) da nova estrutura de fontes se o recurso pertence ao exercício corrente ou se decorre do superávit financeiro do exercício anterior.

Recomendação nº 36: À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASP) de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Cabe ressaltar que o processo de elaboração do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos da Saúde (ASPS) segue rigorosamente a todos os requisitos apresentados pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN, 5ª Edição, válida para o exercício de 2014. O valor obtido da despesa aplicada em ações e serviços de saúde toma por base a execução orçamentária por função de governo (no caso em tela, a Função Saúde – 10).

Como acontece em todo processo de registro descentralizado e automatizado de informações, existe a possibilidade de, eventualmente, algumas despesas executadas na Função Saúde terem objetos não diretamente associados à saúde, mas que contribuem para a gestão de saúde pública do Estado. Em outros casos isolados, algumas despesas podem não possuir relação evidente, mas foram classificadas na Função Saúde por terem sido executadas pela Secretaria de Saúde (SESA) e entidades vinculadas (Fundos, Hospitais etc). Para se chegar a esse nível de detalhe da informação, é preciso analisar as despesas até o item de despesa. Em outros casos, só é possível verificar a autenticidade da classificação efetuada analisando a descrição do empenho. Entretanto, como o demonstrativo é elaborado em nível de função, não é possível se antecipar a todas essas eventuais ocorrências, o que poderia até inviabilizar a elaboração do demonstrativo.

Mesmo assim, ao comparar os valores apresentados pelo TCE como gastos incompatíveis com a Função Saúde com o total computado como gasto elegível pelo governo, é possível perceber a proporção irrelevante desses valores sobre o total do recurso aplicado em saúde, o que corrobora a idéia de que o método de elaboração do demonstrativo segue às orientações apresentadas no MDF e que esses eventuais ajustes devem ser feitos, de fato, apenas quando identificados em verificação posterior. Não é razoável modificar substancialmente um

processo de geração de um complexo demonstrativo porque foram identificadas algumas ocorrências. Mesmo que sejam procedentes, elas não alteram em nada a qualidade de informação produzida, nem muito menos comprometem a constatação do adequado cumprimento do limite constitucional de aplicação de recursos próprios do Estado em ações e serviços públicos de saúde.

Quanto à questão da não elaboração de demonstrativo destinado a evidenciar, destacada e separadamente, as informações da execução da despesa com ASPS nos consórcios públicos de que o Estado participa, constata-se sua não elaboração até 2014, conforme alerta emitido por esta Corte de Contas. A partir de 2015, o demonstrativo será elaborado e constará do Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPS, atendendo à referida recomendação.

Recomendação nº 37: À Secretaria da Saúde que solicite dos Consórcios Públicos de Saúde o envio tempestivo dos Demonstrativos da Execução da Despesa por Grupo de Natureza da Despesa, Função e Subfunção, de acordo com o MCASP, e, posteriormente, os encaminhe à SEFAZ para que os mesmos sejam considerados no cálculo da Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASP).

Recomendação nº 46: À Secretaria da Saúde que, na elaboração dos contratos de rateio, especifique os elementos econômicos de despesa, de forma a discriminar o que será transferido para pagamento de pessoal, de custeio e de investimento.

De início, informo que o Governo do Estado do Ceará, a partir do ano de 2009, veio a desenvolver as ações pertinentes ao *Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde do Estado do Ceará – PROEXMAES*, cujos objetivos foram, preliminarmente, o de construir e equipar diversas unidades operacionais de especialidades médicas e odontológicas nas Regiões de Saúde do Estado, vale dizer, respectivamente, 21 (vinte e uma) Policlínicas Regionais e 16 (dezesesseis) Centros de Especialidades Odontológicas Regionais - CEO's-R. Além disso, foram também programadas 2 (duas) unidades hospitalares de grande porte, a saber, os Hospitais Regionais do Cariri e da Região Norte (Sobral). O Programa avançou para integrar mais 2 (duas) unidades hospitalares (Hospital Regional do Sertão Central e Hospital Regional do Vale do Jaguaribe) e 1 (uma) Policlínica Regional, ora em construção na cidade de Crato.

Para o gerenciamento de referidas Unidades de Saúde da atenção especializada (CEO's-R

e Policlínicas Regionais), o Governo Estadual, juntamente com 178 (cento e setenta e oito) municípios cearenses, adotou o CONSÓRCIO PÚBLICO disciplinado pela Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, como modelo mais adequado sob o ponto de vista da democratização e flexibilização da gestão, além de se constituir como modelo apropriado às diretrizes e regras do Sistema Único de Saúde – SUS, no que diz respeito à regionalização, universalização e integralização dos serviços públicos de saúde.

A adoção de tal modelo se deu, a nível estadual, com a edição das seguintes Leis Ratificadoras dos Protocolos de Intenções: 14.457/2009, 14.458/2009, 14.459/2009, 14.491/2009, 14.534/2009, 14.622/2010, 14.627/2010, 14.628/2010 e 14.692/2010.

Nos termos do §º 1º do art. 6º da Lei 11.107, de 06 de abril de 2005, o consórcio público, quando revestido de personalidade jurídica de direito público, faz parte da administração pública de cada um dos entes consorciados, inclusive o Estado do Ceará. Ademais, detém natureza autárquica, conforme elucidado pelo art. 2º, II, do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 (que regulamenta a Lei nº 11.107/2005).

Deste modo, cada um dos 21 (vinte e um) Consórcios Públicos da Saúde do Estado do Ceará integra uma entidade de natureza autárquica, compondo a administração pública indireta de cada membro associado (inclusive o Ente Estadual), assimilando as competências delegadas para a execução dos serviços públicos para os quais o mesmo foi constituído.

Há de se salientar que o regime de consolidação de contas figurado entre entidade integrante da administração pública indireta e seu (s) respectivo (s) ente (s) vinculado (s) encontra fundamento na aplicação sistemática das seguintes normas de direito financeiro:

a) LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL)

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

IV - as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V - as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no



período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

§ 1º No caso das demonstrações conjuntas, excluir-se-ão as operações intragovernamentais.

§ 2º A edição de normas gerais para consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67.

§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 51. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

§ 1º Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos:

I - Municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril;

II - Estados, até trinta e um de maio.

§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

b) PORTARIA STN¹ Nº 72, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012

Art. 11. A consolidação das contas pelos entes da Federação consorciados incluirá a execução orçamentária e financeira do consórcio público relativa aos recursos entregues em virtude de contrato de rateio para a elaboração dos seguintes demonstrativos fiscais:

I – No Relatório de Gestão Fiscal, o Demonstrativo da Despesa com Pessoal;

II – No Relatório Resumido da Execução Orçamentária:

a) Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

b) Demonstrativo das Despesas com Saúde – União; e

Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde – Estados, Distrito Federal e Municípios.

Veja-se, a priori, que a consolidação das contas do consórcio público aos entes ao mesmo vinculados encontra-se exigida nas normas acima transcritas. Disto se depreende que é do **CONSÓRCIO PÚBLICO** a **RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA** pelo cumprimento, de *per si*, das obrigações legais e regulamentares atinentes ao seu registro contábil, às suas finanças e às suas obrigações fiscais, tudo diante de sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária típica de autarquia.

¹ O art. 20 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e o art. 40 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, atribuem à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, a competência para editar normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos, incluindo critérios para que seu respectivo passivo seja distribuído aos entes consorciados e regras de regularidade fiscal a serem observadas pelos consórcios públicos, para que a gestão financeira e orçamentária dos consórcios públicos se realize na conformidade dos pressupostos da responsabilidade fiscal.

Impende destacar, por oportuno, que os recursos entregues em função dos contratos de rateio configuram-se como transferências correntes derivadas de ajuste de vontades (especificamente o Protocolo de Intenções que, depois de ratificado, converteu-se em contrato de consórcio público), conforme definido pela Portaria STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001 e alterações posteriores, cuja destinação é o atendimento dos gastos com manutenção e funcionamento da entidade consorciada, consoante exegese do inciso IV do art. 2º da LRF.

Consoante o disposto no art. 20 da Lei nº 11.107/2005, “O Poder Executivo da União regulamentará o disposto nesta Lei, inclusive as normas gerais de contabilidade pública que serão observadas pelos consórcios públicos para que sua gestão financeira e orçamentária se realize na conformidade dos pressupostos da responsabilidade fiscal.” Com o advento da **PORTARIA STN Nº 72, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012**, que “estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal”, fica claro que o CONSÓRCIO PÚBLICO deve se submeter à suas regras regulamentares para fins de cumprimento às normas legais relativas à responsabilidade fiscal.

De mais a mais, a própria Lei nº 11.107/2005, já exige do consórcio público, para efeito de cumprimento às normas de responsabilidade fiscal, “deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos”.

Por tais razões, tem-se por certo que compete ao CONSÓRCIO PÚBLICO, ao compor os seus gastos, registrá-los e informá-los aos entes consorciados, na forma e nos prazos estipulados na Portaria STN nº 72/2012, sem prejuízo dos demonstrativos contábeis enumerados na Lei nº 4.320/64, e das orientações trazidas no *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP*.

Decerto que os consórcios públicos deverão publicar seus balanços como complemento ao de seus entes vinculados, consolidando as contas com o cômputo de despesa com pessoal (art. 111 da Lei 4.320/64). Na qualidade de autarquias pluripessoais, e para fins de consolidação das contas, deve-se considerar que *todo o valor transferido pelo ente da Federação consorciado para pagamento de despesa com pessoal nos termos do caput do art. 18 da Lei*

Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será considerado despesa bruta com pessoal ativo na elaboração do Demonstrativo da Despesa com Pessoal (inciso I do §1º do art. 12). A leitura que se faz de reputado normativo é a de que os demonstrativos fiscais dos entes consorciados deverão RETRATAR o modo como se deu a execução dos gastos de pessoal no consórcio público. Não fica, pois, clara a idéia de que esta execução irá impactar materialmente a integração dos gastos com pessoal aos limites do ente como um todo.

A fim de resolver tal questão, a própria Portaria STN nº 72, de 01 de fevereiro de 2012 assinala que, “A fim de eliminar duplicidades na elaboração dos demonstrativos enumerados no *caput*, não deverão ser computadas as despesas executadas pelos entes da Federação consorciados na modalidade de aplicação referente a transferências a consórcios públicos em virtude de contrato de rateio.” (§1º do art. 11).

De tal constatação, entendemos que o consórcio público, dentro da natureza jurídica que lhe foi autorizada em lei, detém a competência de executar suas despesas e se submeter aos limites respectivos definidos na LRF, cabendo INFORMAR aos entes consorciados referida execução de despesas com pessoal e com saúde decorrente das transferências feitas por via dos contratos de rateio, para meros fins de contabilização e prestação de contas. O art. 12 da Portaria STN nº 72/2012 arremata que “Os consórcios públicos encaminharão aos Poderes Executivos de cada ente da Federação consorciado as informações necessárias à elaboração dos demonstrativos referidos no artigo anterior até quinze dias após o encerramento do período de referência, salvo prazo diverso estabelecido por legislação específica de cada ente consorciado”. A ausência do cumprimento dessa regra importará a não contabilização dos gastos do consórcio em termos de cômputo com gastos de pessoal e de saúde, nos termos do §1º do retro citado dispositivo.

Assim sendo, não há norma legal que imponha o dever de qualquer ente consorciado interferir ou investir-se na autonomia administrativa do Consórcio, cabendo-lhe tão somente estipular medidas no sentido de impor ao consórcio público o cumprimento de suas obrigações legais e regulamentares, sem que para tanto haja malferimento da autonomia administrativa de tal Entidade. Neste sentido, a SESA editou a **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, de 01 de junho de 2015** (cópia anexa), a qual DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL REALIZADOS PELOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DA SAÚDE EM RELAÇÃO AO ESTADO DO CEARÁ. Desta forma, a SESA

vem cumprindo com a **RECOMENDAÇÃO 1**, imputando, inclusive, às Entidades inadimplentes com os Relatórios Fiscais em questão, a suspensão dos repasses de recursos decorrentes dos Contratos de Rateio, conforme deduzido nos Ofícios Circulares nºs 4162/2015 e 5364/2015 (cópias anexas).

De mais a mais, informamos que a SESA já vem envidando os esforços necessários no sentido de subsidiar o Orçamento do Estado do Ceará a ser executado no exercício de 2016, no que toca à classificação da despesa dirigida às transferências aos Consórcios Públicos da Saúde, de acordo com a disciplina da **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 4 DE MAIO DE 2001**.

Recomendação nº 38: À Secretaria da Fazenda que atualize o SIOPS sempre que houver mudanças no cálculo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme a Lei Complementar 141/2012.

Em resposta à recomendação, seguem as considerações abaixo:

I) RECEITAS

Não há diferença quanto aos valores computados nas rubricas de receita.

II) DESPESAS

Na despesa há apenas duas diferenças, sendo que apenas uma impacta na despesa total para fins de apuração do limite.

a) O momento de dedução das despesas do ISSEC

No RREO, temos o quadro “Despesas com Saúde (Por grupo de Natureza da Despesa)” que inclui a despesa executada pelo ISSEC. Essa despesa é excluída posteriormente no quadro “Despesas com Saúde Não Computadas”. No SIOPS, a despesa do ISSEC não é considerada desde o início, pois não é executada através do FUNDES. Portanto a diferença aqui é somente o momento em que essa despesa é deduzida.

b) Os valores empenhados na modalidade 71 (Transferências a Consórcios Públicos)

No RREO publicado, foi incluída toda a despesa executada nessa modalidade. No SIOPS essa despesa é excluída do cálculo pelo próprio sistema, conforme determina o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, 5ª Edição, página 405: “Caso o ente da Federação consorciado não receba tempestivamente as informações para a consolidação no demonstrativo, nenhum valor transferido pelo ente da Federação consorciado para pagamento de despesa com saúde será considerado aplicado nessa função 298. No entanto, o ente poderá

retificar o demonstrativo a qualquer tempo, desde que comprovada junto ao Tribunal de Contas a efetiva aplicação no período de referência”.

Diante do exposto, a diferença existente entre os demonstrativos em análise, no tocante à Despesa Total com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, está na despesa executada na modalidade 71 – Transferências a Consórcios Públicos, cujo valor foi de R\$ 89.842.182,04, conforme demonstrado na Tabela 15, la seguir.

TABELA 15 - DA DESPESA EXECUTADA PELA MODALIDADE 71

	R\$ 1,00
Despesa Total – RREO	2.239.936.033,38
Despesa Total – SIOPS	2.150.093.851,34
DIFERENÇA	89.842.182,04
Transferências a Consórcios Públicos	104.755.042,04
(-) Dedução Fonte SUS	(14.912.860,00)
(=) Transferências a Consórcios Públicos Considerada	89.842.182,04

Fonte: S2GPR-SEFAZ

2.8. Gestão Fiscal

Recomendação nº 39: À Secretaria da Fazenda que divulgue o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre, bem como o de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre, com os dados definitivos no período determinado pela LRF, ou seja, até 30 de janeiro do ano subsequente.

Só é possível entregar os demonstrativos da LRF com dados definitivos até 30 de janeiro do ano subsequente se o Governo tomar uma decisão de suspender até **18.01.2016, todas as rotinas orçamentária, financeira e contábil, no S2GPR, e o SETOR Contábil da SEFAZ iniciar a consolidação dos dados corretos com a certeza de não ter mais nenhuma alteração até 30.01.2016. Acontece que muitas vezes tem a questão bancária e regularizações escriturais que impedem o andamento dos fatos contábeis. Porém,** a partir de 2015 haverá um esforço das equipes envolvidas para se conseguir publicar os relatórios do RREO do 6º Bimestre e RGF do 3º Quadrimestre/15 da LRF já com dados definitivos.

A partir dessa constatação, deverá ser formado um grupo de trabalho com o objetivo de estudar o fluxo dos processos orçamentários e financeiros do Estado, em especial quanto aos procedimentos de final de ano, para possibilitar um encurtamento do prazo necessário para o

encerramento do exercício financeiro na contabilidade e, assim, permitir que os relatórios da LRF e Balanço Geral do Estado possam ser emitidos na mesma data-base, com dados definitivos, considerando o prazo limite para publicação do RREO do 6º Bimestre e RGF do 3º Quadrimestre de cada exercício.

Recomendação nº 40: À Secretaria da Fazenda que preencha o Demonstrativo do Balanço Orçamentário, Anexo I do RREO, de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O Tribunal de Contas do Estado alegou em seu relatório que o cálculo do déficit orçamentário apresentado no Balanço Orçamentário do RREO do 5º bimestre de 2014 está inadequado, porque é utilizada como base de cálculo da despesa realizada a liquidação e não o empenho. Entretanto, o governo segue exatamente a orientação dada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apresentada no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), 5ª edição, página 153. A linha de superávit/déficit da execução orçamentária deve ser calculada pela diferença, até o bimestre de referência, entre as receitas realizadas e as despesas liquidadas, atendendo integralmente ao disposto no MDF.

Recomendação nº 41: À Secretaria da Fazenda crie controles contábeis específicos para evidenciar as disponibilidades de caixa por fonte / destinação de recurso.

Recomendação atendida no Relatório Contábil do Balanço Geral de 2015, onde nos demonstrativos são apresentados os saldos das disponibilidades de caixa por fonte / destinação de recurso.

Recomendação nº 42: À Secretaria da Fazenda crie relatório específico no Sistema S2GPR para evidenciar o saldo dos restos a pagar do exercício, de exercícios anteriores, dos depósitos e de valores consignados, por fonte / destinação de recurso.

Recomendação atendida no Relatório Contábil do Balanço Geral de 2015, onde nos demonstrativos são apresentados os saldos dos restos a pagar de exercícios anteriores por fonte / destinação de recursos.

Recomendação nº 43: À Secretaria da Fazenda que preencha os Demonstrativos da

Disponibilidade de Caixa e de Restos a Pagar, do RGF, de acordo com as orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Recomendação atendida no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa de 2015, onde são apresentadas a descrição das fontes de forma individualizadas e somente do Poder Executivo.

Recomendação nº 44: Ao Poder Executivo que adote as medidas necessárias com o objetivo de sanar as divergências entre os saldos das disponibilidades de caixa registrados na contabilidade e nos extratos bancários.

Segundo informações da Secretaria da Fazenda, a etapa mais complexa do fechamento do Balanço Contábil é a conciliação bancária. A complexidade ocorre no último dia de cada exercício, 31/12/XX e no primeiro dia do ano, 01/01/XX. As inconsistências entre os dados bancários e contábeis nesses dias são as seguintes: (1) casos de troca de conta corrente pelos usuários do S2GPR, que se faz necessária a correção no exercício seguinte, pois os bancos não retroagem os fatos que ocorreram em 31 de dezembro; (2) casos de transferências de recursos no dia 30 de dezembro que o banco só registra em seus extratos no dia 02 de janeiro do ano subsequente.

Recomendação nº 45: À Secretaria da Fazenda que considere no cálculo das despesas com pessoal o valor das despesas de mesma natureza realizadas pelos consórcios públicos, de forma a atender a Portaria 72/2012 da STN.

A partir do exercício de 2015, está sendo providenciada a informação das despesas correntes executadas pelos consórcios públicos considerando a segregação entre pessoal e custeio, a fim de permitir a esta SEFAZ proceder ao cálculo do limite de gastos com pessoal considerando a despesa registrada pelos consórcios públicos dos quais o estado participa.

São estas as explicações que temos a apresentar para essa Corte de Contas e colocamo-nos a inteira disposição para esclarecer dúvidas remanescentes.

Recomendação nº 47: À Secretaria da Fazenda que evidencie em notas explicativas o valor do aporte financeiro, distinguindo os valores aportados para o FUNAPREV e para o PREVMILITAR, em atendimento à Lei Complementar nº 123/2013.

Recomendação atendida no Balanço Geral de 2015.

Recomendação nº 48: Ao Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC que registre as receitas do FUNAPREV e PREVID em código orçamentário de receitas distintos, em atendimento à Lei Complementar nº 123/2013.

Relativamente a essa questão, transcrevemos, abaixo, os esclarecimentos apresentados ao Tribunal de Contas do Estado – TCE, nos autos das Prestações de Contas Anuais do FUNAPREV e do PREVID, exercício 2014, nos termos dos documentos anexos:

FUNAPREV – Processo nº 05330/2015-0 (Doc. 02)

Ocorrência 6: Receitas do FUNAPREV e PREVID, relativas à Contribuição do Servidor Ativo Civil e à Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil registradas no Sistema S2GPR sobre o mesmo código orçamentário.

6.6. RECEITAS E DESPESAS DO FUNAPREV

“... as receitas do FUNAPREV e PREVID, relativas à Contribuição do Servidor Ativo Civil (código 12102907) e à Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil (código 72102901) foram registradas no exercício de 2014 no sistema S2GPR sobre o mesmo código orçamentário. Em função da LC nº 123/2013, estas receitas devem ser detalhadas de forma que sejam possível distinguir as receitas que ingressam em cada fundo previdenciário. Nas Contas de Governo do Estado, referente ao exercício 2014 foi emitida recomendação ao [Sic] Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará-SUPSEC para que registre as receitas do FUNAPREV e PREVID em código orçamentário de receitas distintos, em atendimento à LC nº 123/2013”

Conforme comentado acima, o Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC constitui um sistema legal que disciplina o regime próprio de previdência social dos servidores públicos do Estado do Ceará, cujas atividades são gerenciadas, no âmbito da Administração Pública estadual, pela Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

Para garantir a cobertura previdenciária aos seus segurados, o Sistema é mantido por fundos contábil-financeiros específicos (FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID), cujos procedimentos pertinentes à execução orçamentária, financeira e contábil são geridos pela Secretaria da Fazenda – SEFAZ, à qual também compete o gerenciamento e manutenção do Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR, *software* específico através do qual são executados tais procedimentos.

Deste modo, segundo esclarecimentos apresentados pela Secretaria da Fazenda – SEFAZ:

“A estrutura de codificação das receitas no Sistema de Gestão Governamental por

Resultados - S2GPR está em conformidade com a Portaria conjunta SOF\STN nº 01, de 10 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 22 de dezembro de 2014, que aprovou a parte I - procedimentos contábeis orçamentários da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e estabeleceu as regras para detalhamento da natureza de receita orçamentária, onde em seu §1º, do artigo 2º tem-se que *'no desdobramento das naturezas de receita, constantes da Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, para atendimento das respectivas peculiaridades ou necessidades gerenciais, os entes da Federação poderão realizar detalhamento a partir do nível ainda não detalhado, sendo que, se o detalhamento ocorrer no nível de alínea (5º e 6º dígitos) ou subalínea (7º e 8º dígitos), deverá utilizar-se codificação a partir do código 51, cabendo à União a administração dos níveis já detalhados'*.

Portanto, não é permitido criar uma natureza de receita por fundo previdenciário conforme anexo de natureza de receitas, contido no manual supracitado, estando as contribuições previdenciárias contabilizadas e individualizadas por fundo de investimento.” [Sic]

PREVID – Processo 05363/2015-3 (Doc. 03)

Ocorrência 4: Receitas do FUNAPREV e PREVID, relativas à Contribuição do Servidor Ativo Civil e à Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil registradas no sistema S2GPR sobre o mesmo código orçamentário (item 6.6).

6.6. RECEITAS DO PREVID

“Cabe destacar que as receitas do PREVID e FUNAPREV, relativas à Contribuição do Servidor Ativo Civil (código 12102907) e à Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil (código 72102901) foram registradas no exercício de 2014 no sistema S2GPR sobre o mesmo código orçamentário. Em função da LC nº 123/2013, as referidas receitas devem ser detalhadas de forma que sejam possível distinguir as receitas de cada fundo previdenciário. Nas Contas de Governo do Estado, referente ao exercício de 2014, foi emitida recomendação ao [Sic] Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará-SUPSEC para que registre as receitas do PREVD e FUNAPREV em código orçamentário de receitas distintos, em atendimento à LC nº 123/2013.”

Conforme comentado acima, o Sistema Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC constitui um sistema legal que disciplina o regime próprio de previdência social dos servidores públicos do Estado do Ceará, cujas atividades são gerenciadas, no âmbito da Administração Pública estadual, pela Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

Para garantir a cobertura previdenciária aos seus segurados, o Sistema é mantido por fundos contábil-financeiros específicos (FUNAPREV, PREVMILITAR e PREVID), cujos procedimentos pertinentes à execução orçamentária, financeira e contábil são geridos pela Secretaria da Fazenda – SEFAZ, à qual também compete o gerenciamento e manutenção do Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR, software específico através do qual são executados tais procedimentos.

Deste modo, segundo esclarecimentos apresentados pela Secretaria da Fazenda – SEFAZ:

“A estrutura de codificação das receitas no Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR está em conformidade com a Portaria conjunta SOF\STN nº 01, de 10 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 22 de dezembro de 2014, que aprovou a parte I - procedimentos contábeis orçamentários da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e estabeleceu as regras para detalhamento da natureza de receita orçamentária, onde em seu §1º, do artigo 2º tem-se que ***'no desdobramento das naturezas de receita, constantes da Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, para atendimento das respectivas peculiaridades ou necessidades gerenciais, os entes da Federação poderão realizar detalhamento a partir do nível ainda não detalhado, sendo que, se o detalhamento ocorrer no nível de alínea (5º e 6º dígitos) ou subalínea (7º e 8º dígitos), deverá utilizar-se codificação a partir do código 51, cabendo à União a administração dos níveis já detalhados'***.

Portanto, não é permitido criar uma natureza de receita por fundo previdenciário conforme anexo de natureza de receitas, contido no manual supracitado, estando as contribuições previdenciárias contabilizadas e individualizadas por fundo de investimento.” [Sic]

Recomendação nº 49: À Secretaria da Fazenda, que crie no Sistema S2GPR um Unidade Contábil para o FUNAPREV, em atendimento ao art. 19 da Lei Complementar nº 123/2013.

Recomendação atendida no Balanço Geral de 2015.

Recomendação nº 50: À Secretaria da Fazenda, que crie no plano de contas um subitem para contabilização dos recursos destinados ao regime de previdência do servidor estadual, em atendimento ao art. 19 da Lei Complementar nº 123/2013.

Recomendação atendida no Balanço Geral de 2015.

Recomendação nº 51: À Secretaria de Planejamento e Gestão que, nos futuros Projetos da LDO, observe a metodologia de apuração o resultado primário definida no Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

A metodologia de apuração do resultado primário que acompanha o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborado em observância às orientações emanadas da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Com o intuito de esclarecer os procedimentos adotados para o cálculo do resultado primário explicitamos a seguir os principais conceitos e fundamentos para a elaboração do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Como instrumento normativo de orientação para o cálculo do resultado primário, o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN abre um capítulo para tratar da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), o qual aborda amplamente a metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais, consistindo na soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, como mencionado no citado manual diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo.

O levantamento da NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas obrigatórias primárias, chega-se ao valor das chamadas despesas discricionárias, ou seja, aquelas despesas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. Assim, apresentam-se as metodologias das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA, em valores correntes, e, em seguida, os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

As receitas não primárias são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício correspondente, visto que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto aos agentes financeiros, públicos ou privados, no país ou no exterior.

As receitas primárias referem-se, predominantemente, as receitas correntes e lhes são atribuída um identificador específico para a determinação de sua natureza – primária ou não primária.

Incluem os impostos, as receitas provenientes da participação do Estado na arrecadação da União, transferências voluntárias da União, correntes e de capital, e outras receitas correntes arrecadadas pelo Estado. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio, taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no Produto Interno Bruto (PIB), e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias. Estas não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício e correspondem, principalmente, no Estado do Ceará, ao pagamento de juros e à amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital integralizado e às reservas de contingência.

Vale ressaltar que nas Lei Orçamentárias os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminam a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a respectiva apuração.

Cumprе esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas considerando o regime orçamentário, em que as despesas públicas são reconhecidas quando da emissão do empenho.

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas como obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar os investimentos estruturantes.

Neste conjunto de dispêndios destacamos as despesas discricionárias poderão ser deduzidas em razão da exponencial importância econômica, autorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no seu artigo 19, §1º:

“§1º Os programas, projetos e atividades identificados na Lei Orçamentária Anual, que estejam qualificados pelo identificador de resultado primário RP 2, RP 3, RP 4 e RP 5, de que trata o §12, do art.10 desta Lei, não serão computados para efeito do cálculo do resultado primário.”

Apesar de compor o valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo, parte das despesas de investimento possui tratamento diferenciado na apuração do resultado primário.

Tais despesas, embora tenham impacto sobre o resultado primário, têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento deles decorrentes. Por conseguinte, conforme dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tais despesas poderão ser abatidas da meta de superávit primário.

Esta dedução refere-se a Projetos de Investimentos Estruturantes do Estado, tais como Ampliação da Malha Rodoviária, do Porto do Pecém e do Sistema Metro-ferroviário, conforme identificados pelos indicadores de resultado primário (RP 2, RP 3, RP 4 e RP 5) na Lei Orçamentária Anual. Estes projetos são extremamente importantes para o desenvolvimento do Estado do Ceará, para a formação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento, contribuindo para o dinamismo da economia e a integração regional do Estado. Além disso, referem-se a projetos financiados, principalmente, com fontes externas, a exemplo das Operações de Crédito e Transferências Voluntárias do Governo Federal.

Não deduzir estas despesas do resultado primário apurado prejudicaria inclusive os contratos de financiamento com organismos internacionais, uma vez que tem prazos fixados para sua execução. Procedimento análogo ao Estado do Ceará é utilizado pelo Governo Federal quando deduz as despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

3. DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Este capítulo apresenta uma análise dos principais programas de governo incluídos no orçamento anual de 2015, observados os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, principais Programas e suas Metas Prioritárias.

3.1. Da Alocação de Recursos do PPA – 2012-2015

O Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, estabelecido pela Lei nº 15.109, de 02 de janeiro de 2012, apoia-se em três grandes orientações estratégicas, representadas por três Eixos:

- **Sociedade Justa e Solidária;**
- **Economia para uma Vida Melhor; e**
- **Governo Participativo, Ético e Competente.**

O PPA em comento contém cinco anexos por meio dos quais se pode observar as destinações dos recursos:

- ✓ Anexo I - Demonstrativo de Áreas temáticas e Programa de Governo;
- ✓ Anexo II - Demonstrativo Consolidado dos Programas por Eixo e Área Temática;
- ✓ Anexo III - Demonstrativo Consolidado dos Programas por Macrorregião;
- ✓ Anexo IV - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos do PPA;
- ✓ Anexo V - Demonstrativo de Iniciativas Valoradas por Programa.

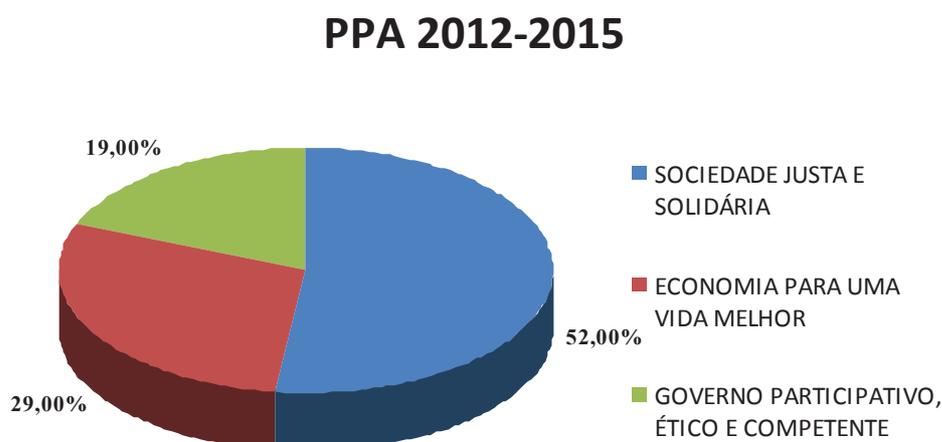
Ademais, a Lei nº 15.266, de 28 de dezembro de 2012, dispôs sobre a revisão do Plano Plurianual 2012-2015, conforme os dois últimos anexos listados acima, e sobre alteração no § 5º, do art. 10, que incluiu os Resultados e Indicadores da Área Temática.

A metodologia do PPA 2012-2015 foi modificada procurando adotar a utilizada pelo Governo Federal. Com isso, os recursos estão organizados por Eixo de políticas de Governo, Área temática e por três tipos de programas. Programas Temáticos; Programas de Gestão; e Manutenção e Programas de Serviços ao Estado, conforme sua finalidade. Os Programas Temáticos devem orientar a ação governamental da respectiva área temática. Os Programas de Gestão e Manutenção devem resultar em bens ou serviços de manutenção e ampliação de atividades tipicamente administrativas. E ainda, os Programas de Serviços ao Estado representam os programas finalísticos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e alguns programas do Poder Executivo. No nível dos programas estão previstas as

metas prioritárias para cada ano da execução orçamentária.

A distribuição dos recursos no PPA 2012-2015 por Eixo foi prevista conforme o Gráfico 2 a seguir:

GRÁFICO 2 - DO PERCENTUAL DE RECURSOS A SEREM GASTOS POR EIXO NO PERÍODO DO PPA 2012-2015



Fonte: PPA (2012-2015) - SEPLAG.

O Eixo que recebeu o maior volume de recursos foi o Sociedade Justa e Solidária (52%) que tem como objetivo a promoção e sustentabilidade de uma sociedade a ser alcançada por meio do desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania dos cearenses. Esse Eixo conta com 09 Áreas Temáticas, 27 Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção para cada Secretaria (SEDUC, CEE, SECITECE, SESA, STDS, SECULT, SESPORTE, SSPDS, SEJUS, DPGE) e respectivas vinculadas e ainda dois Programas de Serviços ao Estado executados pelo Conselho Estadual de Educação.

Logo depois, vem o Eixo Economia para uma Vida Melhor com 29% dos recursos do PPA 2012-2015, o qual tem como objetivo incrementar o crescimento econômico, ancorado no avanço industrial, promoção do turismo sustentável, modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. Esse Eixo é desenvolvido por meio de 09 Áreas temáticas, 22 Programas Temáticos e Programas de Gestão e Manutenção para Secretarias de Estado e suas respectivas vinculadas (CEDE,

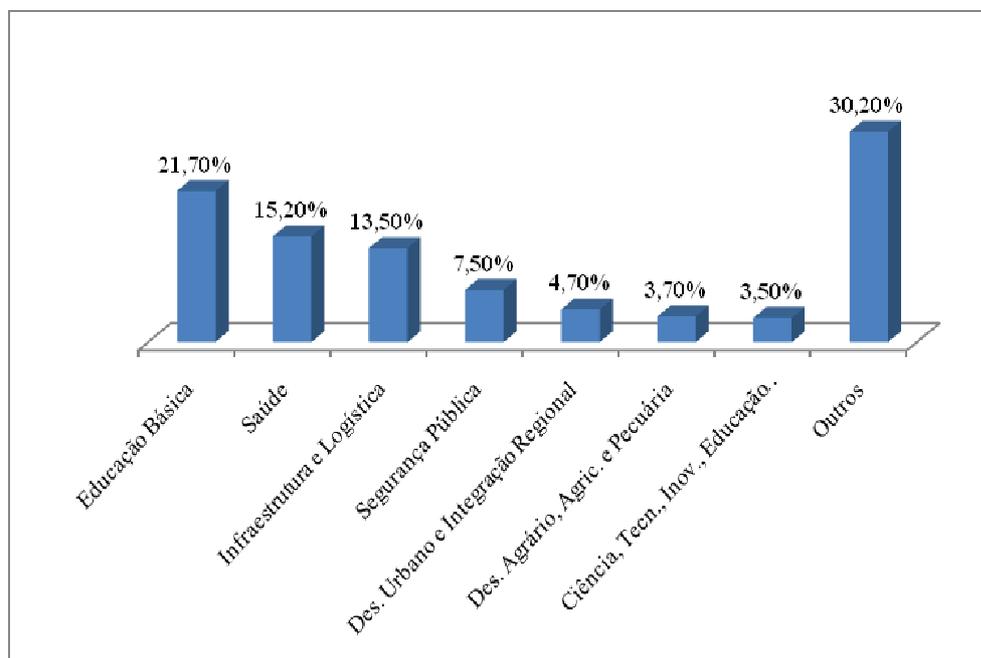
SDA, SPA, SRH, SEINFRA, SETUR, SCIDADES, CONPAM e SECOPA).

Por último, o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente com 19% dos recursos do PPA 2012-2015 tem como objetivo conferir ao Estado um padrão de eficiência na prestação de serviços à sociedade e à gestão da máquina administrativa estadual. Os recursos do Eixo são distribuídos em 05 Áreas temáticas e 22 Programas Temáticos e Programas de Gestão e Manutenção para as Secretarias (SEPLAG, SEFAZ, CGE, GABGOV, GABVICE, CASA CIVIL, PGE e CGD).

Quanto à alocação dos recursos no PPA 2012-2015 por tipo de programa, coube uma parcela de 58%, para os Programas Temáticos, de 39% para os Programas de Gestão e Manutenção e de 3% para os Programas de Serviços.

A seguir será apresentado o Gráfico 3, que destaca o percentual previsto a ser aplicado nas principais áreas temáticas que estão inseridas em cada Eixo de Políticas do Governo.

GRÁFICO 3 - DO PERCENTUAL A SER APLICADO PELAS PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS NO PERÍODO DO PPA 2012-2015



Fonte: PPA (2012-2015) - SEPLAG.

3.2. Da Execução dos Principais Programas de Governo

Neste item será analisada a execução dos principais programas de Governo organizada por Eixo, por Área Temática, por Programas e suas Metas Prioritárias.

3.2.1. Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no PPA 2012–2015

Inicialmente será comparada a execução dos recursos distribuídos por Eixo com relação à previsão de aplicação apresentada no PPA 2012-2015 (excluindo os Encargos Gerais do Estado), conforme Tabela 16 a seguir:

TABELA 16 - DA COMPARAÇÃO POR EIXO ENTRE A PREVISÃO DO PPA 2012-2015 E OS RECURSOS EMPENHADOS DE 2012 A 2015

RS 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	VALOR DO ORÇAMENTO DO PPA DE 2012-2015	(%)	VALOR EMPENHADO DO PERÍODO DE 2012 A 2015	(%)
EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA	37.230.875.703,14	43,54%	28.608.061.429,67	47,81%
EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR	25.501.829.450,54	29,82%	10.951.336.169,34	18,30%
EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	22.777.741.814,78	26,64%	20.280.131.927,93	33,89%
TOTAL	85.510.446.968,46	100,00%	59.839.529.526,94	100,00%

FONTE: SIOF-SEPLAG

OBS.: Valores excluídos os Encargos Gerais de Estado.

Analisando a Tabela 16, pode-se verificar que o perfil de execução de 2012 a 2015 por Eixo apresenta uma variação em relação às proporções previstas inicialmente no PPA 2012-2015. No Eixo de Sociedade Justa e Solidária, que contempla o maior volume de recursos, a execução no período de 2012-2015 ficou com 47,81%, do total dos recursos, ficando acima do percentual previsto com uma diferença de 4,27%. Já no Eixo Economia para uma Vida Melhor que tinha uma previsão de contemplar 29,82% do total dos recursos aplicados, o volume executado até 2015 representa apenas 18,30% do total aplicado, ou seja, 11,52% menor que o previsto. Já no Eixo Governo Participativo, Ético e Competente que tinha uma previsão de 26,64% e foram aplicados até 2015, 33,89% do total, ou seja, 7,25% maior que o percentual proporcional previsto.

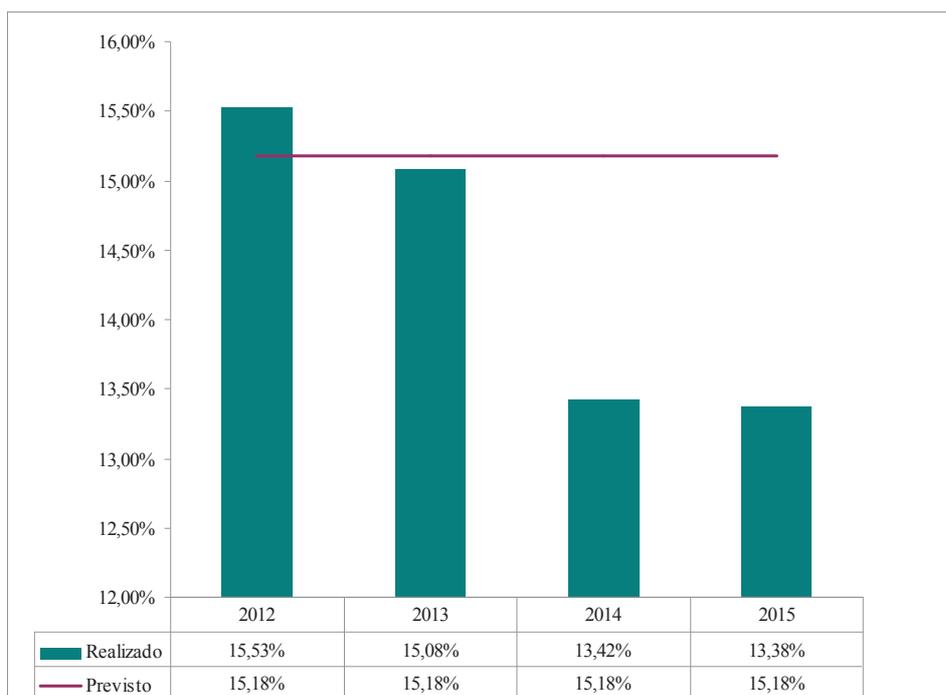
Observa-se assim, que na execução dos três anos de vigência do PPA 2012-2015, os Eixos Sociedade Justa e Solidária e Governo Participativo, Ético e Competente obtiveram uma maior participação na aplicação dos recursos, demonstrando o compromisso do governo ao alcance de novos patamares na prestação do atendimento dos setores sociais, para melhoria das condições de vida, trabalho e garantia de direitos à população cearense.

Nos gráficos 4 a 8 estão demonstrados os percentuais do total dos recursos aplicados em

relação ao previsto para as áreas temáticas finalísticas de Educação Básica, Saúde, Segurança Pública, Infraestrutura e Logística e Planejamento e Gestão. Essas áreas temáticas foram escolhidas pela importância que representam para a sociedade e sua relevância em termos monetários em relação às demais áreas temáticas. E ainda, a área temática de Planejamento e Gestão que procura estabelecer estratégias de participação cidadã, que possam contribuir para a definição, execução e acompanhamento das ações governamentais.

O Gráfico 4 que segue apresenta a área temática de Educação Básica onde se pode verificar que o percentual previsto para aplicação de recursos no PPA (2012-2015) era de 15,18%. De fato, nos anos de 2012 e 2013 o governo manteve os recursos aplicados nesse mesmo patamar, mas em 2014, ocorreu uma queda para 13,42% do total, se mantendo nesse patamar em 2015, com 13,38%. Contudo, quando se analisa a evolução de alguns indicadores no período de 2010-2015 pode-se constatar uma pequena melhora nos últimos anos, conforme tabela 17. E ainda, quando é considerado o limite constitucional para aplicação de recursos em educação, de 25%, o Estado do Ceará em 2015 aplicou 26,78%. E ainda, o Estado vem historicamente aplicando recursos acima do limite (25%) como pode ser constatado no capítulo de Gestão Fiscal.

GRÁFICO 4 - DA EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RECURSOS NA ÁREA TEMÁTICA EDUCAÇÃO BÁSICA EM RELAÇÃO AO TOTAL APLICADO



Fonte: SIOF-SEPLAG

TABELA 17 - DA EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nota média de alfabetização dos alunos da rede pública do 2º ano do Ensino Fundamental - SPAECE-ALFA	8,00	8,80	7,60	8,30	8,40	(*)
Taxa de Escolarização líquida do Ensino Médio (%)	47,80	49,00	49,40	48,00	49,50	(*)
Alunos matriculados na Educação Profissional em nível médio da rede nacional	20.941	25.994	31.593	37.110	41.792	(*)

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2016

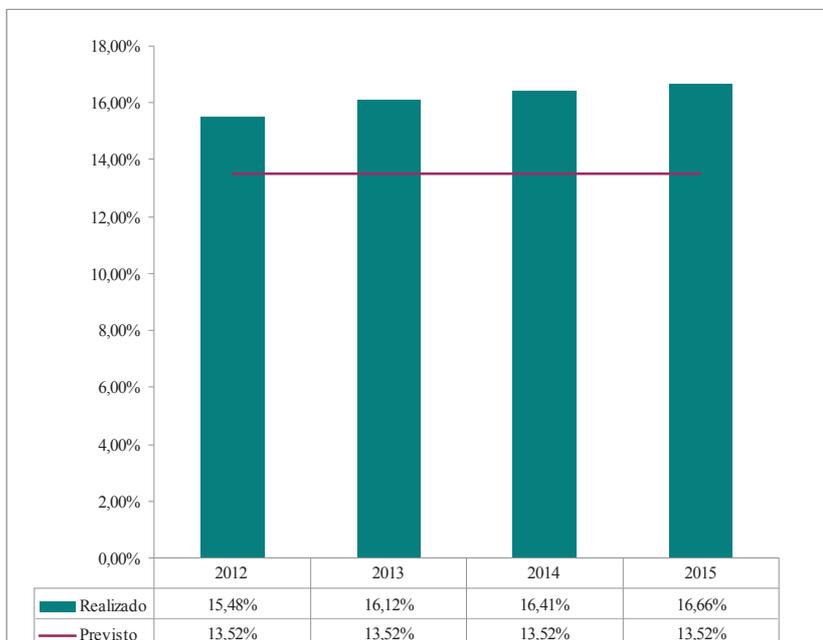
(*) Não Informado.

O Gráfico 5 seguinte apresenta a área temática de Saúde onde se pode observar que o percentual previsto para aplicação de recursos no PPA (2012-2015) era de 13,52% e que, durante todo o período do PPA, o governo aplicou recursos em montantes acima do previsto, iniciando em 15,48% em 2012 e terminando em 16,66% em 2015. E ainda, quando é considerado o limite constitucional para aplicação de recursos em saúde, de 12%, em 2015 o Estado do Ceará aplicou 14,25%. E ainda, o Estado vem historicamente aplicando recursos acima desse limite como pode ser constatado no capítulo de Gestão Fiscal.

Com esse incremento na aplicação dos recursos na área da saúde no Estado pode-se verificar na Tabela 18 a seguir a melhoria dos indicadores, como exemplo, o indicador “Consultas Médicas Especializadas” que passou de um volume de 2.260.456 consultas em 2010 para um total de 2.953.480 em 2015, um crescimento de 30,65%. Apenas o indicador "Razão da mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos" que necessita uma maior atenção, pois, para a Organização Mundial de Saúde - OMS é aceitável até 20 óbitos. Apesar desse indicador do Estado estar muito distante do ideal ele vem apresentado ano a ano uma tendência de melhora. Com intuito de reduzir esse problema o governo vem fortalecendo suas medidas estratégicas como a intensificação do trabalho da Rede Cegonha, que dentre suas várias ações tem procurado ampliar recursos para o estudo das causas dos óbitos e a qualificação e expansão de acesso da gestante aos serviços de saúde.



GRÁFICO 5 - DA EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RECURSOS NA ÁREA TEMÁTICA DE SAÚDE



Fonte: SIOF-SEPLAG

TABELA 18 - DA EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE SAÚDE

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos	13,10	13,60	12,70	13,80	12,30	12,4
Razão da Mortalidade Materna por 100.000 nascidos vivos	80,70	67,70	90,60	82,50	61,20	52,4
Consultas Médicas Especializadas (nº)	2.260.456	2.420.593	2.490.603	2.563.772	2.627.748	2.953.480
Exames Especializados	20.456.797	20.994.638	21.291.037	21.368.747	21.362.172	26.496.210

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2016

O Gráfico 6 que segue apresenta a área temática de Segurança onde se pode verificar que o percentual previsto para aplicação de recursos no PPA (2012-2015) era de 7,21% e que nos anos de 2012, 2013 e 2014 o governo aplicou recursos em montantes acima do previsto, começando e 9,64% em 2012 e terminando em 10,35% em 2015.

A Tabela 19 seguinte mostra que mesmos com os investimentos efetuados na área de Segurança, os indicadores que medem as taxas de crimes violentos e homicídios sofreram grande aumento entre 2010 e 2015, tendo sua pior situação em 2013 e iniciando uma pequena tendência de redução em relação ao seu ápice nos anos de 2014 e 2015. Já o indicador “Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF (minutos)” foi reduzido, passando do patamar de 14,41 minutos em 2010 para 13,04 minutos em 2015, uma



redução de 10% do tempo de atendimento.

GRÁFICO 6 - DA EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RECURSOS NA ÁREA TEMÁTICA DE SEGURANÇA



Fonte: SIOF-SEPLAG

TABELA 19 - DA EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE SEGURANÇA

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (1)
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais por 100 mil habitantes	33,18	32,88	43,33	50,07	49,26	44,88
Taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes	31,59	31,27	41,47	49,65	48,6	43,78
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF (minutos)	14,41	14,49	13,56	12,49	16,31	13,04

(1) Dados referentes ao realizado de janeiro a outubro e projeção média dos meses de novembro e dezembro

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2016

O Gráfico 7 que segue apresenta a área temática de Infraestrutura e Logística onde se pode verificar que o percentual previsto para aplicação de recursos no PPA (2012-2015) era de 14,29% e que durante todo o período do PPA o governo aplicou recursos em montantes inferiores ao previsto, iniciando 2012 em 7,29% e terminando em 2015 com 9,69%.

Apesar da aplicação dos recursos terem sido inferiores ao previsto pode-se constatar na Tabela 20 dos indicadores de 2010-2015 uma melhoria considerável, tendo como exemplo o aumento da "Potência Energética Instalada" que passou de 1.380,48 MW em 2010 para 3.197,31 MW em 2015, com um crescimento de 131,61% no período. Pode-se ainda destacar o crescimento da "Movimentação da Carga no Terminal do Pecém" que passou de 2.413,00 Mil (t/ano) em 2010 para 7.295,00 Mil (t/ano) em 2015, apresentando um incremento de

202,32% no período de 2010-2015.

GRÁFICO 7 - DA EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RECURSOS NA ÁREA TEMÁTICA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA



Fonte: SIOF-SEPLAG

TABELA 20 - DA EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - 2010 - 2015

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (1)
Domicílios rurais atendidos com energia elétrica (%)	97,00	97,20	97,72	98,00	99,49	99,78
Potência energética instalada (MW)	1.380,48	1.381,48	2.101,48	2.468,47	3.170,59	3.197,31
Movimento da Carga do Terminal do Pecém, exceto granel líquido (1.000 t/ano)	2.413,00	3.027,20	4.095,00	6.327,29	8.500,00	7.295,00
Extensão da malha rodoviária pavimentada na condição "BOA" (km)	4.996,00	5.261,00	5.685,00	5.484,00	5.315,80	5.620,14

(1) Dados estimados sujeitos a ratificação

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2016

O Gráfico 8 apresenta a área temática de Planejamento e Gestão onde pode-se verificar que o percentual previsto para aplicação de recursos no PPA (2012-2015) era de 8,13% e que durante todo o PPA o governo aplicou recursos em montantes superiores ao previsto, partindo de 17,10% em 2010 e terminando 2015 com 17,97%.

Como reflexo do maior volume de recursos aplicados pode-se citar o exemplo da evolução do indicador "Municípios com cobertura de Banda Larga" que em 2010 eram apenas 58 atendidos e em 2014 passou para 114 atendidos, com um incremento de 96,55%. Outro indicador importante é o da "População urbana dos Centros Municipais com acesso ao serviço de internet Banda Larga" que em 2010 eram 4.177.839 atendidos e em 2014 chegou ao patamar de 5.662.594 atendidos, com um crescimento de 35,54%.



GRÁFICO 8 - DA EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RECURSOS NA ÁREA TEMÁTICA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



Fonte: SIOF-SEPLAG

TABELA 21 - DA EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Municípios com cobertura de Banda Larga (nº)	58	72	99	105	114	114
População urbana dos Centros Municipais com acesso ao serviço de internet-Banda Larga	4.177.839	4.387.816	4.693.444	4.640.442	5.662.594	(*)
Acessos externos aos serviços e informações do Governo pela internet (nº)	2.871.515	3.409.460	18.283.719	19.845.423	26.488.423	(*)

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2016

(*) Não Informado.

3.2.2. Dos Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no Orçamento de 2015

Em 2015 os recursos orçamentários previstos totalizaram um montante de R\$24.130.025.870, que foram distribuídos por eixos da seguinte forma: R\$19.703.943.716 para os Eixos de políticas de Governo, propriamente ditos, representando, 81,66% do total de recursos. O restante de R\$4.426.082.153 destinou-se a cobrir os Encargos Gerais (R\$ 4.406.937.963) e Reserva de Contingência (R\$ 19.144.190), representando, 18,34%.

Na rubrica Encargos Gerais do Estado, foram executados 95,03% dos recursos orçados, ou seja, R\$ 4.187.734.279, que foram distribuídos conforme Tabela 22 a seguir:

TABELA 22 - DA DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO NO ANO DE 2015

RS 1,00

DESCRIÇÃO	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EMPENHADO	PERCENTUAL EXECUTADO
INVESTIMENTOS	958.859,52	-	0,00%	0,00%
INVERSÕES FINANCEIRAS	143.275.421,11	117.724.901,87	2,81%	82,17%
AMORTIZAÇÕES	692.760.021,23	687.946.830,10	16,43%	99,31%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	62.618.416,21	61.474.626,34	1,47%	98,17%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	419.031.270,41	414.556.094,18	9,90%	98,93%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.088.293.974,76	2.906.031.826,73	69,39%	94,10%
TOTAL	4.406.937.963,24	4.187.734.279,22	100%	95,03%

FONTE: SIOF-SEPLAG

Nos Encargos Gerais do Estado foram executados no grupo Outras Despesas Correntes, recursos no montante de R\$ 2.906.031.826, representando 69,39% dos recursos aplicados. Este grupo tem como principal elemento de despesa a Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas que corresponde 64,56% de seu total. A rubrica Inversões Financeiras corresponde aos valores aportados para aumento de capital das sociedades de economia mista do Estado. Na rubrica Pessoal e Encargos Sociais predominaram valores para o cumprimento de sentenças judiciais.

Analisando a aplicação dos recursos dos Eixos que representam as políticas de Governo verificou-se que dos R\$19.703.943.716 previstos no orçamento, foram empenhados 82,91%, ou seja, R\$16.335.630.549.

Na Tabela 23 a seguir foi efetuada uma comparação da distribuição dos recursos aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no orçamento e percebeu-se que o Eixo Sociedade Justa e Solidária aplicou 47,44% do total dos recursos executados em 2015, o Eixo Economia para uma Vida Melhor empenhou 17,22% dos recursos orçados, e por último, o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente apresentou um empenho de 35,34%. O Eixo Sociedade Justa e Solidária e o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente apresentaram percentuais de execução perto de 90%. Contudo, o Eixo Economia para uma Vida Melhor, com uma execução de 57,81%, ficou bem aquém em relação aos demais eixos.

TABELA 23 - DA COMPARAÇÃO POR EIXO ENTRE OS RECURSOS LEI + CRÉDITO E EMPENHADO PARA O EXERCÍCIO DE 2015

RS 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2015			
	VALOR AUTORIZADO (RS)	VALOR EMPENHADO (RS)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA	8.744.522.442,67	7.749.837.483,74	88,63%	47,44%
EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR	4.866.381.886,83	2.813.476.906,20	57,81%	17,22%
EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	6.093.039.386,46	5.772.316.159,11	94,74%	35,34%
TOTAL	19.703.943.715,96	16.335.630.549,05	82,91%	100,00%

FONTE: SIOF-SEPLAG

A seguir será realizada uma análise da execução de cada Eixo com suas áreas temáticas específicas, seus principais Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção e Programas de Serviços ao Estado e as Metas Prioritárias dos principais programas.

EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

O Tabela 24 a seguir mostra que o Eixo Sociedade Justa e Solidária tinha recursos disponíveis no montante de R\$ 8.744.522.442,67 (Lei + Crédito), tendo sido executados 88,63% do total autorizado. As Áreas temáticas que apresentam maior volume de recursos são a Saúde com 35,11%, a Educação com 28,19%, e Segurança Pública com 21,82%. As demais áreas apresentam um volume de recursos inferior a 10%.

Dentre as áreas temáticas que apresentaram um maior nível de execução orçamentária pode-se destacar a Educação 90,04%, Saúde com 92,15%, Segurança Pública com 96,24% e Acesso a Justiça com 90,49%.

Com relação a análise da execução das despesas em compatibilidade como o orçado, o mesmo vale quanto ao alcance das metas do PPA, podendo gerar significantes impactos negativos nos casos de resultados distantes das metas previstas.

Além dos problemas óbvios causados pelo não alcance de uma meta, é importante também frisar que uma grande superação da meta prevista nem sempre pode ser interpretada como algo positivo, pois pode-se entender que a meta é planejada normalmente em conjunto com outras metas, e em quantidade necessária e suficiente, de acordo com o cenário levantado (sob risco de alteração durante o período), podendo, por exemplo, trazer problemas de estocagem ou utilização em caso de produtos ou serviços tomados em excesso.

Dentre as áreas temáticas que receberam mais recursos, pode-se destacar na Educação os seguintes programas: o programa Organização e Gestão da Educação Básica, com recursos empenhados no valor de R\$ 382.678.660,02, o que equivale a um percentual de execução de 79,58%; o programa Ensino Médio Articulado à Educação Profissional com recursos executados na ordem de R\$ 278.048.199,57 com uma execução de 81,94%; e o programa Aprendizagem das Crianças na Idade Certa com o valor empenhado de R\$ 20.428.413,12, equivalente a execução de 78,75%.

Entre as metas alcançadas ou próximas do alcance apresentadas na mensagem do governador em 2015, pode-se destacar a garantia de condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, tendo também a ampliação em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Estadual, que ficou em 19.667, somente 2,4% abaixo da meta, conforme Tabela 25 com o detalhamento DAS PRINCIPAIS METAS E REALIZAÇÕES EM 2015.

Não obstante, observamos também metas que terminaram bem abaixo do esperado, como a alfabetização de 237.082 de alunos a cada ano, no nível desejado, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado, que terminou com apenas 97.575, ou seja, 41,15% do planejado, além da ampliação das ações do Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, que tinha como meta em 2015 terminar com 427.533 alunos e finalizou o ano com apenas 400.578, ou seja, 6,7% a menos que o previsto, conforme Tabela 25 com o detalhamento DAS PRINCIPAIS METAS E REALIZAÇÕES EM 2015.

Na área temática de Saúde, pode-se destacar o programa Atenção à Saúde Integral e de Qualidade que utilizou recursos no montante de R\$ 1.834.175.005,15, com um nível de execução de 91,14%. Onde o governo alcançou a meta de monitorar 33 hospitais-polo, 15 hospitais estratégicos e 64 hospitais de pequeno porte, para garantir atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária, assim como terminou de estruturar três redes temáticas: rede Cegonha, Urgência e Emergência e Psicossocial em 22 regiões, além de implantar 6 centros de especialidades odontológicas no Estado do Ceará a mais que os 10 previstos no PPA. Não obstante, alcançou apenas 11.867 dos 48.868 previstos da meta de capacitar trabalhadores do Sistema Único de Saúde – SUS, profissionais e comunidade, por meio de ações educativas em saúde pública, ou seja, apenas 24,28% da meta. A Tabela 26 apresenta o

detalhamento DAS PRINCIPAIS METAS E REALIZAÇÕES EM 2015.

Na área temática de Segurança Pública, no programa Segurança Pública Integrada foi empenhado o valor de R\$ 197.793.738,37, com um percentual de execução de 86,29%. Onde, apesar da meta de adquirir apenas 3.000 equipamentos para as áreas de tecnologia de informação, foram adquiridas 17.871, bem acima do planejado, assim como foi ultrapassada a meta de ministrar 8.000 cursos de formação continuada para profissionais de segurança pública do Estado do Ceará-AESP, sendo que 13.333 profissionais receberam esse curso. Ainda pode-se destacar metas que não foram alcançadas, como o aumento de 2.910 no número de policiais militares quando a meta era de 4.000 e a formação de 131 profissionais para o trabalho pericial quando a meta era de 239. A Tabela 27 apresenta o detalhamento DAS PRINCIPAIS METAS E REALIZAÇÕES EM 2015.

Na área temática de Desenvolvimento Social e Trabalho pode-se destacar o programa Assistência Social que executou recursos na ordem de R\$ 64.396.152,68, com um percentual de execução de 84,52%. Onde pode-se destacar metas que foram muito superadas, como a do PPA de 2012-2015 de qualificar 7.195 artesãos e foram qualificados 25.575 artesãos. Além da meta de atender 50.934 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS municipais e regionais, que foram atendidas 151.172 pessoas. Outras metas não foram alcançadas, como a meta do PPA 2012-2015 de acolher e proteger socialmente 8.606 pessoas em situação de risco, onde alcançou um número de apenas 6.410. E ainda, a meta de qualificar e requalificar 26.272 trabalhadores, com o alcance final de 25.575 trabalhadores. A Tabela 28 apresenta o detalhamento DAS PRINCIPAIS METAS E REALIZAÇÕES EM 2015.



TABELA 24 - DA EXECUÇÃO DO EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA COM SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E SEUS PRINCIPAIS PROGRAMAS

RS 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2015			
	VALOR AUTORIZADO (RS)	VALOR EMPENHADO (RS)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA	8.744.522.442,67	7.749.837.483,74	88,63%	100,00%
EDUCAÇÃO BÁSICA	2.426.581.109,13	2.184.892.787,04	90,04%	28,19%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEDUC	1.557.294.820,75	1.498.907.791,97	96,25%	19,34%
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	480.870.635,19	382.678.660,02	79,58%	4,94%
ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	339.349.250,82	278.048.199,57	81,94%	3,59%
APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	43.389.447,37	20.428.413,12	47,08%	0,26%
OUTROS PROGRAMAS	5.676.955,00	4.829.722,36	85,08%	0,06%
SAÚDE	2.952.736.868,53	2.720.814.810,04	92,15%	35,11%
ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	2.012.397.299,57	1.834.175.005,15	91,14%	23,67%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADAS	701.313.010,71	680.422.863,09	97,02%	8,78%
OUTROS PROGRAMAS	239.026.558,25	206.216.941,80	86,27%	2,66%
SEGURANÇA PÚBLICA	1.757.018.498,75	1.690.890.368,66	96,24%	21,82%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SSPDS E VINCULADAS	1.422.512.660,80	1.407.173.430,43	98,92%	18,16%
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	229.228.325,17	197.793.738,37	86,29%	2,55%
OUTROS PROGRAMAS	105.277.512,78	85.923.199,86	81,62%	1,11%
CIÊNCIA, TECN., INOV., EDUC. SUP. E PROF	726.355.069,20	438.461.110,00	60,36%	5,66%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECITECE E VINCULADAS	327.207.829,42	309.728.348,78	94,66%	4,00%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	259.522.297,32	30.374.384,03	11,70%	0,39%
OUTROS PROGRAMAS	139.624.942,46	98.358.377,19	70,44%	1,27%
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO	203.820.587,32	160.079.446,86	78,54%	2,07%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	76.189.965,31	64.396.152,68	84,52%	0,83%
TRABALHO, EMPREGO E RENDA	68.455.593,64	44.742.724,39	65,36%	0,58%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA STDS	58.654.871,56	50.584.499,79	86,24%	0,65%
OUTROS PROGRAMAS	520.156,81	356.070,00	68,45%	0,00%
ESPORTE E LAZER	103.035.875,97	76.349.802,89	74,10%	0,99%
INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER	78.632.836,75	58.055.509,89	73,83%	0,75%
ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER	15.806.256,22	11.283.095,34	71,38%	0,15%
OUTROS PROGRAMAS	8.596.783,00	7.011.197,66	81,56%	0,09%
CULTURA	83.126.731,00	63.299.648,35	76,15%	0,82%
INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ	62.520.027,00	47.530.304,41	76,02%	0,61%
MEMÓRIA CULTURAL	6.512.634,00	3.238.990,14	49,73%	0,04%
OUTROS PROGRAMAS	14.094.070,00	12.530.353,80	88,91%	0,16%
JUSTIÇA E CIDADANIA	372.944.661,32	307.457.571,12	82,44%	3,97%
INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA	209.528.416,88	152.780.746,35	72,92%	1,97%
OUTROS PROGRAMAS	163.416.244,44	154.676.824,77	94,65%	2,00%
ACESSO À JUSTIÇA	118.903.041,45	107.591.938,78	90,49%	1,39%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DPGE E VINCULADA	105.736.263,00	104.680.381,67	99,00%	1,35%
PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA	13.166.778,45	2.911.557,11	22,11%	0,04%

FONTE: SIOF-SEPLAG

Nas Tabelas 25 a 28 constam as informações sobre as áreas temáticas e principais programas do Eixo Sociedade Justa e Solidária, evidenciando suas realizações conforme as metas prioritárias estabelecidas para o exercício de 2015.



TABELA 25 – DAS PRINCIPAIS METAS DA ÁREA TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ÁREA TEMÁTICA - EDUCAÇÃO BÁSICA				
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2015	REALIZADO 2015	META PPA 2012-2015	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2015
PROGRAMA 014 - ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
Ampliar em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP.	5.038	3.869	20.143	19.667
Garantir a 100% dos alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional formação técnica, pedagógica e qualificação profissional articulado aos setores produtivos.	100%	99,41%	100%	98,80%
PROGRAMA 072 - APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA				
Alfabetizar a cada ano, no nível desejado, 237.082 alunos, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado.	88.306	64.912	237.082	97.575
Ampliar as ações do Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC para os 427.533 alunos do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental.	363.351	348.473	427.533	400.578
PROGRAMA 073 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA				
Garantir as condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, assegurando a infraestrutura e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento da aprendizagem.	100%	100%	100%	100%
Garantir a melhoria do transporte escolar para o acesso dos 143.895 alunos do campo/zona rural, na faixa etária de educação escolar obrigatória, às unidades de ensino.	143.895	119.334	143.895	120.704
Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2013 a 2016 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015				

TABELA 26 – DAS PRINCIPAIS METAS DA ÁREA TEMÁTICA DE SAÚDE

ÁREA TEMÁTICA - SAÚDE				
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2015	REALIZADO 2015	META PPA 2012-2015	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2015
PROGRAMA 037 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE				
Capacitar 48.868 trabalhadores do Sistema Único de Saúde-SUS, profissionais e a comunidade, por meio de ações educativas em saúde pública.	3.994	3.344	48.868	11.861
Apoiar os 184 municípios para obtenção de uma cobertura mínima de 70% do SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. (1) (*)	100%	100%	100%	100%
Monitorar 33 hospitais-polo, 15 hospitais estratégicos e 64 hospitais de pequeno porte, para garantir de atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária.	100%	100%	100%	100%
Estruturar três redes temáticas: rede Cegonha, Urgência e Emergência e Psicossocial em 22 regiões.	100%	100%	100%	100%
Implantar Centros de especialidades Odontológicas em 10 regiões de saúde do Estado do Ceará.	1	1	10	16
Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2013 a 2016 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015				

TABELA 27 – DAS PRINCIPAIS METAS DA ÁREA TEMÁTICA DE SEGURANÇA

ÁREA TEMÁTICA - SEGURANÇA PÚBLICA				
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2015	REALIZADO 2015	META PPA 2012-2015	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2015
PROGRAMA 015 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA				
Adquirir 3.000 equipamentos para as áreas de tecnologia da informação	2.050	14.691	3.000	17.871
Formar 239 profissionais para o trabalho pericial	62	131	239	131
Aumentar em 4.000 o número de policiais militares.	3.000	927	4.000	2.910
Oferecer cursos de formação continuada para 8.000 profissionais de segurança pública do Estado do Ceará - AESP.	1.500	8.894	8.000	13.333
Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2013 a 2016 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015				

TABELA 28 – DAS PRINCIPAIS METAS DA ÁREA TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO

ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO				
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2015	REALIZADO 2015	META PPA 2012-2015	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2015
PROGRAMA 049 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA				
Qualificar e requalificar 26.272 trabalhadores.	6.968	5.200	26.272	25.575
Qualificar 7.195 artesãos.	5.100	6.701	7.195	24.742
PROGRAMA 050 - ASSISTÊNCIA SOCIAL				
Assegurar o cofinanciamento das ações do Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF nos 184 municípios, através dos CRAS.	184	159	184	159
Atender 50.934 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS municipais e regionais.	10.103	42.557	50.934	151.172
Acolher e proteger socialmente 8.606 pessoas em situação de risco.	2.094	1.340	8.606	6.410
Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2013 a 2016 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015				

EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

O Tabela 29 a seguir demonstra que o Eixo Economia para uma Vida Melhor apresentou uma execução orçamentária de 57,81% do total autorizado. As Áreas temáticas que apresentaram uma execução bem acima da média do Eixo foram as seguintes: Desenvolvimento Econômico com 91,28% e Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária com 83,76% e Copa 2014 com 78,49%. As Áreas temáticas do Eixo tiveram uma execução bem menor que 56% foram as seguintes: Agricultura e Pesca com 28,62%, Recursos Hídricos com 40,36% e Turismo com 36,10%.

A Área temática de Infraestrutura e Logística representa um montante de 59,74% do total e tinha recursos autorizados no valor de R\$ 2.649.933.709,45, tendo sido executado o valor de R\$ 1.583.199.843,86. Essa área tem como principal programa o Transporte e Logística do Estado do Ceará, para o qual foi destinado um maior volume de recursos, cerca de R\$ 2.488.857.416,55, e foi aplicado o montante de R\$ 1.365.157.399,39, representando 54,85% do valor autorizado. Devido a baixa execução orçamentária a Tabela 30 das metas prioritárias demonstra que apenas parte delas foram integralmente cumpridas. Como exemplo, tem-se a meta em que se visou atender em 2015 o transporte de carga de graneis líquidos de 5.379 t/dia e só se conseguiu atender 2.167,67. Ademais, considerando o PPA 2012-2015 havia uma previsão de atender 9.452 t/dia, mas no período de 2012-2015 foram atendidos uma quantidade de apenas 3.248,84. Outra meta que apresenta uma execução extremamente baixa é a de atender em 2015 o transporte de 175.000 usuários para RMF e só se conseguiu atender 23.000. Ademais, considerando o PPA 2012-2015 havia uma previsão de atender 506.000 usuários, mas no período de 2012-2014 foram atendidos uma quantidade de apenas 89.100 usuários. Ante o exposto, nessa área temática grande parte das metas foram atendidas parcialmente, reclamando assim uma maior atenção dos gestores, inclusive quanto a uma possível melhor compatibilização entre o desafio das metas estabelecidas e a capacidade de realização das unidades executoras, conforme Tabela 30 com o detalhamento DAS PRINCIPAIS METAS E REALIZAÇÕES EM 2015.

Na área temática de Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária foi autorizado o montante de R\$ 570.029.995,44 e o valor empenhado foi de R\$ 477.475.371,34, ou seja, 83,76% do valor autorizado. A seguir é apresentado um Tabela 31 com o detalhamento DAS PRINCIPAIS METAS E REALIZAÇÕES EM 2015. Para essa área temática pode-se destacar inicialmente o Programa de Enfrentamento a Pobreza Rural que aplicou recursos no montante de R\$ 217.197.610,12, com um percentual empenhado de 88,05% do valor autorizado. Ao analisar as metas desse programa pode-se verificar que algumas metas foram executadas acima do previsto e enquanto outras foram parcialmente atendidas. Em 2015, a meta de beneficiar 33.950 pessoas com a distribuição de alimentos teve sua execução acima do previsto, pois foram atendidas 237.282 pessoas. Adicionalmente, a meta prevista no PPA é de 107.730 pessoas e durante o período de 2012-2015 já foram atendidas uma quantidade de 237.252, ficando acima do previsto em 120,23%. Outra meta que se pode destacar é a do

atendimento a família de agricultores familiares na produção agroecológica e solidária cujo quantitativo previsto para 2015 foi de 109.331 e foram atendidas apenas 58.275 famílias, ou seja, um percentual abaixo do previsto de 46,70%. Assim, essas elevadas diferenças entre o previsto e o realizado requer mais estudos no momento do planejamento das metas do PPA.

Ainda na área de Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária, outro programa, que merece destaque é o do Desenvolvimento Agropecuário que apresentou um valor empenhado de R\$ 162.592.269,62, o equivalente a um percentual 76,61% de execução. Sua execução orçamentária ficou abaixo do percentual apresentado pela área temática, de 83,76%, apesar disso, quase todas as suas metas foram atendidas. Ao analisar as principais metas prioritárias, pode-se citar como exemplo a meta de viabilização de 300.000 adesões de agricultores ao Garantia Sacra cujo atendimento está acima de 100%, ou seja, ocorreram 320.304 adesões, 6,77% acima do previsto. Outra meta importante atendida foi a da comercialização de 2.456.000t de produtos hortigranjeiros para 2012-2015, sendo comercializados 2.475.523 t no total do período de 2012-2015. Apesar de que em 2015 a previsão era de 696.960 t e foram comercializados 659.884 t de produtos hortigranjeiros, 5,32% abaixo do previsto.

Na área temática de Recursos Hídricos foi autorizado o montante de R\$ 693.779.939,98 e o valor empenhado foi de R\$ 279.980.715,00, ou seja, 40,36% do total autorizado. Seu programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água, que tinha disponível o montante de R\$ 550.302.144,17, empenhou R\$ 256.826.425,52, ou seja, 46,67% do valor autorizado. Apesar da baixa execução orçamentária, algumas metas foram atendidas e outras de forma parcial. Em 2015, a meta de instalação de pequenas sisternas que era de 230 e foram instaladas 520, apresentando um percentual de atendimento de 100% acima do previsto. Contudo, quando se faz a análise com base na previsão do PPA, que é da instalação de 780 pequenas sisternas no período de 2012-2015, tem-se que no período de 2012-2015 foram instaladas 710, bem próximo da meta. Outra meta que merece destaque é a da construção de poços que em 2015 era de 550 e foi atingida acima de 100% com a construção de 1.084 poços. Bem como a do PPA que é de 970 poços e no período de 2012-2015 foram construídos 2.288 poços, ou seja, 135,88% do previsto. Esses dados são apresentados no Tabela 32 com o detalhamento DAS PRINCIPAIS METAS E REALIZAÇÕES EM 2015 mostrado adiante.

Para a área temática de Desenvolvimento Urbano e Integração Regional foi autorizado o montante de R\$ 541.842.480,49 e o valor empenhado foi de R\$ 303.500.131,86, ou seja,



56,01% do total autorizado. Pode se verificar que as metas prioritárias dessa área não foram atendidas em sua plenitude, conforme Tabela 33 com o detalhamento DAS PRINCIPAIS METAS E REALIZAÇÕES EM 2015, mostrado adiante. Para essa área temática pode-se destacar o programa de Desenvolvimento Urbano, que apresentou o montante de recursos executados de R\$ 166.756.839,10, ou seja, um percentual de execução de 72,18%. A principal meta desse programa era a execução de 161 intervenções urbanas em 2015, tendo sido realizadas 67. Cabe ainda ressaltar que no PPA a meta é de 635 intervenções, mas chegou-se apenas a 436, um percentual de 68,66% do previsto. O programa Habitacional que em 2015 tinha uma previsão de 7.000 unidades habitacionais concluiu 3.031, ficando abaixo da meta. Porém quando verifica-se a meta do PPA de 2012-2015 que foi de 10.000 unidades, o realizado ficou de 10.746, atendendo a meta.



TABELA 29 - DA EXECUÇÃO DO EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR COM SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E PRINCIPAIS PROGRAMAS

RS 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2015			
	VALOR AUTORIZADO (RS)	VALOR EMPENHADO (RS)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR	4.866.381.886,83	2.813.476.906,20	57,81%	100,00%
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	2.649.933.709,45	1.583.199.843,86	59,74%	56,27%
TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ	2.488.857.416,55	1.365.157.399,39	54,85%	48,52%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEINFRA E VINCULADAS	97.028.551,23	187.685.266,82	193,43%	6,67%
OUTROS PROGRAMAS	64.047.741,67	30.357.177,65	47,40%	1,08%
DES. AGRÁRIO, AGRIC. E PECUÁRIA	570.029.995,44	477.475.371,34	83,76%	16,97%
ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	217.197.610,12	191.240.806,09	88,05%	6,80%
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	212.231.082,60	162.592.269,62	76,61%	5,78%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SDA E VINCULADAS	112.873.449,28	113.495.051,08	100,55%	4,03%
OUTROS PROGRAMAS	27.727.853,44	10.147.244,55	36,60%	0,36%
AQUICULTURA E PESCA	27.941.338,51	7.996.522,10	28,62%	0,28%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA	16.820.926,12	5.426.721,33	32,26%	0,19%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEAPA	11.120.412,39	2.569.800,77	23,11%	0,09%
RECURSOS HÍDRICOS	693.779.939,98	279.980.715,00	40,36%	9,95%
TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	550.302.144,17	256.826.425,52	46,67%	9,13%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SRH E VINCULADAS	14.090.821,78	11.696.729,31	83,01%	0,42%
OUTROS PROGRAMAS	129.386.974,03	11.457.560,17	8,86%	0,41%
TURISMO	273.603.941,73	98.757.900,24	36,10%	3,51%
CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO "CEARÁ"	268.678.167,73	94.413.957,32	35,14%	3,36%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SETUR	4.925.774,00	4.343.942,92	88,19%	0,15%
DES. URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	541.842.480,49	303.500.131,86	56,01%	10,79%
HABITACIONAL	87.127.491,01	65.762.175,23	75,48%	2,34%
DESENVOLVIMENTO URBANO	166.756.839,10	120.361.484,16	72,18%	4,28%
SANEAMENTO AMBIENTAL	88.949.010,30	38.469.636,68	43,25%	1,37%
OUTROS PROGRAMAS	199.009.140,08	78.906.835,79	39,65%	2,80%
MEIO AMBIENTE	96.083.730,41	50.569.560,56	52,63%	1,80%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CONPAM E VINCULADA	7.327.903,54	34.905.889,97	476,34%	1,24%
GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS	45.453.307,00	11.129.567,89	24,49%	0,40%
OUTROS PROGRAMAS	43.302.519,87	4.534.102,70	10,47%	0,16%
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12.996.279,40	11.863.054,65	91,28%	0,42%
INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO	3.434.805,00	3.206.510,94	93,35%	0,11%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CEDE E VINCULADAS	1.213.495,80	6.608.329,70	544,57%	0,23%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SDE	8.347.978,60	2.048.214,01	24,54%	0,07%
COPA 2014	170.471,42	133.806,59	78,49%	0,00%
PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014	0,00	0,00	0,00%	0,00%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECOPA	170.471,42	133.806,59	78,49%	0,00%

FONTES: SIOF-SEPLAG

Nas Tabelas 30 a 34 constam informações sobre as áreas temáticas e principais programas do Eixo Economia para uma Vida Melhor, evidenciando suas realizações conforme as metas prioritárias estabelecidas para o exercício de 2015 e para o período de 2012-2015 do PPA.



TABELA 30 – DAS PRINCIPAIS METAS DA ÁREA TEMÁTICA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

ÁREA TEMÁTICA - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE				
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2015	REALIZADO 2015	META PPA 2012-2015	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2015
PROGRAMA 003 - TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ				
Atender 506.000 usuários/dia útil, ao final de 2015, na RMF.	175.000	23.000	506.000	89.100
Atender 5.000 usuários/dia útil, ao final de 2015, na frota do Estado do Ceará.	3.000	1.709	5.000	5.759
Promover 2.400 eventos educativos de trânsito (cursos, palestras e seminários).	974	756	2.400	2.660
Transportar 9.452 t/dia de carga de grãos líquidos.	5.379,00	2.167,67	9.452,00	3.248,84
Transportar 115.014 t/dia de carga de grãos sólidos.	10.759,00	11.268,23	115.014,00	7.616,64
Transportar 3.726 TEUS/dia (contêineres por dia).	518,00	481,92	3.726,00	455,23
Pavimentar (Implantar) 602,58 km de rodovias.	162,58	197,35	602,58	676,11
Manter 13 aeroportos regionais/aeródromos.	13	13	13	13

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 a 2016 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

TABELA 31 – DAS PRINCIPAIS METAS DA ÁREA TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA

ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA				
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2015	REALIZADO 2015	META PPA 2012-2015	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2015
PROGRAMA 028 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO				
Beneficiar 130.000 agricultores(as) familiares com sementes e mudas.	130.000	130.996	130.000	130.996
Viabilizar 300.000 adesões de agricultores(as) ao Garantia Safra	340.588	320.304	300.000	320.304
Comercializar 2.456.000 t de produtos hortigranjeiros	696.960	659.884	2.456.000	2.475.523
Vacinar 90% dos rebanhos bovinos e bubalinos contra febre aftosa	90%	94%	90%	94%
Fiscalizar 384.000 transitos de animais e vegetais	96.000	64.913	384.000	302.893
PROGRAMA 029- ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL				
Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição do leite	100.000	121.503	109.997	121.503
Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos.	33.950	237.282	107.730	237.252
Construir 12.000 kits sanitários.	1.811	2.861	12.000	3.792
Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar (Plano Brasil Sem Miséria).	40.000	26.400	40.000	26.400
Atender a 159.356 famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária.	109.331	58.275	159.356	58.275

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 a 2016 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015



TABELA 32 – DAS PRINCIPAIS METAS DA ÁREA TEMÁTICA DE RECURSOS HÍDRICOS

ÁREA TEMÁTICA - RECURSOS HÍDRICOS				
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2015	REALIZADO 2015	META PPA 2012-2015	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2015
PROGRAMA 039 - TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA				
Construir 407 km de adutoras.	89	434	407	967
Instalar 780 pequenas sisternas de abastecimento d'água em todo Estado do Ceará.	230	520	780	710
Construir 970 poços em todo o Estado do Ceará.	550	1.084	970	2.288
PROGRAMA 040 - ACUMULAÇÃO HÍDRICA				
Construir 12 barragens aumentando a acumulação hídrica do Estado em 256 milhões de m³.	4	0	12	5

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 a 2016 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

TABELA 33 – DAS PRINCIPAIS METAS DA ÁREA TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL				
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2015	REALIZADO 2015	META PPA 2012-2015	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2015
PROGRAMA 031 - DESENVOLVIMENTO URBANO				
Executar 635 intervenções urbanas.	161	67	635	436
PROGRAMA 032 - SANEAMENTO AMBIENTAL				
Executar 163.199 ligações domiciliares de esgoto.	14.628	24.331	163.199	110.693
PROGRAMA 033 - HABITACIONAL				
Beneficiar 10.000 famílias com unidades habitacionais.	7.000	3.031	10.000	10.746
PROGRAMA 091 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES				
Beneficiar 100 municípios com projetos de melhoria da gestão.	30	44	100	121

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 a 2016 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

TABELA 34 – DAS PRINCIPAIS METAS DA ÁREA TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2015	REALIZADO 2015	META PPA 2012-2015	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2015
PROGRAMA 078 - INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO				
Implantar 105 empreendimentos de médio e grande porte	34	20	105	108

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 a 2016 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015

EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

O Eixo Governo Participativo, Ético e Competente apresentou o maior percentual de

execução orçamentária em relação aos demais Eixos, atingindo um percentual de 94,74%, conforme apresentado no Tabela 35. Esse Eixo tem como áreas temáticas principais a de Planejamento e Gestão e da Gestão Fiscal, que juntas correspondem a quase totalidade dos recursos, um percentual de 61,10%. Devido o elevado nível de execução desse Eixo, quase todas as metas dos programas foram atendidas, conforme apresentado nas Tabelas 36 e 37 com o detalhamento DAS PRINCIPAIS METAS E REALIZAÇÕES EM 2015 mostrado adiante.

Nesse Eixo pode-se destacar a área temática de Planejamento e Gestão, para a qual foi autorizado o montante de R\$ 3.068.624.819,93, e cujo valor empenhado foi de R\$ 2.934.994.692,97, ou seja, 95,65% do total autorizado. O seu principal programa é a Gestão da Previdência Estadual que empenhou R\$ 2.706.063.331,38 e tem como meta prioritária agilizar a concessão das aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais e a gestão eficaz dos recursos.

Na área temática de Gestão Fiscal foi autorizado o montante de R\$ 655.401.150,00 e o valor empenhado foi de R\$ 591.944.786,97, o que equivale a 90,32% do valor autorizado. Para essa área pode-se destacar o programa de Modernização da Gestão Fiscal que aplicou recursos no montante de R\$ 21.962.947,53 visando à melhoria da eficiência e à transparência da gestão fiscal com o intuito de ampliar a arrecadação do Estado e melhorar o controle do gasto público.

Na área temática Governo e Sociedade foi autorizado o montante de R\$ 435.348.456,34, porém o valor empenhado foi de R\$ 371.061.966,85, ou seja, 85,23% do total autorizado. A execução de seus programas é coordenada pelo GABGOV, em conjunto com a Secretaria de Educação - SEDUC, a Secretaria da Cultura - SECULT, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, a Secretaria dos Esportes - SESPORTE e a Secretaria de Segurança e Defesa Social - SSPDS. Essa área possui programas voltados para a juventude, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, promoção da igualdade racial, proteção e promoção dos direitos humanos e a prevenção integral ao uso de drogas e à dependência química.

Dentre os diversos programas dessa área temática, destaca-se a Promoção da Juventude, que executou recursos no montante de R\$ 39.648.250,25 e atendeu jovens na faixa de quinze a vinte nove anos. As metas prioritárias desse programa foram atendidas parcialmente. A



título de exemplo, o programa executado pela STDS de inserir jovens no mercado de trabalho verificou-se que a meta de 2015 era de 5.719 jovens no mercado de trabalho e que atingiu apenas 3.927 jovens e que a meta do PPA 2012-2015 era de 28.150 e foram contemplados 26.705 jovens. Outro programa importante executado pela STDS é o de qualificar e requalificar jovens trabalhadores onde a previsão para 2015 era de 19.320 jovens e foram qualificados somente 8.971 jovens, qualificando apenas em percentual próximo a 50% da meta. Já na SECULT, foram concedidas 102 bolsas para agentes de leitura, o que ficou 64,83% abaixo da quantidade prevista, que era de 290. Adicionalmente, na SEDUC, o atendimento do programa E-Jovem foi previsto 67 municípios atendidos e foi realizado 77 atendimentos em 2015, ficando acima da meta em 14,93%. Contudo, quando analisa-se a meta do PPA 2012-2015 de 184, verifica-se que foi realizada em 182 municípios atendidos. A seguir será apresentado na Tabela 37 as principais metas detalhadas.



TABELA 35 - DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS DO EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

RS 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2015			
	VALOR AUTORIZADO (RS)	VALOR EMPENHADO (RS)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	6.093.039.386,46	5.772.316.159,11	94,74%	100,00%
PLANEJAMENTO E GESTÃO	3.068.624.819,93	2.934.994.692,97	95,65%	50,85%
GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL	2.805.417.755,05	2.706.063.331,38	96,46%	46,88%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEPLAG E VINCULADAS	122.470.654,97	117.077.319,25	95,60%	2,03%
OUTROS PROGRAMAS	140.736.409,91	111.854.042,34	79,48%	1,94%
GESTÃO FISCAL	655.401.150,00	591.944.786,97	90,32%	10,25%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEFAZ E VINCULADA	552.203.788,56	542.289.328,66	98,20%	9,39%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	53.222.239,00	21.962.947,53	41,27%	0,38%
OUTROS PROGRAMAS	49.975.122,44	27.692.510,78	55,41%	0,48%
CONTROLADORIA E OUVIDORIA	19.412.784,48	15.988.631,15	82,36%	0,28%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGE	14.756.173,13	13.580.891,25	92,04%	0,24%
OUTROS PROGRAMAS	4.656.611,35	2.407.739,90	51,71%	0,04%
CORREIÇÃO E DISCIPLINA	8.325.461,90	7.483.927,34	89,89%	0,13%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGD	8.225.743,90	7.414.111,25	90,13%	0,13%
CONTROLE DISCIPLINAR DA SEGURANÇA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	99.718,00	69.816,09	70,01%	0,00%
GOVERNO E SOCIEDADE	435.348.456,34	371.061.966,85	85,23%	6,43%
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	123.834.583,46	115.451.081,42	93,23%	2,00%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DIVERSOS ÓRGÃOS	144.085.738,23	130.509.375,57	90,58%	2,26%
PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	58.279.599,67	39.648.250,25	68,03%	0,69%
OUTROS PROGRAMAS	109.148.534,98	85.453.259,61	78,29%	1,48%
JUDICIÁRIO	991.182.194,79	980.095.206,32	98,88%	16,98%
AÇÃO JUDICIÁRIA	17.261.700,59	16.149.578,25	93,56%	0,28%
SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA AOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM RAZÃO DE SUA ATIVIDADE JURISDICIONAL	4.543.325,00	778,00	0,02%	0,00%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E VINCULADA	969.377.169,20	963.944.850,07	99,44%	16,70%
LEGISLATIVO E CONTROLE EXTERNO	564.875.451,02	546.800.048,53	96,80%	9,47%
AÇÃO LEGISLATIVA E CONTROLE EXTERNO	766.799,63	643.246,78	83,89%	0,01%
AÇÃO PARLAMENTAR	78.386.237,57	74.748.571,35	95,36%	1,29%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TCE, TCM E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	485.722.413,82	471.408.230,40	97,05%	8,17%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	349.869.068,00	323.946.898,98	92,59%	5,61%
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DA DEMOCRACIA E DOS INTERESSES SOCIAIS	2.962.615,00	1.805.377,13	60,94%	0,03%
DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	11.712.996,00	1.321.980,75	11,29%	0,02%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PGJ E VINCULADAS	335.193.457,00	320.819.541,10	95,71%	5,56%

FONTE: SIOF-SEPLAG

Nas Tabelas 36 e 37 constam informações sobre as áreas temáticas e principais programas do Eixo Governo Participativo, Ético e Competente, evidenciando suas realizações conforme as metas prioritárias estabelecidas para o exercício de 2015.



TABELA 36 – DAS PRINCIPAIS METAS DA ÁREA TEMÁTICA DE GESTÃO FISCAL

ÁREA TEMÁTICA - GESTÃO FISCAL				
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2015	REALIZADO 2015	META PPA 2012-2015	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2015
PROGRAMA 009 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL				
Realizar 90% das inscrições de cadastro de contribuintes em até 72 horas.	90%	90%	90%	90%
Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2013 a 2016 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015				

TABELA 37 – DAS PRINCIPAIS METAS DA ÁREA TEMÁTICA DE GOVERNO E SOCIEDADE

ÁREA TEMÁTICA - GOVERNO E SOCIEDADE				
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2015	REALIZADO 2015	META PPA 2012-2015	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2015
PROGRAMA 021 - PROMOÇÃO DA JUVENTUDE				
SEDUC - Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014.	67	77	184	182
SECULT - Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e dez articuladores em 41 municípios de alto.	290	102	290	836
STDS - Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores.	19.320	8.971	80.480	48.485
STDS - Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho.	5.719	3.927	28.150	26.705
PROGRAMA 035 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APÓIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS				
Criar, produzir e veicular 120 campanhas/ações publicitárias.	30	33	120	141
Realizar 2.400 eventos governamentais	450	631	2.400	1.973
Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2013 a 2016 e Avaliação do Plano Plurianual 2012/2015				

4. DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente capítulo compreende uma análise da execução orçamentária do Estado, com base nos dados extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR), por meio da ferramenta Serviço Modular da Administração dos Recursos do Tesouro (SMART), disponibilizado pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Cumpre destacar que os números apresentados nas análises têm seus valores representados nominalmente, sem considerar os efeitos da inflação.

4.1. Do Resultado Orçamentário

A Tabela 38 abaixo demonstra as informações orçamentárias consolidadas, extraídas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do ano de 2015. No montante apresentado pela Receita Orçamentária foram excluídos os valores referentes as Receitas Intraorçamentárias. Na Despesa Orçamentária foram extraídos os valores referentes as Empresas que não fazem parte do orçamento (ADECE, CAGECE, CEARÁ PORTOS, CEGÁS, COGERH, CEASA, EMAZP E METROFOR) e da modalidade 91 (aplicações diretas entre orçamentos).

TABELA 38 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA DO ESTADO DO CEARÁ, 2015

(R\$ 1.000,00)

DESCRIÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA ARRECADADA	Variação (%)
RECEITAS CORRENTES	19.559.696	18.438.260	- 5,73%
RECEITAS DE CAPITAL	4.307.267	1.929.202	-55,21%
TOTAL DAS RECEITAS	23.866.963	20.367.462	-14,66%
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	Variação (%)
DESPESA CORRENTE	18.328.224	17.303.571	- 5,59%
DESPESA DE CAPITAL	5.782.657	3.219.794	-44,32%
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	19.144	0	-100,00%
TOTAL DAS DESPESAS	24.130.026	20.523.365	-14,95%
Déficit\Superávit Corrente	1.231.472	1.134.689	
Déficit\Superávit de Capital	- 1.475.391	- 1.290.592	
Déficit\Superávit	- 263.063	- 155.903	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

O Resultado Orçamentário de 2015 foi um déficit de R\$ 155.903 mil, devido à Receita Arrecadada ter sido inferior à Despesa Empenhada. Esse resultado decorreu do elevado déficit

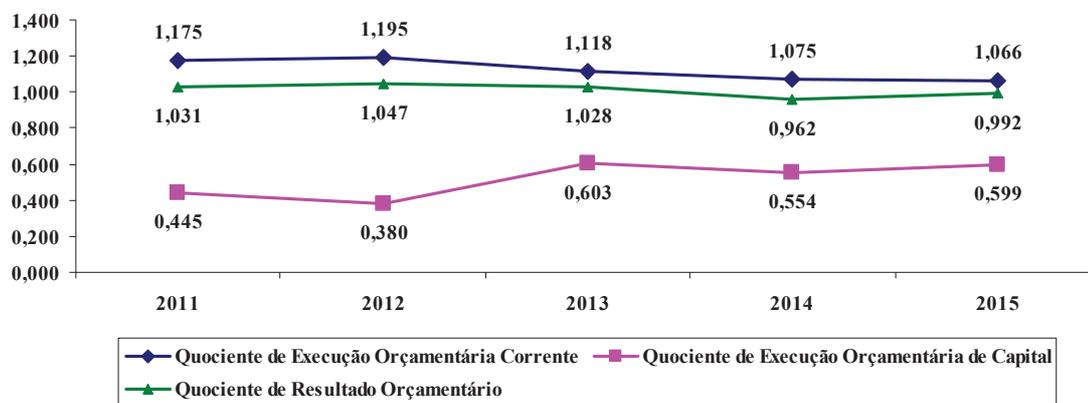
de capital de R\$ 1.290.592 mil, que acabou não sendo coberto pelo superávit corrente de R\$ 1.134.689 mil.

Observou-se, também, que houve reduzida diferença entre Receita Corrente Prevista Atualizada e Receita Corrente Arrecadada (5,73%), enquanto houve grande descompasso (55%) entre a Receita de Capital Prevista e a Arrecadada. Essa diferença entre a Receita de Capital orçada e a executada foi determinante para o déficit de capital, que, com a previsão prejudicada, terminou empenhando R\$ 3.219.794 (mil) de Despesa de Capital contra apenas R\$ 1.929.202 (mil) de Receita de Capital.

4.1.1. Da Análise dos Indicadores da Execução Orçamentária

O gráfico 9 abaixo informa a evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário, Execução Orçamentária Corrente e Execução Orçamentária de Capital, durante o período 2011-2015. Os quocientes são extraídos pelo cálculo da receita dividido pela despesa, caso o resultado seja acima de um, esse é superavitário, se não, deficitário.

GRÁFICO 9 - DOS QUOCIENTES ORÇAMENTÁRIOS



Fonte: S2GPR-SEFAZ

O gráfico 9 indica que, entre os anos de 2011 e 2013, o Quociente de Resultado Orçamentário se manteve superavitário, coincidindo com os períodos de maiores superávits indicados no Quociente de Execução Orçamentária Corrente, enquanto apresentavam-se déficits indicados no Quociente de Execução Orçamentária de Capital.

No período de 2014 e 2015 houve uma mudança na tendência dos indicadores, passando a apresentar déficit de Resultado Orçamentário, explicado pela redução do superávit de

Execução Orçamentária Corrente, com a manutenção de elevado déficit de Execução Orçamentária de Capital.

Pode-se observar que durante todo o período o déficit do orçamento de capital vem sendo coberto pelo orçamento corrente, que possui um volume bem superior de recursos envolvidos. No momento que o orçamento corrente reduz seu superávit, o Resultado Orçamentário passa a ter déficit, pois o superávit do orçamento corrente passa a não ser suficiente para cobrir o déficit do orçamento de capital.

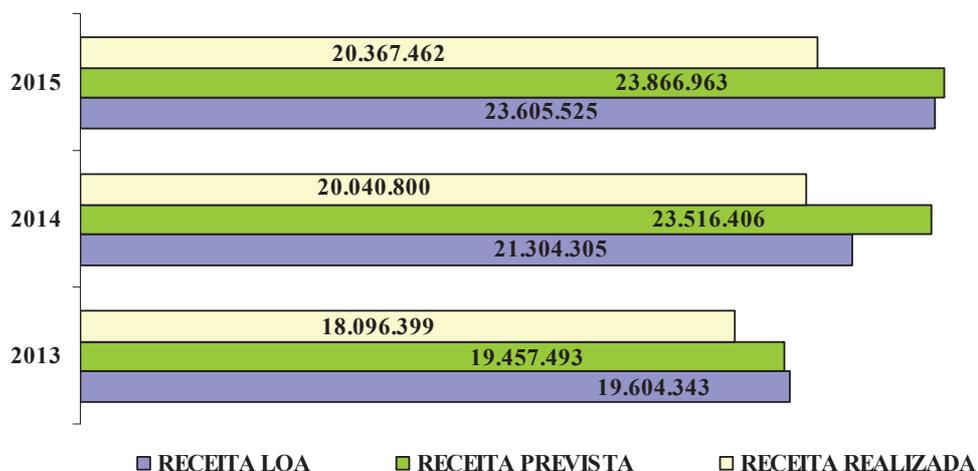
Um orçamento equilibrado deve conter o mínimo possível de diferença entre Receita Arrecadada e Despesa Executada, reduzindo então o risco de descontrole das contas públicas e prejuízo às ações estatais. No gráfico 9 apresentado, pode-se observar que o déficit no orçamento de capital vem puxando o Resultado Orçamentário para baixo durante todo o período.

4.2 Das Receitas

4.2.1 Das Variações do Orçamento da Receita

O Gráfico 10 e a Tabela 39 informam, nos últimos três anos, o comportamento, em números absolutos, da Receita Prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), Receita Prevista Atualizada e Receita Executada.

GRÁFICO 10 - DAS VARIAÇÕES DO ORÇAMENTO DA RECEITA



Fonte: S2GPR-SEFAZ

TABELA 39 – DA VARIAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

(R\$ 1.000,00)

ANO	2013	2014	2015
RECEITA LOA	19.604.343	21.304.305	23.605.525
RECEITA PREVISTA	19.457.493	23.516.406	23.866.963
RECEITA REALIZADA	18.096.399	20.040.800	20.367.462
VARIAÇÃO (Receita Realizada, Receita Prevista)	7,00%	14,78%	14,66%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Analisando o Gráfico 10 e a Tabela 39 observa-se que durante todo o período houve menos Receita Executada que Prevista. Esse *gap*, com uma previsão muito acima do realizado, pode gerar um aumento não planejado das despesas, levando a um déficit orçamentário ou uma dificuldade de contenção de despesas, prejudicando, anualmente, áreas de atuação do governo mais sensíveis a cortes.

Pode-se notar que a diferença entre a previsão inicial e a execução da receita vem aumentando de 2013 para cá, o que pode ser explicado por uma falha durante o processo de previsão das receitas, e/ou dificuldades administrativas na arrecadação do previsto.

Nos anos de 2014 e 2015, observa-se também que existe um aumento da Receita Prevista Atualizada em relação à Receita Prevista na LOA. Apesar desse aumento de previsão, nesses dois anos a Receita Executada termina menor que a Receita Prevista na LOA.

Para entender melhor essa diferença entre as receitas previstas e realizadas, é importante analisar as fontes de receita do Estado, como segue Tabela 40, abaixo.

TABELA 40 - DAS FONTES DE RECURSOS

(R\$ 1.000,00)

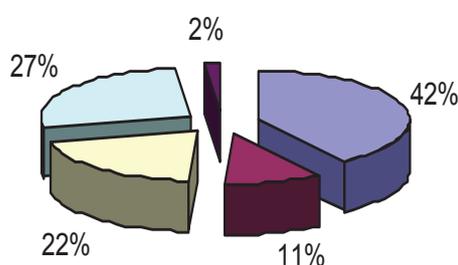
Fonte de Recursos - 2015	Previsto	Realizado
Especiais	12.007	93.788
Outras Fontes	6.025.223	3.247.241
Tesouro	17.829.733	17.026.433
Total Geral	23.866.963	20.367.462

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Uma análise sobre as Fontes de Recursos do Estado do Ceará nos mostra que a fonte de recurso “Outras Fontes” concentra a maior parcela da frustração de Receita Prevista em 2015, enquanto os recursos do Tesouro apresentam pouca variação em relação ao previsto, tendo os recursos Especiais pouco influenciado o resultado geral.

Diante da grande diferença entre a receita prevista e realizada na fonte de recursos “Outras Fontes”, é importante abrir mais esse item, conforme o Gráfico 11 e Tabela 41 a seguir, que apresentam o percentual de participação de fontes específicas no total de frustração dessa receita.

GRÁFICO 11 - DA DIFERENÇA DE RECEITA (PREVISTA-REALIZADO) DE OUTRAS FONTES



■ Transferências de Convênios ■ Receita Intergovernamentais □ Operações de Crédito Externas
□ Operações de Crédito Internas ■ Outros

Fonte: S2GPR-SEFAZ

TABELA 41 - DOS RECURSOS DE OUTRAS FONTES

(R\$ 1.000,00)

Recurso Outras Fontes	Diferença de Receita (Previsto-Realizado)	% Total
Transferências de Convênios	1.158.137	42%
Receita Intergovernamentais	306.027	11%
Operações de Crédito Externas	601.278	22%
Operações de Crédito Internas	758.549	27%
Outros	- 46.009	-2%
Total	2.777.983	100%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Conforme pode-se observar, a maior parte da frustração de receita da fonte “Outras Fontes” advém do baixo recebimento de recursos de Transferências de Convênios (42%), seguido de Operações de Crédito Internas e Operações de Crédito Externas.

Para os anos seguintes, é necessário melhorar nossa articulação junto à União para melhorar o recebimento dos recursos previstos para Transferências de Convênios e, se for o caso, revisar os processos previsão dessa fonte de receita.

As operações de crédito devem, para os anos seguintes, serem objeto de melhor articulação e previsão de receita também.

4.2.2 Da Categoria e Origem das Receitas Orçamentárias

A seguir analisar-se a previsão e execução das Origens de Receita do Estado do Ceará, apresentando tabela com os respectivos percentuais e valores absolutos.

TABELA 42 - DAS RECEITAS POR CATEGORIA E ORIGEM

(R\$ 1.000,00)

CATEGORIA/ORIGEM	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO	COMPOSIÇÃO DO TOTAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	19.559.696	18.438.260	94,27%	90,53%
Receita Tributária	10.908.431	10.225.176	93,74%	50,20%
Receita de Contribuições	510.891	530.986	103,93%	2,61%
Receita Patrimonial	255.379	377.498	147,82%	1,85%
Receita de Serviços	72.699	60.337	83,00%	0,30%
Transferências Correntes	7.240.186	6.677.266	92,23%	32,78%
Outras Receitas Correntes	572.110	566.996	99,11%	2,78%
RECEITAS DE CAPITAL	4.307.267	1.929.202	44,79%	9,47%
Operações de Crédito	2.872.691	1.539.757	53,60%	7,56%
Alienação de Bens	1.219	4.337	355,91%	0,02%
Transferências de Capital	1.430.012	373.862	26,14%	1,84%
Outras Receitas de Capital	3.345	11.247	336,21%	0,06%
Amortização de Empréstimos			0,00%	0,00%
TOTAL GERAL	23.866.963	20.367.462	85,34%	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 42 demonstra que a Receita Corrente é a principal fonte de recursos do Estado, correspondendo a 90,53% do total da receita realizada no ano de 2015. As Receitas Correntes Tributária e Transferências Correntes são as origens de receita que mais participam do total das receitas do ano, com respectivos 50,20% e 32,78% da receita realizada anual.

Em relação às Receitas Correntes, no geral, houve uma boa arrecadação do valor previsto

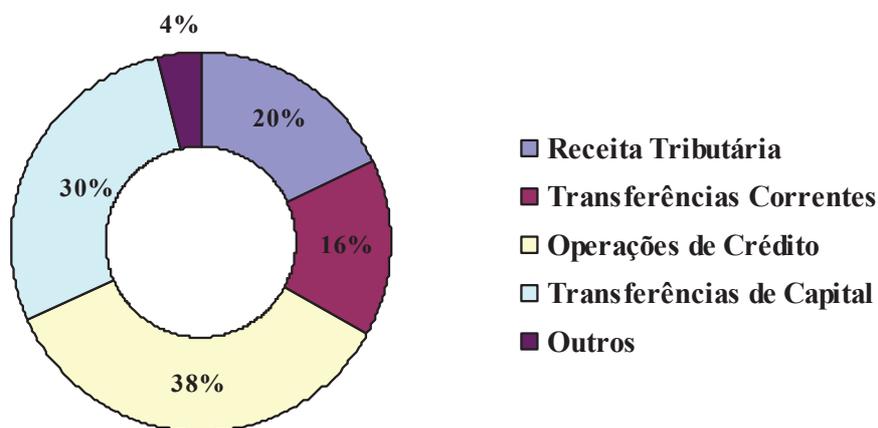
no ano, terminando em 94,27% o percentual de receita realizada em relação à prevista. Essa informação é de extrema importância devido ao peso desse tipo de receita e o volume de despesa corrente que depende desses recursos, devendo ter atenção para que não haja variações negativas nos anos que seguem.

A Receita de Capital chegou perto de participar com 10% da Receita, sendo as receitas de operações de crédito e transferência de capital as que mais participaram do total da receita realizada do ano.

Em relação às Receitas de Capital, em geral, houve uma baixa realização da receita prevista, ficando em torno de 44,79%, o que, apesar do aparente baixo peso desse tipo de receita sobre o total de receitas do ano, acabou por trazer conseqüências negativas para o orçamento como um todo.

A seguir temos Gráfico 12 e a Tabela 43 com percentual de participação das origens de receita na frustração de receita de R\$ 3.499.501 (mil), relativos à diferença entre a Receita Prevista e Receita Executada do ano de 2015.

GRÁFICO 12 - DA DIFERENÇA DE RECEITA (PREVISTA-REALIZADA)



Fonte: S2GPR-SEFAZ

TABELA 43 - DAS ORIGENS DA RECEITA

(R\$ 1.000,00)

Origem de Receita	Valor	% Total
Receita Tributária	683.255	20%
Transferências Correntes	562.920	16%
Operações de Crédito	1.332.934	38%
Transferências de Capital	1.056.150	30%
Outros	-135.759	-4%
Total	3.499.501	100%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Acima, pode-se observar que 68% da frustração de receita de 2015 são atribuídos às receitas de capital, concentrados principalmente nas Receitas de Operações de Crédito (38%) e Transferências de Capital (30%).

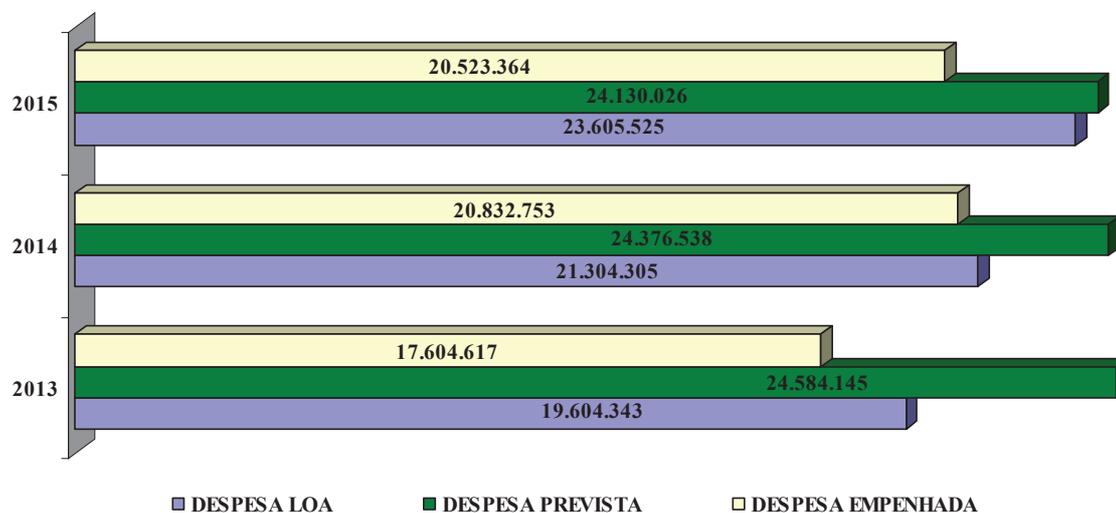
Apesar da receita corrente corresponder a 90,53% da execução de receita do ano de 2015, apenas 32% do total de R\$ 3.499.501 (mil) de frustração de receita são atribuídos a essa categoria de receita, sendo importante observar, para maior atenção nos anos seguintes, as receitas tributárias e transferências correntes, que terminaram por participar com respectivamente 20% e 16% desse total de frustração de receita.

4.3 Das Despesas

4.3.1 Das Variações do Orçamento de Despesa

O Gráfico 13 e Tabela 44 abaixo informam, nos últimos três anos, o comportamento, em números absolutos, da Despesa Prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), Despesa Prevista Atualizada e Despesa Empenhada.

GRÁFICO 13 - DAS VARIAÇÕES DO ORÇAMENTO DA DESPESA



Fonte: S2GPR-SEFAZ

TABELA 44 - DAS DESPESAS PREVISTAS X EMPENHADAS

ANO	2013	2014	2015
DESPEZA LOA	19.604.343	21.304.305	23.605.525
DESPEZA PREVISTA	24.584.145	24.376.538	24.130.026
DESPEZA EMPENHADA	17.604.617	20.832.753	20.523.364
VARIAÇÃO (Despesa Realizada, Despesa Prevista)	28,39%	14,54%	14,95%

(R\$ 1.000,00)

Fonte: S2GPR-SEFAZ

No Gráfico 13 e na Tabela 44, pode-se notar grande descompasso entre a despesa prevista e a empenhada. A variação entre a despesa prevista atualizada e despesa empenhada de 2014 e 2015 ficou em torno de 14% negativos, redução essa necessária devido à redução de receita executada em relação à prevista.

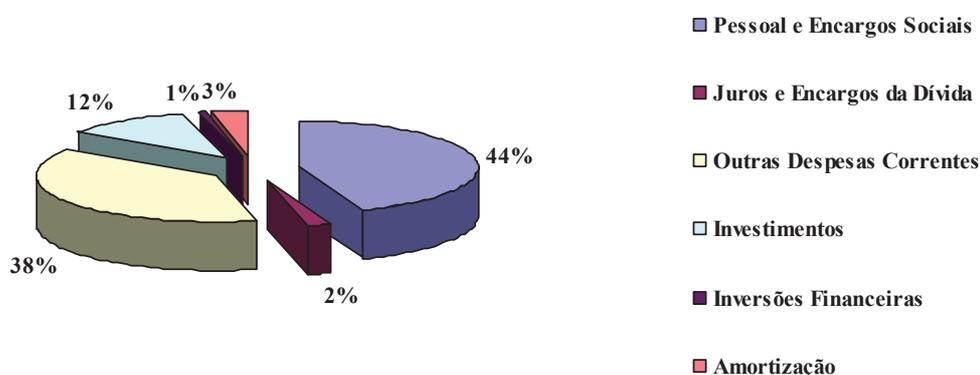
Esse *gap* entre a previsão e o empenho das despesas ocasiona grandes problemas para a administração pública, que acaba por realizar contingenciamentos em várias despesas essenciais, sendo, normalmente, efetuados cortes em áreas de menos apelo político, mas que ocasionam grandes prejuízos à sociedade.

Pode-se notar também que, em todo o período analisado, existe um aumento da despesa prevista em relação à despesa fixada na LOA, seguida então por uma redução na despesa de fato empenhada. Comportamento esse que deve ser observado nos próximos anos para que não se repita

4.3.2 Da Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas

O Gráfico 14 e a Tabela 45 a seguir mostram o detalhamento da despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas, comparando o percentual empenhado em relação ao autorizado, bem como a composição do valor empenhado.

GRÁFICO 14 - DA PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS NA DESPESA ORÇAMENTÁRIA



Fonte: S2GPR-SEFAZ

TABELA 45 – PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS NA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

CATEGORIA/GRUPO	AUTORIZADO (A)	EMPENHADO (B)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (B/A)	(R\$ 1.000,00)
				PARTICIPAÇÃO EM PERCENTUAL
DESPESAS CORRENTES	18.328.224	17.303.571	94,41%	84,31%
Pessoal e Encargos Sociais	9.352.949	9.091.777	97,21%	44,30%
Juros e Encargos da Dívida	419.048	414.556	98,93%	2,02%
Outras Despesas Correntes	8.556.228	7.797.238	91,13%	37,99%
DESPESAS DE CAPITAL	5.782.657	3.219.794	55,68%	15,69%
Investimentos	4.941.429	2.411.096	48,79%	11,75%
Inversões Financeiras	146.854	119.346	81,27%	0,58%
Amortização	694.374	689.352	99,28%	3,36%
RESERVA DE CONTIGÊNCIAS	19.144	0	0,00%	0,00%
Reserva de Contingências	19.144	0	0,00%	0,00%
TOTAL GERAL	24.130.026	20.523.365	85,05%	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Analisando a Tabela 45 pode-se constatar que na média, a categoria Despesas Correntes obteve um nível de empenho das Despesas Previstas bem acima de 90%, participando com 84,31% do total das Despesas Empenhadas, o que significa que pouco sofreu com os cortes de despesa realizados durante o ano e concentrou a grande maioria dos recursos despendidos.

O grupo da natureza de despesas Pessoal e Encargos Sociais concentrou a maior parte das despesas no ano, representando 44,30% das despesas totais, tendo 97,21% de despesa empenhada em relação ao seu previsto.

As Despesas de Capital, que durante a previsão das despesas, tinham uma participação de 24% do orçamento de despesas, passaram a representar, após os cortes, apenas 15,69% na fase de execução, o que significa uma diferença negativa de 55,68% entre sua Despesa Prevista e Despesa Empenhada.

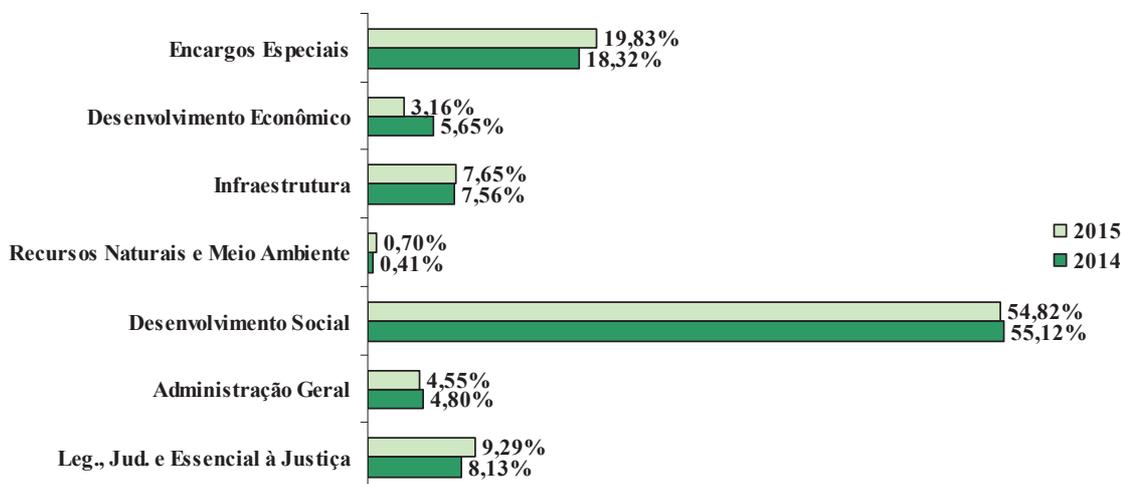
As Despesas Correntes normalmente são mais fixas no curto prazo, enquanto as Despesas de Capital são mais voláteis e com maior margem legal para cortes. Além disso, os cortes também podem revelar o intuito do governo de reduzir o nível de investimentos do Estado com a intenção de frear o aumento das despesas não só no ano corrente, mas também nos anos seguintes, já que algumas despesas de capital podem carregar despesas fixas de manutenção para os próximos anos.

O grande problema de cortar Despesas de Capital é a descontinuidade de obras em andamento, que, com a paralisação, acabam desperdiçando recursos com deterioração dos materiais em obra, alugueis e outras despesas necessárias para a segurança da obra.

É necessário que os cortes, caso continuem ocorrendo nas Despesas de Capital, sejam muito bem avaliadas para evitar os enormes custos de descontinuidade de obras e os riscos que envolvem a não execução de alguma obra essencial.

A seguir, o Gráfico 15 apresenta a composição das Despesas Empenhadas e uma comparação percentual entre os gastos empenhados nos exercícios de 2014 e 2015.

GRÁFICO 15 - DO COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO, ANO 2014 E 2015



Fonte: S2GPR-SEFAZ

No gráfico 15 pode-se observar que as despesas de Pessoal e Encargos Sociais tiveram um aumento de despesa de 5% entre 2014 e 2015, enquanto as despesas de Investimentos tiveram uma redução no mesmo percentual entre os anos.

Essa redução das despesas de capital com aumento das despesas correntes, entre os anos de 2014 e 2015, é um forte indicativo que o Estado está preferindo aumentar sua despesa com mão de obra em relação a máquinas, equipamentos e imóveis, decisão essa que deve ser bem ponderada, no sentido de equilibrar a necessidade de atualização das instalações físicas, que podem, em curto prazo, aumentar a produtividade dos servidores. Em muitos casos, o aumento do quadro de pessoal não ocasiona aumento da produção no setor público.

Esse aumento das despesas de Pessoal e Encargos Sociais pode, caso tenha aumentado devido a contratação de servidores efetivos, causar um maior engessamento do orçamento, reduzindo nos próximos anos os gastos nos outros grupos de despesa, além de que, anualmente, com os aumentos de salários, acabar aumentando a necessidade de recursos para Despesas Correntes, reduzindo ainda mais o orçamento para Despesas de Capital.

A variação de despesa nos outros Grupos de Despesa em relação a 2014 pouco influenciou no orçamento do ano, merecendo apenas um pequeno destaque o aumento das despesas no Grupos Amortização e Juros e Encargos da Dívida, revelando um aumento no endividamento e pagamento de juros do Governo do Estado.

4.3.3. Da Despesa por Função

A Tabela 46 seguinte mostram a análise da execução da despesa do exercício de 2015, de acordo com as funções de governo, classificadas conforme a Portaria n° 42/1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e agrupadas de acordo com a área de atuação.

TABELA 46 – DAS DESPESAS POR FUNÇÃO EMPENHADAS

(RS 1.000,00)

GRUPO DE FUNÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	PERCENTUAL EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EMPENHADO
Legislativa, Judiciária e Essencial à Justiça	1.963.308	1.906.135	97,09%	9,29%
Legislativa	559.327	543.000	97,08%	2,65%
Judiciária	991.071	979.986	98,88%	4,77%
Essencial à Justiça	412.910	383.149	92,79%	1,87%
Administração Geral	1.053.610	934.339	88,68%	4,55%
Desenvolvimento Social	12.612.321	11.250.431	89,20%	54,82%
Segurança Pública	1.883.060	1.812.211	96,24%	8,83%
Assistência Social	230.255	192.603	83,65%	0,94%
Previdência Social	2.811.083	2.709.973	96,40%	13,20%
Saúde	3.053.032	2.815.545	92,22%	13,72%
Educação	2.881.244	2.582.753	89,64%	12,58%
Cultura	84.553	63.737	75,38%	0,31%
Direitos da Cidadania	520.954	436.008	83,69%	2,12%
Urbanismo	301.221	214.462	71,20%	1,04%
Habitação Saneamento	92.393	69.672	75,41%	0,34%
Organização Agrária	22.861	9.258	40,50%	0,05%
Saneamento	617.699	266.616	43,16%	1,30%
Desporto e Lazer	113.966	77.594	68,08%	0,38%
Recursos Naturais e Meio Ambiente	340.455	144.211	42,36%	0,70%
Gestão Ambiental	340.455	144.211	42,36%	0,70%
Infraestrutura	2.780.095	1.569.628	56,46%	7,65%
Comunicação	18.304	17.874	97,65%	0,09%
Energia	5.190	5.114	98,53%	0,02%
Transporte	2.756.601	1.546.640	56,11%	7,54%
Desenvolvimento Econômico	1.095.993	648.604	59,18%	3,16%
Trabalho	87.891	58.984	67,11%	0,29%
Ciência e Tecnologia	272.608	42.364	15,54%	0,21%
Agricultura	574.561	475.668	82,79%	2,32%
Indústria	10.218	9.380	91,80%	0,05%
Comércio e Serviços	150.715	62.207	41,27%	0,30%
Subtotal	19.845.782	16.453.347	82,91%	80,17%
Encargos Especiais	4.284.244	4.070.018	95,00%	19,83%
TOTAL GERAL	24.130.026	20.523.365	85,05%	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Com quase 90% de execução de despesa em relação ao previsto, a função Desenvolvimento Social participou com 54,82% do total do orçamento de despesa do ano de 2015.

Nessa mesma função estão relacionadas despesas com maior impacto sobre o orçamento, que são segurança pública, saúde, educação e previdência social, que tiveram uma redução no empenho de no máximo 11% em relação ao previsto.

É importante destacar as despesas que tiveram menor empenho em relação ao seu previsto, pois essas são exatamente as mais prejudicadas com os cortes, que são as de Ciência e Tecnologia (15,54%), Organização Agrária (40,50%), Saneamento (43,16%) e Gestão Ambiental (42,36%).

É necessário destacar também a despesa de Transporte que inicialmente estava orçada em R\$ 2.756.601 (mil) e terminou com um empenho de apenas R\$ 1.546.640 (mil), sendo a despesa que teve o maior corte em termos absolutos (R\$ 1.209.961 (mil)).

A informação das despesas com maior corte é de grande importância, pois essas se tornam as áreas de atuação mais prejudicadas no ano e que, caso desfavorecidas novamente em 2016, certamente poderão trazer graves conseqüências à população.

Pode-se também observar que, entre os anos de 2014 e 2015, as despesas empenhadas por áreas de atuação não apresentaram modificações relevantes com relação ao total de despesa empenhada.

5. DA GESTÃO FISCAL

O objetivo deste capítulo é apresentar o desempenho da Gestão Fiscal do Estado mediante a verificação do alcance das metas e cumprimento dos limites estabelecidos na legislação, verificar a fidedignidade das informações integrantes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, bem como a conformidade da sua elaboração com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 553, de 22 de setembro de 2014, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que aprovou a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais.

5.1. Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal

O art. 52 da LRF determina que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, sendo publicado pelo Poder Executivo até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, conforme determina a Constituição Federal, em seu § 3º do art. 165, sendo composto de duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são: o Balanço Orçamentário, cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas, e o Demonstrativo de Execução das Receitas (por categoria econômica e fonte) e das despesas (por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção).

O art. 54 da LRF define que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu art. 20, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, abrangendo todas as variáveis imprescindíveis à consecução das metas fiscais e à observância dos limites fixados para despesas e dívida. O § 2º do art. 55 estabelece que o relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

As informações deste capítulo estão baseadas nos demonstrativos do RREO e RGF publicados no Diário Oficial do Estado (DOE) do dia 29 de janeiro de 2016 e posteriores alterações efetuadas no S2GPR e refletidas nas Demonstrações Contábeis de 2015.

5.2. Dos Gastos com Saúde

O art. 198 da Constituição Federal, § 2º, alterado pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13/9/2000, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação

de percentuais calculados, no caso dos Estados e do Distrito Federal, sobre o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, a e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

O § 3º do art. 198 determinou que Lei Complementar estabeleceria os percentuais a serem aplicados e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com a área da Saúde. Nesse sentido, foi publicada a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

O Art. 6º da Lei Complementar nº 141 estabelece que os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

A Tabela 47 apresenta os dados sobre os gastos com Saúde em 2015:

TABELA 47 - DOS GASTOS COM SAÚDE/RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ANO 2015	%
I. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)	14.403.056.710	100,00%
(+) Impostos	11.270.562.830	78,25%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos dos Impostos	76.079.132	0,53%
(+) Dívida Ativa dos Impostos	63.605.488	0,44%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	10.810.728	0,08%
(+) Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	5.674.824.499	39,40%
(-) Transferências a Municípios	(2.692.825.967)	-18,70%
II. DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE (II=II.1 + II.2)	2.053.017.589	100,00%
II.1 Despesas Total por Subfunção	2.774.272.997	135,13%
. Atenção Básica	53.803.619	2,62%
. Assistência Hospitalar e Ambiental	1.658.996.869	80,81%
. Suporte Profilático e Terapêutico	115.683.098	5,63%
. Vigilância Sanitária	26.927.724	1,31%
. Vigilância Epidemiológica	27.746.364	1,35%
. Outras Subfunções	891.115.323	43,41%
II.2 (-) Despesas Custeadas com Outros Recursos Destinados a Saúde	(628.079.432)	-30,59%
. Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	(618.508.431)	-30,13%
. Recursos de Operações de Crédito	(3.908.869)	-0,19%
. Outros Recursos	(5.662.131)	-0,28%
II.3 (-) Despesas c/ Assistência à Saúde que não atende ao princípio de acesso universal	(93.175.976)	-4,54%
III. Restos a Pagar de Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (cancelados em 2015)	0	0,00%
IV. % DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE SOBRE A RLIT	14,25%	
. Percentual Mínimo a Aplicar	12,00%	
. Percentual Aplicado Além do Mínimo	2,25%	
V. VALOR APLICADO ALÉM DO MÍNIMO	324.650.784	

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com o demonstrativo acima, o Estado aplicou 14,25% da RLIT em despesas próprias de Saúde, atendendo ao limite mínimo de 12,00% estabelecido na supracitada legislação, ultrapassando o percentual em 2,25%, o que equivale a um valor de R\$ 324.650.784.

O Gráfico 16 e a Tabela 48 a seguir mostram os percentuais aplicados da RLIT em despesas próprias de Saúde nos últimos seis anos, evidenciando que o Estado vem cumprindo rigorosamente o limite mínimo de 12%, previsto na legislação.

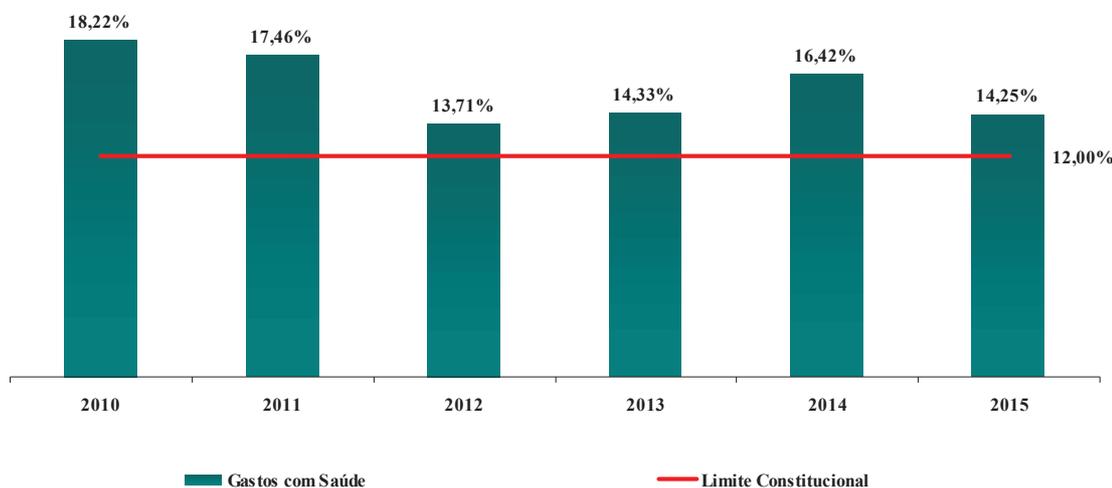
TABELA 48 - DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM SAÚDE DO PERÍODO DE 2010 A 2015

(Em R\$ 1,00)

Gastos com Saúde	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gastos com Saúde	1.434.315.660	1.600.158.098	1.541.149.530	1.795.135.998	2.239.936.033	2.053.017.589
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Saúde	7.870.405.664	9.163.686.990	11.242.657.404	12.527.320.087	13.638.612.301	14.403.056.710
% Gastos com Saúde	18,22%	17,46%	13,71%	14,33%	16,42%	14,25%
Limite Constitucional	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 16 - DA EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS DE GASTOS APLICADOS COM SAÚDE



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.3. Das Despesas com Educação

5.3.1. Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Os artigos 212, da Constituição Federal, e 216, da Constituição Estadual, determinam que o Estado deva aplicar, no mínimo, 25% da Receita resultante de Impostos e Transferências na manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

De acordo com o demonstrativo a seguir, o Estado aplicou 26,50% da RLIT em despesas próprias com educação, superando em 1,50% o limite mínimo estabelecido nas Constituições Federal e Estadual.

A Tabela 49 a seguir mostra dados sobre os Gastos com Educação em 2015.



TABELA 49 - DO DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO

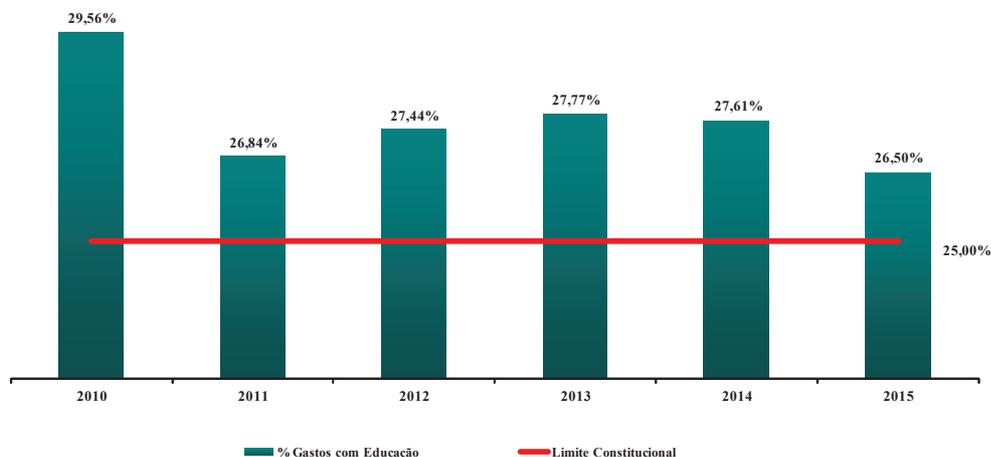
	(R\$ 1,00)
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	
01. RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	17.095.882.694,46
Receita de Impostos	11.421.058.178,01
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	5.674.824.516,45
02. DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	-2.692.825.966,76
Receitas Transferidas aos Municípios	-2.692.825.966,76
03. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 - 2)	14.403.056.727,70
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	2.389.478,54
05. ENSINO FUNDAMENTAL	147.176.154,51
06. ENSINO MÉDIO	1.562.907.365,07
07. ENSINO SUPERIOR	337.820.338,79
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	99.090.248,95
09. OUTRAS SUBFUNÇÕES	439.247.927,51
10. DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL	(1.228.145.788,47)
11. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9-10)	3.816.777.301,84
12. MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULT. DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (12 / 3)	26,50%
Fonte: S2GPR-SEFAZ	

Verifica-se, conforme exposto na Tabela 50 e no Gráfico 17 a seguir, que o Estado vem cumprindo anualmente o percentual mínimo de aplicação em gastos com Educação.

TABELA 50 - DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO DE 2010 A 2015

	(Em R\$ 1,00)					
Gastos com Educação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gastos com Educação	2.619.801.395	2.766.203.000	3.084.718.008	3.479.087.841	3.765.223.631	3.816.777.302
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação	8.863.217.475	10.306.733.000	11.242.657.588	12.527.206.633	13.638.612.595	14.403.056.728
% Gastos com Educação	29,56%	26,84%	27,44%	27,77%	27,61%	26,50%
Limite Constitucional	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Fonte: S2GPR-SEFAZ						

GRÁFICO 17 - DA EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS DE GASTOS APLICADOS COM EDUCAÇÃO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 51 a seguir demonstra os recursos que são utilizados para despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino, onde se pode observar que destacam-se os gastos aplicados em Ensino Médio (60,38%) e no Ensino Superior (13,05%).

TABELA 51 - DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

		(R\$ 1,00)
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		(%)
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	2.389.478,54	0,09%
05. ENSINO FUNDAMENTAL	147.176.154,51	5,69%
06. ENSINO MÉDIO	1.562.907.365,07	60,38%
07. ENSINO SUPERIOR	337.820.338,79	13,05%
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	99.090.248,95	3,83%
09. OUTRAS SUBFUNÇÕES	439.247.927,51	16,97%
11. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9)	2.588.631.513,37	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.3.2. Do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, estabelece que até o 14º (décimo quarto) ano a partir da

promulgação da citada Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

O art. 1º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, instituiu, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil, nos termos do **art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT**.

O inciso XII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, define que uma proporção, não inferior a sessenta por cento (60%) dos recursos do FUNDEB, será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

Em consonância com a Constituição Federal, o art. 22 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, estabelece que pelo menos sessenta por cento (60%) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O governo do Estado do Ceará estabeleceu um percentual diferenciado através da Lei Estadual nº 15.064/11, conforme artigo 3º transcrito a seguir:

Art. 3º Quando necessário, lei estadual disciplinará a utilização dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, para garantia do cumprimento dos percentuais a serem comprometidos com pagamento do magistério estadual, conforme especificado abaixo:

I - 77% (setenta e sete por cento) para execução do ano de 2012;

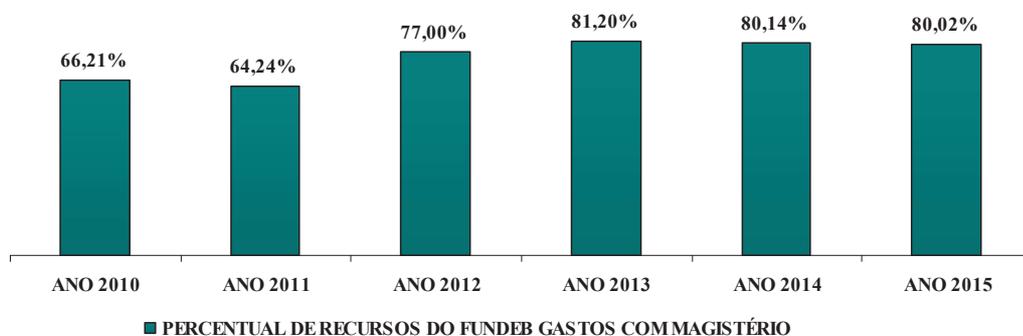
II - 80% (oitenta por cento) para execução dos anos de 2013 e 2014;

II - 80% (oitenta por cento) para execução até o ano de 2020. (Nova redação dada pela Lei n.º 15.576, de 07.04.14).

No Gráfico 18 a seguir estão apresentados os percentuais dos recursos do FUNDEB aplicados com despesa de pessoal do magistério atendendo tanto a legislação federal com a estadual.



GRÁFICO 18 - DA EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS DE RECURSOS DO FUNDEB APLICADOS COM DESPESA DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A Tabela 52 seguinte mostra os montantes pertinentes a essas informações do FUNDEB no exercício de 2015.



TABELA 52 - DO DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DO FUNDEB DO ANO DE 2014

(R\$ 1,00)

RECEITAS DO FUNDEB	
1. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB PELO ESTADO	2.628.325.667,37
2. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.400.149.221,00
2.1 Transferências de Recursos do FUNDEB	993.076.090,07
2.2 Complementação da União do FUNDEB	389.502.972,90
2.3 Receita de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	17.570.158,03
3. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1-1)	(1.635.249.577,30)
4. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.121.351.016,47
Com Ensino Fundamental	135.723.102,72
Com Ensino Médio	749.519.896,51
Outras (Adm, Geral e EJA)	236.108.017,24
5. OUTRAS DESPESAS	270.168.182,82
Com Ensino Fundamental	725.273,74
Com Ensino Médio	244.633.494,36
Outras (Adm, Geral, EJA, Educ Especial e Ensino Profissional)	24.809.414,72
6. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS E DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	903.069,20
7. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (4+5-6)	1.390.616.130,09
8. NA LEGISLAÇÃO FEDERAL O MÍNIMO DE 60% E NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL O MÍNIMO É 80% DO FUNDEB APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ((4-6)/2)	80,02%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com a Tabela 52, a Receita Total do FUNDEB foi de R\$ 1.400.149.121, enquanto os gastos com pagamento dos profissionais do magistério, com recursos do Fundo, foram de R\$ 1.121.351.016,47. Comparando-se esses valores, encontra-se o percentual de 80,02% de comprometimento dos recursos do FUNDEB com Despesas de Pessoal, superando em 20,02% o percentual mínimo exigido na Lei Federal e atingindo o limite da Lei Estadual.

5.4. Da Receita Corrente Líquida

Na Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 2, inciso IV, conceitua a Receita Corrente Líquida (RCL) como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes deduzidas das decorrentes de transferências constitucionais e legais, contribuições para o sistema de previdência dos servidores, receita recebida de compensação entre regimes

de previdência e valores pagos ao FUNDEB.

Na Tabela 53 a seguir apresentamos a evolução do montante do RCL de 2011 a 2015. A RCL do ano de 2015 foi de R\$ 15.176.440.113, demonstrando um incremento de apenas 5,26% em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 14.418.477.504.

TABELA 53 - DA EVOLUÇÃO DA RCL DE 2011 A 2015

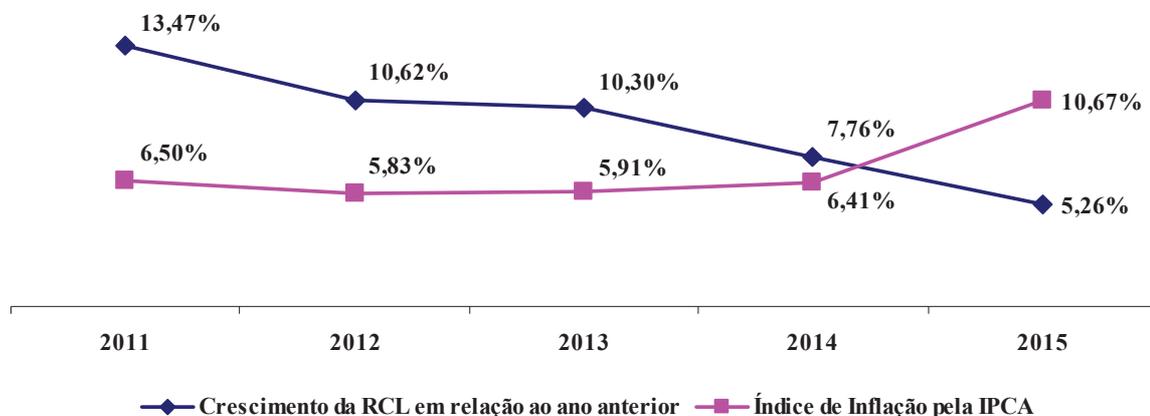
R\$ 1,00					
ITEM	2011	2012	2013	2014	2015
Receita Corrente Líquida - RCL	10.966.435.337	12.130.620.626	13.379.882.290	14.418.477.504	15.176.440.113
Varição Acumulada	100%	111%	122%	131%	138%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Embora o quadro anterior mostre que a RCL venha experimentando crescimentos nominais nos últimos anos, o Gráfico 19 apresenta o comportamento da variação ano a ano da RCL do Estado do Ceará comparativamente com a inflação medida pelo IPCA no período de 2011 a 2015, demonstra que até 2014 a RCL apresentou crescimentos acima da inflação. Contudo, no último ano de 2015 a RCL obteve um crescimento em relação ao ano anterior de apenas 5,26%, enquanto a inflação atingiu o patamar de crescimento de 10,67%, revelando assim o primeiro ano de queda real da RCL no Estado do Ceará. Importante destacar a tendência de queda da RCL mostrada em todo o período examinado, culminando com o declínio real sofrido no último ano de 2015.

Diante da situação apresentada, como a RCL serve de base para o cálculo dos limites de Despesa com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviço da Dívida e Garantias e Contra Garantias, isso exigirá do governo maior rigor no planejamento na gestão dos recursos, diante do risco que se apresenta à continuidade da situação fiscal favorável do Estado nos últimos anos, com o cumprimento dos indicadores fiscais.

GRÁFICO 19 - DA EVOLUÇÃO DA RCL E ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA DE 2011 A 2015



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.5. Das Despesas com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 19, limita a despesa total com pessoal do Estado em 60% da Receita Corrente Líquida, e, no art. 20, faz a repartição desse limite global com os Poderes Executivo (48,6%), Judiciário (6%) e Legislativo (3,4%), incluídos nesse os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, além do Ministério Público (2%).

A análise comparativa dessas despesas, em relação ao exercício de 2015, foi feita sempre considerando o percentual sobre a Receita Corrente Líquida.

A Tabela 54 seguinte expõe os gastos com pessoal para os Poderes do Estado e o Ministério Público, nos exercícios de 2015 e 2014, e os percentuais desses gastos em relação à RCL.

TABELA 54 - DOS GASTOS COM PESSOAL

(RS 1,00)

Poderes	Despesas (RS) 2015	Percentual s/ RCL		Limite Prudencial ⁽¹⁾	Limite Máximo
		2015	2014		
Executivo	6.970.859.881	45,93%	44,09%	46,17%	48,60%
Legislativo ⁽²⁾	377.026.028	2,48%	2,33%	3,23%	3,40%
Judiciário	863.926.137	5,69%	5,27%	5,70%	6,00%
Min. Público	287.774.986	1,90%	1,65%	1,90%	2,00%
Totais	8.499.587.032	56,01%	52,33%	57,00%	60,00%
RCL	15.176.440.113				

Fonte: S2GPR-SEFAZ

(1) Limite Prudencial = 95% do Limite Máximo



(2) Inclui Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios

Pela análise da Tabela 54, observa-se que, em 2015 e 2014, o gasto total com pessoal do Estado atingiu 56,01% da RCL, ficando abaixo dos limites legal e prudencial. Individualmente, os gastos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ficaram também abaixo dos limites legal e prudencial e o Ministério Público, embora ainda abaixo do limite legal, já atingiu o nível prudencial de 1,90%.

Comparando-se com o resultado de 2014, tem-se que o percentual de Despesa com Pessoal do Estado apresentou uma incremento de 3,87%, com o percentual sobre a RCL passando de 52,33% para 56,01%. Especificamente em relação ao Poder Executivo, ocorreu um aumento do gasto em 1,84%, passando de 44,09%, em 2014, para 45,93%, em 2015. A Tabela 55 e o Gráfico 20 a seguir mostram o comportamento dos gastos com pessoal do Poder Executivo no período 2010 a 2015 e sua relação com a RCL.

TABELA 55 - DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DE 2010 A 2015

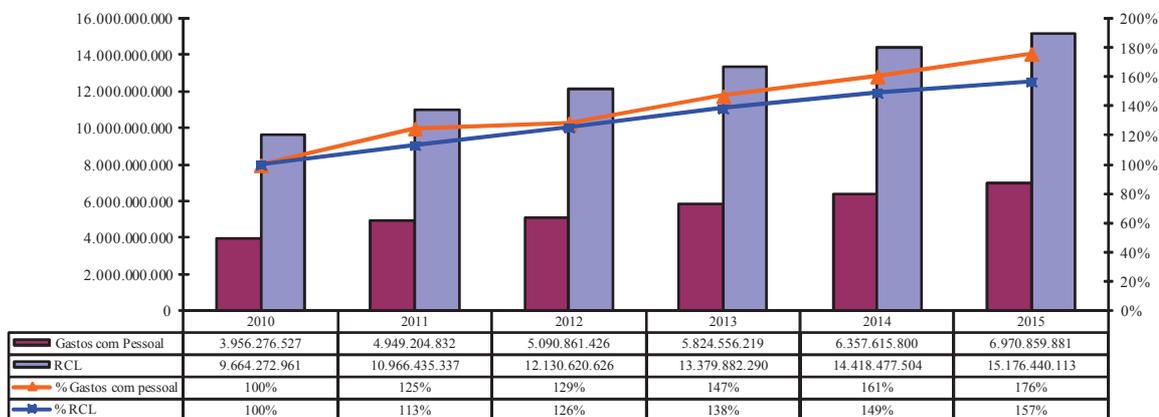
	(R\$ 1,00)					
Gastos com Pessoal - Poder Executivo	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gastos com Pessoal	3.956.276.527	4.949.204.832	5.090.862.447	5.824.556.219	6.357.615.800	6.970.859.881
% Gastos com Pessoal	40,94%	45,13%	41,97%	43,53%	44,09%	45,93%
Limite de Alerta	43,74%	43,74%	43,74%	43,74%	43,74%	43,74%
Limite Prudencial	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%
Limite Fiscal Máximo	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Tomando como base o ano de 2010, verificou-se que a Despesa com Pessoal Ativo do Poder Executivo tem crescido numa proporção maior que a Receita Corrente Líquida, principalmente nos dois últimos anos (2014 e 2015), conforme Gráfico 20 apresentado a seguir.



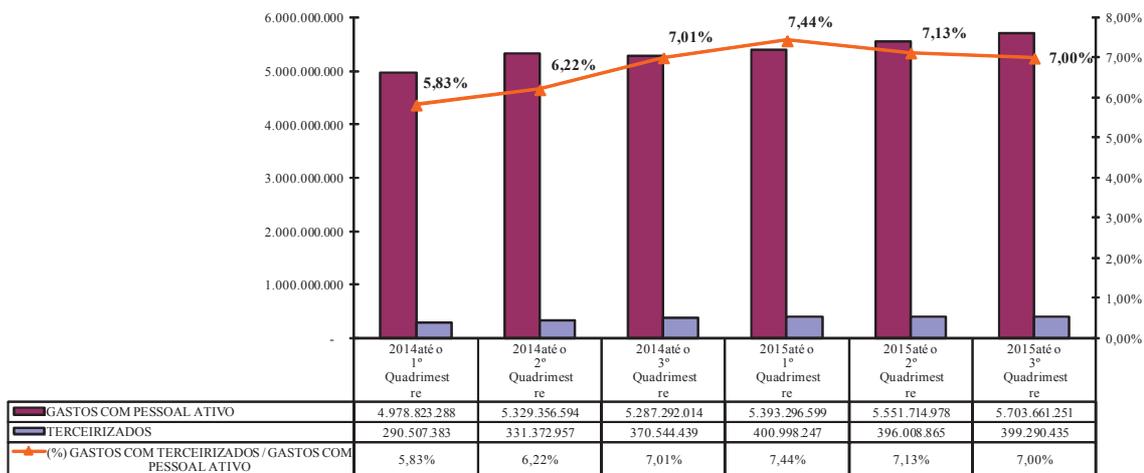
GRÁFICO 20 - DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DA RCL



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Comparando a evolução dos gastos com pessoal terceirizado em relação aos gastos totais com pessoal ativo, nos últimos seis anos, verifica-se a partir do 1º quadrimestre de 2015 os gastos com terceirização apresentaram uma inflexão e começaram a experimentar um movimento de redução no comparativo elaborado, conforme Gráfico 21:

GRÁFICO 21 - DA EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS DOS GASTOS COM TERCEIRIZAÇÃO



Fonte: S2GPR-SEFAZ



Na Tabela 56 a seguir serão apresentadas as principais secretarias que utilizam mão-de-obra terceirizada substituindo servidor. A secretaria da Saúde se destaca como principal devido a contratação de profissionais de saúde por meio de cooperativas (médicos, enfermeiros e auxiliares) e em seguida a SEDUC com a contratação de professores temporários.

TABELA 56 - DOS GASTOS COM TERCEIRIZAÇÃO SUBSTITUINDO SERVIDOR POR SECRETARIA

(Em R\$ 1,00)

SECRETARIAS	ANO 2014	(%) DO TOTAL	ANO 2015	(%) DO TOTAL	VARIAÇÃO
SAÚDE	288.594.605,72	77,66%	310.846.199,35	77,85%	7,71%
SEDUC	54.616.278,28	14,70%	58.910.451,37	14,75%	7,86%
SECITECE	12.735.838,50	3,43%	14.762.864,65	3,70%	15,92%
SEFAZ	8.879.011,29	2,39%	9.131.837,21	2,29%	2,85%
DEMAIS SECRETARIAS	6.794.450,08	1,83%	5.639.082,77	1,41%	-17,00%
TOTAL	371.620.183,87	100,00%	399.290.435,35	100,00%	7,45%

Fonte: S2GPR - SEFAZ

5.6. Da Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviços da Dívida e Garantias

No que concerne aos limites para a Dívida Consolidada Líquida - DCL, as Operações de Crédito contratadas, o Serviço da Dívida e as Garantias e Contragarantias em relação à Receita Corrente Líquida, as Resoluções n^{os} 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal determinam a observância dos seguintes limites para Estados e Municípios:

- a. Dívida Consolidada Líquida não pode exceder a duas vezes a RCL (Resolução n.º 40/2001, art. 3.º, inciso I);
- b. O montante global das Operações de Crédito, realizadas em um exercício financeiro, não pode ser superior a 16% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso I);
- c. O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de créditos já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso II)
- d. O saldo global das Garantias Concedidas não pode exceder a 22% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 9.º).

A Tabela 57 a seguir apresenta os valores alcançados pelo Estado, em relação a esses limites legais, além das variações no Ativo Disponível e Dívida Consolidada Bruta, nos

exercícios de 2014 e 2015:

TABELA 57 - DA COMPARAÇÃO DOS VALORES ALCANÇADOS PELO ESTADO EM RELAÇÃO AS LIMITAÇÕES LEGAIS

ITEM	VALOR		VARIAÇÃO	% S/RCL		(%) LIMITE MÁXIMO
	2014	2015	2014/2015	2014	2015	
	(R\$ 1,00)					
Disponível (*)	2.416.144.596	1.743.229.377	-27,85%	16,76%	11,49%	-
Dívida Consolidada	8.501.127.953	11.113.041.943	30,72%	58,96%	73,23%	-
Dívida Consolidada Líquida	6.084.983.357	9.369.812.566	53,98%	42,20%	61,74%	200,00%
Operações de Crédito	1.633.746.799	1.539.756.897	-5,75%	11,33%	10,15%	16,00%
Serviço da Dívida	892.435.240	1.103.908.212	23,70%	6,19%	7,27%	11,50%
Garantias e Contragarantias	870.955.093	940.560.197	7,99%	6,04%	6,20%	22,00%
Fonte: S2GPR-SEFAZ						
(*) Disponibilidade Bruta menos Restos a Pagar						

Analisando a Tabela 57, observa-se que os percentuais obtidos pelo Estado para a Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Serviço da Dívida e Garantias e Contragarantias, em relação à RCL, obedecem aos limites fixados nas Resoluções n^{os} 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal.

5.6.1. Da Dívida Consolidada Líquida

O valor total da Dívida Consolidada Líquida, em 2015, R\$ 9.369.812.566, foi maior que o valor em 2014, R\$ 6.084.983.357, perfazendo um aumento de 53,98%. E o Serviço da Dívida também apresentou um incremento de 23,70%, passando de R\$ 892.435.240 em 2014 para R\$ 1.103.908.212 em 2015. Esse crescimento em parte pode ser explicado pelo aumento da Dívida Contratual externa devido a variação de 47,0176% do dólar americano, que passou de uma cotação em 31.12.2014 de US\$ 2,6556 para US\$ 3,9042 em 31.12.2015, conforme informação do site do Banco Central. E ainda, o aumento da inflação do período que ocasionou crescimento na taxa de juros na Dívida Contratual interna.

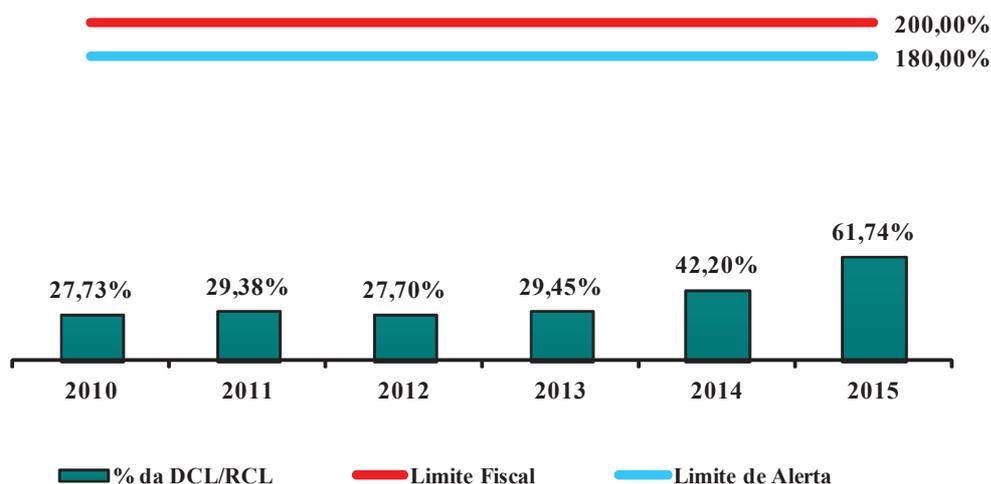
Pode-se também perceber que mesmo com esse crescimento, ainda está distante do limite fiscal de 200%, como se pode verificar na Tabela 58 e Gráfico 22 a seguir.

TABELA 58 - DA EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DE 2010 A 2015

	(R\$ 1,00)					
Dívida Cons. Líquida - DCL	2010	2011	2012	2013	2014	2015
DCL	2.680.112.222	3.221.715.419	3.360.363.106	3.940.902.395	6.084.983.357	9.369.812.566
% da DCL/RCL	27,73%	29,38%	27,70%	29,45%	42,20%	61,74%
Limite Fiscal	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%
Limite de Alerta	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 22 - DA EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA DE 2010 A 2015



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.6.2. Das Operações de Crédito

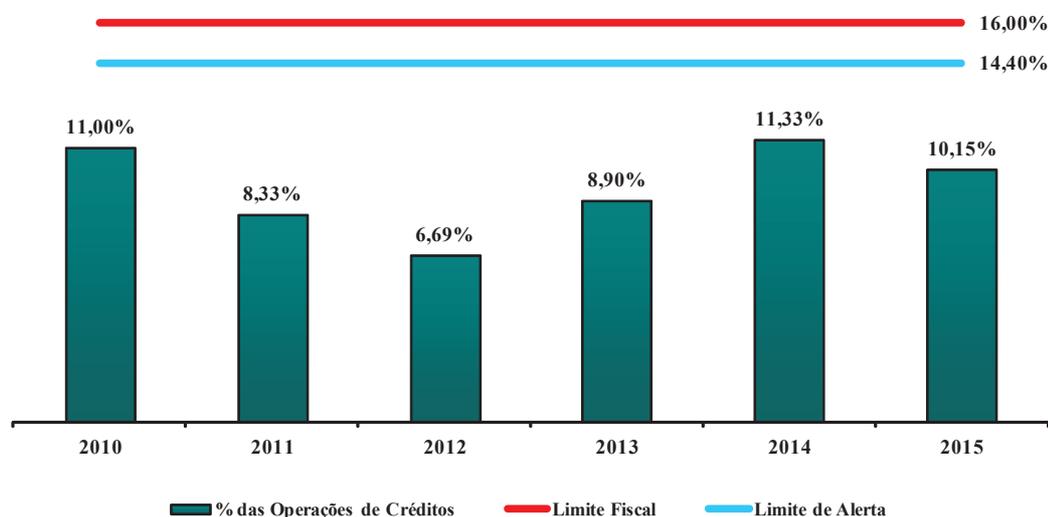
O volume anual das operações de crédito, nos últimos seis anos, também tem-se comportado bem abaixo do limite máximo de 16%, estabelecido pela LRF, conforme demonstrado na Tabela 59 e no Gráfico 23 a seguir:

TABELA 59 - DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE 2010 A 2015

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
(R\$ 1,00)						
Operações de Créditos						
Total das Operações de Créditos Internas e Externas	1.063.158.347	913.072.697	811.527.194	1.190.525.229	1.633.746.799	1.539.756.897
% das Operações de Créditos	11,00%	8,33%	6,69%	8,90%	11,33%	10,15%
Limite Fiscal	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Limite de Alerta	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 23 - DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE 2010 A 2015



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.6.3. Do Serviço da Dívida

O montante anual do serviço da dívida (amortizações mais juros), nos últimos seis anos, também tem-se comportado abaixo do limite máximo de 11,5% da RCL, estabelecido pela Resolução do Senado nº43/2001, conforme Tabela 60 e Gráfico 24 a seguir:

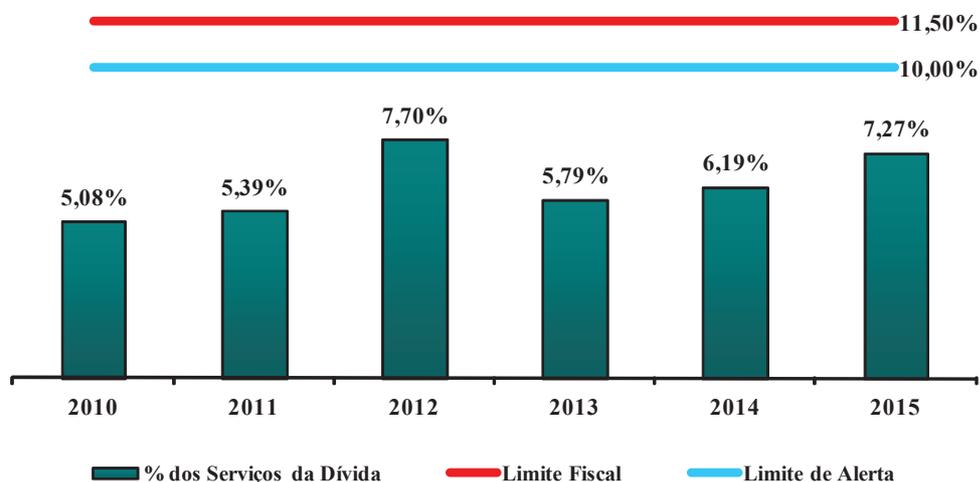
TABELA 60 - DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA



	(R\$ 1,00)					
Serviço da Dívida	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total do Serviço da Dívida	490.926.435	591.081.499	934.139.717	774.153.506	892.435.240	1.103.908.212
% dos Serviços da Dívida	5,08%	5,39%	7,70%	5,79%	6,19%	7,27%
Limite Fiscal	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%	11,50%
Limite de Alerta	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 24 - DA EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS DO SERVIÇO DA DÍVIDA



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.6.4. Das Garantias e Contragarantias

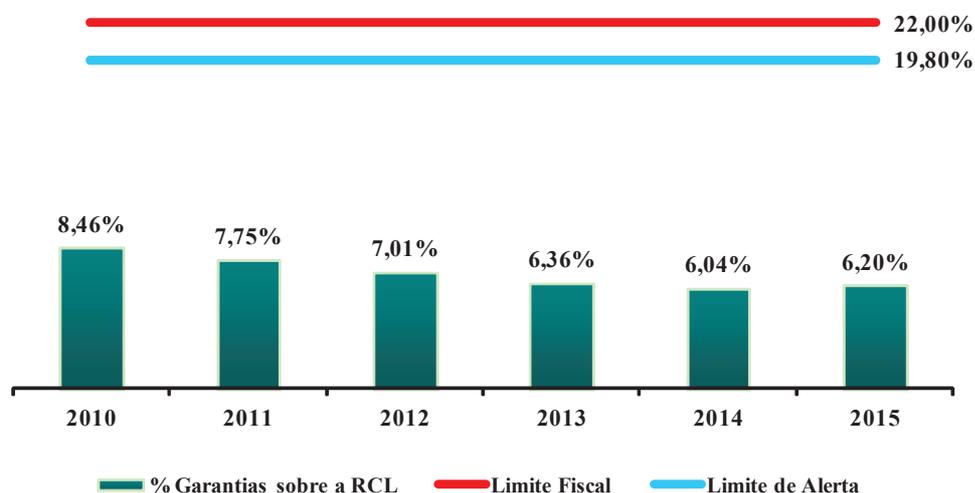
As Garantias e Contragarantias, nos últimos seis anos, obedeceram ao limite de 22% da RCL, conforme demonstrado na Tabela 61 e no Gráfico 25 a seguir.

TABELA 61 - DA EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

	(R\$ 1,00)					
Garantias e Contragarantias	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total das Garantias e Contragarantias	817.186.226	849.512.623	850.047.773	851.191.449	870.955.093	940.560.197
% Garantias sobre a RCL	8,46%	7,75%	7,01%	6,36%	6,04%	6,20%
Limite Fiscal	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%
Limite de Alerta	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

GRÁFICO 25 - DA EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS



Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.7. Das Receitas de Operações de Crédito em Relação às Despesas de Capital

O Art. 167, Inciso III, da Constituição Federal, veda a realização de Operações de Créditos que excedam o montante das Despesas de Capital, ressalvadas, as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Ao impedir que o montante das Operações de Crédito em um exercício financeiro exceda o montante das Despesas de Capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como pagamento de funcionários, despesas administrativas e, principalmente, juros. Conseqüentemente, para que não sejam realizadas Operações de Crédito para pagar juros, é preciso gerar resultado primário capaz de pagar o montante de juros da dívida a cada período. É precisamente por essa razão que a regra é conhecida na literatura internacional como “regra de ouro”, pois esta é uma boa maneira de controlar o endividamento.

No exercício de 2015, a Receita de Operações de Crédito realizadas foram de R\$ 1.539.756.897, enquanto a Despesa de Capital líquida foi no montante de R\$ 3.063.269.843.

Conforme Instruções da Portaria n.º 577/2008 da STN, para a apuração do cumprimento

da regra em comento, deve-se deduzir das Despesas de Capital, aquelas relativas a incentivos fiscais a contribuintes concedidos mediante empréstimos. No ano de 2015, esse valor foi zero, de acordo com respectivo demonstrativo apresentado no anexo XI do Relatório Resumido da Execução. Dessa forma, o valor líquido das Despesas de Capital apurou um resultado de R\$ 1.680.427.778, atendendo a regra de ouro conforme Tabela 62 a seguir.

TABELA 62 - DO DEMONSTRATIVO DA REGRA DE OURO

(R\$ 1,00)	
RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS
I. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.539.756.897
DESPESAS	DESPESAS EXECUTADAS
II. DESPESAS DE CAPITAL	3.220.184.675
LIQUIDADAS	3.063.269.843
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	156.914.832
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO	(1.680.427.778)

Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.8. Da Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos

O art. 44 da LRF veda a aplicação da Receita de Capital derivada da Alienação de Bens e Direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de Despesa Corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

O art. 53, § 1.º, inciso III, da LRF, orienta que o RREO, referente ao último bimestre do exercício, será acompanhado do demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

O demonstrativo publicado para atendimento do dispositivo legal acima mostra que, no exercício de 2015, foram realizadas receitas provenientes de alienação de bens no valor de R\$ 4.336.949 e que não houve aplicação do valor.

Desta forma, o saldo restante para aplicação em Despesas de Capital ou no Regime de Previdência, acumulado com o saldo dos exercícios anteriores, está apresentado na Tabela 63 a seguir:

TABELA 63 - DO DEMONSTRATIVO DO SALDO PROVENIENTE DAS RECEITAS COM ALIENAÇÃO DE BENS

Descrição	Exercício Anterior	Do Exercício	(R\$ 1,00)
			Saldo a Realizar
Receitas a Aplicar de Alienação de Bens	21.003.644	4.336.949	25.340.593

Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.9. Das Disponibilidades de Caixa

A Disponibilidade de Caixa Bruta é composta, basicamente, por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviço, incluídos os depósitos de diversas origens. Da Disponibilidade Bruta, são deduzidos os recursos de terceiros, como depósitos e consignações, os Restos a Pagar Processados, e os Restos a Pagar Não-processados, dentre outros. Vale ressaltar, que não são deduzidas somente despesas do ponto de vista contábil, mas sim obrigações fiscais. Dessa forma, os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores são também deduzidos.

De acordo com o Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa, integrante do Relatório de Gestão Fiscal de 2015, incluídos os valores pertinentes ao regime próprio de previdência, o Estado apresentou, ao final do exercício, disponibilidade bruta na importância de R\$ 2.377.935.262,39.

No campo das obrigações financeiras, utilizando os dados apresentados no Relatório de Gestão Fiscal, foi apurado o valor de R\$ 909.540.461,45.

A disponibilidade de caixa deve constar de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso. Em 2015, da importância de R\$ 2.377.935.262,39, constam como recursos vinculados o montante de R\$

1.216.205.112,42 , tendo como exemplo desses recursos valores do FECOP, as transferências do FUNDEB, do SUS, de convênios, repasse fundo a fundo – FNAS, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2015, auferiu-se o saldo das Disponibilidades Líquidas, que correspondem a R\$ 1.468.394.800,90, obtido a partir do valor total de R\$ 2.377.935.262,39 das Disponibilidades, deduzidas as Obrigações Financeiras no montante de R\$ 909.540.461,45.

De acordo com o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, que faz parte do Anexo V dos Relatórios de Gestão Fiscal, o Gráfico 26 a seguir demonstra a evolução do saldo da Disponibilidade de Caixa Líquida, ao final de cada um dos exercícios de 2010 a 2015. No Gráfico 26 evidencia a queda nominal das disponibilidades líquidas de caixa em 2014 e 2015.

GRÁFICO 26 - DO SALDO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA NO FINAL DE CADA EXERCÍCIO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Assim, quando se analisa o incremento nominal das Disponibilidades de Caixa entre o ano de 2010 (R\$ 1.166.347.415,45) e o ano de 2015 (R\$ 1.468.394.800,90) chega-se ao percentual de 25,90%. Comparando esse percentual de crescimento com o índice de inflação acumulada do período de 41,29%, conforme Tabela 64, verifica-se que as disponibilidades de caixa apresentam uma perda real de 15,33%.

TABELA 64 - DOS ÍNDICES DE INFLAÇÃO - IPCA

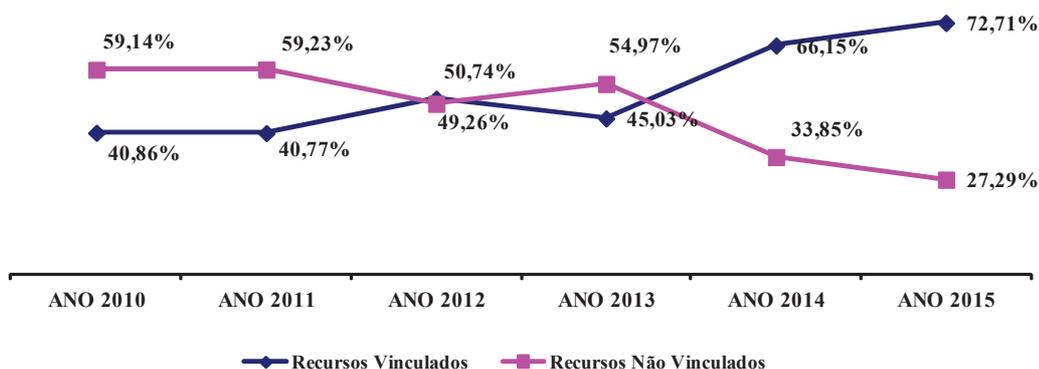


	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015
Índice de Inflação IPCA	5,90%	6,50%	5,83%	5,91%	6,41%	10,67%
Índice de Inflação Acumulada	5,90%	12,40%	18,24%	24,16%	30,59%	41,29%

Fonte: BACEN

Por fim, a Disponibilidade de Caixa possui recursos cujas destinações são vinculadas e não vinculadas. No Gráfico 27 que segue demonstra que as destinações vinculadas estão aumentando sua participação em relação ao total das disponibilidades de caixa, exigindo do governo maior atenção na gestão maior dos recursos financeiros.

GRÁFICO 27 - DA DESTINAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA NO FINAL DE CADA EXERCÍCIO



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Seguindo o raciocínio do Gráfico 27 e tomando como base o ano de 2010, na Tabela 65 confirma-se a tendência de queda dos recursos não vinculados dos dois últimos anos. A diferença apresentada entre a Disponibilidade Bruta e a Líquida corresponde em grande parte às Obrigações Financeiras.

Ressalte-se ainda que ao final do exercício, foram inscritos em restos a pagar não-processados no montante de R\$96.776.109,77, que deduzidos da disponibilidade indicada no demonstrativo de R\$400.684.019,68, resta o valor líquido de R\$303.907.909,91. Desta quantia, no que tange à origem dos recursos, R\$200.905.152,33 correspondem a recursos ordinários do Tesouro e R\$103.002.757,58 são decorrentes de arrecadação própria das entidades da Administração Indireta.



TABELA 65 - DA EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE LÍQUIDA DE CAIXA DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS

	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015
Disponibilidade Bruta de Caixa dos Recursos Não Vinculados	1.240.865.602,11	1.638.200.470,26	1.355.994.194,11	1.732.504.319,33	1.223.880.997,60	1.161.730.149,97
Disponibilidade Líquida de Caixa dos Recursos Não Vinculados	689.819.918,85	995.226.587,56	779.652.833,78	1.123.745.435,22	627.415.878,97	400.684.019,68
% da Disp. Líquida em relação a Disp. Bruta	55,59%	60,75%	57,50%	64,86%	51,26%	34,49%
Variação Acumulada	100%	144%	113%	163%	91%	58%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

5.10. Dos Resultados Primário e Nominal

5.10.1 Do Resultado Primário

O Resultado Primário apurado no ano indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias, gerando saldo para pagar as despesas com juros, a fim de evitar o aumento da dívida.

A Tabela 66 abaixo demonstra os valores estabelecidos para o Resultado Primário desde a previsão na LDO até a execução no final do exercício.

TABELA 66 - DA PREVISÃO E EXECUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO

	(Em R\$ 1.000,00)		
Descrição	LDO 2015	LOA 2015	Execução 2015
Receita Primária	20.617.558,00	21.111.972,00	19.411.281,38
Despesa Primária	20.164.818,00	20.659.232,00	18.950.470,55
Resultado Primário	452.740,00	452.740,00	460.810,83
Fonte: LDO/LOA/RREO			

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015 (Lei nº. 15.674, de 31 de julho de 2014) estabeleceu como meta de Resultado Primário o valor de R\$ 452,74 milhões. A Lei Orçamentária Anual para 2015 (Lei nº 15.753, de 30 de dezembro de 2014) no seu Demonstrativo dos Ajustes nas Metas Fiscais da LDO 2015 manteve a meta de Resultado Primário no valor de R\$ 452,74 milhões, estando tal situação em consonância com a diretriz nacional de manutenção das metas de Resultado Primário e Nominal definidas na LDO.

De acordo com o Demonstrativo do Resultado Primário que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período Janeiro a Dezembro de 2015, o Resultado

Primário do exercício de 2015 foi de 460,81 milhões, superando a meta inicialmente prevista. Contribuiu para esse resultado o fato das receitas primárias terem obtido um percentual de realização em relação à previsão inicial maior do que o nível de execução alcançado pelas despesas primárias.

A Tabela 67 e o Gráfico 28 a seguir apresentam o comportamento de Resultado Primário do período de 2010 a 2015. Da análise deste, constata-se que neste período o Estado vem mantendo um histórico favorável no cumprimento das metas estipuladas.

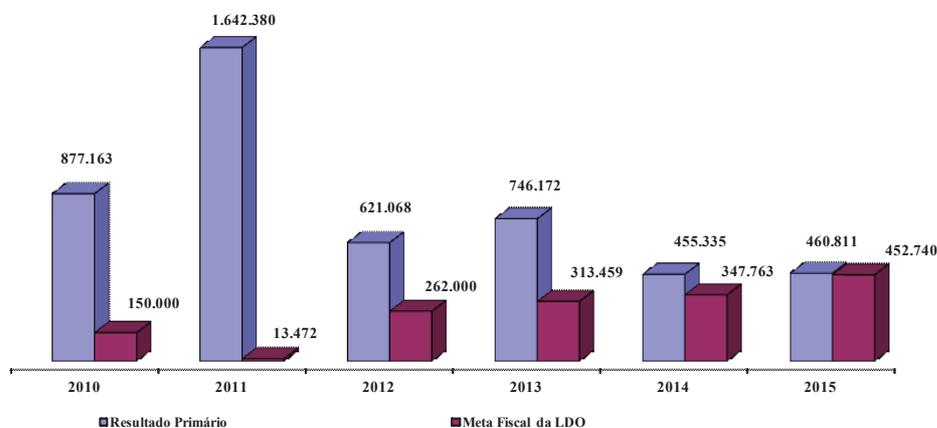
TABELA 67 - DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO PERÍODO DE 2010 A 2015

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Primário	877.163	1.642.380	621.068	746.172	455.335	460.811
Meta Fiscal da LDO	150.000	13.472	262.000	313.459	347.763	452.740

(Em R\$ 1.000,00)

Fonte: SZGPR-SEFAZ

GRÁFICO 28 - DO COMPARATIVO ANO A ANO DO RESULTADO PRIMÁRIO COM A META ANUAL



Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2010 a 2015 e RREO

Um superávit fiscal evidencia o bom desempenho das receitas, permitindo a cobertura integral de toda a despesa, além de gerar excedente para o pagamento dos juros e parte do principal da dívida pública, indicando auto-suficiência de recursos públicos para a cobertura do serviço da dívida.

5.10.2 Do Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida)

A apuração do Resultado Nominal, calculado conforme metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, tem por finalidade medir a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) no exercício.

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015 estabeleceu, como meta para Resultado Nominal, o valor de R\$ 556.710 milhões. Esse valor representa previsão de redução no estoque da Dívida Consolidada Líquida do Estado. A Lei Orçamentária Anual para 2015 apresenta o mesmo valor previsto na LDO, conforme Tabela 68.

TABELA 68 - DO COMPARATIVO DO RESULTADO NOMINAL

		(R\$ 1,00)
Ano	Div. Cons. Líquida	Div. Consolidada
2014	6.084.983.357	8.501.127.953
2015	9.369.812.566	11.113.041.943
Resultado Nominal (Variação)	3.284.829.209	2.611.913.990

Fonte: S2GPR-SEFAZ

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período Janeiro a Dezembro de 2015, o Resultado Nominal no ano de 2015 demonstrou um aumento no endividamento do Estado, no valor de 3.284,829 mil.

O crescimento da Dívida Consolidada Líquida, em 2015, foi proporcionado principalmente pelo incremento da Dívida Contratual junto a Instituições Financeiras (Interna e Externa) passou do valor de R\$ 7.853.594.579 em 2014 para R\$ 10.512.642.779, ou seja, um incremento de 33,86%, devido às novas operações de crédito já citadas anteriormente, além da variação no dólar americano, que de 31/12/2014 a 31/12/2015 aumentou 47,02%. Além disso, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) variou de 5% em 2014 para até 7,5% no final de 2015.

A Tabela 69 a seguir demonstra o comportamento do Resultado Nominal ao longo dos últimos seis exercícios, em que se observa um aumento no nível de endividamento do Estado acima da meta estipulada para cada exercício. Assim, a meta de resultado nominal não está

sendo alcançada.

TABELA 69 - DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO NOMINAL DO PERÍODO DE 2010 A 2015

	(R\$ 1,00)					
Resultado Nominal	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Estoque da DCL	2.680.112.222	3.221.715.420	3.360.363.105	3.940.902.395	6.084.983.357	9.369.812.566
Resultado Nominal do Exercício - Variação da Dívida	1.233.488.969	541.603.198	138.647.685	580.539.290	2.144.080.962	3.284.829.209
Meta	1.204.429.000	(152.483.000)	(152.483.000)	1.082.354.000	347.051.000	556.710.000
Fonte: S2GPR-SEFAZ						

5.11. Dos Investimentos Destinados ao Interior do Estado

O art. 210 da Constituição Estadual estabelece que “A Lei de Orçamento do Estado observará, para investimento do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim”. O parágrafo único do mesmo artigo define que “excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.”

A distribuição dos investimentos do Estado, no exercício de 2015, teve o comportamento evidenciado na Tabela 70 a seguir.

TABELA 70 - DOS INVESTIMENTOS POR MACROREGIÃO

	(R\$ 1,00)				
MACROREGIÃO	VR. AUTORIZADO 2015	VR. EMPENHADO 2015	% EMPENHADO	% NO TOTAL EXECUTADO 2015	% NO TOTAL EXECUTADO 2014
Litoral Oeste	212.502.784	148.582.401	69,92%	6,16%	6,20%
Sobral / Ibiapina	378.110.248	245.632.279	64,96%	10,19%	6,48%
Sertão de Inhamus	153.111.911	69.926.381	45,67%	2,90%	2,50%
Sertão Central	276.244.103	187.708.539	67,95%	7,79%	5,96%
Baturité	82.710.155	24.092.420	29,13%	1,00%	1,21%
Litoral Leste / Jaguaribe	390.335.711	245.021.692	62,77%	10,16%	4,79%
Cariri / Centro Sul	658.191.841	460.064.255	69,90%	19,08%	17,71%
Subtotal - Interior	2.151.206.754	1.381.027.969	64,20%	57,28%	44,85%
Estado do Ceará	530.257.778	38.719.266	7,30%	1,61%	0,93%
Região Metropolitana	2.680.058.818	991.348.935	36,99%	41,12%	54,22%
Total	5.361.523.350	2.411.096.170	44,97%	100,00%	100,00%

Fonte: SIOF/SEPLAG



Pela análise da Tabela 70 é possível identificar que 57,28% do valor autorizado foi destinado ao interior do Estado, percentual esse que atende ao dispositivo constitucional (50%).

Em 2015, a participação na execução orçamentária do interior foi de 57,28% do total dos recursos, patamar superior ao de 2014, que foi de 44,85%. As regiões que obtiveram os maiores impactos no incremento dos investimentos foram Cariri/Centro Sul que passou de 17,71% em 2014 para 19,08% em 2015, Litoral Leste/Jaguaribe, que passou de 4,79% em 2014 para 10,16% em 2015 e Sobral/Ibiapina, que passou de 6,48% em 2014 para 10,19% em 2015.



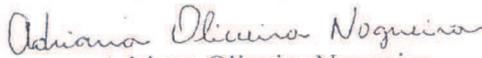
CONCLUSÃO

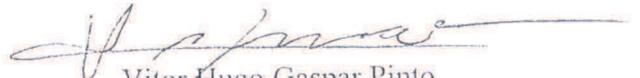
Em cumprimento às disposições legais, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará - CGE produziu o Relatório sobre as Contas Anuais do Governo referentes ao exercício financeiro de 2015.

As análises e considerações aqui apresentadas foram norteadas pelos mandamentos constitucionais e pelas orientações contidas na Lei Complementar n.º101/00, na Lei n.º 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre a matéria. Considera-se importante frisar, ainda, que as referidas análises tomaram como parâmetro informações consolidadas do Balanço Geral do Estado. O exame pormenorizado dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos deve ser realizado por ocasião da análise das contas anuais de gestão.

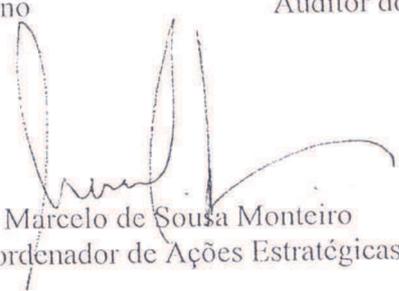
Por fim, espera-se que o presente Relatório constitua-se num instrumento de efetiva contribuição para o fortalecimento da transparência na gestão dos recursos públicos, numa visão de *accountability*.

Fortaleza, 31 de março de 2016.

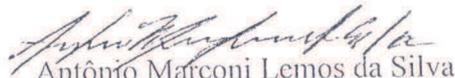

Adriana Oliveira Nogueira
Auditora do Controle Interno
Assessora Técnica


Vitor Hugo Gaspar Pinto
Auditor do Controle Interno

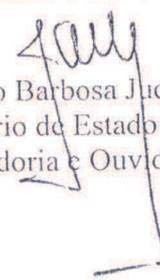
De acordo:


Marcelo de Sousa Monteiro
Coordenador de Ações Estratégicas

De acordo:


Antônio Marconi Lemos da Silva
Secretário Adjunto da
Controladoria e Ouvidoria Geral

De acordo:


José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
Secretário de Estado Chefe da
Controladoria e Ouvidoria Geral



ANEXOS



ADMINISTRAÇÃO DIRETA



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo a Realizar (c) = (b-a)
11	RECEITAS CORRENTES	17.176.798.802,97	17.382.356.172,31	16.622.764.902,51	-759.591.269,80
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	10.470.152.409,98	10.486.351.987,63	9.811.720.068,52	-674.631.919,11
1111	IMPOSTOS	10.458.530.417,98	10.474.729.995,63	9.799.261.611,44	-675.468.384,19
1112	TAXAS	11.621.992,00	11.621.992,00	12.458.457,08	836.465,08
113	RECEITA PATRIMONIAL	186.804.918,00	186.804.918,00	281.341.055,21	94.536.137,21
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	365.316,00	365.316,00	380.721,62	15.405,62
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	176.108.456,00	176.108.456,00	278.000.206,77	101.891.750,77
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	2.392.426,50	2.392.426,50
1139	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	10.331.146,00	10.331.146,00	567.700,32	-9.763.445,68
116	RECEITA DE SERVIÇOS	18.872.464,00	18.872.464,00	10.041.304,42	-8.831.159,58
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	18.872.464,00	18.872.464,00	10.041.304,42	-8.831.159,58
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.217.304.071,00	6.398.076.923,15	6.132.957.067,49	-265.119.855,66
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.164.782.213,00	6.267.031.525,28	6.057.920.265,53	-209.111.259,75
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	52.521.858,00	131.045.397,87	75.036.801,96	-56.008.595,91
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	283.664.939,99	292.249.879,53	386.705.406,87	94.455.527,34
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	171.925.575,99	171.925.575,99	108.631.621,01	-63.293.954,98
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.763.841,00	22.763.841,00	75.919.529,85	53.155.688,85
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	40.278.759,00	40.278.759,00	61.097.388,14	20.818.629,14
1199	RECEITAS DIVERSAS	48.696.764,00	57.281.703,54	141.056.867,87	83.775.164,33
12	RECEITAS DE CAPITAL	3.882.094.267,00	4.119.717.258,65	1.836.372.285,68	-2.283.344.972,97
121	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.756.660.479,00	2.872.691.255,30	1.539.756.896,97	-1.332.934.358,33
1211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.294.067.206,00	1.324.996.390,27	594.840.239,94	-730.156.150,33
1212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.462.593.273,00	1.547.694.865,03	944.916.657,03	-602.778.208,00
122	ALIENAÇÃO DE BENS	18.546,00	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	18.546,00	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.122.070.122,00	1.242.462.337,35	282.650.536,86	-959.811.800,49
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.122.070.122,00	1.242.462.337,35	282.650.536,86	-959.811.800,49
125	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.345.120,00	3.345.120,00	11.246.585,06	7.901.465,06
1259	OUTRAS RECEITAS	3.345.120,00	3.345.120,00	11.246.585,06	7.901.465,06
Subtotal das Receitas(1):		21.058.893.069,97	21.502.073.430,96	18.459.137.188,19	-3.042.936.242,77



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo a Realizar (c) = (b-a)
Refinanciamento(II):		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00

Subtotal com Refinanciamento (III=I+II): 21.058.893.069,97 21.502.073.430,96 18.459.137.188,19 -3.042.936.242,77

Déficit (IV): 0,00 0,00 0,00 0,00

Total (V=III + IV): 21.058.893.069,97 21.502.073.430,96 18.459.137.188,19 -3.042.936.242,77

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)

Supervit Financeiro

Reabertura de créditos adicionais

1.075.860.952,41 594.926.267,21 -480.934.685,20

1.075.860.952,41 594.926.267,21

Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES		11.425.355.903,00	11.872.507.399,51	11.281.089.629,79	11.188.399.596,19	11.033.599.548,53	591.417.769,72
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.856.779.786,00	6.017.780.155,93	5.891.296.285,09	5.889.411.971,97	5.803.331.153,59	126.483.870,84
32 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		340.958.473,00	386.018.892,56	381.607.776,45	381.607.776,45	381.607.776,45	4.411.116,11
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.227.617.644,00	5.468.708.351,02	5.008.185.568,25	4.917.379.847,77	4.848.660.618,49	460.522.782,77
DESPESAS DE CAPITAL		4.167.504.237,00	4.404.639.008,78	2.380.458.468,09	2.275.759.324,87	2.232.465.887,41	2.024.180.540,69
44 INVESTIMENTOS		3.464.354.111,00	3.588.664.103,35	1.594.804.311,88	1.490.105.168,66	1.446.811.731,20	1.993.859.791,47
45 INVERSÕES FINANCEIRAS		105.933.566,00	143.934.421,11	118.362.901,87	118.362.901,87	118.362.901,87	25.571.519,24
46 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		597.216.560,00	672.040.484,32	667.291.254,34	667.291.254,34	667.291.254,34	4.749.229,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		47.965.000,00	15.215.808,65	0,00	0,00	0,00	15.215.808,65
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		47.965.000,00	15.215.808,65	0,00	0,00	0,00	15.215.808,65
Subtotal das Despesas (VI):		15.640.825.140,00	16.292.362.216,94	13.661.548.097,88	13.464.158.921,06	13.266.065.435,94	2.630.814.119,06



Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i)=(e-f)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (VIII=VI+VII):	15.640.825.140,00	16.292.362.216,94	13.661.548.097,88	13.464.158.921,06	13.266.065.435,94	2.630.814.119,06
Superávit (IX):	5.418.067.929,97	5.209.711.214,02	4.797.589.090,31			412.122.123,71
Total (X=VIII+IX):	21.058.893.069,97	21.502.073.430,96	18.459.137.188,19	13.464.158.921,06	13.266.065.435,94	3.042.936.242,77



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	18.459.137.188,19	18.442.600.897,59	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	13.661.548.097,88	14.011.274.557,94
ORDINÁRIA	14.440.245.337,04	13.934.543.918,10	ORDINÁRIA	10.388.671.959,49	9.934.086.728,62
VINCULADA	4.018.891.851,15	4.508.056.979,49	VINCULADA	3.272.876.138,39	4.077.187.829,32
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00
FECOP	451.399.346,92	423.447.956,56	FECOP	329.893.573,63	468.855.252,73
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	104.903.420,56	79.643.458,44	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	71.611.094,05	73.526.776,75
ALIENAÇÃO DE BENS	2.718.266,79	2.909.230,00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	113.260,91
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	11.631.235,60	2.474.219,57	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	9.507.652,96	7.076.472,10
FUNDEB	1.400.906.077,17	1.328.819.566,39	FUNDEB	1.391.519.199,29	1.294.061.204,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.541.002.082,74	1.633.746.799,08	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	924.344.925,42	1.324.439.237,65
CONVÊNIOS	437.330.434,45	917.822.711,22	CONVÊNIOS	537.056.832,47	897.089.047,27
SUS	0,00	0,00	SUS	0,00	0,00
OUTROS RECURSOS	69.000.986,92	119.193.038,23	OUTROS RECURSOS	8.942.860,57	12.026.577,16
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	13.355.727.471,93	13.382.491.533,03	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	18.313.867.244,53	18.467.847.104,48
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12.978.605.669,69	12.600.510.845,52	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17.878.027.450,87	17.547.440.274,21
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	207.656.887,57	469.667.975,96	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.365.043,17	607.641.698,77
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	39.537.895,85	50.551.649,78	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	39.537.895,85	50.551.649,78
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	129.927.018,82	261.761.061,77	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	134.936.854,64	262.213.481,72
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	7.775.655.403,90	7.231.937.880,55	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	7.651.382.444,57	7.087.684.299,30
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	198.093.485,12	101.039.801,15	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	93.407.846,07	139.071.375,94
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	197.389.176,82	277.599.879,79	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	211.099.276,92	288.280.105,62
VALORES RESTITUÍVEIS	7.380.172.741,96	6.853.298.199,61	VALORES RESTITUÍVEIS	7.300.649.667,22	6.660.332.817,74
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.808.996.094,40	1.642.262.163,88	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.741.696.768,87	1.623.536.093,64
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	243.838,18	219.404,92	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.149.970,23	29.641.702,08
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	5.570.932.809,38	5.210.816.630,81	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	5.538.802.928,12	5.007.155.022,02
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	46.225.654,36	0,00
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	1.966.576.825,21	2.002.854.548,17
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.964.862.537,68	2.002.854.548,17
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.714.287,53	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	41.593.374.612,19	41.569.660.509,89	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	41.593.374.612,19	41.569.660.509,89



Ativo Não Circulante	Ativo		Passivo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	24.745.122.978,30	22.736.177.541,52		
	-98.306,77	0,00		

Patrimônio Líquido	15.655.989.696,24	16.354.273.725,02
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	15.655.989.696,24	16.354.273.725,02
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	35.473.257,77	1.890.401.492,44
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.895.713.277,74	14.005.311.785,30
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-275.196.839,27	458.560.447,28
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	0,00

Total do Ativo:

27.531.569.608,03 25.434.299.228,96

(1) Ativo Financeiro:

1.966.576.825,21 2.002.854.548,17

(2) Ativo Permanente:

25.564.992.782,82 23.431.444.680,79

Saldo Patrimonial:

15.392.818.744,18 16.013.668.732,49

Total do Passivo:

27.531.569.608,03 25.434.299.228,96

(3) Passivo Financeiro:

1.030.782.617,93 927.361.086,31

(4) Passivo Permanente:

11.107.968.245,92 8.493.269.410,16

Compensações

Especificação	Exercício Atual		Exercício Anterior	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos				
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	941.048.387,28	871.430.800,74	0,00	450.000,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	3.140.756.312,68	2.650.944.314,21	267.351.194,86	267.351.194,86
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.703.138,01	19.703.138,01	267.351.194,86	267.801.194,86
Total	4.101.507.837,97	3.542.078.252,96		



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Aumentativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas	35.841.981.489,12	33.567.775.311,24
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.273.675.645,78	11.119.937.695,91
4.1.1 IMPOSTOS	13.261.302.143,67	11.110.109.319,89
4.1.2 TAXAS	12.373.502,11	9.828.376,02
4.1.3 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00
4.2.2 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4 CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	51.060.018,31	127.551.568,61
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	51.060.018,31	127.551.568,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	843.416.567,08	685.661.519,62
4.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	20.465,77	66.185.807,81
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	582.673.793,73	361.614.235,82
4.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	260.703.549,56	250.032.661,54
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	18.758,02	7.828.814,45
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	20.906.565.325,97	19.988.985.244,82
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	13.355.727.471,93	13.382.491.533,03
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.550.761.289,85	5.290.047.352,05
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	76.564,19	48.583,01
4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	1.316.397.776,73
4.5.5 TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00
4.5.7 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
4.5.8 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
4.6.2 GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
4.6.3 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	767.263.931,98	1.645.639.282,28
4.9.1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	31.428.148,08	517.556.300,68
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	735.835.783,90	1.128.082.981,60

Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas	35.806.508.231,35	31.677.373.818,80
PESSOAL E ENCARGOS	5.893.593.914,27	5.351.422.236,59
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	4.898.480.637,99	4.440.261.272,59
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	844.145.127,54	767.571.196,14
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	132.658.375,56	117.496.154,77
3.1.8 CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	18.309.773,18	26.093.613,09
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	16.664.008,68	15.485.392,58
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	61.211,67
3.2.2 PENSÕES	15.524.471,34	14.556.072,15
3.2.3 BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
3.2.4 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00



Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas

Exercício Atual

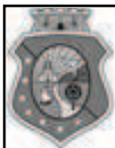
Exercício Anterior

Variações Diminutivas		35.806.508.231,35	31.677.373.818,80
3.2.5	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.139.537,34	868.108,76
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		1.452.166.755,17	1.524.211.438,84
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	144.422.172,73	154.019.750,96
3.3.2	SERVIÇOS	1.306.070.360,53	1.370.191.687,88
3.3.3	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.674.221,91	0,00
3.3.8	CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		2.741.838.860,76	1.109.818.422,94
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	381.607.776,45	272.568.630,97
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	151.438,45	152.809,68
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.355.401.659,33	787.819.740,90
3.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	4.677.986,53	49.277.241,39
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		24.063.300.807,26	21.632.296.852,98
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	18.313.867.244,53	18.467.847.104,48
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.449.698.446,24	2.782.752.319,39
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	299.735.116,49	380.967.429,11
3.5.4	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
3.5.6	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	730.000,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		1.109.541.820,29	1.467.031.662,22
3.6.1	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.109.541.820,29	1.467.031.662,22
3.6.2	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS		138.464.513,15	134.660.298,53
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.184.032,51	2.186.466,68
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	137.280.480,64	132.473.831,85
3.7.8	CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		390.937.551,77	442.447.514,12
3.9.1	PREMIAÇÕES	3.778.346,36	19.938.841,02
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	30.491,96	5.007,27
3.9.3	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4	INCENTIVOS	914.022,48	2.546.211,03
3.9.5	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	54.800.631,42	127.852.817,87
3.9.6	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.8	CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	331.414.059,55	292.104.636,93
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:		35.473.257,77	1.890.401.492,44

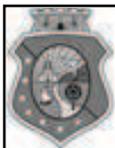


Variações Patrimoniais Qualitativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Qualitativas	3.806.070.618,75	4.559.795.558,90
INCORPORAÇÃO DO ATIVO	1.507.384.337,37	2.238.200.543,75
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DA FONTE 12	0,00	112.375,22
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DE OUTRAS FONTES	244.054.271,40	368.225.896,76
AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	42.784.607,80	56.917.920,42
OBRAS EM ANDAMENTO	781.072.359,90	1.320.019.910,66
AQUISIÇÃO DE CAPITAL DAS EMPRESAS	153.299.187,48	230.161.532,77
OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO	286.173.910,79	262.762.907,92
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DO PASSIVO	667.291.254,34	594.714.987,39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	667.291.254,34	594.714.987,39
INCORPORAÇÃO DO PASSIVO	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
DESINCORPORAÇÃO DO ATIVO	91.638.130,07	93.133.228,68
ALIENAÇÃO DE BENS	2.718.266,79	2.909.230,00
RECEBIMENTO DE DÍVIDA ATIVA	70.587.124,25	62.346.940,33
RECEBIMENTO DE MULTA E JUROS	12.630.797,62	14.612.079,38
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.701.941,41	13.264.978,97



	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	29.809.027.459,77	29.066.728.275,69
RECEITAS DERIVADAS	9.921.458.411,97	9.366.476.309,56
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.811.720.068,52	9.275.368.148,65
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS	109.738.343,45	91.108.160,91
RECEITAS ORIGINÁRIAS	568.349.423,05	764.112.330,13
RECEITA PATRIMONIAL	20.658.196,10	95.995.290,01
RECEITA DE SERVIÇOS	10.041.304,42	10.665.466,81
OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	276.967.063,42	407.591.132,96
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	260.682.859,11	249.860.440,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.675.341.202,56	4.441.307.876,97
DA UNIÃO	4.675.341.202,56	4.441.307.876,97
MULTIGOVERNAMENTAIS	1.382.579.062,97	1.316.397.776,73
CONVÊNIOS	75.036.801,96	108.255.160,82
DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	74.965.187,77	107.911.474,19
DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	50,00	295.103,62
DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	71.564,19	48.583,01
INTRAGOVERNAMENTAIS COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	13.186.262.557,26	13.070.178.821,48
CORRENTE	10.415.907.997,56	10.173.737.850,15
CAPITAL	2.197.458.738,92	2.139.300.462,73
DUODÉCIMO	365.238.933,21	287.472.532,64
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	207.656.887,57	469.667.975,96
DESEMBOLSOS	29.443.563.928,02	29.075.383.928,90
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	7.785.448.868,36	7.475.884.270,77
LEGISLATIVA	548.348.304,99	500.250.903,80
JUDICIÁRIA	998.456.197,47	849.828.236,22
ESSENCIAL À JUSTIÇA	427.190.714,66	349.482.612,23
ADMINISTRAÇÃO	875.007.784,73	925.907.446,14
SEGURANÇA PÚBLICA	1.822.220.105,12	1.695.698.773,46
ASSISTÊNCIA SOCIAL	57.692.978,51	63.050.244,72
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.883.012,42	2.465.085,08
TRABALHO	12.784.922,98	16.429.856,38
EDUCAÇÃO	2.119.438.978,18	2.056.033.029,53
CULTURA	22.422.796,52	20.339.947,11
DIREITOS DA CIDADANIA	409.178.950,25	355.816.734,37
URBANISMO	10.960.461,06	11.553.679,71
HABITAÇÃO	6.147.467,15	10.461.202,02
SANEAMENTO	17.661.739,17	11.005.700,24
GESTÃO AMBIENTAL	23.529.007,47	23.014.928,99
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.368.033,04	6.558.837,07
AGRICULTURA	116.177.903,64	113.420.813,73
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	150.952,50	899.822,40
INDÚSTRIA	3.823,12	32.243.593,48
COMÉRCIO E SERVIÇOS	34.330.909,19	20.315.455,87
ENERGIA	3.901.018,84	3.833.447,67
TRANSPORTE	0,00	1.079.421,15
DESPORTO E LAZER	17.509.647,17	53.940.278,75
ENCARGOS ESPECIAIS	254.083.160,18	352.254.220,65
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	381.607.776,45	272.568.630,97



	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	381.607.776,45	272.568.630,97
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	381.607.776,45	272.568.630,97
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	21.276.507.283,21	21.326.931.027,16
A MUNICÍPIOS	2.826.672.354,93	2.787.016.421,06
TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	292.354.834,15	376.921.055,12
TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	8.344.001,91	7.181.578,00
TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.743.598,18	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	730.000,00
INTRAGOVERNAMENTAIS COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18.139.392.494,04	18.155.081.972,98
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17.878.027.450,87	17.547.440.274,21
CORRENTE	14.624.241.341,92	14.226.533.277,58
CAPITAL	2.888.547.175,74	3.033.434.463,99
DUODÉCIMO	365.238.933,21	287.472.532,64
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	261.365.043,17	607.641.698,77
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	365.463.531,75	-8.655.653,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	296.615.388,71	812.304.644,30
ALIENAÇÃO DE BENS	2.718.266,79	2.909.230,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	282.650.536,86	740.532.897,27
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	11.246.585,06	68.862.517,03
DESEMBOLSOS	1.619.015.127,76	2.555.663.277,83
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.619.015.127,76	2.555.663.277,83
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.322.399.739,05	-1.743.358.633,53
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
DESEMBOLSOS	667.291.254,34	594.714.987,39
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	667.291.254,34	594.714.987,39
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	872.465.642,63	1.039.031.811,69
FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO		
INGRESSOS		
REPASSES RECEBIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	169.464.914,67	312.312.711,55
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	5.483.763.966,57	5.201.787.221,29
ARRECADADAÇÃO A REPASSAR	8.621.301,67	200.696,77
CONSIGNAÇÕES A PAGAR	67.299.325,53	0,00
DESEMBOLSOS		
VALORES CONCEDIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	174.474.750,49	312.765.131,50
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	5.460.256.261,88	4.998.328.673,61
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	46.225.654,36	0,00
ARRECADADAÇÃO A RECEBER	1.714.287,53	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	46.478.554,18	203.206.824,50
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-37.992.010,49	-509.775.650,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.002.854.548,17	2.512.630.198,72
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.964.862.537,68	2.002.854.548,17
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	-37.992.010,49	-509.775.650,55



Ingressos	Dispendios
RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RECEITA TRIBUTÁRIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
RECEITA PATRIMONIAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
RECEITA AGROPECUÁRIA	
RECEITA INDUSTRIAL	
RECEITA DE SERVIÇOS	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
(-)DEDUÇÕES	
TOTAL	SUPERÁVIT
	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	INVESTIMENTOS
ALIENAÇÃO DE BENS	INVERSÕES FINANCEIRAS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	
(-)DEDUÇÕES	
DÉFICIT	
TOTAL	TOTAL

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	16.622.764.902,51	DESPESAS CORRENTES	11.281.089.629,79
RECEITAS DE CAPITAL	1.836.372.285,68	DESPESAS DE CAPITAL	2.380.458.468,09
TOTAL	18.459.137.188,19	SUPERÁVIT	4.797.589.090,31
		TOTAL	18.459.137.188,19



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPA CORRENTE				11.281.089.629,79
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			5.891.296.285,09	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		5.136.324.917,36		
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	4.654.616,36			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	321.864.396,87			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	69.493,88			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.579.899.415,70			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.044.729.970,87			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	30.856.832,30			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.591.691,97			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	61.474.626,34			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	71.195.074,92			
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	2.659.842,34			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	15.328.955,81			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		754.971.367,73		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	753.732.876,74			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	752.751,07			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	485.739,92			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			381.607.776,45	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		381.607.776,45		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	367.187.588,57			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	14.420.187,88			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.008.185.568,25	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL				
33321400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
33323900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		2.759.412.823,96		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	55.450.674,44			
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS				
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			259.641.189,79	
33503500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	190.459.611,23			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	63.960.984,82			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	4.474.157,70			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	746.436,04			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	8.344.001,91			
33604100	CONTRIBUIÇÕES	3.584.916,16			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	4.759.085,75			
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO-PRIVADA - PPP	2.690.237,58	2.690.237,58		
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO - PRIVADA - PPP, EXCETO SUB				
3370	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.743.598,18	9.743.598,18		
33709200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00		
33801400	DIÁRIAS - CIVIL				
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00		
33803400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00		
33803700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00		
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00		
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	1.953.103.094,24	1.953.103.094,24		
33900300	PENSÕES	0,00	0,00		
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00		
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.069.324,59	1.069.324,59		
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	10.697.953,29	10.697.953,29		
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	12.562.705,56	12.562.705,56		
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	485.262,48	485.262,48		
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	428.760,00	428.760,00		
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	134.451.097,07	134.451.097,07		
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	3.846.915,60	3.846.915,60		
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	21.840.155,14	21.840.155,14		
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	12.058.607,48	12.058.607,48		
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	81.030.014,49	81.030.014,49		
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.746.823,67	2.746.823,67		
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	131.251.584,78	131.251.584,78		
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	446.197.391,48	446.197.391,48		
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	596.768.256,61	596.768.256,61		



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.447.871,30			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	132.279.103,14			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	137.488.275,83			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	7.060.444,00			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	392.643,33			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	10.869.854,98			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	780,00			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	39.358.390,68			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	167.770.878,74			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	15.250.622,59			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.668.183,64			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	870.144,70			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.014.915,41			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.697.378,84			
3393	DECORRENTE ÓRGÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00			
33933000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
4	DESPESA DE CAPITAL				2.380.458.468,09
44	INVESTIMENTOS			1.594.804.311,88	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO				
44204100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	63.266.338,07			
44404100	CONTRIBUIÇÕES	2.751.212,28			
44404200	AUXÍLIOS	55.588.502,45			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.926.623,34			
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	0,00			
44414200	AUXÍLIOS	0,00			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	37.069.976,45			
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.614.437,42			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	8.601.541,32			
44504200	AUXÍLIOS	9.853.997,71			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	1.494.077,227,79			
44901400	DIÁRIA-CIVIL	46.148,74			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	276.258,77			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	24.962,05			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	15.648.324,24			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	112.854,00			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	634.448,10			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	107.845.371,23			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	2.601.885,83			
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	47.947.674,37			
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	152.468,81			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	829.402.089,16			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	266.414.196,18			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	43.190.647,75			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	35.574.285,61			
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	144.691,78			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	122.052.044,50			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.008.876,67			
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	390.769,57			
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	46.601,31			
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	344.168,26			
4494	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE	0,00			
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4496	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00			
44965100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	118.362.901,87			
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	118.362.901,87			
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	638.000,00			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	117.724.901,87			
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	667.291.254,34			
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	667.291.254,34			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	667.291.254.34			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			0,00	
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			
Total Geral:					13.661.548.097,88



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1-RECEITAS CORRENTES	17.376.212.346,31	16.563.382.964,98	0,00	812.829.381,33
11-RECEITA TRIBUTÁRIA	10.486.351.987,63	9.811.720.068,52	0,00	674.631.919,11
111-IMPOSTOS	10.474.729.995,63	9.799.261.611,44	0,00	675.468.384,19
1112-IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	1.442.497.166,00	1.474.554.576,97	32.057.410,97	0,00
111204-IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	807.106.311,00	832.250.954,12	25.144.643,12	0,00
11120431-IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	778.857.590,00	808.440.258,12	29.582.668,12	0,00
11120431-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	0,00	-1.059.200,51	0,00	-1.059.200,51
11120434-IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	28.248.721,00	24.897.153,05	0,00	3.351.567,95
11120434-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	0,00	-27.256,54	0,00	-27.256,54
111205-IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	587.246.932,00	580.992.883,69	0,00	6.254.048,31
11120500-DEDUÇÃO DA RECEITA DE IPVA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	-65.249.659,00	-64.639.876,91	-609.782,09	0,00
11120551-IPVA PRINCIPAL	652.496.591,00	646.045.462,61	0,00	6.451.128,39
11120551-RESTITUIÇÕES DE IPVA PRINCIPAL	0,00	-412.702,01	0,00	-412.702,01
111207-IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	48.143.923,00	61.310.739,16	13.166.816,16	0,00
11120700-DEDUÇÃO DE RECEITA DE ITCD PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	-12.035.981,00	-15.478.002,77	0,00	-3.442.021,77
11120751-ITCD PRINCIPAL	60.179.904,00	76.945.942,68	16.766.038,68	0,00
11120751-RESTITUIÇÃO DE ITCD PRINCIPAL	0,00	-157.200,75	0,00	-157.200,75
1113-IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	9.032.232.829,63	8.324.707.034,47	0,00	707.525.795,16
111302-IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO	9.032.232.829,63	8.324.707.034,47	0,00	707.525.795,16
11130201-DEDUÇÃO DE RECEITA DE ICMS PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	-1.521.385.855,00	-1.391.183.338,71	-130.202.516,29	0,00
11130202-ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA	411.250.985,63	428.529.617,18	17.278.631,55	0,00
11130251-ICMS COMBUSTIVEL	2.255.165.885,41	2.057.626.865,70	0,00	197.539.019,71
11130251-RESTITUIÇÕES DE ICMS COMBUSTIVEL	0,00	-553,47	0,00	-553,47
11130252-ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	2.037.207.035,41	1.865.758.030,46	0,00	171.449.004,95
11130252-RESTITUIÇÕES DE ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	0,00	-18.730.679,36	0,00	-18.730.679,36
11130253-ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	1.576.011.665,81	1.435.892.640,41	0,00	140.119.025,40
11130253-RESTITUIÇÃO DE ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	0,00	-1.436.853,67	0,00	-1.436.853,67
11130254-ICMS COMUNICAÇÃO	762.907.908,15	680.628.083,86	0,00	82.279.824,29
11130255-ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	36.446.544,90	30.673.396,56	0,00	5.773.148,34
11130255-RESTITUIÇÕES DE ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	0,00	-191.511,26	0,00	-191.511,26
11130256-ICMS ENERGIA ELÉTRICA	1.176.436.967,19	1.113.906.948,94	0,00	62.530.018,25
11130257-ICMS INDÚSTRIA	2.027.189.441,04	1.885.969.336,14	0,00	141.220.104,90



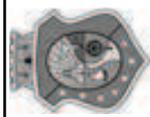
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11130257-RESTITUIÇÕES DE ICMS INDÚSTRIA	0,00	-9.326.878,70	0,00	-9.326.878,70
11130258-ICMS OUTROS SERVIÇOS	4.314.747,35	4.118.650,96	0,00	196.096,39
11130258-RESTITUIÇÕES DE ICMS OUTROS SERVIÇOS	0,00	-177.036,54	0,00	-177.036,54
11130259-ICMS PESSOA FÍSICA	15.377.269,18	14.767.960,92	0,00	609.308,26
11130259-RESTITUIÇÕES DE ICMS PESSOA FÍSICA	0,00	-53.529,61	0,00	-53.529,61
11130261-ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	24.075.996,73	23.339.375,29	0,00	736.621,44
11130261-RESTITUIÇÕES DE ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	0,00	-197.043,22	0,00	-197.043,22
11130262-RESTITUIÇÕES DE ICMS PESSOA JURÍDICA TRANSPORTE DE CARGA	0,00	-1.033,16	0,00	-1.033,16
11130263-ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	8.939.980,80	7.776.529,58	0,00	1.163.451,22
11130265-ICMS TRANSPORTE	142.835.037,14	129.575.995,13	0,00	13.259.042,01
11130265-RESTITUIÇÕES DE ICMS TRANSPORTE	0,00	-4.764,58	0,00	-4.764,58
11130266-ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	398.098,87	278.184,96	0,00	119.913,91
11130267-ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	75.061.121,02	67.180.912,51	0,00	7.880.208,51
11130267-RESTITUIÇÕES DE ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	0,00	-12.271,85	0,00	-12.271,85
112-TAXAS	11.621.992,00	12.458.457,08	836.465,08	0,00
1121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	235.188,00	1.090.435,56	855.247,56	0,00
112117-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	449,58	449,58	0,00
11211700-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	449,58	449,58	0,00
112121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	0,00	499.711,44	499.711,44	0,00
11212152-MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS	0,00	499.711,44	499.711,44	0,00
112152-TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	0,00	335.856,39	335.856,39	0,00
11215200-TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	0,00	335.856,39	335.856,39	0,00
112199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	235.188,00	254.418,15	19.230,15	0,00
11219953-TAXA DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - POLÍCIA CIVIL	0,00	252.914,60	252.914,60	0,00
11219958-TAXA PELA EMISSÃO DE LAUDO PERICIAL	0,00	1,00	1,00	0,00
11219962-TAXA DE REAVALIAÇÃO DE BENS OU DIREITOS OBJETO DE SUCESSÃO CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO	0,00	1.502,55	1.502,55	0,00
11219999-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	235.188,00	0,00	0,00	235.188,00
1122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	11.386.804,00	11.368.021,52	0,00	18.782,48
112229-EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	0,00	94.517,35	94.517,35	0,00
11222952-EMOLUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	0,00	94.517,35	94.517,35	0,00
112299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	11.386.804,00	11.273.504,17	0,00	113.299,83
11229951-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	2.268.637,00	1.477.751,79	0,00	790.885,21
11229952-TAXA DE SAÚDE	189.669,00	181.723,16	0,00	7.945,84



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11229953-TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS	18.593,00	49.148,64	30.555,64	0,00
11229957-TAXA DE SERVIÇOS GRÁFICOS	135.647,00	0,00	0,00	135.647,00
11229960-TAXA ANUAL DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO	8.610,00	24.508,93	15.898,93	0,00
11229970-CONTRIBUIÇÃO DO FERMOJU - CORRENTE	0,00	84.954,97	84.954,97	0,00
11229971-EDITORIAL E GRÁFICA	0,00	9.455.216,34	9.455.216,34	0,00
11229973-TAXA DE TRANSPORTE ANIMAL E VEGETAL	8.614.560,00	0,00	0,00	8.614.560,00
11229975-TAXA DE REGISTRO OU VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS	0,00	200,34	200,34	0,00
11229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	151.088,00	0,00	0,00	151.088,00
13-RECEITA PATRIMONIAL	186.804.918,00	281.341.055,21	94.536.137,21	0,00
131-RECEITAS IMOBILIÁRIAS	365.316,00	380.721,62	15.405,62	0,00
1311-ALUGUÉIS	364.312,00	380.721,62	16.409,62	0,00
131100-ALUGUÉIS	364.312,00	380.721,62	16.409,62	0,00
13110000-ALUGUÉIS	364.312,00	380.721,62	16.409,62	0,00
1312-ARRENDAMENTOS	1.004,00	0,00	0,00	1.004,00
131200-ARRENDAMENTOS	1.004,00	0,00	0,00	1.004,00
13120000-ARRENDAMENTOS	1.004,00	0,00	0,00	1.004,00
132-RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	176.108.456,00	278.000.206,77	101.891.750,77	0,00
1321-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	108.110.431,00	171.959.379,79	63.848.948,79	0,00
132100-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	108.110.431,00	171.959.379,79	63.848.948,79	0,00
13210000-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	108.110.431,00	171.959.379,79	63.848.948,79	0,00
1322-DIVIDENDOS	5.433.452,00	17.277.899,19	11.844.447,19	0,00
132200-DIVIDENDOS	5.433.452,00	17.277.899,19	11.844.447,19	0,00
13220000-DIVIDENDOS	5.433.452,00	17.277.899,19	11.844.447,19	0,00
1325-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	57.181.910,00	88.744.169,77	31.562.259,77	0,00
132501-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	57.181.910,00	88.723.479,32	31.541.569,32	0,00
13250102-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB OBS: FONTE 50.	5.235.883,00	17.570.158,03	12.334.275,03	0,00
13250109-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO (CIDE)	0,00	94.103,53	94.103,53	0,00
13250152-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - RECURSOS FECOP. FONTE 10	14.955.122,00	20.394.177,34	5.439.055,34	0,00
13250154-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONVÊNIO FEDERAL ADM. DIRETA - FONTE 82	32.892.418,00	40.989.246,20	8.096.828,20	0,00
13250154-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONVÊNIO FEDERAL ADM. DIRETA - FONTE 82	0,00	-349.574,05	0,00	-349.574,05
13250158-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONVÊNIO FEDERAL ADM. DIRETA - FONTE 82	0,00	1.674,89	1.674,89	0,00
13250158-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONVÊNIO COM ÓRGÃO PRIVADO - ADM. DIRETA - FONTE 88	0,00	1.674,89	1.674,89	0,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
13250160-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO INTERNACIONAL - ADM. DIRETA - FONTE 80	3.912.500,00	0,00	0,00	3.912.500,00
13250165-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – MEDIDAS COMPENSATORIAS AMBIENTAIS - FT 16	0,00	533.871,31	533.871,31	0,00
13250166-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SALÁRIO EDUCAÇÃO - FT 07	0,00	3.827.810,91	3.827.810,91	0,00
13250168-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	2.779.089,05	2.779.089,05	0,00
13250169-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FDI - FT 76	0,00	2.419.589,05	2.419.589,05	0,00
13250170-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – COTA-PARTE ROYALTIES - FT 44	0,00	463.333,06	463.333,06	0,00
13250199-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS	185.987,00	0,00	0,00	185.987,00
132502-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	20.690,45	20.690,45	0,00
13250201-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE POUpanÇA	0,00	20.690,45	20.690,45	0,00
1329-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.382.663,00	18.758,02	0,00	5.363.904,98
132900-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	18.758,02	18.758,02	0,00
13290000-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	18.758,02	18.758,02	0,00
132999-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.382.663,00	0,00	0,00	5.382.663,00
13299900-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.382.663,00	0,00	0,00	5.382.663,00
133-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	2.392.426,50	2.392.426,50	0,00
1333-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	2.392.426,50	2.392.426,50	0,00
133399-OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	2.392.426,50	2.392.426,50	0,00
13339952-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - CINTURÃO DIGITAL	0,00	2.392.426,50	2.392.426,50	0,00
139-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	10.331.146,00	567.700,32	0,00	9.763.445,68
1390-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	10.331.146,00	567.700,32	0,00	9.763.445,68
139051-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	10.331.146,00	567.700,32	0,00	9.763.445,68
13905100-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	10.331.146,00	567.700,32	0,00	9.763.445,68
16-RECEITA DE SERVIÇOS	18.872.464,00	10.041.304,42	0,00	8.831.159,58
160-RECEITA DE SERVIÇOS	18.872.464,00	10.041.304,42	0,00	8.831.159,58
1600-RECEITA DE SERVIÇOS	18.872.464,00	10.041.304,42	0,00	8.831.159,58
160005-SERVIÇOS DE SAÚDE	0,00	315,20	315,20	0,00
16000503-SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS	0,00	315,20	315,20	0,00
160013-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	3.555,42	3.555,42	0,00
16001302-SERVIÇOS DE VENDA DE EDITAIS	0,00	3.555,42	3.555,42	0,00
160019-SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	16.985.218,00	9.986.018,52	0,00	6.999.199,48



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
16001951-EQUIPAM. TURÍSTICOS - CENTRO DE CONVENÇÕES	188.725,00	21.825,63	0,00	166.899,37
16001952-EQUIPAM. TURÍSTICOS - CENTRO DE TURISMO	943.623,00	939.632,58	0,00	3.990,42
16001954-EQUIPAM. TURÍSTICOS - TELEFÉRICO DE UBAJARA	0,00	124.936,60	124.936,60	0,00
16001956-EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS - CENTRO DE EVENTOS	15.852.870,00	8.899.623,71	0,00	6.953.246,29
160050-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	1.887.246,00	0,00	0,00	1.887.246,00
16005000-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	1.887.246,00	0,00	0,00	1.887.246,00
160099-OUTROS SERVIÇOS	0,00	51.415,28	51.415,28	0,00
16009999-OUTROS SERVIÇOS	0,00	51.415,28	51.415,28	0,00
17-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.398.076.923,15	6.132.957.067,49	0,00	265.119.855,66
172-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.267.031.525,28	6.057.920.265,53	0,00	209.111.259,75
1721-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	4.824.676.691,51	4.675.341.202,56	0,00	149.335.488,95
172101-PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	4.632.541.702,51	4.539.735.136,36	0,00	92.806.566,15
17210101-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	5.726.173.256,00	5.604.079.930,87	0,00	122.093.325,13
17210101-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - FPE	-1.145.234.651,00	-1.120.815.985,90	-24.418.665,10	0,00
17210112-COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	39.862.378,00	46.923.221,89	7.060.843,89	0,00
17210112-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - IPI EXPORTAÇÃO	-6.075.187,00	-7.038.483,12	0,00	-963.296,12
17210113-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS - COMERCIALIZAÇÃO DO OURO	17.815.862,51	16.461.391,44	0,00	1.354.471,07
17210132-COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS - COMERCIALIZAÇÃO DO OURO	44,00	17,42	0,00	26,58
17210151-FEX - AUXÍLIO FINANCEIRO PARA FOMENTO EXPORTAÇÕES	0,00	125.043,76	125.043,76	0,00
172122-TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	42.024.054,00	29.370.379,09	0,00	12.653.674,91
17212220-COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	939.349,00	1.287.039,51	347.690,51	0,00
17212230-COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO - LEI Nº 7.990/89	22.681.765,00	6.996.770,72	0,00	15.684.994,28
17212240-COTA-PARTE ROYALTIES PELO EXCEDENTE DA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEI Nº 9.478/97, ARTIGO 49, I E II	0,00	4.532.531,10	4.532.531,10	0,00
17212270-COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	18.402.940,00	16.554.037,76	0,00	1.848.902,24
172135-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	124.060.000,00	87.178.610,03	0,00	36.881.389,97
17213501-TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	67.790.000,00	55.427.281,74	0,00	12.362.718,26
17213502-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	0,00	1.770,00	1.770,00	0,00
17213503-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	0,00	30.947.412,00	30.947.412,00	0,00
17213504-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE	0,00	802.146,29	802.146,29	0,00
17213599-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	56.270.000,00	0,00	0,00	56.270.000,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
172136-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	26.050.935,00	19.057.077,08	0,00	6.993.857,92
17213600-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	30.648.158,00	23.821.346,27	0,00	6.826.811,73
17213600-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS DESONERAÇÃO - L.C. 87/96	-4.597.223,00	-4.764.269,19	0,00	-167.046,19
1724-TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.442.354.833,77	1.382.579.062,97	0,00	59.775.770,80
172401-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	1.045.975.559,00	993.076.090,07	0,00	52.899.468,93
17240100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	1.045.975.559,00	993.076.090,07	0,00	52.899.468,93
172402-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	396.379.274,77	389.502.972,90	0,00	6.876.301,87
17240251-COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO	396.379.274,77	256.633.101,99	0,00	139.746.172,78
17240252-COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	132.869.870,91	132.869.870,91	0,00
176-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	131.045.397,87	75.036.801,96	0,00	56.008.595,91
1761-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	130.718.906,29	74.965.187,77	0,00	55.753.718,52
176101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
17610100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
176102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	18.759.543,59	18.759.543,59	0,00
17610200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	18.759.543,59	18.759.543,59	0,00
176104-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME	15.575.990,00	213.292,62	0,00	15.362.697,38
17610400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME	15.575.990,00	213.292,62	0,00	15.362.697,38
176105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	750.000,00	0,00	0,00	750.000,00
17610500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	750.000,00	0,00	0,00	750.000,00
176199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	114.092.916,29	55.992.351,56	0,00	58.100.564,73
17619900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	114.092.916,29	55.992.351,56	0,00	58.100.564,73
1763-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	50,00	50,00	0,00
176399-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS	0,00	50,00	50,00	0,00
17639900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS	0,00	50,00	50,00	0,00
1764-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	326.491,58	71.564,19	0,00	254.927,39
176400-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	326.491,58	71.564,19	0,00	254.927,39
17640000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	326.491,58	71.564,19	0,00	254.927,39
19-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	286.106.053,53	327.323.469,34	41.217.415,81	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
191-MULTAS E JUROS DE MORA	171.925.575,99	108.631.621,01	0,00	63.293.954,98
1911-MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	155.290.875,99	65.814.204,55	0,00	89.476.671,44
191120-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	1.223.257,00	2.820.663,29	1.597.406,29	0,00
19112051-MULTAS E JUROS DE MORA - ITCD	1.507.435,00	3.525.829,11	2.018.394,11	0,00
19112051-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ITCD PARA O FUNDEB	-301.487,00	-705.165,82	0,00	-403.678,82
19112052-MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - ITCD	17.309,00	0,00	0,00	17.309,00
191141-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	13.003.836,00	20.123.961,96	7.120.125,96	0,00
19114151-MULTAS E JUROS DE MORA - IPVA	14.448.707,00	22.360.664,37	7.911.957,37	0,00
19114151-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - IPVA PARA O FUNDEB	-1.444.871,00	-2.236.066,44	0,00	-791.195,44
19114152-RESTITUIÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - IPVA	0,00	-635,97	0,00	-635,97
191142-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS	83.522.408,99	42.869.579,30	0,00	40.652.829,69
19114251-MULTAS E JUROS DE MORA ICMS COMBUSTÍVEL	168.372,81	810.103,93	641.731,12	0,00
19114251-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS PARA O FUNDEB	-8.874.153,00	-4.214.679,09	-4.659.473,91	0,00
19114252-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	15.144.654,64	5.379.393,14	0,00	9.765.261,50
19114252-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADE - ICMS PARA O FUNDEB	0,00	-3.109.016,50	0,00	-3.109.016,50
19114253-MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS VAREJISTA	12.727.575,00	6.963.642,31	0,00	5.763.932,69
19114254-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS COMUNICAÇÃO	2.551.254,16	140.624,56	0,00	2.410.629,60
19114255-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	660.197,09	498.914,79	0,00	161.282,30
19114256-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	2.953.619,38	2.246.126,19	0,00	707.493,19
19114257-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS INDÚSTRIA	18.749.096,45	9.532.225,12	0,00	9.216.871,33
19114258-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	162.679,84	65.865,62	0,00	96.814,22
19114259-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PESSOA FÍSICA	95.315,34	113.352,38	18.037,04	0,00
19114261-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	565.166,83	72.696,05	0,00	492.470,78
19114263-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	125.691,88	92.328,19	0,00	33.363,69
19114265-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS TRANSPORTE	2.685.857,73	1.309.657,65	0,00	1.376.200,08
19114266-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	1.710,72	4.065,31	2.354,59	0,00
19114267-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	1.203.456,46	868.865,37	0,00	334.591,09
19114268-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - FECOP	1.786.728,95	644.350,67	0,00	1.142.378,28
19114270-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMBUSTIVEL	96.407,76	1.017.438,38	921.030,62	0,00
19114271-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	5.701.320,55	1.972.720,38	0,00	3.728.600,17
19114272-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	5.836.721,59	1.923.109,37	0,00	3.913.612,22
19114273-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMUNICAÇÃO	418.730,50	159.798,78	0,00	258.931,72



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19114274-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	167.769,66	87.554,11	0,00	80.215,55
19114275-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	3.857.092,84	448.512,44	0,00	3.408.580,40
19114276-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS INDÚSTRIA	4.981.010,55	8.839.211,14	3.858.200,59	0,00
19114277-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	141.778,59	14.229,97	0,00	127.548,62
19114278-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PESSOA FÍSICA	2.745.215,30	951.872,29	0,00	1.793.343,01
19114280-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	6.441.211,84	4.867.611,60	0,00	1.573.600,24
19114282-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	89.241,59	90.025,59	784,00	0,00
19114284-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS TRANSPORTE	2.193.660,11	1.034.937,52	0,00	1.158.722,59
19114286-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	145.023,83	44.042,04	0,00	100.981,79
191199-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	57.541.374,00	0,00	0,00	57.541.374,00
19119901-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	57.541.374,00	0,00	0,00	57.541.374,00
1913-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	16.634.700,00	9.193.332,46	0,00	7.441.367,54
191314-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	1.609.861,00	1.529.561,36	0,00	80.299,64
19131451-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	1.788.734,00	1.699.512,62	0,00	89.221,38
19131451-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA PARA O FUNDEB	-178.873,00	-169.951,26	-8.921,74	0,00
191315-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS	14.234.615,00	7.311.080,97	0,00	6.923.534,03
19131551-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMBUSTÍVEL	20.160,59	2.601,00	0,00	17.559,59
19131551-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PARA O FUNDEB	-1.211.546,00	-727.734,32	-483.811,68	0,00
19131552-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA - ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	794.965,42	491.007,22	0,00	303.958,20
19131552-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PARA O FUNDEB	0,00	-631.537,50	0,00	-631.537,50
19131553-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS VAREJISTA	3.032.360,21	1.107.343,57	0,00	1.925.016,64
19131554-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMUNICAÇÃO	34.200,55	3.643,00	0,00	30.557,55
19131555-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	23.415,18	8.139,99	0,00	15.275,19
19131556-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	448,35	982,91	534,56	0,00
19131557-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS INDÚSTRIA	2.787.699,35	2.171.692,18	0,00	616.007,17
19131558-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	26.206,27	14.950,40	0,00	11.255,87
19131559-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA FÍSICA	78,51	0,00	0,00	78,51
19131561-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	541.416,95	242.961,74	0,00	298.455,21
19131563-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	47.769,60	29.846,68	0,00	17.922,92
19131565-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS TRANSPORTE	1.138.640,74	602.048,41	0,00	536.592,33



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
Especificação	470.671,21	176.345,05	0,00	294.326,16
19131567-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	0,00	1.194,29	1.194,29	0,00
19131568-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS - FECOP	15.006,68	6.400,00	0,00	8.606,68
19131570-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMBUSTIVEL	677.137,70	1.064.988,56	387.850,86	0,00
19131571-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	2.164.763,45	1.263.422,48	0,00	901.340,97
19131572-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	12.706,27	0,00	0,00	12.706,27
19131573-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMUNICAÇÃO	27.805,12	7.816,18	0,00	19.988,94
19131574-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	2.199.879,87	886.327,57	0,00	1.313.552,30
19131576-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS INDÚSTRIA	4.237,94	15.397,84	11.159,90	0,00
19131577-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	5.062,01	4.401,97	0,00	660,04
19131578-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA FÍSICA	556.708,21	293.951,73	0,00	262.756,48
19131580-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	8.107,24	37.775,57	29.668,33	0,00
19131582-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	382.077,32	148.290,56	0,00	233.786,76
19131584-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS TRANSPORTE	474.636,26	88.823,89	0,00	385.812,37
19131586-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	780.839,00	352.690,13	0,00	428.148,87
191320-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	954.803,00	440.862,66	0,00	513.940,34
19132051-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	-190.961,00	-88.172,53	-102.788,47	0,00
19132051-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD PARA O FUNDEB	16.997,00	0,00	0,00	16.997,00
19132052-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	9.385,00	0,00	0,00	9.385,00
191399-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	9.385,00	0,00	0,00	9.385,00
19139900-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	0,00	1.820.069,55	1.820.069,55	0,00
1915-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	1.820.069,55	1.820.069,55	0,00
191599-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	1.474.282,53	1.474.282,53	0,00
19159951-MULTAS DECORRENTES DA DÍVIDA ATIVA	0,00	345.787,02	345.787,02	0,00
19159953-ENCARGOS SOBRE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	0,00	31.804.014,45	31.804.014,45	0,00
1919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	120.726,00	120.726,00	0,00
191927-MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	120.726,00	120.726,00	0,00
19192700-MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	46.092,33	46.092,33	0,00
191948-MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	0,00	46.092,33	46.092,33	0,00
19194800-MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	0,00	898.687,31	898.687,31	0,00
191951-MULTAS DO TCM-CE				



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19195100-MULTAS DO TCM-CE	0,00	898.687,31	898.687,31	0,00
191999-OUTRAS MULTAS	0,00	30.738.508,81	30.738.508,81	0,00
19199951-MULTAS DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	0,00	30.421.595,41	30.421.595,41	0,00
19199951-RESTITUIÇÕES DE MULTAS DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	0,00	-11.287,38	0,00	-11.287,38
19199999-OUTRAS MULTAS CONTRATUAIS	0,00	328.200,78	328.200,78	0,00
192-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.763.841,00	71.980.566,76	49.216.725,76	0,00
1921-INDENIZAÇÕES	22.763.841,00	10.595.534,25	0,00	12.168.306,75
192105-INDENIZAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	22.763.841,00	10.597.652,84	0,00	12.166.188,16
19210551-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	22.763.841,00	10.597.652,84	0,00	12.166.188,16
192199-OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	-2.118,59	0,00	2.118,59
19219900-OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	2.662.717,27	2.662.717,27	0,00
19219900-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	-2.664.835,86	0,00	-2.664.835,86
1922-RESTITUIÇÕES	0,00	61.385.032,51	61.385.032,51	0,00
192201-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIO	0,00	12.581.245,11	12.581.245,11	0,00
19220100-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIO	0,00	12.583.553,11	12.583.553,11	0,00
19220100-RESTITUIÇÃO DE RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIO	0,00	-2.308,00	0,00	-2.308,00
192203-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIO CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FECOP	0,00	1.110.081,34	1.110.081,34	0,00
19220300-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIO CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FECOP	0,00	1.110.081,34	1.110.081,34	0,00
192299-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	47.693.706,06	47.693.706,06	0,00
19229951-RESTITUIÇÕES AO FUNDEB	0,00	756.856,17	756.856,17	0,00
19229952-RESTITUIÇÕES DE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	689.612,74	689.612,74	0,00
19229953-RESTITUIÇÕES DE VALE-TRANSPORTE	0,00	6.234.798,71	6.234.798,71	0,00
19229956-RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO	0,00	20.507.519,76	20.507.519,76	0,00
19229957-DE VOLUÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	38.937,88	38.937,88	0,00
19229960-REMBOLSO P/ PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	69.115,53	69.115,53	0,00
19229963-DE VOLUÇÃO DE DIÁRIAS	0,00	92.228,09	92.228,09	0,00
19229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	19.380.315,76	19.380.315,76	0,00
19229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	-75.678,58	0,00	-75.678,58
193-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	40.278.759,00	61.097.388,14	20.818.629,14	0,00
1931-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	39.348.594,00	54.182.320,00	14.833.726,00	0,00
193107-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	0,00	66.568,40	66.568,40	0,00
19310700-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	0,00	66.568,40	66.568,40	0,00
193114-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	2.660.719,00	4.648.017,03	1.987.298,03	0,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19311400-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	2.956.354,00	5.164.463,37	2.208.109,37	0,00
19311400-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	-295.635,00	-516.446,34	0,00	-220.811,34
193115-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS	35.419.605,00	46.148.139,40	10.728.534,40	0,00
19311500-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	-6.250.518,00	-8.143.390,98	0,00	-1.892.872,98
19311551-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS COMBUSTÍVEL	114.421,56	1.864.277,07	1.749.855,51	0,00
19311552-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	5.047.671,54	7.655.936,01	2.608.264,47	0,00
19311553-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	11.773.017,02	13.481.128,63	1.708.111,61	0,00
19311554-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMUNICAÇÃO	133.333,83	996.786,21	863.452,38	0,00
19311555-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	112.752,90	108.571,14	0,00	4.181,76
19311556-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	724,53	1.999.025,74	1.998.301,21	0,00
19311557-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS INDÚSTRIA	15.426.040,51	17.549.049,52	2.123.009,01	0,00
19311558-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	91.162,31	558.989,79	467.827,48	0,00
19311559-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA FÍSICA	66.597,52	85.443,18	18.845,66	0,00
19311561-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	2.856.525,90	2.829.246,18	0,00	27.279,72
19311563-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	216.308,05	289.751,91	73.443,86	0,00
19311565-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS TRANSPORTE	3.508.205,19	5.033.892,03	1.525.686,84	0,00
19311567-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	2.323.362,14	1.837.175,78	0,00	486.186,36
19311568-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS FECOP	0,00	2.257,19	2.257,19	0,00
193120-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	1.268.270,00	3.319.595,17	2.051.325,17	0,00
19312000-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	1.585.338,00	4.149.493,96	2.564.155,96	0,00
1932-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	-317.068,00	-829.898,79	0,00	-512.830,79
193244-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	930.165,00	6.915.068,14	5.984.903,14	0,00
19324400-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	930.165,00	0,00	0,00	930.165,00
193299-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	6.915.068,14	6.915.068,14	0,00
19329901-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	0,00	6.373.510,54	6.373.510,54	0,00
19329902-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - ADMINISTRATIVA	0,00	541.557,60	541.557,60	0,00
199-RECEITAS DIVERSAS	51.137.877,54	85.613.893,43	34.476.015,89	0,00
1990-RECEITAS DIVERSAS	51.137.877,54	85.613.893,43	34.476.015,89	0,00
199002-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
19900202-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
199022-RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	0,00	192.113,80	192.113,80	0,00
19902200-RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	0,00	192.113,80	192.113,80	0,00
199099-OUTRAS RECEITAS	51.137.877,54	85.419.779,63	34.281.902,09	0,00
19909953-RETORNO DO FDI	0,00	5.701.941,41	5.701.941,41	0,00
19909955-PARTICIPAÇÃO NOS ENCARGOS DO FDI - DIFERIDO	8.475.109,29	19.794.110,58	11.319.001,29	0,00
19909957-SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.546.891,80	3.546.891,80	0,00
19909960-RENDAS	0,00	45.534,54	45.534,54	0,00
19909962-RECEITA DE APTAMENTOS, PROTESTOS E CANCELAMENTOS	0,00	335.846,81	335.846,81	0,00
19909966-PROGRAMA DO LEITE	0,00	5.361,60	5.361,60	0,00
19909967-RECURSOS DE EMPRESAS CONSIGNATÁRIAS	0,00	203,13	203,13	0,00
19909968-RESSARCIMENTO	0,00	451.880,92	451.880,92	0,00
19909969-DOAÇÕES EM DINHEIRO	0,00	8.000.000,00	8.000.000,00	0,00
19909976-ENCARGOS DO FDI / PROVIN	0,00	1.225.650,69	1.225.650,69	0,00
19909978-DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 15.878	0,00	45.939.091,64	45.939.091,64	0,00
19909998-OUTRAS RECEITA FECOP	0,00	373.266,51	373.266,51	0,00
19909999-OUTRAS RECEITAS	42.662.768,25	0,00	0,00	42.662.768,25
2-RECEITAS DE CAPITAL	4.119.717.258,65	1.836.372.285,68	0,00	2.283.344.972,97
21-OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.872.691.255,30	1.539.756.896,97	0,00	1.332.934.358,33
211-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.324.996.390,27	594.840.239,94	0,00	730.156.150,33
2114-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	1.324.996.390,27	594.840.239,94	0,00	730.156.150,33
211401-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	29.386.780,00	6.102.103,28	0,00	23.284.676,72
21140100-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	29.386.780,00	6.102.103,28	0,00	23.284.676,72
211402-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	28.005.000,00	0,00	0,00	28.005.000,00
21140200-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	28.005.000,00	0,00	0,00	28.005.000,00
211403-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	15.000.000,00	39.062.592,05	24.062.592,05	0,00
21140300-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	15.000.000,00	39.062.592,05	24.062.592,05	0,00
211405-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	24.960.257,00	0,00	0,00	24.960.257,00
21140500-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	24.960.257,00	0,00	0,00	24.960.257,00
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24.960.257,00	0,00	0,00	24.960.257,00
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24.960.257,00	0,00	0,00	24.960.257,00
211407-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MORADIA POPULAR	85.372.069,70	5.086.445,40	0,00	80.285.624,30
21140700-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MORADIA POPULAR	85.372.069,70	5.086.445,40	0,00	80.285.624,30
211499-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	1.142.272.283,57	544.589.099,21	0,00	597.683.184,36
21149952-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA	221.113.426,00	339.520.802,87	118.407.376,87	0,00
21149953-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE TRANSPORTES	754.669.281,00	1.739.618,47	0,00	752.929.662,53



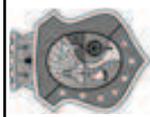
Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
21149954-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE AÇÃO SOCIAL	0,00	57.278.146,52	57.278.146,52	0,00
21149957-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTI.BB	129.281.826,57	52.645.676,03	0,00	76.636.150,54
21149958-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES - ESTADOS	12.006.750,00	93.404.855,32	81.398.105,32	0,00
21149959-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00
21149999-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	201.000,00	0,00	0,00	201.000,00
212-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.547.694.865,03	944.916.657,03	0,00	602.778.208,00
2123-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	1.547.694.865,03	944.916.657,03	0,00	602.778.208,00
212302-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	6.929.141,00	0,00	0,00	6.929.141,00
21230200-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	6.929.141,00	0,00	0,00	6.929.141,00
212303-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	11.129.881,00	624.276,12	0,00	10.505.604,88
21230300-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	11.129.881,00	624.276,12	0,00	10.505.604,88
212304-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00
21230400-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00
212305-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	235.953.153,00	24.575.873,07	0,00	211.377.279,93
21230500-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	235.953.153,00	24.575.873,07	0,00	211.377.279,93
212399-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	1.292.182.690,03	919.716.507,84	0,00	372.466.182,19
21239951-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE TURISMO	85.741.675,00	139.185.680,00	53.444.005,00	0,00
21239952-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA	903.248.822,00	70.659.942,66	0,00	832.588.879,34
21239953-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE TRANSPORTES	6.000.000,00	484.069.583,31	478.069.583,31	0,00
21239954-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE AÇÃO SOCIAL	6.827.000,00	149.245.020,55	142.418.020,55	0,00
21239956-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - SWAP	21.007.505,54	0,00	0,00	21.007.505,54
21239958-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PFORCEARÁ	215.186.241,57	76.556.281,32	0,00	138.629.960,25
21239999-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	54.171.445,92	0,00	0,00	54.171.445,92
22-ALIEAÇÃO DE BENS	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79	0,00
221-ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79	0,00
2210-ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79	0,00
221000-ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79	0,00
22100000-ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79	0,00
24-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.242.462.337,35	282.650.536,86	0,00	959.811.800,49
247-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.242.462.337,35	282.650.536,86	0,00	959.811.800,49
2471-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.241.323.337,35	282.645.536,86	0,00	958.677.800,49
247102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	148.845.000,00	48.417.632,08	0,00	100.427.367,92
24710200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE	148.845.000,00	48.417.632,08	0,00	100.427.367,92



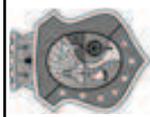
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
EDUCAÇÃO				
247103-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	620.194.411,00	148.292.324,53	0,00	471.902.086,47
24710300-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	620.194.411,00	148.292.324,53	0,00	471.902.086,47
247104-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	20.408.423,00	0,00	0,00	20.408.423,00
24710400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	20.408.423,00	0,00	0,00	20.408.423,00
247105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	3.850.000,00	32.319,80	0,00	3.817.680,20
24710500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	3.850.000,00	32.319,80	0,00	3.817.680,20
247199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	448.025.503,35	85.903.260,45	0,00	362.122.242,90
24719900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	448.025.503,35	85.903.260,45	0,00	362.122.242,90
2473-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	1.139.000,00	0,00	0,00	1.139.000,00
247302-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	1.139.000,00	0,00	0,00	1.139.000,00
24730200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	1.139.000,00	0,00	0,00	1.139.000,00
2474-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00
247400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00
24740000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00
25-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.345.120,00	11.246.585,06	7.901.465,06	0,00
259-OUTRAS RECEITAS	3.345.120,00	11.246.585,06	7.901.465,06	0,00
2590-OUTRAS RECEITAS	3.345.120,00	11.246.585,06	7.901.465,06	0,00
259001-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	1.246.585,06	1.246.585,06	0,00
25900100-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	1.246.585,06	1.246.585,06	0,00
259099-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.345.120,00	10.000.000,00	6.654.880,00	0,00
25909900-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.345.120,00	10.000.000,00	6.654.880,00	0,00
7-RECEITAS CORRENTES	6.143.826,00	59.381.937,53	53.238.111,53	0,00
79-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.143.826,00	59.381.937,53	53.238.111,53	0,00
792-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	3.938.963,09	3.938.963,09	0,00
7922-RESTITUIÇÕES	0,00	3.938.963,09	3.938.963,09	0,00
792299-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	3.938.963,09	3.938.963,09	0,00
79229956-RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO	0,00	438.929,70	438.929,70	0,00
79229957-RESTITUIÇÕES DE CONSIGNAÇÕES BRADESCO	0,00	33,39	33,39	0,00
79229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
799-RECEITAS DIVERSAS	6.143.826,00	55.442.974,44	49.299.148,44	0,00
7990-RECEITAS DIVERSAS	6.143.826,00	55.442.974,44	49.299.148,44	0,00
799099-OUTRAS RECEITAS	6.143.826,00	55.442.974,44	49.299.148,44	0,00
79909958-SUPERÁVIT FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS	0,00	55.442.974,44	55.442.974,44	0,00
79909999-OUTRAS RECEITAS	6.143.826,00	0,00	0,00	6.143.826,00
Total Geral:	21.502.073.430,96	18.459.137.188,19	0,00	3.042.936.242,77



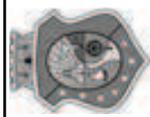
Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3	DESPESA CORRENTE	11.864.281.164,34	8.226.235,17	11.872.507.399,51	11.281.089.629,79	591.417.769,72	
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.016.763.237,64	1.016.918,29	6.017.780.155,93	5.891.296.285,09	126.483.870,84	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	5.243.692.220,56	989.161,24	5.244.681.381,80	5.136.324.917,36	108.356.464,44	
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	5.069.542,00	0,00	5.069.542,00	4.654.616,36	414.925,64	
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	324.401.317,71	0,00	324.401.317,71	321.864.396,87	2.536.920,84	
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	245.656,60	5.385,56	251.042,16	69.493,88	181.548,28	
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.673.289.651,78	704.832,79	3.673.994.484,57	3.579.899.415,70	94.095.068,87	
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.047.087.406,16	0,00	1.047.087.406,16	1.044.729.970,87	2.357.435,29	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	32.677.757,55	128.151,99	32.805.909,54	30.856.832,30	1.949.077,24	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.784.452,87	0,00	3.784.452,87	3.591.691,97	192.760,90	
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	52.000,00	8.757,05	60.757,05	0,00	60.757,05	
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	62.633.416,21	0,00	62.633.416,21	61.474.626,34	1.158.789,87	
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	74.027.250,50	0,00	74.027.250,50	71.195.074,92	2.832.175,58	
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	2.691.902,05	0,00	2.691.902,05	2.659.842,34	32.059,71	
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	17.731.867,13	142.033,85	17.873.900,98	15.328.955,81	2.544.945,17	
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	773.071.017,08	27.757,05	773.098.774,13	754.971.367,73	18.127.406,40	
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	771.695.730,62	27.757,05	771.723.487,67	753.732.876,74	17.990.610,93	
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	889.062,16	0,00	889.062,16	752.751,07	136.311,09	
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	486.224,30	0,00	486.224,30	485.739,92	484,38	
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	386.018.892,56	0,00	386.018.892,56	381.607.776,45	4.411.116,11	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	386.018.892,56	0,00	386.018.892,56	381.607.776,45	4.411.116,11	
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	371.379.632,63	0,00	371.379.632,63	367.187.588,57	4.192.044,06	
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	14.639.259,93	0,00	14.639.259,93	14.420.187,88	219.072,05	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.461.499.034,14	7.209.316,88	5.468.708.351,02	5.008.185.568,25	460.522.782,77	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33321400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33323900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	2.938.799.278,94	0,00	2.938.799.278,94	2.759.412.823,96	179.386.454,98	
33404100	CONTRIBUIÇÕES	57.863.268,71	0,00	57.863.268,71	55.450.674,44	2.412.594,27	



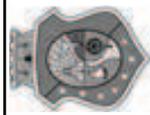
Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.880.936.010,23	0,00	2.880.936.010,23	2.703.962.149,52	176.973.860,71	
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	285.399.714,00	3.211.011,00	288.610.725,00	259.641.189,79	28.969.535,21	
33503500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	203.394.900,98	0,00	203.394.900,98	190.459.611,23	12.935.289,75	
33504100	CONTRIBUIÇÕES	75.564.410,14	1.834.011,00	77.398.421,14	63.960.984,82	13.437.436,32	
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.686.966,84	1.377.000,00	7.063.966,84	4.474.157,70	2.589.809,14	
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	748.436,04	0,00	748.436,04	746.436,04	2.000,00	
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	8.479.985,16	0,00	8.479.985,16	8.344.001,91	135.983,25	
33604100	CONTRIBUIÇÕES	3.683.416,16	0,00	3.683.416,16	3.584.916,16	98.500,00	
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	4.796.569,00	0,00	4.796.569,00	4.759.085,75	37.483,25	
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO-PRIVADA – PPP	4.971.553,51	0,00	4.971.553,51	2.690.237,58	2.281.315,93	
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO - PRIVADA - PPP, EXCETO SUB	4.971.553,51	0,00	4.971.553,51	2.690.237,58	2.281.315,93	
3370	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.745.000,00	0,00	9.745.000,00	9.743.598,18	1.401,82	
33709200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.745.000,00	0,00	9.745.000,00	9.743.598,18	1.401,82	
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33801400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	2.188.984.442,67	3.893.305,88	2.192.877.748,55	1.953.103.094,24	239.774.654,31	
33900300	PENSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00	
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.212.129,79	0,00	1.212.129,79	1.069.324,59	142.805,20	
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	13.633.653,78	187.591,87	13.821.245,65	10.697.953,29	3.123.292,36	
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	13.494.536,95	0,00	13.494.536,95	12.562.705,56	931.831,39	
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	706.778,07	0,00	706.778,07	485.262,48	221.515,59	
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	439.920,00	0,00	439.920,00	428.760,00	11.160,00	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	169.025.471,08	323.078,00	169.348.549,08	134.451.097,07	34.897.452,01	
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS,	4.279.964,81	0,00	4.279.964,81	3.846.915,60	433.049,21	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext		
DESPORTIVAS E OUTRAS					
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	28.293.795,79	0,00	28.293.795,79	6.453.640,65
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	14.753.232,07	174.000,00	14.927.232,07	2.868.624,59
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	83.960.963,01	0,00	83.960.963,01	2.930.948,52
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.523.017,37	40.000,00	3.563.017,37	816.193,70
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	137.076.722,22	127.772,80	137.204.495,02	5.952.910,24
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	478.707.814,98	2.257.950,00	480.965.764,98	34.768.373,50
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	700.937.559,39	666.863,21	701.604.422,60	104.836.165,99
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.534.500,00	0,00	2.534.500,00	86.628,70
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	141.820.648,05	81.000,00	141.901.648,05	9.622.544,91
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	138.702.602,44	32.680,00	138.735.282,44	1.247.006,61
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	7.630.801,00	0,00	7.630.801,00	570.357,00
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	558.885,02	2.000,00	560.885,02	168.241,69
33905900	PENSOES ESPECIAIS	11.347.325,00	0,00	11.347.325,00	477.470,02
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.200,00	0,00	1.200,00	420,00
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43.793.336,12	0,00	43.793.336,12	4.434.945,44
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	192.549.485,73	370,00	192.549.855,73	24.778.976,99
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	25.119.059,86	105.000,00	25.224.059,86	9.973.437,27
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.608.574,27	100.000,00	12.708.574,27	5.040.390,63
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.891.319,14	5.000,00	1.896.319,14	1.026.174,44
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.444.804,16	0,00	1.444.804,16	429.888,75
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.174.362,29	0,00	9.174.362,29	3.476.983,45
3393	DECORRENTE ORÇÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00	0,00	0,00	0,00
33933000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
4	DESPESA DE CAPITAL	4.404.483.995,78	155.013,00	4.404.639.008,78	2.024.180.540,69
44	INVESTIMENTOS	3.588.509.090,35	155.013,00	3.588.664.103,35	1.993.859.791,47
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00
44204100	CONTRIBUIÇÕES	50.000,00	0,00	50.000,00	50.000,00
44204200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	75.768.686,09	0,00	75.768.686,09	12.502.348,02



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	3.710.191,75	0,00	3.710.191,75	2.751.212,28	958.979,47
44404200	AUXÍLIOS	67.119.897,09	0,00	67.119.897,09	55.588.502,45	11.531.394,64
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.938.597,25	0,00	4.938.597,25	4.926.623,34	11.973,91
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44414200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	53.491.607,81	0,00	53.491.607,81	37.069.976,45	16.421.631,36
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.022.749,10	0,00	20.022.749,10	18.614.437,42	1.408.311,68
44504100	CONTRIBUIÇÕES	8.811.541,32	0,00	8.811.541,32	8.601.541,32	210.000,00
44504200	AUXÍLIOS	24.657.317,39	0,00	24.657.317,39	9.853.997,71	14.803.319,68
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	28.000,00	0,00	28.000,00	0,00	28.000,00
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	28.000,00	0,00	28.000,00	0,00	28.000,00
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	3.457.600.087,78	155.013,00	3.457.755.100,78	1.494.077.227,79	1.963.677.872,99
44901400	DIÁRIA-CIVIL	362.683,51	0,00	362.683,51	46.148,74	316.534,77
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	2.506.543,80	0,00	2.506.543,80	276.258,77	2.230.285,03
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	64.740,69	0,00	64.740,69	24.962,05	39.778,64
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	74.324.956,31	0,00	74.324.956,31	15.648.324,24	58.676.632,07
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	517.994,00	0,00	517.994,00	112.854,00	405.140,00
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	706.407,78	0,00	706.407,78	634.448,10	71.959,68
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	222.190.147,04	0,00	222.190.147,04	107.845.371,23	114.344.775,81
44904100	CONTRIBUIÇÕES	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	2.601.885,83	7.398.114,17
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	47.947.680,07	0,00	47.947.680,07	47.947.674,37	5,70
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	330.227,52	0,00	330.227,52	152.468,81	177.758,71
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.170.633.470,81	0,00	2.170.633.470,81	829.402.089,16	1.341.231.381,65
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	610.013.444,19	155.013,00	610.168.457,19	266.414.196,18	343.754.261,01
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	43.413.177,55	0,00	43.413.177,55	43.190.647,75	222.529,80
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	40.060.877,76	0,00	40.060.877,76	35.574.285,61	4.486.592,15
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	144.692,00	0,00	144.692,00	144.691,78	0,22
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	194.592.126,89	0,00	194.592.126,89	122.052.044,50	72.540.082,39
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	39.790.917,86	0,00	39.790.917,86	22.008.876,67	17.782.041,19
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS	1.020.302,41	0,00	1.020.302,41	390.769,57	629.532,84



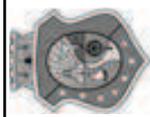
Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	65.202,00	0,00	65.202,00	18.600,69
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	955.100,41	0,00	955.100,41	610.932,15
4494	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
4496	APLICAÇÕES DIRETAS	550.406,26	0,00	550.406,26	550.406,26
44965100	OBRAS E INSTALAÇÕES	550.406,26	0,00	550.406,26	550.406,26
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	143.934.421,11	0,00	143.934.421,11	25.571.519,24
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	143.934.421,11	0,00	143.934.421,11	25.571.519,24
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	649.000,00	0,00	649.000,00	11.000,00
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	143.275.421,11	0,00	143.275.421,11	25.550.519,24
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	672.040.484,32	0,00	672.040.484,32	4.749.229,98
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	672.040.484,32	0,00	672.040.484,32	4.749.229,98
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	672.040.484,32	0,00	672.040.484,32	4.749.229,98
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.215.808,65	0,00	15.215.808,65	15.215.808,65
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.215.808,65	0,00	15.215.808,65	15.215.808,65
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.215.808,65	0,00	15.215.808,65	15.215.808,65
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.215.808,65	0,00	15.215.808,65	15.215.808,65
Total Geral:		16.283.980.968,77	8.381.248,17	16.292.362.216,94	2.630.814.119,06



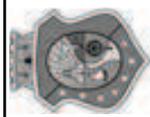
Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Realizadas		Autorizadas	Realizadas	
010001-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	415.896.483,70	0,00	415.896.483,70	403.914.370,22	11.982.113,48	
020001-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	83.246.437,00	0,00	83.246.437,00	79.934.349,93	3.312.087,07	
030001-TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS	100.526.741,86	0,00	100.526.741,86	98.639.995,90	1.886.745,96	
040001-TRIBUNAL DE JUSTICA	1.002.027.336,00	0,00	1.002.027.336,00	998.280.880,25	3.746.455,75	
060001-DEFENSORIA PUBLICA GERAL	119.789.491,00	0,00	119.789.491,00	109.382.942,53	10.406.548,47	
080001-SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	1.281.579.852,30	0,00	1.281.579.852,30	559.823.668,73	721.756.183,57	
100001-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL	86.547.045,01	0,00	86.547.045,01	76.487.900,87	10.059.144,14	
101021-SSPDC POLICIA CIVIL	335.949.596,13	0,00	335.949.596,13	324.809.394,74	11.140.201,39	
101031-POLICIA MILITAR	1.224.337.701,36	0,00	1.224.337.701,36	1.216.408.102,48	7.929.598,88	
101041-CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARA	166.345.902,45	0,00	166.345.902,45	156.051.488,78	10.294.413,67	
101071-PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARA	72.245.590,74	0,00	72.245.590,74	66.861.523,31	5.384.067,43	
101081-ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANCA PUBLICA	15.454.095,00	0,00	15.454.095,00	12.974.613,16	2.479.481,84	
110001-GABINETE DO GOVERNADOR	39.710.556,70	0,00	39.710.556,70	33.680.869,60	6.029.687,10	
120001-GABINETE DO VICE GOVERNADOR	5.403.861,36	0,00	5.403.861,36	3.031.690,79	2.372.170,57	
130001-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	66.204.147,00	0,00	66.204.147,00	62.209.088,37	3.995.058,63	
140001-CASA MILITAR	10.386.537,00	0,00	10.386.537,00	10.004.948,89	381.588,11	
150001-PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA	385.384.233,00	0,00	385.384.233,00	369.317.463,62	16.066.769,38	
170001-CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	5.820.680,00	0,00	5.820.680,00	4.956.121,17	864.558,83	
180001-SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA	400.065.672,16	0,00	400.065.672,16	333.449.478,16	66.616.194,00	
190001-SECRETARIA DA FAZENDA	750.124.855,00	0,00	750.124.855,00	676.425.207,80	73.699.647,20	
191011-ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	4.220.909.212,40	0,00	4.220.909.212,40	4.022.576.599,13	198.332.613,27	
210001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	437.277.757,07	0,00	437.277.757,07	359.688.376,88	77.589.380,19	
220001-SECRETARIA DA EDUCACAO	2.578.982.603,24	0,00	2.578.982.603,24	2.335.087.854,05	243.894.749,19	
225001-CENTRO DE EDUCACAO A DISTANCIA DO ESTADO DO CEARA	2.884.793,20	0,00	2.884.793,20	566.081,41	2.318.711,79	
270001-SECRETARIA DA CULTURA	68.573.404,54	0,00	68.573.404,54	54.462.046,19	14.111.358,35	
290001-SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	708.507.541,82	0,00	708.507.541,82	277.642.976,26	430.864.565,56	
300001-CASA CIVIL	145.854.255,74	0,00	145.854.255,74	135.115.515,36	10.738.740,38	
310001-SECRETARIA DA CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO SUPERIOR	248.123.020,03	0,00	248.123.020,03	36.681.422,41	211.441.597,62	
360001-SECRETARIA DO TURISMO	274.074.576,73	0,00	274.074.576,73	98.930.717,92	175.143.858,81	
410001-CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	21.385.649,26	0,00	21.385.649,26	17.919.612,85	3.466.036,41	
420001-SECRETARIA DO ESPORTE	102.615.183,43	0,00	102.615.183,43	70.756.183,41	31.859.000,02	
430001-SECRETARIA DAS CIDADES	533.454.745,80	0,00	533.454.745,80	396.785.750,99	136.668.994,81	



Código-Títulos	Despesas Autorizadas		Esp + Ext	Despesas Totais		Diferença
	Ord + Supl - Anul	Autorizadas		Autorizadas	Realizadas	
460001-SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO	115.939.486,10	115.939.486,10	0,00	115.939.486,10	81.523.470,39	34.416.015,71
461031-ESCOLA DE GESTAO PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	2.154.521,68	2.154.521,68	0,00	2.154.521,68	2.107.404,55	47.117,13
470001-SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	178.428.554,03	178.428.554,03	0,00	178.428.554,03	134.119.915,44	44.308.638,59
480001-CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	436.529,05	436.529,05	0,00	436.529,05	436.529,05	0,00
490001-CONSELHO DE POLITICAS E GESTAO MEIO AMBIENTE	1.811.046,92	1.811.046,92	0,00	1.811.046,92	1.811.046,92	0,00
510001-SECRETARIA DA PESCA E AQUICULTURA	19.613.198,20	19.613.198,20	0,00	19.613.198,20	8.013.633,82	11.599.564,38
520001-SECRETARIA ESPECIAL DE GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	170.471,42	170.471,42	0,00	170.471,42	133.806,59	36.664,83
530001-CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ORGAOS DE SEGURANCA PUBLICA E SISTEMA PENITENCIARIO	8.386.599,00	8.386.599,00	0,00	8.386.599,00	7.542.752,27	843.846,73
540001-SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0,00	0,00	1.735.955,50	1.735.955,50	921.421,94	814.533,56
550001-SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	1.340.282,21	1.340.282,21	6.645.292,67	7.985.574,88	5.896.525,79	2.089.049,09
560001-SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	2.589.743,21	2.589.743,21	0,00	2.589.743,21	2.069.209,27	520.533,94
570001-SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	43.420.978,92	43.420.978,92	0,00	43.420.978,92	14.115.145,69	29.305.833,23
Total Geral:	16.283.980.968,77	16.292.362.216,94	8.381.248,17	16.292.362.216,94	13.661.548.097,88	2.630.814.119,06



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
00-RECURSOS ORDINÁRIOS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
0300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS		4.299.437,70	4.299.437,70	0,00
0400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		6.173.904,16	5.779.627,77	394.276,39
0500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR				
1100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		2.759.983.630,02	2.736.381.202,55	23.602.427,47
1200-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR		1.044.729.970,87	1.044.727.022,95	2.947,92
1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		30.529.044,91	30.250.310,16	278.734,75
1600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		3.583.057,53	3.580.930,92	2.126,61
1700-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00	0,00
9100-SENTENÇAS JUDICIAIS		6.278.951,04	6.278.951,04	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		53.551.116,19	47.400.490,54	6.150.625,65
9300-INDENIZAÇÕES		0,00	0,00	0,00
9400-INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS		2.659.842,34	2.659.842,34	0,00
9600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		15.302.943,08	12.160.781,41	3.142.161,67
	Total Modalidade: 3190	3.927.159.723,08	3.893.586.422,62	33.573.300,46
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		591.739.323,42	553.577.879,13	38.161.444,29
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		259.112,83	259.112,83	0,00
9600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		485.739,92	485.739,92	0,00
	Total Modalidade: 3191	592.484.176,17	554.322.731,88	38.161.444,29
3290-APLICAÇÕES DIRETAS				
2100-JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		36.161.884,55	36.161.884,55	0,00
2200-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		738.322,87	738.322,87	0,00
	Total Modalidade: 3290	36.900.207,42	36.900.207,42	0,00
3332-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3332	0,00	0,00	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		24.999.468,49	24.743.468,49	256.000,00
8100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		2.692.825.966,76	2.640.045.498,64	52.780.468,12



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3340	2.717.825.435,25	2.664.788.967,13	53.036.468,12
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		59.302.070,95	59.302.070,95	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		36.890.597,56	36.225.617,56	664.980,00
4300-SUBVENÇÕES SOCIAIS		1.325.000,00	1.098.000,00	227.000,00
	Total Modalidade: 3350	97.517.668,51	96.625.688,51	891.980,00
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		3.015.000,00	3.015.000,00	0,00
4500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3360	3.015.000,00	3.015.000,00	0,00
3367-EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO-PRIVADA – PPP				
8300-DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO - PRIVADA - PPP, EXCETO SUB		2.690.237,58	2.690.237,58	0,00
	Total Modalidade: 3367	2.690.237,58	2.690.237,58	0,00
3370-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS				
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		9.743.598,18	9.743.598,18	0,00
	Total Modalidade: 3370	9.743.598,18	9.743.598,18	0,00
3380-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
1400-DIÁRIAS - CIVIL		0,00	0,00	0,00
3400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		0,00	0,00	0,00
3700-LOCAÇÃO DE MÁO-DE-OBRA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3380	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
0800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		1.062.124,59	1.061.162,09	962,50
1400-DIÁRIAS - CIVIL		9.624.469,93	9.294.647,63	329.822,30
1500-DIÁRIAS - MILITAR		12.562.705,56	12.545.304,63	17.400,93
1800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		233.660,00	233.660,00	0,00
2000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		91.380,00	91.380,00	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		58.384.006,71	52.077.064,19	6.306.942,52



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		341.643,02	273.018,02	68.625,00
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		203.815,60	183.862,60	19.953,00
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		11.353.704,50	10.986.124,80	367.579,70
3400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		26.461.763,81	25.920.262,70	541.501,11
3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		307.510,16	282.620,16	24.890,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		87.956.525,67	87.883.173,89	73.351,78
3700-LOCAÇÃO DE MÁQUINA-OBRA		259.623.984,09	255.466.788,03	4.157.196,06
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		420.920.799,46	397.188.118,97	23.732.680,49
4100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
4600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		106.010.357,44	102.922.943,66	3.087.413,78
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		26.133.655,16	20.402.890,62	5.730.764,54
4800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS		483.044,00	482.256,00	788,00
4900-AUXÍLIO-TRANSPORTE		348.192,93	348.142,53	50,40
5900-PENSÕES ESPECIAIS		1.186.642,81	1.186.642,81	0,00
9100-SENTENÇAS JUDICIAIS		780,00	780,00	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		19.643.070,19	19.434.909,50	208.160,69
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		88.597.537,01	87.793.400,15	804.136,86
	Total Modalidade: 3390	1.131.531.372,64	1.086.059.152,98	45.472.219,66
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		7.005.377,64	6.472.456,03	532.921,61
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		499.666,69	497.392,10	2.274,59
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		898.684,50	888.117,02	10.567,48
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.941.044,91	2.941.044,91	0,00
	Total Modalidade: 3391	11.344.773,74	10.799.010,06	545.763,68
4420-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4420	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		475.000,00	475.000,00	0,00
4200-AUXÍLIOS		25.232.374,46	23.126.480,66	2.105.893,80
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.350.721,60	887.462,02	463.259,58



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4440	27.058.096,06	24.488.942,68	2.569.153,38
4441-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO				
4200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4441	0,00	0,00	0,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		1.829.999,98	1.829.999,98	0,00
4200-AUXÍLIOS		60.000,00	60.000,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	1.889.999,98	1.889.999,98	0,00
4480-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4480	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIA-CIVIL		5.852,36	5.852,36	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		66.844,91	57.312,03	9.532,88
3300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		1.064,63	1.064,63	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		2.586.590,08	2.586.590,08	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
3700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA		465.099,57	465.099,57	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		6.132.250,89	3.970.624,16	2.161.626,73
4700-ORBITAIS TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		45.034,50	45.034,50	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		50.635.764,93	49.048.930,76	1.586.834,17
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		47.827.514,60	41.873.035,62	5.954.478,98
6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		17.650.000,00	17.650.000,00	0,00
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		3.785.364,18	3.785.364,18	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		6.425.732,87	6.413.571,17	12.161,70
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.884.259,34	2.884.259,34	0,00
	Total Modalidade: 4490	138.511.372,86	128.786.738,40	9.724.634,46
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		4.800,00	4.800,00	0,00
4700-ORBITAIS TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		164.724,06	164.724,06	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4491	169.524,06	169.524,06	0,00
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		638.000,00	638.000,00	0,00
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		88.441.212,72	88.441.212,72	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4590	89.079.212,72	89.079.212,72	0,00
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
7100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO		68.948.444,92	68.948.444,92	0,00
	Total Modalidade: 4690	68.948.444,92	68.948.444,92	0,00
	Total Fonte: 00	8.855.868.843,17	8.671.893.879,12	183.974.964,05
01-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
0300-PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS		355.178,66	355.178,66	0,00
0500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR		131,00	131,00	0,00
1100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		153.966.913,14	153.966.913,10	0,04
1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		327.787,39	298.929,78	28.857,61
1600-OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL		8.634,44	8.043,04	591,40
9100-SENTENÇAS JUDICIAIS		55.195.675,30	55.195.675,30	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		17.643.958,73	17.643.958,73	0,00
9600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		26.012,73	26.012,73	0,00
	Total Modalidade: 3190	227.524.291,39	227.494.842,34	29.449,05
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		22.283.439,74	22.283.439,74	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		493.638,24	493.638,24	0,00
	Total Modalidade: 3191	22.777.077,98	22.777.077,98	0,00
3290-APLICAÇÕES DIRETAS				
2100-JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		331.025.704,02	331.025.704,02	0,00
2200-OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO		13.681.865,01	13.681.865,01	0,00
	Total Modalidade: 3290	344.707.569,03	344.707.569,03	0,00
3332-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL				
1400-DIÁRIAS - CIVIL		0,00	0,00	0,00



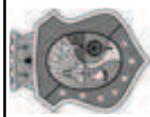
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
		Total Modalidade: 3332		
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
4300-SUBVENÇÕES SOCIAIS		2.157.494,39	2.157.494,39	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
		Total Modalidade: 3350		
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		2.157.494,39	2.157.494,39	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		569.916,16	569.916,16	0,00
		Total Modalidade: 3360		
3390-APLICAÇÕES DIRETAS		569.916,16	569.916,16	0,00
0300-PENSÕES		0,00	0,00	0,00
0400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		0,00	0,00	0,00
0800-OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		7.200,00	7.200,00	0,00
1400-DIÁRIAS - CIVIL		148.181,54	138.062,67	10.118,87
1800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		13.702,48	13.702,48	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		6.562.086,73	6.513.355,23	48.731,50
3100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		3.505.228,34	3.505.228,34	0,00
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		224.555,37	224.555,37	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		3.196.873,96	3.191.562,97	5.310,99
3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		41.246.106,91	40.100.479,86	1.145.627,05
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		97.282.890,68	92.983.505,69	4.299.384,99
4600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		1.567.819,58	1.567.819,58	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		111.044.134,66	108.480.053,08	2.564.081,58
4900-AUXÍLIO-TRANSPORTE		44.450,40	44.450,40	0,00
5900-PENSÕES ESPECIAIS		9.683.212,17	9.683.212,17	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		14.574.427,60	14.503.230,60	71.197,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.017.534,66	5.017.534,66	0,00
		Total Modalidade: 3390		
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		294.118.405,08	285.973.953,10	8.144.451,98
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		647.460,00	647.460,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	8.683,47	8.683,47	0,00
	9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	116.230,91	116.230,91	0,00
	9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.756.333,93	2.756.333,93	0,00
	Total Modalidade: 3391	3.528.708,31	3.528.708,31	0,00
3393-DECORRENTE ORÇÁOS DO ORÇ. FISCAL				
	3000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3393	0,00	0,00	0,00
4420-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO				
	4100-CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4420	0,00	0,00	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
	4200-AUXÍLIOS	21.558.638,07	21.201.988,68	356.649,39
	Total Modalidade: 4440	21.558.638,07	21.201.988,68	356.649,39
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
	3000-MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
	3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.140.511,40	3.140.511,40	0,00
	4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	5100-OBRAS E INSTALAÇÕES	1.967.392,76	1.967.392,76	0,00
	5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	614.076,99	415.938,96	198.138,03
	9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.078.040,27	3.078.040,27	0,00
	Total Modalidade: 4490	8.800.021,42	8.601.883,39	198.138,03
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
	4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	0,00	0,00	0,00
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
	6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4590	0,00	0,00	0,00
4690-APLICAÇÕES DIRETAS				
	7100-PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	598.342.809,42	598.342.809,42	0,00
	Total Modalidade: 4690	598.342.809,42	598.342.809,42	0,00



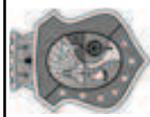
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
9900-RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 9999	0,00	0,00	0,00
07-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		1.524.084.931,25	1.515.356.242,80	8.728.688,45
	Total Fonte: 01	1.524.084.931,25	1.515.356.242,80	8.728.688,45
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		16.304.860,16	15.747.843,75	557.016,41
	Total Modalidade: 3340	16.304.860,16	15.747.843,75	557.016,41
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIAS - CIVIL		451.498,87	447.818,63	3.680,24
3000-MATERIAL DE CONSUMO		1.170.253,71	1.096.143,83	74.109,88
3100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		44,24	0,00	44,24
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		47.666,28	47.662,28	4,00
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		420.571,66	331.056,32	89.515,34
3400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO		4.979.367,37	3.042.629,50	1.936.737,87
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		1.807.012,23	1.799.276,10	7.736,13
3700-LOCAÇÃO DE MÁQUINA-OBRA		7.042.865,34	3.219.234,56	3.823.630,78
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		21.370.712,58	19.899.773,48	1.470.939,10
4600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		1.514.012,55	1.514.012,55	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		35.573,66	30.052,61	5.521,05
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.512.064,39	1.501.763,43	10.300,96
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.053.080,32	1.053.080,32	0,00
	Total Modalidade: 3390	41.404.723,20	33.982.503,61	7.422.219,59
3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		83.587,96	83.587,96	0,00
	Total Modalidade: 3391	83.587,96	83.587,96	0,00
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4440	0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		175.011,08	144.065,17	30.945,91
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		2.506.728,89	2.180.350,42	326.378,47
	Total Modalidade: 4490	2.681.739,97	2.324.415,59	357.324,38
	Total Fonte: 07	60.474.911,29	52.138.350,91	8.336.560,38
10-RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP				
3322-EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3322	0,00	0,00	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3340	0,00	0,00	0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		94.007.954,05	94.007.954,05	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		24.409.812,85	19.097.570,80	5.312.242,05
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		746.436,04	746.436,04	0,00
	Total Modalidade: 3350	119.164.202,94	113.851.960,89	5.312.242,05
3360-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS				
4500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		4.759.085,75	4.759.085,75	0,00
	Total Modalidade: 3360	4.759.085,75	4.759.085,75	0,00
3380-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3380	0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIAS - CIVIL		0,00	0,00	0,00
1800-AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES		237.900,00	237.900,00	0,00
2000-AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES		337.380,00	337.380,00	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		20.555.059,63	9.754.277,95	10.800.781,68



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	3100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	0,00	0,00	0,00
	3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.841.761,51	5.732.433,95	109.327,56
	3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	17.981,43	13.040,81	4.940,62
	3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	36.838.004,20	34.713.967,61	2.124.036,59
	3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	14.615.876,74	10.325.998,07	4.289.878,67
	4500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.447.871,30	2.093.871,30	354.000,00
	4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	248.189,31	96.349,76	151.839,55
	4800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	593.800,00	486.600,00	107.200,00
	9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	385.438,13	360.781,74	24.656,39
	9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	29.574.972,14	29.574.972,14	0,00
	Total Modalidade: 3390	111.694.234,39	93.727.573,33	17.966.661,06
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.346,00	15.346,00	0,00
	4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	278.206,58	278.206,58	0,00
	Total Modalidade: 3391	293.552,58	293.552,58	0,00
	4420-TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO			
	4200-AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4420	0,00	0,00	0,00
	4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			
	4100-CONTRIBUIÇÕES	2.242.959,94	2.242.959,14	0,80
	4200-AUXÍLIOS	665.432,72	665.432,72	0,00
	9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.157.394,88	3.157.394,88	0,00
	Total Modalidade: 4440	6.065.787,54	6.065.786,74	0,80
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	4200-AUXÍLIOS	342.736,95	342.736,95	0,00
	5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	342.736,95	342.736,95	0,00
	4480-TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR			
	5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4480	0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIA-CIVIL		0,00	0,00	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		427,53	156,15	271,38
3300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		0,00	0,00	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		536.325,86	446.923,10	89.402,76
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		20.250,00	20.250,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		3.738.251,54	3.728.191,78	10.059,76
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		0,00	0,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		42.125.407,66	35.951.861,55	6.173.546,11
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		3.256.722,92	3.101.806,09	154.916,83
6100-AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS		25.540.647,75	24.496.607,80	1.044.039,95
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		7.218.256,95	7.151.234,83	67.022,12
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.009.508,60	5.009.508,60	0,00
	Total Modalidade: 4490	87.445.798,81	79.906.559,90	7.539.258,91
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		128.174,67	128.174,67	0,00
	Total Modalidade: 4491	128.174,67	128.174,67	0,00
4494-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4494	0,00	0,00	0,00
11-COTA-PARTE DA CIDE				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
8100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		329.893.573,63	299.075.410,81	30.818.162,82
	Total Fonte: 10	329.893.573,63	299.075.410,81	30.818.162,82
12-ALIENAÇÃO DE BENS				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		4.115.347,86	4.115.347,86	0,00
	Total Modalidade: 3340	4.115.347,86	4.115.347,86	0,00
	Total Fonte: 11	4.115.347,86	4.115.347,86	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
Total Fonte: 12		0,00	0,00	0,00
16-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIAS - CIVIL		24.753,95	24.753,95	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		166.624,85	144.162,01	22.462,84
3100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS		0,00	0,00	0,00
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		0,00	0,00	0,00
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		0,00	0,00	0,00
3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		7.409.060,30	7.370.695,01	38.365,29
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		851.364,30	710.383,80	140.980,50
4700-ORÇAMENTOS TRIBUTÁRIOS E CONTRIBUTIVAS		0,00	0,00	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		448.895,66	445.059,72	3.835,94
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 3390		8.900.699,06	8.695.054,49	205.644,57
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		6.365,00	6.365,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		455.897,12	342.433,34	113.463,78
9100-SENTENÇAS JUDICIAIS		144.691,78	144.691,78	0,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4490		606.953,90	493.490,12	113.463,78
37-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - CEF				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
4500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		28.593.836,45	8.823.312,76	19.770.523,69
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4490		28.593.836,45	8.823.312,76	19.770.523,69
4496-APLICAÇÃO DIRETA À CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATA O ART. 25 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 4496	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 37	28.593.836,45	8.823.312,76	19.770.523,69
38-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MARANGUAPINHO				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.203.899,82	10.203.899,82	0,00
	Total Modalidade: 4490	10.203.899,82	10.203.899,82	0,00
	Total Fonte: 38	10.203.899,82	10.203.899,82	0,00
39-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CPAC MCMV - BB				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
4500-SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		19.353.837,92	0,00	19.353.837,92
	Total Modalidade: 4490	19.353.837,92	0,00	19.353.837,92
	Total Fonte: 39	19.353.837,92	0,00	19.353.837,92
40-OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO CONDICIONADA				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		1.495.070,97	1.063.470,97	431.600,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.863.106,78	10.286,57	1.852.820,21
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		5.165.512,32	4.479.403,02	686.109,30
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		194.495,00	167.915,00	26.580,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	8.718.185,07	5.721.075,56	2.997.109,51
	Total Fonte: 40	8.718.185,07	5.721.075,56	2.997.109,51
44-INDENIZAÇÃO PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO, XISTO E GÁS				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
8100-DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		7.020.834,90	7.020.834,90	0,00
	Total Modalidade: 3340	7.020.834,90	7.020.834,90	0,00
	Total Fonte: 44	7.020.834,90	7.020.834,90	0,00
45-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURE/BNDES				
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4200-AUXÍLIOS		5.994.127,01	5.534.353,83	459.773,18
	Total Modalidade: 4440	5.994.127,01	5.534.353,83	459.773,18



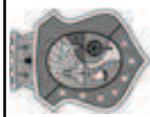
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.300.000,00	1.280.555,25	19.444,75
4200-AUXÍLIOS		781.725,70	781.725,70	0,00
Total Modalidade: 4450		2.081.725,70	2.062.280,95	19.444,75
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		12.587,11	12.587,11	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		233.252.966,53	229.967.344,71	3.285.621,82
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		152.469.955,51	152.404.540,50	65.415,01
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		0,00	0,00	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		12.913.032,67	12.913.032,67	0,00
Total Modalidade: 4490		398.648.541,82	395.297.504,99	3.351.036,83
Total Fonte: 45		406.724.394,53	402.894.139,77	3.830.254,76
47-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS				
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES				
Total Modalidade: 4450		0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		9.687.081,87	9.449.232,85	237.849,02
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		23.367.650,87	23.367.650,87	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		376.155,77	376.155,77	0,00
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		17.312.911,19	17.312.911,19	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.300.706,84	1.300.706,84	0,00
Total Modalidade: 4490		52.044.506,54	51.806.657,52	237.849,02
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		26.283.689,15	26.283.689,15	0,00
Total Modalidade: 4590		26.283.689,15	26.283.689,15	0,00
Total Fonte: 47		78.328.195,69	78.090.346,67	237.849,02



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
48-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
3300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		13.676,06	13.676,06	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		546.310,00	419.053,46	127.256,54
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		92.604,00	92.604,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		252.656,11	10.098,59	242.557,52
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		85.451,91	85.451,91	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	990.698,08	620.884,02	369.814,06
	Total Fonte: 48	990.698,08	620.884,02	369.814,06
50-RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
0400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		268.525.598,90	264.645.487,78	3.880.111,12
0500-OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR		1.537,64	1.537,64	0,00
1100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		610.621.954,54	610.621.954,54	0,00
9600-RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3190	879.149.091,08	875.268.979,96	3.880.111,12
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS		128.710.113,58	117.969.550,22	10.740.563,36
	Total Modalidade: 3191	128.710.113,58	117.969.550,22	10.740.563,36
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3390	0,00	0,00	0,00
51-COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB				
3190-APLICAÇÕES DIRETAS				
0400-CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		1.007.859.204,66	993.238.530,18	14.620.674,48
1100-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		47.164.893,81	45.584.630,59	1.580.263,22
	Total Modalidade: 3190	102.491.811,81	100.911.548,59	1.580.263,22



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3191-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1300-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	11.000.000,00	11.000.000,00	0,00
Total Modalidade: 3191		11.000.000,00	11.000.000,00	0,00
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	4100-CONTRIBUIÇÕES	13.807.592,74	13.807.592,74	0,00
Total Modalidade: 3340		13.807.592,74	13.807.592,74	0,00
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.000.000,00	23.000.000,00	0,00
Total Modalidade: 3350		23.000.000,00	23.000.000,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS	3000-MATERIAL DE CONSUMO	12.028.053,92	11.207.191,29	820.862,63
3100-PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 3390		12.028.053,92	11.207.191,29	820.862,63
3400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	49.017.719,18	48.714.412,54	303.306,64
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	2.439.313,51	2.424.993,89	14.319,62
Total Modalidade: 3400		51.457.032,69	51.139.406,43	317.626,26
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4600-AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	134.937,28	97.830,28	37.107,00
4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	129.415.426,57	128.548.212,06	867.214,51
Total Modalidade: 3900		134.937,28	97.830,28	37.107,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS	5100-OBRAS E INSTALAÇÕES	17.111.278,01	16.220.160,97	891.117,04
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	23.186.913,57	23.186.913,57	0,00
Total Modalidade: 4490		26.723,04	24.829,64	1.893,40
Total Modalidade: 3390		233.360.590,08	230.424.769,24	2.935.820,84
53-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTE	4490-APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4490		0,00	0,00	0,00
Total Fonte: 51		383.659.994,63	379.143.910,57	4.516.084,06
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES	5100-OBRAS E INSTALAÇÕES	37.807.646,68	37.807.646,68	0,00
Total Modalidade: 51		37.807.646,68	37.807.646,68	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 52		0,00	0,00	0,00



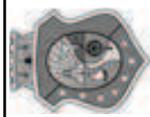
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS				
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		409.500,00	409.500,00	0,00
Total Modalidade: 4490		32.100.431,33	32.064.835,27	35.596,06
56-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - TESOURO/CEF				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS		70.317.578,01	70.281.981,95	35.596,06
Total Fonte: 53		70.317.578,01	70.281.981,95	35.596,06
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				
Total Modalidade: 3390		0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		47.807.003,12	44.813.199,92	2.993.803,20
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		1.739.618,47	1.739.618,47	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.342.024,32	1.342.024,32	0,00
Total Modalidade: 4490		50.888.645,91	47.894.842,71	2.993.803,20
Total Fonte: 56		50.888.645,91	47.894.842,71	2.993.803,20
57-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/KFW				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS		0,00	0,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		4.152.620,03	3.274.479,82	878.140,21
Total Modalidade: 4490		4.152.620,03	3.274.479,82	878.140,21
Total Fonte: 57		4.152.620,03	3.274.479,82	878.140,21
58-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/BIRD				
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		17.046.164,92	16.469.183,08	576.981,84
4200-AUXÍLIOS		276.583,89	276.583,89	0,00
Total Modalidade: 4450		17.322.748,81	16.745.766,97	576.981,84
Total Fonte: 58		17.322.748,81	16.745.766,97	576.981,84
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIA-CIVIL		340,66	340,66	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		101.406,04	58.772,44	42.633,60
3300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		0,00	0,00	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		2.455.529,35	2.431.626,51	23.902,84



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
3700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA		169.348,53	169.348,53	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		4.347.597,63	4.345.886,55	1.711,08
4700-ORÇAMENTOS TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		0,00	0,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		62.232.450,76	58.112.041,35	4.120.409,41
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		659.444,28	16.949,70	642.494,58
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		385.480,89	385.480,89	0,00
	Total Modalidade: 4490	70.351.598,14	65.520.446,63	4.831.151,51
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		40.601,31	40.601,31	0,00
4700-ORÇAMENTOS TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		51.269,53	51.269,53	0,00
	Total Modalidade: 4491	91.870,84	91.870,84	0,00
59-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/BID				
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		87.766.217,79	82.358.084,44	5.408.133,35
4100-CONTRIBUIÇÕES		33.252,34	33.252,34	0,00
4200-AUXÍLIOS		2.137.930,19	2.063.321,43	74.608,76
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		418.506,86	418.506,86	0,00
	Total Modalidade: 4440	2.589.689,39	2.515.080,63	74.608,76
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		88.407,27	87.673,77	733,50
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		7.100.604,19	5.446.631,12	1.653.973,07
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		13.491.705,04	9.460.849,86	4.030.855,18
4700-ORÇAMENTOS TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		21.982,40	21.982,40	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		49.027.373,42	49.000.825,25	26.548,17
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		7.542.367,91	6.635.914,16	906.453,75
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		336.980,00	336.980,00	0,00
9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		6.860,64	6.860,64	0,00
	Total Modalidade: 4490	77.616.280,87	70.997.717,20	6.618.563,67
63-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/EX-IM				
	Total Fonte: 59	80.205.970,26	73.512.797,83	6.693.172,43



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 63	0,00	0,00	0,00
64-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/FIDA				
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		268.272,50	268.272,50	0,00
4200-AUXÍLIOS		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4450	268.272,50	268.272,50	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIA-CIVIL		1.085,36	1.085,36	0,00
3000-MATERIAL DE CONSUMO		2.738,10	354,88	2.383,22
3300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO		0,00	0,00	0,00
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		880.893,79	735.026,07	145.867,72
3700-LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.851.129,02	1.847.388,55	3.740,47
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		2.911,04	2.911,04	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		523,81	0,00	523,81
	Total Modalidade: 4490	2.739.281,12	2.586.765,90	152.515,22
4491-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.200,00	1.200,00	0,00
	Total Modalidade: 4491	1.200,00	1.200,00	0,00
	Total Fonte: 64	3.008.753,62	2.856.238,40	152.515,22
65-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		47.000,00	47.000,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		102.100,16	82.300,16	19.800,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		28.313.818,21	25.526.359,86	2.787.458,35
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		783.505,38	388.164,13	395.341,25
	Total Modalidade: 4490	29.246.423,75	26.043.824,15	3.202.599,60



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
Total Fonte: 65		29.246.423,75	26.043.824,15	3.202.599,60
67-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/MLW				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4490		0,00	0,00	0,00
69-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PFORR				
4440-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 4440		0,00	0,00	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
3500-SERVIÇO DE CONSULTORIA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		67.976,47	67.976,47	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		29.752.594,71	27.834.956,63	1.917.638,08
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		12.326.891,77	12.326.891,77	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		9.416.390,61	9.416.390,61	0,00
Total Modalidade: 4490		51.563.853,56	49.646.215,48	1.917.638,08
4590-APLICAÇÕES DIRETAS				
6500-CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS		3.000.000,00	3.000.000,00	0,00
Total Modalidade: 4590		3.000.000,00	3.000.000,00	0,00
76-RECURSOS PROVENIENTES DO FIT				
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 3350		0,00	0,00	0,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		0,00	0,00	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00
Total Modalidade: 3390		930.359,80	490.359,80	440.000,00



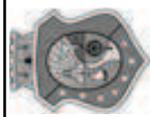
Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	Total Modalidade: 3390	930.359,80	490.359,80	440.000,00
4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		6.771.541,34	6.771.541,34	0,00
	Total Modalidade: 4450	6.771.541,34	6.771.541,34	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		563.664,63	363.631,83	200.032,80
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		677.294,80	677.294,80	0,00
	Total Modalidade: 4490	1.240.959,43	1.040.926,63	200.032,80
	Total Fonte: 76	8.942.860,57	8.302.827,77	640.032,80
80-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		0,00	0,00	0,00
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 4490	0,00	0,00	0,00
	Total Fonte: 80	0,00	0,00	0,00
82-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
3340-TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				
4100-CONTRIBUIÇÕES		338.753,05	254.064,00	84.689,05
	Total Modalidade: 3340	338.753,05	254.064,00	84.689,05
3350-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS				
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		14.149.586,23	14.149.586,23	0,00
4100-CONTRIBUIÇÕES		2.660.574,41	2.440.574,41	220.000,00
4300-SUBVENÇÕES SOCIAIS		991.663,31	991.663,31	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3350	17.801.823,95	17.581.823,95	220.000,00
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
1400-DIÁRIAS - CIVIL		449.049,00	436.039,50	13.009,50
3000-MATERIAL DE CONSUMO		35.571.644,29	31.662.296,17	3.909.348,12
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		15.743.826,75	11.921.917,85	3.821.908,90
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		34.024,48	8.502,92	25.521,56



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
	3400-OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	571.164,13	571.164,13	0,00
	3500-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	0,00
	3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.263.404,38	800.524,38	462.880,00
	3700-LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.459.948,27	1.409.057,63	50.890,64
	3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.672.927,14	16.535.621,65	7.137.305,49
	4700-OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00
	4800-OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	5.983.600,00	5.478.800,00	504.800,00
	9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.774.728,45	2.490.807,54	283.920,91
	9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	43.527.754,61	43.447.566,98	80.187,63
	Total Modalidade: 3390	131.052.071,50	114.762.298,75	16.289.772,75
	3391-APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
	3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00
	9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	Total Modalidade: 3391	0,00	0,00	0,00
	4450-TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			
	4200-AUXÍLIOS	8.392.951,17	8.292.951,17	100.000,00
	Total Modalidade: 4450	8.392.951,17	8.292.951,17	100.000,00
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			
	1400-DIÁRIA-CIVIL	38.870,36	38.870,36	0,00
	3000-MATERIAL DE CONSUMO	3.847,81	1.405,42	2.442,39
	3300-PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	10.221,36	10.221,36	0,00
	3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	63.232.615,79	42.847.986,70	20.384.629,09
	4100-CONTRIBUIÇÕES	2.601.885,83	2.601.885,83	0,00
	5100-OBRAS E INSTALAÇÕES	243.110.543,00	216.591.231,30	26.519.311,70
	5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.044.054,04	8.297.539,86	11.746.514,18
	9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	47.416.191,89	47.416.191,89	0,00
	9300-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.562.323,95	2.562.323,95	0,00
	Total Modalidade: 4490	379.020.554,03	320.367.656,67	58.652.897,36
	Total Fonte: 82	536.606.153,70	461.258.794,54	75.347.359,16
	86-CONVÊNIO COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
	4490-APLICAÇÕES DIRETAS			



Fonte de Recurso	Natureza Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Restos a Pagar
5100-OBRAS E INSTALAÇÕES		190.040,28	0,00	190.040,28
	Total Modalidade: 4490	190.040,28	0,00	190.040,28
	Total Fonte: 86	190.040,28	0,00	190.040,28
88-CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
3390-APLICAÇÕES DIRETAS				
3000-MATERIAL DE CONSUMO		13.367,23	13.367,23	0,00
3200-MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		2.860,00	2.860,00	0,00
3300-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		7.770,04	7.770,04	0,00
3600-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		54.827,06	54.827,06	0,00
3900-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		12.047,90	12.047,90	0,00
9200-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		19.766,26	19.766,26	0,00
	Total Modalidade: 3390	110.638,49	110.638,49	0,00
4490-APLICAÇÕES DIRETAS				
5200-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		150.000,00	0,00	150.000,00
	Total Modalidade: 4490	150.000,00	0,00	150.000,00
	Total Fonte: 88	260.638,49	110.638,49	150.000,00
Total Geral:		13.661.548.097,88	13.266.065.435,94	395.482.661,94



Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	277.599.879,79	0,00	211.607.603,64	65.992.276,15
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	63.297.623,32	0,00	63.297.623,32	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	197.389.176,82	0,00	197.389.176,82
SUBTOTAL	340.897.503,11	197.389.176,82	274.905.226,96	263.381.452,97
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	99.453.074,33	0,00	93.661.599,50	5.791.474,83
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	2.944.929,89	0,00	2.944.929,89	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	198.093.485,12	0,00	198.093.485,12
SUBTOTAL	102.398.004,22	198.093.485,12	96.606.529,39	203.884.959,95
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	483.993.130,27	7.380.172.741,96	7.300.649.667,22	563.516.205,01
SUBTOTAL	483.993.130,27	7.380.172.741,96	7.300.649.667,22	563.516.205,01
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	927.288.637,60	7.775.655.403,90	7.672.161.423,57	1.030.782.617,93



ADMINISTRAÇÃO INDIRETA



**AUTARQUIAS,
FUNDAÇÕES, EMPRESAS DEPENDENTES
E FUNDOS**



	Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo a Realizar (c) = (b-a)
11	RECEITAS CORRENTES	2.856.033.639,00	3.096.521.209,38	2.755.662.306,82	-340.858.902,56
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	411.648.940,15	429.873.143,28	413.762.294,60	-16.110.848,68
1112	TAXAS	411.648.940,15	429.873.143,28	413.762.294,60	-16.110.848,68
112	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.379.895.934,00	1.405.195.934,00	1.395.437.047,54	-9.758.886,46
1121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.379.895.934,00	1.405.195.934,00	1.395.437.047,54	-9.758.886,46
113	RECEITA PATRIMONIAL	66.767.241,40	68.574.133,49	96.156.611,86	27.582.478,37
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.625.928,19	4.628.228,28	4.560.021,06	-68.207,22
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	63.141.313,21	63.945.905,21	91.550.518,75	27.604.613,54
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	46.072,05	46.072,05
116	RECEITA DE SERVIÇOS	61.987.958,02	63.764.835,10	63.273.207,24	-491.627,86
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	61.987.958,02	63.764.835,10	63.273.207,24	-491.627,86
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	770.626.919,00	842.109.090,60	544.309.390,51	-297.799.700,09
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	731.724.601,00	795.446.194,20	526.300.818,05	-269.145.376,15
1173	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	16.450.000,00	16.450.000,00	8.175.643,62	-8.274.356,38
1175	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	770.000,00	770.000,00	465.247,09	-304.752,91
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	21.682.318,00	29.442.896,40	9.367.681,75	-20.075.214,65
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	165.106.646,43	287.004.072,91	242.723.755,07	-44.280.317,84
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	89.220.089,13	89.220.089,13	78.713.378,69	-10.506.710,44
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	65.027.917,00	65.027.917,00	34.409.295,11	-30.618.621,89
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	6.957,83	6.957,83
1199	RECEITAS DIVERSAS	10.858.640,30	132.756.066,78	129.594.123,44	-3.161.943,34
12	RECEITAS DE CAPITAL	182.152.808,00	187.549.398,94	92.829.773,33	-94.719.625,61
122	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	1.618.681,83	1.618.681,83
1222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	1.618.681,83	1.618.681,83
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	182.152.808,00	187.549.398,94	91.211.091,50	-96.338.307,44
1242	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.903.049,00	5.903.049,00	32.945.518,28	27.042.469,28
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	176.249.759,00	181.646.349,94	58.265.573,22	-123.380.776,72
Subtotal das Receitas(1):		3.038.186.447,00	3.284.070.608,32	2.848.492.080,15	-435.578.528,17



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo a Realizar (c) = (b-a)
Refinanciamento(II):		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (III=I+II):		3.038.186.447,00	3.284.070.608,32	2.848.492.080,15	-435.578.528,17
Déficit (IV):		5.418.067.930,00	5.574.312.192,73	4.998.094.749,51	-576.217.443,22
Total (V=III + IV):		8.456.254.377,00	8.858.382.801,05	7.846.586.829,66	-1.011.795.971,39

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)
Superávit Financeiro
Reabertura de créditos adicionais

		513.931.502,54	0,00		-513.931.502,54
		513.931.502,54	0,00		0,00

Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES		6.966.404.575,00	7.475.256.294,40	7.006.860.623,14	6.887.591.676,50	6.855.133.868,33	468.395.671,26
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.047.330.078,00	4.262.791.229,91	4.106.352.651,09	4.105.989.492,68	4.092.082.779,05	156.438.578,82
32 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		26.682.277,00	33.028.709,85	32.948.317,73	32.948.317,73	32.948.317,73	80.392,12
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.892.392.220,00	3.179.436.354,64	2.867.559.654,32	2.748.653.866,09	2.730.102.771,55	311.876.700,32
DESPESAS DE CAPITAL		1.485.597.420,00	1.379.198.124,65	839.726.206,52	787.510.518,07	787.073.618,24	539.471.918,13
44 INVESTIMENTOS		1.441.351.054,00	1.353.945.221,74	816.682.628,22	764.466.939,77	764.030.039,94	537.262.593,52
45 INVERSÕES FINANCEIRAS		43.194.366,00	2.919.366,00	982.714,56	982.714,56	982.714,56	1.936.651,44
46 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		1.052.000,00	22.333.536,91	22.060.863,74	22.060.863,74	22.060.863,74	272.673,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		4.252.382,00	3.928.382,00	0,00	0,00	0,00	3.928.382,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		4.252.382,00	3.928.382,00	0,00	0,00	0,00	3.928.382,00
Subtotal das Despesas (VI):		8.456.254.377,00	8.858.382.801,05	7.846.586.829,66	7.675.102.194,57	7.642.207.486,57	1.011.795.971,39



Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i)=(e-f)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (VIII=VI+VII):	8.456.254.377,00	8.858.382.801,05	7.846.586.829,66	7.675.102.194,57	7.642.207.486,57	1.011.795.971,39
Superávit (IX):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (X=VIII+IX):	8.456.254.377,00	8.858.382.801,05	7.846.586.829,66	7.675.102.194,57	7.642.207.486,57	1.011.795.971,39



Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	8.726.739,20	108.113.788,40	7.588,23	91.554.943,60	7.574.068,09	17.711.515,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	723,01	0,00	0,00	0,00	723,01	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.726.016,19	108.113.788,40	7.588,23	91.554.943,60	7.573.345,08	17.711.515,91
DESPESAS DE CAPITAL	3.291.165,39	49.581.876,20	15.291,77	40.023.649,23	3.048.845,62	9.800.546,74
INVESTIMENTOS	3.291.165,39	49.565.176,20	15.291,77	40.006.949,23	3.048.845,62	9.800.546,74
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	16.700,00	0,00	16.700,00	0,00	0,00
Total:	12.017.904,59	157.695.664,60	22.880,00	131.578.592,83	10.622.913,71	27.512.062,65

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	84.051,88	9.090.116,99	0,00	8.674.953,91	86.077,95	413.137,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	723,01	2.954.845,10	0,00	2.953.369,23	0,00	2.198,88
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	83.328,87	6.135.271,89	0,00	5.721.584,68	86.077,95	410.938,13
DESPESAS DE CAPITAL	16.665,99	1.633.741,04	0,00	1.580.048,06	16.665,99	53.692,98
INVESTIMENTOS	15.824,99	1.633.741,04	0,00	1.580.048,06	15.824,99	53.692,98
INVERSÕES FINANCEIRAS	841,00	0,00	0,00	0,00	841,00	0,00
Total:	100.717,87	10.723.858,03	0,00	10.255.001,97	102.743,94	466.829,99



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	2.848.492.080,15	2.623.008.584,83	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	7.846.586.829,66	7.772.240.596,44
ORDINÁRIA	623.692.325,45	557.799.467,42	ORDINÁRIA	4.852.181.783,30	5.189.592.129,33
VINCULADA	2.224.799.754,70	2.065.209.117,41	VINCULADA	2.994.405.046,36	2.582.648.467,11
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.448.920.386,71	1.410.616.227,89	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.384.520.275,08	1.380.338.435,93
FECOP	0,00	0,00	FECOP	156.588.844,45	82.446.587,70
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	29.647.281,91	31.861.544,01
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	10.414.433,73	13.374.152,64	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	347.200,00	726.469,97
FUNDEB	0,00	1.463.641,90	FUNDEB	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	546.822.709,41	351.157.167,81
CONVÊNIOS	80.682.719,20	97.067.546,87	CONVÊNIOS	55.324.483,98	127.213.813,14
SUS	534.640.493,86	518.088.716,90	SUS	636.769.571,34	547.236.874,47
OUTROS RECURSOS	150.141.721,20	24.598.831,21	OUTROS RECURSOS	184.384.680,19	61.667.574,08
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	5.505.983.627,65	5.310.241.023,74	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	548.046.303,92	224.961.625,69
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.441.911.771,37	5.166.746.288,81	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	542.489.841,07	221.184.669,63
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	56.289.042,90	140.628.794,95	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	2.580.887,30	2.654.700,00
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7.782.813,38	2.865.939,98	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.975.575,55	1.122.256,06
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	1.490.613.517,66	1.298.718.972,93	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	1.383.094.744,84	1.379.050.842,40
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	32.894.708,00	8.468.860,61	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.051.791,37	14.054.201,10
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	171.484.635,09	157.695.664,60	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	131.578.592,83	246.941.482,98
VALORES RESTITUÍVEIS	1.285.197.707,71	1.132.554.447,72	VALORES RESTITUÍVEIS	1.232.484.153,99	1.118.055.158,32
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.154.222.348,42	1.034.969.798,13	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.110.643.817,63	1.032.714.800,71
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.137.073,35	26.843,10	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.343.053,32	6.022.003,39
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	126.838.285,94	97.557.806,49	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	115.497.283,04	79.318.354,22
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.036.466,86	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	10.980.206,65	0,00
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	718.703.691,94	862.988.174,97	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	786.065.038,98	718.703.691,94
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	718.502.995,17	862.988.174,97	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	778.957.328,07	718.502.995,17
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	200.696,77	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	7.107.710,91	200.696,77
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	10.563.792.917,40	10.094.956.756,47	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	10.563.792.917,40	10.094.956.756,47



Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	1.097.337.967,18	1.485.715.493,14	Passivo Circulante	182.815.739,04	100.462.575,61
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	778.957.328,07	718.502.995,17	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	14.192.064,19	1.879.516,04
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	778.957.328,07	718.502.995,17	PESSOAL A PAGAR	37.858,76	276.621,86
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	7.433.296,15	201.896,77	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	1.200,00	3.566,45
CLIENTES	325.585,24	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	14.153.005,43	1.599.327,73
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	7.107.710,91	200.696,77	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	854.114,05	30.644,57
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	1.200,00	PARCELA A CURTO PRAZO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	854.114,05	30.644,57
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	931.416,87	909.779,43	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.815.475,08	4.873.481,02
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	743.589,41	909.287,21	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	2.815.475,08	4.873.481,02
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	187.335,24	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	48.864,66	130.996,57
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	404,59	404,59	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	10.892,35	130.752,77
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	87,63	87,63	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	37.972,31	243,80
ESTOQUES	299.223.054,68	766.100.821,77	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
MERCADORIAS PARA REVENDA	1.296.819,16	2.789.224,27	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS	939.085,61	939.085,61	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	164.905.221,06	93.547.937,41
ALMOXARIFADO	296.979.949,91	762.372.511,89	VALORES RESTITUÍVEIS	147.577.422,02	91.532.645,29
OUTROS ESTOQUES	7.200,00	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	17.327.799,04	2.015.292,12
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	10.792.871,41	0,00			
DEMAIS VPD A APROPRIAR	10.792.871,41	0,00	Passivo Não Circulante	4.219.583,04	7.827.898,85
			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	4.219.583,04	7.827.898,85
Ativo Não Circulante	1.889.720.012,68	1.689.492.856,18	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	4.219.583,04	7.827.898,85
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	13.198.371,74	14.027.394,74	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	13.198.371,74	14.022.534,74	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00	4.860,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	36.199,76	36.199,76	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	2,91	2,91	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	36.196,85	36.196,85	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	1.865.408.646,77	1.675.429.261,68			
BENS MÓVEIS	309.705.119,52	299.551.855,95	Patrimônio Líquido	2.800.022.657,78	3.066.917.874,86
BENS IMÓVEIS	1.555.703.527,25	1.375.877.405,73	DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00
INTANGÍVEL	11.076.794,41	0,00	OUTRAS RESERVAS	0,00	0,00
SOFTWARES	11.076.794,41	0,00	RESULTADOS ACUMULADOS	2.800.022.657,78	3.066.917.874,86
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	2.747.648.259,40	3.020.796.314,36
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-160.629.824,30	772.281.759,97



	Ativo		Passivo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
Patrimônio Líquido	2.800.022.657,78	3.066.917.874,86		
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.181.270.780,77	2.408.989.020,80		
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-272.992.697,07	-160.474.466,41		
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	52.374.398,38	46.121.560,50		
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	6.252.837,88	12.088.390,62		
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	45.969.719,20	33.881.328,58		
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	151.841,30	151.841,30		

Total do Ativo:

2.987.057.979,86 3.175.208.349,32

2.987.057.979,86 3.175.208.349,32

(1) Ativo Financeiro:

786.065.038,98 718.703.691,94

312.250.469,38 204.772.189,40

(2) Ativo Permanente:

2.200.992.940,88 2.456.504.657,38

73.758.670,44 73.212.293,76

Saldo Patrimonial:

2.601.048.840,04 **2.897.223.866,16**

Total do Passivo:

(3) Passivo Financeiro:

(4) Passivo Permanente:

Compensações

	Compensações		Total	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
Compensações				
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	737.851,49	903.549,29	64.903.236,13	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	446.442.803,04	354.222.887,26	3.368.246,22	3.368.246,22
Total	447.180.654,53	355.126.436,55	68.271.482,35	68.271.482,35



Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas	8.354.530.777,86	7.933.483.009,73
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	413.762.294,60	385.516.722,37
4.1.1 IMPOSTOS	0,00	0,00
4.1.2 TAXAS	413.762.294,60	385.516.722,37
4.1.3 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.395.437.047,54	1.361.596.574,52
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.395.437.047,54	1.361.596.574,52
4.2.2 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4 CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	70.064.367,97	48.392.130,29
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	1.209.789,07	1.519.842,32
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	68.854.578,90	46.872.287,97
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	98.502.164,64	69.492.504,48
4.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	4.652.954,11	793.284,45
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.196.183,59	0,00
4.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	91.550.498,05	68.699.220,03
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	102.528,89	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	6.141.504.109,66	5.930.014.506,94
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	5.505.983.627,65	5.310.241.023,74
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	624.740.017,36	609.681.115,19
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	10.315.217,56	8.704.183,83
4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
4.5.5 TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	220.813,83
4.5.7 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	1.167.370,35
4.5.8 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	465.247,09	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
4.6.2 GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
4.6.3 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	235.260.793,45	138.470.571,13
4.9.1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	20,70	3.655,06
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	235.260.772,75	138.466.916,07

Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas	8.508.907.764,28	7.149.112.859,14
PESSOAL E ENCARGOS	1.407.205.944,08	1.349.621.650,65
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.167.171.879,44	1.122.970.913,37
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	213.979.206,16	202.875.643,55
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	21.654.280,48	16.810.282,99
3.1.8 CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	4.400.578,00	6.964.810,74
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.709.776.125,76	2.415.262.983,88
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.014.230.652,29	1.783.380.011,78
3.2.2 PENSÕES	692.737.765,17	629.175.555,27
3.2.3 BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
3.2.4 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00

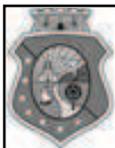


Variações Patrimoniais Quantitativas

Variações Patrimoniais Diminutivas		Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas		8.508.907.764,28	7.149.112.859,14
3.2.5	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
3.2.9	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.807.708,30	2.707.416,83
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		2.488.969.430,90	1.363.737.433,21
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	910.191.613,69	216.667.480,66
3.3.2	SERVIÇOS	1.577.653.274,77	1.146.978.527,35
3.3.3	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00	0,00
3.3.8	CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.124.542,44	91.425,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		54.732.798,85	25.787.342,70
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	32.948.317,73	25.094.659,97
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	312.280,12	186.540,29
3.4.3	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	816.625,24	450.625,44
3.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	20.655.575,76	55.517,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		1.547.890.745,03	1.211.234.613,41
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	548.046.303,92	224.961.625,69
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	277.270.976,43	331.905.992,22
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	615.806.506,91	547.471.273,69
3.5.4	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	106.766.957,77	106.895.721,81
3.5.6	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		1.200,00	0,00
3.6.1	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.200,00	0,00
3.6.2	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS		42.654.014,25	57.521.830,95
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.439.941,07	2.734.687,34
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	39.214.073,18	54.787.143,61
3.7.8	CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		257.677.505,41	725.947.004,34
3.9.1	PREMIAÇÕES	39.421,00	279.801,60
3.9.2	RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
3.9.3	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4	INCENTIVOS	34.963.501,33	35.857.715,73
3.9.5	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	3.153.669,98	4.277.551,69
3.9.6	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.8	CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	219.520.913,10	685.531.935,32
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:		-154.376.986,42	784.370.150,59



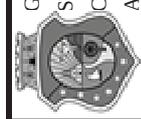
Variações Patrimoniais Qualitativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Qualitativas	1.129.919.920,16	1.422.065.747,10
INCORPORAÇÃO DO ATIVO	1.105.110.071,06	1.417.655.674,45
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DA FONTE 12	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DE OUTRAS FONTES	36.422.584,26	106.263.168,42
AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	6.481.347,61	6.184.142,23
OBRAS EM ANDAMENTO	616.194.646,95	471.035.256,12
AQUISIÇÃO DE CAPITAL DAS EMPRESAS	0,00	0,00
OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO	446.011.492,24	574.307.461,64
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	259.865.646,04
DESINCORPORAÇÃO DO PASSIVO	22.060.863,74	1.100.993,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	22.060.863,74	1.100.993,15
DESINCORPORAÇÃO DO ATIVO	2.748.985,36	3.309.079,50
ALIENAÇÃO DE BENS	1.618.681,83	3.046.616,12
RECEBIMENTO DE DÍVIDA ATIVA	6.957,83	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.123.345,70	262.463,38



	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	8.253.863.121,09	7.836.220.448,77
RECEITAS DERIVADAS	1.923.671.086,80	1.865.910.952,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	413.762.294,60	384.872.753,96
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.395.437.047,54	1.361.596.574,52
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS	114.471.744,66	119.441.624,21
RECEITAS ORIGINÁRIAS	287.681.829,51	134.277.032,82
RECEITA PATRIMONIAL	4.606.113,81	3.259.339,91
RECEITA DE SERVIÇOS	63.273.207,24	42.733.796,73
OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	128.252.010,41	19.584.676,15
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	91.550.498,05	68.699.220,03
TRANSFERÊNCIAS	6.042.510.204,78	5.836.032.463,26
INTERGOVERNAMENTAIS	526.300.818,05	490.874.801,19
DA UNIÃO	483.953.788,36	442.993.674,37
DE MUNICÍPIOS	42.347.029,69	47.881.126,82
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	8.175.643,62	6.666.704,58
PESSOAS	465.247,09	1.167.370,35
CONVÊNIOS	9.367.681,75	29.948.503,38
DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	7.078.717,83	27.794.186,51
DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	149.389,98	116.837,62
DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.139.573,94	2.037.479,25
INTRAGOVERNAMENTAIS	5.498.200.814,27	5.307.375.083,76
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.441.911.771,37	5.166.746.288,81
CORRENTE	4.458.445.693,52	4.267.400.542,83
CAPITAL	983.466.077,85	899.345.745,98
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	56.289.042,90	140.628.794,95
DESEMBOLSOS	7.528.061.919,62	6.950.047.187,56
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	5.939.178.822,20	5.711.042.185,67
JUDICIÁRIA	104.856.962,43	105.686.414,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	5.183.547,73	2.868.169,45
ADMINISTRAÇÃO	88.089.667,98	89.934.008,81
SEGURANÇA PÚBLICA	108.090.159,59	104.841.216,41
ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.074.120,04	15.450.475,97
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.710.090.458,41	2.414.774.153,00
SAÚDE	1.945.582.445,40	1.974.718.304,78
TRABALHO	8.252,40	168.964,78
EDUCAÇÃO	391.179.105,64	373.597.244,80
CULTURA	7.376.642,92	6.569.667,56
DIREITOS DA CIDADANIA	16.156.266,39	12.202.572,24
URBANISMO	3.361.868,12	3.547.912,04
HABITAÇÃO	3.904.335,72	6.007.499,37
SANEAMENTO	379.331,89	462.395,46
GESTÃO AMBIENTAL	60.450.171,40	53.043.545,90
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	24.928.653,19	129.707.611,42
AGRICULTURA	113.934.226,17	114.253.671,20
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.797.566,26	1.722.736,75
INDÚSTRIA	6.133.097,75	6.516.879,04
COMÉRCIO E SERVIÇOS	9.103.650,87	7.959.226,28
COMUNICAÇÕES	15.893.991,83	16.101.067,49
ENERGIA	327.132,43	499.665,20
TRANSPORTE	243.857.805,58	246.566.920,45



	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	5.939.178.822,20	5.711.042.185,67
DESPORTO E LAZER	2.976.387,62	2.386.089,10
ENCARGOS ESPECIAIS	55.442.974,44	21.455.774,17
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	32.948.317,73	25.094.659,97
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	32.948.317,73	25.094.659,97
TRANSFERÊNCIAS	1.555.934.779,69	1.213.910.341,92
INTERGOVERNAMENTAIS	288.260.457,79	331.608.933,30
A MUNICÍPIOS	288.260.457,79	331.608.933,30
TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	598.575.658,64	546.844.978,49
TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	4.871.579,17	4.721.338,69
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	119.156.355,72	106.895.721,81
INTRAGOVERNAMENTAIS	545.070.728,37	223.839.369,63
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	542.489.841,07	221.184.669,63
CORRENTE	250.112.349,16	214.605.115,40
CAPITAL	292.377.491,91	6.579.554,23
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	2.580.887,30	2.654.700,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	725.801.201,47	886.173.261,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	92.829.773,33	94.163.219,82
ALIENAÇÃO DE BENS	1.618.681,83	3.046.616,12
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	500,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	91.211.091,50	91.116.103,70
DESEMBOLSOS	778.989.026,38	1.143.503.107,10
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	778.989.026,38	883.637.461,06
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	259.865.646,04
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-686.159.253,05	-1.049.339.887,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
DESEMBOLSOS	22.060.863,74	1.100.993,15
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	22.060.863,74	1.100.993,15
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-22.060.863,74	-1.100.993,15
FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO		
INGRESSOS		
REPASSES RECEBIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	7.782.813,38	2.865.939,98
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	124.200.811,25	97.560.913,89
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.036.466,86	0,00
CONSIGNAÇÕES A PAGAR	43.578.530,79	0,00
DESEMBOLSOS		
VALORES CONCEDIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	2.975.575,55	1.122.256,06
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	112.862.577,72	79.321.461,62
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	10.980.206,65	0,00
ARRECADADAÇÃO A RECEBER	6.907.014,14	200.696,77
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	42.873.248,22	19.782.439,42
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	60.454.332,90	-144.485.179,80
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	718.502.995,17	862.988.174,97
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	778.957.328,07	718.502.995,17
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	60.454.332,90	-144.485.179,80



Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas dep. do Tesouro

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido*

Página 1/1

Exercício 2015

Contas	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Total
ESPECIFICAÇÃO							
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	44.893.405	9.690.000			-4.114.900	-306.802.993	-256.334.488
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						9.967.218	9.967.218
AUMENTO DE CAPITAL							
FORMAÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS		809.000					809.000
RESULTADO DO EXERCÍCIO						5.099.531	5.099.531
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			8.475.000				8.475.000
DIVIDENDOS							
OUTROS							
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	44.893.405	10.499.000	8.475.000		-4.114.900	-291.736.244	-231.983.739

NOTA: * DADOS EXTRAÍDOS APENAS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS DEPENDENTES CONSTITUÍDAS SOB A FORMA DE SOCIEDADES ANÔNIMAS: COHAB E CODECÊ.



Ingressos	Dispendios
RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RECEITA TRIBUTÁRIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
RECEITA PATRIMONIAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
RECEITA AGROPECUÁRIA	
RECEITA INDUSTRIAL	
RECEITA DE SERVIÇOS	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
(-)DEDUÇÕES	
DÉFICIT	
TOTAL	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	INVESTIMENTOS
ALIENAÇÃO DE BENS	INVERSÕES FINANCEIRAS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	
(-)DEDUÇÕES	
DÉFICIT	
TOTAL	TOTAL

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RECEITAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL
DÉFICIT	
TOTAL	TOTAL



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPA CORRENTE				7.006.860.623,14
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			4.106.352.651,09	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		3.955.451.809,15		
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.014.230.652,29			
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	692.737.765,57			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	34.356.363,92			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.162.192,17			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	6.074.519,82			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.080.040.649,23			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	53.370.389,21			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	51.712.531,79			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	4.910.993,37			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.256.559,97			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	148.830,54			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	4.450.361,27			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		150.900.841,94		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150.900.841,94			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			32.948.317,73	
3290	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		32.948.317,73		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	32.281.114,95			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	667.202,78			
32909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.867.559.654,32	
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		13.432.280,00		
33404100	CONTRIBUIÇÕES	13.432.280,00			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO			250.859.467,37	
33414100	CONTRIBUIÇÕES	240.548.762,41			
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.310.704,96			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		603.938.461,35		
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	510.128.210,30			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	86.399.044,15			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	6.823.770,82			
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	587.436,08			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS			5.641.712,39	



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33604100	CONTRIBUIÇÕES	1.737.190,66			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	3.904.521,73			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		119.156.355,72		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	106.766.957,77			
33719200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.389.397,95			
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
33803600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
33804100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		1.811.274.880,05		
33900300	PENSÕES	0,00			
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.654.697,70			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	9.121.577,44			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	75.725,38			
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	32.297.194,15			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	3.082.182,76			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	235.124.833,01			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	39.421,00			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	184.759.018,16			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	7.938.468,47			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	328.305.897,68			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.775.152,86			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	66.812.006,30			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	242.091.503,30			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	483.451.856,14			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	21.111.516,98			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	42.910.853,45			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	7.254.000,80			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	542.763,50			
33906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	534.472,69			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.250.236,98			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	89.986.592,53			



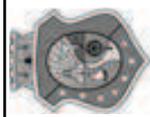
Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	51.154.908,77			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		63.256.497,44		
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.824.881,66			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	55.442.974,44			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.334.310,61			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	138.195,75			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.516.134,98			
4	DESPESA DE CAPITAL				839.726.206,52
44	INVESTIMENTOS			816.682.628,22	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO		0,00		
44204100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		23.801.461,84		
44404200	AUXÍLIOS	23.801.461,84			
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO		0,00		
44414100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		1.240.907,95		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44504200	AUXÍLIOS	1.240.907,95			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00		
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		791.640.258,43		
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	237.040,77			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	3.138.820,26			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	2.120,65			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	33.813.571,93			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	125.304,00			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	41.107.497,50			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			



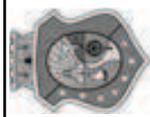
Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	65.957,00			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	636.924.175,65			
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	63.308.506,04			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	6.716.641,84			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.165.509,38			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.035.113,41			
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		0,00		
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		0,00		
4494	APLICAÇÕES DIRETAS		0,00		
44945200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0,00		
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			982.714,56	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		982.714,56		
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS				
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	982.714,56			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00		
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00		
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			22.060.863,74	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		22.060.863,74		
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	22.060.863,74			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
Total Geral:					7.846.586.829,66



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1-RECEITAS CORRENTES	2.183.483.715,30	1.874.875.923,85	0,00	308.607.791,45
11-RECEITA TRIBUTÁRIA	422.079.495,28	413.455.016,21	0,00	8.624.479,07
112-TAXAS	422.079.495,28	413.455.016,21	0,00	8.624.479,07
1121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	24.092.458,00	32.363.086,15	8.270.628,15	0,00
112117-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	4.326,27	4.326,27	0,00
11211700-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	4.326,27	4.326,27	0,00
112121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	8.517.000,00	16.379.859,85	7.862.859,85	0,00
11212151-TAXA AMBIENTAIS	8.517.000,00	13.998.266,47	5.481.266,47	0,00
11212151-RESTITUIÇÃO DE TAXA AMBIENTAIS	0,00	-64.940,48	0,00	-64.940,48
11212153-TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	0,00	2.446.533,86	2.446.533,86	0,00
112130-TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE	0,00	21.143,30	21.143,30	0,00
11213000-TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE	0,00	21.143,30	21.143,30	0,00
112131-TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	4.162.000,00	3.219.384,95	0,00	942.615,05
11213100-TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	4.162.000,00	3.219.384,95	0,00	942.615,05
112137-TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO	416.730,00	417.980,52	1.250,52	0,00
11213700-TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO	416.730,00	417.980,52	1.250,52	0,00
112199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	10.996.728,00	12.320.391,26	1.323.663,26	0,00
11219954-TAXA DE VISTORIA	0,00	28.000,24	28.000,24	0,00
11219956-TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	4.983.390,00	5.918.511,06	935.121,06	0,00
11219956-RESTITUIÇÃO DE TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	0,00	-214.017,85	0,00	-214.017,85
11219957-TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	6.013.338,00	6.581.179,22	567.841,22	0,00
11219966-TAXA DE CONCESSÃO DE REGISTRO, CADASTRO E RENOVACÃO	0,00	6.718,59	6.718,59	0,00
1122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	397.987.037,28	381.091.930,06	0,00	16.895.107,22
112208-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	54.567.783,93	78.068.615,08	23.500.831,15	0,00
11220800-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	54.567.783,93	79.248.820,60	24.681.036,67	0,00
11220800-RESTITUIÇÃO DE EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	0,00	-1.180.205,52	0,00	-1.180.205,52
112212-EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS	22.365.545,88	0,00	0,00	22.365.545,88
11221200-EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS	22.365.545,88	0,00	0,00	22.365.545,88
112221-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	0,00	198.166,54	198.166,54	0,00
11222100-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	0,00	198.166,54	198.166,54	0,00
112229-EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	33.217.624,00	28.052.413,69	0,00	5.165.210,31
11222951-VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	33.217.624,00	28.066.854,34	0,00	5.150.769,66
11222951-RESTITUIÇÃO DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	0,00	-14.440,65	0,00	-14.440,65



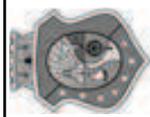
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
112299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	287.836.083,47	274.772.734,75	0,00	13.063.348,72
11229953-TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS	11.652.180,00	4.489.922,03	0,00	7.162.257,97
11229953-RESTITUIÇÃO DE TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS	0,00	-12,14	0,00	-12,14
11229955-TAXA DA LOTERIA ESTADUAL DO CEARÁ	8.003.784,00	4.000.000,00	0,00	4.003.784,00
11229957-TAXA DE SERVIÇOS GRÁFICOS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
11229958-TAXAS DE FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	388.850,00	1.537.383,81	1.148.533,81	0,00
11229962-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS	281.198,00	71.348,92	0,00	209.849,08
11229963-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE	259.605.970,00	262.166.694,17	2.560.724,17	0,00
11229963-RESTITUIÇÃO DE TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE	0,00	-565.523,43	0,00	-565.523,43
11229967-TAXA PELA EMISSÃO DE DOCUMENTOS	43.310,00	9.409,00	0,00	33.901,00
11229972-TAXA DE CONCESSÃO DE LICENÇAS	0,00	8.558,75	8.558,75	0,00
11229973-TAXA DE TRANSPORTE ANIMAL E VEGETAL	750.650,00	518.734,16	0,00	231.915,84
11229974-TAXA DE SERVIÇOS HEMOTERÁPICOS	0,00	53.997,40	53.997,40	0,00
11229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7.105.141,47	2.490.453,76	0,00	4.614.687,71
11229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	-8.231,68	0,00	-8.231,68
12-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	510.890.701,00	530.986.334,16	20.095.633,16	0,00
121-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	510.890.701,00	530.986.334,16	20.095.633,16	0,00
1210-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	510.890.701,00	530.986.334,16	20.095.633,16	0,00
121029-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	508.136.941,00	525.467.485,02	17.330.544,02	0,00
12102907-CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	343.702.140,00	353.928.465,98	10.226.325,98	0,00
12102907-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	0,00	-567.075,65	0,00	-567.075,65
12102908-CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	80.697.348,00	81.220.725,02	523.377,02	0,00
12102909-CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR INATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	46.560.279,00	59.680.083,65	13.119.804,65	0,00
12102910-CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	8.878.674,00	6.655.066,72	0,00	2.223.607,28
12102911-CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	19.381.955,00	22.510.944,93	3.128.989,93	0,00
12102912-CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA MILITAR	8.916.545,00	2.039.274,37	0,00	6.877.270,63
121099-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.753.760,00	5.518.849,14	2.765.089,14	0,00
12109951-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP	0,00	964.047,74	964.047,74	0,00
12109952-CONTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS - OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS	2.579.453,00	2.695.139,15	115.686,15	0,00
12109953-CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS DO FPP	0,00	193.533,90	193.533,90	0,00
12109954-CONTRIBUIÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA	174.307,00	154.170,67	0,00	20.136,33
12109959-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	306.927,31	306.927,31	0,00
12109969-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS AO RPPS	0,00	1.205.030,37	1.205.030,37	0,00



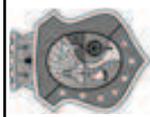
Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
13-RECEITA PATRIMONIAL	68.574.133,49	96.156.611,86	27.582.478,37	0,00
131-RECEITAS IMOBILIÁRIAS	4.628.228,28	4.560.021,06	0,00	68.207,22
1311-ALUGUÉIS	933.178,19	1.198.331,83	265.153,64	0,00
131100-ALUGUÉIS	933.178,19	1.198.331,83	265.153,64	0,00
13110000-ALUGUÉIS	933.178,19	1.382.660,98	449.482,79	0,00
13110000-RESTITUIÇÃO DE ALUGUÉIS	0,00	-184.329,15	0,00	-184.329,15
1312-ARRENDAMENTOS	0,00	2.767,21	2.767,21	0,00
131200-ARRENDAMENTOS	0,00	2.767,21	2.767,21	0,00
13120000-ARRENDAMENTOS	0,00	2.767,21	2.767,21	0,00
1313-FOROS	160.000,00	509,08	0,00	159.490,92
131300-FOROS	160.000,00	509,08	0,00	159.490,92
13130000-FOROS	160.000,00	509,08	0,00	159.490,92
1314-LAUDÊMIOS	360.000,00	50.623,75	0,00	309.376,25
131400-LAUDÊMIOS	360.000,00	50.623,75	0,00	309.376,25
13140000-LAUDÊMIOS	360.000,00	50.623,75	0,00	309.376,25
1319-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.175.050,09	3.307.789,19	132.739,10	0,00
131951-TAXA DE VISTORIA	2.042.750,00	1.856.523,38	0,00	186.226,62
13195100-TAXA DE VISTORIA	2.042.750,00	1.856.523,38	0,00	186.226,62
131952-TAXA DE ANUÊNCIA	6.000,00	480.059,63	474.059,63	0,00
13195200-TAXA DE ANUÊNCIA	6.000,00	480.059,63	474.059,63	0,00
131999-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.126.300,09	971.206,18	0,00	155.093,91
13199900-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.126.300,09	971.206,18	0,00	155.093,91
132-RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	63.945.905,21	91.550.518,75	27.604.613,54	0,00
1321-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	17.614.412,21	28.598.035,60	10.983.623,39	0,00
132100-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	17.614.412,21	28.598.035,60	10.983.623,39	0,00
13210000-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	17.614.412,21	28.598.035,60	10.983.623,39	0,00
1322-DIVIDENDOS	5.000,00	20,70	0,00	4.979,30
132200-DIVIDENDOS	5.000,00	20,70	0,00	4.979,30
13220000-DIVIDENDOS	5.000,00	20,70	0,00	4.979,30
1325-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	46.326.493,00	62.952.462,45	16.625.969,45	0,00
132501-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	46.326.493,00	62.952.462,45	16.625.969,45	0,00
13250102-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDEB OBS: FONTE 50.	0,00	62.290,49	62.290,49	0,00
13250102-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDEB OBS: FONTE 50.	0,00	-62.290,49	0,00	-62.290,49



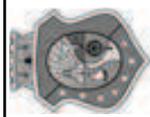
Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
13250103-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO DE SAÚDE	9.627.800,00	14.323.582,79	4.695.782,79	0,00
13250110-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)	0,00	269.837,14	269.837,14	0,00
13250151-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – RECURSOS DO RPPS. FONTE 03	9.235.052,00	17.077.768,72	7.842.716,72	0,00
13250153-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 14.415/09 - FONTE 15	2.276.400,00	129.762,67	0,00	2.146.637,33
13250155-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM.INDIRETA - FONTE 83	23.964.761,00	11.989.000,53	0,00	11.975.760,47
13250155-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM.INDIRETA - FONTE 83	0,00	-308.364,34	0,00	-308.364,34
13250157-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO MUNICIPAL - ADM.INDIRETA - FONTE 87	360.000,00	5.771,35	0,00	354.228,65
13250159-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO PRIVADO - ADM.INDIRETA - FONTE 89	862.480,00	497.549,37	0,00	364.930,63
13250161-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO INTERNACIONAL - ADM.INDIRETA - FONTE 81	0,00	42,27	42,27	0,00
13250162-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO DE DEFESA CIVIL - FT 79	0,00	1.381.912,81	1.381.912,81	0,00
13250163-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FPP - FT 05	0,00	9.888.499,05	9.888.499,05	0,00
13250165-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – MEDIDAS COMPENSATORIAS AMBIENTAIS - FT 16	0,00	5.658.419,79	5.658.419,79	0,00
13250167-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SELOS DE AUTENTICIDADE - FT 29	0,00	2.038.680,30	2.038.680,30	0,00
133-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	46.072,05	46.072,05	0,00
1333-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	46.072,05	46.072,05	0,00
133399-OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	46.072,05	46.072,05	0,00
13339951-CONCESSÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO	0,00	37.693,62	37.693,62	0,00
13339953-PERMISSÃO DE USO DE FAIXA DE DOMÍNIO	0,00	8.378,43	8.378,43	0,00
16-RECEITA DE SERVIÇOS	53.826.222,02	50.295.540,79	0,00	3.530.681,23
160-RECEITA DE SERVIÇOS	53.826.222,02	50.295.540,79	0,00	3.530.681,23
1600-RECEITA DE SERVIÇOS	53.826.222,02	50.295.540,79	0,00	3.530.681,23
160001-SERVIÇOS COMERCIAIS	0,00	1.182.911,52	1.182.911,52	0,00
16000199-OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	0,00	1.182.911,52	1.182.911,52	0,00
160002-SERVIÇOS FINANCEIROS	0,00	102.528,89	102.528,89	0,00
16000299-OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	0,00	102.528,89	102.528,89	0,00
160004-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	546.049,02	603.722,43	57.673,41	0,00
16000403-OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	546.049,02	603.722,43	57.673,41	0,00
160005-SERVIÇOS DE SAÚDE	0,00	330.058,29	330.058,29	0,00



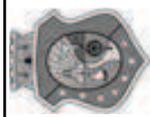
Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
16000503-SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS	0,00	330.058,29	330.058,29	0,00
160008-SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	2.404.620,59	2.404.620,59	0,00
16000852-SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET	0,00	4.808,96	4.808,96	0,00
16000853-SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS	0,00	2.399.810,63	2.399.810,63	0,00
16000854-HOSPEDAGEM DE SITES E SISTEMAS	0,00	1,00	1,00	0,00
160012-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	0,00	26.487,51	26.487,51	0,00
16001200-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	0,00	26.487,51	26.487,51	0,00
160013-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	230.054,44	230.054,44	0,00
16001304-SERVIÇOS DE EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS	0,00	22.437,87	22.437,87	0,00
16001399-OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	207.616,57	207.616,57	0,00
160015-SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	40.000,00	6.924,54	0,00	33.075,46
16001500-SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	40.000,00	6.924,54	0,00	33.075,46
160016-SERVIÇOS EDUCACIONAIS	600.000,00	227.311,00	0,00	372.689,00
16001600-SERVIÇOS EDUCACIONAIS	600.000,00	227.311,00	0,00	372.689,00
160020-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	671.000,00	837.865,27	166.865,27	0,00
16002002-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - APLICAÇÕES VINCULADAS A ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	671.000,00	837.865,27	166.865,27	0,00
160021-SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	10.000,00	315.926,00	305.926,00	0,00
16002100-SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	10.000,00	315.926,00	305.926,00	0,00
160022-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0,00	357.519,02	357.519,02	0,00
16002200-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0,00	357.519,02	357.519,02	0,00
160024-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	9.755.093,00	9.655.945,78	0,00	99.147,22
16002400-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	9.755.093,00	9.668.949,78	0,00	86.143,22
16002400-RESTITUIÇÃO DE SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	0,00	-13.004,00	0,00	-13.004,00
160039-SERVIÇOS VETERINÁRIOS	900.000,00	45.957,55	0,00	854.042,45
16003900-SERVIÇOS VETERINÁRIOS	900.000,00	45.957,55	0,00	854.042,45
160050-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0,00	97.075,00	97.075,00	0,00
16005000-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	0,00	97.075,00	97.075,00	0,00
160099-OUTROS SERVIÇOS	41.304.080,00	33.870.632,96	0,00	7.433.447,04
16009951-SERVIÇO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA	1.990.330,00	1.024.793,65	0,00	965.536,35
16009951-RESTITUIÇÃO DE SERVIÇO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	-10.740,64	0,00	-10.740,64
16009953-FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES	1.140.000,00	244.414,11	0,00	895.585,89
16009955-VENDA DE PRODUTOS CONSIGNÁVEIS	1.963.750,00	26.877,55	0,00	1.936.872,45
16009957-SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS	0,00	67.936,45	67.936,45	0,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
16009958-SERVIÇOS DE CADASTRO EM GERAL	0,00	132.782,65	132.782,65	0,00
16009999-OUTROS SERVIÇOS	36.210.000,00	32.386.920,87	0,00	3.823.079,13
16009999-RESTITUIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS	0,00	-2.351,68	0,00	-2.351,68
17-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	842.109.090,60	544.309.390,51	0,00	297.799.700,09
172-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	795.446.194,20	526.300.818,05	0,00	269.145.376,15
1721-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	783.596.438,20	483.953.788,36	0,00	299.642.649,84
172133-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO	702.170.308,15	469.557.029,68	0,00	232.613.278,47
17213331-ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA	7.168.815,00	0,00	0,00	7.168.815,00
17213336-ATENÇÃO BÁSICA - INCENTIVO ATENÇÃO À SAÚDE - SISTEMA PENITENCIÁRIO	0,00	480.060,00	480.060,00	0,00
17213341-MAC TF - TETO FINANCEIRO	564.773.214,15	376.378.991,32	0,00	188.394.222,83
17213342-MAC TF - SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA	19.890.439,00	11.041.200,00	0,00	8.849.239,00
17213343-MAC TF - CEO - CENTRO ESPEC. ODONTOLÓGICA	6.400.000,00	7.497.600,00	1.097.600,00	0,00
17213345-MAC TF - CEREST - CENTRO DE REF. EM SAÚDE DO TRABALHADOR	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
17213349-MAC TF - OUTROS PROGRAMAS FINANC. POR TRANSF. FUNDO A FUNDO	0,00	742.884,08	742.884,08	0,00
17213358-MAC FAEC - TRANSPLANTES - OUTROS	0,00	1.035.821,38	1.035.821,38	0,00
17213359-MAC FAEC - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO	0,00	2.817.437,26	2.817.437,26	0,00
17213361-V SAÚDE - VIGILÂNCIA EPIDMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	14.885.264,00	0,00	0,00	14.885.264,00
17213362-V SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	18.246.764,00	8.464.699,72	0,00	9.782.064,28
17213363-V SAÚDE - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)	3.500.000,00	13.349.660,13	9.849.660,13	0,00
17213371-A FARM - COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	28.879.209,00	27.811.887,84	0,00	1.067.321,16
17213373-A FARM - COMPONENTE MEDICAMENTOS DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL	37.926.603,00	18.085.188,10	0,00	19.841.414,90
17213379-A FARM - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)	0,00	812.279,85	812.279,85	0,00
17213389-G SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)	0,00	1.039.320,00	1.039.320,00	0,00
172134-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	4.623.454,40	2.158.894,10	0,00	2.464.560,30
17213400-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	4.623.454,40	2.158.894,10	0,00	2.464.560,30
172199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	76.802.675,65	12.237.864,58	0,00	64.564.811,07
17219951-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	74.801.729,65	16.618.859,41	0,00	58.182.870,24
17219951-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	0,00	-7.363.219,71	0,00	-7.363.219,71
17219952-TRANSFERÊNCIAS ORIUNDAS DA LEI PELÉ	2.000.946,00	2.982.224,88	981.278,88	0,00
1723-TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	11.849.756,00	42.347.029,69	30.497.273,69	0,00
172301-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	11.849.756,00	42.347.029,69	30.497.273,69	0,00
17230100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	11.849.756,00	42.347.029,69	30.497.273,69	0,00
173-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	16.450.000,00	8.175.643,62	0,00	8.274.356,38



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1730-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	16.450.000,00	8.175.643,62	0,00	8.274.356,38
173000-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	16.450.000,00	8.175.643,62	0,00	8.274.356,38
17300000-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	16.450.000,00	8.175.643,62	0,00	8.274.356,38
175-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	770.000,00	465.247,09	0,00	304.752,91
1750-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	770.000,00	465.247,09	0,00	304.752,91
175000-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	770.000,00	465.247,09	0,00	304.752,91
17500000-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	770.000,00	465.247,09	0,00	304.752,91
176-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	29.442.896,40	9.367.681,75	0,00	20.075.214,65
1761-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	27.931.350,28	7.078.717,83	0,00	20.852.632,45
176101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	14.531.965,24	1.163.166,66	0,00	13.368.798,58
17610100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	14.531.965,24	1.163.166,66	0,00	13.368.798,58
176199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	13.399.385,04	5.915.551,17	0,00	7.483.833,87
17619900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO	13.399.385,04	5.915.551,17	0,00	7.483.833,87
1763-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	99.642,48	149.389,98	49.747,50	0,00
176301-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	0,00	149.389,98	149.389,98	0,00
-SUS	0,00	149.389,98	149.389,98	0,00
SAÚDE - SUS	0,00	149.389,98	149.389,98	0,00
176399-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS	99.642,48	0,00	0,00	99.642,48
17639900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS	99.642,48	0,00	0,00	99.642,48
1764-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.391.903,64	2.139.573,94	747.670,30	0,00
176400-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.391.903,64	2.139.573,94	747.670,30	0,00
17640000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.391.903,64	2.139.573,94	747.670,30	0,00
1765-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DO EXTERIOR	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
176500-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DO EXTERIOR	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
17650000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DO EXTERIOR	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
19-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	286.004.072,91	239.673.030,32	0,00	46.331.042,59
191-MULTAS E JUROS DE MORA	89.220.089,13	78.713.378,69	0,00	10.506.710,44
1918-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	285.593,13	3.620.929,65	3.335.336,52	0,00
191899-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	285.593,13	3.620.929,65	3.335.336,52	0,00
19189900-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	285.593,13	3.620.929,65	3.335.336,52	0,00
1919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	88.934.496,00	75.092.449,04	0,00	13.842.046,96
191910-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	461.500,00	253.389,04	0,00	208.110,96
19191000-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	461.500,00	253.389,04	0,00	208.110,96
191915-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	75.960.000,00	71.823.426,78	0,00	4.136.573,22



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19191500-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	75.960.000,00	71.898.018,25	0,00	4.061.981,75
19191500-RESTITUIÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	0,00	-74.591,47	0,00	-74.591,47
191926-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	11.012.996,00	540.766,60	0,00	10.472.229,40
19192602-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	11.012.996,00	544.171,17	0,00	10.468.824,83
19192602-RESTITUIÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	0,00	-3.404,57	0,00	-3.404,57
191935-MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	1.500.000,00	1.349.454,08	0,00	150.545,92
19193500-MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	1.500.000,00	985.378,21	0,00	514.621,79
19193500-RESTITUIÇÃO DE MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	0,00	-2.182,85	0,00	-2.182,85
19193510-MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS	0,00	366.258,72	366.258,72	0,00
191956-MULTAS POR DANOS AO CONSUMIDOR	0,00	1.032.024,46	1.032.024,46	0,00
19195600-MULTAS POR DANOS AO CONSUMIDOR	0,00	1.032.024,46	1.032.024,46	0,00
191999-OUTRAS MULTAS	0,00	93.388,08	93.388,08	0,00
19199951-MULTAS DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	0,00	93.388,08	93.388,08	0,00
192-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	65.027.917,00	34.279.713,46	0,00	30.748.203,54
1921-INDENIZAÇÕES	18.632.217,00	4.750.591,03	0,00	13.881.625,97
192105-INDENIZAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	18.621.574,00	4.626.432,29	0,00	13.995.141,71
19210551-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	9.755.932,00	4.626.432,29	0,00	5.129.499,71
19210552-MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS	8.865.642,00	0,00	0,00	8.865.642,00
192151-INDENIZAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO	0,00	216,00	216,00	0,00
19215100-INDENIZAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO	0,00	216,00	216,00	0,00
192199-OUTRAS INDENIZAÇÕES	10.643,00	123.942,74	113.299,74	0,00
19219900-OUTRAS INDENIZAÇÕES	10.643,00	123.942,74	113.299,74	0,00
1922-RESTITUIÇÕES	46.395.700,00	29.529.122,43	0,00	16.866.577,57
192201-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0,00	865.465,05	865.465,05	0,00
19220100-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0,00	865.465,05	865.465,05	0,00
192207-RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.716.052,19	1.716.052,19	0,00
19220700-RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.716.052,19	1.716.052,19	0,00
192210-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	46.395.700,00	26.494.491,21	0,00	19.901.208,79
19221001-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PRINCIPAL	46.395.700,00	26.871.474,82	0,00	19.524.225,18
19221001-RESTITUIÇÃO DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PRINCIPAL	0,00	-376.983,61	0,00	-376.983,61
192299-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	453.113,98	453.113,98	0,00
19229951-RESTITUIÇÕES AO FUNDEB	0,00	180.813,58	180.813,58	0,00



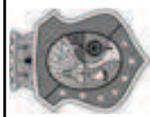
Descrição	Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19229951-RESTITUIÇÃO DE RESTITUIÇÕES AO FUNDEB		0,00	-180.813,58	0,00	-180.813,58
19229953-RESTITUIÇÕES DE VALE-TRANSPORTE		0,00	3.667,39	3.667,39	0,00
19229957-DEVOLUÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	5.658,97	5.658,97	0,00
19229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES		0,00	489.586,73	489.586,73	0,00
19229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RESTITUIÇÕES		0,00	-45.799,11	0,00	-45.799,11
193-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		0,00	6.957,83	6.957,83	0,00
1932-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		0,00	6.957,83	6.957,83	0,00
193257-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	6.957,83	6.957,83	0,00
19325735-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS		0,00	6.957,83	6.957,83	0,00
199-RECEITAS DIVERSAS		131.756.066,78	126.672.980,34	0,00	5.083.086,44
1990-RECEITAS DIVERSAS		131.756.066,78	126.672.980,34	0,00	5.083.086,44
199002-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS		25.000,00	146.642,51	121.642,51	0,00
19900201-RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS		25.000,00	146.642,51	121.642,51	0,00
199021-RECEITA DE SEGUROS DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO POR SINISTRO		0,00	34.794,00	34.794,00	0,00
19902100-RECEITA DE SEGUROS DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO POR SINISTRO		0,00	34.794,00	34.794,00	0,00
199052-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ		4.202.426,48	1.806.333,93	0,00	2.396.092,55
19905200-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ		4.202.426,48	1.806.333,93	0,00	2.396.092,55
199099-OUTRAS RECEITAS		127.528.640,30	124.685.209,90	0,00	2.843.430,40
19909951-DEPÓSITOS JUDICIAIS		0,00	3.333.832,54	3.333.832,54	0,00
19909956-RECEITA SOBRE PROGRAMA DE SEMENTES		2.900.007,00	1.123.345,70	0,00	1.776.661,30
19909957-SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	4.571,99	4.571,99	0,00
19909959-SPREAD SOBRE RENDIMENTOS DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS		3.039.633,30	6.644.881,46	3.605.248,16	0,00
19909977-ENCARGOS DO FDI / PROADE		0,00	343.329,44	343.329,44	0,00
19909978-DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 15.878		120.000.000,00	107.549.960,64	0,00	12.450.039,36
19909999-OUTRAS RECEITAS		1.589.000,00	5.685.288,13	4.096.288,13	0,00
2-RECEITAS DE CAPITAL		187.549.398,94	92.829.773,33	0,00	94.719.625,61
22-ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	1.618.681,83	1.618.681,83	0,00
222-ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	1.618.681,83	1.618.681,83	0,00
2225-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS		0,00	1.618.681,83	1.618.681,83	0,00
222500-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS		0,00	1.618.681,83	1.618.681,83	0,00
22250000-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS		0,00	1.618.681,83	1.618.681,83	0,00
24-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		187.549.398,94	91.211.091,50	0,00	96.338.307,44
242-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		5.903.049,00	32.945.518,28	27.042.469,28	0,00
2421-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		5.903.049,00	32.945.518,28	27.042.469,28	0,00



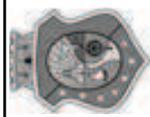
Descrição	Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
242101-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		5.903.049,00	8.400.518,28	2.497.469,28	0,00
24210100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		5.903.049,00	8.400.518,28	2.497.469,28	0,00
242199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		0,00	24.545.000,00	24.545.000,00	0,00
24219951-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL		0,00	24.545.000,00	24.545.000,00	0,00
247-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		181.646.349,94	58.265.573,22	0,00	123.380.776,72
2471-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		180.594.949,94	58.265.573,22	0,00	122.329.376,72
247101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		12.576.867,76	0,00	0,00	12.576.867,76
24710100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS		12.576.867,76	0,00	0,00	12.576.867,76
SUS					
247102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		677.509,10	0,00	0,00	677.509,10
24710200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		677.509,10	0,00	0,00	677.509,10
247105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE		157.873.976,10	56.265.573,22	0,00	101.608.402,88
24710500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE		157.873.976,10	56.265.573,22	0,00	101.608.402,88
247199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		9.466.596,98	2.000.000,00	0,00	7.466.596,98
24719900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO		9.466.596,98	2.000.000,00	0,00	7.466.596,98
2474-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.051.400,00	0,00	0,00	1.051.400,00
247400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.051.400,00	0,00	0,00	1.051.400,00
24740000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.051.400,00	0,00	0,00	1.051.400,00
7-RECEITAS CORRENTES		913.037.494,08	880.786.382,97	0,00	32.251.111,11
71-RECEITA TRIBUTÁRIA		7.793.648,00	307.278,39	0,00	7.486.369,61
712-TAXAS		7.793.648,00	307.278,39	0,00	7.486.369,61
7121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		2.134.358,00	10.999,42	0,00	2.123.358,58
712121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		2.134.358,00	518,87	0,00	2.133.839,13
71212151-TAXA AMBIENTAIS		2.134.358,00	518,87	0,00	2.133.839,13
712199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		0,00	10.480,55	10.480,55	0,00
71219954-TAXA DE VISTORIA		0,00	10.480,55	10.480,55	0,00
7122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		5.659.290,00	296.278,97	0,00	5.363.011,03
712221-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS		109.250,00	0,00	0,00	109.250,00
71222100-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS		109.250,00	0,00	0,00	109.250,00
712299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		5.550.040,00	296.278,97	0,00	5.253.761,03
71229963-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE		3.196.030,00	218.804,81	0,00	2.977.225,19
71229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		2.354.010,00	77.474,16	0,00	2.276.535,84
72-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		894.305.233,00	864.450.713,38	0,00	29.854.519,62



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
721-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	894.305.233,00	864.450.713,38	0,00	29.854.519,62
7210-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	894.305.233,00	864.450.713,38	0,00	29.854.519,62
721029-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	891.041.397,00	862.009.346,32	0,00	29.032.050,68
72102901-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	713.488.387,00	700.118.889,94	0,00	13.369.497,06
72102901-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	0,00	-145.978,94	0,00	-145.978,94
72102902-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	177.553.010,00	162.036.435,32	0,00	15.516.574,68
721099-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.263.836,00	2.441.367,06	0,00	822.468,94
72109951-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP	3.263.836,00	1.734.203,15	0,00	1.529.632,85
72109959-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	707.163,91	707.163,91	0,00
76-RECEITA DE SERVIÇOS	9.938.613,08	12.977.666,45	3.039.053,37	0,00
760-RECEITA DE SERVIÇOS	9.938.613,08	12.977.666,45	3.039.053,37	0,00
7600-RECEITA DE SERVIÇOS	9.938.613,08	12.977.666,45	3.039.053,37	0,00
760008-SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	9.938.613,08	10.475.400,92	536.787,84	0,00
76000852-SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET	0,00	173.403,31	173.403,31	0,00
76000853-SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS	9.938.613,08	10.301.997,61	363.384,53	0,00
76020-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	0,00	2.465,53	2.465,53	0,00
7602002-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - APLICAÇÕES VINCULADAS A ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	0,00	2.465,53	2.465,53	0,00
760099-OUTROS SERVIÇOS	0,00	2.499.800,00	2.499.800,00	0,00
76009954-SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE CONCURSOS E P. SELETIVOS	0,00	2.499.800,00	2.499.800,00	0,00
79-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000.000,00	3.050.724,75	2.050.724,75	0,00
792-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	129.581,65	129.581,65	0,00
7921-INDENIZAÇÕES	0,00	129.581,65	129.581,65	0,00
792105-INDENIZAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	0,00	129.581,65	129.581,65	0,00
79210551-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	129.581,65	129.581,65	0,00
799-RECEITAS DIVERSAS	1.000.000,00	2.921.143,10	1.921.143,10	0,00
7990-RECEITAS DIVERSAS	1.000.000,00	2.921.143,10	1.921.143,10	0,00
799051-RECEITA DE ENCARGOS LEGAIS SOBRE A DÍVIDA ATIVA	0,00	2.921.143,10	2.921.143,10	0,00
79905100-RECEITA DE ENCARGOS LEGAIS SOBRE A DÍVIDA ATIVA	0,00	2.921.143,10	2.921.143,10	0,00
799052-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
79905200-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Total Geral:	3.284.070.608,32	2.848.492.080,15	0,00	435.578.528,17



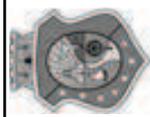
Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas		
3	DESPESA CORRENTE	7.475.256.294,40	0,00	7.475.256.294,40	7.006.860.623,14	468.395.671,26
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.262.791.229,91	0,00	4.262.791.229,91	4.106.352.651,09	156.438.578,82
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	4.108.267.450,23	0,00	4.108.267.450,23	3.955.451.809,15	152.815.641,08
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.070.945.846,50	0,00	2.070.945.846,50	2.014.230.652,29	56.715.194,21
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	732.218.863,55	0,00	732.218.863,55	692.737.765,57	39.481.097,98
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	36.164.227,61	0,00	36.164.227,61	34.356.363,92	1.807.863,69
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	2.005.005,64	0,00	2.005.005,64	1.162.192,17	842.813,47
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	6.992.298,19	0,00	6.992.298,19	6.074.519,82	917.778,37
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.116.605.637,13	0,00	1.116.605.637,13	1.080.040.649,23	36.564.987,90
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	55.619.671,11	0,00	55.619.671,11	53.370.389,21	2.249.281,90
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	56.831.737,88	0,00	56.831.737,88	51.712.531,79	5.119.206,09
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	5.479.911,34	0,00	5.479.911,34	4.910.993,37	568.917,97
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17.907.550,64	0,00	17.907.550,64	12.256.559,97	5.650.990,67
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	514.378,17	0,00	514.378,17	148.830,54	365.547,63
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	6.982.322,47	0,00	6.982.322,47	4.450.361,27	2.531.961,20
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	154.523.779,68	0,00	154.523.779,68	150.900.841,94	3.622.937,74
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	154.523.779,68	0,00	154.523.779,68	150.900.841,94	3.622.937,74
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	33.028.709,85	0,00	33.028.709,85	32.948.317,73	80.392,12
3290	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	33.028.709,85	0,00	33.028.709,85	32.948.317,73	80.392,12
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	32.297.446,95	0,00	32.297.446,95	32.281.114,95	16.332,00
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	731.262,90	0,00	731.262,90	667.202,78	64.060,12
32909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.179.436.354,64	0,00	3.179.436.354,64	2.867.559.654,32	311.876.700,32
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	14.780.000,00	0,00	14.780.000,00	13.432.280,00	1.347.720,00
33404100	CONTRIBUIÇÕES	14.780.000,00	0,00	14.780.000,00	13.432.280,00	1.347.720,00
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	257.668.628,60	0,00	257.668.628,60	250.859.467,37	6.809.161,23
33414100	CONTRIBUIÇÕES	247.357.923,54	0,00	247.357.923,54	240.548.762,41	6.809.161,13
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.310.705,06	0,00	10.310.705,06	10.310.704,96	0,10
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	637.507.778,73	0,00	637.507.778,73	603.938.461,35	33.569.317,38
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	520.601.148,17	0,00	520.601.148,17	510.128.210,30	10.472.937,87
33504100	CONTRIBUIÇÕES	108.919.416,15	0,00	108.919.416,15	86.399.044,15	22.520.372,00



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	7.135.201,41	0,00	7.135.201,41	311.430,59
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	851.013,00	0,00	851.013,00	263.576,92
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	8.543.194,00	0,00	8.543.194,00	2.901.481,61
33604100	CONTRIBUIÇÕES	2.385.000,00	0,00	2.385.000,00	647.809,34
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	6.158.194,00	0,00	6.158.194,00	2.253.672,27
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	121.068.147,78	0,00	121.068.147,78	1.911.792,06
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	108.589.649,83	0,00	108.589.649,83	1.822.692,06
33719200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.478.497,95	0,00	12.478.497,95	89.100,00
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	1.824.000,00	0,00	1.824.000,00	1.824.000,00
33803600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	305.000,00	0,00	305.000,00	305.000,00
33804100	CONTRIBUIÇÕES	1.519.000,00	0,00	1.519.000,00	1.519.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	2.071.351.954,47	0,00	2.071.351.954,47	260.077.074,42
33900300	PENSÕES	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1.812.508,07	0,00	1.812.508,07	157.810,37
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	15.274.982,90	0,00	15.274.982,90	6.153.405,46
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	110.590,00	0,00	110.590,00	34.864,62
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	42.268.082,27	0,00	42.268.082,27	9.970.888,12
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	8.082.672,12	0,00	8.082.672,12	5.000.489,36
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	270.866.772,66	0,00	270.866.772,66	35.741.939,65
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	361.720,00	0,00	361.720,00	322.299,00
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	219.313.706,95	0,00	219.313.706,95	34.554.688,79
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	13.074.634,38	0,00	13.074.634,38	5.136.165,91
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	351.066.010,34	0,00	351.066.010,34	22.760.112,66
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.030.403,56	0,00	3.030.403,56	1.255.250,70
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	85.058.053,29	0,00	85.058.053,29	18.246.046,99
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	261.981.650,18	0,00	261.981.650,18	19.890.146,88
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	560.320.421,08	0,00	560.320.421,08	76.868.564,94
33904100	CONTRIBUIÇÕES	10.200,00	0,00	10.200,00	10.200,00
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	21.824.766,82	0,00	21.824.766,82	713.249,84



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl. - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	45.813.930,18	0,00	45.813.930,18	42.910.853,45	2.903.076,73	
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	7.785.000,00	0,00	7.785.000,00	7.254.000,80	530.999,20	
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	858.073,83	0,00	858.073,83	542.763,50	315.310,33	
33906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	534.472,69	0,00	534.472,69	534.472,69	0,00	
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.580.103,60	0,00	1.580.103,60	1.250.236,98	329.866,62	
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	103.980.667,58	0,00	103.980.667,58	89.986.592,53	13.994.075,05	
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	56.336.531,97	0,00	56.336.531,97	51.154.908,77	5.181.623,20	
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	66.692.651,06	0,00	66.692.651,06	63.256.497,44	3.436.153,62	
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.245.868,66	0,00	5.245.868,66	2.824.881,66	2.420.987,00	
33914100	CONTRIBUIÇÕES	55.442.974,44	0,00	55.442.974,44	55.442.974,44	0,00	
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.822.056,90	0,00	1.822.056,90	1.334.310,61	487.746,29	
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	158.558,52	0,00	158.558,52	138.195,75	20.362,77	
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.023.192,54	0,00	4.023.192,54	3.516.134,98	507.057,56	
4	DESPESA DE CAPITAL	1.378.998.124,65	200.000,00	1.379.198.124,65	839.726.206,52	539.471.918,13	
44	INVESTIMENTOS	1.353.745.221,74	200.000,00	1.353.945.221,74	816.682.628,22	537.262.593,52	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44204100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	30.062.094,66	200.000,00	30.262.094,66	23.801.461,84	6.460.632,82	
44404200	AUXÍLIOS	30.062.094,66	200.000,00	30.262.094,66	23.801.461,84	6.460.632,82	
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - FUNDO A FUNDO	393.250,00	0,00	393.250,00	393.250,00	0,00	
44414100	CONTRIBUIÇÕES	393.250,00	0,00	393.250,00	393.250,00	0,00	
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3.854.117,92	0,00	3.854.117,92	1.240.907,95	2.613.209,97	
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	115.580,92	0,00	115.580,92	0,00	115.580,92	
44504100	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44504200	AUXÍLIOS	3.655.514,95	0,00	3.655.514,95	1.240.907,95	2.414.607,00	
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	83.022,05	0,00	83.022,05	0,00	83.022,05	
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	1.319.076.178,16	0,00	1.319.076.178,16	791.640.258,43	527.435.919,73	
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	9.165.636,12	0,00	9.165.636,12	237.040,77	8.928.595,35	
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	4.276.197,26	0,00	4.276.197,26	3.138.820,26	1.137.377,00	
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	7.120,65	0,00	7.120,65	2.120,65	5.000,00	
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	81.296.497,91	0,00	81.296.497,91	33.813.571,93	47.482.925,98	
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	126.917,80	0,00	126.917,80	125.304,00	1.613,80	
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.127.900,98	0,00	100.127.900,98	41.107.497,50	59.020.403,48	
44904200	AUXÍLIOS	3.368.002,21	0,00	3.368.002,21	0,00	3.368.002,21	
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	72.574,00	0,00	72.574,00	65.957,00	6.617,00	
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	978.591.306,04	0,00	978.591.306,04	636.924.175,65	341.667.130,39	
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	126.337.325,51	0,00	126.337.325,51	63.308.506,04	63.028.819,47	
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	6.793.500,00	0,00	6.793.500,00	6.716.641,84	76.858,16	
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.274.346,27	0,00	7.274.346,27	5.165.509,38	2.108.836,89	
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.638.853,41	0,00	1.638.853,41	1.035.113,41	603.740,00	
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00	
44914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00	
4494	APLICAÇÕES DIRETAS	79.581,00	0,00	79.581,00	0,00	79.581,00	
44945200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	79.581,00	0,00	79.581,00	0,00	79.581,00	
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	2.919.366,00	0,00	2.919.366,00	982.714,56	1.936.651,44	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	2.919.366,00	0,00	2.919.366,00	982.714,56	1.936.651,44	
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00	
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.619.750,00	0,00	1.619.750,00	982.714,56	637.035,44	
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.239.616,00	0,00	1.239.616,00	0,00	1.239.616,00	
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	22.333.536,91	0,00	22.333.536,91	22.060.863,74	272.673,17	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	22.333.536,91	0,00	22.333.536,91	22.060.863,74	272.673,17	
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	22.333.536,91	0,00	22.333.536,91	22.060.863,74	272.673,17	
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.928.382,00	0,00	3.928.382,00	0,00	3.928.382,00	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.928.382,00	0,00	3.928.382,00	0,00	3.928.382,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.928.382,00	0,00	3.928.382,00	0,00	3.928.382,00	
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.928.382,00	0,00	3.928.382,00	0,00	3.928.382,00	

Total Geral: 8.858.182.801,05 200.000,00 8.858.382.801,05 7.846.586.829,66 1.011.795.971,39



Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	157.695.664,60	0,00	130.183.601,95	27.512.062,65
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	12.017.904,59	0,00	12.017.904,59	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	171.484.635,09	0,00	171.484.635,09
SUBTOTAL	169.713.569,19	171.484.635,09	142.201.506,54	198.996.697,74
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	8.483.809,07	0,00	8.053.817,44	429.991,63
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	100.717,87	0,00	100.717,87	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	32.894.708,00	0,00	32.894.708,00
SUBTOTAL	8.584.526,94	32.894.708,00	8.154.535,31	33.324.699,63
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	26.179.051,43	1.286.337.946,22	1.232.587.925,64	79.929.072,01
SUBTOTAL	26.179.051,43	1.286.337.946,22	1.232.587.925,64	79.929.072,01
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	204.477.147,56	1.490.717.289,31	1.382.943.967,49	312.250.469,38

EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
LEI 6.404/76 E SUAS ALTERAÇÕES
(LEIS N^os 11.638/07 E 11.941/09)**

**BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO 2015**

	(R\$ 1,00)												
ATIVO	ADECE	CAGECE	CEARÁ-PORTOS	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE	METROFOR	TOTAL
ATIVO CIRCULANTE	23.484.697	207.872.000	42.694.491	5.392.153	152.953.621	11.142.000	55.511.725	1.624.143	4.397.799	8.670.667	7.688.155	83.561.414	604.992.865
DISPONIBILIDADES	9.955.801	7.769.000	14.426.853	977.734	77.690.893	9.097.000	12.747.057	165.771	2.687.780	8.329.829	5.684.863	77.503.912	227.036.494
ESTOQUES	24.850	11.913.000	143.590	276.683	534.382	25.000	578.223	9.492	419.857	339.533	193.186	3.602.877	17.721.142
DIREITOS REALIZÁVEIS	13.434.004	188.190.000	28.027.643	4.137.736	74.510.774	2.020.000	42.180.418	1.448.879	1.281.461	1.305	1.433.769	2.454.625	359.456.843
DESPESAS ANTECIPADAS	70.041		96.405		217.572		6.027		8.700		376.337		776.387
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	75.858.807	3.185.656.000	24.762.898	1.998.951	159.847.906	39.120.000	258.016.604	406.791.566	9.527.654	58.700	3.379.218	1.857.457.799	6.022.476.103
REALIZÁVEL LONGO PRAZO	746.881	429.697.000	2.203.283		55.613.892	944.000	4.264.023	398.171.450	4.467.850		38.349	5.076.435	901.223.163
INVESTIMENTOS	59.928.096		23.175	42.916	13.961	37.760.000		40.891	31.878			1.000	97.841.917
IMOBILIZADO	11.666.395	42.633.000	21.572.324	1.956.035		415.000	253.058.832	8.579.226	5.027.926	57.360	2.855.754	1.816.009.285	2.163.831.135
INTANGÍVEL	3.517.435	2.713.326.000	892.083		104.220.052	1.000	693.749			1.340	485.115	27.508	2.823.164.283
DIFERIDO			72.033									36.343.571	36.415.604
TOTAL DO ATIVO	99.343.504	3.393.528.000	67.457.389	7.391.104	312.801.527	50.262.000	313.528.329	408.415.709	13.925.452	8.729.367	11.067.373	1.941.019.213	6.627.468.967
PASSIVO													
PASSIVO CIRCULANTE	8.129.485	306.046.000	12.065.116	1.244.784	97.021.917	2.155.000	190.054.280	11.299.874	56.598.634	971.640	2.865.414	21.483.083	709.935.227
FORNECEDORES	28.705	126.440.000	4.332.935	622.540	52.527.567		25.755.843	1.971	1.273.342	22.174	352.164	18.142.354	229.499.595
OBRIG. SOCIAIS/TRIBUTÁRIA	458.832	20.594.000	3.342.563	259.409	1.727.523	611.000	3.028.492	3.168.700	9.650.768	872.273	275.590	1.624.548	45.613.699
CONVÊNIO	5.877.226					130.000	160.150.669					22.265	166.180.159
EMPRESAS/ FINANCIAMENTOS		58.479.000			12.387.517	61.000		8.040.796					78.968.313
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.643.921	39.137.000	3.376.257	32.746	29.709.666	1.353.000	1.119.276	847	4.976.457	13.345	45.636	133.383	81.541.532
PROVISÕES	120.801	61.396.000	1.013.361	330.089	669.643			87.560	40.698.067	63.849	2.192.025	1.560.533	108.131.928
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0	1.130.088.000	113.130	1.610.772	73.715.735	26.309.000	1.669.362	650.897.574	42.810.032	0	0	737.897.008	2.665.110.613
FORNECEDORES		465.080.000		1.610.772	29.681.394	74.000		650.897.574	42.810.032			489.675	563.675
EMPRESAS/ FINANCIAMENTOS		665.008.000	113.130	44.034.340		1.329.000	1.669.362					722.116.969	1.937.102.742
OUTRAS OBRIGAÇÕES												15.290.363	727.444.195
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	91.214.018	1.957.394.000	55.279.143	4.535.548	142.063.875	21.798.000	121.804.687	-253.781.739	-85.483.214	7.757.727	8.201.960	1.181.639.123	3.252.423.128
CAPITAL SOCIAL	105.460.145	1.743.586.000	50.178.925	823.759	93.118.154	15.489.000	91.728.245	29.404.405	2.511.584	5.373.714	50.000	1.298.105.000	3.435.828.931
RESERVA CAPITAL	1			465.806		10.499.000	13.034.715	0				264.884.427	288.883.949
AJUSTES PATRIMONIAIS		425.360.000	357.561	253.345				8.475.000	3.314.633				437.760.539
RESERVA DE LUCROS		41.715.000	4.742.657	315.498	48.945.721		34.279.189	103.108			8.151.960		138.263.134
LUCRO/PREJ. ACUMULADO	-14.246.127	-253.267.000		2.677.140		-4.190.000	-17.237.462	-291.764.253	-91.309.431	2.384.013		-381.350.305	-1.048.303.425
TOTAL DO PASSIVO	99.343.504	3.393.528.000	67.457.389	7.391.104	312.801.527	50.262.000	313.528.329	408.415.709	13.925.452	8.729.367	11.067.373	1.941.019.213	6.627.468.967

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE DEZEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961/1999.

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
EXERCÍCIO 2015**

GRUPOS	COMPANHIAS	(R\$ 1,00)													TOTAL
		ADECE	CAGECE	CEARÁ-PORTOS	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE	METROFOR		
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO		90.977.981	2.463.932.000	61.491.093	4.362.249	127.186.283	22.049.000	100.672.838	-303.672.993	-70.171.283	4.905.979	7.299.500	1.196.299.531	3.705.332.179	
AJUSTE DE EXERC. ANTERIOR		-461.184			-1.635		372.000		9.595.218	-310.866		26.699		9.220.232	
SALDO AJUST. E CORRIGIDO		90.516.797	2.463.932.000	61.491.093	4.360.614	127.186.283	22.421.000	100.672.838	-294.077.775	-70.482.149	4.905.979	7.326.199	1.196.299.531	3.714.552.410	
REVERSÃO DE RESERVAS		23.259.896		991			809.000							24.069.887	
LUCRO(PREJ.) LÍQ. EXERCÍCIO		697.222	-303.071.000	4.341.818	174.934	45.268.893	-1.432.000	-12.165.710	6.531.531	-14.993.534	2.851.748	875.761	-138.675.907	-409.596.244	
FORMAÇÃO DE RESERVAS		-23.259.896	7.169.000	-1.031.182				34.279.189		-7.531			124.015.498	141.165.078	
DIVIDENDOS				-9.556.661		-23.651.125								-33.207.786	
OUTROS			-210.636.000	33.084		-6.740.175		-981.631						-218.324.722	
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO		91.214.018	1.957.394.000	55.279.142	4.535.548	142.063.876	21.798.000	121.804.686	-287.546.244	-85.483.214	7.757.727	8.201.960	1.181.639.123	3.218.658.622	

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITÓRIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI Nº 12.961/99.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO 2015**

GRUPOS	COMPANHIAS											TOTAL	
	ADECE	CAGECE	CEARÁ-PORTOS	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE		METROFOR
RECEITA BRUTA	13.955.902	942.018.000	65.327.070	17.770.215	597.164.402	1.403.000	90.555.190		84.214.613	17.520.954	39.213.792	11.036.140	1.880.179.278
(-)DEDUÇÕES	1.290.276		10.629.442	1.022.182	128.279.414		10.915.755		150.712	2.514.261	1.295.232	220.723	156.317.997
RECEITA LÍQUIDA	12.665.626	942.018.000	54.697.628	16.748.033	468.884.988	1.403.000	79.639.435	0	84.063.901	15.006.693	37.918.559	10.815.417	1.723.861.281
(-)CUSTOS DE VENDA	4.579.542	839.413.000	30.157.820	12.970.604	410.032.172	50.000	73.822.620		59.799.139	7.186.851	27.376.577	84.339.370	1.549.727.695
LUCRO BRUTO	8.086.084	102.605.000	24.539.809	3.777.429	58.852.816	1.353.000	5.816.815	0	24.264.762	7.819.842	10.541.983	-73.523.954	174.133.586
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	9.170.035	358.026.000	20.678.927	3.555.687	14.597.581	1.432.000	19.347.990	43.022.458	39.049.704	4.226.862	9.912.913	89.454.818	612.474.975
(+)RECEITAS OPERACIONAIS								56.690.487		750.093		24.615.277	82.055.857
RESULTADO OPERACIONAL	-1.083.950	-255.421.000	3.860.882	221.742	44.255.235	-79.000	-13.531.175	13.668.029	-14.784.942	4.343.074	629.070	-138.363.495	-356.285.532
(-)OUTRAS DESPESAS	44.728	163.280.000	19.968	46.808		2.716.000		3.983.184	208.591	56.305	29.779	777.312	171.162.676
(+)OUTRAS RECEITAS	1.984.324	66.465.000	4.784.729		1.013.658	1.363.000	1.365.465	799		61	679.728	464.901	78.121.664
(-)PROVISÕES	158.424	-49.165.000	4.283.825					3.154.112		1.435.083	403.258		-39.730.299
RESULT. LÍQ. DO EXERCÍCIO	697.222	-303.071.000	4.341.818	174.934	45.268.893	-1.432.000	-12.165.710	6.531.531	-14.993.534	2.851.748	875.761	-138.675.907	-409.596.244

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS, SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*) A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ (COHAB) ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DESDE NOVEMBRO DE 1999, CONFORME LEI N° 12.961/99.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO 2015**

FLUXOS	COMPANHIAS											TOTAL	
	ADECE	CAGECE	CEARÁ-PORTOS	CEASA	CEGÁS	CODECE	COGERH	COHAB*	EMATERCE	ZPE CEARÁ	ETICE		METROFOR
ATIVIDADES OPERACIONAIS	-2.486.980	188.399.000	-8.196.049	-5.067.862	62.965.652	3.740.000	15.621.764	0	1.194.127	2.683.822	821.857	-59.943.811	199.731.520
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	697.222	-303.071.000	4.341.818	174.934	45.268.893	-1.432.000	-12.165.710		-14.993.534	2.851.748	875.761	-138.675.907	-416.127.775
AUMENTO/DIMINUIÇÃO S/ AFETAR CX	-74.417	508.611.000	1.414.513	-339.145	13.550.333	499.000	4.414.044		900.137	10.668	1.397.957	73.467.755	603.791.845
VARIAÇÃO NO ATIVO/PASSIVO	-3.109.784	-17.141.000	-13.952.381	-4.903.651	4.146.426	4.733.000	23.373.430		15.287.523	-178.593	-1.451.861	5.264.341	12.067.450
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-7.052.008	-217.778.000	-5.711.569	-183.142	-33.869.333	-4.239.000	-50.395.224		-1.118.530	-34.860	-35.426	-83.154.101	-403.571.212
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-20.598.000	-16.421.531		1.262.158	810.000	34.279.189		-7.531			216.222.926	215.547.211
TOTAL DE FLUXO DE CAIXA	-9.538.988	-49.977.000	-30.329.149	-5.251.004	30.358.477	311.000	-494.271	0	68.066	2.648.942	786.432	73.125.014	11.707.519
CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	19.494.789	57.746.000	44.756.002	6.228.739	47.332.416	8.786.000	13.241.328		2.619.714	5.680.887	4.898.431	4.378.898	215.163.205
CAIXA NO FIM DO PERÍODO	9.955.801	7.769.000	14.426.853	977.735	77.690.893	9.097.000	12.747.057		2.687.780	8.329.829	5.684.863	77.503.912	226.870.723
SALDO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-9.538.988	-49.977.000	-30.329.149	-5.251.004	30.358.477	311.000	-494.271	0	68.066	2.648.942	786.432	73.125.014	11.707.519

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*)COMPANHIA DESOBRIGADA À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, § 6º (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.638 /2007).

(R\$ 1,00)

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO 2015**

ELEMENTOS	COMPANHIAS											TOTAL	
	ADECE*	CAGECE	CEARÁ-PORTOS	CEASA*	CEGÁS	CODECE*	COGERH*	COHAB*	EMATERCE*	ZPE CEARÁ	ETICE		METROFOR*
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO													
RECEITA BRUTA		1.020.033.000	64.910.377		609.752.730					15.006.754	39.781.854		1.749.484.716
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		-635.224.000	-36.473.460		-529.670.168						-15.035.475		-1.216.403.104
TRANSFERÊNCIA DE OUTRAS SOCIEDADES		66.465.000	4.784.729		11.002.935					754.963	679.728		83.687.355
RETENÇÕES		-283.352.000	-1.381.430		-7.192.206					-10.315	-1.371.258		-293.307.209
TOTAL DO VALOR ADICIONADO GERADO	0	167.922.000	31.840.216	0	83.893.290	0	0	0	0	15.751.402	24.054.850	0	323.461.758
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO													
PESSOAL		228.708.000	13.484.555		8.726.111					11.096.744	21.418.956		283.434.367
GOVERNO		61.517.000	12.208.427		17.538.975					1.798.041	1.730.354		94.792.797
FINANCIADORES		180.768.000	19.968		12.359.311					4.870	29.779		193.181.928
ACIONISTAS		(303.071.000)	1.785.447		45.268.893					2.851.748	875.760,90		47.054.339
RETENÇÃO PARA INVESTIMENTOS			4.341.818										-295.001.673
TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	0	167.922.000	31.840.216	0	83.893.290	0	0	0	0	15.751.402	24.054.850	0	323.461.758

NOTA: DADOS EXTRAÍDOS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS SUJEITOS A ALTERAÇÕES POSTERIORES DEVIDO A ANÁLISE DE AUDITORIAS EXTERNAS.

(*)COMPANHIAS DESOBRIGADAS À ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO, LEI 6.404/76 ART 176, INCISO V (INCLUÍDO PELA LEI N° 11.638/2007).

**DEMONSTRATIVOS
CONSOLIDADOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
E
INDIRETA**



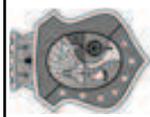
Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo a Realizar (c) = (b-a)
11	RECEITAS CORRENTES	20.032.832.441,97	20.478.877.381,69	19.378.427.209,33	-1.100.450.172,36
111	RECEITA TRIBUTÁRIA	10.881.801.350,13	10.916.225.130,91	10.225.482.363,12	-690.742.767,79
1111	IMPOSTOS	10.458.530.417,98	10.474.729.995,63	9.799.261.611,44	-675.468.384,19
1112	TAXAS	423.270.932,15	441.495.135,28	426.220.751,68	-15.274.383,60
112	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.379.895.934,00	1.405.195.934,00	1.395.437.047,54	-9.758.886,46
1121	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.379.895.934,00	1.405.195.934,00	1.395.437.047,54	-9.758.886,46
113	RECEITA PATRIMONIAL	253.572.159,40	255.379.051,49	377.497.667,07	122.118.615,58
1131	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.991.244,19	4.993.544,28	4.940.742,68	-52.801,60
1132	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	239.249.769,21	240.054.361,21	369.550.725,52	129.496.364,31
1133	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	2.438.498,55	2.438.498,55
1139	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	10.331.146,00	10.331.146,00	567.700,32	-9.763.445,68
116	RECEITA DE SERVIÇOS	80.860.422,02	82.637.299,10	73.314.511,66	-9.322.787,44
1160	RECEITA DE SERVIÇOS	80.860.422,02	82.637.299,10	73.314.511,66	-9.322.787,44
117	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.987.930.990,00	7.240.186.013,75	6.677.266.458,00	-562.919.555,75
1172	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.896.506.814,00	7.062.477.719,48	6.584.221.083,58	-478.256.635,90
1173	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	16.450.000,00	16.450.000,00	8.175.643,62	-8.274.356,38
1175	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	770.000,00	770.000,00	465.247,09	-304.752,91
1176	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	74.204.176,00	160.488.294,27	84.404.483,71	-76.083.810,56
119	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	448.771.586,42	579.253.952,44	629.429.161,94	50.175.209,50
1191	MULTAS E JUROS DE MORA	261.145.665,12	261.145.665,12	187.344.999,70	-73.800.665,42
1192	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	87.791.758,00	87.791.758,00	110.328.824,96	22.537.066,96
1193	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	40.278.759,00	40.278.759,00	61.104.345,97	20.825.586,97
1199	RECEITAS DIVERSAS	59.555.404,30	190.037.770,32	270.650.991,31	80.613.220,99
12	RECEITAS DE CAPITAL	4.064.247.075,00	4.307.266.657,59	1.929.202.059,01	-2.378.064.598,58
121	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.756.660.479,00	2.872.691.255,30	1.539.756.896,97	-1.332.934.358,33
1211	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.294.067.206,00	1.324.996.390,27	594.840.239,94	-730.156.150,33
1212	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.462.593.273,00	1.547.694.865,03	944.916.657,03	-602.778.208,00
122	ALIENAÇÃO DE BENS	18.546,00	1.218.546,00	4.336.948,62	3.118.402,62
1221	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	18.546,00	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79
1222	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	1.618.681,83	1.618.681,83
124	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.304.222.930,00	1.430.011.736,29	373.861.628,36	-1.056.150.107,93
1242	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.903.049,00	5.903.049,00	32.945.518,28	27.042.469,28
1247	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.298.319.881,00	1.424.108.687,29	340.916.110,08	-1.083.192.577,21
125	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.345.120,00	3.345.120,00	11.246.585,06	7.901.465,06
1259	OUTRAS RECEITAS	3.345.120,00	3.345.120,00	11.246.585,06	7.901.465,06



Receitas Orçamentárias		Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo a Realizar (c) = (b-a)		
Subtotal das Receitas(I):		24.097.079.516,97	24.786.144.039,28	21.307.629.268,34	-3.478.514.770,94		
Refinanciamento(II):							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00		
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00		
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00		
Subtotal com Refinanciamento (III=I+II):		24.097.079.516,97	24.786.144.039,28	21.307.629.268,34	-3.478.514.770,94		
Déficit (IV):		0,03	364.600.978,71	200.505.659,20	-164.095.319,51		
Total (V=III + IV):		24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	-3.642.610.090,45		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro			1.589.792.454,95	594.926.267,21	-994.866.187,74		
Reabertura de créditos adicionais			1.589.792.454,95	594.926.267,21			
Despesas Orçamentárias							
		Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES		18.391.760.478,00	19.347.763.693,91	18.287.950.252,93	18.075.991.272,69	17.888.733.416,86	1.059.813.440,98
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.904.109.864,00	10.280.571.385,84	9.997.648.936,18	9.995.401.464,65	9.895.413.932,64	282.922.449,66
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	367.640.750,00	419.047.602,41	414.556.094,18	414.556.094,18	414.556.094,18	4.491.508,23
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.120.009.864,00	8.648.144.705,66	7.875.745.222,57	7.666.033.713,86	7.578.763.390,04	772.399.483,09
DESPESAS DE CAPITAL		5.653.101.657,00	5.783.837.133,43	3.220.184.674,61	3.063.269.842,94	3.019.539.505,65	2.563.652.458,82
44	INVESTIMENTOS	4.905.705.165,00	4.942.609.325,09	2.411.486.940,10	2.254.572.108,43	2.210.841.771,14	2.531.122.384,99
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	149.127.932,00	146.853.787,11	119.345.616,43	119.345.616,43	119.345.616,43	27.508.170,68
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	598.268.560,00	694.374.021,23	689.352.118,08	689.352.118,08	689.352.118,08	5.021.903,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		52.217.382,00	19.144.190,65	0,00	0,00	0,00	19.144.190,65
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	52.217.382,00	19.144.190,65	0,00	0,00	0,00	19.144.190,65
Subtotal das Despesas (VI):		24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	21.139.261.115,63	20.908.272.922,51	3.642.610.090,45



Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i)=(e-f)
Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (VIII=VI+VII):	24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	21.139.261.115,63	20.908.272.922,51	3.642.610.090,45
Superávit (IX):	0,00	0,00	0,00			0,00
Total (X=VIII+IX):	24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	21.139.261.115,63	20.908.272.922,51	3.642.610.090,45



Restos a Pagar Não-Processados - Anexo 1	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	31.169.438,78	197.664.759,84	46.783,87	156.301.425,45	30.908.063,84	41.624.709,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.592.477,47	1.589.716,08	0,00	563.099,64	1.287.335,79	1.331.758,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.576.961,31	196.075.043,76	46.783,87	155.738.325,81	29.620.728,05	40.292.951,21
DESPESAS DE CAPITAL	44.146.089,13	237.630.784,55	186.597,04	186.376.444,30	43.520.799,91	51.879.629,47
INVESTIMENTOS	44.146.089,13	232.618.584,55	186.597,04	181.364.244,30	43.520.799,91	51.879.629,47
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	5.012.200,00	0,00	5.012.200,00	0,00	0,00
Total:	75.315.527,91	435.295.544,39	233.380,91	342.677.869,75	74.428.863,75	93.504.338,80

Restos a Pagar Processados - Anexo 2	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	754.047,56	111.942.814,54	0,00	108.474.146,94	2.364.586,45	1.858.128,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	145.152,81	41.072.435,35	0,00	40.539.106,78	313.582,03	364.899,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	608.894,75	70.870.379,19	0,00	67.935.040,16	2.051.004,42	1.493.229,36
DESPESAS DE CAPITAL	2.291.600,20	18.546.914,88	0,00	15.093.958,25	936.840,81	4.807.716,02
INVESTIMENTOS	2.290.759,20	18.546.914,88	0,00	15.093.958,25	935.999,81	4.807.716,02
INVERSÕES FINANCEIRAS	841,00	0,00	0,00	0,00	841,00	0,00
Total:	3.045.647,76	130.489.729,42	0,00	123.568.105,19	3.301.427,26	6.665.844,73



Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	21.307.629.268,34	21.065.609.482,42	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	21.508.134.927,54	21.783.515.154,38
ORDINÁRIA	15.063.937.662,49	14.492.343.385,52	ORDINÁRIA	15.240.853.742,79	15.123.678.857,95
VINCULADA	6.243.691.605,85	6.573.266.096,90	VINCULADA	6.267.281.184,75	6.659.836.296,43
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.448.920.386,71	1.410.616.227,89	PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.384.520.275,08	1.380.338.435,93
FECOP	451.399.346,92	423.447.956,56	FECOP	486.482.418,08	551.301.840,43
TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	104.903.420,56	79.643.458,44	TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DE OUTROS ENTES	101.258.375,96	105.388.320,76
ALIENAÇÃO DE BENS	2.718.266,79	2.909.230,00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	113.260,91
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	22.045.669,33	15.848.372,21	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	9.854.852,96	7.802.942,07
FUNDEB	1.400.906.077,17	1.330.283.208,29	FUNDEB	1.391.519.199,29	1.294.061.204,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.541.002.082,74	1.633.746.799,08	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.471.167.634,83	1.675.596.405,46
CONVÊNIOS	518.013.153,65	1.014.890.258,09	CONVÊNIOS	592.381.316,45	1.024.302.860,41
SUS	534.640.493,86	518.088.716,90	SUS	636.769.571,34	547.236.874,47
OUTROS RECURSOS	219.142.708,12	143.791.869,44	OUTROS RECURSOS	193.327.540,76	73.694.151,24
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	18.861.711.099,58	18.692.732.556,77	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	18.861.913.548,45	18.692.808.730,17
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18.420.517.441,06	17.767.257.134,33	COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18.420.517.291,94	17.768.624.943,84
PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	263.945.930,47	610.296.770,91	PARA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	263.945.930,47	610.296.398,77
PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	39.537.895,85	50.551.649,78	PARA EXECUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	39.537.895,85	50.551.649,78
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	137.709.832,20	264.627.001,75	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	137.912.430,19	263.335.737,78
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	9.266.268.921,56	8.530.656.853,48	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	9.034.477.189,41	8.466.735.141,70
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	230.988.193,12	109.508.661,76	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	101.459.637,44	153.125.577,04
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	368.873.811,91	435.295.544,39	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	342.677.869,75	535.221.588,60
VALORES RESTITUÍVEIS	8.665.370.449,67	7.985.852.647,33	VALORES RESTITUÍVEIS	8.533.133.821,21	7.778.387.976,06
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.963.218.442,82	2.677.231.962,01	CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.852.340.586,50	2.656.250.894,35
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.380.911,53	246.248,02	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	26.493.023,55	35.663.705,47
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	5.697.771.095,32	5.308.374.437,30	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	5.654.300.211,16	5.086.473.376,24
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.036.466,86	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	57.205.861,01	0,00
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	2.721.558.240,11	3.375.618.373,69	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	2.752.641.864,19	2.721.558.240,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.721.357.543,34	3.375.618.373,69	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.743.819.865,75	2.721.357.543,34
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	200.696,77	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	8.821.998,44	200.696,77
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	52.157.167.529,59	51.664.617.266,36	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	52.157.167.529,59	51.664.617.266,36



	Ativo		Passivo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	3.883.784.596,91	4.183.837.180,58	Passivo Circulante	950.427.404,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.743.819.865,75	2.721.357.543,34	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	103.803.832,22
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.743.819.865,75	2.721.357.543,34	PESSOAL A PAGAR	36.235.148,48
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	357.167.123,79	293.736.876,39	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	1.200,00
CLIENTES	325.585,24	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	67.567.483,74
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	242.874.650,98	193.166.391,21	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	854.114,05
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	85.157.082,12	81.265.879,96	PARCELA A CURTO PRAZO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	854.114,05
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - CLIENTES	3.088.598,84	867.569,06	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.491.565,15
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	109.446.461,22	78.844.655,27	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	7.491.467,95
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-83.725.254,61	-60.407.619,11	CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS	97,20
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	249.989.031,40	234.251.054,76	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.330.415,63
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	1.263.056,04	1.415.791,45	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	8.292.249,14
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	187.335,24	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS	37.972,31
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	483.240,91	483.240,91	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	194,18
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.087.977.235,69	986.595.943,80	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	52.780.468,12
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-839.921.836,48	-754.243.921,40	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (I)	52.780.468,12
ESTOQUES	475.790.050,20	934.491.706,09	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
MERCADORIAS PARA REVENDA	1.296.819,16	2.789.224,27	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	777.167.009,74
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS	939.085,61	939.085,61	VALORES RESSTITUÍVEIS	703.271.628,59
ALMOXARIFADO	473.546.945,43	923.768.143,52	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	73.895.381,15
OUTROS ESTOQUES	7.200,00	6.995.252,69	Passivo Não Circulante	11.112.187.828,96
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS	57.018.525,77	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	89.546.765,61
DEMAIS VPD A APROPRIAR	57.018.525,77	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	89.546.765,61
Ativo Não Circulante	26.634.842.990,98	24.425.670.397,70	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	10.422.241.899,09
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.649.948.610,29	6.676.603.367,85	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO	10.422.241.899,09
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	7.435.322.041,64	6.455.282.064,68	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	214.626.568,65	221.321.303,17	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	3.590.295.575,55	4.061.370.732,71	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	3.586.098.806,03	4.057.173.963,19	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	600.399.164,26
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	4.196.769,52	4.196.769,52	OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	600.399.164,26
IMOBILIZADO	15.322.375.822,61	13.687.202.629,12	RESULTADO DIFERIDO	0,00
BENS MÓVEIS	3.710.828.842,48	3.358.964.647,70		
BENS IMÓVEIS	11.613.122.895,27	10.328.237.981,42		
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO	-1.575.915,14	0,00		



	Ativo		Passivo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior

Ativo Não Circulante	26.634.842.990,98	24.425.670.397,70		
ACUMULADAS				
INTANGÍVEL	72.222.982,53	493.668,02		
SOFTWARES	71.947.621,28	120.000,00		
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	373.668,02	373.668,02		
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-98.306,77	0,00		
Patrimônio Líquido	18.456.012.354,02	19.421.191.599,88		
DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00		
OUTRAS RESERVAS	0,00	0,00		
RESULTADOS ACUMULADOS	18.456.012.354,02	19.421.191.599,88		
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	18.403.637.955,64	19.375.070.039,38		
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-125.156.566,53	2.662.683.252,41		
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.076.984.058,51	16.414.300.806,10		
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-548.189.536,34	298.085.980,87		
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	52.374.398,38	46.121.560,50		
LUCROS E PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	6.252.837,88	12.088.390,62		
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	45.969.719,20	33.881.328,58		
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	151.841,30	151.841,30		

Total do Ativo:	30.518.627.587,89	28.609.507.578,28	Total do Passivo:	30.518.627.587,89	28.609.507.578,28
(1) Ativo Financeiro:	2.752.641.864,19	2.721.558.240,11	(3) Passivo Financeiro:	1.343.033.087,31	1.132.133.275,71
(2) Ativo Permanente:	27.765.985.723,70	25.887.949.338,17	(4) Passivo Permanente:	11.181.726.916,36	8.566.481.703,92
Saldo Patrimonial:	17.993.867.584,22	18.910.892.598,65			

Compensações

Especificação		Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação		Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos				Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		941.786.238,77	872.334.350,03	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		64.903.236,13	64.903.236,13
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		3.587.199.115,72	3.005.167.201,47	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	450.000,00
EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		19.703.138,01	19.703.138,01	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		270.719.441,08	270.719.441,08
Total		4.548.688.492,50	3.897.204.689,51	Total		335.622.677,21	336.072.677,21



Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Aumentativas	44.196.512.266,98	41.501.258.320,97
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.687.437.940,38	11.505.454.418,28
4.1.1 IMPOSTOS	13.261.302.143,67	11.110.109.319,89
4.1.2 TAXAS	426.135.796,71	395.345.098,39
4.1.3 CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.395.437.047,54	1.361.596.574,52
4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.395.437.047,54	1.361.596.574,52
4.2.2 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00
4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00
4.2.4 CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	121.124.386,28	175.943.698,90
4.3.1 VENDA DE MERCADORIAS	1.209.789,07	1.519.842,32
4.3.2 VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00
4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	119.914.597,21	174.423.856,58
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	941.918.731,72	755.154.024,10
4.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	4.673.419,88	66.979.092,26
4.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	584.869.977,32	361.614.235,82
4.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00
4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	352.254.047,61	318.731.881,57
4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	121.286,91	7.828.814,45
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	27.048.069.435,63	25.918.999.751,76
4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	18.861.711.099,58	18.692.732.556,77
4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.175.501.307,21	5.899.728.467,24
4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	10.391.781,75	8.752.766,84
4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	1.316.397.776,73
4.5.5 TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
4.5.6 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	220.813,83
4.5.7 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	1.167.370,35
4.5.8 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	465.247,09	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00
4.6.1 REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
4.6.2 GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
4.6.3 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.002.524.725,43	1.784.109.853,41
4.9.1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00
4.9.2 RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	31.428.168,78	517.559.955,74
4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	971.096.556,65	1.266.549.897,67

Variações Patrimoniais Quantitativas		
Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas	44.315.415.995,63	38.826.486.677,94
PESSOAL E ENCARGOS	7.300.799.858,35	6.701.043.887,24
3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL	6.065.652.517,43	5.563.232.185,96
3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS	1.058.124.333,70	970.446.839,69
3.1.3 BENEFÍCIOS A PESSOAL	154.312.656,04	134.306.437,76
3.1.8 CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
3.1.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	22.710.351,18	33.058.423,83
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2.726.440.134,44	2.430.748.376,46
3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.014.230.652,29	1.783.441.223,45
3.2.2 PENSÕES	708.262.236,51	643.731.627,42
3.2.3 BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
3.2.4 BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00



Variações Patrimoniais Quantitativas

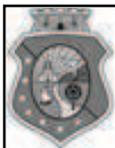
Variações Patrimoniais Diminutivas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Diminutivas	44.315.415.995,63	38.826.486.677,94
3.2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
3.2.9 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.947.245,64	3.575.525,59
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	3.941.136.186,07	2.887.948.872,05
3.3.1 USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.054.613.786,42	370.687.231,62
3.3.2 SERVIÇOS	2.883.723.635,30	2.517.170.215,23
3.3.3 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.674.221,91	0,00
3.3.8 CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.124.542,44	91.425,20
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.796.571.659,61	1.135.605.765,64
3.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	414.556.094,18	297.663.290,94
3.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA	463.718,57	339.349,97
3.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.356.218.284,57	788.270.366,34
3.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
3.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	25.333.562,29	49.332.758,39
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	25.611.191.552,29	22.843.531.466,39
3.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	18.861.913.548,45	18.692.808.730,17
3.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.726.969.422,67	3.114.658.311,61
3.5.3 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	915.541.623,40	928.438.702,80
3.5.4 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
3.5.5 TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	106.766.957,77	106.895.721,81
3.5.6 TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	730.000,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	1.109.543.020,29	1.467.031.662,22
3.6.1 REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.109.543.020,29	1.467.031.662,22
3.6.2 PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
3.6.3 PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS	181.118.527,40	192.182.129,48
3.7.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.623.973,58	4.921.154,02
3.7.2 CONTRIBUIÇÕES	176.494.553,82	187.260.975,46
3.7.8 CUSTO COM TRIBUTOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	648.615.057,18	1.168.394.518,46
3.9.1 PREMIAÇÕES	3.817.767,36	20.218.642,62
3.9.2 RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	30.491,96	5.007,27
3.9.3 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
3.9.4 INCENTIVOS	35.877.523,81	38.403.926,76
3.9.5 SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	57.954.301,40	132.130.369,56
3.9.6 PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
3.9.8 CUSTO DE OUTRAS VPD	0,00	0,00
3.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	550.934.972,65	977.636.572,25
RESULTADO PATRIMONIAL POR PERÍODO:	-118.903.728,65	2.674.771.643,03

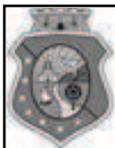


Variações Patrimoniais Qualitativas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Qualitativas	4.935.990.538,91	5.981.861.306,00
INCORPORAÇÃO DO ATIVO	2.612.494.408,43	3.655.856.218,20
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DA FONTE 12	0,00	112.375,22
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PROVENIENTES DE OUTRAS FONTES	280.476.855,66	474.489.065,18
AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	49.265.955,41	63.102.062,65
OBRAS EM ANDAMENTO	1.397.267.006,85	1.791.055.166,78
AQUISIÇÃO DE CAPITAL DAS EMPRESAS	153.299.187,48	230.161.532,77
OUTRAS INCORPORAÇÕES DO ATIVO	732.185.403,03	837.070.369,56
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	259.865.646,04
DESINCORPORAÇÃO DO PASSIVO	689.352.118,08	595.815.980,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	689.352.118,08	595.815.980,54
INCORPORAÇÃO DO PASSIVO	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
DESINCORPORAÇÃO DO ATIVO	94.387.115,43	96.442.308,18
ALIENAÇÃO DE BENS	4.336.948,62	5.955.846,12
RECEBIMENTO DE DÍVIDA ATIVA	70.594.082,08	62.346.940,33
RECEBIMENTO DE MULTA E JUROS	12.630.797,62	14.612.079,38
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.825.287,11	13.527.442,35



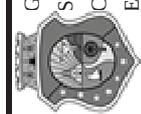
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	38.062.890.580,86	36.902.948.724,46
RECEITAS DERIVADAS	11.845.129.498,77	11.232.387.262,25
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.225.482.363,12	9.660.240.902,61
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.395.437.047,54	1.361.596.574,52
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS	224.210.088,11	210.549.785,12
RECEITAS ORIGINÁRIAS	856.031.252,56	898.389.362,95
RECEITA PATRIMONIAL	25.264.309,91	99.254.629,92
RECEITA DE SERVIÇOS	73.314.511,66	53.399.263,54
OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	405.219.073,83	427.175.809,11
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	352.233.357,16	318.559.660,38
TRANSFERÊNCIAS	25.361.729.829,53	24.772.172.099,26
INTERGOVERNAMENTAIS	5.201.642.020,61	4.932.182.678,16
DA UNIÃO	5.159.294.990,92	4.884.301.551,34
DE MUNICÍPIOS	42.347.029,69	47.881.126,82
MULTIGOVERNAMENTAIS	1.382.579.062,97	1.316.397.776,73
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	8.175.643,62	6.666.704,58
PESSOAS	465.247,09	1.167.370,35
CONVÊNIOS	84.404.483,71	138.203.664,20
DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	82.043.905,60	135.705.660,70
DOS MUNICÍPIOS E SUAS ENTIDADES	149.439,98	411.941,24
DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.211.138,13	2.086.062,26
INTRAGOVERNAMENTAIS	18.684.463.371,53	18.377.553.905,24
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18.420.517.441,06	17.767.257.134,33
CORRENTE	14.874.353.691,08	14.441.138.392,98
CAPITAL	3.180.924.816,77	3.038.646.208,71
DUODÉCIMO	365.238.933,21	287.472.532,64
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	263.945.930,47	610.296.770,91
DESEMBOLSOS	36.971.625.847,64	36.025.431.116,46
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	13.724.627.690,56	13.186.926.456,44
LEGISLATIVA	548.348.304,99	500.250.903,80
JUDICIÁRIA	1.103.313.159,90	955.514.650,22
ESSENCIAL À JUSTIÇA	432.374.262,39	352.350.781,68
ADMINISTRAÇÃO	963.097.452,71	1.015.841.454,95
SEGURANÇA PÚBLICA	1.930.310.264,71	1.800.539.989,87
ASSISTÊNCIA SOCIAL	76.767.098,55	78.500.720,69
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.711.973.470,83	2.417.239.238,08
SAÚDE	1.945.582.445,40	1.974.718.304,78
TRABALHO	12.793.175,38	16.598.821,16
EDUCAÇÃO	2.510.618.083,82	2.429.630.274,33
CULTURA	29.799.439,44	26.909.614,67
DIREITOS DA CIDADANIA	425.335.216,64	368.019.306,61
URBANISMO	14.322.329,18	15.101.591,75
HABITAÇÃO	10.051.802,87	16.468.701,39
SANEAMENTO	18.041.071,06	11.468.095,70
GESTÃO AMBIENTAL	83.979.178,87	76.058.474,89
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	31.296.686,23	136.266.448,49
AGRICULTURA	230.112.129,81	227.674.484,93
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2.948.518,76	2.622.559,15
INDÚSTRIA	6.136.920,87	38.760.472,52
COMÉRCIO E SERVIÇOS	43.434.560,06	28.274.682,15



	Exercício Atual	Exercício Anterior
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	13.724.627.690,56	13.186.926.456,44
COMUNICAÇÕES	15.893.991,83	16.101.067,49
ENERGIA	4.228.151,27	4.333.112,87
TRANSPORTE	243.857.805,58	247.646.341,60
DESPORTO E LAZER	20.486.034,79	56.326.367,85
ENCARGOS ESPECIAIS	309.526.134,62	373.709.994,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	414.556.094,18	297.663.290,94
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA	414.556.094,18	297.663.290,94
TRANSFERÊNCIAS	22.832.442.062,90	22.540.841.369,08
INTERGOVERNAMENTAIS	3.114.932.812,72	3.118.625.354,36
A MUNICÍPIOS	3.114.932.812,72	3.118.625.354,36
TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	890.930.492,79	923.766.033,61
TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	13.215.581,08	11.902.916,69
TRANSFERÊNCIAS A INTTUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.743.598,18	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	119.156.355,72	106.895.721,81
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	730.000,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	18.684.463.222,41	18.378.921.342,61
COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18.420.517.291,94	17.768.624.943,84
CORRENTE	14.874.353.691,08	14.441.138.392,98
CAPITAL	3.180.924.667,65	3.040.014.018,22
DUODÉCIMO	365.238.933,21	287.472.532,64
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	263.945.930,47	610.296.398,77
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</u>	1.091.264.733,22	877.517.608,00
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
INGRESSOS	389.445.162,04	906.467.864,12
ALIENAÇÃO DE BENS	4.336.948,62	5.955.846,12
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	500,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	373.861.628,36	831.649.000,97
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	11.246.585,06	68.862.517,03
DESEMBOLSOS	2.398.004.154,14	3.699.166.384,93
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.398.004.154,14	3.439.300.738,89
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	259.865.646,04
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>	-2.008.558.992,10	-2.792.698.520,81
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
INGRESSOS	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
DESEMBOLSOS	689.352.118,08	595.815.980,54
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	689.352.118,08	595.815.980,54
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>	850.404.778,89	1.037.930.818,54
<u>FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO</u>		
INGRESSOS		
REPASSES RECEBIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	177.247.728,05	315.178.651,53
INGRESSOS DE VALORES RESTITUÍVEIS	5.607.964.777,82	5.299.348.135,18
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.036.466,86	0,00
ARRECADADAÇÃO A REPASSAR	8.621.301,67	200.696,77
CONSIGNAÇÕES A PAGAR	110.877.856,32	0,00
DESEMBOLSOS		
VALORES CONCEDIDOS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO	177.450.326,04	313.887.387,56
DEVOLUÇÃO DE VALORES RESTITUÍVEIS	5.573.118.839,60	5.077.650.135,23
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	57.205.861,01	0,00
ARRECADADAÇÃO A RECEBER	8.621.301,67	200.696,77
<u>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	89.351.802,40	222.989.263,92
<u>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</u>		



	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</u>	22.462.322,41	-654.260.830,35
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.721.357.543,34	3.375.618.373,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.743.819.865,75	2.721.357.543,34
<u>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO</u>	22.462.322,41	-654.260.830,35



Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda
Coordenadoria do Tesouro Estadual
Estado do Ceará

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido*

Página 1/1

Exercício 2015

Contas	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Total
Especificação							
SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO	44.893.405	9.690.000			-4.114.900	-306.802.993	-256.334.488
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						9.967.218	9.967.218
AUMENTO DE CAPITAL							
FORMAÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS		809.000					809.000
RESULTADO DO EXERCÍCIO						5.099.531	5.099.531
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			8.475.000				8.475.000
DIVIDENDOS							
OUTROS							
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	44.893.405	10.499.000	8.475.000		-4.114.900	-291.736.244	-231.983.739

NOTA: * DADOS EXTRAÍDOS APENAS DOS DEMONSTRATIVOS DAS EMPRESAS DEPENDENTES CONSTITUÍDAS SOB A FORMA DE SOCIEDADES ANÔNIMAS: COHAB E CODECÊ.



Ingressos	Dispendícios
RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RECEITA TRIBUTÁRIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
RECEITA PATRIMONIAL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
RECEITA AGROPECUÁRIA	
RECEITA INDUSTRIAL	
RECEITA DE SERVIÇOS	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	
(-)DEDUÇÕES	
TOTAL	SUPERÁVIT
	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL	DESPESAS DE CAPITAL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	INVESTIMENTOS
ALIENAÇÃO DE BENS	INVERSÕES FINANCEIRAS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAIS	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	
(-)DEDUÇÕES	
DÉFICIT	
TOTAL	TOTAL

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	19.378.427.209,33	DESPESAS CORRENTES	18.287.950.252,93
RECEITAS DE CAPITAL	1.929.202.059,01	DESPESAS DE CAPITAL	3.220.184.674,61
DÉFICIT	200.505.659,20		
TOTAL	21.508.134.927,54	TOTAL	21.508.134.927,54



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
3	DESPA CORRENTE				18.287.950.252,93
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			9.997.648.936,18	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS		9.091.776.726,51		
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.014.230.652,29			
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	697.392.381,93			
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	356.220.760,79			
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	1.231.686,05			
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	6.074.519,82			
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.659.940.064,93			
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.044.729.970,87			
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	84.227.221,51			
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	55.304.223,76			
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	0,00			
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	66.385.619,71			
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	83.451.634,89			
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00			
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	2.808.672,88			
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	19.779.317,08			
3191	APLICAÇÕES DIRETAS		905.872.209,67		
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	904.633.718,68			
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	752.751,07			
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	485.739,92			
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			414.556.094,18	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		414.556.094,18		
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	399.468.703,52			
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15.087.390,66			
32909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			7.875.745.222,57	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		0,00		
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL			0,00	
33321400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
33323900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS			2.772.845.103,96	
33404100	CONTRIBUIÇÕES	68.882.954,44			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.703.962.149,52			
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		250.859.467,37		
33414100	CONTRIBUIÇÕES	240.548.762,41			
33419200	DESPAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.310.704,96			
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		863.579.651,14		
33503500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00			
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	700.587.821,53			
33504100	CONTRIBUIÇÕES	150.360.028,97			
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	11.297.928,52			
33509200	DESPAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.333.872,12			
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		13.985.714,30		
33604100	CONTRIBUIÇÕES	5.322.106,82			
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	8.663.607,48			
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO-PRIVADA – PPP		2.690.237,58		
33678300	DESPAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARceria PÚBLICO - PRIVADA - PPP, EXCETO SUB	2.690.237,58			
3370	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		9.743.598,18		
33709200	DESPAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.743.598,18			
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		119.156.355,72		
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	106.766.957,77			
33719200	DESPAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.389.397,95			
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
33801400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00			
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
33803400	OUTRAS DESPAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00			
33803600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00			
33803700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00			
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00			
33804100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
3390	APLICAÇÕES DIRETAS		3.764.377.974,29		
33900300	PENSÕES	0,00			
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00			
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.724.022,29			
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	19.819.530,73			
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	12.638.430,94			



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	32.782.456,63			
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	3.510.942,76			
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	369.575.930,08			
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	3.886.336,60			
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	206.599.173,30			
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	19.997.075,95			
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	409.335.912,17			
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	4.521.976,53			
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	198.063.591,08			
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	688.288.894,78			
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.080.220.112,75			
33904100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.447.871,30			
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	153.390.620,12			
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	180.399.129,28			
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	14.314.444,80			
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	935.406,83			
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	10.869.854,98			
33906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	534.472,69			
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.251.016,98			
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	129.344.983,21			
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	218.925.787,51			
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	78.507.120,03			
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.493.065,30			
33914100	CONTRIBUIÇÕES	55.442.974,44			
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.204.455,31			
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.153.111,16			
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.213.513,82			
3393	DECORRENTE ÓRGÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00			
33933000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00			
4	DESPESA DE CAPITAL				3.220.184.674,61
44	INVESTIMENTOS			2.411.486.940,10	
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO			0,00	
44204100	CONTRIBUIÇÕES			0,00	



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44204200	AUXÍLIOS	0,00			
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00		
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS		87.067.799,91		
44404100	CONTRIBUIÇÕES	2.751.212,28			
44404200	AUXÍLIOS	79.389.964,29			
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.926.623,34			
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO		0,00		
44414100	CONTRIBUIÇÕES	0,00			
44414200	AUXÍLIOS	0,00			
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		38.310.884,40		
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	18.614.437,42			
44504100	CONTRIBUIÇÕES	8.601.541,32			
44504200	AUXÍLIOS	11.094.905,66			
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00		
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00			
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00		
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES				
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
4490	APLICAÇÕES DIRETAS		2.285.717.486,22		
44901400	DIÁRIA-CIVIL	46.148,74			
44902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	237.040,77			
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	3.415.079,03			
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	27.082,70			
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	49.461.896,17			
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	238.158,00			
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	634.448,10			
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.48.952.868,73			
44904100	CONTRIBUIÇÕES	2.601.885,83			
44904200	AUXÍLIOS	0,00			
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS				
44904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	47.947.674,37			
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	218.425,81			
			1.466.326.264,81		



Código	Especificação	Elemento	Modalidade	Grupo	Categoria
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	329.722.702,22			
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	49.907.289,59			
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	35.574.285,61			
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	144.691,78			
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	127.217.553,88			
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	23.043.990,08			
44913900	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	46.601,31	390.769,57		
44914700	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	344.168,26			
4494	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		0,00		
44945100	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE				
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00			
44945200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00			
4496	APLICAÇÕES DIRETAS		0,00		
44965100	OBRAS E INSTALAÇÕES				
45	INVERSÕES FINANCEIRAS			119.345.616,43	
4590	APLICAÇÕES DIRETAS		119.345.616,43		
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	638.000,00			
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	982.714,56			
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	117.724.901,87			
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00			
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00			
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA			689.352.118,08	
4690	APLICAÇÕES DIRETAS		689.352.118,08		
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	689.352.118,08			
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00		
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00			

Total Geral:

21.508.134.927,54



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1-RECEITAS CORRENTES	19.559.696.061,61	18.438.258.888,83	0,00	1.121.437.172,78
11-RECEITA TRIBUTÁRIA	10.908.431.482,91	10.225.175.084,73	0,00	683.256.398,18
111-IMPOSTOS	10.474.729.995,63	9.799.261.611,44	0,00	675.468.384,19
1112-IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	1.442.497.166,00	1.474.554.576,97	32.057.410,97	0,00
111204-IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	807.106.311,00	832.250.954,12	25.144.643,12	0,00
11120431-IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	778.857.590,00	808.440.258,12	29.582.668,12	0,00
11120431-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	0,00	-1.059.200,51	0,00	-1.059.200,51
11120434-IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	28.248.721,00	24.897.153,05	0,00	3.351.567,95
11120434-RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	0,00	-27.256,54	0,00	-27.256,54
111205-IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	587.246.932,00	580.992.883,69	0,00	6.254.048,31
11120500-DEDUÇÃO DA RECEITA DE IPVA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	-65.249.659,00	-64.639.876,91	-609.782,09	0,00
11120551-IPVA PRINCIPAL	652.496.591,00	646.045.462,61	0,00	6.451.128,39
11120551-RESTITUIÇÕES DE IPVA PRINCIPAL	0,00	-412.702,01	0,00	-412.702,01
111207-IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	48.143.923,00	61.310.739,16	13.166.816,16	0,00
11120700-DEDUÇÃO DE RECEITA DE ITCD PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	-12.035.981,00	-15.478.002,77	0,00	-3.442.021,77
11120751-ITCD PRINCIPAL	60.179.904,00	76.945.942,68	16.766.038,68	0,00
11120751-RESTITUIÇÃO DE ITCD PRINCIPAL	0,00	-157.200,75	0,00	-157.200,75
1113-IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	9.032.232.829,63	8.324.707.034,47	0,00	707.525.795,16
111302-IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO	9.032.232.829,63	8.324.707.034,47	0,00	707.525.795,16
11130201-DEDUÇÃO DE RECEITA DE ICMS PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	-1.521.385.855,00	-1.391.183.338,71	-130.202.516,29	0,00
11130202-ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA	411.250.985,63	428.529.617,18	17.278.631,55	0,00
11130251-ICMS COMBUSTIVEL	2.255.165.885,41	2.057.626.865,70	0,00	197.539.019,71
11130251-RESTITUIÇÕES DE ICMS COMBUSTIVEL	0,00	-553,47	0,00	-553,47
11130252-ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	2.037.207.035,41	1.865.758.030,46	0,00	171.449.004,95
11130252-RESTITUIÇÕES DE ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	0,00	-18.730.679,36	0,00	-18.730.679,36
11130253-ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	1.576.011.665,81	1.435.892.640,41	0,00	140.119.025,40
11130253-RESTITUIÇÃO DE ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	0,00	-1.436.853,67	0,00	-1.436.853,67
11130254-ICMS COMUNICAÇÃO	762.907.908,15	680.628.083,86	0,00	82.279.824,29
11130255-ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	36.446.544,90	30.673.396,56	0,00	5.773.148,34
11130255-RESTITUIÇÕES DE ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	0,00	-191.511,26	0,00	-191.511,26
11130256-ICMS ENERGIA ELÉTRICA	1.176.436.967,19	1.113.906.948,94	0,00	62.530.018,25
11130257-ICMS INDÚSTRIA	2.027.189.441,04	1.885.969.336,14	0,00	141.220.104,90



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11130257-RESTITUIÇÕES DE ICMS INDÚSTRIA	0,00	-9.326.878,70	0,00	-9.326.878,70
11130258-ICMS OUTROS SERVIÇOS	4.314.747,35	4.118.650,96	0,00	196.096,39
11130258-RESTITUIÇÕES DE ICMS OUTROS SERVIÇOS	0,00	-177.036,54	0,00	-177.036,54
11130259-ICMS PESSOA FÍSICA	15.377.269,18	14.767.960,92	0,00	609.308,26
11130259-RESTITUIÇÕES DE ICMS PESSOA FÍSICA	0,00	-53.529,61	0,00	-53.529,61
11130261-ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	24.075.996,73	23.339.375,29	0,00	736.621,44
11130261-RESTITUIÇÕES DE ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	0,00	-197.043,22	0,00	-197.043,22
11130262-RESTITUIÇÕES DE ICMS PESSOA JURÍDICA TRANSPORTE DE CARGA	0,00	-1.033,16	0,00	-1.033,16
11130263-ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	8.939.980,80	7.776.529,58	0,00	1.163.451,22
11130265-ICMS TRANSPORTE	142.835.037,14	129.575.995,13	0,00	13.259.042,01
11130265-RESTITUIÇÕES DE ICMS TRANSPORTE	0,00	-4.764,58	0,00	-4.764,58
11130266-ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	398.098,87	278.184,96	0,00	119.913,91
11130267-ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	75.061.121,02	67.180.912,51	0,00	7.880.208,51
11130267-RESTITUIÇÕES DE ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	0,00	-12.271,85	0,00	-12.271,85
112-TAXAS	433.701.487,28	425.913.473,29	0,00	7.788.013,99
1121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	24.327.646,00	33.453.521,71	9.125.875,71	0,00
112117-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	4.775,85	4.775,85	0,00
11211700-TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	4.775,85	4.775,85	0,00
112121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	8.517.000,00	16.879.571,29	8.362.571,29	0,00
11212151-TAXA AMBIENTAIS	8.517.000,00	13.998.266,47	5.481.266,47	0,00
11212151-RESTITUIÇÃO DE TAXA AMBIENTAIS	0,00	-64.940,48	0,00	-64.940,48
11212152-MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS	0,00	499.711,44	499.711,44	0,00
11212153-TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	0,00	2.446.533,86	2.446.533,86	0,00
112130-TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE	0,00	21.143,30	21.143,30	0,00
11213000-TAXA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE TRANSPORTE	0,00	21.143,30	21.143,30	0,00
112131-TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	4.162.000,00	3.219.384,95	0,00	942.615,05
11213100-TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	4.162.000,00	3.219.384,95	0,00	942.615,05
112137-TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO	416.730,00	417.980,52	1.250,52	0,00
11213700-TAXA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO	416.730,00	417.980,52	1.250,52	0,00
112152-TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	0,00	335.856,39	335.856,39	0,00
11215200-TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	0,00	335.856,39	335.856,39	0,00
112199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	11.231.916,00	12.574.809,41	1.342.893,41	0,00
11219953-TAXA DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - POLÍCIA CIVIL	0,00	252.914,60	252.914,60	0,00
11219954-TAXA DE VISTORIA	0,00	28.000,24	28.000,24	0,00



Descrição	Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11219956-TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO		4.983.390,00	5.918.511,06	935.121,06	0,00
11219956-RESTITUIÇÃO DE TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO		0,00	-214.017,85	0,00	-214.017,85
11219957-TAXA DE REGULAÇÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO		6.013.338,00	6.581.179,22	567.841,22	0,00
11219958-TAXA PELA EMISSÃO DE LAUDO PERICIAL		0,00	1,00	1,00	0,00
11219962-TAXA DE REAVALIAÇÃO DE BENS OU DIREITOS OBJETO DE SUCESSÃO CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO		0,00	1.502,55	1.502,55	0,00
11219966-TAXA DE CONCESSÃO DE REGISTRO, CADASTRO E RENOVACÃO		0,00	6.718,59	6.718,59	0,00
11219999-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		235.188,00	0,00	0,00	235.188,00
1122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		409.373.841,28	392.459.951,58	0,00	16.913.889,70
112208-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		54.567.783,93	78.068.615,08	23.500.831,15	0,00
11220800-EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		54.567.783,93	79.248.820,60	24.681.036,67	0,00
11220800-RESTITUIÇÃO DE EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS		0,00	-1.180.205,52	0,00	-1.180.205,52
112212-EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS		22.365.545,88	0,00	0,00	22.365.545,88
11221200-EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS		22.365.545,88	0,00	0,00	22.365.545,88
112221-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS		0,00	198.166,54	198.166,54	0,00
11222100-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS		0,00	198.166,54	198.166,54	0,00
112229-EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS		33.217.624,00	28.146.931,04	0,00	5.070.692,96
11222951-VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE		33.217.624,00	28.066.854,34	0,00	5.150.769,66
11222951-RESTITUIÇÃO DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE		0,00	-14.440,65	0,00	-14.440,65
11222952-EMOLUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HIDRICOS		0,00	94.517,35	94.517,35	0,00
112299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		299.222.887,47	286.046.238,92	0,00	13.176.648,55
11229951-TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA		2.268.637,00	1.477.751,79	0,00	790.885,21
11229952-TAXA DE SAÚDE		189.669,00	181.723,16	0,00	7.945,84
11229953-TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS		11.670.773,00	4.539.070,67	0,00	7.131.702,33
11229953-RESTITUIÇÃO DE TAXA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS		0,00	-12,14	0,00	-12,14
11229955-TAXA DA LOTERIA ESTADUAL DO CEARÁ		8.003.784,00	4.000.000,00	0,00	4.003.784,00
11229957-TAXA DE SERVIÇOS GRÁFICOS		140.647,00	0,00	0,00	140.647,00
11229958-TAXAS DE FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS		388.850,00	1.537.383,81	1.148.533,81	0,00
11229960-TAXA ANUAL DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO		8.610,00	24.508,93	15.898,93	0,00
11229962-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS		281.198,00	71.348,92	0,00	209.849,08
11229963-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE		259.605.970,00	262.166.694,17	2.560.724,17	0,00
11229963-RESTITUIÇÃO DE TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE		0,00	-565.523,43	0,00	-565.523,43
11229967-TAXA PELA EMISSÃO DE DOCUMENTOS		43.310,00	9.409,00	0,00	33.901,00
11229970-CONTRIBUIÇÃO DO FERMOJU - CORRENTE		0,00	84.954,97	84.954,97	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
11229971-EDITORIAL E GRÁFICA	0,00	9.455.216,34	9.455.216,34	0,00
11229972-TAXA DE CONCESSÃO DE LICENÇAS	0,00	8.558,75	8.558,75	0,00
11229973-TAXA DE TRANSPORTE ANIMAL E VEGETAL	9.365.210,00	518.734,16	0,00	8.846.475,84
11229974-TAXA DE SERVIÇOS HEMOTERÁPICOS	0,00	53.997,40	53.997,40	0,00
11229975-TAXA DE REGISTRO OU VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS	0,00	200,34	200,34	0,00
11229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7.256.229,47	2.490.453,76	0,00	4.765.775,71
11229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	-8.231,68	0,00	-8.231,68
12-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	510.890.701,00	530.986.334,16	20.095.633,16	0,00
121-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	510.890.701,00	530.986.334,16	20.095.633,16	0,00
1210-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	510.890.701,00	530.986.334,16	20.095.633,16	0,00
121029-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	508.136.941,00	525.467.485,02	17.330.544,02	0,00
12102907-CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	343.702.140,00	353.928.465,98	10.226.325,98	0,00
12102907-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	0,00	-567.075,65	0,00	-567.075,65
12102908-CONTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	80.697.348,00	81.220.725,02	523.377,02	0,00
12102909-CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR INATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	46.560.279,00	59.680.083,65	13.119.804,65	0,00
12102910-CONTRIBUIÇÕES DE SERVIDOR INATIVO MILITAR	8.878.674,00	6.655.066,72	0,00	2.223.607,28
12102911-CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	19.381.955,00	22.510.944,93	3.128.989,93	0,00
12102912-CONTRIBUIÇÕES DE PENSIONISTA MILITAR	8.916.545,00	2.039.274,37	0,00	6.877.270,63
121099-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.753.760,00	5.518.849,14	2.765.089,14	0,00
12109951-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP	0,00	964.047,74	964.047,74	0,00
12109952-CONTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS - OBRIGATÓRIOS E FACULTATIVOS	2.579.453,00	2.695.139,15	115.686,15	0,00
12109953-CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS DO FPP	0,00	193.533,90	193.533,90	0,00
12109954-CONTRIBUIÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA	174.307,00	154.170,67	0,00	20.136,33
12109959-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	306.927,31	306.927,31	0,00
12109969-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS AO RPPS	0,00	1.205.030,37	1.205.030,37	0,00
13-RECEITA PATRIMONIAL	255.379.051,49	377.497.667,07	122.118.615,58	0,00
131-RECEITAS IMOBILIÁRIAS	4.993.544,28	4.940.742,68	0,00	52.801,60
1311-ALUGUÉIS	1.297.490,19	1.579.053,45	281.563,26	0,00
131100-ALUGUÉIS	1.297.490,19	1.579.053,45	281.563,26	0,00
13110000-ALUGUÉIS	1.297.490,19	1.763.382,60	465.892,41	0,00
13110000-RESTITUIÇÃO DE ALUGUÉIS	0,00	-184.329,15	0,00	-184.329,15
1312-ARRENDAMENTOS	1.004,00	2.767,21	1.763,21	0,00
131200-ARRENDAMENTOS	1.004,00	2.767,21	1.763,21	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
13120000-ARRENDAMENTOS	1.004,00	2.767,21	1.763,21	0,00
1313-FOROS	160.000,00	509,08	0,00	159.490,92
131300-FOROS	160.000,00	509,08	0,00	159.490,92
13130000-FOROS	160.000,00	509,08	0,00	159.490,92
1314-LAUDÊMIOS	360.000,00	50.623,75	0,00	309.376,25
131400-LAUDÊMIOS	360.000,00	50.623,75	0,00	309.376,25
13140000-LAUDÊMIOS	360.000,00	50.623,75	0,00	309.376,25
1319-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	3.175.050,09	3.307.789,19	132.739,10	0,00
131951-TAXA DE VISTORIA	2.042.750,00	1.856.523,38	0,00	186.226,62
13195100-TAXA DE VISTORIA	2.042.750,00	1.856.523,38	0,00	186.226,62
131952-TAXA DE ANUÊNCIA	6.000,00	480.059,63	474.059,63	0,00
13195200-TAXA DE ANUÊNCIA	6.000,00	480.059,63	474.059,63	0,00
131999-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.126.300,09	971.206,18	0,00	155.093,91
13199900-OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.126.300,09	971.206,18	0,00	155.093,91
132-RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	240.054.361,21	369.550.725,52	129.496.364,31	0,00
1321-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	125.724.843,21	200.557.415,39	74.832.572,18	0,00
132100-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	125.724.843,21	200.557.415,39	74.832.572,18	0,00
13210000-JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	125.724.843,21	200.557.415,39	74.832.572,18	0,00
1322-DIVIDENDOS	5.438.452,00	17.277.919,89	11.839.467,89	0,00
132200-DIVIDENDOS	5.438.452,00	17.277.919,89	11.839.467,89	0,00
13220000-DIVIDENDOS	5.438.452,00	17.277.919,89	11.839.467,89	0,00
1325-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	103.508.403,00	151.696.632,22	48.188.229,22	0,00
132501-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	103.508.403,00	151.675.941,77	48.167.538,77	0,00
13250102-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB. OBS: FONTE 50.	5.235.883,00	17.632.448,52	12.396.565,52	0,00
13250102-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB. OBS: FONTE 50.	0,00	-62.290,49	0,00	-62.290,49
13250103-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDO DE SAÚDE	9.627.800,00	14.323.582,79	4.695.782,79	0,00
13250109-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO (CIDE)	0,00	94.103,53	94.103,53	0,00
13250110-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)	0,00	269.837,14	269.837,14	0,00
13250151-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - RECURSOS DO RPPS. FONTE 03	9.235.052,00	17.077.768,72	7.842.716,72	0,00
13250152-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - RECURSOS FECOP. FONTE 10	14.955.122,00	20.394.177,34	5.439.055,34	0,00
13250153-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 14.415/09. FONTE 15	2.276.400,00	129.762,67	0,00	2.146.637,33



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
13250154-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM. DIRETA - FONTE 82	32.892.418,00	40.989.246,20	8.096.828,20	0,00
13250154-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM. DIRETA - FONTE 82	0,00	-349.574,05	0,00	-349.574,05
13250155-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM.INDIRETA - FONTE 83	23.964.761,00	11.989.000,53	0,00	11.975.760,47
13250155-RESTITUIÇÃO DE RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO FEDERAL ADM.INDIRETA - FONTE 83	0,00	-308.364,34	0,00	-308.364,34
13250157-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO MUNICIPAL - ADM. INDIRETA - FONTE 87	360.000,00	5.771,35	0,00	354.228,65
13250158-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO PRIVADO - ADM. DIRETA - FONTE 88	0,00	1.674,89	1.674,89	0,00
13250159-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO PRIVADO - ADM. INDIRETA - FONTE 89	862.480,00	497.549,37	0,00	364.930,63
13250160-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO INTERNACIONAL - ADM. DIRETA - FONTE 80	3.912.500,00	0,00	0,00	3.912.500,00
13250161-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – CONVÊNIO COM ÓRGÃO INTERNACIONAL - ADM. INDIRETA - FONTE 81	0,00	42,27	42,27	0,00
13250162-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – FUNDO DE DEFESA CIVIL - FT 79	0,00	1.381.912,81	1.381.912,81	0,00
13250163-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – PPP - FT 05	0,00	9.888.499,05	9.888.499,05	0,00
13250165-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – MEDIDAS COMPENSATORIAS AMBIENTAIS - FT 16	0,00	6.192.291,10	6.192.291,10	0,00
13250166-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SALÁRIO EDUCAÇÃO - FT 07	0,00	3.827.810,91	3.827.810,91	0,00
13250167-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - SELOS DE AUTENTICIDADE - FT 29	0,00	2.038.680,30	2.038.680,30	0,00
13250168-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	0,00	2.779.089,05	2.779.089,05	0,00
13250169-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FDI - FT 76	0,00	2.419.589,05	2.419.589,05	0,00
13250170-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS – COTA-PARTE ROYALTIES - FT 44	0,00	463.333,06	463.333,06	0,00
13250199-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS	185.987,00	0,00	0,00	185.987,00
132502-REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	20.690,45	20.690,45	0,00
13250201-RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE POUPANÇA	0,00	20.690,45	20.690,45	0,00
1329-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.382.663,00	18.758,02	0,00	5.363.904,98
132900-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	18.758,02	18.758,02	0,00
13290000-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	18.758,02	18.758,02	0,00
132999-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.382.663,00	0,00	0,00	5.382.663,00
13299900-OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.382.663,00	0,00	0,00	5.382.663,00
133-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	2.438.498,55	2.438.498,55	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais		Para Menos	
1333-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	2.438.498,55	2.438.498,55		0,00	
1333999-OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - DIREITOS DE USO DE BENS PÚBLICOS	0,00	2.438.498,55	2.438.498,55		0,00	
133399951-CONCESSÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO	0,00	37.693,62	37.693,62		0,00	
133399952-RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES - CINTURÃO DIGITAL	0,00	2.392.426,50	2.392.426,50		0,00	
133399953-PERMISSÃO DE USO DE FAIXA DE DOMÍNIO	0,00	8.378,43	8.378,43		0,00	
139-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	10.331.146,00	567.700,32	0,00		9.763.445,68	
1390-OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	10.331.146,00	567.700,32	0,00		9.763.445,68	
139051-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	10.331.146,00	567.700,32	0,00		9.763.445,68	
13905100-RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	10.331.146,00	567.700,32	0,00		9.763.445,68	
16-RECEITA DE SERVIÇOS	72.698.686,02	60.336.845,21	0,00		12.361.840,81	
160-RECEITA DE SERVIÇOS	72.698.686,02	60.336.845,21	0,00		12.361.840,81	
1600-RECEITA DE SERVIÇOS	72.698.686,02	60.336.845,21	0,00		12.361.840,81	
160001-SERVIÇOS COMERCIAIS	0,00	1.182.911,52	1.182.911,52		0,00	
16000199-OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	0,00	1.182.911,52	1.182.911,52		0,00	
160002-SERVIÇOS FINANCEIROS	0,00	102.528,89	102.528,89		0,00	
16000299-OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS	0,00	102.528,89	102.528,89		0,00	
160004-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	546.049,02	603.722,43	57.673,41		0,00	
16000403-OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	546.049,02	603.722,43	57.673,41		0,00	
160005-SERVIÇOS DE SAÚDE	0,00	330.373,49	330.373,49		0,00	
16000503-SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS	0,00	330.373,49	330.373,49		0,00	
160008-SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	2.404.620,59	2.404.620,59		0,00	
16000852-SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET	0,00	4.808,96	4.808,96		0,00	
16000853-SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS	0,00	2.399.810,63	2.399.810,63		0,00	
16000854-HOSPEDAGEM DE SITES E SISTEMAS	0,00	1,00	1,00		0,00	
160012-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	0,00	26.487,51	26.487,51		0,00	
16001200-SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	0,00	26.487,51	26.487,51		0,00	
160013-SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	233.609,86	233.609,86		0,00	
16001302-SERVIÇOS DE VENDA DE EDITAIS	0,00	3.555,42	3.555,42		0,00	
16001304-SERVIÇOS DE EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS	0,00	22.437,87	22.437,87		0,00	
16001399-OUTROS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0,00	207.616,57	207.616,57		0,00	
160015-SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	40.000,00	6.924,54	0,00		33.075,46	
16001500-SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	40.000,00	6.924,54	0,00		33.075,46	
160016-SERVIÇOS EDUCACIONAIS	600.000,00	227.311,00	0,00		372.689,00	



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
16001600-SERVIÇOS EDUCACIONAIS	600.000,00	227.311,00	0,00	372.689,00
160019-SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	16.985.218,00	9.986.018,52	0,00	6.999.199,48
16001951-EQUIPAM. TURÍSTICOS - CENTRO DE CONVENÇÕES	188.725,00	21.825,63	0,00	166.899,37
16001952-EQUIPAM. TURÍSTICOS - CENTRO DE TURISMO	943.623,00	939.632,58	0,00	3.990,42
16001954-EQUIPAM. TURÍSTICOS - TELEFÉRICO DE UBAJARA	0,00	124.936,60	124.936,60	0,00
16001956-EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS - CENTRO DE EVENTOS	15.852.870,00	8.899.623,71	0,00	6.953.246,29
160020-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	671.000,00	837.865,27	166.865,27	0,00
16002002-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - APLICAÇÕES VINCULADAS A ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	671.000,00	837.865,27	166.865,27	0,00
160021-SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	10.000,00	315.926,00	305.926,00	0,00
16002100-SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	10.000,00	315.926,00	305.926,00	0,00
160022-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0,00	357.519,02	357.519,02	0,00
16002200-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0,00	357.519,02	357.519,02	0,00
160024-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	9.755.093,00	9.655.945,78	0,00	99.147,22
16002400-SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	9.755.093,00	9.668.949,78	0,00	86.143,22
16002400-RESTITUIÇÃO DE SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMÉRCIO	0,00	-13.004,00	0,00	-13.004,00
160039-SERVIÇOS VETERINÁRIOS	900.000,00	45.957,55	0,00	854.042,45
16003900-SERVIÇOS VETERINÁRIOS	900.000,00	45.957,55	0,00	854.042,45
160050-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	1.887.246,00	97.075,00	0,00	1.790.171,00
16005000-TARIFAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	1.887.246,00	97.075,00	0,00	1.790.171,00
160099-OUTROS SERVIÇOS	41.304.080,00	33.922.048,24	0,00	7.382.031,76
16009951-SERVIÇO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA	1.990.330,00	1.024.793,65	0,00	965.536,35
16009951-RESTITUIÇÃO DE SERVIÇO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	-10.740,64	0,00	-10.740,64
16009953-FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES	1.140.000,00	244.414,11	0,00	895.585,89
16009955-VENDA DE PRODUTOS CONSIGNÁVEIS	1.963.750,00	26.877,55	0,00	1.936.872,45
16009957-SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS	0,00	67.936,45	67.936,45	0,00
16009958-SERVIÇOS DE CADASTRO EM GERAL	0,00	132.782,65	132.782,65	0,00
16009999-OUTROS SERVIÇOS	36.210.000,00	32.438.336,15	0,00	3.771.663,85
16009999-RESTITUIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS	0,00	-2.351,68	0,00	-2.351,68
17-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.240.186.013,75	6.677.266.458,00	0,00	562.919.555,75
172-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.062.477.719,48	6.584.221.083,58	0,00	478.256.635,90
1721-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	5.608.273.129,71	5.159.294.990,92	0,00	448.978.138,79
172101-PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	4.632.541.702,51	4.539.735.136,36	0,00	92.806.566,15
17210101-COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	5.726.173.256,00	5.604.079.930,87	0,00	122.093.325,13



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
17210101-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - FPE	-1.145.234.651,00	-1.120.815.985,90	-24.418.665,10	0,00
17210112-COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	39.862.378,00	46.923.221,89	7.060.843,89	0,00
17210112-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - IPI EXPORTAÇÃO	-6.075.187,00	-7.038.483,12	0,00	-963.296,12
17210113-COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	17.815.862,51	16.461.391,44	0,00	1.354.471,07
17210132-COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS - COMERCIALIZAÇÃO DO OURO	44,00	17,42	0,00	26,58
17210151-FEX - AUXÍLIO FINANCEIRO PARA FOMENTO EXPORTAÇÕES	0,00	125.043,76	125.043,76	0,00
172122-TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	42.024.054,00	29.370.379,09	0,00	12.653.674,91
17212220-COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	939.349,00	1.287.039,51	347.690,51	0,00
17212230-COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO - LEI Nº 7.990/89	22.681.765,00	6.996.770,72	0,00	15.684.994,28
17212240-COTA-PARTE ROYALTIES PELO EXCEDENTE DA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEI Nº 9.478/97, ARTIGO 49, I E II	0,00	4.532.531,10	4.532.531,10	0,00
17212270-COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	18.402.940,00	16.554.037,76	0,00	1.848.902,24
172133-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO	702.170.308,15	469.557.029,68	0,00	232.613.278,47
17213331-ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA	7.168.815,00	0,00	0,00	7.168.815,00
17213336-ATENÇÃO BÁSICA - INCENTIVO ATENÇÃO À SAÚDE - SISTEMA PENITENCIÁRIO	0,00	480.060,00	480.060,00	0,00
17213341-MAC TF - TETO FINANCEIRO	564.773.214,15	376.378.991,32	0,00	188.394.222,83
17213342-MAC TF - SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA	19.890.439,00	11.041.200,00	0,00	8.849.239,00
17213343-MAC TF - CEO - CENTRO ESPEC. ODONTOLÓGICA	6.400.000,00	7.497.600,00	1.097.600,00	0,00
17213345-MAC TF - CEREST - CENTRO DE REF. EM SAÚDE DO TRABALHADOR	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
17213349-MAC TF - OUTROS PROGRAMAS FINANC. POR TRANSF. FUNDO A FUNDO	0,00	742.884,08	742.884,08	0,00
17213358-MAC FAEC - TRANSPLANTES - OUTROS	0,00	1.035.821,38	1.035.821,38	0,00
17213359-MAC FAEC - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO	0,00	2.817.437,26	2.817.437,26	0,00
17213361-V SAÚDE - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE	14.885.264,00	0,00	0,00	14.885.264,00
17213362-V SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	18.246.764,00	8.464.699,72	0,00	9.782.064,28
17213363-V SAÚDE - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)	3.500.000,00	13.349.660,13	9.849.660,13	0,00
17213371-A FARM - COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	28.879.209,00	27.811.887,84	0,00	1.067.321,16
17213373-A FARM - COMPONENTE MEDICAMENTOS DE DISPENSAÇÃO EXCEPCIONAL	37.926.603,00	18.085.188,10	0,00	19.841.414,90
17213379-A FARM - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)	0,00	812.279,85	812.279,85	0,00
17213389-G SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANC POR TRANSF FUNDO A FUNDO (6)	0,00	1.039.320,00	1.039.320,00	0,00
172134-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	4.623.454,40	2.158.894,10	0,00	2.464.560,30
17213400-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	4.623.454,40	2.158.894,10	0,00	2.464.560,30



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
172135-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	124.060.000,00	87.178.610,03	0,00	36.881.389,97
17213501-TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	67.790.000,00	55.427.281,74	0,00	12.362.718,26
17213502-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	0,00	1.770,00	1.770,00	0,00
17213503-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	0,00	30.947.412,00	30.947.412,00	0,00
17213504-TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR - PNATE	0,00	802.146,29	802.146,29	0,00
17213599-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	56.270.000,00	0,00	0,00	56.270.000,00
172136-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	26.050.935,00	19.057.077,08	0,00	6.993.857,92
17213600-TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96	30.648.158,00	23.821.346,27	0,00	6.826.811,73
17213600-DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS DESONERAÇÃO - L.C. 87/96	-4.597.223,00	-4.764.269,19	0,00	-167.046,19
172199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	76.802.675,65	12.237.864,58	0,00	64.564.811,07
17219951-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	74.801.729,65	16.618.859,41	0,00	58.182.870,24
17219951-RESTITUIÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	0,00	-7.363.219,71	0,00	-7.363.219,71
17219952-TRANSFERÊNCIAS ORIUNDAS DA LEI PELÉ	2.000.946,00	2.982.224,88	981.278,88	0,00
1723-TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	11.849.756,00	42.347.029,69	30.497.273,69	0,00
172301-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	11.849.756,00	42.347.029,69	30.497.273,69	0,00
17230100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	11.849.756,00	42.347.029,69	30.497.273,69	0,00
1724-TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.442.354.833,77	1.382.579.062,97	0,00	59.775.770,80
172401-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	1.045.975.559,00	993.076.090,07	0,00	52.899.468,93
17240100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	1.045.975.559,00	993.076.090,07	0,00	52.899.468,93
172402-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	396.379.274,77	389.502.972,90	0,00	6.876.301,87
17240251-COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO	396.379.274,77	256.633.101,99	0,00	139.746.172,78
17240252-COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	132.869.870,91	132.869.870,91	0,00
173-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	16.450.000,00	8.175.643,62	0,00	8.274.356,38
1730-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	16.450.000,00	8.175.643,62	0,00	8.274.356,38
173000-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	16.450.000,00	8.175.643,62	0,00	8.274.356,38
17300000-TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	16.450.000,00	8.175.643,62	0,00	8.274.356,38
175-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	770.000,00	465.247,09	0,00	304.752,91
1750-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	770.000,00	465.247,09	0,00	304.752,91
175000-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	770.000,00	465.247,09	0,00	304.752,91



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
17500000-TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	770.000,00	465.247,09	0,00	304.752,91
176-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	160.488.294,27	84.404.483,71	0,00	76.083.810,56
1761-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	158.650.256,57	82.043.905,60	0,00	76.606.350,97
176101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	14.831.965,24	1.163.166,66	0,00	13.668.798,58
17610100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	14.831.965,24	1.163.166,66	0,00	13.668.798,58
176102-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	18.759.543,59	18.759.543,59	0,00
17610200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	0,00	18.759.543,59	18.759.543,59	0,00
176104-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME	15.575.990,00	213.292,62	0,00	15.362.697,38
17610400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME	15.575.990,00	213.292,62	0,00	15.362.697,38
176105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	750.000,00	0,00	0,00	750.000,00
17610500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	750.000,00	0,00	0,00	750.000,00
176199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	127.492.301,33	61.907.902,73	0,00	65.584.398,60
17619900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	127.492.301,33	61.907.902,73	0,00	65.584.398,60
1763-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	99.642,48	149.439,98	49.797,50	0,00
176301-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0,00	149.389,98	149.389,98	0,00
17630100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS MUNICÍPIOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	0,00	149.389,98	149.389,98	0,00
176399-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS	99.642,48	50,00	0,00	99.592,48
17639900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS	99.642,48	50,00	0,00	99.592,48
1764-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.718.395,22	2.211.138,13	492.742,91	0,00
176400-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.718.395,22	2.211.138,13	492.742,91	0,00
17640000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.718.395,22	2.211.138,13	492.742,91	0,00
1765-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
176500-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
17650000-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
19-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	572.110.126,44	566.996.499,66	0,00	5.113.626,78
191-MULTAS E JUROS DE MORA	261.145.665,12	187.344.999,70	0,00	73.800.665,42
1911-MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	155.290.875,99	65.814.204,55	0,00	89.476.671,44
191120-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	1.223.257,00	2.820.663,29	1.597.406,29	0,00
19112051-MULTAS E JUROS DE MORA - ITCD	1.507.435,00	3.525.829,11	2.018.394,11	0,00
19112051-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ITCD PARA O FUNDEB	-301.487,00	-705.165,82	0,00	-403.678,82



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19112052-MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - ITCD	17.309,00	0,00	0,00	17.309,00
191141-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	13.003.836,00	20.123.961,96	7.120.125,96	0,00
19114151-MULTAS E JUROS DE MORA - IPVA	14.448.707,00	22.360.664,37	7.911.957,37	0,00
19114151-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - IPVA PARA O FUNDEB	-1.444.871,00	-2.236.066,44	0,00	-791.195,44
19114152-RESTITUIÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADES - IPVA	0,00	-635,97	0,00	-635,97
191142-MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS - ICMS	83.522.408,99	42.869.579,30	0,00	40.652.829,69
19114251-MULTAS E JUROS DE MORA ICMS COMBUSTÍVEL	168.372,81	810.103,93	641.731,12	0,00
19114251-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS PARA O FUNDEB	-8.874.153,00	-4.214.679,09	-4.659.473,91	0,00
19114252-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	15.144.654,64	5.379.393,14	0,00	9.765.261,50
19114252-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADE - ICMS PARA O FUNDEB	0,00	-3.109.016,50	0,00	-3.109.016,50
19114253-MULTAS E JUROS DE MORA - ICMS VAREJISTA	12.727.575,00	6.963.642,31	0,00	5.763.932,69
19114254-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS COMUNICAÇÃO	2.551.254,16	140.624,56	0,00	2.410.629,60
19114255-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	660.197,09	498.914,79	0,00	161.282,30
19114256-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	2.953.619,38	2.246.126,19	0,00	707.493,19
19114257-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS INDÚSTRIA	18.749.096,45	9.532.225,12	0,00	9.216.871,33
19114258-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	162.679,84	65.865,62	0,00	96.814,22
19114259-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PESSOA FÍSICA	95.315,34	113.352,38	18.037,04	0,00
19114261-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	565.166,83	72.696,05	0,00	492.470,78
19114263-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	125.691,88	92.328,19	0,00	33.363,69
19114265-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS TRANSPORTE	2.685.857,73	1.309.657,65	0,00	1.376.200,08
19114266-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	1.710,72	4.065,31	2.354,59	0,00
19114267-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	1.203.456,46	868.865,37	0,00	334.591,09
19114268-MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS - FECOP	1.786.728,95	644.350,67	0,00	1.142.378,28
19114270-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMBUSTÍVEL	96.407,76	1.017.438,38	921.030,62	0,00
19114271-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	5.701.320,55	1.972.720,38	0,00	3.728.600,17
19114272-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	5.836.721,59	1.923.109,37	0,00	3.913.612,22
19114273-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS COMUNICAÇÃO	418.730,50	159.798,78	0,00	258.931,72
19114274-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	167.769,66	87.554,11	0,00	80.215,55
19114275-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	3.857.092,84	448.512,44	0,00	3.408.580,40
19114276-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS INDÚSTRIA	4.981.010,55	8.839.211,14	3.858.200,59	0,00
19114277-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	141.778,59	14.229,97	0,00	127.548,62
19114278-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PESSOA FÍSICA	2.745.215,30	951.872,29	0,00	1.793.343,01



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19114280-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	6.441.211,84	4.867.611,60	0,00	1.573.600,24
19114282-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	89.241,59	90.025,59	784,00	0,00
19114284-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS TRANSPORTE	2.193.660,11	1.034.937,52	0,00	1.158.722,59
19114286-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	145.023,83	44.042,04	0,00	100.981,79
191199-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	57.541.374,00	0,00	0,00	57.541.374,00
19119901-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	57.541.374,00	0,00	0,00	57.541.374,00
1913-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	16.634.700,00	9.193.332,46	0,00	7.441.367,54
191314-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	1.609.861,00	1.529.561,36	0,00	80.299,64
19131451-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	1.788.734,00	1.699.512,62	0,00	89.221,38
19131451-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA PARA O FUNDEB	-178.873,00	-169.951,26	-8.921,74	0,00
191315-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS	14.234.615,00	7.311.080,97	0,00	6.923.534,03
19131551-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMBUSTÍVEL	20.160,59	2.601,00	0,00	17.559,59
19131551-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PARA O FUNDEB	-1.211.546,00	-727.734,32	-483.811,68	0,00
19131552-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA - ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	794.965,42	491.007,22	0,00	303.958,20
19131552-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PARA O FUNDEB	0,00	-631.537,50	0,00	-631.537,50
19131553-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS VAREJISTA	3.032.360,21	1.107.343,57	0,00	1.925.016,64
19131554-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMUNICAÇÃO	34.200,55	3.643,00	0,00	30.557,55
19131555-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	23.415,18	8.139,99	0,00	15.275,19
19131556-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	448,35	982,91	534,56	0,00
19131557-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS INDÚSTRIA	2.787.699,35	2.171.692,18	0,00	616.007,17
19131558-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	26.206,27	14.950,40	0,00	11.255,87
19131559-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA FÍSICA	78,51	0,00	0,00	78,51
19131561-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	541.416,95	242.961,74	0,00	298.455,21
19131563-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	47.769,60	29.846,68	0,00	17.922,92
19131565-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS TRANSPORTE	1.138.640,74	602.048,41	0,00	536.592,33
19131567-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	470.671,21	176.345,05	0,00	294.326,16
19131568-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS - FECOP	0,00	1.194,29	1.194,29	0,00
19131570-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMBUSTÍVEL	15.006,68	6.400,00	0,00	8.606,68
19131571-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	677.137,70	1.064.988,56	387.850,86	0,00
19131572-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO	2.164.763,45	1.263.422,48	0,00	901.340,97



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
VAREJISTA				
19131573-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMUNICAÇÃO	12.706,27	0,00	0,00	12.706,27
19131574-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	27.805,12	7.816,18	0,00	19.988,94
19131576-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS INDÚSTRIA	2.199.879,87	886.327,57	0,00	1.313.552,30
19131577-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	4.237,94	15.397,84	11.159,90	0,00
19131578-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA FÍSICA	5.062,01	4.401,97	0,00	660,04
19131580-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA JURÍDICA	556.708,21	293.951,73	0,00	262.756,48
NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL				
19131582-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR	8.107,24	37.775,57	29.668,33	0,00
AGROPECUÁRIO				
19131584-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS TRANSPORTE	382.077,32	148.290,56	0,00	233.786,76
19131586-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	474.636,26	88.823,89	0,00	385.812,37
191320-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	780.839,00	352.690,13	0,00	428.148,87
19132051-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	954.803,00	440.862,66	0,00	513.940,34
19132051-DEDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD PARA O FUNDEB	-190.961,00	-88.172,53	-102.788,47	0,00
19132052-MULTAS E JUROS DE PENALIDADE DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	16.997,00	0,00	0,00	16.997,00
191399-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	9.385,00	0,00	0,00	9.385,00
19139900-MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	9.385,00	0,00	0,00	9.385,00
1915-MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	1.820.069,55	1.820.069,55	0,00
191599-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	1.820.069,55	1.820.069,55	0,00
19159951-MULTAS DECORRENTES DA DÍVIDA ATIVA	0,00	1.474.282,53	1.474.282,53	0,00
19159953-ENCARGOS SOBRE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	0,00	345.787,02	345.787,02	0,00
1918-MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	285.593,13	3.620.929,65	3.335.336,52	0,00
191899-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	285.593,13	3.620.929,65	3.335.336,52	0,00
19189900-OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	285.593,13	3.620.929,65	3.335.336,52	0,00
1919-MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	88.934.496,00	106.896.463,49	17.961.967,49	0,00
191910-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	461.500,00	253.389,04	0,00	208.110,96
19191000-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	461.500,00	253.389,04	0,00	208.110,96
191915-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	75.960.000,00	71.823.426,78	0,00	4.136.573,22
19191500-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	75.960.000,00	71.898.018,25	0,00	4.061.981,75
19191500-RESTITUIÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	0,00	-74.591,47	0,00	-74.591,47
191926-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	11.012.996,00	540.766,60	0,00	10.472.229,40
19192602-MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	11.012.996,00	544.171,17	0,00	10.468.824,83



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19192602-RESTITUIÇÃO DE MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	0,00	-3.404,57	0,00	-3.404,57
19192700-MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	120.726,00	120.726,00	0,00
19192700-MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0,00	120.726,00	120.726,00	0,00
191935-MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	1.500.000,00	1.349.454,08	0,00	150.545,92
19193500-MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	1.500.000,00	985.378,21	0,00	514.621,79
19193500-RESTITUIÇÃO DE MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	0,00	-2.182,85	0,00	-2.182,85
19193510-MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS	0,00	366.258,72	366.258,72	0,00
191948-MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	0,00	46.092,33	46.092,33	0,00
19194800-MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	0,00	46.092,33	46.092,33	0,00
191951-MULTAS DO TCM-CE	0,00	898.687,31	898.687,31	0,00
19195100-MULTAS DO TCM-CE	0,00	898.687,31	898.687,31	0,00
191956-MULTAS POR DANOS AO CONSUMIDOR	0,00	1.032.024,46	1.032.024,46	0,00
19195600-MULTAS POR DANOS AO CONSUMIDOR	0,00	1.032.024,46	1.032.024,46	0,00
191999-OUTRAS MULTAS	0,00	30.831.896,89	30.831.896,89	0,00
19199951-MULTAS DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	0,00	30.514.983,49	30.514.983,49	0,00
19199951-RESTITUIÇÕES DE MULTAS DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	0,00	-11.287,38	0,00	-11.287,38
19199999-OUTRAS MULTAS CONTRATUAIS	0,00	328.200,78	328.200,78	0,00
192-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	87.791.758,00	106.260.280,22	18.468.522,22	0,00
1921-INDENIZAÇÕES	41.396.058,00	15.346.125,28	0,00	26.049.932,72
192105-INDENIZAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	41.385.415,00	15.224.085,13	0,00	26.161.329,87
19210551-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	32.519.773,00	15.224.085,13	0,00	17.295.687,87
19210552-MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AMBIENTAIS	8.865.642,00	0,00	0,00	8.865.642,00
192151-INDENIZAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO	0,00	216,00	216,00	0,00
19215100-INDENIZAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO	0,00	216,00	216,00	0,00
192199-OUTRAS INDENIZAÇÕES	10.643,00	121.824,15	111.181,15	0,00
19219900-OUTRAS INDENIZAÇÕES	10.643,00	2.786.660,01	2.776.017,01	0,00
19219900-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS INDENIZAÇÕES	0,00	-2.664.835,86	0,00	-2.664.835,86
1922-RESTITUIÇÕES	46.395.700,00	90.914.154,94	44.518.454,94	0,00
192201-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0,00	13.446.710,16	13.446.710,16	0,00
19220100-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0,00	13.449.018,16	13.449.018,16	0,00
19220100-RESTITUIÇÃO DE RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS	0,00	-2.308,00	0,00	-2.308,00
192203-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FECOP	0,00	1.110.081,34	1.110.081,34	0,00
19220300-RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS CONCEDIDOS COM RECURSOS DO FECOP	0,00	1.110.081,34	1.110.081,34	0,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
192207-RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.716.052,19	1.716.052,19	0,00
19220700-RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.716.052,19	1.716.052,19	0,00
192210-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	46.395.700,00	26.494.491,21	0,00	19.901.208,79
19221001-COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PRINCIPAL	46.395.700,00	26.871.474,82	0,00	19.524.225,18
19221001-RESTITUIÇÃO DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PRINCIPAL	0,00	-376.983,61	0,00	-376.983,61
192299-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	48.146.820,04	48.146.820,04	0,00
19229951-RESTITUIÇÕES AO FUNDEB	0,00	937.669,75	937.669,75	0,00
19229951-RESTITUIÇÃO DE RESTITUIÇÕES AO FUNDEB	0,00	-180.813,58	0,00	-180.813,58
19229952-RESTITUIÇÕES DE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	689.612,74	689.612,74	0,00
19229953-RESTITUIÇÕES DE VALE-TRANSPORTE	0,00	6.238.466,10	6.238.466,10	0,00
19229956-RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO	0,00	20.507.519,76	20.507.519,76	0,00
19229957-DE VOLUÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	44.596,85	44.596,85	0,00
19229960-REMBOLSO P/ PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	69.115,53	69.115,53	0,00
19229963-DE VOLUÇÃO DE DIÁRIAS	0,00	92.228,09	92.228,09	0,00
19229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	19.869.902,49	19.869.902,49	0,00
19229999-RESTITUIÇÃO DE OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	-121.477,69	0,00	-121.477,69
193-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	40.278.759,00	61.104.345,97	20.825.586,97	0,00
1931-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	39.348.594,00	54.182.320,00	14.833.726,00	0,00
193107-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	0,00	66.568,40	66.568,40	0,00
19310700-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	0,00	66.568,40	66.568,40	0,00
193114-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	2.660.719,00	4.648.017,03	1.987.298,03	0,00
19311400-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA	2.956.354,00	5.164.463,37	2.208.109,37	0,00
19311400-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	-295.635,00	-516.446,34	0,00	-220.811,34
193115-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS	35.419.605,00	46.148.139,40	10.728.534,40	0,00
19311500-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	-6.250.518,00	-8.143.390,98	0,00	-1.892.872,98
19311551-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ICMS COMBUSTÍVEL	114.421,56	1.864.277,07	1.749.855,51	0,00
19311552-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO ATACADISTA	5.047.671,54	7.655.936,01	2.608.264,47	0,00
19311553-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMÉRCIO VAREJISTA	11.773.017,02	13.481.128,63	1.708.111,61	0,00
19311554-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS COMUNICAÇÃO	133.333,83	996.786,21	863.452,38	0,00
19311555-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS CONSTRUÇÃO CIVIL	112.752,90	108.571,14	0,00	4.181,76
19311556-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS ENERGIA ELÉTRICA	724,53	1.999.025,74	1.998.301,21	0,00



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
19311557-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS INDÚSTRIA	15.426.040,51	17.549.049,52	2.123.009,01	0,00
19311558-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS OUTROS SERVIÇOS	91.162,31	558.989,79	467.827,48	0,00
19311559-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA FÍSICA	66.597,52	85.443,18	18.845,66	0,00
19311561-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PESSOA JURÍDICA NÃO CADASTRADA E SOCIEDADE CIVIL	2.856.525,90	2.829.246,18	0,00	27.279,72
19311563-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS PRODUTOR AGROPECUÁRIO	216.308,05	289.751,91	73.443,86	0,00
19311565-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS TRANSPORTE	3.508.205,19	5.033.892,03	1.525.686,84	0,00
19311567-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS SERVIÇO DE ALIMENTO E ALOJAMENTO	2.323.362,14	1.837.175,78	0,00	486.186,36
19311568-RECEITA DA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS FECOP	0,00	2.257,19	2.257,19	0,00
193120-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	1.268.270,00	3.319.595,17	2.051.325,17	0,00
19312000-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	1.585.338,00	4.149.493,96	2.564.155,96	0,00
19312000-DEDUÇÃO DO PRINCIPAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	-317.068,00	-829.898,79	0,00	-512.830,79
1932-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	930.165,00	6.922.025,97	5.991.860,97	0,00
193244-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	930.165,00	0,00	0,00	930.165,00
19324400-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	930.165,00	0,00	0,00	930.165,00
193257-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	6.957,83	6.957,83	0,00
19325735-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS	0,00	6.957,83	6.957,83	0,00
193299-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	6.915.068,14	6.915.068,14	0,00
19329901-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	0,00	6.373.510,54	6.373.510,54	0,00
19329902-RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS - ADMINISTRATIVA	0,00	541.557,60	541.557,60	0,00
199-RECEITAS DIVERSAS	182.893.944,32	212.286.873,77	29.392.929,45	0,00
1990-RECEITAS DIVERSAS	182.893.944,32	212.286.873,77	29.392.929,45	0,00
199002-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS	25.000,00	148.642,51	123.642,51	0,00
19900201-RECEITA DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	25.000,00	146.642,51	121.642,51	0,00
19900202-RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
199021-RECEITA DE SEGUROS DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO POR SINISTRO	0,00	34.794,00	34.794,00	0,00
19902100-RECEITA DE SEGUROS DECORRENTE DA INDENIZAÇÃO POR SINISTRO	0,00	34.794,00	34.794,00	0,00
199022-RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	0,00	192.113,80	192.113,80	0,00
19902200-RECEITA DA "TERCEIRIZAÇÃO" DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS AGENTES PÚBLICOS	0,00	192.113,80	192.113,80	0,00
199052-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ	4.202.426,48	1.806.333,93	0,00	2.396.092,55
19905200-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ	4.202.426,48	1.806.333,93	0,00	2.396.092,55
199099-OUTRAS RECEITAS	178.666.517,84	210.104.989,53	31.438.471,69	0,00
19909951-DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	3.333.832,54	3.333.832,54	0,00



Descrição	Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
1990953-RETORNO DO FDI		0,00	5.701.941,41	5.701.941,41	0,00
1990955-PARTICIPAÇÃO NOS ENCARGOS DO FDI - DIFERIDO		8.475.109,29	19.794.110,58	11.319.001,29	0,00
1990956-RECEITA SOBRE PROGRAMA DE SEMENTES		2.900.007,00	1.123.345,70	0,00	1.776.661,30
1990957-SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	3.551.463,79	3.551.463,79	0,00
1990959-SPREAD SOBRE RENDIMENTOS DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS		3.039.633,30	6.644.881,46	3.605.248,16	0,00
1990960-RENDAS		0,00	45.534,54	45.534,54	0,00
1990962-RECEITA DE APTAMENTOS, PROTESTOS E CANCELAMENTOS		0,00	335.846,81	335.846,81	0,00
1990966-PROGRAMA DO LEITE		0,00	5.361,60	5.361,60	0,00
1990967-RECURSOS DE EMPRESAS CONSIGNATÁRIAS		0,00	203,13	203,13	0,00
1990968-RESSARCIMENTO		0,00	451.880,92	451.880,92	0,00
1990969-DOAÇÕES EM DINHEIRO		0,00	8.000.000,00	8.000.000,00	0,00
1990976-ENCARGOS DO FDI / PROVIN		0,00	1.225.650,69	1.225.650,69	0,00
1990977-ENCARGOS DO FDI / PROADE		0,00	343.329,44	343.329,44	0,00
1990978-DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 15.878		120.000.000,00	153.489.052,28	33.489.052,28	0,00
1990998-OUTRAS RECEITA FECOP		0,00	373.266,51	373.266,51	0,00
1990999-OUTRAS RECEITAS		44.251.768,25	5.685.288,13	0,00	38.566.480,12
2-RECEITAS DE CAPITAL		4.307.266.657,59	1.929.202.059,01	0,00	2.378.064.598,58
21-OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2.872.691.255,30	1.539.756.896,97	0,00	1.332.934.358,33
211-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.324.996.390,27	594.840.239,94	0,00	730.156.150,33
2114-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS		1.324.996.390,27	594.840.239,94	0,00	730.156.150,33
211401-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		29.386.780,00	6.102.103,28	0,00	23.284.676,72
21140100-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		29.386.780,00	6.102.103,28	0,00	23.284.676,72
211402-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE		28.005.000,00	0,00	0,00	28.005.000,00
21140200-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE		28.005.000,00	0,00	0,00	28.005.000,00
211403-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO		15.000.000,00	39.062.592,05	24.062.592,05	0,00
21140300-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO		15.000.000,00	39.062.592,05	24.062.592,05	0,00
211405-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		24.960.257,00	0,00	0,00	24.960.257,00
21140500-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		24.960.257,00	0,00	0,00	24.960.257,00
211407-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		85.372.069,70	5.086.445,40	0,00	80.285.624,30
21140700-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MORADIA POPULAR		85.372.069,70	5.086.445,40	0,00	80.285.624,30
211499-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS		1.142.272.283,57	544.589.099,21	0,00	597.683.184,36
21149952-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA		221.113.426,00	339.520.802,87	118.407.376,87	0,00
21149953-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE TRANSPORTES		754.669.281,00	1.739.618,47	0,00	752.929.662,53



Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
21149954-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE AÇÃO SOCIAL	0,00	57.278.146,52	57.278.146,52	0,00
21149957-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVESTI.BB	129.281.826,57	52.645.676,03	0,00	76.636.150,54
21149958-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES - ESTADOS	12.006.750,00	93.404.855,32	81.398.105,32	0,00
21149959-OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CEF/CPAC - MARANGUAPINHO	25.000.000,00	0,00	0,00	25.000.000,00
21149999-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	201.000,00	0,00	0,00	201.000,00
212-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1.547.694.865,03	944.916.657,03	0,00	602.778.208,00
2123-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	1.547.694.865,03	944.916.657,03	0,00	602.778.208,00
212302-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	6.929.141,00	0,00	0,00	6.929.141,00
21230200-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SAÚDE	6.929.141,00	0,00	0,00	6.929.141,00
212303-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	11.129.881,00	624.276,12	0,00	10.505.604,88
21230300-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE SANEAMENTO	11.129.881,00	624.276,12	0,00	10.505.604,88
212304-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00
21230400-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00
212305-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	235.953.153,00	24.575.873,07	0,00	211.377.279,93
21230500-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	235.953.153,00	24.575.873,07	0,00	211.377.279,93
212399-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	1.292.182.690,03	919.716.507,84	0,00	372.466.182,19
21239951-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE TURISMO	85.741.675,00	139.185.680,00	53.444.005,00	0,00
21239952-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA	903.248.822,00	70.659.942,66	0,00	832.588.879,34
21239953-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE TRANSPORTES	6.000.000,00	484.069.583,31	478.069.583,31	0,00
21239954-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE AÇÃO SOCIAL	6.827.000,00	149.245.020,55	142.418.020,55	0,00
21239956-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - SWAP	21.007.505,54	0,00	0,00	21.007.505,54
21239958-OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PFORCEARÁ	215.186.241,57	76.556.281,32	0,00	138.629.960,25
21239999-OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	54.171.445,92	0,00	0,00	54.171.445,92
22-ALIENAÇÃO DE BENS	1.218.546,00	4.336.948,62	3.118.402,62	0,00
221-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79	0,00
2210-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79	0,00
221000-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79	0,00
22100000-ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.218.546,00	2.718.266,79	1.499.720,79	0,00
222-ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	1.618.681,83	1.618.681,83	0,00
2225-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	0,00	1.618.681,83	1.618.681,83	0,00
222500-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	0,00	1.618.681,83	1.618.681,83	0,00
22250000-ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	0,00	1.618.681,83	1.618.681,83	0,00
24-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.430.011.736,29	373.861.628,36	0,00	1.056.150.107,93



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
242-TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.903.049,00	32.945.518,28	27.042.469,28	0,00
2421-TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	5.903.049,00	32.945.518,28	27.042.469,28	0,00
24211-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	5.903.049,00	8.400.518,28	2.497.469,28	0,00
2421100-TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	5.903.049,00	8.400.518,28	2.497.469,28	0,00
242199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	0,00	24.545.000,00	24.545.000,00	0,00
24219951-TRANSFERÊNCIAS AO FUNDO DE DEFESA CIVIL	0,00	24.545.000,00	24.545.000,00	0,00
247-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.424.108.687,29	340.916.110,08	0,00	1.083.192.577,21
2471-TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.421.918.287,29	340.911.110,08	0,00	1.081.007.177,21
247101-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	12.576.867,76	0,00	0,00	12.576.867,76
24710100-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	12.576.867,76	0,00	0,00	12.576.867,76
SUS	149.522.509,10	48.417.632,08	0,00	101.104.877,02
EDUCAÇÃO	149.522.509,10	48.417.632,08	0,00	101.104.877,02
24710200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	620.194.411,00	148.292.324,53	0,00	471.902.086,47
247103-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	620.194.411,00	148.292.324,53	0,00	471.902.086,47
24710300-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	620.194.411,00	148.292.324,53	0,00	471.902.086,47
247104-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	20.408.423,00	0,00	0,00	20.408.423,00
24710400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE MEIO AMBIENTE	20.408.423,00	0,00	0,00	20.408.423,00
247105-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	161.723.976,10	56.297.893,02	0,00	105.426.083,08
24710500-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTE	161.723.976,10	56.297.893,02	0,00	105.426.083,08
247199-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	457.492.100,33	87.903.260,45	0,00	369.588.839,88
24719900-OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	457.492.100,33	87.903.260,45	0,00	369.588.839,88
2473-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	1.139.000,00	0,00	0,00	1.139.000,00
247302-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	1.139.000,00	0,00	0,00	1.139.000,00
24730200-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	1.139.000,00	0,00	0,00	1.139.000,00
2474-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.051.400,00	5.000,00	0,00	1.046.400,00
247400-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.051.400,00	5.000,00	0,00	1.046.400,00
24740000-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.051.400,00	5.000,00	0,00	1.046.400,00
25-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.345.120,00	11.246.585,06	7.901.465,06	0,00
259-OUTRAS RECEITAS	3.345.120,00	11.246.585,06	7.901.465,06	0,00
2590-OUTRAS RECEITAS	3.345.120,00	11.246.585,06	7.901.465,06	0,00



Especificação	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
259051-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	1.246.585,06	1.246.585,06	0,00
25905100-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	1.246.585,06	1.246.585,06	0,00
259099-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.345.120,00	10.000.000,00	6.654.880,00	0,00
25909900-OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.345.120,00	10.000.000,00	6.654.880,00	0,00
7-RECEITAS CORRENTES	919.181.320,08	940.168.320,50	20.987.000,42	0,00
71-RECEITA TRIBUTÁRIA	7.793.648,00	307.278,39	0,00	7.486.369,61
712-TAXAS	7.793.648,00	307.278,39	0,00	7.486.369,61
7121-TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.134.358,00	10.999,42	0,00	2.123.358,58
712121-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	2.134.358,00	518,87	0,00	2.133.839,13
71212151-TAXA AMBIENTAIS	2.134.358,00	518,87	0,00	2.133.839,13
712199-OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,00	10.480,55	10.480,55	0,00
71219954-TAXA DE VISTORIA	0,00	10.480,55	10.480,55	0,00
7122-TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	5.659.290,00	296.278,97	0,00	5.363.011,03
712221-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	109.250,00	0,00	0,00	109.250,00
71222100-TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	109.250,00	0,00	0,00	109.250,00
712299-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	5.550.040,00	296.278,97	0,00	5.253.761,03
71229963-TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE	3.196.030,00	218.804,81	0,00	2.977.225,19
71229999-OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.354.010,00	77.474,16	0,00	2.276.535,84
72-RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	894.305.233,00	864.450.713,38	0,00	29.854.519,62
721-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	894.305.233,00	864.450.713,38	0,00	29.854.519,62
7210-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	894.305.233,00	864.450.713,38	0,00	29.854.519,62
721029-CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	891.041.397,00	862.009.346,32	0,00	29.032.050,68
72102901-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	713.488.387,00	700.118.889,94	0,00	13.369.497,06
72102901-RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O REGIME PRÓPRIO	0,00	-145.978,94	0,00	-145.978,94
72102902-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO MILITAR	177.553.010,00	162.036.435,32	0,00	15.516.574,68
721099-OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.263.836,00	2.441.367,06	0,00	822.468,94
72109951-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP	3.263.836,00	1.734.203,15	0,00	1.529.632,85
72109959-CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O FPP DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	707.163,91	707.163,91	0,00
76-RECEITA DE SERVIÇOS	9.938.613,08	12.977.666,45	3.039.053,37	0,00
760-RECEITA DE SERVIÇOS	9.938.613,08	12.977.666,45	3.039.053,37	0,00
7600-RECEITA DE SERVIÇOS	9.938.613,08	12.977.666,45	3.039.053,37	0,00
760008-SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	9.938.613,08	10.475.400,92	536.787,84	0,00
76000852-SERVIÇO DE ACESSO À INTERNET	0,00	173.403,31	173.403,31	0,00



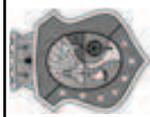
Descrição	Orçado	Arrecadado	Para Mais	Para Menos
76000853-SERVIÇO DE TRÁFEGO DE DADOS	9.938.613,08	10.301.997,61	363.384,53	0,00
760020-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS	0,00	2.465,53	2.465,53	0,00
76002002-SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ANÁLISE DE PROJETOS - APLICAÇÕES VINCULADAS A ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	0,00	2.465,53	2.465,53	0,00
760099-OUTROS SERVIÇOS	0,00	2.499.800,00	2.499.800,00	0,00
76009954-SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE CONCURSOS E P. SELETIVOS	0,00	2.499.800,00	2.499.800,00	0,00
79-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.143.826,00	62.432.662,28	55.288.836,28	0,00
792-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	4.068.544,74	4.068.544,74	0,00
7921-INDENIZAÇÕES	0,00	129.581,65	129.581,65	0,00
792105-INDENIZAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	0,00	129.581,65	129.581,65	0,00
79210551-COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	0,00	129.581,65	129.581,65	0,00
7922-RESTITUIÇÕES	0,00	3.938.963,09	3.938.963,09	0,00
792299-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	3.938.963,09	3.938.963,09	0,00
79229956-RESSARCIMENTO DE DESPESA COM PESSOAL CEDIDO	0,00	438.929,70	438.929,70	0,00
79229957-RESTITUIÇÕES DE CONSIGNAÇÕES BRADESCO	0,00	33,39	33,39	0,00
79229999-OUTRAS RESTITUIÇÕES	0,00	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00
799-RECEITAS DIVERSAS	7.143.826,00	58.364.117,54	51.220.291,54	0,00
7990-RECEITAS DIVERSAS	7.143.826,00	58.364.117,54	51.220.291,54	0,00
799051-RECEITA DE ENCARGOS LEGAIS SOBRE A DÍVIDA ATIVA	0,00	2.921.143,10	2.921.143,10	0,00
79905100-RECEITA DE ENCARGOS LEGAIS SOBRE A DÍVIDA ATIVA	0,00	2.921.143,10	2.921.143,10	0,00
799052-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
79905200-RECEITA DE ECONOMIA PROCESSUAL DO ESTADO DO CEARÁ	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
799099-OUTRAS RECEITAS	6.143.826,00	55.442.974,44	49.299.148,44	0,00
79909958-SUPERÁVIT FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS	0,00	55.442.974,44	55.442.974,44	0,00
79909999-OUTRAS RECEITAS	6.143.826,00	0,00	0,00	6.143.826,00
Total Geral:	24.786.144.039,28	21.307.629.268,34	0,00	3.478.514.770,94



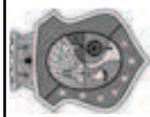
Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
3	DESPESA CORRENTE	19.339.537.458,74	8.226.235,17	19.347.763.693,91	18.287.950.252,93	1.059.813.440,98	
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.279.554.467,55	1.016.918,29	10.280.571.385,84	9.997.648.936,18	282.922.449,66	
3190	APLICAÇÕES DIRETAS	9.351.959.670,79	989.161,24	9.352.948.832,03	9.091.776.726,51	261.172.105,52	
31900100	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA DOS MILITARES	2.070.945.846,50	0,00	2.070.945.846,50	2.014.230.652,29	56.715.194,21	
31900300	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	737.288.405,55	0,00	737.288.405,55	697.392.381,93	39.896.023,62	
31900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	360.565.545,32	0,00	360.565.545,32	356.220.760,79	4.344.784,53	
31900500	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	2.250.662,24	5.385,56	2.256.047,80	1.231.686,05	1.024.361,75	
31900700	CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	6.992.298,19	0,00	6.992.298,19	6.074.519,82	917.778,37	
31901100	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.789.895.288,91	704.832,79	4.790.600.121,70	4.659.940.064,93	130.660.056,77	
31901200	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	1.047.087.406,16	0,00	1.047.087.406,16	1.044.729.970,87	2.357.435,29	
31901300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	88.297.428,66	128.151,99	88.425.580,65	84.227.221,51	4.198.359,14	
31901600	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	60.616.190,75	0,00	60.616.190,75	55.304.223,76	5.311.966,99	
31901700	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR	52.000,00	8.757,05	60.757,05	0,00	60.757,05	
31909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	68.113.327,55	0,00	68.113.327,55	66.385.619,71	1.727.707,84	
31909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	91.934.801,14	0,00	91.934.801,14	83.451.634,89	8.483.166,25	
31909300	INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31909400	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	3.206.280,22	0,00	3.206.280,22	2.808.672,88	397.607,34	
31909600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	24.714.189,60	142.033,85	24.856.223,45	19.779.317,08	5.076.906,37	
3191	APLICAÇÕES DIRETAS	927.594.796,76	27.757,05	927.622.553,81	905.872.209,67	21.750.344,14	
31911300	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	926.219.510,30	27.757,05	926.247.267,35	904.633.718,68	21.613.548,67	
31919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	889.062,16	0,00	889.062,16	752.751,07	136.311,09	
31919600	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	486.224,30	0,00	486.224,30	485.739,92	484,38	
32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	419.047.602,41	0,00	419.047.602,41	414.556.094,18	4.491.508,23	
3290	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	419.047.602,41	0,00	419.047.602,41	414.556.094,18	4.491.508,23	
32902100	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	403.677.079,58	0,00	403.677.079,58	399.468.703,52	4.208.376,06	
32902200	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15.370.522,83	0,00	15.370.522,83	15.087.390,66	283.132,17	
32909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.640.935.388,78	7.209.316,88	8.648.144.705,66	7.875.745.222,57	772.399.483,09	
3322	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33223000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3332	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33321400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



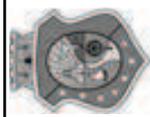
Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33323900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3340	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	2.953.579.278,94	0,00	2.953.579.278,94	2.772.845.103,96	180.734.174,98	
33404100	CONTRIBUIÇÕES	72.643.268,71	0,00	72.643.268,71	68.882.954,44	3.760.314,27	
33408100	DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS	2.880.936.010,23	0,00	2.880.936.010,23	2.703.962.149,52	176.973.860,71	
3341	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	257.668.628,60	0,00	257.668.628,60	250.859.467,37	6.809.161,23	
33414100	CONTRIBUIÇÕES	247.357.923,54	0,00	247.357.923,54	240.548.762,41	6.809.161,13	
33419200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.310.705,06	0,00	10.310.705,06	10.310.704,96	0,10	
3350	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	922.907.492,73	3.211.011,00	926.118.503,73	863.579.651,14	62.538.852,59	
33503500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	
33503600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	
33503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	723.996.049,15	0,00	723.996.049,15	700.587.821,53	23.408.227,62	
33504100	CONTRIBUIÇÕES	184.483.826,29	1.834.011,00	186.317.837,29	150.360.028,97	35.957.808,32	
33504300	SUBVENÇÕES SOCIAIS	12.822.168,25	1.377.000,00	14.199.168,25	11.297.928,52	2.901.239,73	
33509200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.599.449,04	0,00	1.599.449,04	1.333.872,12	265.576,92	
3360	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	17.023.179,16	0,00	17.023.179,16	13.985.714,30	3.037.464,86	
33604100	CONTRIBUIÇÕES	6.068.416,16	0,00	6.068.416,16	5.322.106,82	746.309,34	
33604500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	10.954.763,00	0,00	10.954.763,00	8.663.607,48	2.291.155,52	
3367	EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP	4.971.553,51	0,00	4.971.553,51	2.690.237,58	2.281.315,93	
33678300	DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO - PRIVADA - PPP, EXCETO SUB	4.971.553,51	0,00	4.971.553,51	2.690.237,58	2.281.315,93	
3370	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.745.000,00	0,00	9.745.000,00	9.743.598,18	1.401,82	
33709200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.745.000,00	0,00	9.745.000,00	9.743.598,18	1.401,82	
3371	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	121.068.147,78	0,00	121.068.147,78	119.156.355,72	1.911.792,06	
33717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	108.589.649,83	0,00	108.589.649,83	106.766.957,77	1.822.692,06	
33719200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.478.497,95	0,00	12.478.497,95	12.389.397,95	89.100,00	
3380	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	1.824.000,00	0,00	1.824.000,00	0,00	1.824.000,00	
33801400	DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33803900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	305.000,00	0,00	305.000,00	0,00	305.000,00	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas			Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl. - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas		
33804100	CONTRIBUIÇÕES	1.519.000,00	0,00	1.519.000,00	0,00	1.519.000,00	
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	4.260.336.397,14	3.893.305,88	4.264.229.703,02	3.764.377.974,29	499.851.728,73	
33900300	PENSÕES	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	
33900400	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00	
33900800	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	3.024.637,86	0,00	3.024.637,86	2.724.022,29	300.615,57	
33901400	DIÁRIAS - CIVIL	28.908.636,68	187.591,87	29.096.228,55	19.819.530,73	9.276.697,82	
33901500	DIÁRIAS - MILITAR	13.605.126,95	0,00	13.605.126,95	12.638.430,94	966.696,01	
33901800	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	42.974.860,34	0,00	42.974.860,34	32.782.456,63	10.192.403,71	
33902000	AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	8.522.592,12	0,00	8.522.592,12	3.510.942,76	5.011.649,36	
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	439.892.243,74	323.078,00	440.215.321,74	369.575.930,08	70.639.391,66	
33903100	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	4.641.684,81	0,00	4.641.684,81	3.886.336,60	755.348,21	
33903200	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	247.607.502,74	0,00	247.607.502,74	206.599.173,30	41.008.329,44	
33903300	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	27.827.866,45	174.000,00	28.001.866,45	19.997.075,95	8.004.790,50	
33903400	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTE DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	435.026.973,35	0,00	435.026.973,35	409.335.912,17	25.691.061,18	
33903500	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	6.553.420,93	40.000,00	6.593.420,93	4.521.976,53	2.071.444,40	
33903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	222.134.775,51	127.772,80	222.262.548,31	198.063.591,08	24.198.957,23	
33903700	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	740.689.465,16	2.257.950,00	742.947.415,16	688.288.894,78	54.658.520,38	
33903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.261.257.980,47	666.863,21	1.261.924.843,68	1.080.220.112,75	181.704.730,93	
33904100	CONTRIBUIÇÕES	10.200,00	0,00	10.200,00	0,00	10.200,00	
33904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.534.500,00	0,00	2.534.500,00	2.447.871,30	86.628,70	
33904600	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	163.645.414,87	81.000,00	163.726.414,87	153.390.620,12	10.335.794,75	
33904700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	184.516.532,62	32.680,00	184.549.212,62	180.399.129,28	4.150.083,34	
33904800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15.415.801,00	0,00	15.415.801,00	14.314.444,80	1.101.356,20	
33904900	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.416.958,85	2.000,00	1.418.958,85	935.406,83	483.552,02	
33905900	PENSÕES ESPECIAIS	11.347.325,00	0,00	11.347.325,00	10.869.854,98	477.470,02	
33906200	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA	534.472,69	0,00	534.472,69	534.472,69	0,00	
33909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.581.303,60	0,00	1.581.303,60	1.251.016,98	330.286,62	
33909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	147.774.003,70	0,00	147.774.003,70	129.344.983,21	18.429.020,49	
33909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	248.886.017,70	370,00	248.886.387,70	218.925.787,51	29.960.600,19	
3391	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	91.811.710,92	105.000,00	91.916.710,92	78.507.120,03	13.409.590,89	
33913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17.854.442,93	100.000,00	17.954.442,93	10.493.065,30	7.461.377,63	



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext		
33914100	CONTRIBUIÇÕES	55.442.974,44	0,00	55.442.974,44	0,00
33914700	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.713.376,04	5.000,00	3.718.376,04	2.204.455,31
33919200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.603.362,68	0,00	1.603.362,68	1.153.111,16
33919300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.197.554,83	0,00	13.197.554,83	9.213.513,82
3393	DECORRENTE ORÇÃOS DO ORÇ FISCAL	0,00	0,00	0,00	0,00
33933000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
4	DESPA DE CAPITAL	5.783.482.120,43	355.013,00	5.783.837.133,43	3.220.184.674,61
44	INVESTIMENTOS	4.942.254.312,09	355.013,00	4.942.609.325,09	2.411.486.940,10
4420	TRANSFERÊNCIAS À UNIÃO	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00
44204100	CONTRIBUIÇÕES	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00
44204200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
4422	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
44225200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
4440	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	105.830.780,75	200.000,00	106.030.780,75	87.067.799,91
44404100	CONTRIBUIÇÕES	3.710.191,75	0,00	3.710.191,75	2.751.212,28
44404200	AUXÍLIOS	97.181.991,75	200.000,00	97.381.991,75	79.389.964,29
44409200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.938.597,25	0,00	4.938.597,25	4.926.623,34
4441	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS – FUNDO A FUNDO	393.250,00	0,00	393.250,00	0,00
44414100	CONTRIBUIÇÕES	393.250,00	0,00	393.250,00	0,00
44414200	AUXÍLIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
4450	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	57.345.725,73	0,00	57.345.725,73	38.310.884,40
44503900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.138.330,02	0,00	20.138.330,02	18.614.437,42
44504100	CONTRIBUIÇÕES	8.811.541,32	0,00	8.811.541,32	8.601.541,32
44504200	AUXÍLIOS	28.312.832,34	0,00	28.312.832,34	11.094.905,66
44505100	OBRAS E INSTALAÇÕES	83.022,05	0,00	83.022,05	0,00
44505200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
4471	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00
44717000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00
4480	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	228.000,00	0,00	228.000,00	0,00
44805100	OBRAS E INSTALAÇÕES	228.000,00	0,00	228.000,00	0,00
44805200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00	0,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	4.776.676.265,94	155.013,00	4.776.831.278,94	2.285.717.486,22
					2.491.113.792,72



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais Realizadas	Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext		
44901400	DIÁRIA-CIVIL	362.683,51	0,00	362.683,51	316.534,77
44902000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	9.165.636,12	0,00	9.165.636,12	8.928.595,35
44903000	MATERIAL DE CONSUMO	6.782.741,06	0,00	6.782.741,06	3.367.662,03
44903300	PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO	71.861,34	0,00	71.861,34	44.778,64
44903500	SERVIÇO DE CONSULTORIA	155.621.454,22	0,00	155.621.454,22	106.159.558,05
44903600	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	644.911,80	0,00	644.911,80	406.753,80
44903700	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	706.407,78	0,00	706.407,78	71.959,68
44903900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	322.318.048,02	0,00	322.318.048,02	173.365.179,29
44904100	CONTRIBUIÇÕES	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00	7.398.114,17
44904200	AUXÍLIOS	3.368.002,21	0,00	3.368.002,21	3.368.002,21
44904500	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	47.947.680,07	0,00	47.947.680,07	5,70
44904700	ORIGINAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	402.801,52	0,00	402.801,52	184.375,71
44905100	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.149.224.776,85	0,00	3.149.224.776,85	1.682.898.512,04
44905200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	736.350.769,70	155.013,00	736.505.782,70	406.783.080,48
44906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	50.206.677,55	0,00	50.206.677,55	299.387,96
44906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	40.060.877,76	0,00	40.060.877,76	4.486.592,15
44909100	SENTENÇAS JUDICIAIS	144.692,00	0,00	144.692,00	0,22
44909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	201.866.473,16	0,00	201.866.473,16	74.648.919,28
44909300	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	41.429.771,27	0,00	41.429.771,27	18.385.781,19
4491	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	1.100.302,41	0,00	1.100.302,41	709.532,84
44913900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	65.202,00	0,00	65.202,00	18.600,69
44914700	ORIGINAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.035.100,41	0,00	1.035.100,41	690.932,15
4494	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE	79.581,00	0,00	79.581,00	79.581,00
44945100	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
44945200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	79.581,00	0,00	79.581,00	79.581,00
4496	APLICAÇÕES DIRETAS	550.406,26	0,00	550.406,26	550.406,26
44965100	OBRAS E INSTALAÇÕES	550.406,26	0,00	550.406,26	550.406,26
45	INVERSÕES FINANCEIRAS	146.853.787,11	0,00	146.853.787,11	27.508.170,68
4590	APLICAÇÕES DIRETAS	146.853.787,11	0,00	146.853.787,11	27.508.170,68
45906100	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	709.000,00	0,00	709.000,00	71.000,00
45906200	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA REVENDA	1.619.750,00	0,00	1.619.750,00	637.035,44
45906500	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	143.275.421,11	0,00	143.275.421,11	25.550.519,24



Natureza da Despesa	Títulos	Despesas Autorizadas		Despesas Totais		Diferença
		Ord + Supl - Anul	Esp + Ext	Autorizadas	Realizadas	
45906600	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.239.616,00	0,00	1.239.616,00	0,00	1.239.616,00
45909200	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
46	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	694.374.021,23	0,00	694.374.021,23	689.352.118,08	5.021.903,15
4690	APLICAÇÕES DIRETAS	694.374.021,23	0,00	694.374.021,23	689.352.118,08	5.021.903,15
46907100	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	694.374.021,23	0,00	694.374.021,23	689.352.118,08	5.021.903,15
9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.144.190,65	0,00	19.144.190,65	0,00	19.144.190,65
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.144.190,65	0,00	19.144.190,65	0,00	19.144.190,65
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.144.190,65	0,00	19.144.190,65	0,00	19.144.190,65
99999900	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.144.190,65	0,00	19.144.190,65	0,00	19.144.190,65
Total Geral:		25.142.163.769,82	8.581.248,17	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	3.642.610.090,45



Título	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	435.295.544,39	0,00	341.791.205,59	93.504.338,80
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	75.315.527,91	0,00	75.315.527,91	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	368.873.811,91	0,00	368.873.811,91
SUBTOTAL	510.611.072,30	368.873.811,91	417.106.733,50	462.378.150,71
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
1º EXERCÍCIO ANTERIOR	107.936.883,40	0,00	101.715.416,94	6.221.466,46
2º EXERCÍCIO ANTERIOR	3.045.647,76	0,00	3.045.647,76	0,00
DESTE EXERCÍCIO	0,00	230.988.193,12	0,00	230.988.193,12
SUBTOTAL	110.982.531,16	230.988.193,12	104.761.064,70	237.209.659,58
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS				
	510.172.181,70	8.666.510.688,18	8.533.237.592,86	643.445.277,02
SUBTOTAL	510.172.181,70	8.666.510.688,18	8.533.237.592,86	643.445.277,02
DÉBITOS DE TESOURARIA				
	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	1.131.765.785,16	9.266.372.693,21	9.055.105.391,06	1.343.033.087,31



RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

VOLUME I

- Poder Legislativo

- Assembléia Legislativa
- Tribunal de Contas do Estado
- Tribunal de Contas dos Municípios

- Poder Judiciário

- Tribunal de Justiça

- Ministério Público

- Procuradoria-Geral da Justiça - PGJ

- Poder Executivo

- Defensoria Pública Geral - DPGE
- Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA
- Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS
 - Superintendência da Polícia Civil
 - Polícia Militar do Ceará
 - Corpo de Bombeiros Militar do Ceará
 - Perícia Forense do Estado do Ceará
 - Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará
- Gabinete do Governador
- Gabinete do Vice-Governador
- Procuradoria-Geral do Estado - PGE
- Casa Militar
- Conselho Estadual de Educação
- Secretaria da Justiça e Cidadania - SEJUS
- Secretaria da Fazenda - SEFAZ
 - Encargos Gerais do Estado
- Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA



- Secretaria da Educação - SEDUC
 - Centro de Educação à Distância do Estado do Ceará - CED
- Secretaria da Saúde - SESA
- Secretaria da Cultura - SECULT
- Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH
- Casa Civil
- Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE
- Secretaria do Turismo - SETUR
- Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado - CGE
- Secretaria do Esporte - SESPORTE
- Secretaria das Cidades
- Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
 - Escola de Gestão Pública
- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE (EXTINTO)
- Conselho de Políticas e Gestão do M. Ambiente - CONPAM (EXTINTO)
- Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SPA
- Controladoria-Geral de Disciplina dos órgãos de Seg Pública - CGD
- Secretaria de Relações Institucionais - SRI
- Secretaria Especial de Política sobre Drogas - SEPD
- Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE
- Secretaria do Meio Ambiente - SEMA

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

VOLUME II

- Poder Executivo

AUTARQUIAS

- Departamento de Edificações e Rodovias - DER
- Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
- Departamento de Arquitetura e Engenharia - DAE
- Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE
- Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC
- Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE
- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará - ADAGRI
- Escola de Saúde Pública - ESP
- Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA
- Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará - IDECI
- Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - ISSEC
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE
- Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

FUNDAÇÕES

- Fundação de Teleducação do Ceará - FUNTELC
- Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE
- Fundação Universidade Vale do Acaraú - UVA
- Fundação Universidade Regional do Cariri - URCA
- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME
- Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP
- Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial - NUTEC



FUNDOS

- Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP
- Fundo de Defesa Social - FDS
- Fundo de Defesa Civil do Estado do Ceará - FDCC
- Fundo de Modernização e Reaparelhamento da PGE - FUNPECEPGE
- Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF
- Fundo Estadual de Desenvolvimento de Defesa da Agropecuária - FUNDEAGRO
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
- Fundo Estadual de Saúde - FUNDES
- Fundo Estadual da Cultura - FEC
- Fundo de Inovação Tecnológica - FIT
- Fundo de Desenvolvimento do Esporte e Juventude - FUNDEJ
- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS
- Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente - FECA
- Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS
- Fundo Especial do Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato FUNDART
- Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas - FCE
- Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI
- Fundo de Incentivo a Energia Solar do Estado do Ceará - FIES
- Fundo Financeiro da Previdência - FUNAPREV
- Fundo Financeiro da Previdência Militar - PREVMILITAR
- Fundo Previdenciário - PREVID

EMPRESAS PÚBLICAS

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE
- Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE



SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

- Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE
 - Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS
 - Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR
 - Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARAPORTOS
 - Companhia de Habitação do Ceará - COHAB
 - Centrais de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA
 - Companhia de Desenvolvimento do Ceará - CODECE
 - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH
 - Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE
 - Zona de Processamento de Exportação do Pecém S/A -ZPE-CE
- Poder Legislativo**

FUNDO

- Fundo de Previdência Parlamentar - FPP

- Poder Judiciário

FUNDO

- Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG

- Ministério Público

FUNDO

- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará - FDID
- Fundo de Manutenção da Escola Superior do Ministério Público - FESMP/PGJ



- Fundo de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público do Estado do Ceará - FUNSIT/PGJ

RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA - TESOURO

CÓDIGO FONTE	ESPECIFICAÇÃO	SIT.
00	RECURSOS ORDINARIOS	1
01	COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	1
02	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1
08	RECURSOS DE PRIVATIZAÇÕES	1
10	REC PROVENIENTES DO FECOP	1
11	COTA P CONTR INTERV NO DOMINIO ECON	1
12	ALIENAÇÃO DE BENS	1
15	RECURSOS PROVENIENTES DE DEP JUDICIAIS - PIMPJ	2
16	MEDIDA COMPENSATORIA AMBIENTAL	1
17	RECURSOS PROVENIENTES DO FET	1
18	RECURSOS PROVENIENTES DO FDS	1
19	RECURSOS PROVENIENTES DO FEMA	1
40	OPERAÇÕES DE CRÉDITO NAO CONDICIONADA - SWAP	1
41	OPERAÇÕES DE CRED LEI 9.846 DE 26.10.99 FUNDEF	1
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/PEF	1
44	INDENIZ PELA EXT DE PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1
45	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES	1
46	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1
47	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS	1
48	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	1
52	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS - CEF/CPAC	1
53	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/PROIINVEST	1
55	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - BNB	1
57	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - KFW	1
58	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - BIRD	1
59	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - BID	1
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/FIDA	1
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/CAF	1
67	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOIRO/MLW	1
68	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVEST	1



69	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	1
76	RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	1
96	RECURSOS DO OGU PAC/PPI	1

Fonte: SIC/SEFAZ

Obs: Situação 1 = Administração Direta e Indireta

RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS ADMINISTRAÇÃO DIRETA - TODAS AS FONTES

CÓDIGO FONTE	ESPECIFICAÇÃO	SIT.
00	RECURSOS ORDINARIOS	1
01	COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	1
02	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1
07	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0
08	RECURSOS DE PRIVATIZAÇÕES	1
10	RECURSOS PROVENIENTES DO FECOP	1
11	COTA P CONTR INTERV NO DOMINIO ECON	1
12	ALIENAÇÃO DE BENS	1
14	RECURSOS PROVENIENTES DE DEP JUDICIAIS	1
16	MEDIDA COMPENSATÓRIA AMBIENTAL	1
40	OPERAÇÕES DE CRÉDITO NAO CONDICIONADA - SWAP	1
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/PEF	1
44	INDENIZ PELA EXT DE PETRÓLEO, XISTO E GÁS	1
45	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES	1
46	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1
47	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/ESTADOS	1
48	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO	1
50	RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	0
51	COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	0
52	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS - CEF/CPAC	1
53	OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNAS - BNDES/PROINVEST	1
54	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - TESOURO/BB	0
55	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - BNB	1
56	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA - CEF	0
57	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - KFW	1
58	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - BIRD	1
59	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA - BID	1
63	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA TESOURO EX-IM	0
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/FIDA	1
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/CAF	1



67	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - TESOURO/MLW	1
68	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - PROINVEST	1
69	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - PforR	1
76	RECURSOS PROVENIENTES DO FIT	1
80	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS ADM DIRETA	0
82	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS ADM DIRETA	0
86	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS ADM DIRETA	0
88	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS ADM DIRETA	0
90	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS PROG PAHD ADM DIRETA	0
94	RECURSOS APLICADOS PELO SETOR PRIVADO	0
96	RECURSOS DO OGU PAC/PPI	1

Fonte: SIC/SEFAZ

Obs: Situação 0 = Administração Direta

Situação 1 = Administração Direta e Indireta

RELAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - OUTRAS FONTES

CÓDIGO FONTE	ESPECIFICAÇÃO	SIT.
03	RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2
04	RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	2
05	RECURSOS PROVENIENTES DA CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR	2
06	RECURSOS PROV CONTRIB PATRONAL PARLAMENTAR	2
15	DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIMPJ	2
29	REC ARRECADADOS NA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	2
50	RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDEB	2
70	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2
71	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS OUTRAS FONTES	2
72	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - OUTRAS FONTES	2
79	TANSFERÊNCIA AO FUNDO DE DEFESA CIVIL - FDCC	2
81	CONV COM ÓRGÃOS INTERNACIONAIS ADM INDIRETA	2
83	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS ADM INDIRETA	2
85	CONV COM ÓRGÃOS ESTADUAIS ADM INDIRETA	2
87	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS MUNICIPAIS ADM INDIRETA	2
89	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS ADM INDIRETA	2
91	RECURSOS PROVENIENTES DO SUS	2
92	REPASSE FUNDO A FUNDO - FNAS	2
93	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS ESTADUAIS SANEAR 2	2
95	RECURSOS PROVENINETES AUMENTO DE CAPITAL TESOURO	2

Fonte: SIC/SEFAZ

Obs: Situação 2 = Administração Indireta



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Fazenda